José Vieira da Cruz

DA AUTONOMIA À RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

Movimento Estudantil, Ensino Superior e a Sociedade em Sergipe (1950-1985)

2ª edição revista e ampliada

Criação Editora

DA AUTONOMIA À RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA:

Movimento Estudantil, Ensino Superior e a Sociedade em Sergipe, 1950-1985

Autor:
José Vieira da Cruz

ISBN
978-65-88593-79-0

EDITORA CRIAÇÃO
CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

José Vieira da Cruz

DA AUTONOMIA À RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA:

Movimento Estudantil, Ensino Superior e a Sociedade em Sergipe, 1950-1985

Criação Editora
Aracaju | 2021

Copyright 2021 by José Vieira da Cruz
Grafia atualizada segundo acordo ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

Revisão
Aldair Smith Menezes
Silvia Góis Dantas

Editoração eletrônica, capa e programação visual
Adilma Menezes

Foto da Capa: Sérgio Bonfim da Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

C957a Cruz, José Vieira da.
Da autonomia à resistência democrática: Movimento Estudantil, Ensino Superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985 / José Vieira da Cruz; Prefácio de Justino Pereira da Magalhães e José Ibarê Costa Dantas. – 2. ed. revista e ampliada. – Aracaju, SE : Criação Editora, 2021.
576 p., -Book: 13 Kb; PDF
ISBN. 978-65-88593-79-0
Inclui bibliografia.

1. Ciências Sociais. 2. Movimento Estudantil. 3. Política – Brasil. 4. Sergipe.
I. Título. II. Assunto. III. José Vieira da Cruz.

CDD 320:981.41
CDU 32(813.7)

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO
1. Ciências sociais; História de Sergipe.
2. Ciência política (Sergipe)

REFERÊNCIA
CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à resistência democrática**: Movimento Estudantil, Ensino Superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985. 2. ed. revista e ampliada. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. E-Book (PDF, 13Mb). ISBN 978-65-88593-79-0.

A meus avós, Crescêncio e "Valera"
e Ciro e Conceição, in memorian,
ouvindo vocês aprendi que existem
outras histórias;

A meus pais, seu Invenção
(in memorian) e dona Celina, pela
retidão e exemplo de vida;

A meus irmãos Jorge e Vilma,
pelo apoio e incentivo;

A meus sobrinhos Vinicius, Larissa,
João Luís, Maria Eduarda, Leonardo,
Pedro, Gabriel, Arthur e Davi
pela alegria que representam em
nossa família;

À minha esposa Aldair,
presente que
a vida colocou em meu destino;

E à memória daqueles que não
hesitaram em organizar-se para lutar
por seus direitos, ideais e cidadania
ontem, hoje e sempre.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese e transformá-la em livro não é uma empreitada simples e muito menos rápida. Por essa razão, é importante lembrar, no curso desta caminhada, as pessoas e as instituições que, de alguma forma, tornaram possível ou mais agradável a sua construção. E esta tarefa por si só também não é fácil. Afinal, foram tantas pessoas, em muitas ocasiões, que mencioná-las envolve o risco de esquecer alguém ou não dimensionar a importância que cada uma delas teve ou tem. Mas, mesmo assim, sob a guilhotina desse risco, é preciso agradecer.

Aos meus familiares – minha mãe, meus irmãos, meus cunhados, minhas cunhadas, meus sobrinhos, minha sobrinha e a minha esposa –, a quem também dedico este trabalho, pela paciência, estímulo e apoio que sempre depositaram em mim. Sem vocês nada disso teria sentido nem seria possível! Aos colegas e amigos que estimularam na decisão de iniciar esta nova etapa acadêmica e profissional, em particular, ao prof. Fernando Sá, pelas primeiras orientações e estímulos; ao prof. José Maria, pela orientação no mestrado; e ao prof. Muniz Ferreira, pela orientação e ponderações no doutorado; ao professor Afonso Nascimento pela interlocução; e ao prof. Ibarê Dantas, pela amizade e profícua interlocução.

A(o)s colegas e amigo(a)s de trabalho, disciplinas, pesquisa, viagens, e-mails, telefonemas, redes sociais e conversas de todas as horas da UFS,

SEED, SEMED, ANPUH, UNIT, IHGSE, UFBA, APES, Arquivo Nacional e da UFAL, sintam-se todo(a)s agraciado(a)s.

Um agradecimento especial a(o)s entrevistado(a)s José Alexandre Felizola Diniz, Zelita Rodrigues Correia dos Santos, Aglaé Fontes D'Ávila de Alencar, Clodoaldo de Alencar Filho, Guido Azevedo, Luís Antonio Barreto, Ivan Macedo Valença, José Silvério Leite Fontes, José Carlos Mesquita Teixeira, José Maria do Nascimento, José Roberto dos Santos, João Augusto Gama da Silva, Dílson Menezes Barreto, Araci Bispo do Nascimento, Jackson Sá Figueiredo, Wellington Dantas Mangueira Marques, João Bosco Rolemberg Côrtes, Antonio Bittencourt Júnior, Carlos Roberto da Silva, Edvaldo Nogueira, José Franco Azevedo, Antonio Fernandes Viana de Assis, Josué Modesto dos Passos Sobrinho, Ruy Belém de Araújo, Milton Alves, Laura Maria Ribeiro Marques, Afonso Nascimento, José Luciano Góis de Oliveira, José Ibarê Costa Dantas, Domingos Félix de Santana Neto, Irineu Silva Fontes Júnior, Antonio Alves do Amaral, Joésia Maria de Oliveira Ramos, Rosalvo Alexandre de Lima Filho, Maria de Lourdes Rodrigues Correia, Iara Viana de Assis, Tânia Soares de Souza e Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes, pela desprendida atenção com que nos receberam tornando possível, e enriquecendo, este livro.

Aos membros da banca de defesa de minha tese, às professoras Lucineide Costa Cardoso, Sandra Regina Barbosa da Silva Souza e Célia Costa Cardoso, aos professores Antônio Maurício Freitas Brito, Antônio Fernando de Araújo Sá e Muniz Gonçalves Ferreira, por aceitarem o convite, pela leitura e pelas contribuições ao corpus da tese, hora transformada em livro.

Evidentemente, os agradecimentos aos que contribuíram na construção deste e-book, não me exime de assumir eventuais lacunas ou falhas que porventura existam. Afinal, todo trabalho de pesquisa é um contínuo exercício de (re)interpretação e de (re)escrita, um *work in progress*! Oxalá, esta narrativa possa contribuir para ampliar o horizonte de conhecimento relacionado ao tema e estimule outros trabalhos, indagações e debates.

APRESENTAÇÃO

Corria o ano de 1964. No Palácio das Laranjeiras, no Rio Janeiro, por volta das 23 hs, o governador de Sergipe, Seixas Dória, ouviu do presidente João Goulart, ciente de que o general Mourão Filho já deslocava suas tropas de Juiz de Fora para a ex-capital federal, que ele não pretendia convocar um movimento de resistência, pois não se dispunha a mergulhar o país numa guerra civil para resistir aos tanques. Esperava, contudo, como disse a Seixas Dória, uma posição dos governadores do Nordeste na forma de um "apelo ao entendimento geral".

No dia seguinte, a caminho de seu estado natal, quando a situação já se definia a favor do movimento golpista, Seixas Dória fez escala em Salvador e se reuniu com seu colega Lomanto Junior, que segundo "Jango" tinha lhe assegurado que faria um manifesto em defesa da democracia. Com efeito, os jornais daquele dia tinham anunciado que ele se pronunciara a favor de Goulart. Mas logo o governador baiano mudou de lado.

Em contraste, na noite do mesmo dia, em Aracajú, o governador sergipano decidiu fazer um pronunciamento radiofônico defendendo a "legalidade institucional, as instituições democráticas, os mandatos populares e as reformas estruturais democráticas e cristãs", ao mesmo tempo em que denunciava a "ordem anacrônica e semifeudal" que submetia o homem do campo, em seu estado e no restante do Nordeste. Na madrugada do dia 2, o comandante do 2º Batalhão de Caçadores deu

ordem de prisão ao governante, que foi transferido para uma unidade militar em Salvador.

A ditadura militar começava no Brasil. Seixas Dória foi um dos poucos governadores que permaneceram no país e protestaram contra o golpe. No Nordeste, outro foi o pernambucano Miguel Arraes. Essa atitude custou a ambos longos processos sob leis de exceção e a perda do mandato popular. Mas lhes garantiu um lugar digno na história.

O depoimento de Seixas Dória, em *Eu, réu sem crime* (Rio, Equador, s/d) é até hoje leitura obrigatória para a compreensão daquele triste movimento. Seis meses depois do golpe, o próprio presidente, general Castelo Branco, reclamava da situação de anarquia militar que se instalara junto com a tomada do poder e escrevia ao coronel Ibiapina, um dos mais atuantes oficiais da chamada "linha dura": "Vejamos um caso: o Supremo dá um *habeas-corpus* aos Seixas ou ao Arrais (sic). Que devo fazer? Se não soltá-lo será muito pior do que soltá-lo. Consultar a oficialidade?".[1]

Lembro esses episódios apenas para registrar que Sergipe, no momento do golpe militar de 31 de março, assumiu um lugar desproporcional a suas dimensões geográficas. Com isso se vê que a história do país não se passa apenas nos grandes centros. Essa constatação levou José Vieira da Cruz a empreender um trabalho de fôlego sobre o movimento estudantil em Sergipe, cuja nova edição apresento ao leitor. Reproduzo aqui suas palavras: "A presente pesquisa busca contribuir com os estudos a respeito da história do movimento estudantil universitário brasileiro, pensado a partir da diversidade de contextos e temporalidades em que é constituído e é parte constitutiva". Uma investigação centrada no resgate de uma história "ocorrida tanto dentro como fora dos centros culturais nacionais e regionais do país", em busca das singularidades e das relações com o contexto nacional.

O livro faz-se, assim, num diálogo entre dois processos: por um lado, a trajetória de um movimento que, pouco antes do golpe de 1964, contava com pouco mais de uma centena de universitários, num estado que só ganharia uma universidade federal em 1968 e, por outro lado, a do movimento nacional, liderado pela União Nacional dos

1 Ver meu livro: MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a casernas*. 2 ed. São Paulo: Alameda, 2019, p.90, onde cito as memórias de Luís Viana Filho.

Estudantes (UNE), cujo epicentro estava no Rio de Janeiro e em São Paulo, com outros centros em Brasília, Porto Alegre e Belo Horizonte, todos no Sudeste.

A pesquisa abrange o período que vai dos anos 1950, quando dominava a política estudantil a Juventude Universitária Católica (JUC), passando pelo surgimento da Ação popular, (a JUC radicalizada) pela crise de 1961-1964, pela ação do Partido Comunista Brasileiro no meio universitário, pela derrota da democracia em 1964, pela reconstrução do movimento universitário sob a ditadura (até as grandes manifestações de 1968), pelos anos de chumbo, pelo renascimento da UNE em 1979, até chegara a 1985, quando o Brasil se livrou da ditadura.

Sua contribuição não se resume ao foco, inédito em sua profundidade, do caso específico de Sergipe. A obra traz muita coisa nova, não apenas no balanço das várias perspectivas teóricas que nortearam a literatura sobre o tema (em autores como Foracchi, Mendes Junior, Guilhon Albuquerque, Micelli, Mannheim, Serinelli, Gramsci, Carr, Bloch, Saes, Benjamin, Thompson e muitos outros), como na revisão que efetua da ampla produção disponível sobre os movimentos estudantis no Brasil, principalmente dos anos 1960.

Para um autor como este prefaciador, que publicou um livro sobre o tema no longínquo 1987, foi um prazer acompanhar, já no início da obra de José Vieira, a meticulosa retomada dos "outros olhares" sobre o movimento. Além de análises sobre a atuação política estudantil nos grandes centros urbanos do Sudeste do país, brotam nessa revisão textos sobre a participação estudantil universitária no Rio Grande do Norte, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Bahia, Paraíba e cidades do interior de vários estados do Nordeste.

Mais do que isso, desponta a presença feminina de autoras como Justina Iva de Araújo Silva, Bruna Neves Alves, Simone Tenório, Isabel Priscila Pimentel da Silva, Sandra Regina B. da Silva, Jamile Silva Silveira, Lucileide Costa Cardoso, Isabel Cristina Leite, Angélica Müller, Ann Mische, Joana DÁrc Costa, Ana Júlia Lima Máximo de Oliveira, Maria Zelita Batista Brito, Mirza Pellicciotta e várias outras. Um time considerável, cujo trabalho, sem desmerecer o de seus colegas, é impressionante.

Como já dissemos, o texto cobre um longo período. Aqui, pretendo me deter apenas num dos trechos do percurso, o que vai da crise da

democracia em 1961-1963 até o imediato pós golpe militar. Nesse sentido, o relato de Cruz nos revela Sergipe, guardadas suas especificidades, como um microcosmo do Brasil.

Naquela quadra agitada que se seguiu ao golpe militar frustrado de agosto de 1961, que tentou impedir a posse do vice Goulart depois da renúncia de Jânio Quadros, estavam presentes em Sergipe vários atores nacionais: os jovens universitários, dispostos a defender as chamadas reformas de base, com destaque para a da universidade; o clero progressista, na figura do bispo D. José Vicente Távora; o setor mais reacionário do Exército, representado pelo comandante militar que procura dissuadir os estudantes a se posicionar em defesa da legalidade; os movimentos de cultura popular e de alfabetização, com seu inspirador, o grande Paulo Freire; a entidade máxima dos estudantes, com seus Centros Populares de Cultura (CPCs) e a UNE-Volante, na pessoa inclusive de seu presidente, Vinícius Caldeira Brant e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), atuando em conjunto com a embaixada dos Estados Unidos, com sua intromissão nas eleições estaduais de 1962, o que não impediu a vitória de Seixas Dória.

O estado atravessou em transe aquele período de crise, que poderia ter desembocado num país mais democrático. Mas isso não ocorreu: no lugar da democracia social veio uma ditadura militar. Onde havia políticos civis surgem homens fardados, onde estava a generosidade, com todos os seus erros, de uma juventude preocupada com o desenvolvimento nacional, surge um país reacionário. No lugar das manifestações culturais inovadoras, criativas e efervescente surge o obscurantismo e a censura.

Diante do golpe, os jovens sergipanos bem que tentaram reagir, saíram em passeata, foram à praça, à espera de orientações do governo federal e das direções sindicais e partidárias. Mas, também nesse aspecto, Sergipe foi um microcosmo do Brasil. As diretrizes para a resistência não vieram, houve cassação de quatro parlamentares, com base num ato institucional "legitimado" pela força bruta, o governador, como vimos, foi preso, substituído pelo vice, empossado pelas armas vencedoras, sendo sucedido em 1967 por um novo governador, escolhido pelo Exército.

Como em outras partes do Nordeste e do país, uma tempestade atingiu o movimento popular. Em Aracaju, tropas cercaram uma reunião

sindical e prenderam sindicalistas, estudantes e outros ativistas políticos que foram presos e processados – moços e moças submetidos à engrenagem kafkiana de inquéritos policiais-militares. Casas foram invadidas, indumentárias de manifestações culturais apreendidas, a sede da União Estadual dos Estudantes Sergipanos tomada por soldados, que levaram a memória de uma geração, abrigada em seus arquivos. Em contraste, nas ruas da capital e nas de outras cidades sergipanas, a direita festejou a vitória do golpe, numa das muitas marchas "da família, com Deus e pela liberdade", que tomaram os centros urbanos de norte a sul do Brasil. Para os derrotados, como lembra José Vieira da Cruz, ficou o "grande vazio".

O livro que o leitor tem em mãos, como se pode ver pela amostra acima, tem tudo para merecer atento e demorado estudo. Recomendo fortemente a obra de José Vieira da Cruz. Nela, podemos aprender mais, não apenas sobre os estudantes sergipanos, mas sobre o próprio Brasil, país que teima em não aprender com seu passado.

Campinas, São Paulo, 31 de maio de 2021.

João Roberto Martins Filho
Professor Titular Sênior, UFSCar.
Autor de *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-68* (Campinas, Papirus, 1987)

MEMORIAL DA
DEMOCRACIA

PREFÁCIO 1ª EDIÇÃO

Os estudos sobre o movimento estudantil apareceram na historiografia brasileira um tanto tarde. Ao surgirem, revelaram-se importantes para a compreensão do processo político nacional, mas também geraram controvérsias. A variedade das manifestações estudantis, a tentativa de associar o movimento dos jovens com determinada classe social, as ilações extraídas de análises concentradas no Sudeste suscitaram questões que demandaram investigações mais localizadas.

Esses problemas teóricos serviram de referências ao professor sergipano José Vieira da Cruz no sentido de orientar sua análise *Da Autonomia à Resistência Democrática: Movimento Estudantil, Ensino Superior e Sociedade em Sergipe (1950-1985)* e situá-la dentro de uma perspectiva mais vasta. Ao ultrapassar a introdução, passamos a percorrer a narrativa do objeto de pesquisa de sua tese de doutorado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), agora transformada em livro.

De início, chama atenção a abrangência. Como o título sugere e sua introdução explicita, o autor pretende dar conta dos significados da militância do movimento estudantil, do ensino superior e de algumas repercussões na sociedade sergipana no período de 35 anos.

O fato de tomar como marco inicial o ano de 1950 ajudou bastante a proporcionar uma visão de conjunto, facultando a comparação entre dois momentos com caracteres diferenciados, correspondentes à vigência de dois regimes políticos. Primeiro, a democracia liberal exercitada num Estado de caráter populista (1950-1964). Segundo, o autoritaris-

mo implementado pelo Estado burocrático sob controle militar (1964-1985).

Esse critério político justificou a divisão do estudo em duas grandes partes. A primeira, *Autonomia e participação em tempos de nacionalismo e reformas*, cobre o início da atuação dos estudantes de nível superior até a intervenção militar. A segunda, *Do ilusório transitório à resistência democrática,* abrange o período seguinte.

A análise dessa primeira fase me pareceu bastante relevante. Embora existam trabalhos em Sergipe sobre o Movimento Estudantil, o Movimento de Educação de Base (MEB), a Educação no Governo Seixas Dória (1962-1964), o Centro Popular de Cultura, bem como outros temas correlacionados, desconheço monografia, dissertação ou tese sobre o conjunto desses 35 anos do assunto que tenha trabalhado com um manancial tão variado de fontes: livros, revistas, jornais, sites, entrevistas, atas, estatutos, regimentos, discursos, portarias, resoluções, boletins, processos, relatórios, correspondências, memórias, manuscritos, decretos, portarias, resoluções e estudos acadêmicos.

Respaldado por esse material, José Vieira da Cruz acompanhou a atuação dos alunos das faculdades então existentes, desde os primeiros passos da organização. A criação dos centros acadêmicos facultou a paulatina conquista de direitos. Nesse meio tempo, nascia a preocupação com o progresso do país, que se enriqueceu com a participação dos jovens em congressos nacionais. Esses encontros, por sua vez, marcados por debates, suscitavam uma pluralidade de interpretações. Apareciam visões de mundo associadas a correntes ideológicas que expressavam projetos mudancistas. Paralelamente, atuavam os militantes doutrinadores com seu trabalho de proselitismo na busca de conquistar adeptos para sua tendência política.

Como se estava numa fase da chamada "guerra fria", num primeiro momento, as disputas entre os que defendiam a democracia e o socialismo se explicitaram. Mas essas diferenças se atenuaram com a mudança do discurso, e a questão democrática ficou num segundo plano até ser subestimada, enquanto vista como uma instituição burguesa.

Numa época de mobilização pela criação da Petrobras, o nacionalismo ganhou enorme prestígio como postura central para o desenvolvimento do país e serviu para aproximar várias correntes ideológicas.

Como a política externa dos Estados Unidos dava motivo à resistência, o nacionalismo afirmou-se como orientação que levaria ao fortalecimento da soberania nacional. Para os comunistas que estavam com seu partido na ilegalidade e viam os Estados Unidos da América como o grande adversário da União Soviética, tornou-se conveniente assumir a postura nacionalista, deixando na sombra sua proposta de caráter universalista. Enquanto isso, o liberalismo econômico perdia terreno entre os jovens para a tendência estatista. Não foi por acaso que, entre suas resoluções no VI Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), no ano de 1956, estava a postulação pela economia dirigida.

Dentro desse contexto, José Vieira da Cruz enfocou a presença da Juventude Universitária Católica (JUC), cujos militantes, que inicialmente adotavam uma prática evangelizadora, passaram a considerá-la insuficiente diante das transformações que se foram operando nas formas de pensamento sobre a política nacional. A influência dos próprios pensadores católicos, entre os quais Emmanuel Mounier e o padre Lebret, estimularam os católicos a ampliar a preocupação com o social. Como efeito, a tensão entre os jucistas e os sacerdotes orientadores cresceu, até descambar nos anos sessenta na adoção da via revolucionária por meio da Ação Popular (AP) com argumentos filosóficos extraídos da produção de o padre Henrique Vaz.

Antes disso, o livro de José Vieira da Cruz mostra como a renúncia de Jânio Quadros, o impasse sucessório e a criação da Rede da Legalidade contribuíram para o fortalecimento dos grupos de esquerda. Pode-se ver, então, como os estudantes sergipanos, incorporados ao movimento nacional, empenharam-se em mudar a estrutura educacional do país. Reforçaram a proposta de criação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e, antes que a instituição fosse criada, lutaram pelo aumento da representação nos conselhos deliberativos das faculdades. Diante das resistências de parte de seus mestres, deflagram a greve de *um terço* por 40 dias, enquanto os debates sobre a proposta se reproduziam nas salas, nos lares, nas ruas e nas páginas dos jornais.

Se no Congresso de 1959, ano da Revolução Cubana, já se anunciava a marcha para o socialismo, no de 1961 a palavra de ordem era a formação de um pacto de unidade entre universidade, operários e campone-

ses. Era a mobilização que se acelerava com a participação dos estudantes nos movimentos de cultura e educação popular com o entusiasmo juvenil. Apoiaram e deram vida às caravanas volantes num momento único de sonhos para fundar a sociedade socialista. Mas, como "a revolução faltou ao encontro", aconteceu a intervenção militar e os jovens tornaram-se vítimas da repressão. Finou-se a primeira parte do livro neste momento de inflexão.

No segundo período, intitulado *Do ilusório transitório à resistência democrática,* o autor persistiu na mesma metodologia. A narrativa continuou pormenorizada, acompanhando o processo político com seus avanços, recuos, radicalizações, medidas traumáticas e retardamento da volta à democracia.

Essa fase, que é mais conhecida, difere bastante da anterior pela variedade de situações e pela dramaticidade. Depois do primeiro ciclo repressivo que se seguiu à ascensão dos militares, os estudantes da nova geração se inquietaram. Como o governo respondeu com a lei Suplicy, que restringiu os direitos de organização, os jovens de forma desassombrada intensificaram suas manifestações, colocando em cheque a legitimação do regime. Essas manifestações evoluíram para o enfrentamento num quadro de desigualdade de forças, enquanto os partidos considerados da esquerda revolucionária incorporavam jovens e adultos para a luta armada. Nesse meio tempo, parte dos políticos também contribuiu para inflar a contestação, resultando na edição do AI-5 que instaurou um novo ciclo repressivo.

Embora os estudantes de Sergipe não tenham optado pela luta armada internamente, alguns que, a partir de dezembro de 1968, partiram para a militância clandestina fora do Estado, pagaram um preço elevado. Sem condições de participar, as atuações dos jovens murcharam até 1974. Quando recomeçaram ainda num clima de insegurança, foi deflagrada a "Operação Cajueiro" de 1976, que sequestrou, prendeu e torturou mais de duas dezenas de cidadãos com o pretexto de impedir a reorganização do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Apesar disso, os estudantes paulatinamente voltaram à militância, dessa vez defendendo os direitos humanos e a transição política; em seguida se engajaram na campanha por eleições diretas e nos movimentos sociais.

Enfim, se a partir dos anos cinquenta até os setenta, os estudantes afastaram-se da democracia liberal e perseguiram utopias, ao desceram a porões medonhos, avaliaram as alternativas e encontraram na democracia o caminho mais seguro para construção de uma sociedade mais equânime e próspera sem abdicar da liberdade. Foi, portanto, um percurso circular de distanciamento, aventuras, sofrimentos e reaproximação.

Essa é a interpretação que pode ser colhida do livro do professor sergipano, Dr. José Vieira da Cruz, que ficará como uma referência das mais expressivas da historiografia sobre o movimento estudantil pelo volume de informações e pela análise bem desenvolvida, formando uma obra de grande mérito.

José Ibarê Costa Dantas
Professor emérito e doutor *Honoris causa*, UFS
Autor de *Tutela Militar em Sergipe, 1964-1985* (Tempo Brasileiro, 1997)

MEMORIAL DA
DEMOCRACIA

PREFÁCIO 2ª EDIÇÃO

Convida-me o Professor José Vieira da Cruz para escrever o Prefácio da reedição do livro *Da Autonomia à Resistência Democrática*: Movimento Estudantil, Ensino Superior e a Sociedade em Sergipe (1950-1985). Faço-o com o maior agrado, pela amabilidade do autor e porque incide sobre o tema da cultura académica, que não está suficientemente estudado e para o qual este livro é um contributo fundamental. Com efeito, no universo da educação e do ensino, foi o Ensino Superior/Educação Terciária que mais alterações, ajustamentos e expansão sofreu, desde meados do século XX. Para o Brasil, nas décadas de 40 e 50, foram criadas 20 Universidades Federais e 9 Universidades Católicas integradas num plano desenvolvimentista alargado.

Do período anterior, há depoimentos que revelam quanto a vida universitária era alheia à realidade social, política, estética. Nesse sentido, merecem relevo alguns depoimentos. O texto "*A vida dos estudantes*", que Walter Benjamim publicou em 1915, denunciava a indiferença do estudante e da ciência "burgueses" em face da realidade e do Estado.[1] No texto "*Le métier et la vocation de savant*", datado de 1919, Max Weber denunciou o elitismo e a plutocracia da universidade alemã, que continuava orientada para a formação de uma "*aristocratie*

1 Cf. Walter Benjamin. *Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie*. São Paulo: Cultrix, 1986.

spirituelle",[2] por contraste com a burocracia das universidades americanas, mais abertas à democratização. Neste quadro de crítica e sentido de mudança, pode associar-se o texto de Martin Heidegger sobre a "*essência da universidade*", proclamado na tomada de posse como Reitor da Universidade Berlim em 1933.[3] Heidegger tomou a "*essência da universidade*" como sendo sempre reinventada, pois que não se cinge à tradição histórica, nem à urgência da necessidade e da premência do futuro. Verdade é que, como lembra Vivian Hubert H. Green, até à Segunda Guerra Mundial, as Universidades tinham estado orientadas para a formação de uma elite intelectual e social, de filhos da aristocracia, de destinados à igreja, ao ensino, ao direito, ao serviço do governo, à medicina.[4]

Ora, é justamente na década de 50 que tem início o estudo criterioso e denso que José Vieira da Cruz reedita e ao qual não são alheios nem o elitismo do ensino universitário, nem o alargamento da universidade a novos públicos e novos territórios, nem a relação da universidade com o Estado e com a sociedade; nem a autonomia universitária e o estatuto do estudante. É neste complexo, perfeitamente ajustado ao Brasil em modernização acelerada, que Cruz inscreve e sistematiza o marco teórico; procede a uma revisão crítica da historiografia das universidades; faz a história do movimento estudantil.

Ao caracterizar esta historiografia, o autor isola duas correntes dominantes. Uma inspirada no pensamento nacionalista, cultivado no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, e que procurava evidenciar "o papel progressista do movimento estudantil na qualidade de 'forças sociais ascendentes'", aglutinador de aspectos da cultura nacional com aspectos associados a uma política de esquerda. Esta perspectiva ficou plasmada no livro *A Questão da Universidade* (1961), escrito pelo Presidente daquele Instituto, Álvaro Vieira Pinto. Uma outra perspectiva historiográfica decorre da análise da acção política dos estudantes, a partir de questões económicas e sociais.

2 In Max Weber. *Le Savant et le Politique* (2ª ed.). Paris: Librairie Plon, 1963, p. 79.
3 Cf. Martin Heidegger. *Escritos Políticos*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
4 In Vivian Hubert H. Green. *The Universities*. UK/ USA/ Australia: Penguin Books, 1969; p. 318.

Refere também José Vieira da Cruz que, ainda na década de 60, saiu publicada uma colectânea de textos de "autores clássicos e contemporâneos" sobre a sociologia da juventude, nos quais ressaltam o comprometimento dos jovens com a sociedade global e a promessa de uma nova sociedade. Manifestamente, o autor inclina-se a reconhecer que o inconformismo estudantil pode ser mais do que "um conflito de geração", tal a colocação a que o remeteu Karl Manheim. Se os movimentos estudantis desencadeados em meados do século XX se revestiram de um ideário e de vida própria, ou se são o visível da impossibilidade de aplicar a unidimensionalidade institucional e curricular que caracterizou a modernidade universitária à nova realidade, é um dilema que perpassa o estudo de Cruz, e que deixa o horizonte aberto para aprofundar o estudo sobre Maio de 68. Nessa vaga universal, cuja transversalidade Herbert Marcuse tentou compreender, ficaram silenciadas, face ao radicalismo político e ideológico que abalou a instituição universitária, vozes críticas e reformistas como a de Paul Ricoeur (tanto em Paris, quanto em São Paulo).

O estudo de Cruz é aberto e bem enquadrado. O trabalho de campo e o objecto central recaem no movimento estudantil universitário e no ensino superior em Sergipe. O autor justifica que o estudo tem início com o surgimento dos primeiros órgãos e periódicos de representação estudantil, cerca de 1950, e termina em 1985, quando, na sequência do golpe e da ditadura civil-militar, os movimentos estudantis se cruzaram com outros interlocutores e outras causas. Entende o autor que a historiografia e a produção académica sobre as universidades têm estado focadas em três planos, que designa de "impasses": a temática de classe que tende a acentuar a dimensão socioeconómica; a centração nos grandes centros Rio de Janeiro e São Paulo; a relevância atribuída ao período do golpe militar e ao imediatamente subsequente, ou seja entre 1964 e 1968. José Vieira da Cruz propõe-se abordar o tema em Sergipe e tomar a imprensa estudantil para inventariar os diferentes tipos de causas e o modo como os estudantes nelas se envolveram. Procura também indagar sobre a *intelligentsia* fora dos grandes ciclos políticos e interpretar utopias, ideias, propostas, dinâmicas que emanam a partir da academia e na relação com as classes dirigentes locais e nacionais.

O livro, como ressalta do título, está dividido em duas partes: Parte I – "Autonomia e participação em tempos de nacionalismos e reformas", e Parte II – "Do ilusório transitório à resistência democrática". Cada uma corresponde a um ciclo histórico, separados pelo golpe civil-militar de 1964. Esta cisão assinala um primeiro movimento mais interno às causas, à organização e ao amadurecimento da representação estudantil e do envolvimento estudantil. Foi um tempo de autonomia e institucionalização, de uma cultura e de modos de viver a universidade, fora e dentro de muros. Com os novos cursos e o crescimento da procura por parte de novos públicos sem tradição intelectual e cívica, muitos estudantes viram-se desenraizados dos territórios e dos ambientes familiares de origem, boa parte deles habitando residências estudantis, participando de dinâmicas e rituais académicos que contrastavam com a vivência colegial anterior. A presença dos universitários trazia às cidades neo-universitárias dinâmicas socioculturais e rituais novos. O crescimento das Academias forçou à construção dos *campi* universitários. Foi um movimento lento e o processo não foi uniforme. Nas novas cidades, como Brasília, veio a gerar cidades outras. O segundo ciclo plasmado no livro corresponde ao interstício do golpe e da ditadura civil-militar e ao tempo subsequente.

São dois ciclos históricos que assinalam que a cultura e os movimentos estudantis incidiram, numa primeira fase, em questões internas e que, numa segunda fase, se mantiveram mais amplos e politizados, como que trazendo os estudantes à realidade e à intervenção cívica, enquanto detentores de uma representação social e política, crítica e prospectiva. Enquanto aquele primeiro ciclo é mais estritamente interno e autonómico, o segundo é de maior endurecimento dos movimentos estudantis perante o poder político, também este mais obstinado em demolir o associativismo estudantil e a politização das universidades. São ideologias e modos de politização distintos: o primeiro, de identificação e institucionalização, mais alinhado com as questões e as causas intrínsecas aos estudantes e às universidades; o segundo, de resistência e mais alinhado com as questões políticas e socioculturais. Na sequência do estudo, o autor conclui e procura comprovar que, nas décadas de 50 e 60, os estudantes de Sergipe se envolveram na criação de uma universidade de Estado, ao lado de uma parte da *intelligentsia* local,

movimento que também mereceu atenção da Igreja Católica e do governo do Estado.

Na primeira parte do livro, composta por 4 capítulos, José Vieira da Cruz adopta uma perspectiva diacrónica – desde o surgimento do movimento estudantil no Sergipe, que associa à publicação do primeiro número do jornal *Academus*, editado em 1951, pelo Centro Académico Sílvio Romero da Faculdade de Direito de Sergipe, à invasão e destruição de documentação da sede da União Estadual dos Estudantes de Sergipe, na sequência do Golpe Militar de 1964. Este acontecimento interrompeu um movimento de empenho dos estudantes quer na cultura popular quer na criação de uma universidade de Estado. Este último desiderato vinha do VIII Congresso Estadual dos Estudantes Sergipianos, que decorreu na sede da Acção Católica da cidade de Aracaju, em 1958. A Universidade Federal de Sergipe viria a ser inaugurada em 15 de Maio de 1968. Por seu turno, fruto do empenho dos estudantes na cultura popular, através do Centro Popular de Cultura, vinha desde o XIII Conclave da União Estadual dos Estudantes de Sergipe, realizado na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, entre 10 e 15 de Setembro de 1963.

No capítulo II, o autor refere que o movimento de federalização do ensino superior em Sergipe foi lento, tendo sido notória, nomeadamente nos casos de direito e medicina, a iniciativa civil na fundação e manutenção de faculdades que vieram a ser incorporadas na universidade. O acesso ao ensino superior mantinha-se restritivo, em face do total de alunos que concluía o ensino secundário e o vestibular. A principal origem dos estudantes era do Estado de Sergipe, cerca de metade dos quais vinham de outros municípios que não o de Aracaju. Os diplomados ocupavam funções nesses mesmos municípios. Entre 1957 e 1964, 52,5% dos estudantes eram do sexo masculino. Quanto ao movimento estudantil, o autor informa que, no ano de 1950, foram criados os Directórios Académicos da Faculdade de Ciências Económicas, da Escola Superior de Química, da Faculdade de Direito; em 1951, o Directório Académico da Faculdade Católica de Filosofia; em 1954, o Directório Académico da Faculdade Medicina. Admite que a União dos Estudantes de Sergipe tenha sido organizada entre 1950 e 1951, pois que o Primeiro Congresso de Estudantes de Sergipe decorreu entre os dias 16 e 19 de

Dezembro de 1951. Na sequência do II Congresso, em 1953, foi criada a União Estadual dos Estudantes do Sergipe.

Como apresenta o autor, no capítulo III, foi no já referido VIII Congresso de Estudante de Sergipe, em 1958, que os estudantes começaram o mobilizar-se em torno de uma universidade do Sergipe. Nesse mesmo ano, uma delegação da Juventude Universitária Católica visitou o governo do Estado de Sergipe. O envolvimento político dos estudantes ficou manifesto, entre outros movimentos, pelo envolvimento da União Nacional de Estudantes na eleição do Presidente da República João Goulart e, a partir de 1958, na discussão da Reforma Universitária. A tese apresentada pelos Estudantes de Sergipe no I Seminário Nacional da Reforma Universitária, em Salvador, em 1961, incidia sobre exames e currículo; necessidade de um plano de reforma, participação dos estudantes no conselho deliberativo das universidades. No capítulo IV, José Vieira da Cruz sistematiza as principais causas que mobilizavam os estudantes e como foram ficando documentadas na imprensa estudantil e na imprensa periódica. A luta pela representação de um terço proporcional nos conselhos deliberativos das universidades foi generalizada e transversal aos diferentes Estados, e ficou associada à introdução da greve nos modos de contestar universitários. A co-gestão havia-se tornado um movimento internacional. No Congresso dos Estudantes de Sergipe, em 1963, a questão da co-gestão e a da criação de uma universidade, tinham-se sobreposto.

A segunda parte do livro desdobra-se pelos capítulos V a IX. Principia nos movimentos de Março de 1964, que, no Sergipe, envolvem a perseguição aos aliados do Presidente João Goulart e do governador do Estado, João de Seixas Dória. Também atingiram as organizações sindicais, camponesas, estudantis, bem assim como os movimentos culturais e de educação popular, e a Frente de Mobilização Popular. O governador e os líderes estudantis do Sergipe foram presos. A igreja católica de Sergipe dividiu-se face aos acontecimentos, tendo os conservadores mobilizado uma marcha de alunos secundaristas, "Marcha com Deus e pela liberdade", que envolveu o Colégio Estadual do Sergipe, de onde saía a principal incorporação de alunos para o ensino superior. O endurecimento da luta estudantil acentuou-se, nomeadamente em reacção à Lei nº 4.464 de 9 de novembro de 1964, Lei Su-

plicy, que submeteu os órgãos estudantis aos conselhos de instituição e os Directórios Estaduais de Estudantes aos conselhos universitários de cada Estado. Tal endurecimento levou a que o Partido Comunista Brasileiro mantivesse a hegemonia do movimento estudantil de Sergipe entre 1966 e 1978.

Como o autor desenvolve no capítulo VI, nos termos da Lei Suplicy, a União Nacional de Estudantes passava a Directório Nacional de Estudantes e ficava subordinada ao Conselho Federal de Educação. O primeiro interventor do Directório Estadual de Estudantes do Sergipe foi nomeado em Outubro de 1964 e encetou um processo eleitoral. A direcção eleita fomentou um conjunto de palestras sobre temas regionais. O movimento de contestação de outros Estados teve repercussão na eleição da nova direcção, em 1966. As eleições ficaram envolvidas em polémica e reacenderam a questão do governo universitário e da universidade de Estado. As circunstâncias alteraram-se com a criação da Fundação Universidade Federal de Sergipe, oficializada pelo Decreto-Lei, nº 269/1967. Um dos órgãos extintos foi o Directório Estadual de Estudantes.

No capítulo VII, o autor analisa e documenta a reação à Lei Suplicy, por todo o país e particularmente no Sergipe. Uma das consequências principais foi a perda de influência da Juventude Católica Estudantil, cujas tendências progressistas vieram a incorporar a Acção Popular. Nas eleições estudantis de 1968, que decorreram já no âmbito da Fundação da Universidade do Sergipe, a principal disputa era entre Acção Popular e Partido Comunista Brasileiro. No Sergipe, estes estudantes contavam com o periódico *A Verdade* e com acções junto dos estudantes do vestibular, a quem os estudantes de direito ministravam aulas. O ano de 1968, sobretudo a partir dos acontecimentos de Maio, em Paris, rapidamente extensivos a outros locais, foi muito agitado por parte do movimento estudantil de Sergipe. A uma greve dos secundaristas sucedeu um movimento grevista universitário para revisão do funcionamento dos cursos de história e do curso de medicina, nomeadamente conteúdos, exames, sistema de notas, métodos. A agitação acentuou-se com a eleição para o Directório Central dos Estudantes, em 26 de Agosto. A lista da Acção Popular tomou o lema "Libertação" e a lista do Partido Comunista Brasileiro, que venceu as eleições com 60% dos votos, to-

mou o lema "Unidade e Acção". Entre as primeiras acções contam-se a luta por uma sede e o envolvimento na causa do potássio, para que fosse explorado por uma empresa mista à semelhança da Petrobás. Notório também foi o envio de uma delegação ao XXX Congresso Nacional do UNE (União Nacional dos Estudantes), que decorreu de modo clandestino em Ibiúna (arredores de São Paulo), tendo vindo a ser dissolvido pelo Exército que prendeu estudantes.

No capítulo IX, o autor documenta as circunstâncias em que foram sendo implementados os Actos Institucionais, designadamente o Acto Institucional n.º 5. Promulgado em 13 de Dezembro de 1968, este Acto suspendia as garantias institucionais por tempo indeterminado. O Directório Central de Estudantes do Sergipe foi encerrado e nos meses seguintes houve estudantes que viram cassados os direitos políticos. Alguns passaram à clandestinidade. A Portaria do Reitor de 9 de Março de 1969 impediu os estudantes visados de participar da direcção dos órgãos académicos, mas não forçou a expulsão da academia, permitindo-lhes assim a conclusão dos cursos. Esta não-expulsão pode, segundo José Vieira da Cruz, ter acelerado a constituição da Assessoria Especial de Segurança e Informação junto da Universidade do Sergipe. Tendo esta constituição sido contígua ao esvaziamento da sede do Directório Central de Estudantes, conclui que entre meados de 1969 e início de 1975, o movimento estudantil em Sergipe, aparece, portanto, eclipsado por uma aparente desarticulação dos estudantes. Em 1975, foi reaberto o Directório Central de Estudantes com representantes dos centros de ensino então existentes – respectivamente associados às áreas de ciências: exactas, humanas, saúde e sociais, que elegeram a direcção de forma indirecta.

Foi entretanto organizada, em 1974, no Sergipe, a Ala Jovem do Movimento Democrático Brasileiro, onde também militaram alguns simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro. Foi contra os comunistas que, entre 1976 e 1978, foi movida a repressão que ficou conhecida por Operação Cajueiro. A influência destes estudantes havia forçado entretanto a reposição de eleição directas para o Directório Central de Estudantes. Com efeito, tomando em atenção a Lei n.º 5540/1968, que transferira para as universidades a responsabilidade de estabelecer critérios para as estruturas e órgãos estudantis, e atendendo ao Regimento

Geral da Universidade, a Resolução n.º 10/1978 do CONSU/UFS abria lugar à aceitação da reivindicação dos estudantes para eleições directas para o Directório. Os estudantes eleitos participaram da reconstrução da Unidade Nacional de Estudantes e levaram a cabo uma greve, em Outubro de 1979, na qual conseguiram o fim do jubilamento, que incluía a prescrição de matrícula ao final de alguns anos, e a redução da obrigação de frequência para 40% das aulas.

Procurando retirar uma conclusão geral sobre a influência do movimento estudantil na sociedade do Sergipe, José Vieira da Cruz, que, no decurso da investigação, deu particular atenção aos indivíduos, nomeando-os, infere que parte dos ex-militantes do movimento estudantil universitário passaram a constituir frações da intelectualidade política, profissional e cultural, sobretudo a partir das duas últimas décadas do século passado. Essas novas lideranças têm participado na administração de Sergipe. Deste modo, pelos ex-universitários tem passado grande parte dos projectos políticos para a sociedade contemporânea. Projectos que, segundo o autor, foram disputados entre, de um lado, nacionalistas, integrantes dos movimentos populares de cultura e partidos de esquerda, e, por outro lado, liberais, partidos de direita e anticomunistas, replicando assim o binómio que disputou o movimento estudantil. É dessa dialéctica entre história do tempo próximo e projectos do presente que Cruz dá nota de modo interpelativo, criterioso, muito bem documentado, oferecendo uma narrativa densa e inovadora.

Este livro é um trabalho rigoroso, bem escrito. O tema da cultura académica e dos movimentos estudantis não está suficientemente trabalhado e só estudos como este permitem estabelecer uma racionalidade e um modo de abordagem sob a forma de narrativa interdisciplinar teórica e conceptual, articulada com o mundo da política, particularmente com a política universitária. Ao ler o texto, fazem-se pontes com Portugal, com a historiografia internacional, com a transversalidade do Maio de 68, que, continuando a ser um marco, força a periodização da história universitária.

Esta leitura crítica e integradora da Universidade e do movimentos estudantil brasileiros, elaborada por José Vieira da Cruz, referenciado em termos acadêmicos como Cruz, traz o duplo olhar – o interno e o transversal, abrindo para outros temas e outros marcos, em ordem a

uma periodização mais geral. Assim pois, em boa hora, o autor decidiu reeditar este livro que constitui um contributo fundamental para a história e a historiografia da universidade e dos movimentos estudantis, *alma-mater* do racional e da inteligência da sociedade contemporânea, como Cruz tão bem documenta e dá a conhecer.

Lisboa, Fevereiro de 2021

Justino Pereira da Magalhães
Professor Catedrático, Universidade de Lisboa.
Autor de *Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas* (Bragança Paulista, EDUSF, 2004)

UMA HISTÓRIA DO ATIVISMO ESTUDANTIL (SOB AS LENTES DE UM RESENHISTA)[1]

Geralmente associado (mas não necessariamente) a grupos políticos de esquerda, o movimento estudantil vive uma crise importante que é também a crise da esquerda brasileira. Essa crise tem tudo a ver com o fim da experiência do comunismo em todas as partes do mundo. Especificamente em relação ao Brasil, houve um refluxo do movimento estudantil provocado pela redemocratização do país nos anos 80 do século passado. Quando ocorreu o processo de impeachment do ex-presidente Fernando Afonso Collor de Mello, o ME ganhou um importante protagonismo puxado pela mídia naquilo que ficou conhecido como "os caras pintadas". Com a chegada ao poder pelo Partido dos Trabalhadores, a esquerda e o ME também chegaram ao poder e de certa forma se acomodaram. Presentemente, com a nova crise que se abateu sobre a esquerda por conta de seu envolvimento com problemas de corrupção, observa-se um novo refluxo e um inédito avanço da direita estudantil nos *campi* universitários pelo país afora e, embora a esquerda estudantil ainda seja hegemônica em tais espaços, não consegue mobilizar estudantes para uma participação política mais expressiva. O Brasil sofreu um golpe de estado em 2016 e conhece uma crise política que mistura estado de exceção e democracia e, apesar de não faltarem bandeiras do seu interesse, o movimento estudantil está muito "parado".

1 NASCIMENTO, José Afonso do. *Resistência e adesão ao regime militar*: ensaio a partir da Comissão da Verdade de Sergipe. Aracaju: Criação, 2020, p, 197-202.

É nesse contexto de refluxo do movimento estudantil brasileiro que, em boa hora, foi lançado em fins de 2017 o novo livro de José Vieira da Cruz (doravante chamado Cruz) sobre o movimento estudantil (CRUZ, José Vieira da. *Da autonomia à resistência democrática*: Movimento Estudantil, Ensino Superior e sociedade em Sergipe (1950-1985). Maceió: EDUFAL, 2017). Para quem não o conhece, Cruz é um historiador sergipano com graduação e mestrado pela UFS e doutorado pela UFBA e que é, no momento, professor e vice-reitor da Universidade Federal de Alagoas. Esse seu novo trabalho é a transformação de sua tese de doutoramento num livro de mais de seiscentas páginas. Isso é dito, não com o objetivo de desestimular a sua leitura, mas para dar uma ideia da qualidade e da densidade da obra desse jovem historiador. Vamos dar mais algumas informações sobre o livro.

Com a publicação desse livro, Cruz se tornou "o dono do assunto" em Sergipe e, por conseguinte, também no Brasil em tratando de estudos regionais. O seu livro é uma passagem obrigatória para quem quer que deseje ou queira entender ou escrever sobre o seu tema. Como o jovem historiador social José Vieira da Cruz, que se quer próximo da historiografia inglesa (Thompson etc.), dos trabalhos de Ibarê Dantas sobre a política sergipana e de autores como Sirinelli e Gramsci, confeccionou esse trabalho tão interessante? Embora seja um livro derivado de sua tese, o autor já tinha trabalhado sobre o assunto quando escreveu sua dissertação de mestrado. Enquanto professor substituto da UFS, pôs de pé projeto de pesquisa que atraiu o interesse de muitos estudantes de História, que escreveram diversas monografias sobre o assunto e sob a sua orientação. Desse modo, acumulou muitos dados e muitas reflexões que ele desenvolverá e aprofundará no doutorado. Cruz, escrevendo seu trabalho, fez uso de uma enormidade de fontes bibliográficas, documentais e pessoais, com isso mostrando elogiável capacidade de organização e de sistematização. Sendo um pouco mais concreto, chama a atenção do leitor a gigantesca lista de livros e artigos consultados, bem como a descoberta de grande documentação encontrada em arquivos dentro e fora da UFS, mostrando que não era correta a afirmação corrente entre certos pesquisadores de acordo com a qual essa documentação sobre o movimento estudantil ou não existia ou teria sido destruída. Por último, realizou um conjunto de entrevistas com

ex-militantes estudantis e partidários, o que deve lhe ajudado a compreender melhor os processos em que estavam envolvidos os ativistas estudantis da UFS e preencher vazios encontrados na documentação e na bibliografia.

O título do livro diz muito sobre o livro, que está estruturado em duas partes. A primeira enfoca o ativismo estudantil das seis primeiras faculdades e escolas superiores de Sergipe, desde a sua fundação em fins dos anos 40 do século indo até o golpe militar de 1964 e a consequente instauração do regime militar (1964-1985). O contexto dessa fatia histórica é marcado por lutas entre forças políticas nacionalistas e entreguistas, por instabilidade política materializada mediante tentativas de golpes de estado, vasta mobilização de setores populares visando a realização das famosas reformas de base (rural, urbana, educacional, etc.). É dentro desse quadro que os universitários sergipanos se engajam tanto cultural como politicamente, primeiro sob a hegemonia da Juventude Universitária Católica (JUC) que, até o golpe vai perdendo militantes que procuram ações mais avançadas do que a evangelização e que fundam a dissidente Ação Popular (AP) e sofrendo perda de espaço para militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), geralmente oriundos do viveiro de ativistas comunistas que era o Colégio Ateneu Sergipense. Nesse período, os ativistas tiveram uma importante atuação cultural através de sua participação no Movimento de Educação de Base (MEB), do CPC da UNE volante, do CPC da UEES, da montagem de peças teatrais, de suas lutas pela reforma universitária, pela representação estudantil de 1/3 em órgãos deliberativos e pela construção de uma universidade em Sergipe, entre outras ações, sempre motivadas para a conscientização e mobilização dos setores populares e os próprios estudantes para as mudanças propaladas. Nesse período, os estudantes universitários estavam na "situação", posto que estavam ao lado do governo reformista do presidente João Goulart no Brasil e do governador também reformista Seixas Dória em Sergipe e da Igreja Católica sergipana comandada pelo arcebispo progressista Dom Távora. Com o golpe de 1964 foi jogado um balde de água fria em toda essa mobilização cultural e política e teve lugar uma desestruturação das organizações estudantis, tendo ocorrido, inclusive, prisões de muitos desses ativistas universitários. Aconteceu então o fim da autonomia, da

liberdade de organização e de expressão dos estudantes, com o que se abre a segunda parte do livro que trataremos a seguir.

A segunda parte do livro trata da resistência dos universitários sergipanos até o fim do regime militar em 1985, quando os universitários passam a atuar na "oposição". Trata-se de uma fase histórica caracterizada pela internacionalização da economia e pelo entreguismo, no meio da qual dá-se a fundação da UFS pelo regime militar – o que lhe deu aos militares uma certa legitimidade entre os sergipanos e que forneceu ao processo de resistência estudantil uma certa originalidade em comparação com outros estados brasileiros que já possuíam universidades privadas e públicas, estaduais, federais e da Igreja Católica. É nesse novo período que tem lugar a restruturação das organizações estudantis depois da repressão e da tentativa do regime militar de refundar o movimento estudantil à imagem dos militares. É claro que isso não deu certo e, agora sob a liderança de jovens ligados ao PCB, observa-se um conjunto de atividades que são mais políticas do que culturais. Os universitários se levantam contra os esforços militares para tutelá-los (via Reforma Suplicy), de novo participam dos debates sobre a criação da Universidade Federal de Sergipe e não faltam ao famoso encontro da UNE em Ibiúna no interior de São Paulo, quando são presos e em seguida enviados para Sergipe. Isso ocorreu justamente depois da ação corajosa de terem fundado o primeiro Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFS. É isso o que o autor chama de "novo ciclo repressivo" dos militares contra os estudantes. Diferentemente de Cruz, nós classificaríamos esses ciclos repressivos em quatro, sendo o primeiro em 1952, quando teve lugar uma caça aos comunistas em Sergipe e pelo menos três estudantes universitários foram presos no quartel do 28 BC; o segundo ocorreu em 1964 por ocasião do golpe militar; o terceiro em 1968 com a edição do AI-5 e o quarto ciclo em 1976 quando da realização da Operação Cajueiro, comandada pelo Exército e que prendeu e torturou estudantes universitários que compunham a Ala Jovem do MDB. Em outras palavras, incluiríamos mais um "ciclo" e destacaríamos o de 1976.

Ainda nesse período histórico, uma nova geração de ativistas estudantis comunistas aparece e vai marcar a política sergipana até hoje. Em seguida, com o definhamento do grupo de estudantes do PCB, as-

cendem ao palco político grupos ligados ao PCdoB, do PT, entre outros mais, fazendo assim uma renovação das elites políticas estudantis. Não se pode esquecer que nessa nova fase havia o cerceamento das atividades políticas dos estudantes por conta da Assessoria de Segurança e Informação (ASI), instalada no prédio da reitoria da UFS. Mesmo assim, os estudantes universitários reabrem o Diretório Central dos Estudantes da UFS e outros diretórios acadêmicos da instituição, têm participação nos Conselhos Superiores, somam-se ao movimento pela Anistia e participam da grande mobilização pelas eleições diretas para a presidência do país. Analisando os dois períodos globalmente (autonomia e resistência), pode-se concluir que acumularam derrotas e vitórias, avançaram e recuaram, em suma, estiveram presentes nas grandes lutas educacionais, sociais e políticas do período tratado pelo autor e contribuíram para o estabelecimento de uma nova ordem democrática no Brasil.

Como qualquer outro livro de qualquer autor, consagrado ou não, essa história do ativismo universitário sergipano tem seus problemas e seus méritos. Não nos pareceu suficientemente claro e cartesiano o primeiro capítulo do livro. Embora tenha a seu favor uma revisão bibliográfica que parece completa, o excesso de erudição e informação pode ter atrapalhado o processo de exposição do conteúdo desse capítulo. Os demais capítulos do livro nos passaram a impressão de um autor seguro e determinado que é, além do mais, um bom analista político. A sua narrativa não deixa dúvida sobre o seu controle das instituições, dos processos, dos atores e das lutas que são abordadas no livro. Se tivéssemos de opinar sobre a parte mais interessante do livro, diríamos que é aquela que traz mais dados e informações sobre os primórdios do movimento estudantil da UFS. Nessa parte o autor mostrou muita criatividade e habilidade intelectuais para construir a sua narrativa de jovem historiador já tarimbado.

A quem esse livro é recomendado a leitura? Acreditamos que um conjunto variado de leitores pode ter interesse nessa obra. Todos os grêmios e centros acadêmicos necessitam ter exemplares desse livro, o que vale também para todas as escolas secundárias e instituições de ensino superior em Sergipe. Embora ainda útil, aquele livrinho chamado de “O poder jovem”, de Arthur Poerner, já está muito ultrapassado.

Ex-militantes dos dois períodos cobertos pelo livro terão um grande prazer em degustar página por página dessa obra. Em nossa opinião, a reitoria da UFS deveria além comprar diversos exemplares e disponibilizá-los a estudantes e professores de graduação e de pós-graduação, deveria envidar esforços para repatriar para os quadros dessa instituição de ensino esse historiador de mão cheia que trabalha presentemente em Alagoas. O Departamento de História da UFS precisa de historiadores que também se interessem pela nossa história, como já ocorreu em tempos atrás. A transferência de Cruz da terra dos marechais para Sergipe significaria que as muitas pistas e trilhas abertas por esse historiador terão continuidade. Não é muito agradável para esse jurista ouvir de certos professores e pesquisadores daquele departamento que não escrevem sobre a história sergipana porque ela não atrai o interesse de seus colegas de outros estados.

Afonso Nascimento
Professor de Direito da UFS
Autor de *Resistência e adesão ao regime militar: ensaios a partir da Comissão da Verdade de Sergipe* (Criação Editora, 2020).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

PREFÁCIO 1ª EDIÇÃO 15

PREFÁCIO 2ª EDIÇÃO 21

UMA HISTÓRIA DO ATIVISMO ESTUDANTIL 31

INTRODUÇÃO 41

PARTE I - AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO EM TEMPOS DE NACIONALISMOS E REFORMAS

CAPITULO I - Os caminhos da pesquisa 57
1. O movimento estudantil e suas (in) definições 57
2. Os percursos da historiografia sobre o movimento estudantil 67
3. Outros Olhares sobre o movimento estudantil 73
4. A historiografia sobre o movimento estudantil em Sergipe 86
5. A importância da metodologia e das fontes 90
6. Entre a história e a memória 99

CAPÍTULO II - O surgimento do movimento estudantil universitário em Sergipe 104
1. Deslocar-se não era mais preciso 104
2. As primeiras instituições de ensino superior 109
3. Um perfil dos primeiros estudantes 115
4. A questão da idade e os debates sobre juventude 117
5. A questão do sexo e da escolha dos cursos 119
6. A União dos Estudantes de Sergipe – UES 126
7. O Academus versus o I Congresso de Estudantes de Sergipe 132
8. O I Congresso de Estudantes de Sergipe 138
9. A posição do jornal Academus 139
10. A UEES e os novos rumos do ME em Sergipe 141

CAPÍTULO III - Tempos da JUC e da reforma universitária 150
1. A JUC, a Igreja e a luta por uma universidade em Sergipe 150
2. A UEES, a Campanha da Legalidade e a imprensa estadual 159
3. Os ecos das reivindicações dos estudantes de química e de economia 167
4. O turbulento contexto político de 1961 170
5. A Reforma Universitária e seus ecos em Sergipe 171
6. I Seminário Estadual sobre a Reforma Universitária (I SERU) 178
7. A greve por "um terço" e as raízes do modelo de cogestão 185
8. Desdobramentos da greve estudantil 191
9. O debate político e acadêmico sobre o modelo de cogestão 199
10. O II SERU, a Declaração de Santo Amaro e a Universidade de Sergipe 204

CAPÍTULO IV - A UEES, o IBAD e os movimentos de cultura e educação popular ... 209
1. Os estudantes, as eleições de 1962, o IBAD e a postura da UEES 209
2. Os estudantes, a UEES e os movimentos populares de cultura 213
3. Os estudantes, a UEES e o Restaurante Universitário 218
4. Os estudantes, a segunda UNE-volante e o CPC da UEES 220
5. O congresso dos estudantes universitários de Sergipe de 1963 223
6. Os estudantes, a UEES e o golpe civil-militar de 1964 225

Parte II - O ILUSÓRIO TRANSITÓRIO À RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

CAPÍTULO V - O golpe, a sociedade e o (des)compasso do ME em Sergipe 233
1. A FMP, o golpe de 1964 e suas desventuras 233
2. O golpe de 1964 e a deposição de Seixas Dória 237
3. O golpe contra os sindicatos e os trabalhadores 243
4. A repressão ao ME e aos movimentos de cultura popular 249
5. Relato do cárcere, o apoio da família e da maçonaria 256
6. A marcha com Deus, o CES e a expulsão dos secundaristas 260
7. A expulsão dos estudantes do Colégio Estadual de Sergipe (CES) 262
8. O CES, o ensino público e a militância estudantil 265

CAPÍTULO VI - A Lei Suplicy, a intervenção na UEES e a DEE de Sergipe 269
1. A Lei Suplicy, a intervenção no ME e reação estudantil 269
2. A UEES: aderir, resistir, fechar ou sofrer intervenção 277
3. A Composição da Primeira DEE de Sergipe 282

4 A discreta atuação e a palestra do CONDESE..... 283
5. Ausência de recursos e a descontinuidade da assistência estudantil..... 286
6. Autonomia restringida, controle e vigilância..... 292
7. A tumultuada segunda eleição da DEE de Sergipe..... 296
8. Crise de legitimidade da Segunda gestão da DEE de Sergipe..... 299
9. A polêmica sobre o modelo da universidade de Sergipe..... 306
10. A criação da UFS e a extinção da DEE de Sergipe..... 311
11. O Decreto-lei de criação da Fundação Universidade Federal de Sergipe..... 313
12. Trote cultural, dissolução da DEE e o destino de seus bens..... 314

CAPÍTULO VII - "Liberdade sem democracia": a reação dos DAs à Lei Suplicy..... 318
1. A reorganização dos diretórios acadêmicos após o golpe..... 318
2. A Lei Suplicy, a FCFS e a reforma do estatuto do DAJF..... 326
3. O sentimento de anticomunismo e a defesa da democracia cristã..... 327
4. A Lei Suplicy e as eleições no DAJF..... 330
5. O discurso do presidente do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo..... 331
6. A rejeição da Lei Suplicy e a revolta dos estudantes da FAFI..... 334
7. A reação da FAFI e a polêmica nos jornais..... 336
8. Os estudantes e os significados dos ofícios do monsenhor Duarte..... 340
9. A grave advertência disciplinar..... 343
10. O fechamento do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo..... 345
11. Os institutos de humanidades e os novos diretórios acadêmicos..... 346
12. A universidade como fundação federal perde o apoio dos estudantes..... 348

CAPÍTULO VIII - (Re)organização das tendências, os protestos de 1968 e o DCE..... 351
1. (Re)organização dasTendências: POLOP, AP e PCB..... 351
2. POLOP: um programa socialista para o Brasil..... 352
3. Da JUC à AP: um programa socialista de libertação nacional..... 355
4. O PCB: um programa nacional-democrático para a revolução brasileira..... 362
5. A experiência de treinamento no setor militar do PCB..... 365
6. A militância estudantil do PCB no Nordeste e nos Congressos da UNE..... 366
7. A morte de Edson Luís, a UFS e os protestos de maio de 1968..... 374
8. A instalação da UFS e a disputa pelo DCE..... 377
9. As críticas e protestos estudantis quanto à forma de instalação da UFS..... 382
10. A prisão de Vladimir e as greves estudantis do CES e da UFS..... 388
11. A primeira greve estudantil da UFS..... 392
12. As reivindicações dos secundaristas..... 394

13. As reivindicações dos universitários 395
14. A disputa, a eleição e a posse do primeiro DCE/UFS 399
15. A eleição e a posse no primeiro DCE 402
16. As primeiras movimentações do DCE e busca por uma sede 403
17. O DCE e a campanha do "Potássio é nosso" 406
18. O cotidiano cultural, os preparativos para Ibiúna e as prisões..... 408
19. O pedágio e os preparativos para a viagem 409
20. A presença em Ibiúna..... 412
21. A máscara da "democracia" caiu..... 413
22. As famílias, a maçonaria, as autoridades e o regresso de Ibiúna 418

CAPÍTULO IX - O novo ciclo repressivo, a reabertura do DCE e a luta pelas Diretas 422
1. O AI-5 e o novo ciclo repressivo..... 422
2. A passagem para a clandestinidade 424
3. O retorno à prisão..... 425
4. A UFS e a cassação dos direitos políticos dos estudantes..... 427
5. Estudantes vigiados e o papel da ASI/AESI na UFS..... 437
6. A atuação da AESI/ASI junto à UFS 438
7. Os documentos da AESI/ASI/UFS..... 443
8. Esvaziamento, fechamento e eclipse do DCE/UFS 450
9. A passagem do eclipse, o DCE e a "Operação Cajueiro" 457
10. A atuação do PCB na Ala Jovem do MDB 462
11. A operação cajueiro: sequestros, tortura e desinformação 463
12. eleições para o DCE, Reitor e Presidente 466
13. Os estudantes universitários e a Ala Jovem do MDB..... 470
14. As eleições diretas para o DCE, reabertura e as mobilizações da sociedade 472
15. Em tempos de "Atuação": a reconstrução da UNE e a greve de 1979..... 476
16. Em tempos de "Viração": contra a ditadura e a favor das Diretas-já 482
17. Do movimento estudantil à polissemia e polimorfia da política 487

CONSIDERAÇÕES FINAIS: a dialética de um passado/presente 490

REFERÊNCIAS 504

BIBLIOGRAFIA 530

POSFÁCIO: a democracia sob outros horizontes..... 567

LISTA DE SIGLAS..... 571

SOBRE O AUTOR 575

INTRODUÇÃO

Este livro estuda as experiências de autonomia e de resistência do movimento estudantil, do ensino superior e da sociedade brasileira, a partir de Sergipe, no período de 1950 a 1985. Em torno desse campo de estudo e dessa delimitação espaço-tempo, busca-se compreender os significados da militância estudantil no processo de formação política, intelectual e cultural daqueles que compartilharam essa vivência de formação e de socialização. E, por outro lado, procura compreender também como alguns destes estudantes incorporaram-se à cena política e cultural.

Não obstante a relevância desse campo de estudo e a contribuição de pesquisas já desenvolvidas, até então ainda não havia sido elaborada uma visão de conjunto acerca dos significados da atuação do movimento estudantil universitário e do ensino superior em Sergipe no período de 1950, momento em que surgem os primeiros órgãos de representação estudantil, a 1985, quando, após o intercurso do golpe e da ditadura civil-militar, a visibilidade e a centralidade da atuação política dos universitários passam a ser compartilhadas com outros atores e outros movimentos sociais, inclusive sob a mediação de diferentes clivagens sociais que não apenas a de classe ou a da fração desta, como a princípio a historiografia tratava o tema.

Em termos historiográficos o debate sobre a natureza da inflexão política dos acontecimentos desencadeados a partir de 31 de março de

1964 e do seu consequente resultado suscita intensas disputas. Neste livro, optamos apenas por expressar acordo com a compreensão de que esse acontecimento foi um golpe de natureza civil-militar, posição atualmente consolidada por parte da historiografia, e de ditadura civil-militar. Este último ponto de compreensão, quanto a essência da ditatura ocorrida no Brasil, entre 1964 a 1985, ainda não há um consenso entre os estudiosos do tema.

Assim, partindo desse recorte temporal, 1950 a 1985, e filtrando os excessos de uma bibliografia especializada que tem atribuído a essa participação estudantil uma perspectiva romântica e mítica, aspectos devidamente criticados por Martins Filho,[1] os significados da atuação do movimento estudantil, em meio ao cenário político e cultural brasileiro durante o período enfocado, têm estimulado o debate e a produção acadêmica.

Essa produção acadêmica, entretanto, como será discutida, tem enfrentado, em termos historiográficos, pelo menos, três impasses: o primeiro é observado em relação aos debates acerca da condição de classe dos estudantes a partir de um enfoque socioeconômico; o segundo configura-se em torno da persistência de uma tradição de estudos que tendem a generalizar a atuação dos estudantes universitários brasileiros tomando como norte apenas os acontecimentos ocorridos no eixo Rio-São Paulo, apesar do crescente desenvolvimento de pesquisas dentro e fora desse eixo;[2] e o terceiro impasse concentra-se na persistência de estudos que tendem a enfocar a importância social do movimento estudantil nos primeiros quatro anos posteriores ao golpe civil-militar de 1964, deixando pouco visitados os períodos anteriores ao golpe e posteriores ao AI-5.

Em torno dessa problematização, o escopo desta pesquisa suscita alguns questionamentos. O primeiro discute o limite da noção de classe, visto pelo prisma da determinação econômico-social como condição suficiente para entender a participação política e cultural dos estudantes no contexto histórico em estudo. O segundo é dirigido à persistência

1 MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar.* São Paulo: Papirus, 1987.

2 MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Campinas/SP: Mercado das Letras; São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998.

de uma historiografia que, tomando como referência apenas os grandes centros urbanos e uma ou outra entidade estudantil, caracteriza a atuação dos estudantes e de seus movimentos, independentemente do tempo e do lugar em que foi tecida, a partir de parâmetros gerais e invariáveis. E o terceiro questionamento relaciona-se à concentração de pesquisas no período dos anos de 1964 a 1968.

Frente a essa problematização, torna-se necessário estudar os significados da história do movimento estudantil universitário no período de 1951 a 1985, fora dos grandes centros urbanos e culturais do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, e mesmo fora de centros urbanos e culturais regionais, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco ou Bahia. Esse tipo de questionamento pode ajudar a compreender singularidades e inter-relações acerca da atuação estudantil, tanto dentro como fora desses centros urbanos e culturais.

Dentro desse horizonte de discussões, esta pesquisa tem como foco estudar a história do movimento estudantil universitário em Sergipe no período de 1950 a 1985. Em torno desta proposta de estudo, ganham forma três hipóteses de investigação. A primeira sugere a possibilidade de uma melhor compreensão dos significados atinentes às experiências e às expectativas dos processos sociais dos quais os estudantes universitários em Sergipe tomaram parte no período em discussão.

A segunda sustenta a possibilidade de elaboração de um estudo sobre as experiências desses universitários, particularmente a partir de seus órgãos de representação, embasado no exame de fontes escritas produzidas pelos ou sobre esses estudantes no período em apreço, assim como através das experiências registradas em entrevistas realizadas com alguns dos estudantes que atuaram de forma militante ou não no período. Desta forma, a partir do diálogo com essas fontes – tanto escritas quanto orais – e com a bibliografia disponível, é possível analisar os diferentes significados dos processos sociais dos quais esses estudantes tomaram parte.

E a terceira, e última, hipótese, sinaliza que o descortinar de uma história do movimento estudantil universitário em Sergipe no período de 1950 a 1985 transcende os recortes de temporalidade dos convencionais marcos políticos, ainda que se sirva deles, para revelar peculiaridades acerca da formação, reprodução e/ou renovação de frações da

intelligentsia cultural e política do estado nas quatro primeiras décadas da segunda metade do século XX.

A gestação dessa *intelligentsia* a partir da década de 1950 parece ampliar a interpretação elaborada por Luciano Martins para os intelectuais e políticos brasileiros da primeira metade do século XX. Estes, segundo sua discussão, pareciam ser dotados de um "sentido de missão" e, ao mesmo tempo, desprovidos de utopia.[3] Aqueles, isto é, a *intelligentsia* política e cultural formada a partir da segunda metade do mencionado século, sob o prisma interpretativo desta pesquisa, além de compreenderem o sentido político de sua formação, portanto de sua missão profissional, também parecem deixar transparecer, tanto em seus discursos como em suas ações, os debates e as utopias nacionalistas, reformistas, populares e de resistência ideológica.

Desta forma, ao menos em parte, os estudos sobre movimento estudantil ou sobre a participação política e cultural dos estudantes universitários a partir da década de 1950, reservada a devida crítica às visões românticas e míticas sobre eles, parecem transparecer não apenas o caráter de "missão" como também o da busca de uma "utopia" transformadora.[4]

Sérgio Miceli, por sua vez, ao analisar as relações dos intelectuais e as classes dirigentes do país, toma como ponto de interpretação a discussão sobre a tradição de cooptação dos intelectuais pelo Estado. Esta relação, segundo o autor, em parte fundamenta-se na sedução que o poder estatal exerce sobre esses intelectuais que, embora não hesitem em dizer que só têm compromisso com as suas ideias, na prática não escapam da cooptação como um dado estrutural da sociedade brasileira.[5] A partir dessa discussão, a formação de novos quadros intelectuais, em particular a partir dos efetivos estudantis das universidades, termina-

3 MARTINS, Luciano. "A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil 1920 a 1940". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 4, v. 2, junho de 1987, pp. 65-87.

4 RIDENTI, Marcelo Siqueira. *Em busca do povo brasileiro:* artistas da revolução, do CPC à era da tv. São Paulo: Record, 2000, pp. 19-60.

5 Ver a respeito em: MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945).* São Paulo, Difel, 1979; em: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008; e em: GRAIEB, Carlos. "Sob as asas do poder: entrevista com Sérgio Miceli". In: *Revista Veja on-line*. Ed. 1.710, 25 de julho de 2001. Disponível em: < http://veja.abril.com.br/250701/entrevista.html >. Acessado em 28/10/2011.

ria por contribuir para a reprodução e/ou renovação da *intelligentsia* a serviço das classes dirigentes do país.

Sob outro prisma, tanto a discussão a respeito da formação da *intelligentsia* brasileira na primeira metade do século XX, abordada por Martins, como sobre a tradição de subordinação dos intelectuais às classes dirigentes do país, descritas por Miceli, têm esbarrado, por vezes, na dificuldade em se precisar a definição desse campo de conhecimento e, sobretudo, de seus conceitos-chave: inteligência, *intelligentsia* ou intelectuais.

Nesse sentido, do ponto de vista teórico, a necessidade de compreender o papel dos estudantes universitários, em particular suas experiências e expectativas em relação ao poder – seja durante o período em que eles são estudantes ou na fase de inserção profissional, política, científica, artística ou cultural na sociedade –, exige a busca de uma delimitação conceitual que comporte a complexidade dessa discussão e da problemática a ela relacionada. Dentro dessa perspectiva, este livro dialoga com a definição de intelectual formulada por Jean-François Sirinelli, que se reveste de uma dimensão polimorfa, isto é, com muitas formas, e polifônica, ou seja, constituído por uma simultaneidade de vozes, razão pela qual essa temática configura-se como uma contínua história em construção.[6]

Inserido nesse horizonte teórico e conceitual, a formação dos estudantes universitários em Sergipe e suas experiências e expectativas políticas, culturais e sociais, fomentadas entre 1950 e 1985, podem ser compreendidas também a partir da relação com a *intelligentsia* do estado ou de suas relações, enquanto intelectuais em formação, com as classes dirigentes locais e nacionais, no sentido empregado tanto por Sirinelli quanto por Antonio Gramsci.

Gramsci, por sua vez, enquanto pensador socialista vinculado ao Partido Comunista Italiano, ao discutir a definição de intelectuais e o papel destes junto à sociedade, observou como esta questão é diversificada e complexa. Nesse sentido, o mencionado pensador compreende que, não obstante todas as pessoas serem intelectuais, apenas algumas

6 SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In: RÉMOND. René. *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 231-270.

exercem funções de organizadores da cultura e da política. Essas funções, por sua vez, podem ser configuradas tanto a partir do trabalho de estruturação/conservação ou de transformação/mudança da sociedade. Desta forma, entre as diversas interpretações atribuídas a esse pensador a respeito do papel dos intelectuais, é possível alagar a compreensão do intelectual engajado para compreendê-lo como mediador entre a sociedade, em sentido global/internacional, e os diferentes projetos de modernidade/nacionalidade que ela tem assumido, sobretudo no último século.[7]

Essa compreensão, articulada ao papel dos estudantes – enquanto intelectuais em formação – em relação à política, à cultura e à sociedade, também dialoga com as definições gramscianas de hegemonia, configuração de relações de poder e de direção,[8] e de sociedade civil, esfera não estatal formada pelo conjunto da sociedade não pertencente à sociedade política, mas que interage com ela na constituição do Estado.[9]

Em Sergipe, a esse respeito, verifica-se que, não sem razão, parte do atual segmento político e intelectual do estado parece ter partilhado das experiências culturais e das disputas políticas ocorridas no movimento estudantil universitário no período estudado por este livro. Dentro dessa perspectiva, alguns desses ex-estudantes que vieram a compor as mencionadas frações dirigentes do estado foram entrevistados pelo jornalista Osmário Santos numa série de reportagens biográficas posteriormente reunidas em livro. Esta obra, embora não tenha um caráter historiográfico e um critério seletivo preciso para sua composição, evi-

7 A respeito desse pensador ver: GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978c. E ainda: AGGIO, Alberto. "A 'classicidade' de Gramsci e o tema dos intelectuais". In: *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 32, 2010, pp. 75-91.

8 Ver a respeito em: GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; e em: ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. "O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe". In: *Lua Nova*. São Paulo, n. 80, pp. 71-96, 2010, pp. 71-96.

9 A respeito das discussões sobre sociedade civil fundamentada nas reflexões de Antonio Gramsci, ler: GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a; GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b; e ainda: LAHUERTA, Milton. "Intelectuais e resistência democrática". In: *Gramsci e o Brasil*, 2001. Disponível em:< http://www.acessa.com/gramsci/?id=23&page=visualizar>. Acessado em 10/09/2011.

dencia a presença de alguns desses estudantes entre aqueles que figuram no cenário partidário e institucional do estado.[10]

Evidentemente, a presença de letrados, com curso superior, no campo da esfera político-partidária e institucional não é algo novo e nem recente na história, como se pode observar na extensa bibliografia existente a respeito.[11] Contudo, não é objetivo deste livro configurar-se como um estudo sobre a formação da *intelligentsia* ou da elite política e intelectual de Sergipe na segunda metade do século XX, em particular nas suas últimas décadas, o que se constituiria numa tarefa muito maior que as pretensões deste estudo. Assim, nosso intuito é utilizar essa discussão como uma possibilidade, ou fio condutor, para interpretar as fontes e as discussões historiográficas arroladas neste livro.

Nesse sentido, um dos fios condutores deste estudo, enfocado, sobretudo na primeira parte desse livro, será buscar compreender como, em meio aos horizontes nacionalistas, reformistas e dos movimentos populares que pululavam na década de 1950 e nos primeiros anos da década de 1960, os estudantes universitários, por intermédio de suas entidades representativas, lutaram a favor da criação de uma universidade no estado. Essa luta mobilizaria também as atenções da Igreja Católica, do governo do estado e de parcelas da *intelligentsia* de Sergipe.

Dessa forma, o objetivo deste estudo é o de compreender a importância da atuação cultural e política dos estudantes universitários no período de 1950 a 1985. Essa finalidade é reforçada pelo interesse de compreender as experiências de autonomia política vivenciadas pelo movimento estudantil universitário nos primeiros anos que seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial até os acontecimentos que culminaram com o golpe civil-militar de 1964.

10 SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2002.

11 A este respeito destaco: CHARTIER, Roger. *A História cultural*: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem:* a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980; GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009; SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001; SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. *A formação intelectual da elite sergipana (1822-1889)*. São Cristóvão: NPGED/UFS, 2004; BARRETO, Raylane Andressa Dias Navarro. *A formação de padres no Nordeste do Brasil (1894-1933)*. Natal: EDUFRN, 2011.

Na segunda parte desse livro, buscamos investigar como, diante das restrições impostas às experiências de autonomia política do movimento estudantil e de seus participantes, uma parcela dos estudantes universitários, mesmo sendo alvo do controle, vigilância e repressão dos órgãos de segurança e informação, conseguiu reorganizar o movimento estudantil; encontrar formas de reagir às intervenções impostas às suas entidades representativas, à cassação de seus direitos políticos e à repressão política imposta pela ditadura civil-militar; e, após um período de relativo eclipse, encampar o caminho da resistência democrática.

Além desses objetivos, a presente pesquisa busca contribuir com os estudos a respeito da história do movimento estudantil universitário brasileiro pensado a partir da diversidade de contextos e temporalidades em que ele é constituído e é parte constitutiva. Colabora, assim, para o estudo de uma história sobre movimento estudantil ocorrida tanto dentro como fora dos centros culturais nacionais e regionais do país, seja no sentido de discutir suas singularidades, seja no de analisar suas inter-relações com os acontecimentos políticos nacionais nos quais os estudantes brasileiros, por vezes, tomam parte.

Descortinar alguns dos meandros desse passado presente, atinente ao movimento estudantil, ao ensino superior e à sociedade em Sergipe no período de 1950 a 1985, sobretudo no tocante à importância da participação dos estudantes nos debates políticos e culturais da sociedade, faz parte desta pesquisa. Assim, a estrutura do presente livro contém, além desta introdução, duas partes, subdivididas em capítulos e estes em subtópicos; seguidos das considerações finais, indicação das fontes e bibliografia.

Em torno dessa discussão, a **primeira parte** denomina-se *Autonomia e participação em tempos de nacionalismos e reformas* e está subdividida em quatro capítulos. O **capítulo I**, intitulado *Os caminhos da pesquisa*, discute o movimento estudantil e suas (in)definições, analisa os percursos da historiografia sobre o movimento estudantil, debate outros olhares historiográficos sobre o tema, apresenta o estado da arte sobre as discussões historiográficas sobre o movimento estudantil em Sergipe, avalia a importância da metodologia e das fontes na construção dessa pesquisa e, por fim, discute, dentro do escopo de pesquisa do movimento estudantil, a relação entre a história e a memória.

O **capítulo II** analisa o surgimento do movimento estudantil universitário em Sergipe a partir da criação das instituições de ensino superior e das primeiras entidades representativas desses estudantes e do estudo do perfil inicial destes. Discute a auto representação que o jornal estudantil *Academus* fazia do movimento, a mudança de nome/sigla da União dos Estudantes de Sergipe (UES) pela União Estadual dos Estudantes de Sergipe (UEES), assim como os novos rumos que o movimento passou a tomar a partir da criação desta instituição.

O **capítulo III**, por sua vez, examina o envolvimento da Juventude Universitária Católica (JUC) com a luta pela criação de uma universidade no estado, com os debates e mobilizações pela reforma universitária e, em particular, em torno da luta por "um terço" de participação estudantil nos órgãos deliberativos de cada instituição de ensino superior, assim como pelo preenchimento das vagas existentes nos cursos. Além disso, esse capítulo analisa a participação dos estudantes universitários nos seminários (nacionais e estaduais) em favor da reforma universitária e investiga os significados da "Declaração de Santo Amaro das Brotas" na luta pela criação de uma universidade em Sergipe.

Já no **capítulo IV**, as discussões voltam-se para a participação dos estudantes universitários, através da UEES, nos debates políticos partidários do período. Nesse sentido, analisa as supostas ameaças de interferência de pessoas relacionadas ao Instituto Brasileiro Democrático (IBAD) no movimento estudantil, discute a participação dos estudantes universitários nos movimentos de educação e cultura popular (MCP), e, finalmente, descreve como se encontrava o movimento estudantil universitário no estado às vésperas do golpe civil-militar de 1964.

Intitulada *Do ilusório transitório à resistência democrática*, a **segunda parte** deste livro subdivide-se em cinco capítulos dedicados a investigar a atuação dos estudantes e de suas entidades durante o período da ditadura civil-militar. Articulado a essa discussão, o **capítulo V** aborda o (des)compasso provocado pelo golpe na sociedade civil do Estado de Sergipe, mais especificamente sobre as lideranças dos movimentos estudantil universitário e secundarista. Discute ainda o apoio dos familiares e de alguns segmentos da sociedade aos estudantes e demais presos políticos.

A reação dos universitários em relação à Lei Suplicy e ao processo de intervenção na UEES é o tema do **capítulo VI**. Em torno dessa discussão, estuda-se a transformação da UEES em DEE (Diretório Estadual dos Estudantes) de Sergipe, até sua extinção em 1967. Neste capítulo também é abordada a polêmica a respeito do modelo de constituição da universidade de Sergipe, assim como enfocam-se os protestos estudantis ocorridos em 1968 na solenidade de instalação da Fundação Universidade Federal de Sergipe, cuja sigla inicialmente foi denominada de FUFSE e atualmente é representada como UFS.

O **capítulo VII**, ao seu tempo, analisa a adaptação dos diretórios acadêmicos à Lei Suplicy e, sobretudo, a revolta dos estudantes da Faculdade Católica de Filosofia contra a postura assumida pela direção da faculdade. Os acontecimentos relacionados a essa revolta, tratados nos principais jornais locais, transpuseram os muros da faculdade, envolvendo autoridades de ensino, estudantes e setores da Igreja Católica e da imprensa, além de resultar no esvaziamento do diretório acadêmico daquela instituição de ensino, bem como em advertências e em sanções disciplinares para alguns de seus participantes.

O **capítulo VIII**, por sua vez, discute a retomada das mobilizações políticas do movimento estudantil universitário em Sergipe a partir da rearticulação de suas tendências políticas, do envolvimento dos universitários com os debates relacionados à criação do primeiro Diretório Central dos Estudantes (DCE), das mobilizações dos universitários eleitos para representar o estado no Congresso de Ibiúna, dos desfortúnios da prisão desses estudantes no mencionado congresso e da mobilização de seus familiares e de alguns segmentos da sociedade em favor da preservação dos direitos e da integridade física desses universitários.

Por fim, o **capítulo IX** aborda o novo ciclo repressivo estabelecido a partir da decretação do Ato Institucional nº 5 e do Decreto-Lei nº 477/1969. Dentre os assuntos discutidos nesse capítulo estão: a volta à prisão dos estudantes de Sergipe que participaram do Congresso de Ibiúna, a cassação dos direitos políticos de algumas das lideranças estudantis da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a vigilância dos órgãos de segurança e de informação que atuaram em Sergipe sob os estudantes, o esvaziamento e fechamento do Diretório Central dos Estudantes (DCE), o impacto da "Operação Cajueiro" sobre os estudantes

e outros segmentos da sociedade, a reabertura do DCE e o papel do movimento estudantil no processo de democratização da sociedade brasileira a partir de seus desdobramentos em Sergipe, no caso a luta por eleições diretas para o DCE, para a Universidade e para a Presidência da República.

Nas **considerações finais**, estabelecemos os pontos de contato entre os diversos olhares projetados sobre os universitários nesse período, contabilizando alguns dos fatos que demarcaram o movimento estudantil, o ensino superior e a sociedade em Sergipe a partir da década de 1950, quando surgem os primeiros registros de uma entidade de representação universitária, até 1985, horizonte sobre o qual são construídos pela sociedade civil brasileira outros e novos movimentos sociais que passam a compartilhar e a disputar a tessitura do protagonismo político e do ativismo cultural no estado, no país e no mundo.

PARTE I

AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO EM TEMPOS DE NACIONALISMOS E REFORMAS

Além disso, **a escola superior cria novas cogitações**, preocupações mais elevadas. **Nos pequeninos meios provincianos**, os assuntos prediletos são ou a politicalha local, ou a maledicência ou a limitada economia regional, ou as fastinhas (sic) do ano... É natural que assim aconteça. **Com a escola superior, surgem outras aspirações, outras ideias, outras palestras**. Nos moços que frequentam as Faculdades de Sergipe, já tenho observado um progresso no sentido referido (...).

Basta este exemplo para se ver como podem influir beneficamente até sobre os **costumes** as escolas superiores, levando a mocidade a uma concepção mais alta da vida humana e contribuindo dest'arte para sua crescente espiritualização.[1]

**** 25 – O Presidente eleito prestará no ato da posse, o seguinte compromisso solene:

Prometo manter, defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição dos Estudantes do Estado de Sergipe, promovendo o bem estar da **classe estudantil**, sustentando-lhe **a união, a integridade e a independência**.[2]

**** 11 – A direção do estabelecimento **não poderá intervir na vida do Diretório**, respeitado o título XII do Decreto nº 19851, de 11-04-1931.[3]

1 LIMA, José Augusto da Rocha. "O ensino superior em Sergipe". In: *Academus*. Ano II, n. 3, janeiro de 1952, p.1. (negrito nosso). [O autor deste artigo foi um dos primeiros diretores da Faculdade de Direito de Sergipe].
2 UEES. *Constituição da União Estadual dos Estudantes de Sergipe*. Aracaju: CISLA, 1954, pp. 10-11. (negrito nosso).
3 BRASIL. *Decreto n. 37.613*,19 de julho de 1956.

CAPITULO I

OS CAMINHOS DA PESQUISA

1. O MOVIMENTO ESTUDANTIL E SUAS (IN) DEFINIÇÕES

> A sessão de instalação do [XIV] Congresso [da UNE], realizou-se às 21 horas do dia 28 [de julho de 1951], tendo, nessa ocasião, usado da palavra em nome da delegação sergipana, o colega Luiz Otávio de Aragão, cujo discurso foi uma verdadeira profissão de fé democrática, deixando patente a posição da bancada, como intransigente defensora dos interesses da classe.[4]

A notícia da participação da delegação sergipana e do discurso de Otávio de Aragão na sessão de instalação do XIV Congresso Nacional da UNE, realizada em 1951 na cidade do Rio de Janeiro, publicada no jornal *Academus*, órgão oficial do Centro Acadêmico Sílvio Romero – instituição representativa dos estudantes da então Faculdade de Direito de Sergipe –, ressaltou, entre outros aspectos, a "verdadeira profissão democrática" e a "intransigente defesa dos interesses da classe" como valores exaltados pelos estudantes de Sergipe naquele conclave.

A centralidade na "defesa da democracia" e no "interesse de classe", não obstante os diferentes significados e contradições que as duas discussões frequentemente evidenciam,[5] revelam, em certa medida, dois focos de atenção presentes nos debates sobre o movimento estudantil ou a ele relacionado, sobretudo no período associado às quatro primeiras décadas da segunda metade século XX. Por um lado, esses dois en-

4 ALENCAR. J. C. Fontes de. "A delegação do C.R.S.A. e os trabalhos do Congresso – Rio, 28 de julho a 6 de agosto de 1951" [reportagem]. In: *Academus*. Ano I, n. 1, setembro de 1951, p.6. No título dessa reportagem a sigla do Centro Acadêmico Silvio Romero encontra-se impresso como CRSA, quando deveria ser CASR.

5 Ver a respeito em: SANTOS, Boaventura de Souza. *Democratizar a democracia*: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; e em: WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo*: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

foques tocam em questões importantes sobre o horizonte de expectativas e de experiências desses estudantes, de seus movimentos e de suas instituições representativas; por outro, apresentam um ponto de vista interpretativo de interesse histórico e historiográfico.[6]

As experiências e as expectativas dos estudantes universitários no decurso da segunda metade do século XX – apontadas de modo preliminar no discurso do representante de Sergipe no XIV Congresso da UNE – não se constituem por si em "uma história concreta – passada, presente ou futura",[7] mas revelam generalizações que precisam ser conhecidas e analisadas em razão do tempo, do lugar e do contexto social nas quais elas se constituíram e foram constituídas, a exemplo dos desdobramentos e das inter-relações do movimento estudantil universitário em cada um dos diferentes estados brasileiros em diferentes temporalidades históricas.[8]

Nesse sentido, enfatizar, enquanto discurso, a importância da defesa da democracia como "uma verdadeira profissão de fé" ou a "defesa intransigente dos interesses de classe" por parte dos estudantes por si só não basta para compreender os significados e as singularidades que esses enfoques alcançaram em diferentes lugares, temporalidades e contextos sociais. Dessa forma, do ponto de vista desta pesquisa, é preciso avaliar os registros das experiências e expectativas vividas pelo movimento estudantil universitário de Sergipe, nas primeiras décadas da segunda metade o século XX, como objeto de estudo apreciado a partir daquilo que Edward Carr classificou como um contínuo processo de interpretação das fontes frente a "um diálogo interminável entre o passado e o presente",[9] um diálogo que se renova a cada informação avaliada e a cada interpretação verificada e discutida. Afinal, como colocou Marc Bloch, a essência das ações dos homens e das mulheres no tempo é uma "grande variável", e as causas dessa variável na "história,

6 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RIO: 2006, pp. 161-190.

7 KOSELLECK, Reinhart. *Op. cit*., p. 306.

8 MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Op. cit.

9 CARR, Edward Hallet. *Que é história?* Tradução de Lúcia Maurício de Alverga, revisão Maria Yedda Linhares. 3. ed. São Paulo: Paz Terra, 1982, p.65.

como em outros domínios, não são postuladas" e sim buscadas,[10] portanto, continuamente (re)interpretadas.

Assim, por um lado, é preciso compreender o sentido da defesa dos valores democráticos, feita pelo representante de Sergipe no citado Congresso, como uma expressão de um momento histórico marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial, pelo fim da ditadura do Estado Novo e pelo início das implicações políticas provocadas pela Guerra Fria, particularmente entre os defensores dos ideais capitalistas e comunistas.[11] Por outro lado, é necessário discutir como a defesa desses valores fez-se presente na luta desses estudantes por uma universidade no estado, e, sobretudo, na criação e organização das entidades estudantis ocorridas no período entre 1950, quando elas começam a surgir no estado, e 1964, quando ocorre um golpe civil-militar e a subordinação dessas entidades à Lei 4.464/1964; e, por fim, como, a partir da mencionada data – num horizonte de repressão política e de cerceamento de direitos –, os estudantes passaram a repensar suas estratégias e terminaram por reafirmar a defesa da democracia contra mais um período autoritário que havia sido instalado no país, desta feita, como consequência do golpe, a ditadura civil-militar de 1964 a 1985.

Diante do exposto, não obstante a democracia ter se tornado um *cânone* para a política no Ocidente,[12] algumas poucas décadas depois do fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil e vários outros países da América Latina, viveriam os transtornos relativos à instalação de ditaduras políticas, distanciando-se dos valores democráticos e das garantias estabelecidas pelo Estado de Direito.[13] Nesse sentido, compreender como uma parte da sociedade brasileira, em particular os estudantes universitários, lidou com essa questão ajuda a pensar como nesse novo período de ditadura, a democracia, enquanto valor político universal, foi relegada a segundo plano na agenda política do país.

10 BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia a história, ou, o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001, p. 159.

11 DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, pp. 153-307.

12 SANTOS, Boaventura de Souza. *Democratizar a democracia*. Op. cit.

13 FICO, Carlos, FERREIRA, Marieta de Moraes, ARAÚJO, Maria Paulo, QUADRAT, Samatra Viz (Orgs). *Ditadura e democracia na América Latina*: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

Já o enfoque sobre a "defesa dos interesses da classe", também presente no discurso do representante de Sergipe no XIV Congresso da UNE, suscita a discussão a respeito do uso da definição "classe social" como conceito apropriado ou não para apreender os significados dos interesses dos estudantes universitários, ou, em uma acepção mais específica, interesses políticos dos estudantes enquanto segmento da sociedade.[14] Este último sentido, do uso da palavra "classe" enquanto discurso político em defesa dos interesses dos estudantes, mais que uma definição conceitual de caráter sociológico, parece melhor se aproximar dos significados históricos relacionados ao apropriado pelos estudantes no período em estudo, sobretudo na década de 1950, como será apreciado no curso deste livro.

No tocante ao uso do conceito "classe social" como uma das palavras-chave para se estudar o movimento estudantil, alternam-se argumentos favoráveis e contrários a sua utilização. Entre os argumentos contrários, alega-se a dificuldade de seu uso em razão de os estudantes ainda não estarem inseridos no mercado de trabalho e suas condições sociais de origem não serem suficientes para definir essas práticas associativas nos moldes de uma cultura de classe. Uma segunda restrição, por um lado, aponta para os riscos de certo determinismo econômico e sociológico implícito ao uso de uma ou de outra conceituação; por outro lado, não obstante as dificuldades quanto à associação dos estudantes enquanto classe social, para alguns estudiosos – dentre os quais Martins Filho –, ao menos até a década de 1970, a origem da classe social dos estudantes se constituiu em fio condutor para os estudos sobre o tema.[15]

Outra linha de argumentação desloca-se do debate acerca da centralidade ou não do conceito de "classe social" para o campo de discussões acerca do confronto de geração, da sociologia da juventude e das diferentes dimensões da cultura e do cotidiano relacionadas aos jovens e aos grupos juvenis. Essa outra linha, a partir de uma perspectiva des-

14 A definição de "conceito" utilizada neste livro consiste em: "Ação de formular uma ideia por meio de palavras; definição, caracterização". In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 445. E ainda sobre a discussão metodológica acerca da definição de conceitos, ver: LAKATOS, Eva Mari, MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991, pp. 102-112.

15 MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Op. cit., pp. 8-20.

centralizada, fragmentada e pluriclassista, discute as mobilizações, os protestos e as discussões relacionadas à(s) identidade(s) cultural(ais) da(s) juventude(s), dos jovens e de suas redes sociais, sobretudo no campo sociológico, antropológico e educacional.[16]

Adotar qualquer um desses argumentos ou restrições para compreender a história dos estudantes, assim como de seus movimentos, significaria reconhecer a prevalência da teoria "sobre o fenômeno histórico que se propõe teorizar",[17]ou de uma teoria ou paradigma sobre os demais, no lugar de colocá-los "em um campo de diálogos".[18] No caso do uso do conceito "classe social", não obstante os seus possíveis sentidos políticos e/ou econômicas, ele se faz presente em diversos trabalhos fomentados em torno da história do movimento estudantil no Brasil. Por essa razão, para se avançar neste campo de conhecimento, faz-se necessário discutir este conceito, uma vez que ele se encontra presente nos discursos do movimento estudantil e, ainda, observar como ele é trabalhado e ressignificado pela historiografia.

Assim, problematizar o uso do conceito de "classe social" ou de suas diferentes definições não significa negligenciar a possibilidade de discuti-lo.[19] Além disso, na construção de um debate historiográfico sobre o movimento estudantil universitário, o que não se pode esquecer, é a necessidade de tomar como ponto de partida o todo social que envolve

16 Destaco a respeito: BOURDIEU, Pierre. "A 'juventude' é apenas uma palavra". In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, pp. 112-121; ABRAMO, Helena Wendel. "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil". *Revista Brasileira de Educação*, n. 5, mai-ago de 1997, pp. 25-36; GROPPO, Luís Antônio**.** *Juventude*: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000; e ainda: MISCHE, Ann. "De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política". In: *Revista Brasileira de Educação*. n. 6, set-dez, 1997, pp. 134-150.

17 THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Tradução Walten Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 270.

18 BARROS, José D'Assunção. *Teoria da história*: princípios e conceitos fundamentais. V. I, Petrópolis: Vozes, 2010, p. 83.

19 A respeito do conceito de classe social, sobretudo no campo da história social, ver: SAVAGE, Mike. "Classe e história do trabalho". In: BATALHA, Cláudio H. M, SILVA, Fernando Teixeira da, FORTES, Alexandre (Org.). *Cultura de classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, pp. 25-48; e os trabalhos de: NEGRO, Antonio Luigi. "Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 16, n. 31 e 32, 1996, pp. 40-61, e do mesmo autor: NEGRO, Antonio Luigi. "Um certo número de ideias para uma história social ampla, geral e irrestrita". In: MALERBA, Jurandir, ROJAS, Carlos Aguirre. (Orgs). *Historiografia contemporânea em perspectiva*. Bauru: EDUSC, 2007, pp. 69-96.

os estudantes, seus movimentos e suas entidades representativas. Contexto que, no caso dessa pesquisa, envolve a expansão do ensino superior federal, o debate da reforma universitária e a dinâmica política da sociedade brasileira na segunda metade do século XX.

Dessa forma, ainda que esse ou aquele conceito venha acompanhado de outras clivagens, como a discussão de gênero, geração, faixa etária, debate raciológico, condição social de origem, posição política ou religiosa, faz-se necessário dimensionar as diferentes relações de poder e, consequentemente, os diferentes níveis de disputa tecida no fazer-se da história desses estudantes em meio ao todo econômico, político, cultural e social do qual eles fazem parte e com o qual interagem.

Dentro dessa perspectiva, a compreensão acerca de "classe estudantil" enquanto classe social, assim como da "juventude universitária" enquanto uma faixa de idade constituída por pessoas que estudam em cursos de ensino superior, é uma construção social historicamente definida pelos estudantes e pela sociedade em cada época. Neste último sentido, embora a categoria "juventude universitária", por um lado, esteja associada aos estudantes que cursam o ensino superior, transpondo, por vezes, convencionais limites de idade, ela não é por si só suficiente para compreender as experiências construídas, partilhadas e disputadas pelos universitários, sobretudo no campo das relações de poder; por outro lado, essa categoria pode ajudar a analisar meandros do processo cultural em que os estudantes estavam envolvidos e que o conceito "classe social" não é capaz de dimensionar.

Já o uso do conceito "classe" pelos universitários não significa uma condição econômica comum, nem que estes tenham optado pelo viés revolucionário da luta de classe, mas que ao menos viam na condição de "classe estudantil" algum sentimento de pertencimento em torno do qual foram ou são construídos, partilhados e disputados interesses políticos e identidades/mediações culturais.

Esse interesse, identidade ou mediação política/cultural, entretanto, ao menos para o período estudado por este livro, parece não ter sido constituído a partir do deslocamento do conceito de classe em favor de outros campos de reivindicações como: gênero, raça, entre outros

deslocamentos e mediações culturais,[20] pelo menos até o final da década de 1970 e meados da de 1980. Dessa forma, o conceito de classe social ou de fração de classe, ainda que não estritamente econômica, parece persistir entre os militantes do movimento estudantil e entre alguns dos estudiosos que se debruçaram sobre o tema no mencionado período.

A esse respeito, como já foi dito, Martins Filho observou que a condição de classe média constituiu-se, no horizonte dos debates do período populista e no decurso da ditadura civil-militar, em um importante fio condutor para esse campo de estudo em razão das restrições de acesso de alguns setores da sociedade à condição de estudante universitário.[21]

Nesse sentido, ele identifica três momentos definidores: um primeiro vinculado à inserção do movimento estudantil universitário nas campanhas reformistas do final do período populista (1962-1964); o segundo marcado pela resistência estudantil ao projeto educacional e político-repressivo imposto pela ditadura civil-militar (1964-1968); e um terceiro iniciado com o "golpe dentro do golpe", simbolizado pelo Ato Institucional nº 5, que silencia os movimentos de massa e que começa a ser rompido com a distensão política iniciada pelo governo do presidente Geisel.[22]

Não obstante ter atribuído aos estudantes universitários o papel de porta-voz das expectativas das camadas médias brasileiras diante do processo político de crise do populismo e de enfretamento da ditadura civil-militar, Martins Filho observa alguns sinais de diferenciação entre as estratégias de atuação dos estudantes dos anos de 1960 e de 1970, e os estudantes do final dos anos 1980, quando parece começar a surgir o que ele denomina de uma nova "geração estudantil". Esta "nova geração" tende a assumir um caráter pluriclassista pautado na defesa da transparência e no combate à corrupção na gestão pública – geração também conhecida como "caras pintadas". A participação deles nos

20 Ver a respeito em HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, pp.7-22. E ainda em: HALL, Stuart. *Da diáspora*: Identidades e Mediações Culturais. Tradução Adelaide La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

21 Esta posição também parece ser compartilhada por SAES, Décio. "Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil". In: *Cara a Cara*. Ano I, n. 2, 1978, pp. 189-196.

22 MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Op. cit., pp. 8-20.

protestos de rua culminou com o movimento "Fora-Collor" e o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo ocorridos em 1992.[23]

Dessa forma, o envolvimento dos estudantes em torno da luta contra a ditadura civil-militar parece ter mantido o sentido político do uso do conceito de classe para os participantes do movimento. Este sentido manteve-se, inclusive, diante do surgimento de diversas tendências e/ou agrupamentos políticos nas fileiras do movimento estudantil durante a década de 1970.[24] Após o início do processo de redemocratização do país, outros movimentos já presentes no movimento estudantil, mas ainda não efetivamente projetados, começam a ganhar força e visibilidade, como a luta das mulheres por igualdade de direitos, o movimento negro, o movimento em defesa dos indígenas, o movimento ambientalista, as questões voltadas as profissionalizações das carreiras universitárias,[25] as demandas cotidianas da juventude por cultura, lazer e participação política, entre outros.[26]

A interpretação da teia de significados possíveis a respeito dos estudantes e dos movimentos a eles relacionados deve ser buscada, portanto, à luz do contexto histórico em que esses movimentos e experiências ocorreram. Os estudantes universitários, assim, são percebidos aqui como sujeitos históricos constituídos e constituidores de experiências e de expectativas partilhadas e disputadas através de suas práticas so-

23 MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Op. cit.

24 Ver a esse respeito em: PELLICCIOTTA, Mirza Maria Balfi. *Uma aventura política*: as movimentações estudantis da década de 70. 1997. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997; e em: MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. 2010. Tese (Doutorado em História) –Centre d' Histoire Sociale Du XXème Siècle/ Universidade de Paris I/Panheéon Sorbone, Paris; Universidade de São Paulo, São Paulo2010.

25 MACHADO, Otávio Luiz. *Formação profissional, ensino superior e a construção da profissão de engenheiro pelos movimentos estudantis de engenharia*: experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958-1975). 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

26 Ver a respeito: SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *Reinvenções da utopia*: a militância política dos jovens dos anos 90. São Paulo: Hacker, 1999; e ainda: RIBEIRO, Marcos Mesquita. *Identidade, cultura e política*: movimentos estudantis na contemporaneidade. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006, e ainda em: MISCHE, Ann. "De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política". Op. cit.

ciais, políticas e culturais em meio ao tempo e ao lugar em que esses sujeitos se encontram inseridos.[27]

Partindo desse ponto de vista teórico e metodológico, este estudo busca descortinar como os estudantes universitários de Sergipe externaram suas experiências e expectativas políticas, culturais e sociais no intercurso de tempo entre o início dos anos de 1950, quando eles criaram e organizaram suas primeiras entidades representativas, passando pela resistência à ditadura civil-militar, e meados dos anos 1980, quando, durante o processo de transição democrática, os estudantes, além de passarem a dividir espaços com outros e novos movimentos sociais, atuaram também em torno de lutas descentralizadas e começaram a destinar mais atenção para a questão da formação profissional e do mercado.[28]

Estudar o movimento estudantil, o ensino superior e a sociedade em Sergipe entre os anos de 1950 e 1985 tem, portanto, o objetivo de compreender as experiências políticas, culturais e sociais vivenciadas por esses militantes em dois períodos históricos distintos: o primeiro situa-se entre os anos posteriores ao final da ditadura do Estado Novo até a deflagração do golpe civil-militar de 1964; e o segundo vislumbra os anos de transcurso da ditadura civil-militar ocorrida no Brasil, entre 1964 e 1985.

Em relação ao primeiro recorte temporal, 1950 a 1964, alguns acontecimentos históricos delimitam o contexto social do período, como o sentimento de que após o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo estaria mais propenso a valorizar a democracia em vez de ditaduras,

27 Esta perspectiva é postulada no campo da história cultural sobre a história dos jovens, ver a respeito em: LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens:* da antiguidade à era moderna. Tradução Cláudio Marcandes, Nilson Moulin e Paulo Neves. V. I, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 7-17. No campo da sociologia histórica sobre a juventude, ver: Luís Antônio**.** *Juventude*: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Op. cit., 2000. E, ainda, no campo da sociologia educacional sobre os jovens e a juventude, ver: ABRAMO, Helena Wendel. "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil". Op. cit.

28 Ver a respeito em: DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular*: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará/ANPOCS, 1995; em: MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente*: movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução Maria do Carmo Bomfim. Petrópolis, 2001; em: MISCHE, Ann. "De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política". Op. cit.; e ainda na tese sobre o discurso do protagonismo dos jovens a partir de 1990 de: SOUZA, Regina Magalhães. *O discurso do protagonismo juvenil*. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo 2006.

como ocorreu no início da década de 1950;[29] a exaltação dos debates nacionalistas e populares nas décadas de 1950 e de 1960;[30] e as polarizações ideológicas em torno das reformas de base e do consequente golpe civil-militar de 1964.[31] Em torno desse contexto, esta pesquisa discute como os estudantes universitários em Sergipe organizaram suas entidades de representação política e seus movimentos reivindicatórios em meio aos debates sobre o trabalhismo,[32] sobre o populismo,[33]sobre o nacionalismo[34] e sobre os movimentos de educação e cultura popular.[35]

Já no segundo recorte, iniciado a partir de 1964 e estendido até meados de 1985, este estudo analisa as experiências políticas vivenciadas por esses estudantes no contexto histórico no qual as restrições ao exercício da liberdade democrática e da autonomia política da sociedade brasileira – mantidas sob a controle dos militares e de parte da sociedade que apoiou o golpe – colocaram os estudantes e suas entidades representativas como objeto de vigilância e repressão da ditadura civil-militar brasileira.[36] Este fato não os impediu de, uma vez reorganizados, lutar contra a perda da autonomia política de suas entidades

29 Destaco a respeito: KONDER, Leandro. "História dos intelectuais nos anos cinquenta". In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 355-374; e: COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*: ensaios sobre ideias e formas. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

30 Destaco a respeito: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1934-1974)*. São Paulo: Ática, 1977; SODRÉ, Nelson W. *A Verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978; e ainda: TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

31 Destaco a respeito: RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Op. cit., pp. 19-140; ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994; e também: TOLEDO, Caio Navarro. "1964: O golpe contra as reformas e a democracia": *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 24, 2004, pp. 15-17.

32 GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

33 FERREIRA, Jorge (Orgs). *O Populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

34 CHAUÍ, Marilena. *Seminários*: o nacional e o popular na cultura brasileira. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

35 Destaco a respeito em: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular*: memórias dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983; e em: PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1987.

36 36 Destaco a respeito: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3. ed. São Paulo: Vozes, 1985; e: FICO, Carlos. *Como eles agiam*: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. A respeito de Sergipe, destaco: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

representativas e, juntamente com outros setores da sociedade brasileira, resistir ao controle imposto pela ditadura e batalhar pela redemocratização do país.

2. OS PERCURSOS DA HISTORIOGRAFIA SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL

> [...] a Ciência – e as teorias que nestas estão envolvidas – colocam-se necessariamente em um campo de diálogos. Não se pode avançar no campo científico, nem se movimentar no universo teórico de um determinado campo de saber, sem se conectar com os diversos autores que já percorreram esse mesmo campo de saber, formulando conceitos e hipóteses, propondo questões e sugerindo respostas, ou arriscando demonstrações e procedimentos argumentativos.[37]

Como já discutido, problematizar o conceito de classe não significa negligenciar a possibilidade de discuti-lo enquanto elemento de discussão na construção desse campo de conhecimento sobre o ensino superior e os estudantes universitários, sendo, pois, necessário dialogar com os estudos já produzidos sobre o tema. A esse respeito, ao longo da década de 1970 e início da década de 1980, ocorreram intensos debates acadêmicos em torno da questão e dos limites da natureza de classe do movimento estudantil. Entre essas discussões, cabe ressaltar a carta enviada por Décio Saes à revista *Cara a cara*, publicada em 1978, sob o título "Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil". Nessa edição, Saes polemiza com os editores desse periódico sobre as especificidades atinentes ao movimento estudantil. Para esse estudioso das classes médias e do sistema político no Brasil, as especificidades das lutas estudantis "nem por isso deixam de ser lutas de uma classe, ou fração de classe".[38] Para ele, "não se pode analisar o movimento estudantil

37 BARROS, José D'Assunção. *Teoria da história*: princípios e conceitos fundamentais. Op. cit., p. 83.

38 SAES, Décio. "Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil". Op. cit., p. 190.

no Brasil atual, na França de 1978 ou nos EUA de 1964 a partir de um modelo geral da luta estudantil nas formações sociais capitalistas".[39]

A reflexão de Saes, ainda que vinculada a um debate sociológico e econômico, discute a importância do estudo acerca das especificidades históricas às quais os estudantes e os seus movimentos estão relacionados, observando nestas especificidades o papel dos estudantes como sujeitos históricos que interagem com a estrutura da sociedade da qual fazem parte. Esse debate, entretanto, passou por certo refluxo no campo sociológico e educacional, deslocando suas atenções para outros conceitos, como geração, juventude, identidade e redes.[40]

No campo historiográfico, como colocou Emília Viotti da Costa, esse debate revelou certo abandono do reducionismo economicista, baseado no "conceito de classe como categoria interpretativa", para esbarrar "numa total dialética invertida",[41] que a substituía por um "novo tipo de reducionismo", o "cultural ou linguístico, tão insuficiente e equivocado quanto o anterior".[42] Para Costa, essa historiografia centrou-se nas implicações do processo de dependência cultural e nos limites do desenvolvimento de estudos específicos sobre a realidade latino-americana.[43]

Segundo Costa, por um lado, essa produção tentava evitar as interpretações "tradicionais" baseadas em pressupostos de "forças históricas objetivas" e modelos determinados a partir da realidade dos chamados países centrais: Estados Unidos e Europa[44]; por outro lado, desenvolvia estudos baseados no "'subjetivismo' dos agentes históricos" e nas especificidades de cada lugar e momento, o que também, na interpre-

39 SAES, Décio. Op. cit., p. 190.

40 A esse respeito, destaco: no campo da educação, o trabalho de SPOSITO, Marília Pontes. "Sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e a ação coletiva na cidade". In: *Tempo Social*: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 5 (1-2), pp. 161-178, 1993, e o de ABROMOVAY, Mirian, ANDRADE, Eliane Ribeiro, ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs). *Juventudes*: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude; Ministério da Educação; e UNESCO, 2009; no campo da sociologia, os estudos de ABRAMO, Helena Wendel. "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil". Op. cit., e o de GROPPO, Luís Antônio**.** *Juventude*: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Op. cit.; e, no campo da psicologia, SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *Reinvenções da Utopia*: A militância política dos jovens dos anos 90. Op. cit.

41 COSTA, Emília Viotti da. "A dialética invertida: 1960-1999". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 14, n. 27, 1994, p. 12.

42 COSTA, Emília Viotti da. Op. cit., p. 13

43 COSTA, Emília Viotti da. "A dialética invertida: 1960-1999". Op. cit., p. 23.

44 Op. cit., p. 25.

tação da autora, não se mostrava suficiente para estabelecer estudos comparativos e de estratégias de ação política.[45] Naquele momento de inflexão historiográfica, segundo Costa, os historiadores deveriam ter sido convidados a refletir acerca dos limites da "inversão da dialética" e da necessidade de "uma nova síntese" capaz de evitar reducionismos e reificações,[46] em lugar de passarem de um extremo a outro do pêndulo.

Desta forma, analisando a literatura produzida a respeito dos estudantes, em particular do movimento estudantil universitário no Brasil, à luz dessas discussões, pode-se, mesmo que incorrendo em possíveis equívocos, dimensionar três linhas de interpretações: a primeira está preocupada em relacionar a imagem "positiva", que já se fazia, dos estudantes enquanto sujeitos ilustrados e engajados, valorizando, do ponto de vista de uma filosofia da práxis, a condição de vanguarda cultural e política; a segunda corrente pretende compreender o papel dos estudantes na sociedade, vinculada à condição social de origem na qual as ações do movimento estudantil e dos movimentos da juventude se relacionam às estruturas sociais de classe ou de frações de classe, dimensionadas, sobretudo, a partir de aspectos socioeconômicos; e a terceira se expressa na posição de educadores, antropólogos e psicólogos preocupados em analisar os problemas dos estudantes e de diferentes grupos de jovens a partir das discussões acerca da identidade cultural, do cotidiano escolar, rural e urbano, e das subjetividades relativas a sujeitos que estão em transição para a fase adulta.[47]

Considerando a intenção deste trabalho, deter-nos-emos um pouco mais nas duas primeiras linhas interpretativas que aqui alinhavamos. A primeira é construída com base na influência do pensamento nacionalista presente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Sob esta ótica foi publicado, em 1961, o livro *A questão da universidade*, escrito por Álvaro Vieira Pinto, então presidente do ISEB. Essa obra evidencia o papel progressista do movimento estudantil na qualidade

45 Op. cit., p. 12 e p. 25.

46 Op. cit., pp. 25-26.

47 Destaco a respeito: NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo (org.). *Juventude e sociedade*: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004; e em: ABRAMO, Helena Wendel, BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). *Retratos da juventude brasileira*: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2005.

de "forças sociais ascendentes".[48] Tal interpretação, frequente no período de sua publicação, aglutinava elementos das discussões relativas à "cultura nacional" e elementos dos debates referentes à "cultura política de esquerda" no país.[49]

Tais ideias influenciariam muitos outros estudiosos sobre o tema, como ocorreu com o jornalista Artur José Poerner, autor do livro *O poder jovem*, em 1968, que optou por uma interpretação progressista assumida por parte dos estudantes latino-americanos em reação aos desmandos e conservadorismo de seus governos e a favor dos operários e camponeses.[50] Ainda a respeito desse livro, Oliveira utiliza-o como uma fonte importante de interlocução para discutir o processo de construção da identidade política e cultural da União Nacional dos Estudantes (UNE), focalizando como o movimento estudantil utilizou as realizações atribuídas a esta entidade e aos seus participantes para construir uma "autoimagem" positiva de si.[51] Está centralidade interpretativa em torno da UNE, por vezes, tem deixado em segundo plano a contribuição das uniões estaduais dos estudantes universitários no processo de construções de identidades e de jogos de interesses.

Aplicando o critério do tipo de atuação, Mendes Júnior identificou quatro fases relativas à história do movimento estudantil: a fase de atuação individual, sem a existência de qualquer entidade agremiativa, até meados do período imperial; a fase de atuação coletiva, quando surgem as primeiras sociedades intelectuais e culturais no período imperial; a fase de atuação organizada, iniciada com a fundação da UNE; e a fase de atuação clandestina, iniciada com a entrada em vigor do Ato Institucional n.º 5.[52]

A segunda linha de estudo analisa a atuação política dos estudantes a partir de discussões econômicas e sociais. Nesta perspectiva, desta-

48 PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados,1986, p.13.

49 RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil.* Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.

50 POERNER, Artur José. *O poder jovem*: a história da participação dos estudantes brasileiros. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

51 OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: EDUFAL, 2005, pp. 6-16.

52 MENDES JÚNIOR, Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

cam-se autores como Ianni[53], Foracchi,[54] Britto,[55] Guilhon Albuquerque,[56] Saes,[57] entre outros.

Dentro desta perspectiva, Ianni associa o aparecimento político dos estudantes ao advento da sociedade capitalista. Neste tipo de sociedade, "os jovens assumem importância crescente no campo da política".[58] Isto ocorre, segundo o autor, em função das bruscas transformações impulsionadas por esse sistema socioeconômico. Nota-se que Ianni procura compreender como estudantes de diferentes camadas sociais desenvolvem ações políticas que em certas situações são contrárias à condição da classe social à qual eles pertencem. Partindo desta compreensão histórico-estrutural, Ianni discute o inconformismo dos estudantes não apenas como um conflito de geração – como coloca Karl Mannheim – nem como uma fase transitória da vida, mas como fenômeno que está associado à situação socioeconômica do indivíduo e à crítica que ele defere contra a lógica exploratória do capitalismo.

Já Foracchi não situa a participação dos estudantes no processo de transformação da sociedade brasileira dentro de uma possível perspectiva revolucionária. Ela não defende, como Ianni, que o indivíduo, ao entrar no mundo do trabalho, assume uma identidade social enquanto classe explorada. Para Foracchi, cada sociedade concebe um tipo ideal de atitude para os estudantes e estabelece limites para que estes se incorporem dentro de sua dinâmica.[59]

Em relação a esse debate de cunho sociológico, ainda nos anos de 1960 foi publicada uma coletânea de textos relacionados à sociologia da juventude. Esta coletânea reuniu autores clássicos e contemporâneos tais como: Mannheim, Ianni, Foracchi, Eisenstadt, Flitner, Echevarría,

53 IANNI, Otávio. "O jovem radical" in: BRITTO, Sulamita (Org.). *Sociologia da juventude I*: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, pp. 225-242.
MANNHEIM, Karl. "O problema da juventude na sociedade moderna" In: BRITTO, Sulamita (org.). *Sociologia da juventude I*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968, pp. 69-94.

54 FORACCHI, Maria A. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Nacional, 1965.

55 BRITTO, Sulamita (Org.). *Sociologia da juventude I*: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

56 ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Movimento estudantil e a consciência social na América Latina***.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

57 SAES, Décio. "Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil". Op. cit.

58 IANNI, Otávio. "O jovem radical". Op. cit. p. 225.

59 FORACCHI, Maria A. *A juventude na sociedade moderna.* São Paulo: Pioneira, 1972.

Goodman, Passeron, Bourdieu, entre outros. Esses textos descortinaram dois ângulos de estudos relacionados à "juventude considerada como elemento condicionado socioeconomicamente pela sociedade global" e à "juventude como promessa de uma nova sociedade", entendida neste último sentido como ativista social.[60]

Na década de 1970, Guilhon Albuquerque, dialogando com Alan Touraine, avaliou que o movimento estudantil se desprende das amarras funcionalistas que o enlaçam à estrutura da sociedade da qual faz parte. Ele defende que nem sempre as reações do movimento estudantil ocorrem em conformidade com as estruturas sociais previamente definidas, em razão de, em certas condições, contestarem as respostas esperadas e optarem por outras respostas e encaminhamentos em face dos problemas enfrentados. Para o autor, é importante considerar a perspectiva do "projeto de sociedade" esperada e desejada pelos estudantes. Esse projeto, por sua vez, segundo a análise do movimento estudantil, deveria recair sobre a capacidade de ação dos atores sociais envolvidos na luta política e social.[61]

Próximo a essa perspectiva, Saes, como já frisado, observa que as reivindicações estudantis podem conter tanto elementos da luta de classe como de uma fração desta. Contudo, sua análise não deve se prender a modelos estruturados em outras formações históricas, como no caso dos movimentos estudantis franceses ou estadunidenses; até porque os objetivos propostos pelas mobilizações estudantis variam em função de seu contexto sócio histórico e dos objetivos traçados pelo movimento e por seus participantes.[62]

Martins Filho, por sua vez, incorpora à sua argumentação a tese defendida por Foracchi da vinculação dos estudantes à sua classe de origem. Entretanto, "abre espaço para se considerar a possibilidade de que a vanguarda estudantil avance no sentido de superação de seus limites de classe".[63]Em outro trabalho, como já discutido, esse autor defende que o "papel dos estudantes universitários como porta-voz das expec-

60 BRITTO, Sulamita (Org.). *Sociologia da juventude I*: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p.12.
61 ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Op. cit.
62 SAES, Décio. "Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil". Op. cit.
63 MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar.* Op. cit., p.31.

tativas das camadas médias brasileiras, diante do processo político do país", tem sido um fio condutor dos desdobramentos políticos organizados pelos estudantes no Brasil nas décadas de 1960 e de 1970. Em ambos os trabalhos, Martins Filho faz duras críticas à historiografia até então produzida sobre o movimento estudantil, pois, segundo ele, em sua maioria, ela colabora para a construção de uma "autoimagem" progressista e revolucionária dos estudantes brasileiros.[64]

Ainda a respeito das contribuições de Martins Filho, a coletânea de estudos sobre o movimento estudantil por ele organizada, intitulada *1968 faz 30 anos*, mostra um movimento estudantil não mais centrado em um único viés, em um único espaço, mas articulado a diferentes temporalidades históricas e desdobramentos regionais. Grosso modo, essa obra traz à luz novas fontes, novos objetos e diferentes enfoques. Destacam-se, nesse sentido, o artigo de Margarida Vieira, o qual esquadrinha acertos e erros dos líderes estudantis mineiros da década de 1960, mostrando como as "lembranças" podem nos ajudar na reflexão de "uma sociedade mais justa e mais livre". Rafael Hagemeyer, em Curitiba, analisa as imagens do "estudante-povo", do "estudante-elite", do "estudante-paranaense" e do "estudante-subversivo" utilizadas pela imprensa durante o período militar. Já os confrontos analisados por Teresinha Duarte, em Goiânia, ressaltam o movimento secundarista e a rigidez das autoridades militares e civis. E as mobilizações estudantis em Alagoas são analisadas por Oliveira, que mostra como o movimento ficou concentrando na luta pela ampliação das vagas para ingresso na universidade.[65]

3. OUTROS OLHARES SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL

No conjunto, a produção historiográfica sobre o movimento estudantil ainda não tem dado conta das diversidades espaciais e socioculturais que envolvem o tema e suas diferentes temporalidades históricas. Dentro dessa problemática, verifica-se o surgimento de algumas

64 Op. cit., p.14.
65 MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar.* Op. cit.

tendências ou novos olhares, sobretudo no âmbito dos programas de pós-graduação em história, a respeito do fomento de pesquisas sobre o movimento estudantil universitário tanto dentro como fora do eixo Rio-São Paulo. Esses estudos têm procurado dialogar com as fontes existentes, sejam elas escritas ou orais; valorizar as particularidades históricas do movimento estudantil; e, sobretudo, evitar o uso de conclusões uniformes e invariáveis a respeito do tema.[66]

Essa historiografia produzida nas últimas décadas, sem deixar de dialogar com a produção já existente, tem, em regra, procurado compreender tanto as singularidades do movimento estudantil universitário nos estados como também os diferentes graus de inter-relações desses movimentos com as mobilizações, reivindicações e protestos articulados pela UNE em âmbito nacional. Discussões que têm atravessado diferentes temporalidades da história, ao menos nos últimos 74 anos decorridos da fundação da mencionada entidade de representação nacional dos estudantes brasileiros.

A respeito dessa tendência, pode-se destacar a pioneira pesquisa sobre a atuação política dos estudantes universitários no Estado do Rio Grande do Norte no período de 1960 a 1969.[67] Esse trabalho, de autoria de Justina Iva de Araújo Silva, ao discutir a gênese do movimento estudantil Potiguar, resgatando as atividades dos estudantes secundaristas, nas décadas de 1940 e 1950, e dos estudantes universitários, na década seguinte, revela, por um lado, singularidades do movimento estudantil no Rio Grande do Norte; por outro, as inter-relações desse movimento com as discussões, mobilizações e protestos articulados pela UNE e pelas deliberações dos congressos ou seminários nacionais organizados pela mencionada entidade.

Dessa forma, o citado estudo, que também se destaca por utilizar um conjunto amplo de fontes escritas, entre as quais jornais, ofícios e atas do conselho universitário,[68] antecipa, de certa forma, já na década de 1980, a perspectiva de valorizar a constituição local do movimento es-

66 MARTINS FILHO, João Roberto. Op. cit.

67 SILVA, Justina de A. *Estudantes e política*: estudo de um movimento (RN, 1960-1969). São Paulo: Cortez, 1989.

68 Ver a respeito os comentários de: BRITO, Antonio Mauricio F. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. pp. 18-19.

tudantil em cada um dos diferentes estados, evitando, portanto, a generalização dos acontecimentos do eixo Rio-São Paulo como parâmetros quase unilaterais para se compreender o tema.

Outra pesquisa importante foi elaborada sobre o movimento estudantil universitário em Alagoas.[69] Esse estudo, de autoria de José Alberto Saldanha Oliveira, por um lado, resgata as especificidades das lutas do movimento estudantil daquele estado entre os últimos anos da década de 1960 e as duas décadas seguintes; por outro, discute esses acontecimentos a partir das críticas relacionadas ao emprego da noção de classe social, compreendida enquanto categoria social, formuladas por Foracchi e reformuladas por Martins Filho. Dentro dessa perspectiva, ele rejeita a visão romântica do movimento estudantil como vanguarda revolucionária e busca analisar as singularidades e inter-relações do movimento estudantil a partir das disputas e interesses da elite alagoana.

Oliveira, em sua tese de doutorado, intitulada *O mito do poder jovem*: a construção da UNE, sob a orientação de Daniel Aarão Reis Filho e de Jorge Ferreira, mantém as críticas à mitologia construída a respeito do caráter revolucionário do movimento estudantil brasileiro e discute mais detidamente essa historiografia. E, em relação ao livro *O poder Jovem*, de autoria de Artur Poerner, Oliveira relativiza a importância desta obra para a construção de uma relação de memória e identidade positiva dos estudantes, em particular, quando associados à autoimagem valorativa a respeito dos feitos realizados pela UNE ou atribuídos a esta entidade, aos seus movimentos reivindicatórios e à trajetória política dos seus participantes.[70]

Outra pesquisa, também fomentada na perspectiva de analisar as imagens associadas aos estudantes, mas desta vez pelo viés da imprensa da cidade de Porto Alegre, foi desenvolvida por Bruna Neves Alves, a partir da dissertação *O visível e o invisível do movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968)*, fundamentada em autores como Bourdieu, John Thompson, Orlandi e Capelato, entre outros. Nesse trabalho, a autora investiga a relação dos meios de comunicação de massa e a construção de repre-

69 OLIVEIRA, José Alberto Saldanha. *A mitologia estudantil*: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano. Op. cit.

70 OLIVEIRA, José Alberto Saldanha. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: EDUFAL, 2005.

sentações sobre o movimento estudantil fora dos chamados grandes "centros culturais" da década de 1960.[71]

Tendo como foco a mesma temporalidade, a dissertação de Simone Tenório Rocha Silva, intitulada: *Em busca da utopia*: as manifestações estudantis em Pernambuco (1964-1968), procurou discutir, a partir da contribuição teórica de Castoriadis, Foucault, Orlandi, entre outros teóricos, o discurso repressivo sobre movimento estudantil e, de modo específico, o discurso de resistência produzido pelas manifestações estudantis e por seus militantes em Pernambuco nos primeiros anos do golpe civil-militar, entre 1964 e 1968.[72]

Ainda em Pernambuco, merece destaque a dissertação de Otávio Luiz Machado sobre o movimento estudantil universitário da Escola de Engenharia de Pernambuco entre 1958 e 1975.[73] Este trabalho, baseado em análises de documentos institucionais e estudantis e em entrevistas com participantes do movimento, discute a importância da participação dos estudantes nos debates sobre formação, atualização e perspectiva da área profissional escolhida por esses estudantes, assim como de sua inserção no mercado de trabalho e nos debates políticos e sociais. Outro aspecto relevante dessa dissertação, já publicada,[74] é o debate sociológico a respeito dos estudos relacionados à juventude universitária e daqueles vinculados à chamada "sociologia das profissões".

A dissertação de Edmilson Alves Maia Júnior, intitulada: Memórias da luta: ritos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969), por sua vez, discute o jogo de memórias relacionadas às experiências do movimento estudantil no Estado do Ceará, entre 1962, período dos debates acerca das reformas de base, e 1969, fase em que as manifestações estudantis dos anos anteriores passam a sofrer uma

71 ALVES, Bruna Neves. *O visível e o invisível do movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2004.

72 SILVA, Simone Tenório Rocha e. *Em busca da utopia*: as manifestações estudantis em Pernambuco (1964-1968). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

73 MACHADO, Otávio Luiz. *Formação profissional, ensino superior e a construção da profissão de engenheiro pelos movimentos estudantis de engenharia*: experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958-1975). 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

74 MACHADO, Otávio Luiz. *Movimentos estudantis, formação profissional e construção de um projeto de país*: a experiência da engenharia na UFPE (1958-1975). Recife: Livro Rápido, 2012.

repressão ainda mais intensa. O trabalho em apreciação busca, através do uso metodológico da história oral – sobretudo a partir das contribuições teóricas de Alessandro Portelli e do trabalho organizado por Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira –, elaborar uma avaliação, ainda que geral, das disputas de memórias travadas por alguns dos militantes que tomaram parte do movimento estudantil nos contextos históricos abordados na aludida pesquisa.[75]

Já a dissertação *Tecendo a manhã*: história do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp (1974-1982), de autoria de Mateus Camargo Pereira, está fundamentada nas discussões historiográficas da história social inglesa, sobretudo nas obras de Edward Palmer Thompson, Christopher Hill e Eric Hobsbawm, e nos debates teóricos e metodológicos da *Nouvelle Histoire*, em particular a partir das obras de Lucien Febvre, Marc Bloch e Jacques Le Goff. Ela discute a formação do mencionado Diretório Estudantil, a partir de 1974, como uma importante experiência de resistência frente à ditadura civil-militar, até 1982, recuperando nessa trajetória – a partir da avaliação de documentos institucionais, dos jornais do DCE, das cartas programas, dos jornais de mídia e de jornais dos DAs e dos CAs –a militância de estudantes da Ação Popular que estiveram, de alguma forma, à frente das chapas "Tecendo a manhã", "Sair dessa maré", "Força viva" e "Unidade e ação" nesse momento de retomada das mobilizações estudantis, de reorganização da sociedade civil e de resistência contra a ditadura civil-militar e em defesa da democratização da política no Brasil.[76]

Outra importante pesquisa sobre atuação política de um grupo de esquerda no movimento estudantil foi elaborada por Izabel Priscila Pimental da Silva, em sua dissertação intitulada *Os filhos rebeldes de um velho camarada*: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969), que analisou a atuação da Dissidência Comunista Guanabara (DI-GB) no movimento estudantil universitário do Rio de Janeiro entre 1967 e 1969. Nesse trabalho, destaca-se também o uso de uma série de en-

75 MAIA JÚNIOR. Edmilson Alves. *Memórias da luta*: ritos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969). 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

76 PEREIRA, Mateus Camargo: *Tecendo a manhã*: história do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp (1974-1982). 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2006.

trevistas orais realizadas com militantes do movimento, assim como a utilização, enquanto fonte de pesquisa, de uma série de filmes e documentários relacionados ao tema ou sobre o período em discussão.[77]

No caso da Bahia, nos últimos anos tem-se verificado uma produção historiográfica relevante sobre o tema em discussão. Dentre essa produção, destaco, inicialmente, as pesquisas realizadas por Antonio Mauricio Freitas Brito. A primeira delas é a dissertação de mestrado denominada *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)*. Este trabalho, realizado a partir do exame das atas do conselho universitário, dos periódicos locais, dos inquéritos policiais militares e de algumas entrevistas, tece um panorama das manifestações estudantis no processo de resistência à postura colaboracionista de alguns setores da Universidade Federal da Bahia nos primeiros anos do golpe civil-militar, entre 1964-1969.[78] No seu segundo trabalho, a tese de doutorado intitulada *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*, ele aprofunda as discussões desenvolvidas inicialmente em sua dissertação. Nessa pesquisa, apoiado nas contribuições teóricas e metodológicas de Martins Filho, de René Rémond, entre outros, Brito enfatiza as especificidades do movimento estudantil na Bahia, por um lado, combatendo os esquecimentos a respeito das ações do movimento estudantil, assim como das práticas colaboracionistas ocorridas na UFBA, por outro, rejeitando a mitificação relacionada à geração de 1968.[79]

Além dos estudos realizados por Brito, destacam-se, no campo da sociologia, a dissertação de mestrado de Sílvio Benevides[80], publicada com o título *Na contramão do poder*,[81] e a dissertação de mestrado de Antonio Eduardo Alves de Oliveira, relacionada à reorganização dos

77 SILVA, Izabel Priscila Pimental da. *Os filhos rebeldes de um velho camarada*: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

78 BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

79 BRITO, Antonio Mauricio F. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Op. cit.

80 BENEVIDES, Silvio César Oliveira. *Proibido proibir*: uma geração na contramão do poder. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

81 BENEVIDES, Silvio César Oliveira. *Na contramão do poder*: juventude e movimento estudantil. São Paulo: Annablume, 2006.

estudantes baianos na década de 1970.[82] O trabalho de Benevides, em particular, chama atenção pelo uso da noção prefigurativa de cultura, formulada por Margaret Mead, para ampliar o debate a respeito dos estudos sobre a juventude como categoria social. Neste estudo, ele faz uma análise de como o movimento estudantil na Bahia se posicionou no mencionado período histórico. Já o trabalho de Oliveira apresenta o protagonismo do movimento estudantil em oposição à ditadura militar na Bahia da década de 1970. Neste sentido, o autor destaca como, após um período de refluxo relacionado à repressão desencadeada a partir do final de 1968, em meados da década seguinte, os estudantes começam um processo de recomposição política.[83]

No campo da história, entre os estudos relacionados ao tema em discussão, destacam-se a dissertação de Sandra Regina B. da Silva acerca da participação de estudantes e militantes de esquerda baianos com a luta armada durante da ditadura civil-militar;[84] a dissertação de Cesar Oliveira Carneiro sobre a movimentação em torno da peça "Aventuras e desventuras de um estudante", proibida pela direção do Colégio Estadual da Bahia;[85] e a dissertação de Jamile Silva Silveira sobre a relação do movimento estudantil e os movimentos populares em Feira de Santana, Bahia.[86]

Dentre esses trabalhos, destaco a pesquisa de Silveira por três razões: a primeira por estudar as especificidades do movimento estudantil universitário em uma cidade do sertão da Bahia, portanto, fora dos grandes centros do país e do centro político e cultural de Salvador; a segunda por realizar uma discussão a respeito das diferentes análises produzidas sobre o movimento estudantil; e a terceira por trabalhar a

82 OLIVEIRA, Antonio Eduardo Alves de. *O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

83 OLIVEIRA, Antonio Eduardo Alves de. Op. cit.

84 SILVA, Sandra Regina B. da. *"Ousar lutar, ousar vencer"*: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

85 CARNEIRO, Cesar Oliveira. *Aventuras e desventuras*: a peça proibida e a greve de estudantes que desafiou a ditadura em 1966. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador 2008.

86 SILVEIRA, Jamile Silva. *Lutas populares e movimento estudantil*: trajetória política dos estudantes na UEFS (1976-1988). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador 2010.

relação do movimento estudantil com os movimentos populares da cidade de Feira de Santana num período de estudo ainda pouco discutido pelos historiadores, no caso as décadas de 1970 e 1980. Ainda a respeito desta pesquisa, do ponto de vista teórico e metodológico, a autora baseou-se nas contribuições de Reinhart Koselleck, Eric Hobsbawm, Paul Thompson, Martins Filho, entre outros autores, e fez bom uso das fontes disponíveis no Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais – LABELU, bem como de entrevistas realizadas com ex-militantes do movimento estudantil e dos movimentos populares.[87]

É preciso somar também, ao conjunto dessas contribuições, a pesquisa de Lucileide Costa Cardoso a respeito das relações de memória e da história do movimento estudantil na antiga Escola de Agronomia do Estado da Bahia, situada na cidade de Cruz das Almas, durante o período da ditadura civil-militar.[88] Os primeiros estudos realizados por essa pesquisadora têm revelado a importância da atuação do movimento estudantil e dos militantes políticos que atuaram na região mencionada, inclusive de militantes de Sergipe, a exemplo de Rosalvo Alexandre, presidente do diretório de Agronomia da mencionada instituição no final da década de 1960.[89]

Nos últimos anos, tem-se verificado também a realização de pesquisas relacionadas às atividades de controle e vigilância sob os estudantes e suas entidades representativas efetivadas pelas assessorias de segurança e informação vinculadas a diferentes instituições de ensino superior durante a vigência da política de segurança nacional.[90] Dentre essas pesquisas, destaca-se o trabalho de José Eduardo Ferraz Clemente sobre a atuação desses órgãos de segurança e informação no Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia,[91] o trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta

87 SILVEIRA, Jamile Silva. Op. cit.

88 CARDOSO, Lucileide Costa. "Eudaldo Gomes da Silva: um caso de repressão política no coração do Recôncavo Baiano (1960/1970) ". In: *Anais do X Encontro Nacional de História Oral Testemunhos: História e Política*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, pp. 197-210.

89 Ver a respeito em: LIMA FILHO, Rosalvo Alexandre de. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/Sergipe, 29/09/2011.

90 FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Op. cit.

91 Ver a respeito em: CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. *Ciência e política durante a ditadura militar*: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964 - 1979). 2005. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005; e em: CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. "Espionagem, vigilância e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 -1979) ". In: *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul.-dez., 2006, pp.135-145.

sobre a atuação das assessorias de informação nos *campi* universitários, particularmente sobre os estudantes do *campus* da Universidade Federal de Minas Gerais;[92] uma pesquisa de nossa autoria sobre a vigilância dos órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe;[93] e ainda, a pesquisa de Isabel Cristina Leite acerca das informações produzidas pela AESI/UFMG[94] a respeito dos estudantes que tiveram participação no Comando de Libertação Nacional (COLINA), grupo de esquerda no qual atuou a então estudante Dilma Van Rousseff, primeira mulher a exercer o cargo de presidenta da República (2011-2016).[95]

Outra tendência relacionada ao alargamento dessa produção historiográfica é o surgimento de estudos descentrados do período de 1964 a 1968. A este respeito, ainda são poucos os trabalhos relativos à atuação do movimento estudantil associados à primeira metade do século XX e ao período que antecede o golpe civil-militar de 1964, assim como os estudos relativos à atuação dos estudantes universitários das décadas de 1970 e de 1980, e, sobretudo, do período posterior ao fim da ditadura civil-militar.

A respeito desse último período – além dos estudos já discutidos[96] –, destacam-se as pesquisas de Pellicciotta sobre a fragmentação da militância estudantil na década de 1970[97], a tese de Angélica Müller sobre o

92 SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. "Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*: as assessorias de segurança e informação das universidades". In: *Topoi*, v.9, n. 16, jan.-jun, 2008, pp. 30-67.

93 CRUZ, José Vieira da. "Estudantes vigiados: órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977) ". In: *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v.2, n. 3, out. 2008-abr. 2009, pp. 93-109.

94 Assessoria Especial de Segurança e informação da Universidade Federal de Minas Gerais – AESI/UFMG.

95 Ver a respeito em: LEITE, Isabel Cristina. *Comandos de libertação nacional*: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009; e em: LEITE, Isabel Cristina. "'Apurando a subversão": um estudo de caso sobre repressão na Universidade pelos arquivos da AESI/UFMG". In: *Temporalidades* - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, v. 2, n. 1, jan./jul. 2010, pp.148-156.

96 Entre esses trabalhos já discutidos estão: SILVEIRA, Jamile Silva. *Lutas populares e movimento estudantil*: trajetória política dos estudantes na UEFS (1976-1988). Op. cit.; o de OLIVEIRA, Antonio Eduardo Alves de. *O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70*. Op. cit.; o de MACHADO, Otávio Luiz. *Formação profissional, ensino superior e a construção da profissão de engenheiro pelos movimentos estudantis de engenharia*: experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958-1975). Op. cit.; e o de PEREIRA, Mateus Camargo: *Tecendo a manhã*: história do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp (1974-1982). Op. cit.

97 PELLICCIOTTA, Mirza Maria Balfi. *Uma aventura política*: as movimentações estudantis da década de 70. Op. cit.

retorno da UNE ao cenário político do país[98] e a pesquisa de Ann Mische sobre o deslocamento do protagonismo político dos estudantes do período da ditadura civil-militar para a polissemia de vozes e ações dos novos movimentos sociais nas últimas décadas.[99]

A pesquisa de Pellicciotta é um dos primeiros trabalhos de fôlego, elaborados no campo da história, dedicado à discussão da reorganização do movimento estudantil universitário na década de 1970. Esse trabalho fundamentou-se no exame da documentação referente ao movimento estudantil existente no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), especificamente num fundo arquivístico constituído de documentos provenientes da UNE, dos DCEs da Unicamp e da PUC-SP. Além desse arquivo, a autora também teve acesso à documentação do Projeto de Memória do Movimento Estudantil (PROMEMEU) e do Sistema de Informação, Documentação e Arquivo do CA de História (SIDOCAH), ambos da UNB, e da documentação do Centro de História, Pesquisa e Documentação do Movimento Estudantil da Paraíba (CHPD-ME).

Dialogando com essa documentação, Pellicciotta traça um primeiro esboço geral acerca da atuação do movimento estudantil no período posterior à ida de parte de seus militantes para o caminho da luta armada. Nessa fase, o movimento volta-se para as lutas em torno da universidade, busca novas formas de atuação e assiste ao surgimento de novas tendências ou organizações políticas. Estes novos grupos, por sua vez, dividem-se entre a luta a favor da redemocratização do país e demandas específicas que começavam a surgir naquele contexto, como o movimento negro, o movimento em defesa da igualdade de direitos para as mulheres, o movimento ambiental, entre outros.

A tese de Angélica Müller, por sua vez, procura discutir o retorno da UNE ao cenário político nacional. Dentro dessa perspectiva, ela recupera a contribuição de Pellicciotta de que "o processo de repressão política e social em vigor nos anos 1970 contribuiu para uma ampliação da fragmentação e crise da militância de esquerda" e, por conseguinte, da fragmentação das tendências que atuavam no movimento estudantil universitário do mencionado pe-

98 MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e a reforma da UNE à cena pública (1969-1979)*. Op. cit.

99 MISCHE, Ann. "De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política". Op. cit.

ríodo.[100] Por outro lado, ela também valoriza a contribuição de Renato Cancian a respeito do ato público que culminou com a invasão da PUC-SP em 1977.[101] A partir dessas duas contribuições e dialogando com autores como François Bédarida, Jean-Pierre Rioux, Michael Pollak, entre outros teóricos, Müller procura discutir o processo de reconstrução da UNE.

Em termos historiográficos, esse trabalho tende a restabelecer a centralidade da UNE, não apenas como entidade representativa, mas também como objeto central para se compreender a participação dos estudantes brasileiros na história política recente do país. Não obstante a importância desse ponto de vista interpretativo, ele parece não ser mais suficiente para dar conta de um movimento que tem sido visto nas últimas décadas, sobretudo no âmbito da produção acadêmica, a partir da pluralidade e da diversidade de suas manifestações.

Já Ann Mische, no artigo intitulado *De estudantes a cidadãos*: redes de jovens e participação política, centrada no debate sociológico acerca da identidade cultural e das redes de sociabilidade relacionadas aos estudantes, ao discutir as mudanças no protagonismo político desses atores sociais, entre as décadas de 1960 e 1990, observou o deslocamento das discussões em torno dos estudantes, enquanto categoria social, para as discussões associadas à cidadania e às redes sociais. Neste sentido, o texto analisa como era a participação dos jovens nos movimentos políticos contra a ditadura civil-militar e como esta participação mudou, já na década de 1990, na manifestação dos caras pintadas[102].

Nessa perspectiva, Mische – fundamentada em autores como Foracchi, Mannheim, Helena Abramo, Erik Erikson, Maria da Glória Gohn, Charles Tilly, entre outros – analisa que, durante a década de 1960, as universidades, além da família, eram o centro das redes de relacionamento dos jovens universitários, onde eles cresciam intelectual e culturalmente. Já três décadas depois, após uma série de mudanças na dinâmica da sociedade brasileira, durante as manifestações dos caras pintadas contra o governo Collor, a universidade não era mais o único

100 MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e a reforma da UNE à cena pública (1969-1979)*. Op. cit., p. 17.

101 CANCIAN, Renato. *Movimento estudantil e repressão política*: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2008.

102 MISCHE, Ann. "De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política". Op. cit.

ponto convergente de troca de valores e debates entre os jovens, pois , além da universidade e da família, outras e novas redes de sociabilidade passaram a ganhar projeção como o trabalho, os *shopping centers* e movimentos mais específicos, como: o movimento negro, o movimento feminista, o movimento ambientalista, as ONGs, entre outros. E a estes pode-se acrescentar o aparecimento de diferentes redes sociais na internet e na telefonia: msn, oukut, facebook, entre outros. Alguns delas, a exemplo do oukut, já tendo inclusive deixado de existir.

A interpretação apresentada por Mische busca, em linhas gerais, compreender as mudanças verificadas nas últimas décadas em relação ao comportamento político dos estudantes brasileiros, sobretudo quando comparados à "autoimagem" positiva atribuída à geração dos anos 60. Entretanto, pelo menos para o ponto de vista interpretativo desse livro, a mencionada pesquisa termina por demandar o desenvolvimento de estudos comparativos para se verificar como os estudantes de diferentes cidades do país inserem-se ou não nessas mudanças.

Nesse sentido, é preciso chamar atenção para a historiografia que tem sido produzida nos últimos anos, assim como para os projetos e iniciativas cujos objetivos são reunir e disponibilizar essa produção para conhecimento e consulta dos pesquisadores interessados. Uma dessas iniciativas é o "Projeto Engenharia Nacional, os estudantes e a educação superior: a memória reabilitada (1930-1985)" (PROGEN), coordenado pelos pesquisadores Michel Zaidan Filho e Otávio Luiz Machado, vinculados à Universidade Federal de Pernambuco. Estes pesquisadores envidaram esforços no sentido de reunir, digitalizar e divulgar documentos, pesquisas e publicações relacionadas ao movimento estudantil e aos movimentos de juventude. Além disso, esse projeto promoveu fóruns de pesquisa e publicou coletâneas com diferentes pesquisadores de várias partes do país sobre os temas mencionados.[103]

103 Dentre os trabalhos publicados pelo PROGEN destacam-se: ZAIDAN FILHO, Michel e MACHADO, Otávio Luiz. *Movimento estudantil e a educação superior*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2007; GROPPO, Luís Antonio, ZAIDAN FILHO, Michel e MACHADO, Otávio Luiz. *Movimentos juvenis na contemporaneidade*. Recife: Editora da UFPE, 2008; GROPPO, Luís Antonio, ZAIDAN FILHO, Michel e MACHADO, Otávio Luiz. *Juventudes e movimento estudantil*: ontem e hoje. v. 1, Recife: Editora da UFPE, 2008; ZAIDAN FILHO, Michel e MACHADO, Otávio Luiz. *O pensamento das juventudes brasileiras no século XX*. Recife: Editora da UFPE, 2010; e, mais recentemente: ZAIDAN FILHO, Michel, MACHADO, Otávio Luiz (org.). *Memórias da juventude pernambucana*: um panorama do século XX. Recife: Editora da UFPE, 2011.

Não se pode deixar de acrescentar também a importância do portal "Biblioteca Digital Ação Educativa", um repositório temático especializado em Direitos Educativos e de Juventude, cuja missão é "coletar, organizar e disponibilizar informações e conhecimentos qualificados para ampliar e promover reflexões, ações e práticas sobre direitos educativos e de juventude".[104] Esse portal reúne e classifica trabalhos elaborados nos diversos programas de pós-graduação e pesquisa de todo o país – de áreas como história, sociologia, educação, entre outras –, dispersos em diferentes sites e bancos de dados. Ao reunir esses dados, esse portal presta uma relevante contribuição aos pesquisadores, agilizando e alargando as possibilidades de produção do conhecimento sobre temas relacionados à juventude e ao movimento estudantil.

Entretanto, não obstante a disponibilidade de instrumentos de pesquisas eletrônicas, a exemplo do portal "Biblioteca Digital Ação Educativa", de projetos como o PROGEN e do banco de teses da CAPES, e apesar do crescente número de trabalhos voltados para as relações de singularidade e inter-relação do movimento estudantil em diferentes estados, tanto dentro como fora dos convencionais centros culturais do país, persiste a ocorrência de estudos que insistem em tomar apenas as mobilizações estudantis ocorridas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e em Brasília como referências para a escrita de uma história do movimento estudantil no Brasil.

Essas pesquisas parecem não considerar a existência e a importância de estudos sobre os desdobramentos e as articulações tecidos pelo movimento estudantil, seja através das relações de suas entidades representativas, seja através das relações de seus participantes dispersos em várias partes do país, sob o argumento de que nesse ou naquele estado se concentram os acontecimentos mais importantes, a exemplo da afirmação de Flávia Angelis Santana, em sua dissertação intitulada *Atuação política do movimento estudantil no Brasil*: 1964-1984, de que a "maior parte dos episódios envolvendo os estudantes nesses 20

104 Ver mais informações a respeito no portal: Biblioteca Digital Ação Educativa. Disponível em: <http://www.biblioteca-acaoeducativa.org.br>. Acessado em 25/11/2011.

anos de autoritarismo" estariam centrados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e no Distrito Federal.[105]

Evidentemente, não há como negar – nem é este o objetivo dessa discussão –, a importância que as mobilizações estudantis ocorridas nos chamados grandes centros culturais e políticos do país tiveram, têm e terão. Entretanto, a construção de uma historiografia que tenha como objetivo conhecer esse movimento social de projeção nacional demanda compreender as inter-relações, os desdobramentos e os diferentes contextos de atuação em que ele se constitui e é parte constitutiva.

4. A HISTORIOGRAFIA SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM SERGIPE

Em Sergipe, já existe uma historiografia sobre a participação política e cultural dos estudantes universitários nos primeiros anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964 e durante os quatro primeiros anos da ditadura civil-militar. Destaca-se, a esse respeito, o trabalho de José Ibarê Costa Dantas sobre a história política de Sergipe, principalmente, no estudo sobre os partidos políticos no período republicano até a deflagração do golpe de 1964.[106] Em outra obra desse autor, merecem atenção os capítulos sobre o movimento estudantil constantes no livro *A tutela militar em Sergipe*.[107] Estas obras de fundamentação gramsciana e weberiana, largamente documentadas tanto por fontes escritas como orais,[108] oferecem ao *corpus* desse livro uma intensa e proveitosa interlocução.

Focado nesse universo de discussão, desde a graduação no curso de história, passamos a desenvolver pesquisas a respeito do papel do movimento estudantil, das suas entidades representativas e dos estudantes universitários na vida cultural e política de Sergipe, inicialmente

105 SANTANA, Flávia de Angelis. *Atuação política do movimento estudantil no Brasil*: 1964-1984. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, pp. 14-15.

106 DANTAS, José Ibarê Costa**.** *Os partidos políticos em Sergipe*: 1889-1964. Op. cit.

107 DANTAS, José Ibarê Costa**.** *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984*: partidos e eleições num estado autoritário. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

108 DANTAS, José Ibarê Costa. "História oral e política: experiências de um historiador nos diálogos com depoentes". In: *Revista do Instituto Histórico de Sergipe*, n. 41, 2011, pp. 425-442.

com a elaboração de um ensaio sobre experiências do CPC da UNE e a passagem das caravanas da UNE-volante pelo estado,[109] e em seguida pesquisando a participação dos universitários nos movimentos de educação e cultura popular no período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964.[110]

Esta temática foi em seguida aprofundada no mestrado em sociologia, oportunidade que nos possibilitou trabalhar com os conceitos de juventude, enquanto categoria social, e sistematizar uma pesquisa quantitativa e qualitativa a respeito de categorias de importância sociológica como idade, sexo, domicílio, entre outras, relacionadas aos estudantes matriculados nas faculdades e escolas superiores existentes no estado, no período de 1957 a 1964,[111] pesquisas desdobradas, posteriormente, na elaboração e publicação de alguns artigos[112] e na tessitura de uma tese, agora convertida neste livro.

Nos últimos anos, outros estudiosos também têm contribuído para aprofundar as pesquisas dessa temática em Sergipe. Dentre eles, destacam-se Antônio Ramos da Conceição, cuja dissertação, no campo da história da edu-

109 CRUZ, José Vieira da, MENEZES, Magna et ali. *O Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes Sergipanos e os movimentos culturais do início dos anos 60:* 1962-1964. Aracaju: DHI/UFS, 1998 (Trabalho de conclusão de disciplina).

110 CRUZ, José Vieira da. *O Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes Sergipanos e os movimentos culturais do início dos anos 60*: 1962-1964. 1998. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1998.

111 CRUZ, José Vieira da. *Juventude e identificação social*: experiências culturais dos universitários em Aracaju/SE (1960-1964). 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.

112 Entre os artigos e textos de minha autoria, destaco: "O engajamento político-cultural dos estudantes sergipanos no início dos anos 60". In: *Caderno do Estudante*. V. 2, São Cristóvão: UFS/CIMPE, pp. 99-114, 1999; "Estudantes vigiados: órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977) ". In: *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v.2, n. 3, pp. 93-109, out. 2008-abr. 2009; "Em tempos de reforma universitária: a contribuição da União Estadual dos Estudantes Sergipanos (1961-1964) ". In: *Revista Eletrônica Cadernos de História*, v. VIII, ano 4, n. 2, pp. 84-97, dezembro de 2009; "Apesar do AI-5: a (re)organização do movimento estudantil universitário em Sergipe (1969-1985) ". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,* n. 39, pp. 109-127, 2009; "Por uma história social dos estudantes universitários em Sergipe durante a ditadura militar". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,* n. 40, pp. 183-208, 2010; "'Tempos difíceis': estudantes, a Operação Cajueiro e a repressão política em Sergipe (1969-1976) ". In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011, pp. 1-17; e: "A reação estudantil à Lei Suplicy no Nordeste do Brasil: um estudo comparativo entre os estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco e do Rio Grande do Norte, 1964-1967". In: *Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente*. Florianópolis: UDESC/ANPUH-SC, 2011, pp. 976-990.

cação, versa sobre a juventude universitária católica em Sergipe; [113] Joana D'Arc Costa, com a dissertação, no campo das ciências sociais, sobre a trajetória de alguns militantes do movimento estudantil e dos movimentos sociais no palco da política partidária e institucional do estado;[114] Ana Júlia Lima Máximo Oliveira,[115] com um estudo monográfico sobre a JUC; e Maria Zelita Batista Brito, com monografia de graduação sobre o movimento estudantil nos primeiros anos da ditadura civil-militar.[116]

Há ainda um conjunto de pesquisas, sob minha orientação, sobre os estudantes no período que abrange o início da década de 1960, o golpe civil-militar e o AI-5;[117] a atuação dos órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe;[118] o movimento estudantil universitário no período da distensão política e da realização do Festival de Artes de São Cristóvão;[119] as tendências políticas que atuaram no movi-

113 RAMOS, Antônio da Conceição. *Movimento estudantil*: a JUC em Sergipe (1954-1964). 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2000.

114 COSTA, Joana D'Arc. *Dos movimentos sociais às funções Institucionais*: a consolidação de uma geração política em Sergipe. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

115 OLIVEIRA, Ana Júlia Lima Máximo. *"Além da reza..."*: a atuação dos jucistas em Aracaju. 1999. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1999.

116 BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras*: o movimento estudantil universitário sergipano em descompasso com o Regime Autoritário (1964-1968). 1999. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1999.

117 Ver a respeito em: PALMEIRA, Gardênia Correia, SILVA, Glícia Laís Macedo. *Em tempos autoritários*: história do movimento estudantil em Sergipe (1964 – 1968). 2007. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2007; (em: RODRIGUES, Irene Soares, SANTOS, Nadja Costa dos, SANTOS, Neide Costa dos. *Entre trotes e calouradas*: o ingresso no ensino superior em Sergipe. 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2006; e: MIRANDA NETO, Onesino Elias, SANTOS, Shislane Cristina dos, CAMPOS FILHO, Walter César Vasconcelos. *Cinéfilos em ação*: a história do Clube de Cinema de Sergipe (1960-1969). 2007. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2007.

118 CARVALHO, Gislaine Santos. *Espionagem, vigilância e perseguição*: a história da AESI em Sergipe. 2008. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

119 Ver a respeito em: EVARISTO, Cláudia dos Santos. *Da distensão à abertura política*: o movimento estudantil em Sergipe (1977-1985). 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2006; em: SANTOS, Everton. *Festival de Artes de São Cristóvão*: à luz da imprensa (1972-1984). 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2006; em: ARAÚJO, Alexandre Santana de, FREITAS, Rochelle Figueiredo, MELO, Vanessa Caroline dos Santos. *As artes cênicas no FASC*: fragmentos da história teatral em Sergipe (1972-1985). 2007. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2007; e ainda em: NASCIMENTO, Adriano Gaspar, OLIVEIRA, Kelly Raquel Souza Cardoso de,

mento estudantil universitário e nos sindicatos de Sergipe entre o final dos anos 1970 e meados da década de 1980;[120] a documentação do ou sobre o movimento estudantil universitário e do Conselho Universitário da Universidade Federal de Sergipe;[121] a importância do jornal *Academus* e das notícias sobre a anistia junto à imprensa de Sergipe,[122] e, de modo particular, os trabalhos de história oral vinculados ao projeto de pesquisa "Vozes de um passado presente: estudantes, artistas, intelectuais e militantes em Sergipe na segunda metade do século XX",[123] que

MATOS, Mayara Gabrielly Carvalho. *"Entre corte e carimbos"*: a censura teatral em Sergipe (1970-1988). 2008. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2008.

120 Ver a respeito em: ESPÍRITO SANTO, Farley Goes do, ANDRADE, Daniele Xavier de. *Viração*: uma parte da história do ME em Sergipe. 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2006; em: ARAÚJO, Adriana Ribeiro, SANTOS, Heder Gomes dos, OLIVEIRA, Telma Aparecida Rodrigues de. *Entre a Viração e a UJS*: memórias dos militantes do PC do B em Sergipe, 1981-1991. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2011; em: NASCIMENTO, José Domingos Santos, PASSOS FILHO, José Sérgio, TORRES, Naiara Leite. *Reorganizado e unificado*: a memória do sindicalismo em Sergipe (1980-1999). 2009. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2009; em: SANTOS, Edileuza Batista C. dos, GÓIS, Mary Jane Batista, TAVARES, Priscila da Costa. *Nos trilhos da memória*: os ferroviários em Sergipe (1907-2006). 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2006; e em: JESUS, Vânia Maria de. *Sindicalismo em movimento*: a atuação do Centro dos Profissionais de Ensino de Sergipe – CEPES (1986-1992). 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2006.

121 Dentro desta linha, destaco: SANTOS, Fabiano Braga Santos, SANTOS, José da Conceição Lima dos. *Inventário dos documentos estudantis no arquivo da Universidade Federal de Sergipe (1950-1987)*. 2009. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2009; e também: OLIVEIRA, Adriano Feitosa, MARINS, Gustavo Cabral, SANTOS, Reginaldo da Silva. *"Páginas de uma história"*: as atas do Conselho Superior e a Universidade Federal de Sergipe, 1968 a 1985. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2011.

122 SILVA, Jorgeval Santos, SOUZA, Rosecleide Alcântara de, SANTOS, Wesley Rodrigues dos. *Jornal Academus*: um olhar sobre o pensamento jurídico em Sergipe (1951-1955). 2009. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2009; e em: SILVA, Jailda da, LINS, Ricardo José de Oliveira, RIBEIRO, André Luiz Sena. *Uma luta não esquecida*: notícias de jornais sobre a anistia em Sergipe (1978-2010). 2010. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2010.

123 Dentre esses trabalhos, destaco: SANTOS, Fernanda de Andrade, GOIS, Lidiane Barbosa de, OLIVEIRA, Rose Carla de Araújo. *"Vozes de um passado presente"*: estudantes, artistas, intelectuais e militantes em Sergipe na segunda metade do século XX. 2009. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2009; NASCIMENTO, Janiclécia Rezende dos Anjos, VASCONCELOS, Luciene Cardoso, RABELO, Tânia Maria Lima. *Memórias de músicos e estudantes universitários em Sergipe, entre meados da década de 1970 e meados da década de 1980*. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2011; ANDRADE, José Anderson Farias, BARRETO, Lívia Rocha Teles, FLORÊNCIO, Maria Juliene Menezes. *Registros e lembranças*: a

buscou, dentre outros objetivos, realizar, registrar e guardar entrevistas com ex-militantes do movimento estudantil.

5. A IMPORTÂNCIA DA METODOLOGIA E DAS FONTES

> O historiador começa com uma seleção provisória de fatos e uma interpretação também provisória, a partir da qual a seleção foi feita – tanto pelos outros quanto por ele mesmo. Enquanto trabalha, tanto a interpretação e a seleção quanto a ordenação de fatos passam por mudanças sutis e talvez parcialmente inconscientes, através da ação recíproca de uma ou da outra. Essa ação mútua também envolve a reciprocidade entre presente e passado, uma vez que o historiador faz parte do presente e os fatos pertencem ao passado.[124]

A ideia de uma história pronta, definitiva e "verdadeira" não tem lugar na construção de uma pesquisa científica, ao menos para aqueles que conhecem as dimensões relacionadas à construção de um campo disciplinar.[125] Essas dimensões no campo do fazer histórico aproximam-se das análises tecidas por Edward Carr na citação de abertura desse tópico, extraídas da clássica obra *Que é história*?, na qual ele pontua a importância da relação dos historiadores com suas fontes no contínuo trabalho de descoberta, ordenamento e interpretação.

Depreende-se da avaliação de Carr que os resultados de uma pesquisa histórica não nascem prontos, não são definitivos e nem absolutos, pois a sua constituição é o resultado de um mútuo e recíproco processo no qual as fontes revelam e (re)significam os registros do passado e o

militância feminina em Sergipe na segunda metade do século XIX. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2011; e ainda: SILVA, Fabiana Santana Porto, MENEZES, Giselle Carvalho, SANTANA, Renata de Carvalho. *Memórias dos militantes do PCB em Sergipe durante a ditadura militar.* 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2011.

124 CARR, Edward Hallet. *Que é história?* Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961. Op. cit., p. 65.

125 BARROS, José D'Assunção. *Teoria da história*: princípios e conceitos fundamentais. Op. cit., pp. 17-40.

historiador,[126] que mediado pelas discussões de seu tempo, (re)interpreta continuamente esse passado.[127] Em síntese, o que Carr busca esclarecer é a relação metodológica que o historiador deve manter com suas fontes. A este respeito, Edward Palmer Thompson, vinculado ao campo do marxismo britânico, enfatiza que o historiador deve alimentar como horizonte, a partir do exame das evidências registradas nas fontes, a construção de um contínuo "diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro".[128]

Inserido nessa proposta teórica e metodológica, este livro procura não apenas consultar as fontes disponíveis acerca dos acontecimentos relacionados ao movimento estudantil universitário em Sergipe, no período de 1950 a 1985, para descrevê-las ou retratá-las, mas sim travar um diálogo intermitente com essas fontes, os fatos e a bibliografia a elas relacionadas, no contínuo processo de (re)significação e (re)interpretação, interpelando-as para revelar singularidades e inter-relações históricas em relação ao objeto pesquisado e aos debates relacionados.

Dessa forma, a avaliação da documentação escrita, que foi sendo localizada no percurso desta pesquisa; e as fontes orais, registradas, coletadas e reunidas ao longo desse período de estudo, possibilitaram discutir o fazer-se social, político e cultural dos estudantes universitários, em particular daqueles que se encontraram envolvidos na luta política e na militância cultural em Sergipe na temporalidade delimitada por este estudo.

Na senda desse campo de discussões, a primeira fase desta pesquisa focalizou, no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe, os documentos produzidos ou relacionados à atuação política e cultural dos estudantes entre os anos de 1950 e 1987. Nesse arquivo, foram localizados documentos provenientes das primeiras faculdades e escolas superiores privadas e públicas, além dos documentos estudantis pro-

126 A noção de significação, significado ou ressignificação utilizados nesta pesquisa compartilha as contribuições sobre a "descrição densa da cultura", proposta por Geertz, ver a respeito em: GEERTZ, Cliffort. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, pp. 15-60.

127 A noção de interpretação utilizada no *corpus* dessa tese dialoga com a discussão sobre experiências, expectativas e ponto de vista tecidos por Koselleck, ver a respeito em: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Op. cit. pp. 161-190.

128 THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros*. Op. cit., p. 49.

duzidos nas duas primeiras décadas de existência dessas instituições. Esse trabalho catalogou aproximadamente seiscentas unidades documentais, com mais de mil páginas referentes à temática em discussão.

A apreciação desses documentos, além de permitir a análise das atividades dos estudantes universitários, possibilita uma compreensão mais alargada dos bastidores da organização do ensino superior em Sergipe. Evidentemente, esses registros, em sua grande maioria, descortinam a ótica dos atores sociais mencionados, isto é, a dos estudantes universitários e o modo como eles se relacionaram com as instituições de ensino superior existentes, assim como o olhar das instituições de ensino superior e de seus profissionais em relação aos mencionados estudantes.

A avaliação dos documentos relacionados à atuação dos estudantes universitários no período em apreço, a princípio, enfrentou o obstáculo que normalmente é atribuído a esse tema de pesquisa, qual seja: o de que não existem registros escritos. Os primeiros resultados, entretanto, apontaram a quantidade e a riqueza dos documentos ali existentes. Essa constatação justificou a elaboração de um inventário daqueles documentos e o aprofundamento da pesquisa a respeito. Nesse sentido, o trabalho de localização, digitalização e identificação dos mencionados documentos resultou na elaboração de um inventário de pesquisa.[129]

O eixo fomentador desse momento inicial de pesquisa, portanto, foi o de desmistificar a falsa ideia de que não existem fontes para o desenvolvimento de pesquisas dessa natureza. Esta hipótese foi desmontada não apenas em face do grande número de documentos encontrados nesse arquivo, mas sobretudo pela diversidade e riqueza de documentos lá existentes abarcando, ainda que com lacunas, todo o período abordado na análise deste livro.

O acervo de documentos pertencentes às antigas faculdades e escolas superiores que vieram a constituir a Fundação Universidade Federal

129 Esse inventário, organizado sob nossa orientação, resultou na elaboração de um trabalho de conclusão de curso. Ver a respeito em: SANTOS, Assis Fabiano Braga, SANTOS, José da Conceição Lima dos. *Inventário dos documentos estudantis no Arquivo da Universidade Federal de Sergipe (1950-1987)*. 2009. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2009. Ainda sobre esse inventário ver em: SANTOS, Assis Fabiano Braga, SANTOS, José da Conceição Lima dos, CRUZ, José Vieira da. "Inventário de documentos estudantis das instituições de ensino superior em Sergipe (1950-1987) ". In: *Caderno de graduação*: ciências humanas e sociais, v. 9, n. 9, 2009, pp. 189-194.

de Sergipe, inicialmente representada pela sigla FUFSE, encontra-se organizado respeitando o arranjo administrativo atual da instituição, a saber: Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), que incorporou a documentação das faculdades de Direito, de Ciência Econômica e Administrativa e da Escola de Serviço Social; Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), que reuniu a documentação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e dos Institutos que dela tiveram origem; Centro de Ciências Biológicas da Saúde (CCBS), que recebeu a documentação da Faculdade de Medicina de Sergipe; e o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET), que incorporou a documentação da Escola de Química de Sergipe. Imerso nesse acervo, encontram-se documentos dos Diretórios e dos Centros Acadêmicos, da União Estadual dos Estudantes, do Diretório Central dos Estudantes, além da correspondência dessas entidades com as suas respectivas instituições de ensino ou sobre elas e esses sujeitos sociais, no caso os estudantes universitários.

Entre os tipos de documentos encontrados, verifica-se a presença de ofícios expedidos e recebidos entre as entidades estudantis locais, nacionais e as instituições de ensino superior em suas mais diferentes esferas; atas das reuniões ou de assembleias gerais e extraordinárias realizadas pelos discentes; atas das reuniões dos conselhos e das congregações que contavam com algum tipo de participação estudantil; recortes de jornais relacionados aos estudantes e suas atividades culturais, acadêmicas e políticas; relatórios institucionais sobre a atuação dos estudantes, inclusive alguns relacionados aos órgãos de segurança e informação, já no período da ditadura civil-militar.

Além dos registros encontrados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe, foram localizados diversos recortes de jornais no Museu do Homem Sergipano – instituição vinculada à mencionada universidade – relativos às atividades do Diretório Central dos Estudantes no final da década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980;[130] correspondências estudantis ou sobre eles no Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH), vinculado ao Departamento de História/

130 Ver a respeito em: CRUZ, José Vieira da. "Documentos de uma História: atuação dos estudantes em Sergipe nas décadas de 1970 e 1980". In: *Boletim da ANPUH/SE*, n. 4, 2007, p. 3. Esses "recortes de jornais", por vezes, não contêm os registros completos relativos à sua publicação, razão pela qual nos fez optar por consultá-los diretamente nos jornais em que foram publicados.

UFS;[131] atas de reuniões com registros da participação dos estudantes na sala do Conselho de Ensino e Pesquisa (CONEP) e no Conselho Universitário (CONSU).[132] Em particular, sobre este último, foram consultadas as primeiras atas relativas ao funcionamento da UFS.

A busca por registros escritos do e/ou sobre o movimento estudantil exigiu também a consulta aos seguintes acervos de documentos: Arquivo Público do Estado de Sergipe, Arquivo Público Nacional, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Instituto Dom Luciano José Cabral Duarte. Além desses, essa pesquisa teve acesso a cópias de documentos disponibilizadas por ex-militantes do movimento estudantil, a exemplo de José Maria do Nascimento, e por pesquisadores de temas afins, como o historiador e cientista político José Ibarê Costa Dantas e o professor e advogado José Afonso do Nascimento.

Esse exercício de pesquisa junto a esses acervos resultou, entre outras contribuições, na desmitificação da ideia de que não existiam documentos escritos a respeito, inclusive no difícil período relacionado à ditadura civil-militar, localizando diversos documentos escritos e impressos estudantis.

A pesquisa realizou também consultas nas bibliotecas: Epifânio Dória, Nacional, Setorial de São Lázaro, na UFBA, Central da UFS, Central da UNIT, entre outras. Nesses espaços de pesquisa, foram acessados impressos estudantis, jornais locais e nacionais, revistas, monografias, dissertações, teses e livros. À contribuição dessas instituições acrescentam-se, ainda, a documentação e bibliografia disponibilizada por importantes acervos digitais, dentre os quais destaco: o da Biblioteca Digital Ação Educativa, o do Projeto Memórias do Movimento Estudantil, o PROGEN/UFPE e o Banco de teses da CAPES.[133]

131 A respeito destes documentos é importante registrar o trabalho de catalogação realizado por: CARVALHO, Adriana Melo. *Universidade vigiada*: documentos para a história da ditadura militar na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977). 2005. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.

132 OLIVEIRA, Adriano Feitosa, MARINS, Gustavo Cabral, SANTOS, Reginaldo da Silva. *"Páginas de uma história"*: as atas do Conselho Superior e a Universidade Federal de Sergipe, 1968 a 1985. Op. cit.

133 Biblioteca Digital Ação Educativa. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/>. Acessado em 09/01/2012; Projeto Memória do Movimento Estudantil. Disponível em: <http://www.mme.org.br/>. Acessado em 09/01/2012; e PROGEN/UFPE. Disponível em: <http://movimentosjuvenisbrasileiros.blogspot.com/>. Acessado em 09/01/2012.

Em relação às fontes orais ou documentos orais, a necessidade de realizar, produzir, guardar, disponibilizar e avaliar esses registros de experiências vividas – constantemente reelaboradas a partir do presente e das múltiplas temporalidades do processo histórico –, motivou a organização do Projeto "Vozes de um passado-presente: estudantes, artistas, intelectuais e militantes em Sergipe na segunda metade do século XX".

Esse projeto partiu tanto da necessidade de organizar e guardar as entrevistas realizadas quanto de disponibilizá-las, enquanto fontes, para diferentes pesquisadores, uma vez que as experiências nelas registradas, sob a forma escrita, de áudio ou ainda de áudio e vídeo, extrapolam os significados atinentes a um único campo ou tema de pesquisa, sobretudo no que concerne aos diferentes sentidos da memória e de sua relação com a história, e exige um aprofundamento teórico e uma análise que transpõe os objetivos deste livro, mas poderão fomentar o desenvolvimento de uma série de outros estudos a respeito. Além disso, no decorrer dessa pesquisa, conseguimos a disponibilização de pelo menos três outras entrevistas, produzidas fora do campo de ação dos projetos mencionados, realizadas pelo pesquisador José Ibarê Costa Dantas[134] e pela pesquisadora Cristiane Soares Santana.[135]

Os jornais também constituem peça importante na tessitura desta pesquisa, permitindo a construção de uma visão de conjunto dos acontecimentos relacionados à atuação desses estudantes e de suas entidades representativas, assim como do contexto social e político do ensino superior em Sergipe. Esse tipo de fonte, portanto, não se limita a extrair, de forma isolada e esparsa, uma ou outra notícia, manchete, editorial ou nota informativa; ao contrário, ela possibilita uma melhor

134 Entre as entrevistas concedidas a esse pesquisador, foram-nos disponibilizados os áudios das entrevistas realizadas com Antônio Vieira da Costa, ex-militante estudantil vinculado à POLOP, e de José Rosa de Oliveira Neto, chefe da Casa Civil do governo de Seixas Dória, ex-militante estudantil vinculado ao PCB. Ambas as entrevistas foram por nós transcritas, mas só a primeira foi utilizada no corpo dessa pesquisa.

135 Entre as transcrições cedidas por essa pesquisadora consta a de José Rolemberg Côrtes [Filho], ex-líder estudantil vinculado à AP, e de sua esposa Eliane Rolemberg, participante da missão paulista que veio a Sergipe implantar novas metodologias de ensino, ex-liderança da AP, ambos participantes da experiência política da integração na produção. Neste caso, apenas a entrevista com José Rolemberg foi analisada.

compreensão da dinâmica social e da repercussão dos acontecimentos estudados, assim como da organização de uma cronologia destes.[136]

Dentre esses jornais, destaca-se: o *Academus*, órgão de imprensa do CASR;[137] *A Cruzada*, vinculado à Igreja Católica, e *Gazeta de Sergipe*, vinculado ao jornalista Orlando Dantas, usineiro, político do PSB e considerado um estimulador de novos talentos e da participação política dos estudantes.[138] Além desses jornais, foram consultados a *Gazeta Socialista*, a *Folha Popular*, o *Sergipe-jornal*, o *Correio de Aracaju*, o *Jornal da Cidade*, o *Jornal do DCE*, o *Boletim do DCE*, o *Jornal da Ala Jovem do MDB*, entre outros.[139]

O jornal *Gazeta de Sergipe*, em especial, devido à linha editorial inclinada a valorizar as atividades da juventude universitária e por ter em seus quadros jornalistas que eram universitários e/ou lideranças do movimento estudantil e sindical, revelou-se uma fonte importante de interlocução para o campo de estudo deste livro, desde a análise de alguns de seus editoriais, reportagens, notas, até algumas das matérias de seus colunistas.

O exame dessa documentação e desses jornais, em particular, chama atenção pelo volume de referências feitas aos estudantes universi-

136 Ver a respeito do uso metodológico de periódicos no fazer-se da pesquisa histórica em: LUCA, Tânia Regina de. "Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 111-154.

137 A respeito da importância desse periódico para os estudos no campo da educação, consultar: CRUZ, Márcia Terezinha Jerônimo Oliveira. "Historiografia educacional e os impressos estudantis: o jornal Academus e as representações discentes sobre a Faculdade de Direito de Sergipe e sua cultura acadêmica (1951-1962) ". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 41, 2011, pp. 25-49.

138 Ver a respeito: MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 28/10/2011.

139 Além dos jornais mencionados, existem notícias da circulação do jornal *O Rekado*, periódico estudantil, produzido pelos estudantes do curso de direito e de outros cursos vinculados à tendência liberal da Ala Jovem do MDB. Apesar de efêmero, estilizado ao estilo do *Pasquim*, esse jornal de conotação mais irreverente também teria tratado de temários políticos, fato que teria justificado a atenção dos órgãos de segurança e informação e da Polícia Federal para os seus editores. Entretanto, como a coleção dos exemplares desse jornal – recentemente localizados – ainda não se encontram catalogados em uma instituição pública de pesquisa e não tivemos o tempo necessário para consultá-lo, limitamo-nos a fazer apenas esse registro. A esse respeito, ver entrevista: OLIVEIRA, José Luciano Góis de. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 30/12/2011; e ainda o artigo de: NASCIMENTO, José Afonso do. "Um Pasquim sergipano 'O Rekado'". In: *Jornal da Cidade*, 22 de março de 2011. Disponível em: <http://www.primeiramao.blog.br/post.aspx?id=928&t=um-pasquim-sergipano-%E2%80%9Co-rekado>. Acessado em 10/11/2012.

tários em Sergipe no período em estudo. Neste sentido, escová-los a contrapelo, para mencionar a já conhecida frase de Walter Benjamin,[140] possibilita compreender melhor uma parte dessa história, de seus significados e de como ela foi registrada e representada na documentação e nos periódicos locais e estudantis.

Ao exame dos documentos escritos e dos jornais também se somaram várias entrevistas que, nos últimos anos, têm alargado o conhecimento a respeito da visão daqueles que atuaram no movimento estudantil universitário em Sergipe. Estas fontes ou documentos orais têm possibilitado não apenas estudar os fatos relacionados ao tema focado, mas também discutir as diferentes formas de apropriação dessa memória pelos atores sociais que vivenciaram as experiências estudantis do período.[141]

O registro, a coleta, a reunião e a guarda dos documentos orais, produzidos desde as primeiras pesquisas, vêm sendo organizados desde o curso de graduação. Nessa primeira fase, foram entrevistados alguns ex-militantes do movimento estudantil, entre eles: José Alexandre Felizola Diniz, Zelita Rodrigues Correia dos Santos, Aglaé Fontes D'Ávila de Alencar, Clodoaldo de Alencar Filho, Guido Azevedo, Luís Antonio Barreto e Ivan Macedo Valença; e ainda o professor José Silvério Leite Fontes e o empresário e político José Carlos Mesquita Teixeira.[142]

A experiência com o uso metodológico da história oral foi retomada de modo mais sistematizado a partir do ano de 2004, quando foi possível desenvolver o projeto de pesquisa "Vozes de um passado-presente: estudantes, artistas e intelectuais em Sergipe na segunda metade do século XX".

Como frutos desse projeto, foram entrevistados os seguintes ex-militantes do movimento estudantil universitário: José Maria do Nascimento, José Roberto dos Santos,[143] João Augusto Gama da Silva, Dilson

140 BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política***:** ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet, 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 225.

141 VOLDMAN, Danièle. "A invenção do depoimento oral". In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeira: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 247-266.

142 CRUZ, José Vieira da. *O Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes Sergipanos e os movimentos culturais do início dos anos 60*: 1962-1964. Op. cit.

143 Essas duas primeiras entrevistas foram realizadas e transcritas no curso da disciplina "Tópicos Especiais de História Oral", ministrada no curso de História da Universidade Tiradentes no ano de 2008, sob minha orientação.

Menezes Barreto, Araci Bispo do Nascimento,[144] Jackson Sá Figueiredo, Wellington Dantas Mangueira Marques, João Bosco Rolemberg Côrtes,[145] Antonio Bittencourt Júnior, Carlos Roberto da Silva, Edvaldo Nogueira, José Franco Azevedo, Silvana Nascimento Barros,[146] Antonio Fernandes Viana de Assis,[147] Josué Modesto dos Passos Sobrinho, Ruy Belém de Araújo, Milton Alves, Laura Maria Ribeiro Marques, José Afonso do Nascimento, José Luciano Góis de Oliveira,[148] José Ibarê Costa Dantas,[149] Domingos Félix de Santana Neto, Irineu Silva Fontes Júnior, Antonio Alves do Amaral, Joésia Maria de Oliveira Ramos,[150] Rosalvo Alexandre de Lima Filho, Wellington Dantas Mangueira Marques,[151] Laura Maria Ribeiro Marques, Zelita Rodrigues Correia dos Santos, Maria de Lourdes Rodrigues Correia, Iara Viana de Assis, Tânia Soares de Souza, Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes.[152] Entre outros militantes/estudantes no período em estudo.

144 As transcrições dessas três entrevistas encontram-se compiladas no trabalho de conclusão de curso: SANTOS, Fernanda de Andrade, GÓIS, Lidiane Barbosa de, OLIVEIRA, Rose Carla de Araújo. "*Vozes de um passado presente*: estudantes, artistas, intelectuais e militantes em Sergipe na segunda metade do século XX". Op. cit.

145 As transcrições dessas três entrevistas mencionadas encontram-se compiladas no trabalho de conclusão de curso: PALMEIRA, Gardênia Correia, SILVA, Glícia Laís Macedo. *Em tempos autoritários*: história do movimento estudantil em Sergipe (1964-1968). Op. cit.

146 As transcrições dessas cinco entrevistas mencionadas encontram-se compiladas no trabalho de conclusão de curso: ESPÍRITO SANTO, Farley Goes do; ANDRADE, Daniele Xavier de. *Viração*: uma parte da história do ME em Sergipe. Op. cit.

147 A entrevista de Antonio Fernandes Viana de Assis, juntamente com mais oito entrevistados sobre os trotes estudantis, gravadas em áudio, encontram-se compiladas no trabalho de conclusão de curso de: RODRIGUES, Irene Soares, SANTOS, Nadja dos, SANTOS, Neide Costa do. *Entre trotes e calouradas*: o ingresso no ensino superior em Sergipe. Op. cit.

148 A respeito das seis últimas entrevistas mencionadas, realizadas para o campo de interesses dessa pesquisa, além de transcritas, elas estão também registradas em vídeo.

149 Essa última entrevista, a pedido do entrevistado, foi gravada apenas em áudio.

150 Essas últimas quatro entrevistas estão também gravadas em vídeos, exceto a de Domingos Félix de Santana Neto e encontram-se compiladas no trabalho: NASCIMENTO, Janiclécia Rezende dos Anjos, VASCONCELOS, Luciene Cardoso, RABELO, Tânia Maria Lima. *Memórias de músicos e estudantes universitários em Sergipe, entre meados da década de 1970 e meados da década de 1980*. Op. cit.

151 Essas duas últimas entrevistas, inclusive a segunda realizada com Wellington Dantas Mangueira Marques, também gravadas em vídeo, encontram-se compiladas no trabalho: SILVA, Fabiana Santana Porto, MENEZES, Gisele Carvalho, SANTANA, Renata de Carvalho. *Memórias dos militantes do PCB em Sergipe durante a ditadura militar*. Op. cit.

152 A respeito das seis últimas entrevistas mencionadas, inclusive o segundo ciclo de entrevistas com Laura Maria Ribeiro Marques e com Zelita Rodrigues Correia dos Santos, além de transcritas e registradas em vídeo, encontram-se compiladas no trabalho: ANDRADE, José Anderson Farias, BARRETO, Lívia Rocha Teles, FLORÊNCIO, Maria Juliene Menezes. *Registros e lembranças*: a militância feminina em Sergipe na segunda metade do século XIX. Op. cit.

Além do conjunto dessas fontes orais, é necessário registrar, como já dito, o acesso à entrevista de José Rolemberg Côrtes Filho, cedida pela pesquisadora Cristiane Soares Santana;[153] a entrevista de Jean Marc Von Der Weid, disponível através do projeto "Memórias do movimento estudantil";[154] e a entrevista de Antonio Vieira da Costa, disponibilizada pelo historiador José Ibarê Costa Dantas.

6. ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA

> Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, nas expectativas de atingir a verdade oculta. Se assim é, por que não aproveitar essa oportunidade que só nós temos entre os historiadores, e fazer nossos informantes se acomodarem relaxados sobre o divã, e, como psicanalistas, sorver em seus inconscientes, extrair o mais profundo de seus segredos?[155]

A inclusão da história oral nesta pesquisa vem justamente possibilitar uma maior compreensão da relação entre a história e a memória vinculada ao movimento estudantil em Sergipe no período em estudo. Dessa forma, o uso dessa metodologia apresenta-se como uma forma do fazer histórico que, articulada a outros tipos de pesquisas e métodos, possibilitam ao historiador localizar, coletar, sistematizar e, no caso da fonte oral, em particular, estimular a produção de registros a respeito das experiências sociais e culturais compartilhadas e disputadas pela memória de homens e mulheres ao longo do tempo[156]. Além disso, a

153 Ver a respeito a pesquisa: SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

154 A respeito do projeto "Memória do movimento estudantil", é importante frisar a riqueza de seu banco de entrevistas realizado com ex-presidentes da UNE e outras lideranças do movimento estudantil. Disponível em: < http://www.mme.org.br/>. Acessado em 10/02/2009.

155 THOMPSON, Paul. *A voz do passado*: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 197.

156 Ver a respeito: POLLAK, Michel. "Memória, esquecimento, silêncio". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15; PORTELLI, Alessandro. "O que faz a história oral diferente". In: *Projeto História*. São Paulo, n. 14, fevereiro 1997; ROUSSO, Henri. "A memória

história oral está intimamente relacionada com os acontecimentos da história do tempo presente, colocando o pesquisador em contato direto com os sujeitos históricos e suas lembranças, esquecimentos e sentimentos.[157]

Para Dora Schwarzstein, além da problemática do papel a ser desempenhado pelo pesquisador/entrevistador, a história oral suscita, também, a questão de como ela será utilizada. Segundo essa autora, "una vez constituida la fuente oral a partir de la entrevista y de su transcricpción, el resultado final es un texto cuya utilización plantea los mismos problemas que cualquier documento escrito".[158] A utilidade da história oral enquanto fonte de pesquisa depende, portanto, para essa autora, tanto das informações obtidas quanto do tratamento a ela conferida. Neste sentido, ela pode servir tanto para complementar informações obtidas de fontes escritas como pode conferir voz a grupos silenciados e marginalizados ou não; isto vai depender da postura teórica e metodológica de cada pesquisador e da natureza do objeto em estudo. No caso desta pesquisa, serão empregadas ambas as perspectivas: complementar as informações dos registros escritos sobre a história do movimento estudantil universitário em Sergipe e conferir voz a militantes silenciados pelo processo de repressão, e, dentre eles, a algumas mulheres.

A respeito dos resultados produzidos por uma entrevista, é preciso acrescentar ainda que, independentemente dos objetivos motivadores da sua realização, ela contém significados que transcendem, na maioria das vezes, as pretensões da pesquisa à qual se vincula. Neste sentido, é necessário frisar que a realização de uma entrevista gera pelos menos três tipos de documentos, a saber: os registros de áudio ou áudio e vídeo da entrevista realizada, a transcrição pelo pesquisador da entrevista, e,

não é mais o que era". In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (coord.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998; BRESCIANI, Stela, NAXARA, Márcia (Orgs). *Memória (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora Unicamp, 2002; SANTOS, Miriam Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003; HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006; MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010, entre outros.

157 Ver a respeito: BÉDARIDA, François. "Tempo presente e presença na história". In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 219-232.

158 SCHWARZSTEIN, Dora. *La Historia Oral*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991, p. 15.

por fim, a edição da entrevista com as correções, supressões e acréscimos recomendados pelos entrevistados.

A importância da realização de entrevistas para o pesquisador que fomenta seu registro, assim como para outros estudiosos, demanda a sua guarda e disponibilização em instituições públicas vinculadas à preservação da história e da memória. Desta forma, o uso da metodologia da história oral deve atentar para a intenção do objeto de estudo e para os significados das experiências vivenciadas pelos entrevistados em relação ao tema. Além disso, é necessário pensar a forma como o registro da entrevista será realizado, as estratégias para sua realização, os procedimentos para transcrição e obtenção da carta de cessão, as possibilidades quanto à interpretação das informações fornecidas e, por fim, os cuidados relativos à guarda da entrevista para posterior consulta de outros pesquisadores,[159] sobretudo para os estudos a respeito dos diferentes significados da memória e das experiências que elas revelam.

Os procedimentos apontados em relação ao uso metodológico da história oral têm, para o escopo metodológico deste livro, o objetivo de resgatar e valorizar as diferentes experiências compartilhadas e disputadas pela memória de alguns militantes que atuaram no movimento estudantil universitário em Sergipe no período em estudo. Neste sentido, o uso desta metodologia contribui para proporcionar "al historiador oral un método para ocuparse del molesto problema de la memória".[160] A respeito dessas entrevistas e das memórias de que elas são portadoras, é preciso frisar que elas não serão examinadas de modo exaustivo, sobretudo no que tange à seara da memória, tarefa que demandará outros estudos e interpretações.

Em termos historiográficos, os debates sobre a questão da história e da memória têm rompido "com as dicotomias entre indivíduo e a sociedade, passado e presente, bem como entre ciência e prática social".[161]

159 ALBERTI, Verena. *História oral*: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

160 GRELE, Ronald J. "Movimiento sin meta: problemas metodológicos y teóricos en la história oral". In: SCHWARZSTEIN, Dora. *La historia oral*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991, p.135.

161 SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. "Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 13, n. 38, outubro, 1998, p.151.

Neste sentido, a produção acadêmica tem reavaliado o papel da memória como alicerce para suas interpretações e não seu inverso.[162] Ao avaliar a importância dos debates acerca da história oral, da memória e da história do tempo presente, Lucileide Costa Cardoso destaca que eles têm permitido "o confronto de diferentes 'verdades'", além de redimensionar "a clássica questão do papel que deve ser atribuído ao indivíduo no processo histórico".[163]

Considerando que a memória é suscitada pelas necessidades do presente, o seu uso como fonte histórica deve observar como ela é repetida, selecionada, rememorada e interpretada.[164] Desta forma, a emergência da chamada história do tempo presente e a valorização dos testemunhos históricos diretos; o retorno dos estudos políticos centrado nas experiências vividas pelos sujeitos,[165] nas redes sociais e nas particularidades históricas; e a compreensão de que o passado é construído a partir das necessidades do presente, tudo isso ajuda a "esquadrinhar os usos políticos do passado recente ou a propor o estudo das visões de mundo de determinados grupos sociais na construção de respostas para os seus problemas".[166]

Nesse sentido, os estudos sobre as memórias estudantis também se apresentam relacionados aos debates da História do Tempo Presente (HTP), sobretudo daqueles que de alguma maneira participaram das atividades do movimento estudantil universitário brasileiro – seja através dos movimentos articulados pela UNE, seja pelas representações universitárias nos estados. Assim, o estudo de Araújo, a respeito da me-

162 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003; SÁ, Antônio Fernando de Araújo. Fernando. *Combate entre história e memórias*. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

163 CARDOSO, Lucileide Costa. "Dimensões da memória na prática historiográfica". In: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos, REIS, Isabel Cristina Ferreira dos (org.). *História regional e local*: discussões e práticas. Salvador: Editora Quarteto, 2010, p. 172.

164 SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 44, 2002, pp.425-438.

165 Ler a respeito: RÉMOND, René. "Por que a História Política? ". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n. 13, 1994; e, ainda em: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha, 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

166 FERREIRA, Marieta de Moraes. "História, tempo presente e história oral". In: *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro, 2002, p. 324.

mória dos militantes da UNE nos últimos 70 anos,[167] e o trabalho de pesquisa de Zaidan Filho e Machado, sobre a memória do movimento estudantil e dos grupos de juventude,[168] dialogam com essa perspectiva da HTP, embora não registrem sua associação a essa escola historiográfica. No caso desses estudos sobre a memória e os registros históricos dos acontecimentos sobre o movimento estudantil e os grupos de juventude, eles realimentam, em maior ou menor proporção, as rememorações de um passado próximo e presente e a construção de uma autoimagem do movimento e de seus participantes.

Ainda sobre o trabalho de Araújo, é importante salientar que ele é um dos resultados do projeto "Memória do movimento estudantil", financiado pela Petrobras, em parceria com a UNE, Museu Nacional, Rede Globo de Televisão e Universidade Federal do Rio de Janeiro, e produzido pela Fundação Roberto Marinho. Esse projeto, não obstante a sua relevância no sentido de registrar a memória de ex-militantes do movimento estudantil, por um lado, levanta questionamentos quanto à possibilidade de privatização da memória de um movimento social por parte de uma empresa privada, no caso a Rede Globo de Televisão; por outro, persiste na afirmação da centralidade da UNE e dos militantes estudantis que atuaram nos grandes centros urbanos e culturais do país como espelho do movimento.[169]

167 ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis*: da fundação da UNE aos nossos dias. Op. cit.

168 ZAIDAN FILHO, Michel, MACHADO, Otávio Luiz (org.). *O pensamento das juventudes brasileiras no século XX*. Op. cit.

169 ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis*: da fundação da UNE aos nossos dias. Op. cit.

CAPITULO II

O SURGIMENTO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO EM SERGIPE

1. DESLOCAR-SE NÃO ERA MAIS PRECISO

> Sergipe, que já se fartou de mandar seus filhos para outros Estados para então formarem sua cultura, procurou fundar a sua escola de Direito, passando de hoje em diante a ter dupla vaidade: vaidade por ser berço de grandes homens e por enchê-los de sabedoria em seu próprio seio, não mais precisando deslocá-los para outras faculdades, não mais tendo necessidade de mandá-los beber a sabedoria em fontes de outros centros, mesmo que em terras gloriosas do Brasil.[1]

Sob o título "Criação que nos honra", o artigo assinado por Jean Frontin, publicado em setembro de 1951 na edição inaugural do jornal *Academus*, órgão de imprensa do Centro Acadêmico Sílvio Romero, vinculado à Faculdade de Direito de Sergipe – uma das quatro faculdades existentes no estado na época –, revela aspectos do processo social que então se desenrolava no país a partir da segunda metade do século XX. Era um momento transpassado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e pela expectativa de que o mundo passaria por um período de paz e de maior liberdade política, expectativas logo confrontadas com a polarização ideológica provocada pela chamada Guerra Fria e o realinhamento político dos países "subdesenvolvidos" ou "em desenvolvimento" entre o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco socialista, liderado pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.[2]

1 FRONTIN, Jean. "Criação que nos honra". In: *Academus*. Ano I, n. 1, setembro de 1951, p. 8.
2 HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 223-253.

Em torno dessa nova ordem mundial, o Brasil encerrava o período da ditadura do Estado Novo e assistia: ao fortalecimento da sociedade civil em meio a debates nacionalistas; à intensificação do processo de industrialização e de urbanização; ao aumento da demanda por cursos superiores e ao desencadeamento do processo de criação de universidades federais.[3] Neste contexto, o Estado de Sergipe assiste à efetivação de suas primeiras instituições de ensino superior e ao surgimento de um movimento estudantil universitário.

Para os estudantes pertencentes aos setores sociais mais tradicionais do estado, a efetivação dessas instituições e de seus cursos – sobretudo o de direito, fundado em 1951, e o de medicina, a partir de 1961 – oferecia a possibilidade de não mais precisarem emigrar para "formarem sua cultura" em outros centros urbanos do país e se manterem distintos socialmente,[4] possibilidade de formação que até a primeira metade do século XX era restrita àqueles que tivessem recursos ou recebessem auxílio governamental para completar seus estudos fora do estado. Neste sentido, segundo Thétis Nunes, durante o Império, foram frequentes as resoluções da Assembleia Provincial no sentido de conceder auxílios para alguns estudantes da chamada "classe média urbana" para que eles conseguissem conquistar os cobiçados diplomas, sobretudo nas áreas do direito e da medicina, uma forma de eles manterem ou conseguirem ascensão social.[5]

Em relação a esses estudantes, as pesquisas têm apontado que, durante o período imperial, eles provinham de famílias bem estruturadas tanto em termos econômicos como quanto à posição social e aos cargos que ocupavam,[6] condição que parece não ter sido suficiente para que alguns deles, juntamente com estudantes bastados, dispensassem

3 CUNHA, Luiz Antônio. "Ensino superior e universidade no Brasil". In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greiva. *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp. 170-171.

4 A respeito da apropriação do nível superior como forma de distinção social ver: CUNHA, Luiz Antônio. "Ensino superior e universidade no Brasil". Op. cit., pp. 156-157.

5 NUNES, Maria Thétis. *História da educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984, pp. 120-121.

6 SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. *A formação intelectual da elite sergipana (1822-1889)*. Op. cit., pp.14-40; A respeito da formação desses intelectuais durante o Império, ver também: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem:* a elite política imperial. Op. cit., p. 69.

o apoio do governo provincial. A este respeito é também importante considerar que a produção de açúcar, principal atividade econômica durante o período provincial em Sergipe, estava em crise desde meados do século XIX,[7] fato que pode ter influenciado as elites locais a investirem na formação de alguns de seus filhos como forma de manutenção de seus *status*, inclusive recorrendo ao erário provincial, inicialmente, e ao erário estadual durante a Primeira República para obtenção de auxílio financeiro com o objetivo de garantir a formação em cursos que lhes assegurassem uma carreira de bacharéis e de ocupantes de cargos públicos de comando.

Por outro lado, a partir do período republicano, sobretudo após o fim da ditadura do Estado Novo, para as camadas médias da sociedade brasileira, em particular para os trabalhadores urbanos, a expansão do ensino secundário, a equivalência dos cursos profissionais ao secundário[8] e o processo de expansão dos cursos superiores significaram "um meio de aumentar as chances de estes alcançarem melhores condições de vida".[9]

Logo, ao se retomar o texto de Jean Frontin, no jornal *Academus* – possivelmente o pseudônimo de um colaborador –, percebe-se que os significados atribuídos à luta dos chamados "filhos" de Sergipe – qual seja a de não mais precisarem deslocar-se para outros estados com o objetivo de completarem seus estudos – ultrapassavam o orgulho e o reconhecimento de uma sociedade que passava a acompanhar o florescimento de uma nova cultura urbana, pautada na formação de estudantes em cursos de ensino superior ofertados na capital de seu estado. Esse novo cenário descortinava, do ponto de vista social e político, a possibilidade de se eliminar a restrição do acesso ao ensino superior àqueles que não podiam se deslocar para outros estados ou países.

7 Ver mais informações a respeito em: ALMEIDA, Maria da Glória S. de. *Nordeste açucareiro*: desafio num processo do vir-a-ser capitalista. Aracaju: UFS/SEPLAN/BANESE, 1993; e em: PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do trabalho*: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro, Sergipe, 1850-1930. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

8 Esse processo de equivalência dos cursos profissionalizantes (comercial, normal ou técnico) ao grau do ensino secundário iniciado ao longo das décadas e de 1940 e 1950 foi ampliado e garantido pelo artigo 34 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

9 CUNHA, Luiz Antônio. "Ensino superior e universidade no Brasil". Op. cit., p. 157.

A existência, o funcionamento e a expansão de cursos superiores em cidades como Aracaju, a partir da segunda metade do século XX, significaram, sobretudo para os que tinham condição socioeconômica desfavorável, uma maior possibilidade de acesso a esse nível de ensino. Outro ponto a ser destacado sobre a implantação desses cursos gira em torno da diminuição das limitações encontradas pelas mulheres que desejavam completar seus estudos, na medida em que, geralmente, a dificuldade do deslocamento acrescentava-se à lista de valores culturais de uma sociedade que limitava os espaços e os papéis a elas destinados.

Nesse contexto, torna-se importante observar também que, de modo geral, havia outras restrições ao acesso ao ensino superior. Têm-se, dentre elas, o número de estudantes que chegavam a concluir o ensino secundário, o processo de seleção para ingresso nos referidos cursos e a estrutura das novas instituições.

Ao analisar a primeira restrição, a formação secundária, uma das condições de acesso ao ensino superior, os dados escolares do ano de 1959 registravam apenas 7.411 alunos matriculados nos cursos de ensino secundário, atualmente denominado de ensino médio – menos de 1% do cômputo geral de uma população estimada em 768.000 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a população do estado no ano de 1960. A distribuição dessas matrículas, por sua vez, indicava ainda que 5.707 estudantes, ou mais de 80% deles, cursavam o ensino secundário ou ensino propedêutico, voltado para a formação geral,[10] enquanto que os cursos profissionalizantes ou técnicos, voltados para os trabalhadores, tinham menos de 20% do total de matrículas, assim distribuídas: 1.116 alunos no ensino comercial; 249 alunos no ensino industrial; 209 alunos no ensino agrícola; e 130 alunos no ensino normal,[11] sendo este último mais frequentado pelas mulheres.

10 Essa modalidade de ensino voltada para a formação mais geral destinava-se a formar o aluno para os cursos superiores mais frequentados pelas chamadas "elites condutoras". Ver mais informações a este respeito em: CUNHA, Luiz Antônio. "Ensino superior e universidade no Brasil". Op. cit., p. 171.

11 MENDONÇA, José Antônio Nunes. *Pelo desenvolvimento de Sergipe*. Aracaju: Centro de Estudos Pedagógicos, 1961, p. 15 e pp. 38-39.

Não obstante o baixo acesso da população ao ensino secundário, em 1960, o mapa de matrícula indica a predominância dos cursos propedêuticos, voltados para preparação para o ensino superior, em detrimento dos cursos profissionalizantes, atuais cursos técnicos, que também estavam equiparados ao secundário, permitindo que seus participantes estivessem habilitados a cursar o ensino superior. Por um lado, essa demanda refletia o caráter elitista deste nível de ensino, uma vez que havia a priorização do ensino propedêutico em lugar do profissional. Por outro lado, esses números e a condição de equiparação que eles permitiam indicavam a existência de uma demanda de estudantes suscetíveis a prestarem os exames de seleção para ingresso nos cursos superiores então existentes.

Entretanto, esse acesso também esbarrava na rigidez dos exames de seleção e nas condições de funcionamento das instituições de ensino superior e de seus cursos. Na primeira situação, as vagas disponibilizadas muitas vezes não eram preenchidas, não obstante o número de inscritos, a exemplo do primeiro vestibular da Faculdade de Medicina de Sergipe ocorrido em 1961, para o qual 32 candidatos se inscreveram, apenas nove foram aprovados, e destes, somente sete concluíram o curso cinco anos depois.[12] Situações desta ordem estimularam, ao longo dos anos de 1960, que estudantes de várias partes do país desencadeassem campanhas não só para o aumento de vagas nos cursos superiores, mas também para o preenchimento das já existentes, inclusive em Sergipe, como se verificará no decorrer deste livro.

Já em relação às condições de funcionamento das instituições de ensino superior em Sergipe, questões como as estruturas dos prédios, laboratórios e bibliotecas, a falta de professores e a irregularidade ou insuficiência das fontes de financiamento sinalizavam algumas das dificuldades mais frequentes para manutenção da oferta e da possibilidade de ampliação das vagas nos cursos então existentes. Nesse mesmo período, o governo federal, com o intuito de resolver a demanda por mais cursos superiores, a partir do final da década de 1940, procurou criar

12 Entre os concluintes estavam: Antonio Leite Cruz, João Fernando Salviano, Lydia Mesquita Salviano, Maria Rosa Silva, Simone Matos Moura, Willian de Oliveira Menezes e Zulmira Freire Rezende. Mais informações a respeito em: CINFORM. *Faculdade de Medicina de Sergipe completa 50 anos* [reportagem do jubileu de ouro]. Ano XXIX, n. 1.467, 23 a 29/05/2011, p. 11.

novas faculdades, estabelecer a gratuidade dos cursos superiores nas instituições federais e federalizar as faculdades estaduais e privadas, reunindo-as em universidades.[13] Entretanto, esse processo de federalização, como uma das possibilidades para se garantir a expansão do ensino superior, não ocorreu de igual modo entre os diferentes estados brasileiros.

2. AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

No caso de Sergipe, a trajetória percorrida entre a criação das primeiras instituições de ensino superior, efetivadas entre o final da década de 1940 e início da década de 1960,[14] e a Fundação da Universidade Federal de Sergipe (inicialmente representada pela sigla FUFSE, mas logo denominada de UFS), em 1968, é uma evidência de que esse processo teve desdobramentos tardios em relação à federalização. Ao mesmo tempo, são indícios reveladores a respeito das dificuldades enfrentadas pelo estado para superar aquilo que a historiadora Maria Thétis Nunes definiu como a "arcaica estrutura socioeconômica que teimava em permanecer".[15]

Entretanto, apesar da persistência de uma estrutura socioeconômica pouco desenvolvida, de um ambiente político dominado por oligarquias – associadas à produção do açúcar e à atividade pecuária – e ao fato de a Província de Sergipe, inicialmente, e o Estado de Sergipe, posteriormente, entre o Império, a Primeira República e o fim do Estado Novo, não contarem com instituições de ensino superior, esta realidade não impediu que alguns intelectuais, parte dos quais provenientes dos mencionados setores socioeconômicos, concluíssem sua formação nos meios universitários de Recife, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, obtendo inclusive destaque em importantes debates jurídicos, científicos e políticos sobre a realidade brasileira e a latino-americana. Dentre esses

13 MENDONÇA, José Antônio Nunes. Op. cit., p. 171.

14 ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares & SANTOS, Lenalda Andrade (Org.). *UFS: História dos Cursos de Graduação*. São Cristóvão: UFS, 1999.

15 NUNES, Maria Thétis. "A UFS completa 40 anos". In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. 04 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.ufs.br/ufs40anos/index_artigos.php?id=22>. Acessado em 10/02/2009.

intelectuais, podem ser citados os seguintes bacharéis: Tobias Barreto, Sílvio Romero, João Ribeiro, Fausto Cardoso, Gumercindo Bessa, Felisbelo Freire, Manoel Bomfim, entre outros.[16]

Contudo, a projeção alcançada por esses intelectuais e políticos de Sergipe não se converteu ou não foi suficiente para a efetivação de instituições de ensino superior no estado, ao menos até o final da primeira metade do século XX. A necessidade de deslocamento para outros centros culturais, com o propósito de obter formação universitária e galgar uma projeção no ambiente intelectual e político, nacional e estadual, persistiu, portanto, sem uma alternativa local até 1948, quando se efetivariam as primeiras instituições de ensino superior no estado.

A esse respeito, são significativas as palavras proferidas pelo discurso de José Augusto da Rocha Lima, professor do Colégio Estadual de Sergipe, em 15 de março de 1947, por ocasião dos festejos alusivos ao centenário da implantação do ensino secundário em Sergipe. Nesse discurso, ele destaca, entre outros aspectos, o crescimento do ensino primário e do ensino secundário, enfatizando que isso deveria abrir caminhos para a instalação do ensino superior no estado. Ele argumenta, ainda, que a efetivação do ensino superior em Sergipe dependeria da vontade da sociedade sergipana. Em suas próprias palavras, "A vontade forte, é o **abrete**, **Sésamo** (sic) e não duvido que haja vontades fortes, serenas e clarividentes na tripulação da nau do Estado, nesta nova jornada que se há de iniciar",[17] em uma clara referência de que o início do ensino superior no estado dependeria da vontade da sociedade, da intelectualidade e dos políticos.

Além do discurso sobre a necessidade dessa vontade, a efetivação do ensino superior em Sergipe deve ser associada ao momento político e econômico que o país passou a viver após o fim da ditadura do

16 Ver a respeito em: FONTES, José Silvério Leite. *A formação do povo sergipano.* Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2004; em: CRUZ, José Vieira da, BITTENCOURT JÚNIOR, Antonio. *Manoel Bomfim e a América Latina*: a dialética entre o passado e o presente. Aracaju: Diário Oficial, 2010; e ainda em: SOUZA, Terezinha Oliva de. *Impasses do federalismo brasileiro*: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, entre outros.

17 LIMA, José Augusto da Rocha. "Discurso". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. 14, n. 19, p. 29, 1947 (negrito do autor). Ver a respeito os comentários de: OLIVEIRA, João Paulo Gama. "Curso de história e geografia da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: reflexões sobre seu currículo". In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 30, jun/2008, pp. 164-174.

Estado Novo. A partir desse contexto, verifica-se que o interesse em buscar alternativas para o desenvolvimento estadual toma novos encaminhamentos, entre os quais o de garantir o acesso ao ensino superior no estado, permitindo, dessa forma, que aqueles que tinham dificuldades ou impossibilidades para migrar para outras cidades fora do estado também tivessem acesso a esse ensino.

Antes disso, o estado já contava com o funcionamento do Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus – fundado em 1913 e em atividade até 1933 –, que teve por objetivo a formação superior de religiosos para a vida sacerdotal,[18] e duas tentativas de instalar cursos superiores laicos, ocorridas no governo de Maurício Graccho Cardoso durante a década de 1920, "com a instituição da Faculdade de Farmácia e Odontologia 'Aníbal Freire' e da Faculdade de Direito 'Tobias Barreto'", experiências de ensino que não tiveram êxito.[19]

Mas não obstante a experiência de ensino superior religioso mencionada e a tentativa de instalação de faculdades na década de 1920, a efetivação de instituições de ensino superior laicas no estado somente ocorreu quando o governo "passou a investir na construção da infraestrutura básica e na montagem de estratégias para o desenvolvimento estadual"[20]. Entre essas estratégias, as criações da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) e da Escola Superior de Química (ESQ), em 1948, representaram o início da efetivação de cursos universitários em Sergipe. Para Manoel Cabral Machado, intelectual católico ligado ao Partido Social Democrático (PSD), essas duas iniciativas dariam a sustentação para a construção de uma política de desenvolvimento para o estado, em particular no longo processo de efetivação do ensino superior em Sergipe, que só se concluiria em 1968.[21]

18 Ver mais informações a esse respeito em: BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *Os Padres de Dom José*: O Seminário Sagrado Coração de Jesus 1913-1933. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004; e da mesma pesquisadora: *A formação dos padres no Nordeste do Brasil (1894 -1933)*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

19 NUNES, Maria Thétis. *História da educação em Sergipe.* Op. cit., p. 251.

20 Op. cit.

21 MACHADO, Manoel Cabral. "Nossa Universidade Federal e o Ensino Superior em Sergipe (I) ". In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. 25 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.ufs.br/ufs40anos/index_artigos.php?id:19>. Acessado em 10/02/2009.

A essa iniciativa governamental somaram-se a Faculdade de Direito de Sergipe (FDS), fundada por uma sociedade mantenedora formada por juristas ligados ao Partido Social Democrático (PSD) em 1951, a qual, nos anos seguintes foi federalizada;[22] duas instituições mantidas pela Igreja Católica: a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS),[23] fundada em 1951, e a Escola de Serviço Social (ESS), em 1954; e ainda a Faculdade de Medicina de Sergipe (FMS), mantida por uma sociedade civil com aportes financeiros do estado em 1961. Essas instituições, a partir de 1963, articuladas pelo governo do estado, iniciariam um processo que culminaria em 1968 com a fundação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Esta instituição de ensino superior reuniria as duas instituições pertencentes ao governo do estado, as duas faculdades católicas, a faculdade de medicina mantida por uma sociedade civil sem fins lucrativos de caráter laico e a faculdade de direito já federalizada, em torno de uma única instituição criada na condição de fundação federal.

Alguns dos meandros da estrutura socioeconômica e política do estado no período de efetivação das mencionadas instituições podem ser melhor compreendidos em face da crise da atividade canavieira – predominante na faixa litorânea e nos vales dos principais rios que cortam o estado –, e da consequente transição do domínio dos grupos políticos ligados aos "senhores do açúcar" para o dos agropecuaristas, que também passaram a sinalizar a necessidade de criar alternativas para que fosse possível revigorar a economia.[24] Neste sentido, o arranjo econômico das elites locais, entre os senhores de engenho e os pecuaristas, não se mostrava capaz de evitar a série de dificuldades financeiras enfrentadas pelo estado a partir do final da década de 1940. Esses obstáculos

22 DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe*: República (1889-2000). Rio Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 158.

23 A respeito da fundação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, ler: LIMA, Luís Eduardo Pina. *Ideologias e utopias na história da educação*: o processo de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – 1950-1951. 1993. Monografia (Especialização em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 1993. E sobre o cotidiano dos primeiros anos desta faculdade, ler: OLIVEIRA, João Paulo Gama. *O curso de Geografia e História na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951-1954), entre alunas, docentes e disciplinas* – uma história. 2008. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

24 DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe*: República (1889-2000). Op. cit., pp. 97-104.

em grande parte refletiam a vulnerabilidade de uma economia regional em face da dinâmica econômica de acumulação de capitais e do processo de industrialização que colocavam o Nordeste, particularmente Sergipe, em uma situação de defasagem em relação à dinâmica política e econômica do Sudeste.[25]

Em virtude das crises que emperravam as atividades associadas à monocultura da cana-de-açúcar e da criação do gado, bases tradicionais da economia, e sem uma alavanca política de industrialização, uma das alternativas para diversificar a economia do estado, entre as décadas de 1940 e 1960, foram as apostas na extração de sal – atividade extrativista existente desde o período colonial, mas que no período em apreço aparece de modo mais expressivo[26] – e a intensificação da cultura do coco, prática que, no período mencionado, conferia certa projeção produtiva ao estado, sobretudo no que tange à área plantada com essa cultura.[27]

A pedido do governador udenista Leandro Maciel (1955-1959), esse contexto econômico foi apropriado e retratado por Jordão de Oliveira em dois painéis pintados: "Carro de boi" e "Salinas". Esses painéis, que decoram o *hall* de entrada do Palácio Olímpio Campos, na época, sede do governo estadual e atualmente Palácio Museu Olímpio Campos, foram concluídos no governo do também udenista Luiz Garcia (1959-1962). Diante daquela solicitação, o mencionado artista plástico – formado nos meios artísticos de Pernambuco e do Rio de Janeiro, cuja sensibilidade foi refletida no jogo de cores e com estilo peculiar – traduziu com riqueza de detalhes as paisagens, as pessoas e suas características singulares.[28]

O primeiro painel, "Carro de boi", localizado ao lado esquerdo do *hall* de entrada do palácio, dimensiona, através do olhar estético de

25 Op. cit.

26 Entre os escassos estudos sobre a importância das salinas em Sergipe, ver: SANTOS NETO, Amâncio Cardoso. "Salinas do Aracaju: séculos XVIII ao XX". In: *Jornal da Cidade*. Ano VIII, 12 de janeiro de 2009, p. B-9.

27 A respeito da importância desse cultivo em Sergipe, ver: CRUZ, José. "O coco na economia de Aracaju: ensaio estatístico-econômico". In: *Revista de Aracaju*. Ano I, n. 1, 1943, pp.129-141.

28 Mais informações a respeito consultar o dicionário e portal virtual "2 séculos de artes visuais em Sergipe", produzido pela Secretaria de Cultura do Estado de Sergipe. Disponível em: <http://itabi.infonet.com.br/artesvisuais/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1>. Acessado em 10/02/2010.

Jordão de Oliveira, o ciclo da monocultura canavieira e de criação de gado. A relação entre essas atividades ocorria ora de forma justaposta, quando a criação de gado servia de força motriz para a atividade açucareira, ora de forma sobreposta, quando a produção de açúcar não se mostrava vigorante. Neste último caso, tem-se, como exemplo, o ocorrido nas décadas de 1940, 1950 e 1960, quando a atividade pecuarista parecia se mostrar mais viável. Por essa razão, segundo Ibarê Dantas, esse período foi marcado pelo "Estado Populista e o domínio dos pecuaristas".[29]

Já o segundo painel, "Salinas", situado do lado direito do *hall* de entrada do Palácio Museu Olímpio Campos, retrata o extrativismo mineral do sal e o trato com a cultura do "coco da baía". Naquele contexto das décadas de 1950 e 1960, essas atividades também despontavam no cenário econômico do estado. Em ambos os painéis, é nítido o predomínio da pouca ou de nenhuma utilização dos processos de mecanização. Pode-se perceber, a respeito, a persistência de atividades econômicas que exigiam baixa qualificação e, consequentemente, sua associação à baixa remuneração. Outro ponto perceptível é o predomínio de mão de obra afrodescendente, sobretudo nos trabalhos braçais, e a ausência do trabalho feminino.

Contrastando com o quadro de dependência regional marcada pelo domínio econômico do setor pecuarista, o PSD e a União Democrática Nacional (UDN) alternavam-se no poder em meio às mobilizações da sociedade civil e aos debates nacionalistas durante o mencionado período. Este quadro político somente foi modificado com a vitória da Aliança Social Democrática (ASD), que conduziria João de Seixas Dória ao governo do estado em 1963, em meio à luta político-ideológica e ao projeto nacional-popular em curso nos primeiros anos da década de 1960. Essa experiência política logo foi atropelada pela coalizão civil-militar de 1964 que, entre outros atos, depôs o governador eleito, empossou o seu vice e passou a controlar as ações da sociedade. Em torno desse cenário político, econômico e social, efetivar-se-iam as primeiras seis instituições de ensino superior em Sergipe.

A história da efetivação do ensino superior em Sergipe, tratado no início deste capítulo, indica ainda que entre as demandas, mobilizações

29 DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe*: República (1889-2000). Op. cit., pp. 119-172.

e "debates apaixonados", o caminho percorrido por essas instituições – das escolas e das faculdades isoladas à instalação da Fundação da Universidade Federal de Sergipe (FUFSE) – foi acompanhado de uma intensa participação do governo do estado, da Igreja Católica e de diversos outros segmentos da sociedade civil, em particular, pelo movimento estudantil universitário. E é a respeito da participação destes últimos nos debates sobre a necessidade da criação e sobre o modelo de como deveria ser fundada a primeira universidade em Sergipe que reside um dos pontos de discussão deste livro. Antes, porém, faz-se necessário compreender um pouco sobre o perfil desses estudantes.

3. UM PERFIL DOS PRIMEIROS ESTUDANTES

Em torno desse foco, é importante compreender como foram formados os efetivos estudantis que vieram a frequentar as primeiras instituições de ensino superior em Sergipe. No tocante ao estado de origem, baseado no levantamento de dados referentes aos 758 universitários matriculados entre 1957 e 1964, é possível verificar, entre as variáveis analisadas, que o preenchimento de pelo menos 74% das vagas foi efetivado por estudantes nascidos em Sergipe. E ainda, examinando as demais variáveis, constatou-se que mais de 16% das vagas foram preenchidas por estudantes de estados circunvizinhos, como a Bahia, com 12,01%; Pernambuco, com 1,72%; e Alagoas, com 2,90%, entre outros.[30]

A presença de estudantes nascidos nos estados da Bahia, Alagoas e Pernambuco pode, em parte, ser explicada pela proximidade de alguns de seus municípios com Sergipe. Ainda que os dados estudados não permitam mensurar com precisão as cidades de origem desses estudantes, pode-se presumir, por conta das relações sociais e históricas construídas pelas populações de municípios fronteiriços com o território sergipano, que parte dessas populações também se serviu da estrutura de serviços de Sergipe, a exemplo do sistema de ensino. Desta forma, faz-se necessário frisar que a história dos estudantes univer-

30 Dados obtidos a partir dos dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe. In: CRUZ, José Vieira da. *Juventude e Identicação Social*. Op. cit., p. 64.

sitários em Sergipe não é apenas a história dos estudantes sergipanos, ainda que estes tenham ocupado um quantitativo expressivo das vagas, mas engloba também de estudantes de estados circunvizinhos.

De igual forma, não se pode afirmar que a história dos estudantes universitários em Sergipe seja a história da população urbana residente em Aracaju, capital do estado e cidade onde as mencionadas instituições de ensino superior foram instaladas. A esse respeito, é importante considerar, a partir dos dados coletados, que entre os estudantes nascidos em Sergipe, que correspondem a 74% dos matriculados, somente 36,54% deles tinha como município de origem a cidade de Aracaju, ou seja, um pouco menos da metade. No entanto, mais da metade desse percentual, 37,34%, era natural de outros municípios do estado.[31] Por um lado, esses dados permitem constatar que a cidade de Aracaju, a partir da criação das primeiras instituições de ensino superior, consolidaria a condição de centro cultural ao aglutinar estudantes de vários municípios do estado. Isto porque esses estudantes passaram a fazer um movimento de migração interna, e não mais externa, para cursar o ensino superior. Por outro lado, muitos desses estudantes logo passariam a compor frações da intelectualidade cultural, profissional e política – tanto na esfera estadual como na esfera dos diferentes municípios que constituíam o estado e as regiões circunvizinhas –, vindo a renovar ou reproduzir, de forma polimorfa e/ou polissêmica, seus grupos dirigentes.

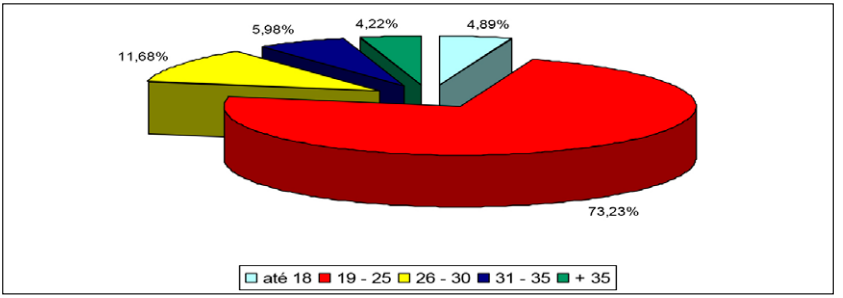
Nesse último sentido, o fato novo é que essas frações da intelectualidade estariam sendo formadas no estado e não fora dele ou teriam vindo para ele com esse objetivo. Além disso, é preciso registrar, após a formação das primeiras turmas, o crescimento, ainda que limitado, do número de pessoas com nível superior, ampliando assim a sua base e criando a possibilidade de um maior número de composições e disputas entre si. Essa possibilidade de renovação ou mesmo de disputa revela-se no fazer dos primeiros passos do movimento estudantil universitário em Sergipe.

31 Dados obtidos a partir dos dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe. In: CRUZ, José Vieira da. *Juventude e identificação social*. Op. cit., p. 73.

4. A QUESTÃO DA IDADE E OS DEBATES SOBRE JUVENTUDE

Outro aspecto importante em relação ao perfil desses primeiros estudantes das instituições de ensino superior em Sergipe diz respeito à faixa etária tomada aqui como condição provisória, como colocam Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt, já que os indivíduos não pertencem a grupos de idade, propriamente ditos, e sim os atravessam. A faixa etária revela, assim, ao menos as idades mais frequentes entre aqueles.[32] Dentro dessa discussão, a partir da análise de cinco variáveis sobre a idade desses estudantes, verificou-se que aproximadamente 78% dos universitários nesse período estavam na faixa de 18 a 25 anos, dos quais 4,89% estavam com idade até 18 anos e 73,23% com idade entre 19 e 25 anos, e ainda que 11,68% tinham idade entre 26 e 30 anos. Este percentual, somado às três primeiras faixas, indica que mais de 89,80% dos estudantes estavam na faixa de idade até 30 anos, restando 10,20% de estudantes acima desta faixa de idade, sendo que 5,98% estavam na faixa de idade entre 31 e 35 anos e 4,22% com idade superior a 35 anos.[33]

Gráfico 01: Estudo comparativo das faixas de idade dos universitários matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964



Fonte: Dados obtidos a partir do exame de dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe,1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da FUFSE.

32 LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens 1:* da antiguidade à era moderna. Op. cit., pp. 8-9.

33 Dados obtidos a partir do exame de dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior existentes no estado entre 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe. In: CRUZ, José Vieira da. *Juventude e identificação social,* Op. cit., p. 56.

Esses dados indicam que a maior parte dos estudantes universitários daquele período estava inserida na faixa de idade reconhecida em termos biológicos e jurídicos como jovens.[34] Entretanto, a quantificação desses dados, a partir do exame da documentação de matrícula desses estudantes, por si só não é suficiente para que se adote o critério etário como parâmetro para entender as experiências vivenciadas pelos mencionados sujeitos históricos.

Outro argumento que dificulta o uso desse critério está relacionado ao fato de que grande parte da documentação produzida pelas entidades estudantis ou sobre elas não discrimina a faixa de idade dos seus participantes e de modo geral tende a identificá-los como "classe estudantil" ou como "juventude universitária". No primeiro caso, os estudantes são representados como frações de classe unidas pelos interesses relacionados à condição de universitários; já no segundo, como incluídos na faixa de idade convencionada como jovens. Contudo, esse tipo de referência à condição juvenil não é tomada a partir de critérios etários rigidamente estabelecidos e sim a partir dos valores e significados culturais atribuídos aos estudantes universitários de um modo geral. Avaliando sob esse prisma, a noção de juventude universitária usada aqui não se prende a conceitos biológicos ou jurídicos, mas sim a valores e a formas de ser, pensar e agir desses atores sociais.

A esse respeito, os historiadores Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt, em seus estudos sobre a história dos jovens, questionaram a importância dos dados demográficos e jurídicos sobre a idade dos indivíduos para se compreender uma determinada fase da vida humana. Para eles, a natureza fugidia e o caráter instável e irredutível dos jovens aos dados demográficos ou jurídicos são obstáculos para uma compreensão precisa acerca de sua história. E ainda acrescentam que, em razão dos valores e de usos simbólicos inerentes à realidade que envolve os jovens, é difícil defini-los a partir de um único fato

34 A respeito do debate acerca da definição de juventude, ver em: ABRAMO, Helena Wendel. "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil". In: Op. cit., pp. 25-36; em GROPPO, Luís Antônio**.** *Juventude*: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Op. cit., pp. 7-28; em LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. Op. cit., pp. 7-17.

social, pois eles fazem parte de um todo amplo e complexo construído socialmente a partir das especificidades históricas dos jovens ou da juventude em cada época. As especificidades históricas de cada época ou "contraste de épocas", como preferem Levi e Schmitt, apresentam-se, portanto, relevantes para compreender "as desigualdades entre as classes sociais" e suas diferentes opções culturais assumidas, assim como para analisar as diferenças entre os sexos e os papéis socialmente a eles reservados.[35]

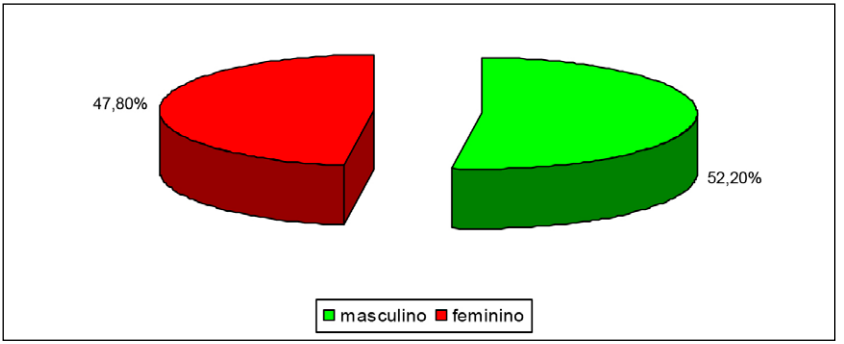
5. A QUESTÃO DO SEXO E DA ESCOLHA DOS CURSOS

Além da avaliação da faixa etária, outro ponto a ser discutido, em razão do contexto social em que esses sujeitos históricos estavam inseridos, são os dados referentes à distribuição de matrículas em razão do sexo dos estudantes matriculados. Dentro dessa discussão, a partir do exame dos registros de nascimento, casamento, declarações, requerimentos, entre outros documentos, foi possível definir o sexo de 726 universitários no período entre 1957 e 1964, o que corresponde a 95,85% do universo pesquisado. Considerando o total do universo de estudantes identificados em relação ao sexo, tem-se uma proporção de 52,2% de homens e 47,8% de mulheres. Estes números revelam um aparente equilíbrio nessas matrículas entre os estudantes do sexo masculino e do sexo feminino nas instituições de ensino superior de Sergipe no período estudado[36].

35 LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens 1:* da antiguidade à era moderna. Op. cit., pp. 8-14.

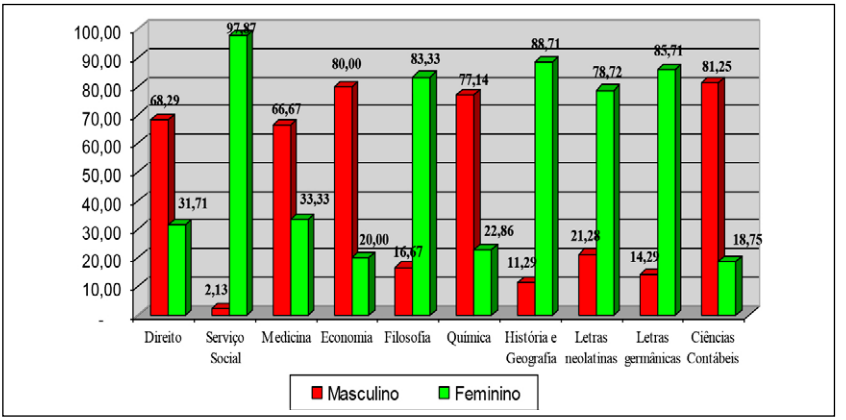
36 Dados obtidos a partir dos dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe. In: CRUZ, José Vieira da. *Juventude e Identicação Social*. Op. cit., p. 64.

Gráfico 02: Estudo comparativo dos estudantes matriculados em razão do gênero nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 e 1964



Fonte: Dados obtidos a partir do exame de dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da FUFSE.

Gráfico 03: Estudo comparativo dos estudantes matriculados em razão do gênero nos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964.



Fonte: Dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superiorde Sergipe,1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da FUFSE.

Entretanto, esse aparente equilíbrio na distribuição das matrículas entre estudantes do sexo masculino e do sexo feminino é quebrado quando a análise especifica os dados relacionados ao sexo dos estudantes e o curso em que eles estavam matriculados. A análise mais aprofundada desses dados permitiu refinar o escopo de informações relacionadas a essa questão e, neste sentido, perceber, em termos percentuais, que a matrícula desses estudantes revelava desproporções acentuadas.

No caso da Faculdade Católica de Filosofia, essa relação se estabeleceu da seguinte forma: no curso de licenciatura em História e Geografia, 88,71% dos estudantes eram mulheres e 11,29% dos estudantes eram homens; no curso de licenciatura em Letras Neolatinas, 78,72% dos estudantes eram mulheres e 21,28% dos estudantes eram homens; no curso de Letras Germânicas, 85,71% dos estudantes eram mulheres e 14,29% dos estudantes eram homens; no curso de Filosofia, 83,33% dos estudantes eram mulheres e 16,67% eram homens. Já no caso da Escola de Serviço Social e, por conseguinte, no curso de serviço social, a relação era de 97,87% de estudantes mulheres e 2,13% de estudantes homens. Nestas duas situações, observa-se uma grande concentração de estudantes do sexo feminino. Deduz-se do exame desses dados que, no período enfocado, as mulheres preferiam os cursos de licenciatura na área das humanidades e o curso de serviço social na área das ciências sociais aplicadas.[37]

Em contrapartida, no curso de Química, 77,14% dos estudantes eram homens e 22,86% eram mulheres. Já no curso de Economia, 80% dos estudantes eram homens e 20%, mulheres, e no curso de Ciências Contábeis, 81,25% dos estudantes eram homens e 18,75%, mulheres. Nestes casos, os percentuais mais altos configuravam-se em torno da matrícula de estudantes do sexo masculino.[38] O exame desses dados revela que os estudantes do sexo masculino optavam por cursos associados a profissões e áreas de atuação cujo prestígio na sociedade, e sua consequente rentabilidade, proporcionavam-lhes melhores condições salariais.

Essas áreas de conhecimento e formação profissional, no contexto dos debates nacional desenvolvimentista, eram valorizadas também em razão das possibilidades de exploração das riquezas do subsolo nacional. Em Sergipe, particularmente, nesse período, além das atenções voltadas às descobertas das primeiras reservas de petróleo, a descoberta de reservas de potássio no subsolo estadual estimulou intensos debates

37 Dados obtidos a partir dos dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe. In: CRUZ, José Vieira da. *Juventude e Identifcação Social*. Op. cit., p. 86.

38 Op. cit.

e mobilizações, inclusive por parte da imprensa e da primeira gestão do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe.[39]

Nos demais cursos, não se verificam esses extremos, mas também não se observa uma relação de proporcionalidade entre as matrículas dos estudantes em razão do sexo. No curso de Medicina, por exemplo, 66,67% dos estudantes eram homens e 33,33%, mulheres. Já no curso de Direito, 68,29% dos estudantes eram homens e 31,71% eram mulheres. Esses percentuais referentes aos cursos de Medicina e de Direito indicam, para o período abordado, uma menor desproporcionalidade das matrículas dos estudantes do sexo masculino em relação às do sexo feminino se comparado com os extremos já verificados nas áreas de licenciatura, serviço social, economia e química. Por outro lado, também indicam a persistência do desequilíbrio das matrículas entre homens e mulheres na proporção aproximada de 2/3 para eles e de um 1/3 para elas.[40]

A compreensão desses números, a exemplo da discussão já realizada sobre a questão da idade dos estudantes matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe no período analisado, também indica a necessidade de se compreender a dinâmica social e cultural do mencionado contexto histórico. E neste sentido, a fala de algumas mulheres, que na época eram estudantes nas citadas instituições e cursos, revela significados importantes para compreender melhor as diferenças das matrículas entre homens e mulheres em determinados cursos.

A esse respeito, a então universitária Zelita Rodrigues Correia dos Santos – militante da Juventude Universitária Católica (JUC) e depois da Ação Popular (AP), coordenadora do Movimento de Cultura Popular (MCP) em Sergipe, processada pelo Inquérito Policial Militar (IPM) movido no estado contra os participantes da Campanha Nacional de Alfabetização (CNA) e estudante da Faculdade de Direito entre 1959 e 1964 –, ao mencionar a condição das estudantes daquele período, recorda-se que estas tinham de lutar contra alguns estigmas

39 DANTAS, Orlando. "O potássio é nosso" [editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, n. 3731, 12 de dezembro de 1968, p.3.

40 Dados obtidos a partir dos dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe. In: CRUZ, José Vieira da. *Juventude e Identifcação Social*. Op. cit., p. 86.

atribuídos tanto às estudantes dos cursos de humanidades como às do curso de direito.[41]

Segundo Santos, os estudantes achavam que elas iam "para lá [Faculdade de Direito de Sergipe] procurar marido, por conta disso, logo no primeiro ano começávamos a brigar por nota e prontamente eles percebiam que não era bem para procurar marido que estávamos ali". Ela destacou que havia estudantes muito competentes também em outros cursos, como química e economia. Mas como estes eram noturnos, a presença feminina era menos preponderante. E mesmo no curso de serviço social – filtradas as brincadeiras como "quem não tiver capacidade vai tentar Serviço Social" –, Santos revela que apesar desse curso ser "dirigido por freiras, a madre diretora da Escola de Serviço Social, Maria Albertina, era muito avançada, portanto essa crítica que fazíamos a Serviço Social não tinha razão de ser".[42]

Ana Maria dos Santos Rolemberg Côrtes – militante da JUC, depois da AP, uma das fundadoras do Partido Comunista do Brasil (PC do B) em Sergipe, estudante da Escola de Serviço Social a partir de 1967, participante das experiências de integração na produção, presa política torturada na década de 1970 –, ao narrar as razões pela escolha de serviço social e não biologia, recorda-se das restrições que sua família tinha ao fato de uma mulher da família ter de se deslocar para outra cidade em outro estado a fim de estudar. Segundo Côrtes, ela inicialmente se interessou pela área de história natural, hoje denominada de biologia, curso que não existia no estado. Como para cursá-lo, teria de ir para Salvador, quando tocou no assunto com seus pais obteve como resposta: "filha minha só sai daqui casada!". A esse respeito, ela se recorda que, evitando conflitos com os familiares, procurou uma alternativa em Aracaju, onde acabou escolhendo o curso de serviço social, no qual posteriormente despertou para a militância estudantil e política.[43]

41 SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/2011.

42 Op. cit.

43 CÔRTES, Ana Maria Santos Rolemberg. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, entrevistada nos dias 06/04/2011 e 26/05/2011.

Para Laura Maria Ribeiro Marques – estudante do curso de história na década de 1960, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), participante do Congresso de Ibiúna, presa política torturada na década de 1970 –, os espaços reservados às mulheres, seja no campo acadêmico seja no campo político, eram balizados por questões culturais não só presentes na sociedade de Sergipe, mas também em todo o Brasil e no mundo naquele período.[44]

Para a professora paulista Iara Viana de Assis – radicada em Aracaju em meados dos anos 1960, aluna do curso de direito na década de 1970, participante do movimento em prol da anistia e uma das primeiras a presidir o Conselho Municipal da Condição Feminina da cidade de Aracaju, um dos primeiros conselhos deste gênero surgido no país no contexto da abertura política e da redemocratização –, as mulheres permaneceram por muito tempo renegadas a segundo plano, recebendo salários menores que os homens, mesmo quando exerciam atividades semelhantes e tinham curso superior. Segundo Assis, aos poucos "as mulheres foram aparecendo, a partir do momento em que começamos a lutar, a brigar", e ainda assim sob o olhar e a crítica daqueles que as acusavam de querer aparecer. Mas quando "as mulheres começaram a aparecer, nesta época da revolução [do movimento da anistia], elas realmente tinham que aparecer, as mulheres tiveram de ficar à frente", pois os homens eram mais visados, estavam presos, exilados ou na clandestinidade.[45]

Joésia Ramos – estudante do curso de medicina entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980, compositora e intérprete musical que tomou parte em algumas experiências culturais e políticas no período da redemocratização do país – também se refere aos alertas que recebera de seus familiares no tocante a desafios que enfrentaria em razão de sua condição de mulher. Segundo Ramos, o seu pai, procurando aconselhá-la, disse-lhe: "minha filha, você está no Nordeste. Você é mulher e não pode ficar dependendo disso! Toda aquela preocupação

44 MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Lívia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano, Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/05/2010.

45 ASSIS, Iara Viana de. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 13/04/2011.

característica de pai. Claro que seria diferente se eu fosse filha de um músico que fosse apaixonado pela música, isto é que facilitasse aquilo, que me desse muito mais conforto".[46]

Ainda segundo Ramos, em sua narrativa sobre o imaginário social a respeito da condição da mulher no estado, o papel a elas reservado era do casamento e a ocupação de algumas profissões específicas. Esta condição aos poucos foi sendo repensada, revista e rediscutida, ao ponto de, nas últimas décadas, as mulheres já possuírem um horizonte de expectativas e experiências diferentes das que eram apresentadas às mulheres da década de 1960.[47]

Essas narrativas não apenas esclarecem algumas das informações configuradas a partir do exame quantitativo dos dados a respeito da proporção entre estudantes homens e estudantes mulheres matriculados nas instituições de ensino superior do estado no período de 1957 a 1964, como também ampliam a compreensão acerca do imaginário social e cultural em relação à condição das estudantes universitárias em Sergipe na segunda metade do século XX. Já a construção de uma compreensão acerca dos significados dessa discussão sobre as mulheres transcende o foco deste trabalho, exigindo a realização de outras pesquisas a esse respeito.

Ainda sobre o perfil dos primeiros estudantes das instituições de ensino superior de Sergipe, é preciso discutir a respeito das armadilhas relacionadas ao uso de dados quantitativos e de possíveis tendências de interpretação estruturalistas. Para fugir dessas armadilhas, é necessário analisar a experiência social de cada sujeito histórico envolvido no fazer-se de seu curso de formação superior e na sua participação, ou não, nos debates, mobilizações e atividades inerentes à vida universitária. Neste sentido, a análise quantitativa de dados sobre os universitários que ingressaram nas instituições de ensino superior de Sergipe entre 1957 e 1964, para ser melhor compreendida, deve ser confrontada com pesquisas capazes de interpretar os significados das experiências

46 RAMOS, Joésia Maria de Oliveira. Entrevista concedida a José Vieira da Cruz, Janiclécia Rezende dos Anjos Nascimento, Luciene Cardoso Vasconcelos e Tânia Maria Lima Rabêlo. Aracaju/SE, 18/05/2011.

47 RAMOS, Joésia Maria de Oliveira. Entrevista concedida a José Vieira da Cruz, Janiclécia Rezende dos Anjos Nascimento, Luciene Cardoso Vasconcelos e Tânia Maria Lima Rabêlo. Aracaju/SE, 18/05/2011.

desses estudantes e de suas entidades representativas, ainda que as evidências do processo social em que eles se inserem sejam, como diz Edward Thompson, "incompletas e imperfeitas".[48]

Desse modo, é importante destacar que, além das questões atinentes à classe social e à juventude universitária, enquanto mediação cultural, as questões de gênero também se constituem num aspecto importante dessa discussão. Como salientam Levi e Schmitt, "a diferença cultural entre rapazes e moças, já acentuada na socialização infantil, é institucionalizada na juventude",[49] de modo que é preciso considerar a importância dessa diferenciação no jogo social tecido para e pelos estudantes em cada época.

6. A UNIÃO DOS ESTUDANTES DE SERGIPE – UES

> A vida acadêmica sergipana, embora se inicie, já demonstra a capacidade de nossa mocidade de estudantes, organizando-se para a conquista de seus direitos.[50]

Seguindo o compasso da efetivação das primeiras instituições de ensino superior, logo surgiram os primeiros órgãos de representação dos interesses dos universitários em Sergipe, a exemplo do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe, fundado em 17 de janeiro de 1950;[51] do Diretório Acadêmico da Escola Superior de Química de Sergipe, cuja primeira sessão ordinária ocorreu em declarado clima de liberdade democrática, datada de 30 de março de 1950;[52] do Centro Acadêmico Sílvio Romero, vinculado à Faculdade de

48 THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros*. Op. cit., p. 50.

49 LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens 1:* da antiguidade à era moderna. Op. cit., pp. 14-16.

50 GAZETA SOCIALISTA. *Empossada a nova diretoria da UES*. Ano V, n. 170, 02 de fevereiro de 1952, p. 4.

51 DAFCE. *Estatuto do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe*, fundado em 17 de janeiro de 1950, p.1. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo da Faculdade de Filosofia de Sergipe (1951-1955), localizado no Arquivo Central da UFS: Fundo CECH-DHI, Caixa 24, item 90.

52 DAAMB. *1ª sessão ordinária do diretório da Escola Superior de Química de Sergipe*, realizada em 30 de março de 1950. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCET-DQI, Caixa 25, Item 78.

Direito de Sergipe, fundado em 1951;[53] do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, relacionado à Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, fundado em 2 de junho de 1951;[54] do Diretório Acadêmico Maria Kiehl, associado à Escola de Serviço Social, cuja posse de sua primeira diretoria data de 1º de setembro de 1954[55] e do Diretório Acadêmico Augusto César Leite, vinculado à Faculdade de Medicina de Sergipe, fundado em 5 de abril de 1961.[56]

Dessa forma, em meados da década de 1950, as primeiras cinco instituições de ensino superior existentes no Estado de Sergipe já contavam com um centro acadêmico (CA) e quatro diretórios acadêmicos (DAs). Estabelecidos em um intervalo de tempo muito próximo, esses cinco órgãos deixavam transparecer um sentimento comum em torno da organização em defesa dos interesses da "classe estudantil" e de seus interesses compartilhados. Essa ideia aparece evidenciada de modo conciso no ofício enviado pelo presidente do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, o estudante Manuel de Santiago Menezes, às demais instituições congêneres por ocasião da posse da primeira diretoria daquele órgão, em julho de 1951, no qual ele encerra o mencionado documento com "votos no sentido de que entre os estudantes de Sergipe haja a mais sadia cooperação em prol de nossa classe, em defesa do progresso do Brasil",[57] expressando o sentimento de que os estudantes deveriam se organizar em instituições em prol da conquista dos seus direitos e da defesa dos interesses do país.

Em torno desse sentimento, logo se organizou a União dos Estudantes de Sergipe (UES), entidade estruturada para defender os interesses dos estudantes universitários do estado. Os registros a respeito dessa

53 ACADEMUS. *Apresentação*. Ano I, n. 01, setembro de 1951, p.1.

54 DAJF. *Estatuto do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo da Faculdade de Filosofia de Sergipe*, fundado em 2 de junho de 1951, p.1. A cópia desse documento nos foi disponibilizada pelo senhor José Maria do Nascimento, presidente desse diretório na gestão de 1965.

55 DAMK. *Of. ref. 01/1954/DAMK/ESS*, em 1º de setembro de 1954, para o DA da FCFS. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955), localizado no Arquivo Central da UFS: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90.

56 DAACL. *Estatuto do Diretório Acadêmico Dr. Augusto César Leite da Faculdade de Medicina de Sergipe*, fundado em 5 de abril de 1961, p.1. In: Localização no Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 32, item 100.

57 DAJF. *Of. s/nº/DAJF/FCFS de julho de 1951*. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955), localizado no Arquivo Central da UFS: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90.

instituição são esparsos e em número reduzido, o que dificulta precisar o período de sua fundação e de seu funcionamento. É bem possível que ela tenha sido criada entre os anos de 1950 e 1951,[58] tendo sido presidida nesse primeiro momento pelo estudante de economia Manuel Soares Vieira.[59]

Já em relação ao processo de composição da segunda diretoria da UES, os registros existentes dão conta da ocorrência de disputas políticas pelo controle da entidade, travadas entre os estudantes do Centro Acadêmico Sílvio Romero (CASR) e a comissão responsável pela organização do I Congresso de Estudantes de Sergipe.[60] Essas contendas, além das possíveis divergências internas entre os universitários de Sergipe, refletiram-se de alguma forma nos debates transcorridos no XIV Congresso Nacional dos Estudantes da UNE, realizado na cidade do Rio de Janeiro, entre 28 de julho e 6 de agosto de 1951, um mês antes do mencionado conclave estadual.[61]

Os registros escritos desses debates são evidenciados inicialmente na reportagem realizada pelo estudante Jessé Claúdio Fontes de Alencar, para o jornal *Academus*, sobre a participação da delegação daquele centro acadêmico no citado conclave nacional. Alencar começa a reportagem descrevendo a luta dos "estudantes patrícios, em defesa dos seus direitos, no XIV Congresso da União Nacional dos Estudantes".[62] Uma luta que não poderia deixar de ter a participação dos estudantes de Sergipe na busca, juntamente com os estudantes de outros estados, de soluções para os "problemas da classe universitária".[63]

Os acadêmicos da Faculdade de Direito de Sergipe enviaram para esse congresso uma delegação composta de sete representantes liderados pelos estudantes Luís Otávio de Aragão e Jessé Claúdio Fontes

58 Um dos poucos documentos sobre essa instituição é um ofício enviado pelo presidente da UES ao diretor da FCFS em 17/10/1951, localizado no acervo do Instituto Dom Luciano Cabral Duarte, caixa 1, pacotilha 2.

59 GAZETA SOCIALISTA. *Empossada a nova diretoria da UES*. Ano V, n. 170, 2 de fevereiro de 1952, p. 4.

60 ACADEMUS. *Em dias próximos teremos o Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe* [espaço Notas e comentários]. Ano I, n. 1, setembro de 1951, p. 2.

61 ALENCAR. J. C. Fontes de. "A delegação do C.R.S.A. e os trabalhos do Congresso – Rio, 28 de julho a 6 de agosto de 1951"[reportagem]. In: *Academus*. Ano I, n. 1, setembro de 1951, pp. 6-7.

62 Op. cit.

63 Op. cit.

de Alencar, respectivamente presidente e secretário-geral do CASR, na condição de delegados, e os demais membros na condição de colaboradores, espécie de observadores. Participaram desse conclave, sob essa condição, os estudantes Lauro Ferreira do Nascimento, Ernani Queiroz, José Geraldo Barroso Costa, José Carlos de Souza e Ismael Costa Moura. Os membros dessa delegação, juntamente com mais 480 estudantes de vários estados do país, ficaram hospedados na rua Humaitá, nº 80, no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro.[64]

Em seguida, a reportagem descreve que no transcorrer da sessão de instalação do mencionado congresso, ocorrida na noite de 28 de agosto daquele ano, Luís Otávio de Aragão, tomando a palavra, fez um discurso classificado por Alencar como uma "verdadeira profissão de fé democrática, deixando patente a posição da bancada [de Sergipe], como intransigente defensora dos interesses da classe". Para além desse discurso presumidamente liberal em favor dos valores e dos princípios democráticos para a reportagem em apreço, o congresso revelou crescente exaltação de ânimos, abandono dos assuntos estudantis e a "consequente derivação dos trabalhos para o campo político". Em particular, o texto chama atenção para o "caso Berlinguer", atinente à presença do estudante Benjamin Zeibel, acusado de ser "agente do *Komiform*", e de seu colega, o estudante Giovanni Berlinguer.[65]

64 ALENCAR. J. C. Fontes de. "A delegação do C.R.S.A. e os trabalhos do Congresso – Rio, 28 de julho a 6 de agosto de 1951"[reportagem]. Op. cit.

65 Giovanni Berlinguer, em sua primeira visita ao Brasil, em 1951, participou de manifestações junto à UNE, momento em que ele foi ameaçado de expulsão por direitistas. Esse fato não impediu que Berlinguer construísse laços de solidariedade com o país, tendo contribuído para a reforma sanitária brasileira, conforme se pode verificar em entrevista por ele concedida à Agência Fiocruz de Notícias. Congressista no Parlamento Europeu, eleito com expressiva votação, Berlinguer tem uma larga experiência política: foi deputado de 1972 a 1983 e senador de 1983 a 1992 no Parlamento italiano. Nascido em 1924, em Sassari, na Sardenha, filho de um advogado defensor dos direitos humanos, Berlinguer também tem sólida carreira acadêmica, com produção que ultrapassa 45 livros. Foi professor de medicina social na Università di Sassari e, depois, de higiene do trabalho na Università La Sapienza di Roma, onde recebeu o título de professor emérito em 2001. Tem, ainda, títulos de universidades como Montreal e Brasília. Desde 2005, ele participa da Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde da OMS. Ver a respeito em: RAFA, Volnei. "Bioética cotidiana". In: Cad. *Saúde Pública* [online], v. 21, n.1, 2005, pp. 333-334; e ainda em: MARQUES, Fernando. "Sanitarista Giovanni Berlinguer abre ano acadêmico e recebe título de doutor 'honoris causa'" [entrevista]. In: *Agência Fiocruz de Notícias*: Saúde e ciências para todos. Rio de Janeiro, 03/04/2007. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=211&infoid=796&sid=3&tpl=printerview>. Acessado em 10/10/2011.

Segundo Alencar, as intenções dos representantes da União Internacional dos Estudantes (UIE), presentes ao citado congresso, foram alvos de denúncias e de defesa por parte dos diversos jornais que passaram a circular na plenária do evento.[66] Em face desse clima de disputa, foi assinado um requerimento, inclusive pela bancada de Sergipe, solicitando a presença do senhor Carlos Lacerda, proprietário do diário *Tribuna da Imprensa*, periódico que circulava na capital do país e um dos jornais que proferiram as denúncias, para que ele explicasse as acusações proferidas contra os representantes da UIE. Atendendo à convocação, Carlos Lacerda se fez presente à sessão ocorrida na noite de 3 de agosto de 1951. Nesta oportunidade, Carlos Lacerda, os congressistas e Berlinguer discutiram noite adentro por mais de cinco horas, sem intervalo, as suas posições. Segundo a narrativa da reportagem do estudante de direito de Sergipe, na manhã do dia seguinte, os congressistas chegaram às seguintes deliberações a respeito desse debate:

> a) O sr. Giovanni Berlinguer é comunista militante, conforme provas apresentadas em plenário, inclusive fotográficas distribuídas largamente entre os congressistas. b) Que o mesmo (Giovanni), fora enviado a este Congresso, para liderar um grupo de estudantes que formam a linha auxiliar do Partido Comunista Brasileiro, com o objetivo de retomar a UNE, das mãos dos estudantes democratas. c) Que estava agindo de uma maneira acintosamente comunista, provocando a intervenção da Polícia no Congresso, o que não conseguiu. Comprovados tais fatos, o plenário: que se envie a UIE, um veemente protesto contra a orientação bolchevista que está sendo dada a entidade, exigindo-se imediata mudança de diretrizes; caso não seja levada em consideração a exigência da UNE, recomenda-se no próximo Congresso, o desligamento definitivo da nossa entidade da UIE.[67]

66 ALENCAR. J. C. Fontes de. "A delegação do C.R.S.A. e os trabalhos do Congresso – Rio, 28 de julho a 6 de agosto de 1951". Op. cit.

67 ALENCAR. J. C. Fontes de. " A delegação do C.R.S.A. e os trabalhos do Congresso – Rio, 28 de julho a 6 de agosto de 1951"[reportagem]. In: *Academus*. Ano I, n. 1, setembro de 1951, pp. 6-7.

Após essas deliberações, no decorrer do dia 5 de agosto, foi realizada a eleição para a nova diretoria da UNE, sendo reeleita a chapa presidida por Olavo Jardim, que venceu a chapa encabeçada pelo paulista Walter Belda. Segundo Alencar, sagrou-se "vitoriosa a chapa democrática, por uma margem superior de 78 votos", fato que confirmou, na interpretação dele, "a existência de uma maioria esclarecida, dentro do Congresso", a qual, segundo essa versão, teria contado com os votos da delegação de Sergipe presente ao XIV Congresso Nacional dos Estudantes da UNE, ocorrido naquele ano de 1951.[68]

A respeito da delegação de Sergipe presente ao mencionado conclave, além dos representantes do CASR, também tomaram parte dela os estudantes Wilton Lima, da Escola de Química de Sergipe, responsável pela comissão de tomada de contas; Walter Lisbôa, da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe, responsável pela comissão de constituição; Manoel Soares Vieira, da Faculdade de Ciências Econômicas, responsável pela comissão de credenciais, e o estudante Manoel Santiago, da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, responsável por liderar a bancada estadual nesse congresso da UNE.[69]

Os membros da bancada de Sergipe parecem não ter divergido quanto às deliberações tomadas em relação ao caso do estudante Giovanni Berlinguer, em particular no que se refere às críticas aos representantes da UIE e à orientação para que a UNE se desligasse da mencionada instituição. Entretanto, no tocante à indicação do representante de Sergipe na composição da nova diretoria da UNE, o apoio da bancada foi acompanhado de certo ressentimento quanto à não realização de consulta às demais lideranças presentes ao conclave. Alencar, ao tecer sua avaliação em relação ao líder da bancada de Sergipe, estudante Manuel Santiago Menezes, lamenta que ele, na condição de segundo secretário da UNE, na chapa Democrático, que se sagrou vitoriosa, não tenha "consultado os seus colegas das Faculdades de Química e Direito sobre a eleição", mesmo sabendo da propensão dos colegas da Faculdade de

68 Op. cit.

69 ALENCAR. J. C. Fontes de. " A delegação do C.R.S.A. e os trabalhos do Congresso – Rio, 28 de julho a 6 de agosto de 1951"[reportagem]. Op. cit.

Direito em votar nessa chapa, cuja presidência ficou a cargo do estudante Olavo Jardim.[70]

O aparente desencontro entre os representantes da Faculdade de Química e da Faculdade de Direito com os demais representantes da bancada de Sergipe presentes ao congresso em questão, conforme relata Alencar, veio acompanhado de uma nota publicada na mesma edição do jornal *Academus* a respeito do questionamento do CASR de que até aquele momento não se tinha conhecimento dos preparativos do Congresso da União dos Estudantes de Sergipe. Diante desta constatação, os estudantes de direito se colocaram à disposição da "aludida comissão" que se caso precisasse de auxílio poderia contar com sua colaboração.[71] Um sinal de que os desencontros ocorridos no andamento do XIV Congresso da UNE teriam desdobramentos no I Congresso de Estudantes de Sergipe.

7. O ACADEMUS VERSUS O I CONGRESSO DE ESTUDANTES DE SERGIPE

Os desencontros entre os estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe e a comissão organizadora do I Congresso de Estudantes de Sergipe não apenas deram continuidade aos estranhamentos havidos no andamento do XIV Congresso da UNE, ocorrido naquele mesmo ano de 1951, como descortinou um embate importante de forças que se constituíram em torno da direção da UES. O primeiro momento de estranhamento não impediu que ambos os lados tivessem apoiado a reeleição de Olavo Jardim e do grupo político ligado à União Democrática Nacional (UDN) para mais uma gestão à frente da UNE.[72] Já por ocasião do congresso estadual, as discordâncias efetivaram o delineamento de campos políticos opostos. Essa disputa, entre os estudantes da faculdade de direito e os organizadores do I Congresso da UES, foi detalhada na edição de janeiro de 1952 do jornal *Academus*, periódico que fun-

70 Op. cit.

71 ACADEMUS. *Em dias próximos teremos o Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe* [espaço Notas e comentários]. Ano I, n. 01, setembro de 1951, p. 2.

72 Ver a respeito da gestão de Olavo Jardim à frente da UNE em: POERNER, Artur José. *O poder jovem*. Op. cit.. E ainda em: ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes de. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit.

cionava como órgão oficial de imprensa do CASR junto à Faculdade de Direito de Sergipe.

O *Academus*, em termos de regularidade, se manteve em atividade de 1951 a 1962. Sua linha editorial era pautada na divulgação de discussões acadêmicas atinentes aos debates políticos, sociais e jurídicos que transcorriam no curso da década de 1950 e início da década de 1960. Dentre vários temas e assuntos noticiados através de matérias, editoriais, reportagens, artigos, divulgação de relatórios, além de notas e colunas sociais, podem ser citados a questão do divórcio,[73] a intervenção do Estado na economia,[74] os direitos trabalhistas,[75] o direito internacional,[76] a vida acadêmica estudantil,[77] entre outros.[78]

A denominação do jornal foi dada em referência à palavra grega *academus*, cujo significado é centro de estudos.[79] Manoel Cabral Machado, intelectual católico ligado ao PSD e que atuava em pelo menos três das faculdades existentes no período, definiu o jornal como um "órgão de cultura e de pensamento que diz magnificamente, do esforço, dedicação e inteligência dos rapazes da Faculdade de Direito de Sergipe".[80]

Dentro desta perspectiva, o jornal *Academus* registrou, sob o prisma dos universitários daquela faculdade, as desavenças e disputas entre a comissão organizadora do I Congresso de Estudantes de Sergipe e os representantes do curso de direito. Essa disputa tomou conta de quase todas as páginas da edição de janeiro de 1952 desse jornal, a começar pelo editorial "O 'Academus' frente ao movimento desagregador promovido pelos agentes da confusão". Neste texto, os responsáveis pelo

73 ALBUQUERQUE, J. H. Calheiros de. "O divórcio como remédio". In: *Academus*. Ano I, n. 1, setembro de 1951, p. 3.

74 BARROSO, José. "A legitimidade da intervenção do Estado no domínio econômico é uma tese superada declara José Aloísio de Campos" [reportagem]. In: *Academus*. Ano I, n. 2, outubro de 1951, p. 4.

75 BISPO, Luiz. "Uma excepção na legislação trabalhista" [coluna ex-aluno]. In: *Academus*. Ano VII, n. 18, outubro de 1958, p. 9.

76 FONTES, José Silvério Leite. "O direito internacional soviético". In: *Academus*. Ano I, n. 2, outubro de 1951, p. 6.

77 ACADEMUS. *Vida acadêmica de 1950 a 1960*. Ano VIII, n. 20, novembro de 1960, pp. 6-7.

78 Sobre as representações discentes sobre a Faculdade de Direito de Sergipe a partir do jornal *Academus*, ver: CRUZ, Marcia Terezinha Jerônimo Oliveira. "Historiografia educacional e os impressos estudantis: o jornal Academus e as representações discentes sobre a Faculdade de Direito de Sergipe e sua cultura acadêmica (1951-1962) ". Op. cit.

79 SANTOS, José Oliveira. "Por que 'academus'? ". In: *Academus*. Ano I, n. 1, setembro de 1951, p. 10.

80 ACADEMUS. *Campanha financeira em benefício do "Academus"*. Ano II, n. 3, outubro de 1952, p. 2.

jornal, Jessé Claúdio Fontes de Alencar e J. Tomaz G. da Silva, denunciaram ilegalidades cometidas pelos "inimigos da classe estudantil sergipana". Naquele momento, aqueles que se encontravam à frente da UES foram duramente criticados pelos acadêmicos de direito. Estes diziam não se deixar mais enganar, pois desde o episódio do I Congresso de Estudantes de Sergipe, quando as normas constitucionais que regem a instituição foram burladas, não obstante a vigilância e os protestos dos representantes estudantis da Faculdade de Direito de Sergipe,[81] eles não mais confiavam no grupo que estava à frente da UES.

Segundo Jessé Claúdio Fontes de Alencar, em artigo intitulado "Marionetes", os estudantes do curso de direito não se deixavam "marionetar" pelos "monstros negros" que tratavam os participantes do movimento estudantil como "fantoches" manipuláveis. Este tipo de denúncia, relativamente frequente naquele contexto de bipolarização promovida pela chamada Guerra Fria,[82] fazia referência à presença de pessoas que procuravam influenciar os estudantes a favor ou contra determinada posição político-ideológica. Não custa recordar o episódio com o estudante Giovanni Berlinguer, representante da UIE, rechaçado no XIV Congresso da UNE, em razão das críticas a ele deferidas pelos estudantes udenistas inflamados pela oratória de Carlos Lacerda.[83]

A memória desse acontecimento relacionado ao estudante Berlinguer, indiretamente recordado por Alencar, indica os ecos dessa disputa ideológica no I Congresso de Estudantes de Sergipe. No evento nacional, o grupo liderado por Olavo Jardins, apoiado pela bancada de Sergipe, venceu o debate contra o representante dos países do Leste Europeu em favor do grupo estadunidense que também se fizera presente àquele conclave. Essa disputa ideológica também emergia no mencionado congresso estadual dos estudantes universitários de Sergipe, no

81 ACADEMUS. *O "Academus" frente ao movimento desagregador promovido pelos agentes da confusão* [editorial]. Ano II, n. 3, janeiro de 1952, p.1.

82 HOBSBAWM, Eric. "Guerra Fria". In: *Era dos extremos*: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 223-252.

83 ALENCAR. J. C. Fontes de. "A delegação do C.R.S.A. e os trabalhos do Congresso – Rio, 28 de julho a 6 de agosto de 1951" [reportagem]. In: *Academus*. Ano I, n. 1, setembro de 1951, pp. 6-7.

qual acusações de manipulação e interferência de pessoas estranhas ao movimento parecem ter marcado a agenda.[84]

Por um lado, o sentimento desse discurso revela a rejeição das denominadas manobras suscitadas por pessoas que não pertenciam à "classe estudantil", a quem o artigo denomina de "conhecidos títeres", em referência a possíveis orientações estadunidenses. Por outro lado, mostra uma disputa interna que começava a ser travada em torno da direção da UES e da possível influência de intelectuais vinculados ao PSD sobre os estudantes do CASR. Além disso, observa-se nesse artigo a evocação de argumentos nacionalistas avessos a manobras de grupos de interesse associados aos "forasteiros de ocasião", aí inclusos os representantes estudantis vinculados ideologicamente aos blocos capitalista e socialista.

Uma descrição significativa a respeito dessas disputas ideológicas pode ser abalizada a partir da entrevista concedida por Antônio Fernandes Viana de Assis, formado no movimento secundarista, um dos fundadores da União Sergipana dos Estudantes Secundaristas (USES), militante universitário entre 1953 e 1958, posteriormente deputado estadual, cassado pela ditadura civil-militar, e prefeito de Aracaju no período da redemocratização. Ele destacou que na época em que esteve à frente das direções do CASR, da UES e da UNE, nesta última como conselheiro, a natureza ideológica da política estudantil daquele momento era "esquerda/direita, direita/esquerda, comunismo/anticomunismo. Geralmente eu me filiava ao grupo da esquerda, era o grupo do PCB, Partido Comunista Brasileiro, ou grupo socialista".[85] Este tipo de posicionamento refletia as polarizações políticas e ideológicas vividas pelos estudantes no contexto da Guerra Fria.

No editorial do jornal *Academus*, os alunos da Faculdade de Direito de Sergipe informaram que, ao contrário da UES, eles assumiram posicionamento em favor das greves dos alunos das faculdades de Arquitetura e Urbanismo da USP e dos de Farmácia de todo o país. Estes estudantes protestavam, em 1951, contra alguns projetos que tramitavam na Câmara Federal, cujo conteúdo ia de encontro a seus interesses. Para o editorial,

84 ALENCAR, Jessé Claudio Fontes. "Marionetes". In: *Academus*. Ano II, n. 3, janeiro de 1952, p.3. (negrito nosso).

85 ASSIS, Antônio Fernandes Viana de. Entrevistado por Irene Soares Rodrigues, Nadja Costa dos Santos e Neide Costa dos Santos. Aracaju/SE, 30/10/2006.

essa posição assumida solidariamente pelos estudantes do curso de direito de Sergipe, logo no primeiro ano de seu funcionamento, ocorreu em razão da defesa dos interesses da "classe estudantil", os quais, na versão dos representantes do CASR, não estavam sendo atendidos pela UES.[86]

Em face do descompasso entre os posicionamentos da UES e aquilo que os representantes do CASR denominaram de interesse da "classe estudantil", a "delegação [de estudantes] da Faculdade de Direito, em sinal de protesto pela atitude facciosa da Mesa, abandonou o plenário [do I Congresso de Estudante de Sergipe]" sob a alegação de que estavam sendo desrespeitadas as normas estabelecidas pela Constituição da União Estadual dos Estudantes de Sergipe.[87]

Após retirar-se desse conclave, a delegação de estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe, composta pelos estudantes do primeiro ano Jessé Claúdio Fontes de Alencar, Ismael Moura, José Carlos, José Barroso, Ernani Queiroz, Gibson Pinto e José Rosa Oliveira Neto, dirigiu-se ao *Sergipe-jornal* para publicar nota oficial, assinada pelo presidente do CASR, Luiz Otávio de Aragão, datada de 21 de dezembro de 1951, em que a:

> Diretoria do CASR comunica aos estudantes, aos professores, autoridades e ao povo em geral, que a sua bancada ao I Congresso de Estudantes de Sergipe, retirou-se na tarde de hoje da 1ª e última sessão ordinária do referido Congresso em sinal de protesto contra a atitude do Presidente da Mesa Diretiva, que decidiu, contrariamente à Constituição e [ao] Regimento Interno do Conclave, após o encerramento do expediente, submeter à votação um projeto inconstitucional para ser incluído na ORDEM DO DIA.
> Não podendo trair os seus próprios princípios e idéias, a bancada do Centro Acadêmico "Silvio Romero" lançou veemente protesto contra tal atitude, denunciando à União Nacional dos Estudantes o ocorrido.
> Aracaju, 19 de dezembro de 1951.
> Luiz Otávio de Aragão.[88]

86 ACADEMUS. *O "Academus" frente ao movimento desagregador promovido pelos agentes da confusão* [editorial]. Ano II, n. 3, janeiro de 1952, p.1.
87 ACADEMUS. *I Congresso dos Estudantes de Sergipe*. Ano II, n. 3, janeiro de 1952, p.3.
88 SERGIPE-JORNAL. *Nota oficial do CASR*. Ano [?], n. [?], 21 de dezembro de 1951, p. [?]

Os registros da posição assumida pelos representantes da CASR frente aos problemas de encaminhamentos e às críticas por eles proferidas às supostas manobras políticas e de caráter oportunista promovidas pela comissão organizadora do I Congresso de Estudantes de Sergipe foram discutidos também em três outras matérias publicadas na mesma edição nº 3 do jornal *Academus*. A primeira delas, escrita por Jessé Claúdio Fontes de Alencar, enfatizou que a eleição da UES realizada com chapa única terminou em marmelada e com a tentativa de "abafar os nossos protestos com oferecimento de cargos", proposta que foi repelida pelos estudantes de direito que ainda avaliaram o resultado da eleição como algo que provocaria o "desprezo dos estudantes sergipanos".[89]

A segunda matéria, de autoria do estudante Lauro Ferreira do Nascimento, reproduziu o relatório da participação dos representantes da Faculdade de Direito no mencionado conclave, acentuando que "envez [sic] de União temos a Desunião dos Estudantes de Sergipe", e que a luta dos estudantes de direito "foi pelo respeito à obediência à lei".[90]

E, por fim, o último desses artigos, escrito pelo estudante José Rosa de Oliveira Neto, além de reforçar os pontos já discutidos pelos demais colegas da bancada de direito presentes ao mencionado congresso, revela, no cômputo do posicionamento dos estudantes do CASR em relação à UES, o apoio de "um adversário de campanha eleitoral" – uma vez que Oliveira Neto, desde cedo simpatizante do PCB, havia disputado, juntamente com Luís Otávio de Aragão, a direção do CASR – em favor da postura adotada pelos colegas do mencionado centro acadêmico "em prol da moralização dos **costumes** na política estudantil, ainda titubeante, em benefício da **unidade** e do crescente prestígio da inteligente **classe universitária de Sergipe"**,[91] enfatizando a unidade da classe universitária como um costume a ser fortalecido, no lugar da postura de isolamento que estava sendo praticada pela entidade de representação estadual dos estudantes universitários.

89 ACADEMUS. *Desrespeito ao congresso de representantes*. Ano II, n. 3, janeiro de 1952, p.5.
90 ACADEMUS. *Relatório do I Congresso*. Ano II, n. 3, janeiro de 1952, p.6.
91 ACADEMUS. *Os coveiros do movimento estudantil tentam isolar a Faculdade de Direito* – declara o representante do CASR no seu relatório. Ano II, n. 3, janeiro de 1952, p. 7. (negrito nosso).

8. O I CONGRESSO DE ESTUDANTES DE SERGIPE

Os protestos e os posicionamentos dos estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe não impediram a conclusão dos trabalhos do I Congresso de Estudantes de Sergipe realizado entre os dias 16 e 19 de dezembro de 1951. O conclave prosseguiu contando, inclusive, com o apoio dos estudantes de outras três instituições de ensino superior então em funcionamento no estado: a Escola de Química, a Faculdade de Filosofia e a Faculdade de Economia, as quais ajudaram a compor e a eleger a nova diretoria da UES.[92]

A presente pesquisa não chegou a localizar jornais estudantis ou outro tipo de documentação das demais representações estudantis relacionadas às polêmicas suscitadas pelos estudantes da Faculdade de Direito. Neste sentido, a versão dos fatos contados pelo grupo político que venceu o citado congresso só encontra registro em algumas poucas matérias publicadas na imprensa local. Dentre elas, a mais representativa foi publicada no jornal *Gazeta Socialista*, periódico mantido pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), cujo lema era "socialismo e liberdade". Nessa matéria, além do tema da posse da nova diretoria, encontra-se publicitada a versão dos estudantes que permaneceram no congresso e formaram a nova composição diretiva da UES. Dentre os argumentos evocados por esses estudantes, há a lamentação de que a união foi desfeita, "pois choques no Congresso, levaram a Faculdade de Direito a retirar-se do mesmo, negando-se inclusive de tomar parte na Diretoria".[93]

A solenidade de posse da nova diretoria da UES, descrita na mencionada reportagem, foi prestigiada pelo professor João de Araújo Monteiro, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, e saudada pelo estudante de filosofia Manuel Santiago Menezes, secretário-geral da nova diretoria. Menezes, de posse do relatório "completo de todo o evento", fez um "minucioso discurso sobre os acontecimentos do Congresso, que

92 GAZETA SOCIALISTA. *Empossada a nova diretoria da UES*. Ano V, n. 170, 2 de fevereiro de 1952, p. 4.
93 GAZETA SOCIALISTA. *Empossada a nova diretoria da UES*. Op. cit.

culminaram com o afastamento da Delegação da Faculdade de Direito", procurando provar que aqueles estudantes se retiraram do congresso "para não obedecerem à vontade da maioria".[94]

Nessa mesma solenidade, o estudante de economia Manuel Soares Vieira, presidente da gestão da UES que se encerrava, fazendo uso da palavra, fez a prestação de contas de sua gestão e despediu-se do conclave. Em seguida, a palavra foi concedida ao novo presidente da instituição, o estudante Aloísio França Pereira, que ratificou os compromissos que estavam sendo assumidos pela nova gestão, entre os quais o da "necessidade da cooperação de todos os acadêmicos para que se possa fazer alguma coisa em benefício da **classe**", além de demonstrar o "desejo de ver a família acadêmica pacificada, esperando a colaboração da Faculdade de Direito".[95] Neste discurso, o novo presidente da UES não só reconhece as disputas de interesses entre as representações estudantis das instituições de ensino superior existentes no estado naquele momento, como também se compromete a buscar contemporizar as razões dessas disputas.

9. A POSIÇÃO DO JORNAL ACADEMUS

Em paralelo às disputas fomentadas em torno do congresso estadual, os universitários, particularmente os do curso de direito, não deixavam de acompanhar, através do *Academus*, as discussões atinentes aos embates ideológicos que atravessavam o cotidiano do movimento estudantil universitário nos primeiros anos da década de 1950. Entre eles, ganhou destaque o episódio em que, por sugestão da UNE, na gestão de Olavo Jardins, foi cancelada a sessão inaugural do I Congresso Interamericano de Estudantes, em razão dos protestos das delegações dos estudantes do Uruguai, da Argentina e do Peru. Estas delegações não aceitaram a presença dos embaixadores de seus países na solenidade de abertura do congresso, uma vez que, em alguns desses locais, a democracia não se encontrava plenamente consolidada ou estava ainda sob forma de governos ditatoriais. Os estudantes argumentaram, segundo o *Academus*,

94 Op. cit.
95 Op. cit. (negrito nosso)

que "somente independentes das influências governamentais as organizações estudantis podem desenvolver, sem impedimentos e com consciência de responsabilidade, sua missão social".[96] Este posicionamento pode ser avaliado como uma clara defesa do princípio da autonomia e como condição fundamental para a liberdade e a legitimidade do movimento estudantil, seja no tocante às suas instituições, seja em relação aos seus espaços de representação e discussão política.

Outras matérias, por sua vez, como o "Manifesto da UNE sobre o Petróleo",[97] discutindo o caráter estratégico acerca da nacionalização do petróleo, e "Os estudantes e suas organizações",[98] debatendo a importância da UNE no combate à ditadura do Estado Novo e da UIE contra o fascismo, apontavam não apenas a importância das organizações estudantis como também o seu protagonismo em acontecimentos relacionados às políticas nacional e internacional então recentes. Em outras palavras, essas reportagens descreviam e discutiam a atuação dos estudantes em acontecimentos que se desenrolavam em um passado próximo e muito presente do fazer-se histórico daqueles estudantes.

Ao lado dessas disputas, entre as tendências políticas e de fundo ideológico que passaram a atuar no movimento estudantil universitário em Sergipe, o interesse das faculdades e das escolas superiores parece também ter-se configurado numa questão importante no tocante à formação das composições políticas que passariam a dirigir a UES, assim como as bandeiras de luta e os movimentos reivindicatórios. José Alexandre Felizola Diniz, presidente da União Estadual dos Estudantes de Sergipe (UEES) na gestão de 1962-1963, recorda que o controle do movimento por uma ou outra tendência não "obedecia apenas às disputas entre as correntes políticas, existia também uma política das faculdades no sentido de se alternarem"[99] na direção da mencionada agremiação estudantil. Esta necessidade de negociação política, ao que parece, começou a ser pensada de modo mais efetivo após a realização do I Con-

96 ACADEMUS. *O I Congresso Interamericano de Estudantes*: Nota oficial que esclarece os motivos do cancelamento da sessão inaugural. Ano II, n. 3, janeiro de 1952, p. 4.
97 ACADEMUS. *Manifesto da UNE sobre o Petróleo*. Ano II, n. 4, junho de 1952, p. 4
98 RAMOS, Osório da Araújo. "Os estudantes e suas organizações". *In: Academus*. Ano II, n. 4, junho de 1952, p. 5.
99 DINIZ, José Alexandre Felizola. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 12/03/1998.

gresso de Estudantes de Sergipe, ocorrido em dezembro de 1951, e dos embates nele travados.

A posse da diretoria eleita ocorreu no dia 22 de janeiro de 1952, em sessão solene realizada no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, local onde a entidade funcionaria provisoriamente até, possivelmente, meados de 1953.[100] Na solenidade, foram empossados o presidente Aloísio França Pereira, a 1ª vice-presidenta Marta Luiza da Cruz Leite, o 2º vice-presidente Wilton Lima, o 3º vice-presidente Francisco Augusto Monteiro, o secretário-geral Manuel de Santiago Menezes, o 1º secretário José de Souza Vasconcelos, a 2ª secretária Agnes Ayres G. Magalhães e o tesoureiro Walter Santos Lisboa.[101]

A nova diretoria foi empossada pelo estudante José Gabriel dos Santos, presidente do Tribunal Eleitoral dos Estudantes (TESE), nome da comissão eleitoral que conduziu o referido pleito. Essa diretoria passou a conduzir a UES até a realização do II Congresso dos Estudantes de Sergipe, ocorrido em janeiro de 1953, quando seria construído um consenso em torno das diretrizes constitucionais da instituição, que passou a ser referendada como União Estadual dos Estudantes de Sergipe (UEES), no lugar da UES.

10. A UEES E OS NOVOS RUMOS DO ME EM SERGIPE

As lições do I Congresso dos Estudantes de Sergipe parecem ter deixado suas marcas nas discussões e nos esforços dos estudantes universitários em duas questões fundamentais: contemplar os interesses e a representatividade dos estudantes de cada uma das instituições de ensino superior então existentes; e adequar o ordenamento jurídico do órgão de representação estadual dos estudantes universitários a normas do direito e aos preceitos administrativos então vigentes no país. O equacionamento dessas duas questões parece ter sido melhor negocia-

100 UEES. *Cir. s/nº/UEES*, de 07 de julho de 1953. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955), localizado no Arquivo Central da UFS: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90.

101 Gazeta socialista. "Empossada a nova diretoria da UES". Ano V, n. 170, 2 de fevereiro de 1952, p. 4.

do pelos representantes das faculdades, das escolas superiores e de seus respectivos órgãos estudantis no II Congresso dos Estudantes de Sergipe, ocorrido em janeiro de 1953. Nessa oportunidade, observam-se os esforços dos congressistas no sentido de garantir a autonomia política da entidade estudantil, a liberdade de pensamento de seus participantes e mecanismos de representatividade mais claros.[102]

Essa compreensão fica evidenciada ao se examinar a Constituição da União Estadual dos Estudantes de Sergipe, aprovada em 13 de janeiro daquele ano, no II Congresso de Estudantes de Sergipe, com a participação de representantes estudantis de todas as faculdades e escolas superiores até então existentes no estado. Entre os presentes que assinaram esse texto constitucional estão Aloísio França Pereira, estudante de economia e presidente da UES; Manuel de Santiago Menezes, estudante da FCFS e secretário-geral da UES; os estudantes Jessé Claudio Fontes de Alencar, José Carlos de Souza, Samuel Melo Filho e Maria da Conceição C. Ribeiro, pela FDS; as estudantes Josefina Sampaio Leite, Maria de Lourdes A. Fontes, Maria Luiza da Cruz Leite e Joana Vital Souza, pela FCFS; os estudantes José Ferreira Soares e Madge Tavares Eng, pela EQS; e os estudantes João Garcia Rosa, Rubens Lisboa Maciel, Valmir Guerra, Humberto Fernandes Antas, pela FCE.[103]

Em face dessa constituição negociada e legitimada pelos estudantes universitários do estado, foram feitas adequações jurídicas, administrativas e contábeis para legalizar a instituição, entre elas a substituição da sigla UES pela sigla UEES (União Estadual dos Estudantes de Sergipe). As fontes não esclarecem os motivos dessa alteração, mas se sabe que, na primeira versão do mencionado texto, já se fazia referência à UES como UEES, a exemplo da evocação do art. 18 da Constituição da UES, feita por Jessé Claudio Fontes de Alencar em meio às críticas tecidas contra o polêmico I Congresso de Estudantes de Sergipe, no qual ele destacou o trecho desse dispositivo constitucional: "A **Diretoria da UEES** será eleita pelo voto direto e secreto dos estudantes de curso[s]

102 UEES. *Constituição da União Estadual dos Estudantes de Sergipe*. Aracaju: CISLA, 1954.
103 Op. cit., p. 20.

superiores do Estado de Sergipe, e seu mandato será de um ano, podendo ser reeleita para o período imediato".[104]

Presume-se, com o exame desse registro, que após os ajustes promovidos pelo congresso estudantil de 1953, passou-se a adotar a sigla UEES em lugar de UES, mudança de ordem mais técnica que política, possivelmente para evitar eventuais confusões e padronizar a referência formal à instituição. Isto porque a sigla UEES estava mais próxima à terminologia utilizada pela UNE para se referir aos órgãos representativos estaduais, no caso Uniões Estaduais dos Estudantes (UEE),[105] a exemplo da UEE de São Paulo, da UEE do Rio de Janeiro, da UEE de Minas Gerais, da UEE da Paraíba, entre outras. É importante registrar que essa possível orientação não foi seguida por outras entidades estaduais, a exemplo da União dos Estudantes da Bahia (UEB) e da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP).

Voltando à questão da Constituição da UEES, aprovada em 1953 e publicada em 1954, a organização da instituição passou a comportar três instâncias deliberativas: o Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe, órgão máximo da entidade, a ser realizado no período referente à primeira quinzena do mês de setembro de cada ano; a Diretoria da UEES, eleita no congresso da entidade para um mandato anual, iniciado nos meses finais do ano e estendendo-s ria a ser a "entidade máxima de representação dos estudantes de estabelecimentos de ensino superior do Estado de Sergipe", sendo, desde seu início, filiada à UNE.[106]

As atribuições legais dessa entidade representativa dos universitários em Sergipe estariam voltadas para a defesa de seus interesses e direitos. A entidade estaria incumbida também de organizar e promover eventos que "elevassem o nível cultural e a solidariedade entre os seus membros", além da defesa dos interesses nacionais e bem-estar da "classe estudantil". Estes princípios deveriam ser reafirmados como "compromisso solene" desde o ato de posse de cada diretoria, conforme prescrevia o artigo 25 da Constituição da UEES: "Prometo manter, defender, cumprir e fazer

104 ACADEMUS. *Desrespeito ao congresso de representantes*. Ano II, n. 3, janeiro de 1952, p.5. (negrito nosso).

105 UNE. *Regimento interno do XV Congresso Nacional dos Estudantes*, ocorrido em julho de 1952 na cidade do Rio de Janeiro. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955), localizado no Arquivo Central da UFS: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90.

106 UEES. *Constituição da União Estadual dos Estudantes de Sergipe*. Aracaju: CISLA, 1954, p. 3.

cumprir a Constituição dos Estudantes do Estado de Sergipe, promovendo o bem-estar da **classe estudantil**, sustentando-lhe a união, a integridade e a independência".[107] Neste sentido, princípios como união, solidariedade e autonomia já enlaçavam a UEES, a UNE e os demais órgãos de representação estudantil universitária e secundarista.

Esse texto constitucional definiu, entre outros pontos, que a diretoria eleita no II Congresso de Estudantes de Sergipe teria seu mandato expirado por ocasião da realização do III Congresso de Estudantes de Sergipe, que, em conformidade com as novas normas, deveria ocorrer em setembro e não mais em dezembro ou janeiro, e que essa nova diretoria deveria providenciar a publicação dessa constituição "no Diário Oficial do Estado de Sergipe e o seu competente registro no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca desta Capital".[108] Definia ainda como seria o emblema, o escudo e a bandeira da entidade.

A respeito do emblema da UEES, deveria seguir o formato de um círculo contendo um contorno do mapa do Estado de Sergipe, atravessado em seu terço médio, horizontalmente, pela inscrição UEES, com as áreas do círculo e a sigla da entidade em metal verde e o contorno geográfico do estado em esmalte amarelo,[109] como se pode perceber na imagem a seguir (fig. 01).

Figura 01: Reprodução do emblema da UEES, impresso nos ofícios da entidade.

Fonte: UEES. **Of. s/nº/UEES**, de 19 de setembro de 1966, para o DAACL.
In: Localização no Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

107 UEES. *Constituição da União Estadual dos Estudantes de Sergipe*. Op. cit., pp. 10-11(negrito nosso).
108 Op. cit., p. 19.
109 Op. cit.

Em face do texto constitucional, a UEES, definida como "órgão máximo da classe universitária", organizou o III Congresso Estadual dos Estudantes Superiores na primeira semana de setembro de 1953. Iniciado no dia 3 de setembro desse mesmo ano, no salão nobre da Ação Católica, situado na rua Propriá, nº 222,[110] o conclave resultou na eleição da diretoria que passaria a dirigir a entidade na gestão 1953-1954. Essa nova diretoria foi composta pelo presidente Roberto de Paula Lima, pelo 1º vice-presidente Tertuliano Azevêdo, pelo 2º vice-presidente Valdemar Machado Lôbo, pelo 3º vice-presidente José Bispo dos Santos, pelo secretário-geral Paulo Plácido Lima Gama, pelo 1º secretário Adalberto Pinto Carvalho, pelo 2º secretário Sisino Tojal Aguiar Dantas, pelo 3º secretário Manoel Messias dos Santos e pelo tesoureiro Renato França Pereira. Observa-se nessa diretoria, a título de registro, a ausência de figuras femininas.[111]

A nova diretoria passou a registrar como sede provisória da instituição a sala nº 10 do Edifício Cabral, no centro da cidade de Aracaju, em lugar do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Em termos de gestão, essa diretoria estabeleceu um plano contábil para a entidade, organizou um sistema de arquivos dos documentos e ainda encaminhou ao I Conselho de Representantes dos Estudantes, como prescrevia a Constituição da UEES aprovada naquele ano, um relatório de gestão a respeito da prestação de contas e da administração geral da entidade entre 18 de setembro de 1953 e 18 de dezembro de 1953.[112]

O IV Congresso Estadual dos Estudantes deu-se no dia 3 de setembro de 1954, pouco tempo depois do suicídio do presidente da República Getúlio Dornelles Vargas, ocorrido em 24 de agosto daquele ano, e contou pela primeira vez com a presença de estudantes do recém-criado Diretório Acadêmico "Maria Kiehl", vinculado à Escola de Serviço Social de Sergipe. Compuseram esse diretório a presidenta Núbia

110 DIÁRIO DE SERGIPE. *Convite*. Ano V, n. 2.528, 02 de setembro de 1953, p. 4.

111 Of. cir. 01/02/001/UEES, 19 de setembro de 1953. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 24, item 90, encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955).

112 UEES. *Relatório de gestão da UEES*, 18 de setembro a 18 de dezembro de 1953. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955), localizado no Arquivo Central da UFS: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90.

Marques de Azevedo,[113] a vice-presidenta Maria Valdira Leite Monte Santo, a 1ª secretária Ruth Meneses Santos, a 2ª secretária Guiomar Lima Azevedo, a secretária de finanças Irmã Maria Alzira Saraiva Câmara, a secretária de imprensa Vanda Laura Leite, a secretária de cultura Everilda Mandarino dos Reis, a secretária social Ilnah Moreira Mendonça, as conselheiras técnicas Maria Luiza Pontes, Maria das Mêrces Lima Gama e Maria Barbosa.[114]

Nesse congresso, foram discutidos pela ordem de pauta: (I) Problemas do ensino; (II) Problemas estudantis; (III) Problemas nacionais; e (IV) Assuntos vários. Ao final dos trabalhos, foram realizadas as eleições disputadas pelas chapas "Unidos" e "Renovadora", esta última presidida pelo estudante Paulo Plácido Lima Gama, consagrando-se vitoriosa no pleito por dois votos de diferença, fato que indica a acirrada disputa pela direção da entidade.[115]

O V Congresso Estadual dos Estudantes de Sergipe, iniciado em 9 de setembro de 1955, ocorreu em meio a denúncias de desfalques que teriam sido feitos à tesouraria da UEES, mas ao afinal "foi um congresso como os demais: alguns trabalhando, outros fazendo política".[116] Segundo o jornal *Academus*, o congresso foi marcado por uma nítida divisão de forças, colocando de um lado a "bancada de filosofia, uma parte de direito e da bancada de química", de outro aqueles que procuraram agir com "intuito puramente político", e ainda existiam aqueles que procuravam "agir com justiça, sem partidarismo". Em comum a esses grupos

113 Núbia Marques tornou-se uma intelectual de prestígio, engajada nos movimentos em defesa da anistia, da igualdade de gênero e da democracia ao longo da segunda metade do século XX. Foi a primeira mulher a ingressar na Academia Sergipana de Letras (ASL), publicou vários livros, entre os quais *Sinuosas em Carne e Osso*, em 1961; *O Sonho e a Sina*, em 1979; e *O Passo de Estefânia*, em 1982. Em reconhecimento à trajetória intelectual e política dessa militante que atuou como assistente social, jornalista, professora, poetisa e escritora, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Aracaju instituiu o "Troféu Núbia Marques" em homenagem às mulheres que se destacam profissionalmente nas mais diversas áreas, como artistas, jornalistas, líderes comunitárias, empresárias, juristas, médicas, atletas, pesquisadoras e servidoras municipais.

114 DAMK. *Of. ref.: 01/1954/DAMK/ESS*, de 1º de setembro de 1955. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955), localizado no Arquivo Central da UFS: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90.

115 ACADEMUS. I*V Congresso Estadual dos Estudantes* [manchete de primeira página]. Ano IV, n. 12, setembro de 1954, pp. 1-2.

116 ACADEMUS. *O V Congresso Estadual dos Universitários* – Curt Vieira, presidente. Ano V, n. 14, setembro de 1956, pp. 6-7.

estava o desejo de entender o que havia de errado na UEES. Ao final, como salientou esse jornal, o interesse político "foi tão grande que superou o caso do desfalque".[117]

Para além das querelas políticas, o resultado dos debates acerca das teses e resoluções a serem encaminhadas pelo V Congresso consistiu na elaboração de uma declaração de princípios com sete pontos, versando sobre a necessidade de união da classe em torno de ideias como liberdade e democracia, moralização de costumes, repúdio a tentativas golpistas no cenário político nacional – em clara referência aos acontecimentos relacionados ao suicídio de Vargas –, defesa das riquezas nacionais contra os *trustes* das empresas estrangeiras, condenação ao latifúndio e apoio à reforma agrária, repulsas às ditaduras e às práticas de intolerância política e religiosa, e, por fim, a luta por uma sociedade com mais direitos para todos e menos privilégios.[118]

O congresso foi encerrado após intensas negociações políticas que culminaram na configuração de uma composição ampla com o objetivo de desarmar "os espíritos de luta" e manter uma relativa unidade entre os representantes estudantis das faculdades e escolas presentes ao conclave. Os esforços nesse sentido lograram êxito com a eleição da chapa "Restauração" para a gestão da UEES no período de setembro de 1955 a setembro de 1956. Segundo o estudante de direito José Rosa de Oliveira Neto, um dos relatores do congresso, apesar das denúncias e da acirrada disputa política, havia um clima de confiança de "que essa nova Diretoria consiga realmente restaurar a confiança da **classe na sua União**".[119] Para essa diretoria, foram eleitos o presidente Curt Vieira, o 1º vice-presidente Ruy Dias Trindade, a 2ª vice-presidenta Rute Barros, o 3º vice-presidente Enéas Souza, o secretário-geral Clementino Heitor de Carvalho, a 1ª secretária Gianete Carvalho, o 2º secretário Heraldo Carvalho, o 3º secretário Alonide Oliveira e o tesoureiro Teófilo Dantas.[120]

O VI Congresso Estadual dos estudantes universitários de Sergipe, por sua vez, foi realizado entre os dias 7 e 15 de setembro de 1956 e

117 Op. cit.

118 ACADEMUS. *O V Congresso Estadual dos Universitários* – Curt Vieira, presidente. Ano V, n. 14, setembro de 1956, pp. 6-7. (negrito nosso).

119 Op. cit. (negrito??)

120 *Academus*. "O V Congresso Estadual dos Universitários – Curt Vieira, presidente"Ano V, n. 14, setembro de 1956, p. 7.

discutiu como pontos de pauta: (I) Os problemas econômicos e sociais dos estudantes; (II) Problemas nacionais; (III) Reforma da Constituição da UEES; e (IV) Relatório da Diretoria e tomadas de contas.[121] Já os resultados das teses e resoluções apresentadas nesse conclave, a exemplo do anterior, geraram uma declaração de princípios, na qual pontos como a valorização da liberdade, da democracia, da moralização dos costumes e da importância da UEES como instância representativa dos interesses dos estudantes universitários em Sergipe foram retomados e reforçados. Outros temas foram evocados de forma contundente, como o da liberdade de imprensa, a defesa da exploração dos minerais brasileiros, a defesa da presença do Estado intervindo na economia, a questão dos menores abandonados, a questão da reforma agrária, entre outros.[122]

Já o VII Congresso Estadual dos Estudantes Superiores de Sergipe ocorreu entre os dias 11 e 14 de setembro de 1957, sem grande repercussão e registros por parte da imprensa, tendo sido eleito para presidir a UEES o estudante de direito Pedro Rodrigues de Carvalho.[123]

De um modo geral, o estudo preliminar a respeito da UEES e dos seus primeiros congressos, ainda que realizado através de "evidências incompletas"[124] e por vezes vinculado a apenas um dos lados das disputas tecidas em torno da denominada "entidade máxima dos estudantes superiores [universitários] do Estado de Sergipe", contribui para revelar o processo social eivado de experiências, expectativas e disputas no qual ela, a instituição, e eles, os estudantes, encontram-se inseridos no fazer-se de uma cultura política estudantil universitária esmiuçada a partir dos registros históricos examinados no corpo deste livro.

Evocar esses registros permite descortinar algumas das experiências políticas e culturais tecidas pelas primeiras turmas de estudantes universitários que começam a ser formadas em Sergipe entre o final

121 GAZETA SOCIALISTA. *VI Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe*. [2ª fase]. Ano I, n. 34, 1 de setembro de 1956, p. 1.

122 GAZETA SOCIALISTA. *VI Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe* [declaração de princípios]. [2ª fase]. Ano I, n. 38, 15 de setembro de 1956, p. 2.

123 ACADEMUS. *Pedro Carvalho, vice-presidente do Silvio Romero, eleito presidente da UEES*. Ano VI, n. 16, setembro de 1957, p. 13.

124 THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros*. Tradução Walten Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 50.

da década de 1950 e meados da década de 1980. Possibilita também conhecer um momento da biografia de intelectuais e/ou políticos que – tendo cursado o ensino superior no estado sem a necessidade de migrar para outros centros universitários –, partilharam e disputaram as experiências e expectativas de sua formação universitária em meio ao jogo de interesses da sociedade brasileira a partir de seus desdobramentos em Sergipe.

CAPÍTULO III

TEMPOS DA JUC E DA REFORMA UNIVERSITÁRIA

1. A JUC, A IGREJA E A LUTA POR UMA UNIVERSIDADE EM SERGIPE

> [...] não só para atender a um apelo vocacional de muitos sergipanos, como também para completar o número mínimo exigível para a criação da UNIVERSIDADE DE SERGIPE, o que viria a consolidar nossas faculdades e livrá-las das ameaças de fechamento.[1]

Além das convencionais disputas pela direção da entidade, um novo ponto de discussão passaria a agregar os estudantes universitários em torno de um importante objetivo: a luta por uma universidade em Sergipe. Esse empenho começou a ser delineado durante a realização do VIII Congresso Estadual dos Estudantes Superiores de Sergipe, na sede da Ação Católica da cidade de Aracaju.[2] Esse novo objetivo surgiu a partir das discussões atinentes à necessidade da consolidação do ensino superior no estado, debate que transcendia o próprio evento estudantil e refletia as demandas de vários segmentos da sociedade, inclusive a Igreja Católica. Não obstante a dimensão que esse debate alcançaria nos anos seguintes, as discussões sobre a necessidade de uma universidade em Sergipe parecem ter ganhado forma a partir do mencionado congresso universitário de 1958, no qual começaram a ser elencadas as providências que deveriam ser tomadas para atingir esse propósito.

Os participantes do congresso propuseram que o governo estadual providenciasse a doação de um prédio para funcionamento da futura faculdade de medicina, entidade que só seria criada em 1961, e arregimentasse esforços no sentido de criar a faculdade de odontologia, que

1 ACADEMUS. *VIII Congresso Estadual dos Estudantes*. Ano VII, n. 18, setembro de 1958, p. 2.
2 Op. cit., pp. 1-2.

apenas seria fundada nos idos de 1967. Em ambas as reivindicações, além dos argumentos relacionados à relevância dos novos cursos, foi destacada a necessidade de Sergipe possuir o número mínimo de instituições de ensino superior para cumprir a legislação que normatizava a criação de universidades mantidas com recursos federais nos estados.[3]

Essa discussão revelava várias informações a respeito de como se encontrava o ensino superior em Sergipe. A primeira delas atentava para o fato de que, apesar da efetivação das primeiras instituições de ensino superior, o governo federal não havia se inserido no processo de federalização e transformação "das faculdades [ou escolas superiores] estaduais ou privadas" em universidades, como ocorreu em outros estados da federação no decorrer da década de 1950.[4] Essa situação foi em parte justificada em razão de o número de instituições de ensino superior existentes em Sergipe no período não atingir o mínimo determinado pela legislação para esse fim, que na época exigia ao menos seis instituições de ensino.

A segunda informação atenta para o fato de que quatro das cinco instituições de ensino superior existentes no estado enfrentavam dificuldades quanto ao funcionamento e mesmo quanto à possibilidade de um possível encerramento de atividades. Exceto a Faculdade de Direito de Sergipe, federalizada alguns anos depois de sua fundação, as demais em graus diferentes externavam algum tipo de dificuldade quanto à manutenção financeira, administrativa e pedagógica de suas atividades. Dentre essas instituições, a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e a Escola de Serviço Social, ambas vinculadas à Igreja Católica, ressentiam-se de modo mais enfático devido às dificuldades de manutenção dos seus cursos.[5] Já a Faculdade de Economia e a Escola de Química de Sergipe, ambas estaduais, também reclamavam dos parcos

3 Op. cit.

4 CUNHA, Luiz Antônio. "Ensino superior e universidade no Brasil". Op. cit., pp. 170-178.

5 No caso da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, verem: LIMA, Luís Eduardo Pina. *Ideologias e utopias na história da educação*: o processo de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – 1950-1951. 1993. Monografia (Especialização em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 1993. E ainda em: MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano José Cabral Duarte*: relato biográfico. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008, pp. 82-98 e pp. 231-235.

investimentos públicos aplicados,[6] assim como dos casos de má gestão dos mencionados investimentos.[7]

Embora a intenção acerca da criação de uma universidade em Sergipe fosse algo do interesse de vários setores da sociedade, naquele momento, esse propósito parece ter despertado mais atenção dos universitários e das instituições de ensino superior mantidas pela Igreja Católica. A presença de Dom José Vicente Távora[8] – bispo da diocese de Aracaju, religioso sensível às problemáticas sociais, próximo às posições de Dom Helder Câmara, assim como de outros bispos que começaram a pensar a necessidade de uma política social para o desenvolvimento do Nordeste[9] – na plenária de encerramento do VIII Congresso Estadual dos Estudantes Superiores de Sergipe evidencia a atenção que a Igreja Católica passaria a oferecer à questão da criação de uma universidade em Sergipe.

A partir de 1958, as deliberações do VIII Congresso Estadual dos Estudantes Sergipanos e o empenho por parte da Igreja Católica, no início do bispado de D. José Vicente Távora, em torno da criação de uma universidade em Sergipe, começaram um movimento que uma década depois resultaria na fundação da Universidade Federal de Sergipe, inaugurada em 15 de maio de 1968.

Uma evidência desse enlace foi a visita realizada, em 26 de dezembro daquele ano, por uma representação de estudantes ligados à Juventude Universitária Católica (JUC)[10] e de intelectuais ligados a Liga

6 GAZETA DE SERGIPE. *Crise na Faculdade de Ciências Econômicas*. Ano V, n. 1.069, 22 de setembro de 1961, p.1 e p. 4.

7 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes de química reivindicam construção e aparelhamento da Escola.* Ano V, n. 1.074, 28 de setembro de 1961, p.1 e p. 4.

8 ACADEMUS. *VIII Congresso Estadual dos Estudantes*. Ano VII, n. 18, setembro de 1958, p. 2.

9 NASCIMENTO, Isaias. *Dom Távora, o bispo dos operários: um homem além do seu tempo*. São Paulo: Paulinas, 2008, pp. 127-165.

10 Entre os estudantes jucistas que se fizeram presentes a essa visita estavam: Afonso Gueiros e Lucia Viana, da Faculdade de Filosofia; Heli Nascimento e Inácio Gomes, da Faculdade de Direito; Carmem Machado e Lêda Costa, da Escola de Serviço Social; Juarez Ribeiro, da Faculdade de Ciências Econômicas; Geraldo de Oliveira e Salvador Ávila, da Escola de Química de Sergipe, sendo este último o estudante responsável pelo envio de uma matéria jornalística ao jornal *A Cruzada* sobre a visita realizada pelos mencionados católicos leigos ao governador então eleito. Ver a respeito em: A CRUZADA. *Governador eleito Luiz Garcia*, recebe universitários de Sergipe. Ano XXIV, n. 1.073, 03 de janeiro de 1959, p.1 e p.6.

Universitária Católica (LUC)[11] ao governador eleito do estado, o então deputado federal Luiz Garcia, para discutir "problemas da classe universitária" e sobre a disposição do seu plano de governo a respeito da "fundação da Universidade de Sergipe". Estes dois grupos de católicos leigos procuraram, na oportunidade, demonstrar o interesse da comunidade universitária quanto à necessidade do governo estadual assumir esse projeto em favor da sociedade sergipana.[12]

Em relação ao trabalho social de Dom José Vicente Távora, é importante destacar que ele foi o responsável pela elevação da diocese de Aracaju à condição de arquidiocese do estado, em 1960. A partir dessa mudança, tem origem a criação da província eclesiástica de Sergipe, que se separa da de Alagoas. Além disso, está relacionado ao trabalho social desse bispo um conjunto de obras sociais e culturais, dentre as quais podem ser citadas as seguintes: a Rádio Cultura de Sergipe, o Movimento de Educação de Base, o Serviço de Assistência à Mendicância (SAME), o trabalho de evangelização no meio rural, inclusive com o estímulo à organização de sindicatos, entre outras iniciativas importantes para estruturar o desenvolvimento social do estado. Nesse sentido, a presença do "bispo dos operários", como também ele era conhecido, no VIII Congresso da UEES parece ter sido decisivo no sentido de redimensionar a atuação política da JUC no estado. A JUC passaria, nos anos seguintes, particularmente a partir de 1960, a assumir uma posição política mais destacada.

Os primeiros registros da atuação desse grupo de universitários católicos leigos em Sergipe datam de outubro de 1951. Nesse momento, verifica-se a circulação de uma espécie de relatório/informativo com discussões sobre: a JUC nas faculdades; a Ação Católica em face da atividade social e política; o monsenhor Pietro Pavan e o sentido da universidade; noticiário internacional; noticiário nacional; publicações recebidas e livro do mês, entre outras.[13] Segundo o jucista José Alexan-

11 Entre os intelectuais da Liga Universitária Católica (LUC) que integraram a mencionada visita, constam as presenças dos professores José Silvério Leite Fontes, Paulo Machado e Antônio Garcia, sendo este último o representante da comissão indicado para falar com o governador eleito, que também era o seu irmão. Ver a respeito em: Op. cit.

12 Op. cit.

13 JUC. *Relatório/informativo acerca da JUC nas Faculdades Católicas*, outubro de 1951. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955), localizado no Arquivo Central da UFS: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90.

dre Felizola Diniz, entrevistado por Gizelda Morais, o movimento no estado teria passado por três fases: a JUC evangelizadora, próxima às orientações do então padre Luciano José Cabral Duarte; a JUC da transição, mais envolvida com as questões sociais; e a terceira JUC, que, em tensão com alguns setores da Igreja Católica, dissolver-se-ia dando origem à Ação Popular (AP).[14]

Os ventos da segunda fase da JUC, em sua transição do trabalho de evangelização para o maior envolvimento com os debates nacionalistas, sobre a reforma universitária, sobre a criação de uma universidade em Sergipe e com os movimentos de educação e cultura popular, parecem começar a soprar a partir de setembro de 1958, sob influência de Dom José Vicente Távora. Não obstante o peso decisivo dessa nova orientação, fazia-se presente a influência do então padre Luciano José Cabral Duarte no sentido de que a JUC não se perdesse dos seus princípios de evangelização e da formação intelectual de seus quadros.[15] Essas duas orientações, uma mais social e outra mais espiritual, terminaram por deixar recordações singulares e tensões na memória de alguns desses jucistas.[16]

Voltando ao VIII Congresso, segundo o jornal *Academus*, ele se encerrou sem grandes surpresas e em meio a críticas quanto à forma de organização e quanto aos resultados esperados que não se concretizaram.[17] Foram eleitos, nesse congresso, para dirigir a UEES na gestão 1958 a 1959: o presidente Renato Chagas, a 1ª vice-presidente Heli Nascimento, o 2º vice-presidente W. de Santana, o 3º vice-presidente Afonso Pacheco, o secretário-geral Geraldo Sobral, a 1ª secretária Rose Mary

14 MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano José Cabral Duarte*: relato biográfico. Op. cit., pp. 82-98 e pp. 183-230.

15 COMISSÃO ORGANIZADORA DA PÁSCOA DOS UNIVERSITÁRIOS DE SERGIPE. *Convite da Comissão Organizadora da Páscoa dos Universitários de Sergipe*: UEES/DAMK/CASR/DAJF/DAAMB/DAFCE, Ano de 1959, cuja programação constava da realização de uma série de palestras com o então monsenhor Luciano José Cabral Duarte. In: Encadernação com as correspondências da gestão de Francisco de Melo Novais à frente do CASR (1959-1960), localizado no Arquivo do CASR/DDI/UFS.

16 A respeito da JUC em Sergipe, ver: RAMOS, Antônio da Conceição. *Movimento estudantil*: a JUC em Sergipe (1954-1964). Op. cit. E ainda em: OLIVEIRA, Ana Júlia Lima Máximo. *"Além da reza..."*: A Atuação dos jucistas em Aracaju. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1999.

17 ACADEMUS. *VIII Congresso Estadual dos Estudantes*. Ano VII, n. 18, setembro de 1958, pp. 8-9.

Mesquita, a 2ª secretária Jandira Maranhão, o 3º secretário Pascoal Nabuco[18], o tesoureiro José Barbosa e o vice-tesoureiro Eanes Soares.[19]

O IX Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe, por sua vez, parece ter sofrido dos males já apontados pelo jornal *Academus* quanto à organização, registro e divulgação de suas propostas.[20] Desta feita, no intervalo do ano de 1959, período em que o *Academus* não circulou – tendo sido substituído pelo jornal *O Curió*, cujo lema dizia "Jornal quase independente e idem humorístico", já denunciava a irreverência de sua linha editorial[21] – e sem um jornal próprio por parte da UEES, não se têm informações substanciais acerca do congresso e das teses nele discutidas. A lacuna de informações a respeito desse conclave estudantil é parcialmente suprida pela publicação, no jornal *Gazeta de Sergipe*, de um manifesto apresentado pela bancada da Escola de Química de Sergipe às vésperas da realização desse congresso,[22] de recordações de alguns militantes da JUC,[23] de ofícios relacionados à posse da diretoria eleita[24] e dos preparativos do congresso seguinte pela diretoria eleita no congresso de 1959.[25]

18 18 Manoel Pascoal Nabuco d'Ávila, estudante de direito, entre 1957 e 1961, membro da direção do CASR na gestão de 1959, colaborou na redação dos jornais: *Academus*; *Gazeta Socialista, O Nordeste, Folha Trabalhista* e *Gazeta de Sergipe* – sendo este último, dirigido por Orlando Dantas, que estimulou intelectuais e jovens a discutir a realidade brasileira –, filiou-se ao PTB, elegeu-se prefeito do município de Estância, foi deposto e preso duas vezes: a primeira, em 17 de abril de 1964, sendo liberado em 23 de junho do mesmo ano; a segunda, em 18 de setembro de 1969, quando foi julgado, na Auditoria Militar da 6ª Região, em Salvador/BA, e condenado a uma pena de um ano e nove meses de detenção, dos quais cumpriu oito meses de pena, pela revisão feita pelo STM. Ao voltar à vida pública, atuou como promotor de justiça e como desembargador. No curso dessa trajetória profissional, se tornaria uma importante figura nos bastidores da política e da justiça em Sergipe nas últimas décadas do século XX. Mais informações a respeito ver em: ÁVILA, Manuel Pascoal Nabuco. *Tributo à cidadania*: minha opção de servir à sociedade. Aracaju: J. Andrade, 2006.

19 ACADEMUS. "VIII Congresso Estadual dos Estudantes". Ano VII, n. 18, setembro de 1958, p. 2.

20 ACADEMUS. *VIII Congresso Estadual dos Estudantes*. Ano VII, n. 18, setembro de 1958, pp. 8-9.

21 O CURIÓ. *Notícias do Centro Acadêmico Sílvio Romero e outras também notícias*. Ano I, n. 1, junho de 1959, p.1.

22 GAZETA DE SERGIPE. *IX Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe*: manifesto apresentado pela bancada de estudantes da Escola de Química de Sergipe. In: Gazeta de Sergipe. Ano IV, n. 429, 9 de setembro de 1959, p. 4.

23 MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano José Cabral Duarte*: relato biográfico. Op. cit., pp. 180-230.

24 UEES. *Of. cir. 01/1959/1960/UEES*, setembro de 1959. In: Ofícios recebidos pela Federação dos Trabalhadores da Indústria de Sergipe, localizados no PDPH/DHI/UFS.

25 UEES. *Of. s/nº/UEES para CASR*, de 31 de agosto de 1960. In: Encadernação com as correspondências da gestão de Francisco de Melo Novais à frente do CASR (1959-1960), localizado no Arquivo do CASR/DDI/UFS.

O manifesto dos estudantes de química, por ensejo dos preparativos atinentes à realização do XI Congresso Estadual dos Estudantes, chama atenção para questões como a marcha para o socialismo, a defesa da democracia e a conservação dos princípios católicos, suturando um discurso humanista de base cristã.[26]

Nesse conclave, segundo o jucista Juarez Costa, em entrevista concedida a Gizelda Morais, o grupo da JUC elegeu o estudante de química Manoel Joaquim F. de Barros Sobrinho para presidente da UEES. Ainda segundo Costa, naquele momento, ninguém "acreditava que o pequeno grupo da JUC estivesse mandando".[27] O fato é que a partir da eleição do congresso estadual de 1959, a JUC teria um peso decisivo na hegemonia da UEES, seja ocupando diretamente a sua presidência, seja apoiando aqueles que a ocupariam. Esta atitude não agradou o orientador espiritual da JUC, o padre Luciano José Cabral Duarte, como recorda a jucista Carmem Machado Costa, em entrevista concedida a Gizelda Morais, ao enfatizar que "quando foi para entrar na política, o Padre [Luciano José Cabral Duarte] chamou a gente lá na casa dele e disse: 'vocês vão ver como essa JUC vai se modificar, porque, na política, existe o interesse do voto'".[28]

O jucista José Alexandre Felizola Diniz, então estudante de filosofia, recorda que desde 1960, quando ele havia entrado na direção do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, e depois na UEES, a JUC, "que antes tinha um posicionamento mais religioso", passa, "a partir do início dos anos sessenta", a ter "um maior envolvimento político".[29] Em relação à UEES, Diniz frisa a gestão de Manoel Joaquim como o primeiro jucista, nessa fase política mais ativa da JUC, a ocupar a presidência dessa entidade.[30]

Essa nova diretoria da UEES, sob a influência da nova fase da JUC, teve como presidente Manoel Joaquim F. de Barros Sobrinho, 1ª vice-presidenta Maria Diná Menezes, 2º vice-presidente Hélio Oliveira, 3ª vice-presidenta Elza Schuster, secretário-geral Mariano Salmeron Net-

26 GAZETA DE SERGIPE. *IX Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe*: manifesto apresentado pela bancada de estudantes da Escola de Química de Sergipe. Op. cit. (negrito nosso).
27 MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano José Cabral Duarte*: relato biográfico. Op. cit., p. 212.
28 MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano José Cabral Duarte*: relato biográfico. Op. cit., p. 213.
29 DINIZ, José Alexandre Felizola. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 12/03/1998.
30 MORAIS, Gizelda. Op. cit., p. 213.

to, 1ª secretária Maria Auxiliadora de Mello Diniz, 2ª secretária Rose Mary de Albuquerque Mesquita, 3ª secretária Marlene Rosa Montalvão, tesoureiro Gildo Prado Nunes e vice-tesoureira Edinalda Simões de Moura.[31]

A gestão da UEES sob a presidência do jucista Manoel Joaquim F. de Barros Sobrinho, no período de setembro de 1959 a setembro de 1960, ficou marcada pelo slogan "pela formação de uma consciência universitária nacionalista" estampado no pé de página dos ofícios enviados pela entidade. Dentre esses ofícios está o que comunica aos diretórios acadêmicos existentes no ano de 1960 que entre os dias 4 e 11 de setembro daquele ano ocorreria o X Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe,[32] resultando na eleição de uma nova diretoria para órgão estadual dos estudantes universitários.

A diretoria da UEES, eleita para a gestão 1960-1961, teve como presidente José Costa Cavalcante, 1º vice-presidente Juarez Alves Costa, 2ª vice-presidenta Maria Silvia Aguiar Siqueira, 3ª vice-presidenta Maria Auxiliadora de Mello Diniz, secretário-geral José Alexandre Felizola Diniz, 1º secretário Guido Azevedo, 2º secretário Deoclécio Vieira Filho, 3ª secretária Maria Luiza de Souza, tesoureiro Antonio Aureliano Bispo e vice-tesoureira Gilsa Luiza da Mota Gomes.[33]

Em meio a essa configuração política, na qual a JUC passava a se firmar como tendência hegemônica dentro do movimento estudantil universitário, o jogo de correlação de forças entre as faculdades se manteve, indicando um contínuo processo de negociação e de alternância entre faculdades e escolas superiores na presidência da UEES. Neste sentido, mesmo quando o slogan postado nos documentos dessa entidade, na gestão de 1960 a 1961, postulava a necessidade de que "Sergipe precisa ter uma universidade",[34] isto não significava que todas as escolas e faculdades conferissem ao tema o mesmo peso e a mesma importância.

31 Of. cir. 01/1959/1960/UEES, setembro de 1959. In: PDPH/DHI/FUFSE. Fundo: Ofícios recebidos pela Federação dos Trabalhadores da Indústria de Sergipe.

32 UEES. *Of. s/nº/UEES para CASR*, de 31 de agosto de 1960. In: Encadernação com as correspondências da gestão de Francisco de Melo Novais à frente do CASR (1959-1960), localizado no Arquivo do CASR/DDI/UFS.

33 Of. cir. 01/1960/1961/UEES, setembro de 1960. In: PDPH/DHI/FUFSE. Fundo: Ofícios recebidos pela Federação dos Trabalhadores da Indústria de Sergipe.

34 UEES. Of. Circular 01/1960/1961/UEES, setembro de 1960.

No caso da Faculdade de Direito, que já apresentava sinais de consolidação recebendo subvenções federais que a bastavam, o tema da criação de uma universidade parecia não ganhar tanta ênfase.[35] Segundo Zelita Correia Rodrigues dos Santos, liderança estudantil do curso de direito, havia certo receio dos que faziam aquela faculdade em relação à possibilidade de que os recursos das subvenções federais fossem parar em uma bolsa comum, no caso da universidade, implicando a perda de qualidade daquele curso,[36] preocupação também presente entre as recordações de outros estudantes daquela faculdade.[37]

Esse receio parecia não ocorrer com as demais instituições de ensino superior do estado que declaravam viver com dificuldades financeiras e estruturais. Para estas, a luta pela criação de uma universidade no estado parece ter despertado maior interesse por parte dos professores e alunos. No caso das faculdades católicas, o interesse na criação de uma universidade em Sergipe, como já foi discutido, vinha desde o VIII Congresso da entidade, em 1958, quando seus estudantes passaram a externar de modo mais efetivo a preocupação com o funcionamento de algumas faculdades que sofriam com a falta de recursos. Segundo o estudante Clodoaldo Alencar Filho, então diretor cultural da Rádio Cultura e membro do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, a defesa da criação de uma universidade mantida com recursos federais parecia uma alternativa para resolver os problemas de recursos de muitas das instituições de ensino superior em funcionamento em Sergipe entre a década de 1950 e início da década de 1960.[38]

Para José Silvério Leite Fontes, membro da Liga Universitária Católica (LUC) e presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Sergipe, a falta de recursos agravou até mesmo o número de matrículas nos cursos da Faculdade de Filosofia, e algumas turmas chegaram a ter apenas dois ou três alunos[39]. Os estudos já desenvolvidos a respeito

35 ACADEMUS. *Um decênio de educação e cultura*: faz dez anos a Faculdade de Direito de Sergipe. Ano VIII, n. 20, novembro de 1960, pp. 1-2.
36 SANTOS, Zelita Rodrigues Correa. Entrevistada por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 04/08/1998.
37 SANTANA, Luiz. "História de uma vida". In: *Crônica de uma cidade*. 6 de setembro de 2009. Disponível: <http://cronicadacidade.blogspot.com>. Acessado em 10/10/2010.
38 ALENCAR FILHO, Clodoaldo. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 15/09/1998.
39 FONTES, José Silvério Leite. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 10/08/1998.

da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, instituição que abrigava os cursos das diversas áreas da licenciatura, como filosofia, história e geografia e os cursos de letras, tendem a registrar os esforços dos primeiros professores e alunos para manter os seus respectivos cursos e a faculdade.[40]

A posição das duas faculdades estaduais – a Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola de Química de Sergipe –, ambas fundadas no final da década de 1940, também registrava a escassez de recursos como um dos grandes problemas enfrentados. Essa situação parece ter sido agravada no contexto político e econômico do início dos anos de 1960, quando tanto os estudantes do curso de economia,[41] quanto os do curso de química passaram a reivindicar,[42] de modo mais constante, o repasse regular de recursos e a realização de investimentos para melhorar as condições de ensino e funcionamento das respectivas instituições.

Em face dessa falta de recursos, denunciada por grande parte das faculdades e escolas superiores, a bandeira da criação de uma universidade em Sergipe mantida com recursos federais passou a ganhar cada vez mais força, inclusive por parte de estudantes do curso de direito, seja por solidariedade às reivindicações dos demais colegas universitários, seja em razão do amplo arco de alianças necessárias para compor e disputar os cargos de direção da UEES.

2. A UEES, A CAMPANHA DA LEGALIDADE E A IMPRENSA ESTADUAL

A composição desse arco de alianças envolvendo os interesses das faculdades, das escolas superiores, dos diretórios acadêmicos e das tendências que atuavam no movimento estudantil, entre as quais a JUC, parece ter sido fermentada ainda mais pelo contexto político que pas-

40 Ver a respeito em MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano José Cabral Duarte*: relato biográfico. Op. cit., pp. 74-92. E ainda em: LIMA, Luís Eduardo Pina. *Ideologias e utopias na história da educação*: o processo de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – 1950-1951. Op. cit.

41 GAZETA DE SERGIPE. *Crise na Faculdade de Ciências Econômicas*. Ano V, n. 1.069, 22 de setembro de 1961, p.1.

42 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes de química reivindicam construção e aparelhamento da Escola*. Ano V, n. 1.074, 28 de setembro de 1961, p.1.

sou a tomar conta do país a partir da renúncia de Jânio Quadros e pelos debates em torno da chamada política de "reformas de base", entre estas a reforma universitária, que mais de perto mobilizaria os estudantes universitários.

A justaposição desses acontecimentos, debates e tensões resultou em um processo de "ebulição política" que, entre outros aspectos, terminaria por dimensionar o protagonismo dos universitários sergipanos – nos debates estaduais e mesmo nos debates nacionais acerca da reforma universitária – e a ocupar as primeiras páginas dos jornais que circulavam no estado, em particular as do jornal *Gazeta de Sergipe*, que substituiu o jornal *Gazeta Socialista* desde o ano de 1959.

Nesse contexto, o movimento estudantil universitário de Sergipe passaria "por um período de ebulição política".[43] E em meio a essa efervescência, a UEES participa dos desdobramentos ocorridos no estado, relacionados ao processo de instabilidade política instaurado no país nos últimos dias do mês de agosto de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, e às seguidas tentativas de alguns setores da sociedade brasileira em opor-se à posse do vice-presidente João Goulart.

Esses acontecimentos promoveram, entre os segmentos organizados da sociedade brasileira, a realização de uma forte mobilização em torno do cumprimento da legalidade constitucional. Essas mobilizações ocorreram, no primeiro momento, como apoio ao presidente que havia renunciado, e a seguir como apoio à chamada "Campanha da Legalidade", liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola para garantir a posse de João Goulart na presidência da República.

Nesse episódio, os estudantes universitários brasileiros, por meio da UNE, tomaram uma posição importante no processo de mobilização social em favor dos princípios constitucionais que legitimavam a posse de João Goulart na presidência do país. Segundo o pesquisador José Luís Sanfelice, a UNE buscou agir rapidamente, decretando greve geral dos estudantes, fazendo pronunciamento em cadeia de rádios formada pela "Rede da Legalidade" e estimulando entidades congêneres, como

43 DINIZ, José Alexandre Felizola. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 12/03/1998.

a União Metropolitana de Estudantes, a lançar notas e manifestos conclamando o povo a defender a legalidade constitucional.[44]

Em Sergipe, os desdobramentos relacionados à participação de setores da sociedade brasileira, entre eles as entidades estudantis, em torno da legalidade constitucional, coincidem com os preparativos para a realização do XI Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe, ocorrido entre os dias 7 e 13 de setembro de 1961, nas instalações da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS).[45] Mas antes mesmo da realização desse conclave, a direção da UEES, reunida na Faculdade de Filosofia no dia 28 de agosto daquele ano, portanto, nos primeiros dias após a renúncia de Jânio Quadros, decretou greve para todos os universitários até que fosse restabelecida a legalidade constitucional do país. A direção da UEES ainda elaborou um manifesto que, apesar de aprovado em reunião, foi assinado apenas por alguns dos presentes.[46]

Essa discussão referente às assinaturas de apoio ao manifesto no qual a UEES defendia a ordem constitucional do país tomou corpo, em 29 de agosto de 1961, na 49ª sessão extraordinária do Diretório Acadêmico Antônio Militão de Bragança (DAAMB), entidade estudantil vinculada à Escola de Química de Sergipe. Nessa sessão extraordinária, foram apresentados os argumentos por parte dos representantes da UEES, presentes à mencionada reunião, explicando, sobretudo as razões de o manifesto não ter sido publicado.[47]

Essa discussão revela, de um lado, a cobrança de alguns estudantes em relação ao fato de o manifesto "não ter saído", isto é, não ter sido publicado, e, por outro, certa apreensão e cautela por parte de alguns representantes da direção da UEES e do DAAMB por conta dos desdobramentos que estavam por vir na ordem política do país com aquele prenúncio de golpe. Esse sentimento de apreensão e cautela fica evidente na preocupação dos representantes do movimento estudantil universitário de comunicar ao Comando Militar de Aracaju que "estavam em

44 SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil*: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, pp. 18-21.

45 GAZETA DE SERGIPE. *Instalado o XI Congresso dos Estudantes Superiores*. Ano V, n. 1058, 9 de setembro de 1961, p.1.

46 DAAMB. *Ata da 49ª sessão extraordinária do DAAMB da ESQS*, realizada em 29 de agosto de 1961. In: Localização no Arquivo Central da UFS: Fundo CCET-DQI, Caixa 25, item 78.

47 Op. cit.

greve por período indeterminado, e que lançariam um manifesto",[48] o que na prática também significava a solicitação prévia de autorização às autoridades militares para que os mencionados protestos fossem realizados. Entretanto, não obstante esses cuidados, os representantes da UEES foram comunicados pelas autoridades militares "que [o Exército] agiria caso houvesse qualquer agitação".[49]

Esse "diálogo" mantido entre os estudantes e o Comando Militar de Aracaju, na época exercido pelo coronel José Lopes Bragança, parece ter produzido efeitos sobre os protestos estudantis em favor da legalidade constitucional. Segundo Ibarê Dantas, baseado no relato desse acontecimento escrito pelo coronel Bragança,[50] a UEES lançou manifesto condenando "os que levaram o presidente à renúncia, e pedindo ao Congresso para não ratificá-la, ao tempo em que clamava as entidades de classe a pronunciarem-se contra a violação da Constituição".[51]

Como já foi discutido nos parágrafos anteriores, os estudantes não teriam publicado esse manifesto, pelo menos não antes do dia 29 de agosto de 1961, como consta nos registros da assembleia dos estudantes de Química, da qual os representantes da UEES também tomaram parte. Além disso, a presente pesquisa não conseguiu localizar a publicação desse manifesto nos jornais que circulavam na época, o que era esperado para esse tipo de ação política.

As indefinições do cenário político, com a confirmação da renúncia de Jânio Quadros, e as ponderações do coronel José Lopes de Bragança, então comandante do 28º BC, às lideranças estudantis em relação às consequências do ato de divulgar os panfletos do citado manifesto na imprensa, devem ter influenciado os estudantes a não publicitarem o tal documento.

Reforça essa compreensão o exame do apelo proferido pelo mencionado comandante, através da imprensa e por meio de microfones aos participantes das manifestações, no sentido de que os universitários fossem dissuadidos do ímpeto de protestar e da vulnerabilidade a que

48 DAAMB. *Ata da 49ª sessão extraordinária do DAAMB da ESQS*, realizada em 29 de agosto de 1961. In: Localização no Arquivo Central da UFS: Fundo CCET-DQI, Caixa 25, item 78.
49 Op. cit.
50 BRAGANÇA, José Lopes. *Sergipe por um óculo*. Belo Horizonte: Carneiro e Cia, s/d, pp. 90-91.
51 BRAGANÇA, José Lopes. *Sergipe por um óculo*. Op. cit., pp. 89-90. (negrito nosso).

estavam expostos, por conta da inexperiência da idade e das manipulações de "forças do mal" associadas à ação de comunistas.[52]

O coronel José Lopes de Bragança, revelando seus temores anticomunistas, tentou persuadir os estudantes a não tomarem uma posição frente aos acontecimentos políticos que se desencadearam a partir da renúncia de Jânio Quadros. Tal medida tinha o objetivo de convencer os estudantes a não se transformarem em inocentes úteis ou alvos manipuláveis pelas "forças do mal" corporificadas na ação de comunistas que buscavam tirar proveito da inexperiência e da empolgação dos estudantes. Além disso, procurou abafar as manifestações da sociedade civil censurando as emissoras de rádio, o que gerou protestos de vários segmentos sociais, e buscou autorização para intervir na Assembleia Legislativa e no governo estadual, tentativas que não lograram êxito.[53] O discurso e a postura política desse militar revelavam, portanto, uma clara atitude de oposição sistemática ao comunismo e aos militantes políticos que levantavam essa bandeira.[54]

Entretanto, o aparente êxito do apelo feito pelo coronel José Lopes de Bragança aos representantes da UEES deve também levar em consideração o fato de os militantes da JUC, à frente da entidade estudantil no período, sustentarem, devido à formação católica, uma postura de crítica e discordância quanto às propostas e às práticas comunistas. Ao explorar estas possíveis discordâncias, Bragança atribui à responsabilidade de supostas agitações e desordens aos comunistas, numa tentativa de convencer e dissuadir os estudantes a não aderirem a causas e propostas radicais.

Em torno desses fatos, a realização do XI Congresso da UEES aconteceu nas primeiras semanas de setembro daquele ano, juntamente

52 BRAGANÇA, José Lopes. *Sergipe por um óculo*. Op. cit. p. 90. (negrito nosso)

53 DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Op. cit., p. 252.

54 A respeito do conceito de anticomunismo, consultar os verbetes políticos relacionados em: BOBBIO, Norberto et *ali*. *Dicionário de Política*. v. I. 4. ed. Brasília: UNB, 1998, pp. 34-35; em: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, MEDEIROS, Sabrina Evangelista, VIANNA, Alexander Martins. *Dicionário crítico do pensamento da direita*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000, p. 42. E ainda as discussões formuladas sobre o anticomunismo no Brasil em: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002; e sobre as orientações políticas do Exército Brasileiro sobre o PCB em: SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *Os sete matizes do rosa ou mundo contaminado pela radiação comunista*: homens vermelhos e inocentes úteis. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009, pp. 22-40.

com as intensas e fervorosas discussões sobre a situação política nacional que continuavam a ganhar corpo. Dentro desse contexto, durante os dias em que o mencionado conclave ocorreu, além das lideranças universitárias, também se fizeram presentes ao evento "líderes sindicais, representantes do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa, do Prefeito da Capital, da Câmara de Vereadores, do Arcebispo Metropolitano e das **Forças Armadas**".[55] E como não poderia deixar de ser, o tema central discutido pelo conclave foi "a defesa da Constituição e a manutenção do regime [presidencialista]". Estes pontos, segundo a reportagem do jornal *Gazeta de Sergipe*, "estiveram seriamente ameaçados durante a última crise político-militar",[56] que, fazendo um jogo de palavras, não seria a última e sim o prenúncio de outra ainda mais contundente e prolongada ainda por vir nos anos seguintes.

Prestigiado por lideranças sociais e por autoridades políticas e religiosas, o XI Congresso da UEES carreou as atenções de seus participantes para o debate político que se travava naquele momento acerca da manutenção da ordem constitucional. Nessa oportunidade, a já tradicional declaração de princípios lançada pelos universitários nos últimos congressos realizados pela UEES adquiriu uma projeção política e um significado social bem maior.

Nesse sentido, o XI Congresso da UEES listou entre os itens de sua declaração de princípios uma série de propósitos e reivindicações que perpassavam o reconhecimento da UNE enquanto unidade maior dos universitários brasileiros, a defesa da escola pública, a defesa da formação de um pacto de unidade entre os universitários de Sergipe, o repúdio às atitudes autoritárias do Comando do 28º BC quanto aos acontecimentos relacionados à renúncia de Jânio Quadros, a defesa dos princípios democráticos para todos, a defesa da necessidade da reforma agrária, a defesa do monopólio nacional na exploração das riquezas minerais do país, a defesa da autonomia dos povos, a rejeição ao capitalismo, a defesa da inclusão de todos os povos na ONU, a defesa do direito de greve e a defesa de que o Estado deveria intervir no mercado

55 GAZETA DE SERGIPE. *Instalado o XI Congresso dos Estudantes Superiores*. Ano V, n. 1058, 9 de setembro de 1961, p.1. (negrito nosso)
56 Op. cit.

de livros e materiais didáticos para garantir condições de acesso ao conhecimento de todos.[57]

Nesse congresso, como de praxe, foi eleita a diretoria da entidade para a gestão 1961-1962, a qual passou a ter a presidência do estudante de direito Guido Azevedo,[58] e ainda foi realizada uma homenagem a Dom José Vicente Távora, arcebispo da recém-criada província eclesiástica de Sergipe, pela "defesa da legalidade e integridade da Constituição, na recente crise político-militar".[59] A postura política dessa autoridade eclesiástica[60] e o conjunto de sua obra social, em particular o Movimento de Educação de Base, renderiam a ele não apenas o respeito dos universitários de Sergipe, como também aplausos no IX Congresso Nacional de Jornalistas, ocorrido no final daquele mês de setembro de 1961 em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro.[61]

O posicionamento dos estudantes de Sergipe em defesa da legalidade democrática também obtivera reconhecimento no campo político nacional. Conforme noticiou o *Gazeta de Sergipe*, a UEES recebera telegramas de agradecimentos dos governadores Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul; Gilberto Maranhão, do Amazonas; e Mauro Borges, de Goiás, "que enalteceram a atitude dos universitários sergipanos".[62]

Na Câmara Municipal de Aracaju, os ecos positivos do congresso realizado pelos universitários foram objeto de elogios do vereador Agonalto Pacheco, liderança sindical dos funcionários públicos, militante do PCB, que destacou a "maneira incisiva com que [os estudantes universitários] debateram os problemas cruciais de **sua classe**, como também os vinculados ao país".[63] A repercussão política do XI Congresso da UEES fez-se notar também na Assembleia Legislativa do Estado

57 FOLHA POPULAR. *XI Congresso Universitário*: estudantes sergipanos traçam rumos para a luta em favor do povo brasileiro. Ano VIII, n. 336, 23 de setembro de 1961, p. 4.
58 GAZETA DE SERGIPE. *Universitários satisfeitos com os resultados do XI Congresso*. Ano V, n. 1063, 14 de setembro de 1961, p.1.
59 GAZETA DE SERGIPE. *Universitários de Sergipe homenagearão D. Távora*: decisão do XI Congresso de Estudantes Superiores. Ano V, n. 1059, 1º de setembro de 1961, p.1.
60 NASCIMENTO, Isaias. Op. cit., pp. 177-198.
61 GAZETA DE SERGIPE. *Aplausos a D. José Távora no IX Congresso Nacional de Jornalistas*. Ano V, n. 1075, 29 de setembro de 1961, p.1.
62 GAZETA DE SERGIPE. *Governadores enaltecem universitários sergipanos*. Ano V, n. 1070, 23 de setembro de 1961, p.4.
63 GAZETA DE SERGIPE. *Imprensa oficial do município* [Coluna Câmara dos Vereadores]. Ano V, n. 1063, 15 de setembro de 1961, p. 4. (negrito nosso).

de Sergipe, onde foi objeto da exposição pessoal do deputado Viana de Assis, que "disse do brilhantismo [com] que se revestiu o citado congresso, pela seriedade com que foram debatidos importantes problemas vinculados à **classe estudantil** e de ordem econômica, política e social do país".[64]

Viana de Assis, que havia participado da militância estudantil junto à USES e à Faculdade de Direito de Sergipe,[65] ressaltou ainda à imprensa a importância da classe estudantil em conquistas, como a criação da Petrobras, e nos recentes debates desenvolvimentistas do país. Assis finalizou sua declaração dizendo que nos debates a respeito da "abertura de novos rumos para o ensino brasileiro", os estudantes "**representam a vanguarda da nossa comunidade**".[66] Mais que uma peça de oratória, o discurso desse deputado retrata o significado que a participação política desses universitários alcançou naquele instante da história do Brasil, a partir de seus desdobramentos em Sergipe.

Não se pode dizer que o governo do Estado de Sergipe na época tenha tido a mesma sensibilidade política do então vereador Agonalto Pacheco e do deputado estadual Viana de Assis quanto à projeção que os estudantes estavam a usufruir naquele momento. Luís Garcia, eleito pela UDN para governar o estado no período de 1959 a 1962, e também parte de seu secretariado não conseguiram lidar de forma habilidosa com a projeção alcançada pelos estudantes a partir da realização do XI Congresso da UEES.

Neste sentido, o governador Luís Garcia enfrentou sérias críticas advindas dos estudantes, muitos dos quais logo se alinhariam com a oposição que derrotaria o seu grupo político, que estava à frente do governo estadual desde 1955, sob a liderança de Leandro Maynard Maciel. Após o congresso, os universitários vinculados às instituições estaduais, no caso a Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) e a Escola de Química

64 GAZETA DE SERGIPE. *Vitória da vanguarda estudantil* [coluna Assembleia Legislativa]. Ano V, n. 1063, 15 de setembro de 1961, p. 4. (negrito nosso).

65 Ver a respeito em: ASSIS, Antonio Fernandes Viana de. Entrevista concedida a Irene Soares Rodrigues, Nadja Costa dos Santos e a Neide Costa dos Santos. Aracaju/SE, 30/10/2006. E ainda em: SANTANA. Kátia. "Ex-prefeito Viana de Assis morre aos 74 anos de idade". In: *Jornal da Cidade*, 22 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=68660>. Acessado em 3/12/2010.

66 GAZETA DE SERGIPE. *Vitória da vanguarda estudantil* [coluna Assembleia Legislativa]. Ano V, n. 1063, 15 de setembro de 1961, p. 4. (negrito nosso).

de Sergipe (EQS), passaram a reivindicar mais recursos e investimentos para as suas instituições.

Os problemas nas instalações físicas, falta de direção e a falta de professores da FCE foram descritos pelos estudantes daquela faculdade estadual como graves, inclusive representando uma séria ameaça de fechamento. Diante dessa realidade, foi formada uma comissão de estudantes para elaborar um relatório descrevendo a situação, a ser encaminhado às autoridades estaduais, solicitando-lhes providências. Essa comissão formada pelos estudantes Walter Ribeiro, José Lourenço, José Carlos, Carlos Augusto, Paulo Barbosa, Jacob Charcot, Oscar Luduvice e José Marquivaldo contou ainda, segundo informa a reportagem do *Gazeta de Sergipe*, com o apoio da entidade de representação estadual dos estudantes universitários e de todos os demais diretórios acadêmicos então existentes no estado.[67]

3. OS ECOS DAS REIVINDICAÇÕES DOS ESTUDANTES DE QUÍMICA E DE ECONOMIA

Concluído o relatório, os estudantes de economia compareceram ao palácio Olímpio Campos, sede do governo do estado, para entregar o documento e ter uma audiência com o chefe do Executivo estadual. Segundo a reportagem do *Gazeta de Sergipe*, em tom de desabafo, o governador Luís Garcia lamentou a atitude dos estudantes em terem tornado públicos os problemas da instituição, expondo assim sua administração, e ainda que teria chamado alguns membros da comissão de "agitadores" e de praticantes de pessedismo, em alusão ao PSD, que fazia oposição ao seu governo. Mas, ao final da reunião, a indicação do jovem economista Jaime Santiago para a direção da Faculdade de Ciências Econômicas e a garantia de que ele receberia o apoio necessário para atender às reivindicações dos estudantes, estabeleceu uma aparente trégua entre os estudantes universitários e o governo do estado.[68]

67 GAZETA DE SERGIPE. *Faculdade sem nada poderá ser fechada*. Ano V, n. 1066, 19 de setembro de 1961, p.1.

68 GAZETA DE SERGIPE. *Crise na Faculdade de Ciências Econômicas*. Ano V, n. 1069, 22 de setembro de 1961, p.1 e p.4.

O assunto em questão também foi abordado pelo *Correio de Aracaju*, jornal udenista, dirigido por José Gilton Garcia, familiar do chefe do Executivo estadual, que tratou o assunto com mais moderação e ressaltou a intenção do governador em atender parte das reivindicações formuladas pelos estudantes, uma vez que o chefe do poder Executivo estadual havia rejeitado algumas reivindicações por entender "lhe parecerem de influência vinda de fora da área estudantil".[69] Já as reivindicações dos estudantes parecem não ter recebido por parte desse periódico a mesma atenção, não se verificando a publicação de reportagens, matérias ou notas a respeito das mobilizações e reivindicações estudantis.

Ao contrário do jornal situacionista, o *Gazeta de Sergipe*, soube explorar ao máximo a onda reivindicatória dos estudantes dos cursos superiores mantidos pelo governo do estado, publicando matérias e reportagens ricas em detalhes a respeito da organização e da luta dos estudantes. No caso da pauta de reivindicações dos alunos da Escola de Química de Sergipe, tida até então como uma das instituições de ensino superior mais estruturadas, externava a preocupação dos estudantes com a conclusão das obras do prédio destinado à sede da Escola, as quais se prolongavam há quase oito anos, e ainda denunciava que dotações orçamentárias da União recebidas pelo estado não estavam sendo "devidamente aplicadas na Escola de Química de Sergipe", prejudicando o andamento das obras e dos investimentos necessários àquela instituição.[70]

Os problemas discutidos e denunciados pelos universitários de química foram acompanhados de perto pela direção da UEES, que tanto se fez presente às assembleias como também se manteve articulada ao movimento reivindicatório fomentado por aqueles estudantes. Esse acompanhamento e apoio ficam evidenciados na publicação, por parte da UEES, de uma nota oficial apoiando as reivindicações dos universitários do curso de química.[71] A nota oficial da UEES, publicada no jor-

69 CORREIO DE ARACAJU. *Reivindicações de alunos da Faculdade de Ciências Econômicas*. Ano LIV, n. 6.607, 23 de setembro de 1961, p.1.

70 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes de química reivindicam construção e aparelhamento da Escola.* Ano V, n. 1074, 28 de setembro de 1961, p.1 e p. 4.

71 UEES. "Nota oficial da União Estadual dos Estudantes de Sergipe". In: *Gazeta de Sergipe*. Ano V, n. 1074, 28 de setembro de 1961, p. 4.

nal *Gazeta de Sergipe*, evidencia que os estudantes de química reivindicavam a conclusão do prédio da Escola, a efetivação de políticas de extensão e pesquisa, a criação de novas cadeiras de ensino, o aumento de proventos de funcionários, a melhor seleção dos professores e, sobretudo, a imediata aplicação de verbas para a resolução dos problemas e investimentos para melhoria do curso. Segundo os estudantes, estas verbas já haviam sido obtidas pelo governo do estado junto à Petrobras.

Ainda que pesem possíveis relações político-partidárias de alguns dos líderes estudantis que participaram desse movimento, como havia alegado o governo do estado no tocante às reivindicações dos estudantes de economia; no que se refere às solicitações dos estudantes de química, ficou evidenciado que muitas já poderiam ter sido atendidas por parte do governo, se tivesse havido a devida aplicação dos recursos orçamentários.

Além disso, as reivindicações dos estudantes universitários não deixaram de ser exploradas pela oposição para desgastar o governo udenista.[72] O próprio jornal *Gazeta de Sergipe* dedica à questão um editorial em que descreve como um fato já esperado a crise na Faculdade de Ciências Econômicas e na Escola de Química de Sergipe em razão do descaso, dos "ouvidos moucos" e da forma como o governador Luís Garcia deixou "o barco desarvorado, sem direção, ao sabor das correntes". Segundo esse editorial, assinado pelo jornalista Orlando Dantas, membro do Partido Socialista Brasileiro (PSB), a postura do governador em face das questões relacionadas ao desenvolvimento do estado era considerada "irrecuperável, salvo para as construções de obras, quando emprega todos os seus esforços por ressaltar os méritos de sua administração.[73]

Descontada a crítica política tecida pelo jornalista do PSB ao trato dispensado ao erário pela gestão de Luís Garcia no governo do Estado de Sergipe, por este se envolver na construção de obras para obtenção de benesses, no caso da Escola de Química de Sergipe, nem mesmo as obras do prédio da instituição haviam sido concluídas.

72 GAZETA DE SERGIPE. *Viana*: Incúria governamental criou a crise na Faculdade. Ano V, n. 1070, 23 de setembro de 1961, p.4.

73 GAZETA DE SERGIPE. *Fechar ou criar* [editorial]. Ano V, n. 1067, 20 de setembro de 1961, p.2.

4. O TURBULENTO CONTEXTO POLÍTICO DE 1961

Acompanhando o plano da política nacional, os estudantes, assim como a sociedade brasileira, assistiriam nesse contexto à posse de João Goulart na presidência da República, limitado pela instituição do parlamentarismo, alternativa política encontrada para empossá-lo sem as prerrogativas que o cargo lhe conferia. Esta solução política, entretanto, não resistiu ao clima conturbado que o país atravessava, sendo, no ano de 1963, derrotada através de um plebiscito que foi favorável ao restabelecimento do regime presidencialista. A partir de então, João Goulart passaria a exercer os poderes que a Constituição resguardava ao cargo de presidente do país. Iniciando uma gestão política difícil, João Goulart teve que administrar a dívida econômica elevada e a inflação crescente deixadas como herança pelo governo de Juscelino Kubitschek, o clima de instabilidade política provocado pela renúncia de Jânio Quadros e ainda os debates que a sociedade brasileira travava em torno das discussões sobre as reformas de base.[74]

Já no campo político estadual, o movimento estudantil universitário participaria de forma decisiva do processo político que terminou por derrotar a sucessão de dois mandatos udenistas no comando do Executivo estadual, ajudando a coalizão de forças políticas que uniu PSD, PR, PRT, PTR, PSB, PDC e uma dissidência da UDN que formaria a Aliança Social Democrática (ASD) para eleger João de Seixas Dória ao governo do estado na campanha eleitoral ocorrida em 1962[75].

No período político em estudo, os universitários de Sergipe, articulados por seus órgãos de representação, atravessariam um momento efervescente transpassado por greves, mobilizações em torno de campanhas de educação e cultura popular e debates em torno da criação do que viria a ser a primeira universidade de Sergipe. Esses debates e mobilizações estavam articulados em torno das discussões sobre a Re-

74 Ver a respeito: TOLEDO, Caio Navarro. "1964: O golpe contra as reformas e a democracia": *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 24, n. 24, 2004, pp. 15-17. E também: FERREIRA, Jorge. "A estratégia do confronto: a frente de Mobilização Popular". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 24, n. 24, 2004, pp. 191-194.

75 DANTAS, José Ibarê Costa**.** *Os Partidos Políticos em Sergipe: 1889-1964*. Op. cit., pp. 270 -295.

forma Universitária que os universitários brasileiros, através da UNE, vinham promovendo desde o final da década de 1950, mas que ganhariam corpo e ecos nos diferentes estados do país a partir de 1961.

5. A REFORMA UNIVERSITÁRIA E SEUS ECOS EM SERGIPE

> A presente tese, apresentada pela bancada de Sergipe ao I Seminário Nacional de Reforma Universitária, constitui a nossa contribuição, dentro de nossas limitações ao estudo do problema do sistema universitário brasileiro (...) a imprescibilidade da participação do corpo discente no governo das universidades e faculdades, seja no Conselho Universitário, nas Congregações (...) autonomia suficiente do organismo universitário.[76]

No Brasil, as discussões sobre a reforma universitária são anteriores à instalação da ditadura civil-militar no país. Elas ganham a dimensão de fórum de debates com a iniciativa dos estudantes, articulados pela UNE a partir de 1958. Esses debates ganharam maior intensidade a partir de 1961, quando o movimento estudantil passou a reivindicar que um terço das representações nos conselhos deliberativos das instituições de ensino superior fosse composto de estudantes.

Essa forma de representação política paritária nas instâncias deliberativas das universidades significaria a possibilidade de um novo tipo de gestão com a participação dos estudantes na construção de um modelo de universidade pública, gratuita e popular. Esses debates procuravam compreender o significado que a reforma universitária teria para a sociedade brasileira,[77] descortinando aquilo que o pensador Álvaro Vieira Pinto, ligado ao ISEB, colocou como necessário para "construir a verdadeira universidade de que o povo brasileiro necessita, como um dos mais importantes instrumentos para a conquista de sua cultura,

76 UEES/SNRU. *Tese apresentada ao I Seminário Nacional de Reforma Universitária pela bancada de estudantes de Sergipe*. Aracaju, 19 de maio de 1961, p. 3. In: Projeto Engenharia nacional, os estudantes e a educação superior: a memória reabilitada (1930-1985) /UFPE.

77 PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. Op. cit., p.11.

riqueza e liberdade".[78] A esse respeito, a socióloga Marialice Foracchi destaca que a participação dos estudantes universitários nos debates políticos sobre a reforma universitária e a realidade do país permitia-lhes compreender melhor a confluência dos planos pessoal, institucional e societário do qual eles faziam parte.[79]

De um modo geral, esses debates estavam relacionados à construção de modelos de gestão participativa, em alta na agenda de discussões dos estudantes universitárias de vários países nos idos da década de 1960. No cerne dessas discussões estava a proposta do estabelecimento de uma representação estudantil paritária nas esferas deliberativas das instituições de ensino superior no Brasil, proposta que encontrava resistências institucionais e corporativas.

Não obstante essas discussões, o modelo de gestão universitária brasileira consolidar-se-ia no contexto de instalação da ditadura civil-militar, limitando e, sobretudo, negando o modelo de democracia representativa nas universidades. Para Dermeval Saviani, a herança do período militar sobre esse debate acerca da reforma universitária "acabou por implicar a circunscrição do problema da universidade aos limites da democracia liberal burguesa".[80]

Dessa forma, percebe-se que, no período compreendido entre 1961 e 1964, além da questão da criação de uma universidade em Sergipe, defendida pelos estudantes e por outros setores da sociedade, estavam também em foco as discussões sobre a reforma do ensino universitário no país. Neste contexto, a UNE promoveu os Seminários Nacionais da Reforma Universitária (SNRU), nos quais se questionava o papel da universidade brasileira para o desenvolvimento do país.

O primeiro desses seminários, ocorrido na cidade de Salvador em maio de 1961, resultou na Declaração da Bahia. Já o II Seminário de Reforma Universitária, ocorrido na cidade de Curitiba, em março de 1962, consolidou a discussão sobre a reforma universitária com a publicação da Carta do Paraná. Este último documento conclamou os estudantes a participarem de uma greve nacional em defesa da representação es-

78 Op. cit., p. 10.
79 FORACCHI, Maria A. *A juventude na sociedade moderna*. Op. cit., 1972, p.160.
80 SAVIANI, Dermeval. "Prefácio". In: PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. Op. cit., p. 2.

tudantil na proporção de "um terço", ou seja, de uma terça parte, nos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior.[81] Além desses documentos, o lançamento de outras publicações instigou não somente a questão da reforma universitária como também a discussão acerca da realidade brasileira. Um exemplo desta ordem foi o lançamento, em Sergipe, do livro "A Questão da Universidade", de Álvaro Vieira Pinto, obra que abriu uma série de lançamentos de publicações distribuídas pela UNE.[82]

Articulada à estratégia de publicações, a UNE apoiou as atividades do Centro Popular de Cultura, que percorreu o país, através da chamada UNE-volante, promovendo debates sobre a questão universitária e a reivindicação de "um terço" de participação estudantil nos conselhos deliberativos. Dentro de uma proposta de arte engajada, a UNE-volante promoveu espetáculos de teatro e de música, além de mostras de cinema, entre diversas outras oficinas de arte. Em Sergipe, a passagem desse projeto político e cultural aconteceu pela primeira vez em abril de 1962, retornando em maio de 1963.[83]

Em torno dessa atmosfera de mobilizações, a UEES participou dos seminários nacionais organizados pela UNE para discutir a reforma universitária. Essa participação não se limitou apenas a incorporar e reproduzir experiências fomentadas pela direção nacional do movimento estudantil. O documento elaborado pela bancada de Sergipe para o seminário de reforma universitária realizado em Salvador, resgatado pelo Projeto Engenharia Nacional, os estudantes e a educação superior: a memória reabilitada (1930-1985),[84] revela as experiências fomentadas pelos estudantes universitários em Sergipe no que tange ao debate institucional para obtenção da representação de "um terço" nos colegiados das instituições de ensino superior, à preocupação em efetivar o ensino superior no estado através da criação de uma uni-

81 FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em Tempos de Autoritarismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. XCVI.

82 FOLHA POPULAR. *UNE lança primeiro livro*: "A questão da universidade". Ano VIII, n. 386, 24 de abril de 1962, p. 2.

83 CRUZ, José Vieira da. "O engajamento político-cultural dos estudantes sergipanos no início dos anos 1960". In: *Caderno do Estudante*. São Cristóvão, V. 2, 1999, p. 102.

84 ZAIDAN FILHO, Michel & MACHADO, Otávio Luiz. *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife: UFPE, 2007, pp. 30-31.

versidade e à necessidade dos estudantes se envolverem também nas campanhas de educação e cultura popular. Essas questões, portanto, parecem ter alicerçado os argumentos da proposta encaminhada pela UEES à apreciação de outras bancadas estaduais também presentes ao I SNRU.

O fragmento da "Tese apresentada ao I Seminário Nacional de Reforma Universitária pela bancada de estudantes de Sergipe", destacado no início deste tópico, faz parte de um conjunto de teses produzidas por órgãos estudantis dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Sergipe, a respeito da reforma universitária. Esses documentos revelam a possibilidade de explorar outros olhares acerca da reforma universitária e mostram como os estudantes de diferentes partes do país envolveram-se com esse debate.

Entre o que foi resgatado, a tese produzida pela UEES para o I Seminário Nacional de Reforma Universitária é a única elaborado fora do eixo Sul-Sudeste, razão que a torna representativa do olhar estudantil sobre as discussões acerca da reforma universitária promovida pelos estudantes fora dos mencionados centros urbanos. Sendo assim, ela permite explorar algumas discussões promovidas pelos universitários de Sergipe acerca da importância da reforma universitária.

É preciso deixar claro que essa discussão não pretende dimensionar a centralidade do papel da bancada de Sergipe nos debates e na elaboração do texto final que resultou da realização do I SNRU – no caso a Declaração da Bahia –, mas sim pontuar a contribuição do olhar fomentado por estudantes de fora do eixo Sul-Sudeste, no caso os estudantes de Sergipe, sobre a questão da reforma universitária. A importância do resgate e análise desse tipo de registro, ainda que fragmentado, contesta a ideia de se referir à história nacional somente a partir dos acontecimentos ocorridos nos chamados grandes centros urbanos do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Neste sentido, é importante analisar não apenas o olhar do centro sobre a periferia como também o inverso.

É nesse inverso, como diria Berman, ao discutir a modernidade na periferia, como foi o caso do esforço russo em tornar São Pertsburgo uma janela para a modernidade, que se pode, quiçá, encontrar também

luzes para compreender um Brasil mais plural e diverso,[85] assim como também são plurais e diversos os movimentos dos quais os estudantes e os jovens tomam parte. E no caso dos estudantes universitários de Sergipe, a presença e o diálogo com os debates sobre a reforma universitária no país também ganhavam um sentido a mais em razão da luta pela criação de uma universidade no estado, pensada não apenas para formar frações de sua intelectualidade, mas também para trazer o desenvolvimento ao estado.

O documento em apreço, a "Tese apresentada ao I Seminário Nacional de Reforma Universitária pela bancada de estudantes de Sergipe", divide-se em três partes. Elas abordam aspectos diferentes dos debates sobre a reforma universitária que ocorreram em Salvador em 1961. A primeira parte versa sobre o sistema universitário, em particular sobre a questão do exame, da política de aprovação, do currículo e dos programas de ensino e, por fim, da política de assistência estudantil; a segunda focaliza a necessidade de formulação de um projeto político para discutir a reforma universitária; e a terceira aponta a necessidade da participação dos estudantes nos conselhos deliberativos das instituições de ensino superior.

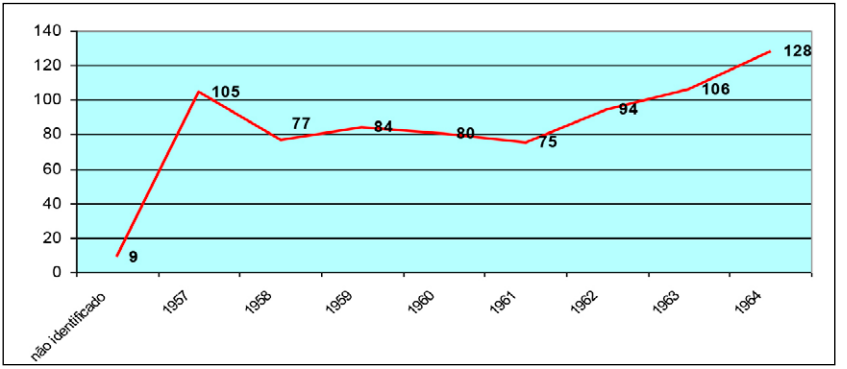
Nesses documentos, datados de 18 e 19 de maio de 1961, uma semana antes da realização do seminário que daria origem à Declaração de Salvador, a UEES encaminhava a identificação de problemas e possíveis soluções em face das questões que deveriam contribuir para melhorar o sistema de ensino universitário. Esse documento criticava também o sistema de ensino superior por excluir e limitar a possibilidade de ocupação das vagas ofertadas pelas faculdades.

Para que se possa ter uma dimensão do que essa questão significava para os universitários em Sergipe, é interessante analisar a disposição dos dados de matrícula por ano de entrada dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior existentes no estado no período de 1957 a 1964.[86]

85 BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

86 Dados obtidos a partir dos dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe. In: CRUZ, José Vieira da. Op. cit., p. 80.

Gráfico 04: Estudo comparativo da matrícula das instituições de ensino superior em Sergipe, 1957 a 1964



Fonte: Dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superiorde Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe

Eles revelam uma variação no número de matrículas iniciais de 105, em 1957, para 128 matrículas, em 1964. Esses dados revelam ainda oscilações decrescentes entre os anos de 1957 a 1961, cujo índice de matrícula atingiu o número de 75 estudantes, menor índice em toda a série histórica analisada. Considerando que, no período pesquisado, foi criada a Faculdade de Medicina de Sergipe, pode-se inferir que as vagas não foram preenchidas em sua totalidade. No caso da faculdade mencionada, o seu primeiro vestibular, ocorrido em 1961, contou com a inscrição de 32 candidatos, dos quais apenas nove foram aprovados e destes, apenas sete concluíram o curso cinco anos depois.[87]

Já o índice de matrícula, no período de 1962 a 1964, apresenta um crescimento que oscila entre 94 matrículas em 1962, sobe para 106 matrículas em 1963, até atingir o número de 128 alunos matriculados em 1964. Esse crescimento do número de matrículas iniciais coincide com o período em que os estudantes, através da UEES, passam a questionar o excesso de rigor nos exames vestibulares que cada faculdade aplicava, a exigir alojamento e alimentação para os estudantes que necessitassem de assistência estudantil e a reivindicar o preenchimento das vagas

87 CINFORM. *Faculdade de Medicina de Sergipe completa 50 anos* [reportagem do jubileu de ouro]. Ano XXIX, n. 1467, 23 a 29/05/2011, p. 11.

existentes.[88] Essas reivindicações e questionamentos – perceptíveis nos argumentos da tese elaborada pela bancada de Sergipe para o Seminário Nacional de Reforma Universitária, ocorrido em Salvador em 1961 – parecem ter contribuído para a melhoria dos índices de matrículas em discussão.

No que tange à reforma universitária, a bancada de Sergipe propôs a "movimentação da massa universitária" "num movimento que não fique só na cúpula, mas que atinja toda a massa universitária".[89] Desta forma, segundo a bancada de Sergipe, seria possível mobilizar a maioria dos estudantes. Para isso, era necessário esclarecer o conjunto dos estudantes sobre a importância da autonomia financeira, administrativa e didática das instituições de ensino e que a autonomia universitária deveria ser compartilhada com os estudantes que, além de fiscalizarem, também deveriam propor encaminhamentos para os problemas de suas instituições.

Nesse sentido, entre os pontos de luta em torno da questão da reforma universitária estava, portanto, a questão da mobilização da UNE, das entidades estaduais e dos diretórios acadêmicos em favor do aumento de vagas e pelo preenchimento das vagas existentes nos cursos superiores do país.[90] A questão da luta por vagas avolumar-se-ia ainda no decorrer dos anos de 1960 e 1970, chamando a atenção dos estudiosos para a questão dos excedentes.[91] Em Sergipe, além do aspecto do preenchimento das vagas existentes, a demanda dos excedentes ganharia projeção a partir de 1967 com o apelo de ingresso dos estudantes que foram classificados após os limites de vagas no curso de medicina.[92]

Já o II Seminário Nacional de Reforma Universitária (II SNRU), ocorrido na cidade de Curitiba em 1962, mobilizaria os estudantes em torno das possibilidades apontadas pela LDB aprovada em 1961, em particular no que se refere à participação dos estudantes nos órgãos

88 GAZETA DE SERGIPE. *UEES venderá livros didáticos por preços populares aos universitários*. Ano IX, n. 2359, 12 de março de 1962, p.1.

89 UEES/SNRU. *Tese apresentada ao I Seminário Nacional de Reforma Universitária pela bancada de estudantes de Sergipe*. Op. cit.

90 UNE. *Of. cir. n. 22/1963/1964/UNE*. 23 de janeiro de 1964, Rio de Janeiro. In: Localização no Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 01.

91 OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. "O movimento estudantil alagoano e os excedentes". Op. cit., pp. 52-64.

92 GAZETA DE SERGIPE. *Apelo dos excedentes*. Ano II, n. 3206, 25 de janeiro de 1967, p.5.

deliberativos das instituições de ensino superior. Em Sergipe, os ecos sobre os debates acerca da reforma universitária resultaram em dois seminários estaduais, em uma greve geral dos universitários em defesa da representação estudantil de "um terço" nos conselhos deliberativos das instituições de ensino superior, na luta pela criação de uma "universidade popular" no estado e na defesa em prol do ingresso dos excedentes do vestibular. Em torno dessas questões e mobilizações, parte do movimento estudantil articulado pela UNE, pela UEES e pelos diretórios e centros acadêmicos interpretaram a Lei de Diretrizes e Base (LDB), Lei nº 4.024/1961, em favor de um modelo de ensino superior participativo, inclusivo e não elitista.

6. I SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE A REFORMA UNIVERSITÁRIA (I SERU)

O primeiro seminário estadual promovido pelos estudantes universitários para tratar da questão da reforma do ensino superior ocorreu nas instalações de um cinema localizado na cidade de São Cristóvão – primeira sede administrativa da Capitania de Sergipe Del Rey e cuja praça central alcançou, no ano de 2010, a condição de patrimônio da humanidade –, entre os dias 26 a 27 de maio de 1962. Já nos preparativos desse evento, os representantes das entidades estudantis anunciaram à imprensa que a pretensão dos estudantes universitários era discutir temas como a teoria da reforma universitária, a crítica da universidade em Sergipe e a política para a reforma universitária.[93]

Além do objetivo acadêmico de discutir a reforma do ensino superior, esse seminário atendeu também à finalidade de mobilizar os estudantes em torno dos debates nacionalistas e populares em andamento naquela época da história brasileira. Neste sentido, I SERU contou também com apresentações artísticas do Centro Popular de Cultura do Centro Acadêmico Sílvio Romero (CPC do CASR), possivelmente o primeiro centro popular de cultura organizado no estado, que encenou duas peças teatrais: uma de autoria dos universitários sergipanos José

93 GAZETA DE SERGIPE. *UEES promove seminário de reforma universitária*. Ano VII, n. 2794, de 27 de abril de 1962, p. 6.

Olívio e Luiz José e outra de autoria do teatrólogo Augusto Boal. Embora não se tenham mais informações a respeito dos textos encenados, o caráter político-cultural da proposta do CPC indica a natureza dessas apresentações culturais voltadas para uma "arte popular revolucionária".[94]

Reforça essa hipótese o fato de o seminário também ter contemplado uma assembleia geral com a presença de estudantes, camponeses, operários e autoridades políticas. Embora também não se tenham informações mais detalhadas sobre a dimensão e repercussão dessa assembleia, observa-se na sua realização uma clara evidência da postura dos organizadores no sentido de buscar uma maior aproximação dos estudantes com os trabalhadores do campo e da cidade. Este fato indica a posição desses estudantes em relação à questão social e ao processo político em curso no país no alvorecer dos anos de 1960. Trata-se de um período marcado por ações culturais e políticas enlaçadas pela participação de parcelas da intelectualidade, dos artistas, dos estudantes e de militantes políticos de diversas matrizes de pensamento em torno dos debates acerca do nacional popular na cultura brasileira.[95]

Entre os resultados desse seminário, os estudantes sedimentaram o propósito de lutar pela criação da universidade de Sergipe e declararam à imprensa o entendimento de que era necessária "a adequação da universidade à realidade sergipana – especialmente a face atual do nosso ensino superior academicista, classista e retrógada" e ainda que esse ensino fosse "acessível a todas as classes".[96] Filtrando os possíveis excessos dessas declarações proferidas em meio à euforia da realização do mencionado seminário, observa-se, conforme a avaliação dos estudantes, o destaque conferido ao papel do ensino superior na construção,

94 Ver a respeito em: CPC DA UNE. "Manifesto do CPC da UNE". In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular*: memórias dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, pp. 59-70, e, ainda em: CRUZ, José Vieira da. "O engajamento político-cultural dos estudantes sergipanos no início dos anos 60". Op. cit.

95 Ver a esse respeito: ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira identidade nacional.* Op. cit., pp. 68-78; CHAUÍ, Marilena. *Seminários*: o nacional e o popular na cultura brasileira. Op. cit.; RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*: artistas da revolução, do CPC à era da tv. Op. cit., pp. 19-140. E ainda: BARCELLOS, Jalusa. *CPC*: Uma história de paixão e consciência. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

96 GAZETA DE SERGIPE. *São Cristóvão*: primeiro seminário de reforma universitária. Ano VII, n. 2818, de 26 de maio de 1962, p. 1 e p. 6.

reprodução e manutenção de uma sociedade de classe que restringia o acesso ao conhecimento a poucos segmentos sociais. Desta forma, as críticas deferidas por parte desses estudantes davam conta de um ensino superior desvinculado da realidade social e sob o controle de uma elite conservadora que, além da condição econômica, também tinha na restrição do acesso ao ensino superior uma forma de conservação do poder político no estado.

Sendo assim, ainda que esses estudantes representassem frações de classes com interesses distintos, o debate acadêmico promovido pelos seus órgãos de representação indicava a necessidade de pensar a universidade como um caminho para modernizar, de modo democrático e participativo, a sociedade brasileira. Não obstante a importância e os significados dessas críticas no sentido de revelar características e aspectos predominantes do ensino superior no período, é preciso estar atento a algumas questões.

A primeira é que esse discurso representa a posição da parcela de estudantes envolvidos com os debates e as mobilizações políticas daquele momento, sobretudo as dos estudantes ligados à JUC, que exerciam a hegemonia do movimento naquele período, de estudantes próximos ao PCB, como também de estudantes sem vinculação direta a uma ou outra tendência estudantil, mas que acompanhavam os debates sobre a reforma universitária e sobre o nacional e popular na cultura brasileira.

A segunda, não obstante a caracterização feita por esses estudantes de que o ensino superior era elitista, classista e conservador, a afirmação atenta para as disputas internas de membros dessas instituições em torno dos debates a respeito de sua modernização e democratização. Para os estudantes que defendiam essa posição, existia uma "'verdadeira luta de classes' entre professores e estudantes" em torno das mudanças que estavam se processando no ensino superior naquele momento. Enlaçados por essa luta, alguns professores, segundo os estudantes, também passaram a se identificar com os propósitos de uma universidade mais moderna e participativa.[97] Neste sentido, para compreender a dinâmica desse processo social, não basta abstrair estereótipos aparentes. É preciso estudar cada um dos casos relacionados a esse

97 CUNHA, Luiz Antônio. "Ensino superior e universidade no Brasil". Op. cit., p. 176.

processo de reforma de ensino e, sem cometer generalizações, buscar compreender os significados históricos desse acontecimento em cada faculdade, em cada curso e para cada entidade estudantil.

Voltando à questão do I SERU ocorrido em Sergipe, após sua realização, os estudantes, a exemplo do ocorrido em outras cidades do país, retomaram as discussões e as mobilizações pela regulamentação da representação estudantil nos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior. Essas discussões e mobilizações haviam sido iniciadas após a promulgação da Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961 – a LDB – que passou a fixar as diretrizes e bases da educação nacional de modo mais descentralizado, permitindo aos estados e aos sistemas de ensino maior autonomia na estruturação e organização. Em face dessa maior autonomia de estados e dos sistemas de ensino quanto à organização e à estruturação da educação, a UNE, as UEEs, os diretórios e os centros acadêmicos passaram a discutir, nos seminários nacionais e estaduais sobre a reforma do ensino superior, as implicações dessa norma para a educação no país.

Em torno desse debate, o movimento estudantil universitário, em particular, preocupou-se com a aplicação e a regulamentação do artigo 78 da nova lei, que tratava do direito de representação dos estudantes "nos conselhos universitários, nas congregações e nos conselhos departamentais das universidades e escolas superiores isoladas, na forma dos estatutos dessas entidades". A aplicação desse artigo garantia aos universitários o avanço formal do direito à representação nos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior, mas não definia como seriam a forma e a proporção dessa representação, deixando a cargo de cada estabelecimento de ensino decidir a questão. Esse artigo, assim como outros dispositivos da mencionada lei federal, continha avanços formais para o campo da educação, porém a sua imprecisão quanto aos pontos que precisavam de regulamentação indicava a transferência de responsabilidade da esfera do governo federal para as instâncias deliberativas dos estabelecimentos educacionais.

Por um lado, o texto da nova LDB procurava conciliar os diferentes projetos políticos e pedagógicos que vinham sendo debatidos no país desde os anos de 1940 e 1950 sobre a educação brasileira, concedendo aos estabelecimentos de ensino a decisão sobre muitas questões que

demandavam regulamentação. E, por outro lado, indicava a falta de decisão do Estado de encaminhar uma política pública para a educação nacional como um fundamento estratégico para o desenvolvimento do país. Esses pontos foram bastante debatidos entre aqueles que faziam parte do universo educacional brasileiro no contexto do início dos anos 1960, inclusive pelos professores, alunos e suas respectivas instituições representativas.

Entre os professores sergipanos, a avaliação de José Silvério Leite Fontes, um dos líderes sindicais da categoria, era que a omissão e a falta de posição da LDB traduziam certa inspiração liberal pautada em padrões educacionais estadunidenses e não levavam em consideração a realidade brasileira e a necessidade de intervenção do Estado sobre a realidade educacional e social do país. Para ele, o parlamento havia aprovado uma lei com problemas técnicos, entre os quais um tempo muito curto para a imediata aplicação dos seus dispositivos legais, o que, na sua visão, acarretaria "desajustamentos e desequilíbrios", sendo que alguns desses desajustamentos colocariam o ensino à mercê de interesses financeiros dos estabelecimentos particulares, acarretariam problemas trabalhistas para os professores e implicariam problemas pedagógicos e políticos para os alunos que ficariam "sujeitos a decisões arbitrárias e sem objetividade de diretores e de congregações mais preocupadas em atender os seus próprios interesses".[98]

As preocupações anunciadas pelo professor José Silvério não apenas descreviam os temores quanto à aplicação de parte da nova lei, sobretudo no tocante ao questionamento acerca da situação dos professores catedráticos, como também demonstravam certa postura corporativa de parte das direções e das congregações de instituições de ensino particulares. Envolto nessa discussão, meses depois o professor José Silvério acabaria envolvido no debate sobre a questão da participação paritária dos estudantes nos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior, ou seja, na questão do "um terço".

Como foi dito, a LDB deixou em aberto a questão da efetivação da participação dos estudantes universitários nos órgãos deliberativos das

98 FONTES, José Silvério Leite. "Diretrizes e bases da educação e a realidade nacional". In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2774, 1 de abril de 1962, p. 2.

instituições de ensino superior. Em torno desta abertura legal, a UNE – que já vinha discutindo com os estudantes a necessidade de uma reforma universitária no país desde os anos de 1950[99] – aprofundou as discussões a respeito da efetivação da representação estudantil nos citados órgãos deliberativos.

Nesse sentido, após o II SNRU, realizado na cidade de Curitiba entre os dias 17 e 24 de 1962, a UNE passou a sedimentar as posições e as estratégias que seriam tomadas pelos estudantes para assegurar a efetivação dessa representação, assim como para garantir que essa representação não fosse inferior a "um terço" dos membros dos mencionados órgãos colegiados. Entre as estratégias fomentadas pela UNE e pelas entidades de representação estadual dos estudantes universitários, a organização de seminários estaduais para tratar a questão da reforma universitária parece ter assumido, juntamente com a ação cultural dos Centros Populares de Cultura, o cerne de uma política cultural de mobilização e conscientização dos estudantes para a importância dessa reivindicação.

Além dessa política cultural no horizonte de estratégias traçadas em torno da questão do "um terço" de representação estudantil nos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior, os estudantes articularam simultaneamente a histórica greve geral por "um terço" em várias cidades do país, no sentido de não apenas fazer cumprir a lei, mas também para que essa representação correspondesse à terça parte do número de membros dos conselhos deliberativos de cada um dos estabelecimentos de ensino. Embora a decisão quanto à regulamentação do artigo 78 fosse de competência de cada estabelecimento de ensino, os estudantes universitários, articulados pelos seus órgãos de representação e mobilizados através das ações culturais dos Centros Populares de Cultura (CPCs) e dos seminários nacionais e estaduais sobre a reforma universitária, adotaram como posição do movimento a defesa de que pelo menos "um terço" dos representantes dos conselhos deliberativos das instituições de ensino superior fosse constituído pelos estudantes. A conquista dessa reivindicação significava para os estudantes redimen-

99 FÁVERO, Maria de Lourdes. *A UNE em tempos autoritários*. Op. cit., pp. 25-27.

sionar as relações de ensino superior no país com a efetiva participação deles no "cogoverno" das mencionadas instituições.[100]

Em torno desses debates e mobilizações por ocasião da realização do I SERU em Sergipe e envolto nos preparativos para a realização da greve por "um terço", o estudante Mário Lúcio, um dos vice-presidentes da UNE, declarou ao jornal *Gazeta de Sergipe* que os estudantes brasileiros "agora mais do que nunca" sabiam que se fazia necessária a luta por "uma maior participação nos referidos órgãos". Segundo Mario Lúcio, os estudantes, ao participarem da administração das faculdades e das universidades, poderiam discutir "os destinos do ensino superior do Brasil".[101]

Para o pesquisador Luiz Antônio Cunha, as entidades estudantis defendiam uma reforma universitária como estratégia "para neutralizar o poder das 'cúpulas dirigentes da universidade', pois elas estariam comprometidas com a 'estrutura colonial e alienada em fase de superação'".[102] Neste sentido, além da reivindicação acerca da participação de "um terço" nos órgãos deliberativos, os universitários também se colocaram contra a efetivação de professores interinos sem concurso e contra a vitaliciedade instituída pelo sistema de cátedras.[103] Em torno desses dois últimos pontos, de modo direto ou indireto, os universitários obteriam certa oposição e resistência de parte dos professores reticentes com os rumos que a participação dos estudantes nos mencionados órgãos deliberativos poderia provocar em detrimento do conjunto dos docentes em atividade naquele período.

Em Sergipe, a defesa do direito de que pelo menos "um terço" dos órgãos colegiados das instituições de ensino superior fosse constituído de estudantes foi articulada pela UEES em conjunto com os diretórios acadêmicos durante o I SERU realizado na cidade de São Cristóvão, no final do mês de maio de 1962. Desta forma, foi pensada e construída coletivamente a estratégia dos universitários para convencer os diretores e os respectivos órgãos deliberativos dos estabelecimentos de ensino

100 MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar.* Op. cit., pp. 55-56.
101 GAZETA DE SERGIPE. *Greve geral dos universitários a partir de 1º de junho*. Ano VII, n. 2821, de 30 de maio de abril de 1962, p. 1.
102 CUNHA, Luiz Antônio. "Ensino superior e universidade no Brasil". Op. cit., p. 176.
103 GAZETA DE SERGIPE. *Universitários contra vitaliciedade de professores de Ciências Econômicas*. Ano VIII, n. 2779, 7 de abril de 1962, p.1.

superior para atenderem à regulamentação da LDB e, em particular, à reivindicação de "um terço" defendida pelos estudantes. Apesar desse alinhamento dos estudantes em prol da reivindicação mencionada, a negociação foi realizada pelos estudantes, faculdade por faculdade.

Segundo declarações do estudante Guido Azevêdo,[104] presidente da UEES nessa ocasião, ao jornal Gazeta de Sergipe, os universitários tinham por objetivo que nos regimentos internos de cada faculdade ou escola, passasse a figurar a participação dos estudantes, como previa a LDB.[105]

Nessa entrevista concedida por Guido Azevêdo ao jornal Gazeta de Sergipe, ele falou sobre a realização de assembleias estudantis, em cada instituição de ensino, focadas na discussão da citada reivindicação. Para o presidente da UEES, estava se fazendo todo o esforço necessário para que a negociação entre os estudantes e os representantes das instituições de ensino superior terminasse com "uma solução pacífica". Entretanto, em caso contrário, os estudantes deflagrariam uma greve geral para defender os seus interesses, caso em que eles estariam "preparados para enfrentar com todo o entusiasmo próprio dos que têm um futuro incerto".[106]

7. A GREVE POR "UM TERÇO" E AS RAÍZES DO MODELO DE COGESTÃO

A deflagração da greve estudantil contou inicialmente com a participação dos acadêmicos de filosofia e de química, em razão de os conselhos técnicos da Faculdade de Filosofia e da Escola de Química terem sido os primeiros a discutirem e a se contraporem a atender às rein-

104 Sobrinho do também militante estudantil e depois deputado estadual Tertuliano Azevedo, Guido Azevêdo prosseguiu sua trajetória política como deputado estadual filiado ao MDB e depois ao PMDB, no qual combateu a ditadura civil-militar. Já com a redemocratização do país, ele passa a militar no PFL, partido no qual obteve o mandato de deputado estadual constituinte vindo a presidir a Assembleia Constituinte Estadual em 1989. A respeito dessa participação constitucional, ver: ALBUQUERQUE, Igor Leonardo Moraes. "Fragmentos da história constitucional de Sergipe". In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, n. 40, 2010, pp. 263-285.

105 GAZETA DE SERGIPE. *Universitários querem participar das direções*: entrevista exclusiva de Guido Azevêdo, presidente da UEES. Ano VII, n. 2823, 2 de junho de 1962, p.1.

106 Op. cit.

vidicações dos estudantes ou, pelo menos, parte delas.[107] No caso do Conselho Técnico-Administrativo (CTA) da Escola de Química, a contraproposta oferecida aos estudantes era que eles teriam direito ao "estabelecimento [de] um membro do corpo discente para fazer parte das reuniões acima referidas [no CTA e na Congregação], mas apenas com direito à voz".[108] Em termos práticos, isso significava a não efetivação do artigo 78 da Lei 4.024, de 1961, e menos ainda o atendimento à reivindicação de um terço da participação estudantil nos órgãos colegiados daquela escola superior.

Já a Faculdade de Filosofia informou inicialmente aos estudantes que, embora o regimento da faculdade não contemplasse a participação dos estudantes nos mencionados órgãos colegiados da instituição desde março de 1962, o CTA da Faculdade, após se reunir para tratrar sobre o assunto, deliberou que, "embora a regulamentação da referida Lei ainda não tenha sido divulgada, não haveria inconveniente em que, desde logo, fosse o citado artigo nº 78 posto em prática, em nossa Faculade".[109] A aceitação do CTA de filosofia acerca do direito de participação dos estudantes nos órgãos colegiados da instituição sinalizava, a princípio, que essa reivindicação não seria foco de maiores controvérsias, postura que não veio a se confirmar.

Reforça essa hipótese o fato de que a direção da FAFI, nome pelo qual a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe também era conhecida, já havia comunicado aos estudantes em 17 de agosto de 1961, portanto, antes mesmo da aprovação da LDB, em dezembro daquele ano, que a regulamentação da participação dos estudantes nos órgãos colegiados da instituição demandava promover alterações no regimento dessa faculdade, o que, conforme o artigo 141 do regimento, exigia todo um trâmite deliberativo e burocrático que deveria ser submetido ao Ministério da Educação e Cultura. Não obstante a necessidade dessa autorização pelo regimento, a direção da faculdade já havia comunicado aos estudantes que "a participação permanente do Diretório nos órgãos

107 GAZETA DE SERGIPE. *Greve geral dos universitários!*. Ano VII, n. 2826, 6 de junho de 1962, p.1.
108 DAAMB. *Ata da 52ª sessão extraordinária do DAAMB da ESQ*, de 5 de maio de 1962. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCET-DQI, Caixa 25, Item 78.
109 FCFS. *Of. n. 1/1962/FCFS*, de 1º de março de 1962 para DAJF. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

da direção da Faculdade" poderia ocorrer quando os representantes do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo tivessem "assuntos relevantes" para tratar com o CTA, nesses casos podendo "solicitar o seu comparecimento, em caráter extraordinário, à reunião desse órgão técnico-administrativo".[110]

Entretanto, com o passar dos meses e após os desdobramentos do seminário ocorrido na cidade de São Cristóvão, em maio daquele ano, o exame da correspondência da faculdade e as notícias de jornais evidenciaram que nem o direito em questão havia sido regulamentado e nem a faculdade havia admitido a reivindicação por "um terço". Esse tipo de posturas terminou por impulsionar os estudantes de filosofia a entrarem em greve no dia 4 de junho de 1962. Diante da decisão dos estudantes, a congregação dos professores da FAFI, por doze votos a favor, três contra e uma abstenção, resolveu "recusar-se a deliberar sob pressão" e aguardar a regulamentação do Conselho Nacional de Educação a respeito da LDB para só depois tratar da questão da participação dos estudantes nos citados órgãos colegiados da faculdade. Nesse ínterim, a faculdade manteria o *status quo* de um aluno no CTA e de um aluno na congregação com direiro à voz e ao voto.[111]

No compasso desses acontecimentos, os estudantes da Faculdade de Direiro de Sergipe também resolveram participar da greve em razão da posição tomada pelo CTA de sua faculdade, que resolveu não deliberar sobre a questão, com as alegações de que estava "em processo de federalização" e de que caberia "ao Ministério da Educação decidir sobre o assunto".[112]

Já a Faculdade de Ciências Econômicas, a Escola de Serviço Social e a Faculdade de Medicina ainda estudavam uma posição sobre a questão, enquanto os acadêmicos de filosofia e de química já se encontravam em greve. Em face das reivindicações, os universitários receberam certo apoio da imprensa, sobretudo do jornal *Gazeta de Sergipe*, que veiculava manchetes destacando a disposição da "greve geral dos estu-

110 FCFS. *Of. s/n./FCFS*, de 17 de agosto de 1961 para o DAJF. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

111 FCFS. *Of. 11/1962/FCFS*, de 6 de junho de 1962 para o DAJF. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

112 GAZETA DE SERGIPE. *Greve geral dos universitários!*. Ano VII, n. 2826, 6 de junho de 1962, p.1.

dantes universitários!", assim como de algumas personalidades e professores, entre as quais estava o secretário de Estado da Educação e Saúde e membro do CTA da Faculdade de Medicina de Sergipe, professor Antônio Garcia Filho.[113]

Na esteira desses acontecimentos, à medida que as negociações entre os conselhos técnicos e administrativos das faculdades, as congregações de professores destas e os representantes dos estudantes não alcançavam sucesso, a greve se ampliava com a participação dos estudantes de direito e serviço social na fileira do movimento ao lado dos estudantes de química e filosofia. Neste intercurso de tempo, em 7 de junho, o CTA da Faculdade de Medicina de Sergipe resolveu atender à "pretensão dos alunos, dando-lhes a participação com um terço [de representação] no Conselho Técnico-Administrativo e na Congregação". Enquanto isso, o CTA da Faculdade de Ciências Econômicas se mantinha em processo de negociação.[114]

A respeito da reivindicação por "um terço" de representação estudantil nos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior, a postura dos professores do CTA da recém-criada Faculdade de Medicina de Sergipe – entre os quais Antônio Garcia Filho,[115] que figura nos registros dos estatutos do Diretório Acadêmico Augusto César Leite (DAACL) como o representante do CTA responsável pela condução dos trabalhos junto à primeira turma de alunos, orientando-os na criação do diretório acadêmico e de seu estatuto, atuação que possivelmente agilizou, também, a realização da eleição da primeira diretoria daquele órgão estudantil[116] – colaborou com a efetivação da participação dos estudantes na vida administrativa, pedagógica e política da instituição, através da representação proporcional de "um terço".[117]

113 Op. cit.

114 GAZETA DE SERGIPE. *Faculdade de Medicina atende universitários*. Ano VII, n. 2827, 7 de junho de 1962, p. 1.

115 GARCIA, Eduardo Conde. *Antonio Garcia Filho e a Faculdade de Medicina de Sergipe*: criador e criatura. Aracaju: Secore Artes Gráficas, 2008.

116 A primeira diretoria desse diretório foi composta pelo presidente Carlos Hardman Côrtes, pelo vice-presidente Melício Resende Machado, pela secretária Zulmira Viana Filha Freire, pela 1ª secretária Lydia de Albuquerque Mesquita, pela 2ª secretária Maria Rosa da Silva, pela tesoureira Simone de Moura Matos e pelos conselheiros fiscais Antonio Leite Cruz, João Fernando Salviano e William Pereira de Meneses.

117 DAACL. *Ata da assembleia geral do DAACL*. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 32, item 100.

A decisão da Faculdade de Medicina de Sergipe de aceitar as reivindicações dos estudantes foi seguida pela Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) e recebida "como uma verdadeira vitória de classe" pelos universitários.[118] Desta forma, o fato de duas das seis faculdades do estado terem regulamentado a participação estudantil, tanto nos conselhos técnico-administrativos quanto nas congregações de professores, respeitando a proporção de "um terço", parece ter significado um estímulo para que os estudantes das demais faculdades e escolas permanecessem em greve.

A dimensão acerca da repercussão desse fato foi estampada na manchete da primeira página do jornal *Gazeta de Sergipe*, em letras garrafais: "PARTICIPAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS NAS DIREÇÕES DE DUAS FACULDADES". Esta manchete foi compartilhada com a notícia de que a seleção brasileira de futebol enfrentaria a seleção da Inglaterra na cidade de Viña Del Mar, e da notícia de que um comício dos políticos de oposição ao governo do estado, realizado no interior, havia impressionado os situacionistas[119]. Em outras palavras, a conquista dos estudantes nas duas faculdades mencionadas havia sido equiparada em grau de importância às notícias sobre os jogos da seleção brasileira e sobre a organização de uma coalizão partidária que culminaria, meses depois, com a formação de uma chapa de oposição ao governo do estado, em poder da UDN desde 1955. Essa chapa, como já dito, seria formada pelo dissidente udenista João de Seixas Dória, candidato ao governo, e Sebastião Celso de Carvalho, do PSD, candidato a vice, juntamente com os outros partidos que formariam a Aliança Social Democrática.[120]

O jornal *A Cruzada*, periódico católico, também registrou a repercussão do prosseguimento da greve dos estudantes universitários em matéria publicada em 16 de junho de 1962. Nessa reportagem, o jornal promove uma espécie de debate sobre o impasse acerca da questão da reivindicação dos estudantes de terem "um terço" dos representantes nos órgãos colegiados das instituições de ensino superior e a posição

118 GAZETA DE SERGIPE. *Participação dos universitários nas direções de duas faculdades* [manchete]. In: Jornal Gazeta de Sergipe. Ano VII, n. 2828, 8 de junho de 1962, p. 1.

119 GAZETA DE SERGIPE. *Comício de Ribeirópolis impressiona situacionistas*. Ano VII, n. 2828, 8 de junho de 1962, p.1.

120 DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Op. cit., pp. 279-299.

de docentes das instituições que resistiam a essa forma de participação. Entre os entrevistados pelo jornal para a realização dessa reportagem estavam o presidente da UEES, o universitário Guido Azevedo, e os professores Manoel Cabral Machado, representando as Faculdades de Direito, de Filosofia e a Escola de Serviço Social, e Luiz Rabêlo Leite, representando a Faculdade de Filosofia e a Escola de Serviço Social.[121]

Para Guido Azevêdo, presidente da UEES, a luta por "um terço" era fundamental para os destinos da "classe universitária", visto que era necessário reformular os cursos superiores que então existiam, pois eles não estavam adequados à realidade do país e visavam "unicamente servir aos interesses da classe dominante". Segundo ele, os universitários queriam fazer parte da comunidade universitária para ajudá-la a ter maior dinamismo e não para destruí-la. Além do mais, em torno desse objetivo, os universitários continuariam em greve, mesmo já estando em período de provas, a fim de garantir essa conquista.[122]

Posicionando-se contra as reivindicações estudantis acerca da participação proporcional de "um terço" nos conselhos deliberativos das instituições de ensino superior, o professor Manoel Cabral Machado expressou a opinião corrente entre grande parte dos professores e reitores de não cederem aos anseios dos universitários. A esse respeito, ele declarou que "a representação estudantil deve ser de um estudante por cada curso das respectivas Faculdades, com direito deliberativo em alguns assuntos mais ligados aos interesses da ordem material das mesmas".[123] Para Machado, a participação de "um terço" nas congregações e nos conselhos deliberativos seria inconveniente, pois, segundo ele, "a interferência estudantil em certas questões básicas virá sempre com a marca da imaturidade e funcionará negativamente trazendo embaraços que se refletiriam contra a normalidade do ensino. 'Esta me parece a realidade'".[124]

Desta forma, a fala do professor Manoel Cabral Machado expressa não apenas os limites acerca do que a maioria dos reitores e profes-

121 A CRUZADA. *Estudantes e professores opinam sobre a greve dos universitários*. Ano XXVI, n. 1.344, 16 de junho de 1962, p.1 e p.8.
122 Op. cit.
123 Op. cit.
124 A CRUZADA. *Estudantes e professores opinam sobre a greve dos universitários.* Op. cit.

sores das instituições de ensino superior pensavam sobre o direito da representação estudantil nos mencionados órgãos deliberativos, como também certa restrição à ideia de um modelo de ensino com um peso proporcional da participação dos estudantes no processo de gestão do ensino superior, em razão da imaturidade destes.

Já o professor Luiz Rabêlo Leite, intelectual que assumiria a pasta de secretário da Educação no futuro governo de João de Seixas Dória, no período de 1963 a 1964, colocou-se a favor do pleito dos universitários, citando os exemplos das universidades católicas da Bahia e de Minas Gerais, as quais colocaram um fim na greve reconhecendo as reivindicações dos estudantes. Leite defendeu a integral "participação dos estudantes na administração das faculdades e na congregação, através de um terço de seus representantes", por compreender que a universidade é uma comunidade formada pelos professores e pelos alunos, assim como "defendo na vida econômica que a empresa deva ser uma comunidade em cuja administração o operário possa e deva participar, também defendo que na comunidade universitária o estudante possa se representar com poder deliberativo".[125] Para além de uma disputa de argumentos, a greve por "um terço" revelava um debate político acerca do ensino superior e sobre a concepção da sociedade brasileira polarizada entre humanistas cristãos, nacionalistas e socialistas.[126]

8. DESDOBRAMENTOS DA GREVE ESTUDANTIL

Voltando à questão da greve por um terço, em 19 de junho de 1962, a UEES realizou um ato público na rua João Pessoa, nas proximidades do palácio Olímpio Campos, sede do governo estadual, com o intuito de esclarecer à população que os motivos da greve estavam relacionados à resistência das faculdades e das escolas em cumprir o artigo da LDB que previa a participação dos estudantes nos órgãos colegiados.[127]

125 Op. cit., p.8.

126 FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

127 Gazeta de Sergipe. "Ato público promovido pela UEES na rua João Pessoa". Ano VII, n. 2837, 19 de junho de 1962, p. 1.

Nesse ato, os estudantes Renato Chagas, Zelito Figueiredo e José de Alencar Cardoso apontaram a atual estrutura do ensino brasileiro como uma das causas dos grandes problemas do país. Para esses oradores, a questão da reforma universitária só seria resolvida a partir de um movimento endógeno que partisse do interior dos estabelecimentos de ensino para fora, envolvendo, assim, o conjunto da sociedade. Desta forma, o ponto mais importante "para se fazer essa reforma é a maior participação dos estudantes nos órgãos colegiados, tanto administrativos quanto fiscalizadores e, com essa convicção, estão os estudantes dispostos a lutar até a vitória final".[128]

Mesmo assim, a resistência das direções das escolas e das faculdades em aceitarem a reivindicação de "um terço" não arrefeceu a disposição dos estudantes quanto à manutenção do movimento grevista, que se estenderia por semanas. Para o professor José Silvério Leite Fontes, em seu artigo intitulado "Reivindicações estudantis", publicado no jornal *Gazeta de Sergipe* em 1º de julho de 1962, a continuação da greve dos estudantes das escolas superiores teve como causas de sua extensão a "intransigência dos grevistas" e a "fraqueza da autoridade educacional, que outra coisa não deveria senão mandar praticar os atos escolares normais, com todas as suas consequências".[129] Afinal, na avaliação de Fontes, a LDB já havia assegurado a participação estudantil nos órgãos deliberativos com direito a voto na forma do regimento de cada instituição. Entretanto, o que os estudantes desejavam, conforme avaliou esse articulista, era o controle das escolas e faculdades superiores em nome de uma proposta de reforma universitária que os estudantes "modificam a cada novo congresso, pois as aspirações variam com a própria população estudantil, sempre movediça".[130]

Nesse sentido, segundo a avaliação de José Silvério Leite Fontes, membro da Ação Católica, professor de filosofia na FCFS e de direito na FDS, a aspiração dos estudantes enquadrava-se em termos de um "falseamento revolucionário" que visava subverter a ordem sem uma

128 GAZETA DE SERGIPE. *Universitários reafirmam a disposição de greve*. Ano VII, n. 2837, 19 de junho de 1962, p. 1.
129 FONTES, José Silvério Leite. "Reivindicações estudantis". In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2846, 1 de julho de 1962, p. 2.
130 Op. cit.

correlata mudança social substancial. Na interpretação desse docente, a participação dos estudantes nos órgãos dirigentes das faculdades e escolas superiores não deveria atender aos fins políticos da chamada "ascensão da classe dos estudantes ao domínio das universidades", nem tampouco ultrapassar o respeito e a hierarquia que devem existir entre os estudantes – que ainda vivem um momento de amadurecimento –, e os professores, profissionais que, segundo Fontes, estariam preparados para orientá-los.[131] Para esse docente, os estudantes deveriam usar o direito à participação nos órgãos deliberativos para atingirem os seus objetivos.[132]

A greve dos estudantes também foi avaliada pelo monsenhor Luciano Cabral Duarte, diretor da FAFI, em carta enviada a Dom José Vicente Távora, arcebispo do estado, em 7 de junho de 1962. Nessa correspondência, Duarte menciona ao seu superior a continuação da greve dos estudantes e a persistência destes na defesa de suas reivindicações, mesmo após o anúncio do Ministério da Educação de que era contra o pleito da proporcionalidade de "um terço" de representantes estudantis em órgãos deliberativos das instituições de ensino superior. Para o monsenhor Duarte, os estudantes, e em particular os da "turma da JUC, seguindo a orientação nacional (inclusive da última moça que passou por aqui, há dias) está vendo no caso verdadeira 'guerra santa'".[133] O excesso das reivindicações estudantis configurava-se, consoante a avaliação desse religioso, também nos exemplos utilizados pelos estudantes para justificar a participação estudantil na vida universitária.[134]

Os universitários, por sua vez, procuravam responder às críticas colocadas ao movimento reivindicatório. Neste sentido, o estudante Oswaldo Catan, através do artigo intitulado "Verdadeiro sentido das reivindicações estudantis", publicado no jornal *Gazeta de Sergipe* em 10 de julho de 1962, responde às críticas tecidas pelo professor José Silvério Leite Fontes justificando a importância do movimento grevista. Para Oswaldo Catan, as críticas daquele docente não levavam em con-

131 Op. cit.
132 Op. cit.
133 DUARTE, Luciano José Cabral. *Carta de 7 de junho de 1962 enviada pelo Monsenhor Luciano Cabral Duarte a Dom Távora*. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CECH-DHI, caixa 23, item 84.
134 Op. cit.

ta a singularidade do momento histórico que o país atravessava nem a importância desse momento para aquela geração de estudantes, e ainda da leitura grosseira feita por Fontes "considerando 1/3 força de domínio sobre o inteiro". Os universitários, segundo Oswaldo Catan, não queriam ter o controle sobre as escolas e faculdades superiores e sim alimentar o desejo de "democratizar as universidades, moralizar o ensino e **reformar os costumes**".[135]

No intercurso desse movimento grevista, a UNE realizou, na cidade de Petrópolis, em julho de 1962, o XXV Congresso Nacional dos Estudantes, não apenas para comemorar o jubileu de fundação da entidade, mas também para reunir as principais lideranças universitárias do país com o objetivo de discutir os rumos da greve. Esse movimento grevista, iniciado em junho daquele ano, mantinha-se em curso naquele momento de realização do congresso centrado na reivindicação pela proporcionalidade por "um terço". Entre os representantes de Sergipe nesse congresso estavam Guido Azevêdo, Renan Cardoso, Jaira Iracy, Inácio Soares, José Arimateia, Jackson da Silva, Josefina Campos, Edmar Martins, José de Alencar, José de Araújo, Glaucia Bastos, Margarida Nascimento, Ana Maria Lima, Humberto Ribeiro, Luiz Eduardo Costa, Juracy Magalhães, Ivo Sampaio, Joana Angélica Mello, Zelita Rodrigues, Luciano Santana, Raimundo Monte e Antonieta Barreto.[136]

A realização desse congresso parece ter evidenciado um momento importante para os destinos das mobilizações estudantis em torno da greve nacional por "um terço". Atesta este fato o registro da presença do então ministro da Educação, professor Roberto de Lyra, que se posicionou a favor da reivindicação dos universitários, mas alegou que não tinha poderes para garantir esse direito, que era de competência do Parlamento. Neste sentido, a resolução dos universitários no congresso de jubileu da UNE propugnou pela manutenção da greve como instrumento de pressão para que tanto as instituições de ensino superior como o Parlamento atendessem às reivindicações dos universitários.[137]

135 CATAN, Oswaldo. "Verdadeiro sentido das reivindicações estudantis". In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2853, 10 de julho de 1962, p. 2 (negrito nosso).

136 GAZETA DE SERGIPE. *Presença de Sergipe no Congresso do Jubileu da UNE*. Ano VII, n. 2857, 14 de julho de 1962, p.1.

137 GAZETA DE SERGIPE. *UNE determina prosseguimento de greve*. Ano VII, n. 2864, 24 de julho, 1962, p.1.

Durante essa greve/campanha, os universitários receberam o apoio dos estudantes secundaristas, através da USES, que declarou em manifesto dirigido aos estudantes e ao povo "sua irrestrita solidariedade a uma causa" que eles compreendiam ser "justa, humana e acima de tudo racional, aspecto este, que infelizmente ainda não foi percebido por aqueles que representam o magistério em nosso Estado".[138] Para os secundaristas, a resistência em não aceitar as reivindicações por "um terço" revelava, por parte de alguns mestres, o "medo de enfrentar em comum um diálogo franco entre mestres e alunos, onde se ponha[m] em evidência todos os problemas inclusive as falhas de orientação do ensino".[139] O manifesto termina com uma resposta à alegada imaturidade atribuída pelos críticos aos estudantes. Estes, nos termos do manifesto, não seriam os homens ou a realidade do futuro, "mas sim os homens e a realidade do presente",[140] um presente que se anunciava em meio ao debate nacionalista e popular transpassado por diversas matrizes ideológicas e políticas.[141]

Em meio a esses debates, as discussões sobre a reforma universitária aqueciam os ânimos e as paixões dos envolvidos. Tomado por essa efervescência, o professor José Silvério Leite Fontes voltaria a publicar mais um artigo sobre a questão, em 25 de julho de 1962, intitulado "Aos jovens universitários", no qual reafirmava sua posição contrária à reivindicação de "um terço" solicitada pelos universitários e contestava a crítica publicada pelo estudante Oswaldo Catan a suas posições quanto à não legitimidade da greve estudantil.[142]

Em defesa da causa dos estudantes e contestando as críticas proferidas contra Oswaldo Catan, o estudante e jornalista Luiz Eduardo Costa, deslocando o debate para o campo filosófico e sociológico, emitiu algumas considerações para refutar as teses do mencionado docente quanto à validade do pleito estudantil. Para Costa, não caberia aos

138 USES. *Manifesto aos estudantes e ao povo*. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2874, 4 de agosto de 1962, p.6.
139 Op. cit.
140 USES. *Manifesto aos estudantes e ao povo*. Op. cit.
141 Ver a respeito em: RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.
142 A respeito desse artigo localizamos apenas a referência feita pelo artigo de COSTA, Luiz Eduardo. "Um terço". In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2879, 10 de agosto de 1962, p.4.

universitários o adjetivo "alienados" como foi atribuído por Fontes; e esse adjetivo, na interpretação desse estudante, evocando as definições de Karl Marx e Hegel, significaria "não vivenciar o mundo, conformando-se com a posição de agente passivo atuando em função de forças diversas, e não conscientes é conhecer os fatos tais como os fatos se apresentam sem indagação, respectivamente".[143] E prossegue, referindo-se a Hegel, ao afirmar que uma atitude desalienada é aquela em que o homem "compreendendo os fatos, 'como momentos em um processo que leva para além deles, até aquilo que ainda se concretizou em fato'".[144]Neste sentido, para Luiz Eduardo Costa, a luta dos estudantes não era alienada, pois buscava, através da democratização do ensino superior, enquadrá-la à realidade brasileira.

Negar a necessidade do ensino superior enquadra-se à realidade social do país, nas palavras de Luiz Eduardo Costa, significava reduzir o ensino superior àquilo que o pensador Álvaro Vieira Pinto classificou como "o instrumento mais eficiente para assegurar o comando ideológico da classe dirigente porque a ela incumbe a produção dos próprios esquemas individuais de dominação".[145] Neste sentido, percebe-se em relação à evocação das ideias de Álvaro Vieira Pinto, professor catedrático da Universidade do Brasil e um dos membros do ISEB, que as decisões a respeito da reforma universitária seriam decisivas para transformar a realidade do país dentro de uma proposta voltada para as classes populares, através do pensamento crítico desenvolvido a partir das universidades.[146]

Na segunda parte desse artigo, publicado simbolicamente no dia 11 de agosto de 1962, dia do estudante, Luiz Eduardo Costa destaca que, para os estudantes, a decisão de transformar a universidade deveria promover a aproximação dela "com o povo, tornando-a uma instituição de massa, e não exclusivamente para 'elites'".[147] Ele reforça, assim, a crí-

143 COSTA, Luiz Eduardo. "Um terço". In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2879, 10 de agosto de 1962, p.4.
144 Op. cit.
145 COSTA, Luiz Eduardo. "Um terço". Op. cit.
146 Ver a este respeito em: PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. Op. cit., e, ainda em: CUNHA, Luiz Antônio. "Ensino superior e universidade no Brasil". Op. cit., p. 177.
147 COSTA, Luiz Eduardo. "Um terço II". In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2880, 11 de agosto de 1962, p.4.

tica que o movimento estudantil universitário brasileiro fazia ao ensino superior por reproduzir toda uma estrutura classista, conservadora e elitista, existente no país. Esta posição e essa leitura, não obstante seus possíveis excessos, descortinam um momento político em que diferentes projetos estão sendo pensados para o país no contexto de debates nacionalistas e de reforma do Estado Brasileiro em curso nos primeiros anos da década de 1960.

Ciente desse processo social, os estudantes, na ótica de Costa, denunciavam a estrutura patriarcal, paternalista e clientelista que transpassava o ensino superior em Sergipe. Em seu lugar, os estudantes universitários propunham como modelo a implantação da cogestão participativa nas instituições de ensino superior e que estas instituições tivessem como desafio (re)pensar a sociedade brasileira. Os significados dessa luta, para Luiz Eduardo Costa, encontram respaldo nas avaliações do sociólogo Karl Mannheim de que o papel da juventude universitária expressaria a condição de "agente revitalizante" da sociedade em circunstâncias de mudança ou de inovação em oposição às "tradições existentes na sociedade".[148]

Avaliando esses discursos e as ações dos estudantes em torno dos debates sobre a reforma universitária e a greve por "um terço", verifica-se a ideia de que a juventude, em particular a juventude universitária, está relacionada a uma concepção de modernidade descontínua. Segundo Pierre Furter, essa concepção de modernidade descontínua sedimenta a representação de que os jovens vivem uma "perene adolescência" propensa a aproveitar a renovação e as novas oportunidades e a rejeitar a continuidade e as tradições.[149] Neste sentido, cada nova geração estaria propensa a uma contínua reestruturação da sociedade e dos seus atores sociais no "eterno" conflito de geração.

Dessa forma, a dinâmica existente entre os grupos juvenis e a sociedade ao longo do tempo não se verifica de modo linear, evidenciando momentos em que os atores sociais que se identificam como jovens configuraram-se como protagonistas de uma trama social que, ao mesmo tempo, se metamorfoseia e é polissêmica. Alberto Mellucci, a este res-

148 Op. cit.

149 FURTER, Pierre. *Juventude e tempo presente*. Tradução Luís Lourdes Orlandi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967, pp. 14-15.

peito, coloca que os movimentos da juventude formam um mosaico entre "as heranças do passado, os efeitos da modernização, as resistências às mudanças".[150] Ainda segundo Mellucci, a configuração de sentidos diferentes e simultâneos provocados pelos movimentos sociais, independentemente de sua natureza e composição, tendem a impulsionar ações coletivas que ajudam a manter em "aberto o espaço da diferença", colaborando assim para "inventar o presente" com alternativas sociais que nem sempre são as "hegemônicas" ou "dominantes".[151]

Assim, para além do denominado conflito geracional, é preciso ampliar os significados das disputas e embates que ele envolve. Afinal, os universitários ou a juventude universitária, grupo etário mais presente em sua composição, não formam um todo coeso, e seus grupos de interesses representam diferentes frações de classe e vinculações sociais de origem. Neste sentido, o processo social em que eles estão inseridos revelam disputas, composições, arranjos e desarranjos políticos entre grupos situacionistas e de oposição. Disputas e arranjos políticos perceptíveis tanto no plano da política partidária estadual quanto no plano das alas religiosas existentes na Igreja Católica em Sergipe.

Essas disputas e arranjos políticos evidenciam-se, de modo claro, no desalinhamento de parte dos estudantes e de algumas de suas entidades representativas em face do governo udenista de Luiz Garcia, no período de 1959 a 1962, em contraposição ao alinhamento de algumas entidades estudantis e de algumas tendências do movimento estudantil frente ao mandato obtido pela Aliança Social Democrática, responsável pela eleição do governador João de Seixas Dória, para o período de 1963 a 1967. E ainda ao fato de os estudantes mais envolvidos com as questões sociais e políticas fazerem referência à figura de D. José Vicente Távora, em oposição àqueles que faziam referências mais espiritualistas e intelectuais ao monsenhor Luciano Cabral Duarte.

Dessa forma, quando os universitários, particularmente no texto de Luiz Eduardo Costa, evocam a interpretação de Karl Mannheim de que a juventude é uma espécie de "agente revitalizante", eles estão reforçando o papel desses jovens como um novo grupo político "esclarecido"

150 MELLUCI, Alberto. *A invenção do presente*: movimentos sociais nas sociedades complexas. Op. cit., p.28.
151 Op. cit.

que se prepara para ocupar o comando da sociedade. Isto, porém, não é suficiente para delinear o mosaico de interesses e de disputas tecidas entre os universitários, os professores e os interesses políticos e sociais dos que compunham o jogo de poder no estado num período marcado pela renúncia do presidente Jânio Quadros; posse de João Goulart mediante o arranjo político parlamentarista; restabelecimento do presidencialismo, através do plebiscito de 1963; desgaste dos governos udenistas de Leandro Maciel e de Luís Garcia; e pelas mobilizações e arranjos políticos da oposição, que chegaria ao poder em janeiro de 1963, com a eleição de Seixas Dória e de Sebastião Celso de Carvalho.[152]

Em todo o caso, o discurso dos universitários nesses acontecimentos não pode ser desvencilhado do seu posicionamento a favor da reforma universitária e da greve/campanha por "um terço". Além disso, é preciso considerar também a capacidade desses estudantes, enquanto futuros profissionais e cidadãos, para ocuparem posições de dirigentes e gestores públicos. Dentro dessa perspectiva, esses estudantes sinalizavam – parafraseando Christopher Hill[153] –, um novo tipo de dirigente ou uma nova forma de dirigir as instituições de ensino superior. Esse novo modelo estaria fundamentado na proposta da cogestão participativa e da crítica à postura conservadora e elitista do ensino superior como reflexo das relações de poder dominantes no país e no estado.

9. O DEBATE POLÍTICO E ACADÊMICO SOBRE O MODELO DE COGESTÃO

A ideia da participação dos universitários na cogestão do ensino superior, por sua vez, já era uma clássica bandeira dos estudantes latino-americanos colocada pela Reforma Universitária de Córdoba, ocorrida em 1918. Esta proposta de reforma universitária fomentada pela federação de estudantes universitários argentinos, na cidade de Córdoba, havia tecido duras críticas ao modelo tradicional das universida-

152 DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Op. cit., pp. 153-306.

153 Estamos nos referindo à discussão da formação de um exército de "novo tipo" formado por homens provenientes de fora das tradicionais camadas sociais inglesas, ver a respeito em: HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça*: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. Tradução Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 72-77.

des existentes na América Latina. Além disso, essa discussão provocou os primeiros debates sobre a questão da autonomia universitária, da eleição de dirigentes universitários pela comunidade acadêmica, da necessidade de políticas de assistência social permanente aos estudantes, entre outros pontos.[154] Os estudantes de Córdoba afirmavam que "acabamos de romper la última cadena que, en pleno siglo XX, nos ataba a la antigua dominación monárquica y monástica. Hemos resuelto llamar a todas las cosas por el nombre que tienen. Córdoba se redime".[155]

Muitas das críticas e das posições do Manifesto de Córdoba foram retomadas pela UNE e pelos universitários de várias partes do país a partir de 1957, com as primeiras discussões sobre a reforma universitária, e de modo mais intenso com a realização dos Seminários Nacionais pela Reforma Universitária de 1961 e 1962 e pelo Conselho de Representantes da UNE em 1963. O alcance e a força desses debates teriam curso mesmo depois do golpe civil-militar de 1964, evidentemente que redimensionados pela nova ordem política que se implantaria no país, o que, entre outras consequências, restringiu a autonomia reivindicada para as universidades, assim como afastou a possibilidade de que seu gerenciamento adotasse o modelo de cogestão.[156]

Não obstante as raízes latino-americanas a respeito da necessidade de uma reforma universitária sobre o prisma dos estudantes, a discussão, influenciada pelo Manifesto de Córdoba, a respeito da universidade como centro de ciência e cultura, desde a Idade Moderna já antagonizava sua natureza cosmopolita em oposição a sua perspectiva funcional.[157] Segundo Boaventura de Souza Santos, essa ambivalência

154 OLIVEIRA, Dalila Andrade; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de Azevedo. "Atualidade dos ensinamentos da Reforma de Córdoba (1918): ou qual a herança de Córdoba nas reformas atuais". In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo, ABOITES, Hugo. *La reforma universitaria*: desafíos y perspectivas noventa años después. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: < http://biblioteca-virtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/reforAboit/08oliaze.pdf>. Acessado em 10/10/2010.

155 UNC. *Manifiesto de la federación de los universitaria de Córdoba*. Córdoba, 21 junho de 1918. Disponível em: < http://manifiestodecordoba1918.blogspot.com/>. Acessado em 10/10/2010.

156 A respeito das contribuições dos universitários brasileiros a esse debate ver: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em Tempos de Autoritarismo*. Op. cit. E sobre o processo de reforma universitária durante a ditadura militar brasileira, também da mesma autora, ver: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. "A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968". In: *Revista Educar*, n. 28, Curitiba: Editora UFPR, 2006, pp. 17-36.

157 GROPPO, Luís Antonio. *Autogestão, universidade e movimento estudantil*. Campinas: Autores Associados, 2006, pp. 29-30.

foi intensificada ao longo do século XX, em particular a partir da sua segunda metade, através de pelo menos três contradições: uma crise de hegemonia a respeito da universidade como centro de produção cultural; uma crise de legitimidade no tocante à necessidade de democratização do conhecimento e, por fim, uma crise de institucionalização diante aos parâmetros produtivistas da sociedade contemporânea, sendo que as duas primeiras crises já se evidenciavam no horizonte social da década de 1960.[158]

Seja qual for o ângulo de abordagem, a participação do movimento estudantil brasileiro nos debates sobre a reforma universitária no decurso dos anos de 1950 a 1960 deve ser compreendida, como definiu Fávero, a partir "das dimensões de um projeto de reforma social proposto por frações de classe média urbana progressista", responsável pela definição de "uma nova hegemonia" política e cultural pensada para o país a partir da sociedade civil.[159]

No tocante ao modelo de reforma universitária encampada pelos universitários brasileiros no decorrer da década de 1960, em particular na esteira das mobilizações ocorridas em razão do I SERU e da greve pelo direito de os estudantes terem "um terço" de participação nos órgãos colegiados das instituições de ensino superior, como já foi delineado, essa proposta de reforma gerou debates, conquistas, avanços e resistências.

A resistência à reivindicação dos estudantes por "um terço" de representação nos conselhos deliberativos das instituições de ensino superior, além de expor nuances em defesa de certa tradição e hierarquia por parte da maioria das instituições e de parte de seus professores, expressou também a necessidade de essas instituições, seus órgãos colegiados e seus professores pensarem, debaterem e se posicionarem frente à LDB e às reformas do ensino superior que estavam em andamento. O professor José Silvério Leite Fontes, em entrevista concedida algumas décadas depois, ao ensejar essa questão, ressalta que não havia ficado contrário à participação dos estudantes nos órgãos deliberativos,

158 SANTOS, Boaventura de Souza. "Da ideia de universidade à universidade de ideias". In: *Pela mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001, pp. 87-233.

159 FÁVERO, Maria de Lourdes A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Op. cit., pp. 72-75.

mas entendia que "os estudantes se preocupavam muito com a política, e a questão do ensino era, sobretudo, um problema de ordem cultural. Eu tinha receio que houvesse um desmando do ensino em face dessa preocupação dos estudantes com "um terço".[160]

Neste sentido, para Fontes, o problema não era o da participação dos estudantes na gestão da administração universitária, mas sim o estabelecimento da paridade, pretensão inviabilizada após a deflagração do golpe civil-militar de 1964. A contenda, portanto, residia no poder de decisão que o estabelecimento da paridade de "um terço" proporcionaria aos representantes dos estudantes nos mencionados conselhos. Além disso, a forma como essa reivindicação havia sido feita, através de uma longa greve articulada pela UNE, simultaneamente, em várias partes do país, reivindicando que essa representação fosse proporcional a "um terço" dos membros dos mencionados colegiados e conselhos, parece ter causado, entre os corpos diretivos e docentes das instituições de ensino superior, o temor quanto aos rumos que as decisões estudantis poderiam interferir nos destinos dessas instituições e de seus professores.

O uso da greve pelos universitários como instrumento de pressão para terem atendidas suas reivindicações foi questionado pelo editorial do programa "Nossa Opinião", transmitido pela Rádio Cultura de Sergipe, emissora católica de grande audiência no período. Para a linha editorial do programa, apesar dos motivos dos estudantes, a greve não seria um meio adequado de luta por suas reivindicações. Segundo essa emissora de rádio católica, a greve seria um instrumento cabível para os trabalhadores que, ao lançarem mão desse expediente, provocariam uma pressão incômoda sob o sistema. Ao contrário, em uma greve de estudantes, os maiores prejudicados eram eles mesmos.

Em Sergipe, essa greve, ocorrida entre 1º de junho e 17 de agosto de 1962, atingiu quatro das seis instituições de ensino superior de Sergipe, num total de mais de 40 dias letivos, descontado o período em que eles deveriam estar de férias, e foi considerada pelo programa "Nossa Opinião" como um ato prejudicial "aos acadêmicos e não aos seus mes-

160 FONTES, José Silvério Leite. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 10/08/1998.

tres".[161] O editorial ainda reforça essa crítica acrescentando que a greve é um instrumento de força, e este, enquanto argumento, "nunca foi o mais convincente, entre pessoas que se definem como os trabalhadores da **inteligência**".[162] Concluindo a mensagem, o editorial conclamou os estudantes a continuarem em seu caminho, mas que "a greve seja banida dentre as armas. Esta é a nossa opinião".[163]

Em suma, a greve por "um terço" não foi a primeira nem a última mobilização desencadeada pelos universitários brasileiros; contudo, sua articulação e desdobramentos a colocam como um dos mais significativos movimentos dessa natureza. E apesar das resistências e das críticas deferidas contra essa greve/campanha, ocorrida em 1962, ela produziu avanços importantes.

Em Sergipe, para além da impressão das primeiras pesquisas a respeito da temática sobre o movimento estudantil de que os universitários haviam obtido conquistas pontuais com a greve em apreço,[164] constata-se que os avanços conquistados pelos universitários com esse movimento grevista foram significativos. Dentre esses resultados, destacam-se: a realização de debates sobre a democratização e a modernização do ensino superior; as conquistas ocorridas na Faculdade de Medicina de Sergipe e na Faculdade de Ciências Econômicas, que aceitaram a participação dos estudantes em seus órgãos colegiados com representação proporcional de "um terço"; e a admissão por parte das instituições de ensino superior existentes no estado, de uma maneira ou de outra, do reconhecimento do direito de participação dos estudantes em seus órgãos colegiados.

161 A CRUZADA. *A greve, instrumento das reivindicações universitárias?* [Editorial do programa "Nossa Opinião", transmitido pela Rádio Cultura de Sergipe, em 17 de agosto de 1962]. Ano XXVI, n. 1362, 18 a 19 de agosto, 1962, p. 6.

162 Op. cit. (negrito nosso) FONTES, José Silvério Leite. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 10/08/1998.

163 Op. cit.

164 CRUZ, José Vieira da. *O Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes Sergipanos e os Movimentos Culturais do início dos anos 60*: 1962-1964. Op. cit., pp. 25-26.

10. O II SERU, A DECLARAÇÃO DE SANTO AMARO E A UNIVERSIDADE DE SERGIPE

Em Sergipe, outro importante eco da reforma universitária ocorreu na cidade de Santo Amaro das Brotas, nos dias 8 e 9 de junho de 1963, quando a UEES promoveu a realização do II SERU[165]. Segundo o jornal *A Cruzada*, o mencionado seminário, presidido pela universitária Gilsa Luiza da Mota Gomes, além de contar com a presença de representantes de todas as bancadas de estudantes das instituições de ensino superior, também teve a presença dos professores Dr. Antônio Garcia Filho; Dr. Bonifácio Fortes; Dr. Luiz Rabêlo Leite, secretário de Educação do Estado; dos professores Paulo Freire,[166] Jonas Brito e Eurico Cardoso, da Universidade do Recife; do arcebispo metropolitano D. José Vicente Távora; da professora Carmelita Fontes Pinto; da professora Eurenice Fontes Pinto, entre outros professores e autoridades.[167]

O temário das conferências e dos debates realizados durante o II SERU discutiu: a universidade de Sergipe e a reforma universitária, as universidades brasileiras, as estruturas das faculdades de Sergipe, a universidade de Sergipe como universidade nova, a LDB e a universidade de Sergipe, entre outros pontos.[168] Esta pauta de discussão não apenas incorporava os debates realizados pelos Seminários Nacionais de Reforma Universitária promovidos pela UNE, como também intensificava as discussões sobre a necessidade de criação de uma universidade em Sergipe, inclusive discutindo "se o seu modelo ia ser uma autarquia ou fundação", ideia que veio a se consolidar durante a realização do mencionado seminário estadual.[169]

Ao final do conclave, foi elaborada a Declaração de Santo Amaro das Brotas, que sintetizou as deliberações discutidas pelos participantes do

165 GAZETA DE SERGIPE. *II Seminário de reforma universitária*. Ano VII, n. 2223, 8 de junho de 1963, p.1.

166 A respeito da presença do educador Paulo Freire no mencionado seminário ver: GAZETA DE SERGIPE. *Paulo Freire ensina alfabetizar em trinta e seis horas*. Ano VII, n. 2224, 9 de junho de 1963, p. 1.

167 A CRUZADA. *Em Santo Amaro II Seminário de reforma universitária*. Ano XXVII, n. 1391, 16 de junho de 1963, p.1.

168 GAZETA DE SERGIPE. *II Seminário de reforma universitária*. Ano VII, n. 2223, 08 de junho de 1963, p. 1.

169 DINIZ, José Alexandre Felizola. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE. 12/03/1998.

II SERU, dentre os quais: os problemas de estrutura das instituições de ensino superior do estado, a necessidade de não mais formar profissionais desvencilhados da realidade local, a necessidade de formar profissionais aptos a enfrentar as transformações de um país em processo de "revolução" e à crítica a forma elitista e excludente das universidades brasileiras que se mantêm fechadas para o "povo".[170]

Essa declaração defendeu a criação da "Universidade de Sergipe" sob a forma de uma fundação federal, colocou-se em oposição ao sistema de cátedra e à ordem econômica capitalista; propôs a participação dos estudantes na comissão encarregada de estudar o problema do ensino superior no estado e, sobretudo, defendeu de modo intransigente a necessidade de a "Universidade de Sergipe" ser voltada para o povo.

> DECLARAÇÃO DE SANTO AMARO DAS BROTAS
> Nós, os estudantes universitários de Sergipe, reunidos no II SEMINÁRIO ESTADUAL DE REFORMA UNIVERSITÁRIA considerando que:
> a) a atual estrutura que rege as nossas Faculdades é inadequada, decorrente das insuficiências locais;
> b) as nossas Faculdades ministram um ensino acadêmico, formando profissionais para uma realidade diversa da nossa;
> c) o nosso Estado necessita, como todo o País em revolução, técnicos preparados para superação da atual estrutura;
> d) as universidades brasileiras estão fechadas para o povo e os seus ideais visam, essencialmente, a formação de uma casta de profissionais que insiste em manter à estrutura opressora, esquecendo-se das suas dívidas para com o povo.
>
> Vimos de público declarar que somos favoráveis à criação da Universidade de Sergipe, sob forma de Fundação Federal, não como uma Universidade comum, igual as existentes no País, mas com uma estrutura nova, voltada, dos seus ideais mais profundos até as suas mais superficiais características, integralmente para o povo. É

170 GAZETA DE SERGIPE. *Universitários*: "Declaração de Santo Amaro das Brotas". Ano VII, n. 2225, 11 de agosto de 1963, p. 6.

preciso que em Sergipe não se crie mais uma entidade que vise à promoção, à cientificação e à justificativa filosófica para a manutenção da atual estrutura capitalista, a promoção do anti-povo. A Universidade não pode ser criada por um grupo, mas sim por todo um esforço consciente de professores e alunos. Por esta razão, exigimos uma representação efetiva no Grupo de Trabalho instituído pela Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, segundo a Portaria nº 10, e encarregada de estudar o problema do Ensino Superior no Estado.

Por outro lado, somos contrários à efetivação dos professores fundadores da Faculdade de Direito de Sergipe, pois tal medida é contrária a todo e qualquer ideia de REFORMA UNIVERSITÁRIA, desde que a efetivação conduz em tese, a estagnação cultural. Apoiamos, assim, a luta do Centro Acadêmico "Silvio Romero", no sentido de conservar a situação dos professores até a criação da Universidade, onde o sistema de Fundação elimina a cátedra e a substitui pela carreira do magistério.

Convocamos nesses termos, os operários, camponeses e o povo em geral para a luta que neste momento empreendemos pela democratização do ensino superior no nosso Estado.

Que a Universidade venha para o povo; seja uma resposta aos angustiantes problemas do País que ficam sem resposta; que a Universidade ou venha para resolver problemas ou não chegue a nascer pois estaremos prontos para reagir contra mais uma mistificação.

UNIVERSIDADE PARA O POVO OU NADA

Santo Amaro das Brotas (SE), 9 de junho de 1963.

Juracy Magalhães Chagas
(Bancada da Escola de Química)
Luiz Machado Mendonça
(Bancada da Faculdade de Medicina)
José Cortes Rolemberg Filho
(Bancada da Faculdade de Medicina)
José Alexandre Felizola Diniz
(Bancada da Faculdade Católica de Filosofia)
Maria Laete Fraga
(Bancada da Faculdade de Direito)

Cândido Fontes
(Bancada da Escola de Serviço Social)
Gil Cardoso Natureza
(Bancada da União Estadual dos Estudantes)[171]

A publicidade da Declaração de Santo Amaro das Brotas pela UEES foi objeto de apreciação no editorial do *Gazeta de Sergipe* de 12 de junho de 1963. No texto, é avaliado o mérito político do mencionado documento, além da valorização da atitude inconformada da mocidade em face de que a "reformulação do espírito universitário merece a atenção do povo, para que o ensino se estenda às diversas camadas sociais".[172] A posição desse editorial reforça a crítica de que o ensino superior no Brasil continuava elitista e precisava ser reformulado em favor de uma sociedade mais democrática e mais participativa.

Essa mesma discussão foi objeto de um segundo editorial focado na criação da Universidade de Sergipe nos moldes da Universidade de Brasília, considerada, pelo jornal, como a melhor das experiências do ensino superior no país. O texto destaca também a compreensão do arcebispo Dom José Vicente Távora em aceitar sem restrições que a Escola de Serviço Social e a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, ambas mantidas pela Igreja Católica, também fossem incorporadas ao conjunto das seis instituições de ensino superior que formariam a base para a futura Universidade de Sergipe.[173] Na prática, essa atitude da Igreja Católica em favor da criação de uma universidade em Sergipe, como já discutido, reforça o envolvimento de sua autoridade maior, o arcebispo D. Távora, que desde o VIII Congresso da UEES, realizado em 1958, já havia devotado seu apoio à questão[174], inclusive para que seus auxiliares, a exemplo do então monsenhor Duarte, não poupassem esforços para esse objetivo.

171 UEES. "Declaração de Santo Amaro das Brotas". In: GAZETA DE SERGIPE. *Universitários*: Declaração de Santo Amaro das Brotas. Ano VII, nº 2225, 11 de agosto de 1962, p. 6. (negritos originais do documento publicado).
172 DANTAS, Orlando. "Universidade para o povo" [editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2226, 12 de junho de 1963, p.2.
173 DANTAS, Orlando. "Universidade de Sergipe" [editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n.2229, 12 de junho de 1963, p.2.
174 ACADEMUS. *VIII Congresso Estadual dos Estudantes*. Ano VII, n. 18, setembro de 1958, p. 2.

Segundo esse editorial, a ideia de uma "Universidade para o povo", defendida pela Declaração de Santo Amaro das Brotas, "não é uma expressão demagógica, mas uma perseguição dos valores humanos e intelectuais que surgem nas classes trabalhadoras e médias", desejosas de sua efetiva participação nos quadros dirigentes do país.[175]

Dessa forma, a proposta de criação de uma universidade em Sergipe, lançada nos idos de 1958 durante o VIII Congresso da UEES, retomada de modo mais intenso durante o II SERU, ocorrido em 1963, começou a ser viabilizada a partir da publicação, pelo governo do Estado de Sergipe, da Lei nº 1.194, de 11 de julho daquele ano. Esta lei autorizava as providências legais para que o patrimônio das faculdades e escolas de ensino superior existentes no estado viessem a compor o patrimônio da futura universidade de Sergipe[176]. Contudo, em termos efetivos, as providências administrativas nesse sentido só seriam tomadas nos primeiros meses de 1964.[177]

Entretanto, não obstante os avanços em torno da proposta de criação da citada instituição, os desdobramentos decorrentes do contexto político nacional em curso naquele ano redimensionariam o norte do que viria a ser a Universidade Federal de Sergipe, fundada somente em 1968. Ela continuaria a ser objeto dos esforços de grande parte da sociedade sergipana, contudo a proposta de uma universidade popular cederia espaço para um projeto de ensino circunscrito aos horizontes políticos de uma sociedade controlada por autoridades civis e militares sob a égide de uma ditadura. A posse do coronel Arivaldo Silveira Fontes no cargo de secretário de Educação, Cultura e Saúde, em 29 de abril de 1964, é uma evidência da mudança de cenário político que então se processava em Sergipe e no país.[178] Neste novo cenário, a educação e a cultura também passavam a ser assuntos da política de segurança nacional.

175 DANTAS, Orlando. "Universidade de Sergipe" [editorial]. Op. cit.

176 As providências sobre a criação da universidade de Sergipe no período em discussão é um campo de pesquisa ainda não explorado. A respeito dessa discussão, o acervo de documentos do Arquivo do Conselho de Educação do Estado de Sergipe poderá revelar fontes importantes relacionadas a esse tema.

177 GAZETA DE SERGIPE. *Universidade de Sergipe em fase de criação*. Ano IX, n. 2345, 25 de fevereiro de 1964, p.1.

178 GAZETA DE SERGIPE. *Arivaldo*: Universidade e Casa do Estudante serão concretizadas. Ano IX, n. 2394, 29 de abril de 1964, p.1.

CAPITULO IV

A UEES, O IBAD E OS MOVIMENTOS DE CULTURA E EDUCAÇÃO POPULAR

1. OS ESTUDANTES, AS ELEIÇÕES DE 1962, O IBAD E A POSTURA DA UEES

Ainda no ano de 1962, após o término da greve nacional articulada pela UNE em favor do estabelecimento da representação estudantil de "um terço" nos conselhos deliberativos das instituições de ensino, os universitários deixaram de figurar aparentemente como objeto das atenções da imprensa em Sergipe. Nesse novo contexto, os estudantes passaram a atuar nos bastidores da campanha eleitoral disputada entre os situacionistas da UDN e uma coalizão de oposição composta por dissidentes da UDN, pelo PSD e por outros partidos.

A partir desse momento, portanto, a pauta de atenções da sociedade, assim como da imprensa, voltou-se para os desdobramentos da acirrada campanha eleitoral ao governo do estado. Essa campanha foi disputada entre os partidários do governador Luiz Garcia e do candidato a governador pela UDN, Leandro Maciel, e os partidários da oposição formada pelo candidato a governador João de Seixas Dória, ex-liderança da UDN, e seu candidato à vice, Celso de Carvalho, vinculado ao PSD.

As peculiaridades desse processo eleitoral chamam atenção para as denúncias veiculadas pelo jornal *Gazeta de Sergipe*, periódico de postura oposicionista, com informações sobre a interferência do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).[1] Esta agência cultural era acusada de financiar grupos políticos "conservadores" alinhados com a po-

1 GAZETA DE SERGIPE. *Eloy Dutra denuncia o IBAD ao Conselho de Segurança*. Ano VII, n. 2905, 12 de setembro de 1962, p. 6.

lítica externa estadunidense e de defender uma postura anticomunista.[2]

Em Sergipe, conforme denúncias do mencionado jornal, o "terror financeiro" provocado pela atuação do IBAD realizava-se em apoio à campanha do udenista Leandro Maciel, através do uso de material de propaganda padronizado por esse instituto para lideranças políticas do Nordeste que estavam concorrendo ao governo de seus respectivos estados. Neste sentido, o *Gazeta de Sergipe* estampa na primeira página de uma de suas edições uma foto, cedida pelo jornal Última Hora, da campanha do candidato a governador pela UDN em Pernambuco, João Cleofas, ao lado de uma foto da campanha do candidato a governador pela UDN em Sergipe, Leandro Maciel. Nessas fotos, fica evidente o uso do mesmo slogan em ambas as campanhas: "Um homem de responsabilidade!". Mais do que uma estratégia de candidatos de um mesmo partido concorrendo a eleições em estados distintos, essa coincidência trazia em si a marca do IBAD.[3]

Segundo o historiador Ibarê Dantas, a presença do IBAD enquanto agente financiador contribuiu para tornar o jogo político estadual mais disputado economicamente.[4] Mais do que denunciar a atuação desse instituto na região Nordeste, em particular em Sergipe, a mencionada matéria revela o debate político travado entre nacionalistas e participantes dos movimentos populares frente a segmentos liberais e anticomunistas da sociedade brasileira, e, no caso destes últimos, de suas vinculações ideológicas com a política estadunidense.[5]

Em Sergipe, entre os parlamentares federais, o deputado Lourival Batista é o único representante do estado vinculado à Ação Democrática

2 Ver a respeito em: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado* – ação política, poder e golpe de classe. Tradução Ayeska Branca de Oliveira Farias, Ceres Ribeiro, Pires de Freitas, Else Ribeiro Pires Vieira e Glória Maria de Mello Carvalho. Petrópolis: Vozes, 1981.

3 GAZETA DE SERGIPE. *Propaganda padronizada pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática*. Ano II, n. 2017, 26 de setembro de 1962, p.1

4 Ver a respeito: DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 256. Ainda sobre o IBAD consultar: FORTES, José Bonifácio. *Democracia de poucos: um ensaio de ciência política* (A política de Sergipe entre 1958 e janeiro de 1963). Aracaju: Livraria Regina, 1963.

5 DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado* – ação política, poder e golpe de classe. Op. cit., pp. 21-38.

Parlamentar (ADP),[6] órgão também alinhado ao campo de atuação do IBAD. Vinculados diretamente às atividades dessa instituição no estado, existem registros da atuação de Murilo Dantas, Edson Brasil, Francisco Costa Garcez e José Teixeira Machado,[7] sendo este último vereador na cidade de Aracaju. Em face desse alinhamento com essas instituições – ADP e IBAD –, não foi por um acaso que Lourival Batista e José Teixeira Machado assumiram, a partir de 1967, por indicação dos militares e respaldados pelos setores da sociedade que apoiaram o golpe, o governo do estado e da capital, respectivamente, desbancando inclusive lideranças políticas tradicionais.

A presença de instituições de direita financiadas com recursos estadunidenses no contexto eleitoral das disputas estaduais e da campanha plebiscitária em favor ou não do sistema parlamentarista, ocorridas entre 1962 e 1963, não apenas foi observada como também foi objeto de denúncia de segmentos da sociedade civil organizada em Sergipe. Evidencia essa questão a publicação pelo *Gazeta de Sergipe*, em 14 de dezembro de 1962, do "Manifesto ao povo sergipano", documento que destacava o repúdio de vários segmentos sociais ao "movimento entreguista financiado pelo IBAD, MAC,[8] ADP" e sua tentativa de alienar lideranças estudantis em prol das "hostes imperialistas".[9]

Além de defender o nacionalismo e as reformas de base como uma política necessária à independência do país, o mencionado manifesto – organizado pela Frente de Libertação Nacional e pelos órgãos de representação dos universitários, pelo órgão de representação dos secundaristas e por diversos sindicatos – deixou claro o seu repúdio às tentativas do IBAD e das instituições congêneres de cooptação de estudantes e de fomentação de tendências diversionistas entre os discentes brasileiros.[10]

Constam da lista de assinatura desse documento os nomes de presidentes de várias entidades da sociedade civil organizada de Sergipe na-

6 Ver a respeito em: DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Op. cit., p. 293, e, ainda em: DREIFUSS, René Armand. Op. cit., pp. 319-322.
7 DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 648.
8 Movimento Anticomunista – MAC.
9 FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL *et. ali*. "Manifesto ao povo sergipano". In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2080, 14 de dezembro de 1962, p. 5.
10 Op. cit.

quele momento, entre eles: José Alexandre Felizola Diniz, da UEES; Luiz Gonzaga, do Sindicato de Fiação e Tecelagem de Aracaju; José Nunes da Silva, do Centro Operário; Zuleica de Souza Mendes, da FESPES; Gilberto Menezes Fontes, da Associação de Bombeiros; José Rolemberg Côrtes, da USES; Manuel Messias dos Santos, da Federação dos Trabalhadores na Indústria e do Sindicato dos Pedreiros; Ismael Pereira dos Santos, do Sindicato de Engraxates; Paulo Barbosa de Araújo, da ASPES; Afrodízio Menezes, do Sindicato dos Gráficos de Aracaju; José Domingos Correia, do Sindicato dos Marceneiros; Raimundo Correia dos Santos, do Sindicato dos Estivadores; Humberto Santos, do Sindicato dos Ensacadores do Sal; José Sales, do Sindicato dos Conferencistas de Sergipe; e Daniel Monteiro de Jesus, da Sociedade União dos Operários e Ferroviários.[11]

Dentro dessa perspectiva, a denúncia acerca da presença de pessoas associadas ao IBAD entre os estudantes universitários e secundaristas mantém-se constante em Sergipe no decorrer do ano de 1963. Entre os demais registros a esse respeito destacam-se as tentativas de implantação do modelo de "teatro ibadeano" para se contrapor ao movimento do teatro de cultura popular que passava a ganhar corpo no estado,[12] e as tentativas, descritas pela imprensa, de tomada do controle das entidades estudantis estaduais, entre as quais a UEES, por parte de pessoas supostamente ligadas ao IBAD. A este respeito é interessante frisar que a imprensa não chega a identificar os nomes dos representantes do IBAD, mas apenas refere-se a eles por meio de apelidos.[13]

As denúncias relacionadas à atuação do IBAD no estado, em linhas gerais, são anunciadas pela imprensa, sobretudo pelo jornal *Gazeta de Sergipe*, como uma linha de ação contrária às atividades estudantis nos debates em torno da reforma universitária, nas mobilizações em prol da reforma de base, principalmente no alinhamento com as políticas educacionais do governo federal, na gestão do presidente João Goulart, e no governo estadual, na gestão do governador Seixas Dória, candidato da oposição eleito no pleito ocorrido em 1962.

11 Gazeta de Sergipe. "Manifesto ao povo sergipano". Ano VII, n. 2080, 14 de dezembro de 1962, p.5.
12 GAZETA DE SERGIPE. *Teatro Ibadeano* [editorial]. Ano VII, n. 2903, 15 de setembro de 1963, p.1.
13 GAZETA DE SERGIPE. *IBAD tenta assaltar a UEES*. Ano VIII, n. 2198, 9 de maio de 1963, p.2.

2. OS ESTUDANTES, A UEES E OS MOVIMENTOS POPULARES DE CULTURA

A nova gestão do governo estadual iniciada em 1963 destacava-se pela eloquência dos discursos entusiasmados e por algumas medidas efetivas em certas áreas da ação governamental. Entre essas áreas, evidencia-se a atuação da Secretaria de Estado da Educação, a cargo do bacharel Luiz Rabêlo Leite, que favoreceu o desenvolvimento de experiências associadas aos movimentos populares de cultura com o objetivo de "acelerar o processo de alfabetização e educar as massas, sem perda de tempo".[14]

Diante desse propósito, a gestão de Luiz Rabêlo capitaneou recursos junto aos acordos financeiros com a United States Agency for Internatonal Development (USAID) e o governo brasileiro, através dos convênios da chamada política "Aliança para o progresso".[15] Estes convênios – ou pelo menos parte deles – foram utilizados para captar recursos empregados no estímulo a iniciativas educacionais voltadas ao combate ao analfabetismo e ao desenvolvimento da educação. Em termos práticos, parte desses recursos foi utilizada para incorporar e/ou estimular experiências/movimentos de educação e cultura popular no estado, como o método Paulo Freire, que viria a consolidar-se com a Campanha Nacional de Alfabetização (CNA), organizado pela própria Secretaria Estadual de Educação;[16] o Movimento de Educação de Base (MEB), organizado pela Igreja Católica por meio da Rádio Cultura de Sergipe;[17] e os Centros Populares de Culturas (CPCs). Estes últimos,

14 DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Op. cit., p. 279.

15 Entre os estudos a respeito da participação da USAID na educação brasileira através da chamada política da "Aliança para o progresso" destacam-se: ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a educação brasileira:* um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano. São Paulo: Cortez, 1982; SANTO, Éder Fernando. *O ensino superior no Brasil e os Acordos MEC-USAID*: o intervencionismo norte-americano na educação brasileira. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2005; e ainda: SILVA, Vicente Gil da. *Aliança para o Progresso no Brasil*: de propaganda anticomunista à instrumento de intervenção política. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

16 PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1987, pp. 255-258.

17 BARROS, Francisca Argentina Góes. *Movimento de Educação de Base (MEB) em Sergipe (1961-1964)*: uma reconstrução histórica. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1995.

segundo Ibarê Dantas, varriam o interior, de município a município, "encenando suas peças com inflamada participação estudantil".[18]

Ainda sobre essa discussão, chama atenção o fato de que alguns desses movimentos/experiências mantinham uma crítica cerrada à política imperialista estadunidense, não obstante estarem vinculados a um governo que mantinha parceria com o USAID.[19] Situações dessa ordem revelam a existência de diferentes espaços de negociações e de margens de manobras relacionadas tanto à obtenção de convênios quanto à postura das experiências de educação e cultura popular que pululavam no período.

Envolta nesse contexto político, a UEES inicia suas atividades de 1963 fomentando uma política cultural centrada nas experiências do movimento de cultura popular e dos CPCs, valorizando a cultura nacional e criticando a interferência estadunidense. Estas experiências foram evidenciadas na programação dos eventos organizados pela UEES para recepcionar os calouros universitários com as encenações de espetáculos, como o "Bumba meu boi", apresentado pelo CPC da Bahia, e a peça teatral "Eles não usam Black-tie", organizada pelo grupo de teatro TE-GEBE, entre outras atividades.[20]

A apresentação do espetáculo "Bumba meu boi" pelo CPC da Bahia – grupo especialmente convidado para esse evento – aconteceu no Cine Bonfim, situado no bairro Siqueira Campos, na periferia da cidade, e nas imediações do Corpo de Bombeiros e da praça Fausto Cardoso, na região do convencionado centro da cidade de Aracaju.[21] Essas apresentações não representaram apenas uma oportunidade de intercâmbio e entretenimento para os novos universitários e para os já veteranos com os colegas do vizinho estado da Bahia, mas também se constituíram em uma forma de difundir a proposta da "arte popular revolucionária", vol-

18 DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Op. cit.

19 Ver a este respeito em: OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. *A Participação da USAID na educação em Sergipe*. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 1989. E ainda: NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A Intervenção da SUDENE na Política educacional do Estado de Sergipe (1959-1963)*. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

20 GAZETA DE SERGIPE. *UEES patrocinará semana do calouro*. Ano VIII, n. 2153, 13 de março de 1963, p.1.

21 GAZETA DE SERGIPE. *"Bumba meu boi" em Aracaju*. Ano II, n. 2157, 17 de março de 1963, p.1.

tada para a "politização" e a "conscientização" da sociedade local, como previam as premissas do Manifesto CPC da UNE.

A proposta do Centro Popular de Cultura (CPC), articulada por artistas e pela diretoria da UNE, no contexto das comemorações dos 25 anos daquela entidade estudantil, consistia em levar para o povo um projeto de cultura politicamente engajado. A difusão dessa proposta, através das UNE-volantes ou CPC-volantes, tinha a intenção de fundar uma política cultural voltada para a mobilização de estudantes e populares em torno dos problemas da realidade nacional.[22]

Em Sergipe, a experiência cepecista já havia sido vivenciada em abril de 1962 com a passagem da primeira UNE-volante pelo estado. Naquela oportunidade, foram apresentadas "várias peças [teatrais] com grande sucesso, entre as quais 'Brasil versão Brasileira', 'O auto dos 99%', 'A miséria é para todos'", além da realização de reuniões entre os diretores da UNE com os universitários dos diretórios acadêmicos então existentes no estado.[23]

Os resultados dessa caravana cultural, que havia percorrido várias cidades do país, também se fizeram sentir no Estado de Sergipe com a fundação do CPC do Centro Acadêmico Sílvio Romero (CASR). Este CPC participou do I Seminário Estadual pela Reforma Universitária, ocorrido na cidade de São Cristóvão, em 1962, apresentando peças de autoria de universitários de Sergipe,[24] um indício importante de que a política cepecista não foi apenas um estímulo à reprodução de atividades cênicas, musicais, poéticas e cinematográficas fomentadas pelo núcleo do CPC da UNE sediado no Rio de Janeiro.[25]

Reforça também essa compreensão – de que as ideias cepecistas estimularam o despertar para as artes entre estudantes de várias partes do país, inclusive em Sergipe – o exame da primeira fase de poesias es-

22 UNE. Manifesto do CPC da UNE. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular*: memórias dos anos 60. Op. cit., pp. 59-70.

23 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes trazem cultura para o povo*. Ano VII, n. 2780, 8 de abril de 1962, p. 1. Ver mais informações a respeito em: ANDRADE, Maria Cleide Leite. "UNE-volante em Sergipe". In: CRUZ, José Vieira da, MENEZES, Magna et. ali. *O Centro Popular de Cultura e a UNE-volante em Sergipe (1962-1964)*. São Cristóvão: DHI/UFS, 1996, pp. 35-42 (Trabalho de conclusão de disciplina).

24 GAZETA DE SERGIPE. *UEES promove seminário de reforma universitária*. Ano VII, n. 2794, de 27 de abril de 1962, p. 6.

25 BERLINCK, Manoel T. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas, Papirus, 1984, p. 9.

critas por Mário Jorge Vieira, na qual se verifica a influência da lira cepecista. Esse poeta era estudante do Colégio Estadual de Sergipe – instituição de ensino secundário equivalente às instituições públicas que na época eram referências de ensino nos demais estados – e militante da União Sergipana dos Estudantes Secundaristas (USES). Mário Jorge possivelmente participa das experiências produzidas pelas passagens das duas UNE-volantes pelo Estado de Sergipe. Segundo Prado, as primeiras produções literárias mariojorgianas revelam a influência da lira cepecista sentida e experimentada por ele na fase de estudante secundarista.[26] A exemplo, pode-se citar o poema "momento" que externaliza esteticamente traços dessa influência.[27]

Os versos da lira cepecista – como colocou Pelegrini em relação à poesia concreta produzida no início dos anos de 1960, sob inspiração da proposta cepecista – teceu crítica tanto às relações de exploração dominante como aos laços de exploração e dependência estadunidenses, ao passo que reclamam por uma justiça capaz de evocar as raízes de uma "cultura brasileira e de libertação nacional".[28] Essas raízes também foram captadas e significadas pela leitura poética mariojorgiana frente à realidade que ele vivia, acompanhava e debatia enquanto liderança secundarista do Colégio Estadual de Sergipe e da USES, como por ele no poema "momento".

Já em relação ao grupo teatral Gato de Botas, também denominado TEGEBE ou TGB – abreviação das letras iniciais do nome do grupo – fundado no final da década de 1950, com uma proposta focada no teatro infantil radiofônico, a partir do início da década de 1960, passa a acompanhar o florescimento da dramaturgia urbana nacional e a proposta cênica do CPC da UNE.[29] Um dos momentos de destaque do TGB nessa

26 PRADO, Thiago Martins. *Utopia política, vanguarda e ritual*: linguagem e temporalidade na poesia de Mário Jorge. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008, pp. 13-18.

27 VIEIRA, Mário Jorge Menezes. *Poemas de Mário Jorge*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, [1982], p. 33.

28 PELEGRINI, Sandra de Cássia. "Manifestações culturais nos anos 60: um destaque à problematização da palavra concreta". In: *Revista de História Regional*. V. 6, 2008, pp. 39-41.

29 MENEZES, Magna. *As ideias cepecistas no Teatro Gato de Botas em Aracaju*: 1962-1964. 1998. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1998.

nova fase foi a montagem e a apresentação, com artistas locais, da peça "Eles não usam Black-tie".[30]

A peça em apreço, de autoria de Gianfrancesco Guarnieri, escrita em 1955, montada pela primeira vez em 1958, significou o desenvolvimento de uma proposta de dramaturgia urbana assentada na realidade brasileira, mais especificamente na realidade de uma família, cujo chefe era um líder sindical, residente em uma favela carioca, no contexto da década de 1950, que enfrentou a organização de uma greve, a repressão policial dos operários que dela participaram e a cooptação de um dos filhos pelos patrões.[31]

Delmiro Gonçalves, ao prefaciar uma das publicações do *script* da peça, destacou que o texto em tela não propunha mostrar "uma favela para turistas" e sim "um conglomerado humano que luta, que sofre, que vive e que tem uma consciência clara de sua função social",[32] e ainda o conflito de geração entre os pais e o filho que não adere à greve.[33] Montada e apresentada em várias cidades do país entre o final da década de 1950 e início dos anos 1960, essa peça, na avaliação dos críticos, teria marcado o despertar daquela geração.[34]

Nesse sentido, a montagem e a apresentação da peça "Eles não usam Black-tie" pelo TGB não apenas configurava uma proposta teatral sintonizada com a vanguarda cultural e política daquele momento, como também marcava o esforço de se efetuar com recursos e talentos locais a passagem do teatro amador para o teatro profissional em Sergipe.[35] O desejo e esforço em fazer parte das vanguardas culturais e políticas do período, em particular, no campo das artes cênicas, mobilizaram também os grupos de teatro amador existentes no estado. Dentre estes grupos, em sua maioria formados por estudantes secundaristas e universitários, estavam o Teatro da Cultura Artística

30 GAZETA DE SERGIPE. *TEGEBE hoje*: "Êles não usam Black-tie". Ano VII, n. 2156, 16 de março de 1963, p.1.

31 GUARNIERI, Gianfrancisco. *Eles não usam Black-tie*. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

32 GONÇALVES, Delmiro. "Prefácio". In: GUARNIERI, Gianfrancisco. Op. cit., p. 12.

33 Op. cit., p. 16.

34 GONÇALVES, Delmiro. "Prefácio". In: GUARNIERI, Gianfrancisco. Op. cit., p. 18.

35 VALENÇA, Ivan. "Movimento teatral" [Coluna 7ª arte]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2843, 27 de junho de 1962, p. 4. Compreensão também ratificada por ALENCAR FILHO, Clodoaldo. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 15/10/1998.

(TECA),[36] o Teatro do Colégio Estadual de Sergipe (TECES),[37] e o mais recente desses, o Teatro Novo de Sergipe.[38] Os participantes desses grupos cênicos muitas vezes também tomavam parte das mesmas empreitadas relacionadas aos desafios do "fazer-teatro-amador" naquele período.

Nessa perspectiva, a montagem e a apresentação da peça "A derradeira ceia", por membros do CPC da UEES, do TECA, do TECES e do Teatro Novo de Sergipe, evidenciam um desses momentos de interação, mobilização e soma de esforços.[39] Assim como a montagem e apresentação da mencionada peça, que tratou sobre o tema do cangaço, o mesmo parece ter ocorrido com a apresentação da peça "Eles não usam Black-tie" no cômputo da programação da calourada organizada pela UEES naquele ano de 1963, ou seja, uma soma de esforços daqueles que participavam do "fazer-teatro-amador" no estado.

Além disso, é importante registrar que os participantes do TECES e do Teatro Novo de Sergipe, muitos dos quais secundaristas matriculados no Colégio Estadual de Sergipe, tempos depois, já na condição de estudantes universitários, atuariam de modo decisivo nas mobilizações e protestos estudantis ocorridos nos quatro primeiros anos da ditadura civil-militar em Sergipe.[40]

3. OS ESTUDANTES, A UEES E O RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

A inauguração do Restaurante Universitário, em 11 de maio de 1963, foi outro grande acontecimento para os universitários de Sergipe. Situado na rua Santa Luzia, nº 810, no centro de Aracaju, esse restauran-

36 CRUZ, José Vieira da. "Artes cênicas e literatura: O Teatro da Cultura Artística de Sergipe". In: *Jornal da Cidade*, 29 de janeiro de 2004, p. C-1.

37 VALENÇA, Ivan. Op. cit.

38 GAZETA DE SERGIPE. *Fundado o Teatro Novo de Sergipe*. Ano VIII, n. 2907, 20 de setembro de 1963, p. 6.

39 GAZETA DE SERGIPE. *CPC da UEES encenará "A derradeira ceia"*. Ano VIII, n. 2229, 15 de junho de 1963, p. 1.

40 Próximo a essa discussão, a atuação política e cultural dos secundaristas do Colégio Estadual da Bahia ocorrida em 1966 foi estudada por: CARNEIRO, Cesar Oliveira. *Aventuras e desventuras*: a peça proibida e a greve de estudantes que desafiou a ditadura de 1966. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

te foi aberto pelo estudante José Alexandre Felizola Diniz, presidente da UEES, e por Osvaldo Catan, representante do governo do estado, que cortaram a fita simbólica do mencionado estabelecimento diante da presença de grande número de estudantes e de alguns professores e jornalistas. No ensejo da solenidade de descerramento, Osvaldo Catan enfatizou que o governo estadual via "aquela realização como uma grande necessidade para a mocidade [universitária] que enfrenta todas as dificuldades para atingir seus objetivos".[41] Também registrou presença no evento o ex-militante estudantil e então deputado estadual Viana de Assis, que externou suas congratulações à UEES pela concretização de "uma velha aspiração dos universitários sergipanos".[42]

É interessante observar que as mencionadas autoridades, a exemplo de alguns membros da UEES nas gestões de 1962 e 1963, entre os quais o então estudante Osvaldo Catan,[43] haviam se reposicionado politicamente com a vitória do grupo de oposição que venceu as eleições para o Executivo estadual, ocorridas em 1962. Neste sentido, tanto essas autoridades políticas quanto alguns membros da direção da UEES estavam colhendo os frutos do apoio outrora despendido à campanha do grupo oposicionista ao governo do Estado de Sergipe.

Negociada em meio às disputas político-partidárias estaduais, a antiga aspiração da UEES tinha por objetivo fornecer "refeições diárias aos estudantes, devidamente identificados". O preço dessas refeições foi estabelecido tomando como critério o número de refeições que cada estudante fazia. Desta forma, aqueles que faziam sessenta refeições por mês pagavam o valor de trinta cruzeiros para cada uma delas; já os que faziam trinta refeições por mês, pagavam cinquenta cruzeiros, e por fim, aqueles que faziam refeições avulsas e de modo esporádico pagavam oitenta cruzeiros por cada refeição.[44]

Presumem-se, do exame desses critérios, ao menos três preocupações: a primeira era de que os serviços prestados pelo restaurante deveriam ser disponibilizados para os universitários, sobretudo àqueles que

41 GAZETA DE SERGIPE. *Inaugurado ontem o Restaurante Universitário*. Ano VII, n. 2201, 12 de maio de 1963, p. 1.
42 Op. cit.
43 CATAN, Oswaldo. "Verdadeiro sentido das reivindicações estudantis". In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2853, 10 de julho de 1962, p. 2.
44 GAZETA DE SERGIPE. *Inaugurado ontem o Restaurante Universitário*. Op. cit.

não mantinham residência em Aracaju, um percentual estimado em pelo menos 20% dos estudantes;[45] a segunda residia no uso do critério do quantitativo das refeições efetivadas por cada estudante para reduzir o valor pago por aqueles que mais utilizavam o serviço; e a terceira preocupação referia-se à questão de que o serviço de assistência estudantil oferecido pelo Restaurante Universitário era prestado pelo órgão estadual de representação universitária, a UEES, a todos os estudantes que necessitassem do serviço, fossem eles vinculados a instituições de ensino superior públicas ou privadas.

Dessa forma, a preocupação da UEES em divulgar os critérios utilizados pelo Restaurante Universitário no atendimento e na cobrança de valores das refeições que seriam servidas, além de externar a transparência por parte dos gestores estudantis quanto ao emprego dos recursos utilizados naquela atividade, indicava também a relevância da prestação desse tipo de assistência aos estudantes. Segundo Zelita Rodrigues Correia dos Santos, na época 4ª vice-presidenta da UEES, o funcionamento do Restaurante Universitário ficava sob a responsabilidade de alguns membros da direção daquela instituição, os quais faziam as compras dos alimentos para preparação das refeições, contratando uma pessoa para prepará-los.[46]

4. OS ESTUDANTES, A SEGUNDA UNE-VOLANTE E O CPC DA UEES

Ainda no ensejo da inauguração do Restaurante Universitário, o representante da UNE, conhecido como Teixeira, aproveitou a solenidade para divulgar a segunda visita do CPC da UNE em Aracaju. Conforme ele declarou ao jornal *Gazeta de Sergipe*, como essa visita não havia sido programada, a sua presença na cidade tinha o objetivo de realizar

45 CRUZ, José Vieira. *Juventude e identificação social*: experiências culturais dos universitários em Aracaju/SE (1960-1964). 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2003, pp. 73-78.

46 SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/2011.

os contatos com as entidades estudantis locais acerca das atividades que seriam promovidas pela citada caravana cultural.[47]

Segundo a universitária Zelita Rodrigues Correia dos Santos, que na época também era coordenadora estadual do Movimento Popular de Cultura, a vinda da caravana da UNE a Aracaju tinha por objetivo promover a campanha de politização através da arte junto aos estudantes, operários e camponeses.[48] Para o jornal *Gazeta de Sergipe*, em editorial intitulado "Centro de Cultura Popular", publicado em 24 de abril de 1963, as atividades relacionadas a esse movimento popular de cultura constituíam um importante acontecimento social, seja estimulando a juventude universitária a se interessar pela "educação do povo", seja despertando naqueles, através de novos métodos didáticos, o sentimento político necessário para "as tarefas de emancipação econômica do país".[49] A esse respeito, presume-se das declarações da coordenadora estadual do Movimento Popular de Cultura (MCP) e do editorial do mencionado periódico o significado social conferido, naquele momento, às atividades desenvolvidas por esses centros de cultura e, por conseguinte, à expectativa alimentada em torno da passagem da segunda UNE-volante por Aracaju.

Dessa forma, a passagem da segunda caravana da UNE-volante por Aracaju em 1963, ocorrida sob a coordenação do estudante Vinicius Caldeira Brant, na época presidente da UNE, foi aguardada com expectativa por parte da sociedade e pelos estudantes, sobretudo por aqueles envolvidos com os movimentos de cultura e educação popular. A exemplo de 1962, essa caravana procurou aproximar os estudantes dos debates políticos sobre a realidade vivida pela sociedade, ou melhor, usando a expressão da época, "pelo povo brasileiro".[50]

47 GAZETA DE SERGIPE. *Aracaju quer CPC da UNE*. Ano VII, n. 2201, 12 de maio de 1963, p. 1.
48 GAZETA DE SERGIPE. *UNE-volante virá com o CPC*. Ano VII, n. 2204,16 de maio de 1963, p.1.
49 DANTAS, Orlando. "Centro de Cultura Popular" [editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2187, 24 de abril de 1963, p.2. Ver também a respeito: LEITE, Sebastião Uchoa. "Cultura Popular: esboço de uma resenha crítica". In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular*: memórias dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, pp. 247-270; e, ainda em: ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira identidade nacional*. 3. ed. São Paulo: Brasilense, 1985, pp. 68-78.
50 GAZETA DE SERGIPE. *Amanhã em Aracaju: UNE-volante com o CPC*. Ano VII, n. 2206, 18 de maio de 1963, p.1 e p.6.

Não obstante as críticas de natureza estética quanto à forma empregada por essa proposta política de uso da arte, que, por vezes, lançava uso de expressões estrangeiras, como *royalties,* ou de expressões teóricas, como imperialismo, nem sempre compreendidas pelo povo,[51] a proposta cepecista contribuiu para inflamar "a participação estudantil", que passou a percorrer as cidades do interior do estado juntamente com os demais participantes dos movimentos populares de cultura.[52] Nessa segunda passagem, constou da programação de atividades da UNE-volante no estado a exibição do filme "Cinco vezes favela", ocorrida no Cine Palace; a encenação da peça "O filho da besta torta de Pajeú", de autoria de Oduvaldo Viana Filho; entre outras atividades.[53]

Na esteira das experiências fomentadas pelas ideias cepecistas, a UEES, já envolvida com o debate a respeito da reforma universitária e da criação de uma universidade em Sergipe, fundou um Centro Popular de Cultura, o CPC da UEES. Esta agência de política cultural passou a atuar de modo direto nos movimentos de educação e cultura popular, imprimindo-lhes uma concepção de ensino definida como "revolucionária". Esta concepção de ensino foi previamente externada por esse grupo desde o início de suas apresentações, como se pode perceber na letra do hino do CPC da UEES:

> Hino do CPC da UEES
>
> Centro de Cultura
> Vai apresentar
> A todos vocês (bis)
> A Cultura Popular
>
> A cultura que vem do povo
> Cultura para libertar
> Cultura do grupo novo (bis)
> Cultura Popular

51 DANTAS, Orlando. "Centro de Cultura Popular" [editorial]. Op. cit.
52 DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-964)*. Op. cit., p. 279.
53 GAZETA DE SERGIPE. *Amanhã em Aracaju: UNE-volante com o CPC*. Ano VII, n. 2206, 18 de maio de 1963, p.1 e p.6.

Povo de Sergipe
Povo brasileiro
Escute com atenção
Nosso grito de guerreiro
Grito de luta de toda a nação
Que levará o povo à revolução[54]

[Desperta, povo brasileiro,
Que a hora já chegou
Hora da liberdade (bis)] [55]

Alimentando essa linha de atuação, o CPC da UEES participa do I Festival de Cultura Popular, evento patrocinado pela coordenação do Movimento de Cultura Popular mantido pela Secretaria de Educação do Estado.[56] Dentro deste contexto, ao se avaliar o teor do hino e a participação em eventos dos estudantes/artistas cepecistas da UEES, percebe-se como eles compartilhavam tanto a necessidade de fomentação de experiências de alfabetização como a de que essas experiências surgissem a partir da valorização da cultura popular presente nas tradições folclóricas do estado, a exemplo do "Grupo Guerreiro", que serviu de inspiração para a indumentária, o hino e as coreografias do mencionado CPC.

5. O CONGRESSO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE SERGIPE DE 1963

A participação dos universitários nos movimentos populares de cultura e nos debates a respeito da reforma universitária, em especial sobre a criação de uma universidade no estado, embalou a realização do

54 A letra deste hino foi recordada por José Alexandre Felizola Diniz, presidente do CPC da UEES, entrevistado pela pesquisadora Clésia Oliveira Caetano Santos em setembro de 1966, ver em: CRUZ, José Vieira da, MENEZES, Magna et *ali*. *O Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes e a UNE-volante em Sergipe (1962-1964)*. Op. cit., p. 33.

55 Em colchetes um dos refrãos do hino do CPC da UEES recordado por SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/11.

56 GAZETA DE SERGIPE. *Empolga o Movimento de Cultura Popular*. Ano VIII, n. 2243, 04 de julho de 1963, p.1.

XIII Conclave da UEES, ocorrido nas instalações da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, entre os dias 10 e 15 de setembro de 1963.[57] Segundo o jornal *Gazeta de Sergipe*, além desses temários, o mencionado congresso também foi palco de investidas de grupos de estudantes ligados ao IBAD que procuraram impedir o andamento do conclave. E, como de regra, o jornal não chega a mencionar quais seriam esses grupos e nem identifica quem seriam esses estudantes.[58]

No geral, o XIII Congresso da UEES parece ter sido marcado por polarizações que terminaram por provocar a necessidade de um novo arranjo político entre os grupos que dele participavam para compor a nova direção da entidade. A esse respeito, Zelita Rodrigues Correia dos Santos, já na condição de militante da Ação Popular (AP), recorda-se de que ele foi marcado por disputas duras, mas que ao final, o grupo do qual ela fazia parte terminou por apoiar a eleição da nova diretoria da entidade, tendo à frente o estudante de química Adalberto Pinto Carvalho. Este, segundo Santos, havia feito parte da UNE e teria vinculações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), não sendo em sua opinião o candidato ideal.[59] Não obstante essa ressalva, o encerramento desse congresso resultou na eleição por unanimidade da nova diretoria da UEES para a gestão 1963-1964,[60] justamente a gestão que enfrentaria a turbulência política da implantação do golpe civil-militar.

Ainda sobre o processo de negociação para eleição dessa nova diretoria, não obstante ter contado com o apoio da gestão anterior – na qual muitos dos integrantes militavam entre a Juventude Universitária Católica (JUC) e a AP[61] –, esse processo parece ter exigido uma ampliação do arco de alianças para comportar outras tendências ou organizações políticas que atuavam no movimento estudantil universitário em Sergi-

57 GAZETA DE SERGIPE. *XIII Congresso dos universitários*. Ano VIII, n. 2887, 7 de setembro de 1963, p.1 e p.6.

58 GAZETA DE SERGIPE. *Venceu a "Unidade" no congresso dos universitários sergipanos*. Ano VIII, n. 2904, 17 de setembro de 1963, p.1.

59 SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/11.

60 GAZETA DE SERGIPE. *Venceu a "Unidade" no congresso dos universitários sergipanos*. Op. cit

61 Não temos como precisar em que momento ocorreu a passagem dos militantes da JUC para a AP, nem tampouco quais deles teriam permanecido na JUC e quais teriam migrado para a AP.

pe, entre as quais o PCB. O resultado dessa negociação, portanto, foi a inscrição de apenas uma chapa para o pleito: a chapa Unidade.

Na avaliação do jornal *Gazeta de Sergipe*, a composição de uma única chapa para disputar as eleições ocorridas no XIII Congresso da UEES significava "uma grande demonstração de harmonia e unidade" entre os universitários de Sergipe.[62] No entanto, essa demonstração de harmonia e unidade estudantil destacada pelo jornal mascara pelo menos duas disputas: por um lado, a disputa entre os estudantes próximos ao IBAD – ou assim denominados pelo jornal e pelas demais tendências estudantis do período – e os estudantes próximos aos movimentos populares de cultura, notadamente militantes da JUC, da AP e do PCB; e, por outro lado, a disputa dentre os estudantes desses movimentos populares pela direção da entidade em meio a uma crise de hegemonia.

Essa crise de hegemonia, por sua vez, pode ser atribuída a pelo menos dois acontecimentos: o primeiro deles relaciona-se ao desgaste que o grupo que esteve à frente da greve por "um terço" pode ter sofrido, uma vez que, não obstante as conquistas obtidas sob a liderança da UEES, o movimento prolongou-se por mais de dois meses, expondo suas lideranças e o grupo que os apoiava a constantes embates;[63] e o segundo acontecimento relaciona-se ao embate da JUC frente às orientações colocadas por setores mais conservadores da Igreja que culminaram no surgimento da AP e na divisão daquela juventude.

6. OS ESTUDANTES, A UEES E O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

Esse processo de composição política parece não ter sido suficiente para que a nova gestão da UEES mantivesse o fluxo de algumas atividades, em particular as relacionadas ao CPC da UEES. Zelita Rodrigues Correia dos Santos, coordenadora estadual do MCP e ex-participante do mencionado CPC, ao avaliar a estagnação das atividades daquele

62 GAZETA DE SERGIPE. *Venceu a "Unidade" no congresso dos universitários sergipanos*. Op. cit.
63 DANTAS, José Ibarê Costa**.** *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Op. cit., p. 314.

grupo de cultura popular, ressalta a importância de se manter o "élan social" característico da luta universitária em Sergipe.[64]

A crítica à estagnação das atividades do CPC da UEES ocorre justamente no momento em que as experiências/movimentos de educação e cultura popular no estado passavam por um momento de difusão, a exemplo do MEB, do MCP e, em particular, do esforço de arregimentar em torno da implantação do método Paulo Freire, através da Campanha Nacional de Alfabetização (CNA).[65]

Nesse sentido, em face da importância conferida aos movimentos de cultura e educação popular, inclusive pelos estudantes universitários, muitos dos quais eram participantes dessas experiências, a direção da UEES logo passou a informar a sociedade sobre o planejamento e os esforços que seriam despendidos para a retomada das atividades do CPC da UEES em 1964.[66] Além do anúncio de que as atividades cepecistas seriam retomadas, a entidade também declarou à imprensa a obtenção de recursos da ordem de seis milhões de cruzeiros para o Restaurante Universitário[67] e a pretensão de a entidade comercializar livros didáticos a preços de custo. Além disso, por interferência da UEES, ocorreu "o preenchimento total nas vagas das escolas superiores" e a "realização de segunda chamada para curso[s] de habilitação em quatro faculdades".[68]

Segundo José Alexandre Felizola Diniz, a realização desse planejamento e dessas lutas do movimento estudantil universitário de Sergipe foi desarticulada logo em abril de 1964 com a invasão à sede da UEES e a retirada dos documentos da entidade.[69] A partir daquele momento não apenas foram interrompidas as experiências/movimentos de cultura e educação popular, como também passaram a ser objeto de restrição

64 SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. "[coluna] Coluna de cultura popular". In: *Gazeta de Sergipe*. Ano IX, n. 2327, 1º de fevereiro de 1964, p.3.

65 GAZETA DE SERGIPE. *Método Paulo Freire: 200 mil pessoas serão alfabetizadas!*. Ano VIII, n. 2989, 15 de dezembro de 1963, p.1.

66 GAZETA DE SERGIPE. *UEES venderá livros didáticos por preços populares aos universitários*. Ano IX, n. 2359, 12 de março de 1964, p.1.

67 GAZETA DE SERGIPE. *6 milhões para o restaurante da UEES*. Ano IX, n. 2355,7 de março de 1964, p.1 e p.6.

68 GAZETA DE SERGIPE. *UEES venderá livros didáticos por preços populares aos universitários*. Op. cit.

69 DINIZ, José Alexandre Felizola. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 12/03/1998.

por parte do Estado a autonomia política das entidades estudantis. Esse foi um dos primeiros reflexos do novo ordenamento político que passava a ser imposto à sociedade civil brasileira, ou ao menos à parte dela, naqueles 21 anos que estavam por vir.

Em Sergipe, apesar do triunfalismo do "clima de pré-revolução", mencionado por Ibarê Dantas, os novos rumos da política nacional não evidenciaram um movimento de resistência armada. Entretanto, o fato de o estado ter um governador afinado com o discurso das reformas, de um bispo progressista – que estimulava os movimentos populares de cultura e a organização sindical dos camponeses –, de setores da grande imprensa simpáticos à causa das reformas de base, de sindicalistas e de estudantes envolvidos com os movimentos populares, foi fomentada uma teia de inquietações quanto ao desfecho da inflexão política iniciada no país entre o final de março e o início de abril de 1964.

Em meio a essa inquietação, o então governador João de Seixas Dória reiterou, em discurso proferido nas emissoras de rádio, sua posição nacionalista, constitucional e a favor das instituições democráticas. Proferido de forma serena, esse discurso pedia tranquilidade à população diante dos rumos que a política do país estava tomando. Por isso, por não ter aderido à nova ordem política que foi imposta através de um golpe civil-militar e por defender a Constituição e o estado democrático de direito, Seixas Dória foi deposto, preso, processado e perdeu seu mandato, tendo ocorrido o mesmo com Miguel Arraes, governador de Pernambuco, e Mauro Borges, governador de Goiás. Discussão a ser abordada no próximo capítulo.

PARTE II

DO ILUSÓRIO TRANSITÓRIO À RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

Convocação (II parte)

o fel do agora
amarga
mas é **ilusório**
as botas esmagam
mas pisam o **transitório**

o suor roubado durante séculos
o sangue derramado na luta milenar
o pranto chorado na falta de pão
na falta de amor, na escravidão
o grito abafado pelos grilhões traiçoeiros
as grades cruzadas para quem ousa amar o irmão quando a Paz é crime
a vida feita de amarra dela mesma

tudo
faz brotar do solo
holocausto luminoso
do escuro passado
fazendo o braço que trabalha
dono da terra
da usina, do arado
e o coração viver do amor
cantando a canção do amanhã libertado[1]

1 VIEIRA, Mário Jorge Menezes. *Poemas de Mário Jorge*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1982, p. 42 (negrito nosso).

CAPÍTULO V

O GOLPE, A SOCIEDADE E O (DES)COMPASSO DO ME EM SERGIPE

1. A FMP, O GOLPE DE 1964 E SUAS DESVENTURAS

No decurso dos acontecimentos de março de 1964, as perseguições aos aliados do presidente João Goulart e do governador João de Seixas Dória, no caso do Estado de Sergipe, atingiriam diretamente organizações sindicais, camponesas, estudantis e os movimentos de cultura e educação popular, assim como os participantes da Frente de Mobilização Popular (FMP). Os militantes e os simpatizantes desses movimentos próximos à FMP defendiam as denominadas reformas de base – reforma agrária, reforma urbana, reforma universitária, entre outras – e um modelo de democracia de tipo nacional e popular.[2]

Essa frente havia organizado núcleos em vários estados da federação com o intuito de propagar as ideias e as propostas do movimento. Estas propostas eram reforçadas por demandas locais, cujo objetivo consistia em fortalecer os chamados governos "progressistas e populares". O padre Lages, um dos componentes dessa frente, em entrevista concedida ao jornal *Gazeta de Sergipe*, ao mencionar a diversidade de forças que constituíam o movimento, enfatizou que a ampliação do movimento estava "aberta aos ideais de reformas que a Nação reclama em favor do bem-estar coletivo do povo brasileiro".[3]

Nessa entrevista, o padre Lages deixa evidente a necessidade de modificar a estrutura socioeconômica do país em favor do bem-estar coletivo como mola propulsora do movimento. Entretanto, as mobilizações

2 FERREIRA, Jorge. "A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 24, 2004, pp. 181-212.

3 GAZETA DE SERGIPE. *Frente de Mobilização Popular* [editorial]. Ano VIII, n. 2.199, 10 de maio de 1963, p. 2.

e estratégias adotadas pela FMP não foram suficientes para lidar com as reticências de setores conservadores da sociedade brasileira quanto à proposta de reformas vinculadas à maior participação social nos processos políticos de tomada de decisão. Nesse sentido, na avaliação de Jorge Ferreira, os resultados desse enfrentamento "foram fatais para a democracia e, sobretudo, dolorosos para os que conheceram as prisões da ditadura e o exílio".[4] Referindo-se a esse movimento em Sergipe, Ibarê Dantas destacou que a FMP "tentou unificar os movimentos de esquerda, mas já num clima de pré-revolução, sem jamais conseguir estabelecer sólida articulação nem grande organicidade".[5]

Para Ibarê Dantas, portanto, a proposta da FMP acerca da necessidade das reformas de base para que a nação modificasse a sua estrutura social esbarrou no triunfalismo antecipado e na desarticulação do movimento. Estes enfoques, segundo o autor, terminaram por desviar o movimento da tarefa de construção de uma representação política em favor da "organização da revolução", contribuindo para incitar a "reação dos conservadores civis e militares até ser surpreendido pela mobilização **contra-revolucionária**".[6] Esse historiador, ao caracterizar os acontecimentos políticos e militares ocorridos no Brasil a partir do final de março de 1964, como contrarrevolucionários, compreendeu que os acontecimentos históricos mencionados haviam sido precedidos de "uma revolução em marcha, visando a transformar o regime liberal-democrático em socialista", fatos que justificavam, segundo sua interpretação, "qualificar a intervenção dos militares de contra-revolução".[7]

Ao considerar a perspectiva da "contrarrevolução", causada pelo triunfalismo antecipado e descoordenado dos movimentos nacionalistas e populares, Dantas aproxima-se das posições de Florestan Fernandes[8] e Fernando Henrique Cardoso[9] e prefere tratar o momento político em discussão como uma situação de "tutela militar",

4 FERREIRA, Jorge. Op. cit., p. 210.
5 DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Op. cit., p. 314.
6 Op. cit., p. 314 (negrito nosso).
7 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1985*: partidos políticos num estado autoritário. Op. cit., p. xix.
8 FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
9 CARDOSO, Fernando Henrique. *Movimento político brasileiro*. São Paulo: Difel, 1972.

derivando dessa posição inclusive o título da obra que publicou a respeito: *A tutela militar em Sergipe*.[10] Sua interpretação indica, assim, que os militares controlaram tanto o Estado (sociedade política) como a sociedade civil, sendo que no caso desta última, com o consentimento e a colaboração dos setores contrários aos movimentos de reformas e aos movimentos populares. Ao fazer isso, não obstante suavize o debate a respeito, discute a natureza da nova ordem política estabelecida em 1964, considera o clima pré-revolucionário existente e avalia a participação tanto de militares quanto de setores civis colaboracionistas. Além disso, discute como as mudanças políticas impostas não atendiam parte considerável da sociedade civil.[11]

Em termos historiográficos, além do entendimento acerca do sentido contrarrevolucionário dessa inflexão política,[12] outras interpretações defendem o viés revolucionário do movimento militar de março de 1964[13] e o caráter de classe assumido pelo golpe deflagrado pela coalizão civil-militar instalada no país.[14] Esse debate tem se renovado

10 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1985*. Op. cit.

11 Avaliando a contribuição historiográfica de Ibarê Dantas, Sá enfatiza que talvez "sua principal contribuição seja o livro sobre o período da ditadura militar em Sergipe, quando polemiza com vertente explicativa que caracteriza a intervenção militar de 1964 como 'golpe de estado', como foi o caso de Manoel Correia de Andrade, em *1964 e o Nordeste*". Ver a respeito em: SÁ, Antônio Fernando de Araújo. "A historiografia Sergipana nos últimos 50 anos: tentativa de avaliação crítica". In: GLEIZER, Raquel (Org.). *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011, p. 347.

12 Entre os que partilham dessa interpretação, destacam-se: CARDOSO, Fernando Henrique. *Movimento político brasileiro*. Op. cit.; FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaios de interpretação sociológica. Op. cit., entre outros.

13 Interpretação presente nos discursos dos presidentes militares e nos livros de memórias de autoridades militares que atuaram no mencionado acontecimento. Destacam-se a respeito: CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *A revolução e os trabalhadores* [discurso]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1965, 12 p.; MOTTA, Arilcides de Moraes (Coordenação Geral). *31 de março*: o movimento revolucionário e sua história. 13 tomos, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, entre outros. E ainda em torno dessa discussão, destaca-se: CASTRO, Celso. "Comemorando a 'revolução' de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros". In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paulo; QUADRAT, Samatra Viz (Orgs). *Ditadura e democracia na América Latina*: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008, pp. 119-142. E ainda a respeito dos discursos celebrativos da "Revolução de 1964", ver: "Os discursos de celebração da 'Revolução de 1964". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 62, 2012, pp. 117-140.

14 Entre os que partilham dessa interpretação, destacam-se: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*: ação política, poder e golpe de classe. Tradução Ayeska Branca de Oliveira Farias, Ceres Ribeiro, Pires de Freitas, Else Ribeiro Pires Vieira e Glória Maria de Mello Carvalho. Petrópolis: Vozes, 1981; ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Op. cit., entre outros.

nos últimos anos, indicando não apenas a relevância desse objeto de estudo, como também a sua importância política para o fortalecimento da democracia em detrimento do autoritarismo praticado durante a ditadura civil-militar que se instalou no país nos 21 anos que seguiram.[15]

Em torno dessa discussão historiográfica, a interpretação de que a citada inflexão política consistiu em um golpe de estado tem sido destacada nos últimos balanços históricos ocorridos no país a respeito da questão.[16] Estes estudos comparativos têm relacionado as repercussões provocadas pelos golpes de Estado às correspondentes ditaduras civil-militares que deles decorreram no contexto da América Latina.[17] Desta forma, a utilização dos termos golpe civil-militar e ditadura civil-militar, para se referir aos acontecimentos ocorridos a partir de março de 1964, reflete essas discussões e a posição interpretativa deste livro.

Além desse debate historiográfico, a mencionada inflexão política ocorrida no país em março de 1964 estabeleceu, por um lado, uma nova ordem institucional pautada no controle da sociedade em nome do interesse nacional, sob o controle dos militares e o apoio de parte da sociedade civil. Por outro lado, apesar das tentativas do governo para desarticular a sociedade civil, alguns de seus segmentos criaram dificuldades para a construção desse bloco hegemônico, construindo estratégias de contra hegemonia, no sentido gramsciano do termo.[18]

---

15 Entre os estudos a esse respeito, destacam-se: CARDOSO, Lucileide Costa. "Construindo a memória do regime de 64". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 14, n. 27, pp. 179-196, 1994; FICO, Carlos. *Além do golpe*: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004; SCHMIDT, Benito Bisso. "Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois". In: *Anos 90,* Porto Alegre, v. 14, n. 26, pp. 127- 156, dez. 2007, entre outros.

16 ANPUH. "Dossiê Brasil: 1954-1964". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 14, n. 27, 1994; e: ANPUH. "Dossiê Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964) ". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

17 FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paulo; QUADRAT, Samatra Viz (Orgs). *Ditadura e democracia na América Latina*: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008. Ver também a esse respeito: RAMIREZ, Hernán. "Las dictaduras de Brasil y Argentina: su caráter cívico-militar, de contrarevolución y refundacional". In: *Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente*. Florianópolis: PPGH/UDESC; ANPUH-SC, 2011, pp. 905-916.

18 Ver a respeito em: GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Op. cit.; GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Op. cit.; e ainda em: ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. "O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe". Op. cit.

2. O GOLPE DE 1964 E A DEPOSIÇÃO DE SEIXAS DÓRIA

Em Sergipe, apesar do triunfalismo do "clima de pré-revolução", mencionado por Ibarê Dantas, os novos rumos da política nacional, além de não evidenciarem um movimento de resistência armada, fomentaram uma teia de inquietações quanto ao desfecho da inflexão política iniciada no país em março de 1964.[19] No desenrolar desses acontecimentos, por volta das 23 horas do dia 31 de março de 1964, o governador de Sergipe dirigiu-se ao palácio das Laranjeiras, local onde se encontrava o presidente João Goulart, que lhe comunicara a sua recusa em "tomar qualquer iniciativa, por achar que, assim fazendo, estaria ferindo a sua autoridade".[20] O presidente também comunicou a Seixas Dória que não pretendia levar o país a uma guerra civil, ao passo que sugeria aos governadores do Nordeste que ali passaram que fizessem "um apelo em favor de um entendimento geral", no que comentou a Dória que o Lomanto, governador da Bahia, já havia assegurado que ia lançar um manifesto. E que outros governadores também fariam o mesmo.[21]

Após esse contato com o presidente, o governador Seixas Dória inicia sua viagem de retorno a Aracaju, fazendo antes uma escala em Salvador, onde se reuniu com o governador Lomanto Júnior. Nessa oportunidade, já tendo conhecimento pelos noticiários radiofônicos de que João Goulart havia solicitado asilo político, foi informado pelo governador da Bahia que o IV Exército já havia se posicionado em favor do "movimento revolucionário" e que Miguel Arraes havia sido preso em Pernambuco. Diante desse quadro político, Lomanto Júnior teria apresentado a ele um novo manifesto. A respeito deste texto, fica a dúvida se o governador da Bahia também havia publicado a sua primeira versão ou somente aquela apresentada ao governador de Sergipe.[22]

19 DANTAS, José Ibarê Costa**.** *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Op. cit., p. 314.
20 DÓRIA, João de Seixas. *Eu, réu sem crime*. 5. ed. Aracaju: Editora Gráfica J. Andrade/ASL/Fundação Oviêdo Teixeira, 2007, pp. 53-54.
21 DÓRIA, João de Seixas. *Eu, réu sem crime*. Op. cit., pp. 53-54.
22 Op. cit., p. 54.

Naquele momento, o governo de Lomanto Júnior refletia em suas decisões os arranjos e desarranjos do jogo político-partidário brasileiro em curso no início da década de 1960. Eleito pela coalizão UDN-PTB que havia derrotado o candidato Waldir Pires do PSD, Lomanto Júnior equilibrava-se como um "algodão entre cristais". Desta forma, apoiado pela elite agrária baiana, advogou em favor dos problemas nacionais, do presidencialismo de Jango e da criação da SUDENE. Entretanto, pela natureza dos compromissos políticos assumidos com o seu eleitorado estadual, defendia que a resolução desses problemas deveria ser descentralizada, cabendo a cada estado encontrar os encaminhamentos mais adequados.[23] Seguindo essa linha política, Lomanto Júnior subscreveu um manifesto em defesa da legalidade constitucional, publicado em 1º de abril de 1964, com o seguinte título destacado na matéria de capa do *Jornal da Bahia*: "Lomanto assegura fidelidade a JG!".[24]

O manifesto publicado, possivelmente a versão reelaborada apresentada por Lomanto Júnior a Seixas Dória, colocava-se de um modo genérico a favor da legalidade democrática e repugnava a possibilidade de uma guerra civil. Nos dias seguintes, além da repulsa a uma possível guerra civil, Lomanto Júnior passa a ressaltar o papel das forças armadas e a apoiar o "movimento revolucionário" por eles deflagrado.[25] Desta forma, Lomanto Júnior não demorou a aderir à causa da "Revolução", evitando com isso o destino de alguns governadores de sua época, a exemplo de Seixas Dória, governador de Sergipe, e Miguel Arraes, governador de Pernambuco, os quais foram presos, processados e perderam os seus mandatos.

No caso do governador Seixas Dória, ao retornar a Aracaju na tarde de 1º de abril de 1964, mesmo ciente dos rumos que o movimento civil-militar estava tomando e avisado de que se fizesse um pronun-

23 Ver a respeito em: DANTAS NETO, Paulo Fabio. "Quebra da casca do ovo: a elite baiana e a obra do golpe de 1964**".** In: *Observa Nordeste*: O Golpe de Estado de 1964 no Nordeste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, s/d. Disponível: < http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_01.pdf >. Acessado em 11/10/2010; e em: FERREIRA, Muniz Gonçalves. *"O Golpe de Estado de 1964 na Bahia"*. In: *Observa Nordeste*: O Golpe de Estado de 1964 no Nordeste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, s/d. Disponível: <http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf >. Acessado em 11/10/2010.

24 BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Op. cit., pp. 68-69.

25 Op. cit., pp. 69-72.

ciamento contrário à "revolução" colocaria em risco o seu mandato e a sua liberdade, dirigiu-se à Rádio Difusora de Sergipe e, por volta das 22 horas, leu para a população um discurso sereno. Nele, procurou reafirmar os princípios cristãos, populares e nacionalistas que orientaram sua linha de conduta; defendeu a legalidade institucional, as instituições democráticas, os mandatos populares e as reformas estruturais, democráticas e cristãs, que incorporassem "ao organismo social vivo da nacionalidade as populações marginalizadas pela vigência de uma ordem anacrônica e semifeudal".[26] Solicitou ainda ao povo sergipano a "maior serenidade e equilíbrio, e que evitem tudo que possa trazer maiores prejuízos e sofrimento para as massas populares tão injustiçadas e sofridas".[27] E concluiu sua mensagem desejando que "Deus nos guie neste momento difícil da história da nossa Pátria!".[28]

Nesse pronunciamento, portanto, o governador Seixas Dória, sem fazer referência direta ao presidente João Goulart, reconhece a gravidade do momento político e pede "serenidade e equilíbrio" à população. Dória expressa também a preocupação de que fossem evitados enfrentamentos ou quaisquer outras formas de confronto social. E ainda se mantém coerente com seus princípios, ao tempo que reconhece a impossibilidade de uma reação frente aos acontecimentos políticos que estavam em andamento. A leitura dessa mensagem, ainda que não tenha, na avaliação de Dória, se confrontado com os pronunciamentos dos "revolucionários", foi suficiente para que, na madrugada do dia 2 de abril de 1964, horas depois de seu pronunciamento, ele recebesse ordem de prisão do comandante do 28º Batalhão de Caçadores (28º BC).[29]

Em concomitância a esse desfecho autoritário, após as primeiras notícias do deslocamento das tropas do IV Exército, lideranças políticas, trabalhadores e estudantes foram às ruas buscar informações. Alguns trabalhadores saíram do bairro Industrial em passeata rumo ao centro de Aracaju, tendo à frente a figura do deputado federal Euvaldo Diniz. Mas o que parece o esboço de um processo de resistência foi rapida-

26 DÓRIA, João de Seixas. *Eu, réu sem crime*. Op. cit., p. 56-57.
27 Op. cit.
28 Op. cit.
29 Op. cit., pp. 58-59.

mente dissolvido por intervenção do major Silveira, comandante do 28º BC. Este mesmo oficial, ambientado já há alguns anos no estado, além de dissolver a passeata mencionada de modo diligente, recrutou também as rádios locais para formarem uma rede de emissoras com o objetivo de divulgarem, sob a locução do radialista Santos Mendonça, a "Cadeia da Democracia" em apoio ao movimento "revolucionário".[30]

A experiência desse e de outros oficiais com os acontecimentos decorridos em Sergipe em 1961 – quando dos desdobramentos decorrentes da renúncia de Jânio Quadros, em face do posicionamento de políticos e de movimentos sociais em favor da legalidade institucional, entre os quais estavam os universitários, que haviam esboçado naquela ocasião uma greve de apoio à manutenção da ordem institucional[31] – possivelmente deve ter favorecido as rápidas tomadas de decisão dos militares para desarticular possíveis movimentos de contestação no estado. Esse relativo conhecimento do contexto estadual por parte do comando militar pode ter contribuído para explicar aquilo que o historiador Ibarê Dantas havia frisado quanto ao fato de que, apesar das arbitrariedades, prisões e maus-tratos, "devemos reconhecer que as brutalidades ocorridas em Sergipe, nestes primeiros meses de ordem autoritária, não atingiram as dimensões de outros Estados".[32]

Voltando às incertezas políticas provocadas pelas primeiras notícias acerca do golpe, no transcorrer da quinta-feira, 2 de abril, a capital do estado, Aracaju, assiste ao fechamento de escolas, dos mercados municipais e do comércio. Neste ínterim, comerciários, estudantes e demais populares deslocavam-se em direção à rua João Pessoa, rumo à praça Fausto Cardoso, para se aglutinarem nas proximidades do palácio Olímpio Campos, sede do governo estadual. As notícias e as fotos sobre essa movimentação de populares, publicadas na primeira página da edição vespertina do jornal *Gazeta de Sergipe* daquele dia, contrastam com a publicação nessa mesma edição da manchete "IV Exército controla o Nordeste", indicando a rápida movimentação das forças armadas.[33]

30 GAZETA DE SERGIPE. *Agitação em Aracaju com a crise brasileira.* Ano IX, n. 2373, 2 de abril de 1964, [edição vespertina], p.4.

31 DAAMB. *Ata da 49ª sessão extraordinária do DAAMB da ESQS*, realizada em 29 de agosto de 1961. In: Localização no Arquivo Central da UFS: Fundo CCET-DQI, Caixa 25, item 78.

32 DANTAS, José Ibarê Costa**.** *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Op. cit., p.11.

33 GAZETA DE SERGIPE. *Agitação em Aracaju com a crise brasileira*. Op. cit.

Por um lado, a movimentação de populares indicava um possível esboço de apoio à ordem constitucional, a exemplo da crise política instalada em razão da renúncia de Jânio Quadros, quando muitos populares, inclusive estudantes, haviam se reunido na praça Fausto Cardoso em frente ao palácio Olímpio Campos em favor da legalidade institucional do país.[34] Dessa feita, a movimentação de populares, entre eles estudantes, e o fechamento de estabelecimentos públicos e privados não foram seguidos por nenhuma Campanha da Legalidade, como a comandada por Leonel Brizola em 1961. Nesse outro contexto, muito ao contrário: a confirmação da renúncia do presidente João Goulart, a mensagem serena e pouco entusiasmada do governador Seixas Dória e o anúncio de que o IV Exército controlava o Nordeste pareciam soar como uma ducha de água fria para aqueles que se aglomeravam em praça pública na expectativa de que alguma reação pudesse acontecer. Por outro lado, a imagem de soldados do Exército perfilados em alguns pontos da cidade e o discurso de que a ordem social estava sob controle no Nordeste, em razão das movimentações do IV Exército, indicavam que as tentativas anteriores de golpe no país – o caso do suicídio de Getúlio Vargas em 1954 e o episódio da renúncia de Jânio Quadros em 1961– naquele momento haviam sido consolidadas.[35]

Entretanto, mais que anunciar um momento de indefinições, essa edição vespertina do jornal *Gazeta de Sergipe* informava também a alteração na chefia do Executivo estadual, com a passagem do poder do governador João de Seixas Dória para o vice-governador Sebastião Celso de Carvalho. Esta transferência de poder é ilustrada à esquerda com a foto do governador João de Seixas Dória, associada à informação de que ele "se encontrava em Salvador em entendimento com as Forças Armadas", e à direita com a foto do governador em exercício Sebastião Celso de Carvalho, vinculada à informação de que, a partir daquela data, ele "assumia o Governo mais uma vez, como substituto legal".[36]

34 SANTOS, Zelita Rodrigues Correia. Entrevistada por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 04/08/1998.

35 GAZETA DE SERGIPE. IV Quarto Exército controla o Nordeste". Ano IX, n. 2373, 2 de abril de 1964, [edição vespertina], p.1

36 GAZETA DE SERGIPE. *Nova alteração na chefia do executivo*. Ano IX, n. 2373, 2 de abril de 1964, [edição vespertina], p.1.

O jornal informou também que essa alteração no Executivo estadual ocorreu em razão de o governador Seixas Dória ter se pronunciado, através da Rádio Difusora, em 1º de abril de 1964, a respeito do momento político que o país atravessava, motivo pelo qual ele havia sido "convidado" pelo comando militar do 28º BC a comparecer à sede da 6ª Região Militar, em Salvador, e que, em seu lugar, o vice-governador Celso de Carvalho estava tomando as providências para a "manutenção da ordem e [da] tranquilidade do Estado de Sergipe" e ainda que todo o secretariado se mantinha, à exceção do doutor "José Rosa de Oliveira Neto, chefe do seu gabinete [do governador Seixas Dória] que exonerou-se, a pedido, do seu cargo".[37]

A respeito de José Rosa de Oliveira Neto é importante ressaltar sua proximidade com o PCB desde 1950, quando passou a participar do movimento estudantil universitário junto ao CASR, vínculo político que o colocava na alça de mira dos participantes da chamada "Revolução gloriosa de 1964" – como os golpistas denominaram o mencionado movimento. Tal fato deve ter contribuído para sua decisão de não permanecer no governo diante do quadro político que se configurava. Além disso, a deposição de Seixas Dória foi acompanhada da cassação dos deputados estaduais Cleto Sampaio Maia (PRT), Antonio Fernando Viana de Assis (PR), José Nivaldo dos Santos (PR) e Baltazar José dos Santos (PSD), sendo que os três primeiros haviam declarado publicamente solidariedade ao governador deposto.[38]

Voltando à questão da prisão de Seixas Dória, em termos efetivos, o Exército, representado pelo major Lário Lopes Serrano, empossou o vice-governador, Celso de Carvalho, à frente do Executivo estadual. Esta decisão foi ratificada pela Assembleia Legislativa, que dois dias depois desse fato, sob instruções do IV Exército, declarou vago o cargo e oficializou Sebastião Celso de Carvalho como governador do Estado de Sergipe. Empossado governador, Carvalho concluiria seu mandato em 1967, quando então foi substituído pelo médico baiano, radicado em Sergipe,

37 GAZETA DE SERGIPE. *Nova alteração na chefia do executivo*. Op. cit.

38 Ver a respeito em: CARDOSO, Célia Costa. "Políticos cassados no Estado de Sergipe em 1964". In: *Caderno do tempo presente*, n. 02, 2011, pp. 1-10; CARDOSO, Célia Costa. "1964 em Sergipe: política e repressão". In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011, pp. 1-17; e em: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., pp. 7-8.

Lourival Batista, político vinculado ao IBAD e indicado pelos militares ao cargo de chefe do Executivo estadual.[39]

3. O GOLPE CONTRA OS SINDICATOS E OS TRABALHADORES

Para fazer frente a essa avalanche de acontecimentos, algumas lideranças sindicais, estudantis e políticas reuniram-se na sede do Sindicato dos Ferroviários, uma das entidades mais antigas e combativas dos trabalhadores no estado, para discutir como reagir contra aqueles acontecimentos.[40] Entretanto, enquanto as lideranças da sociedade civil não sabiam como deveriam proceder, os militares, por outro lado, mostraram-se diligentes e, após realizarem a prisão de sindicalistas da área da construção civil, cercaram o prédio da rede ferroviária federal – situado na praça dos Expedicionários, no bairro Siqueira Campos, periferia da cidade – e prenderam as lideranças sindicais e estudantis até o dia seguinte, quando houve a liberação destes.[41]

Antes dessas prisões, alguns militantes se sentiram estimulados a uma ação mais ousada, e na "madrugada, espremidos num jipe do militante comunista Antonio Joaquim", foram Paulo Barbosa, Luís Eduardo Costa, Marcélio Bonfim e Osvaldo Catan "tentar dinamitar uma torre da Chesf",[42] ação que deixaria o estado às escuras e poderia contribuir com outras possíveis ações de resistência. Essa ação, entretanto, foi dissuadida antes de sua conclusão com a notícia obtida através de um

39 A respeito desta "passagem de poder" tutelada pelo Exército, ver: DANTAS, José Ibarê Costa**.** *Tutela Militar em Sergipe, 1964/1984*: partidos políticos e eleições num estado autoritário. Op. cit., pp. 6-7; para conhecer a versão de João de Seixas Dória, ver: DÓRIA, Seixas. *Eu, réu sem crime*. Op. cit., sobre a posição de Sebastião Celso de Carvalho, ver: CARVALHO, Sebastião Celso de. *O destino acontece*. Aracaju: Livraria Regina, s/d. [discurso pronunciado em 1968].

40 DANTAS, José Ibarê Costa**.** *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984.* Op. cit**.,** p.1.

41 As narrativas desse episódio foram concedidas por José Silvério Leite Fontes, Marcélio Bomfim e Virgílio de Oliveira, através de entrevistas, ao historiador José Ibarê Costa Dantas. Ver a respeito em: DANTAS, José Ibarê Costa. Op. cit., pp. 1-2 e p. 27.

42 COSTA, Luís Eduardo. "Quando morre a liberdade" [prefácio]. In: ARAÚJO, Paulo Barbosa. *Os ícones de um terremoto*: Golpe Militar, repressão e resistência política. Aracaju: Diário Oficial, 2010, p.13.

"radinho de pilha [que] transmitia a fala soturna de Carlos Lacerda, anunciando a vitória do golpe e a fuga do Presidente".[43]

A narrativa desse episódio, escrita pelo jornalista Luís Eduardo Costa ao prefaciar o livro de memórias póstumas do também jornalista Paulo Barbosa, que na época do golpe era, juntamente com ele, estudante e militante político, termina com uma dura avaliação política de que até aquele momento parecia que eles tinham "brincado de fazer Revolução, talvez tenhamos abusado da liberdade, vamos agora nos preparar para viver sem ela por muito tempo".[44] Em outras palavras, essa foi uma avaliação negativa do triunfalismo antecipado daqueles que haviam tomado parte dos movimentos populares e nacionalistas que antecederam o golpe e, ao mesmo tempo, um lamento quanto aos efeitos provocados pela ditadura civil-militar imposta ao país.

Nos meses seguintes, dentre as organizações que esboçaram algum tipo de resistência à nova ordem política, os sindicatos foram os primeiros a ser desarticulados pelo governo com a utilização dos dispositivos intervencionistas herdados do período da ditadura do Estado Novo. A esses dispositivos foi adicionada a Lei 4.330, promulgada em 1º de junho de 1964, que regulamentava o direito de greve e reforçava o controle do Estado sobre os trabalhadores e seus sindicatos.[45] Na prática, segundo Alves, a nova lei proibia expressamente que funcionários públicos federais, estaduais e municipais entrassem em greve, proibia greves nos serviços essenciais, greves por solidariedade ou por natureza política e assegurava ao Estado definir a natureza política ou não da greve, possibilitando o estabelecimento de uma política de controle salarial e, ao mesmo tempo, de incentivo para atrair investimentos estrangeiros em razão da política de baixos salários.[46]

A respeito do direito de greve, visto como um delito criminal e/ou trabalhista nas três primeiras constituições republicanas, a partir da Constituição de 1946 passou à condição de direito a ser regulamentado por lei.[47] Entretanto, apesar dessa mudança jurídica e do contexto político de

43 Op. cit.
44 Op. cit.
45 BRASIL. *Lei nº 4.330*, 1º junho de 1964.
46 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Op. cit., pp. 76-79.
47 Ver a respeito em: PISTORI, Gerson Lacerda. "Direito de greve: origens históricas e sua repercussão no Brasil". In: *Caderno de doutrina e jurisprudência da Ematra*. Ano XV, v. 1, n. 2, mar/abr, 2005, pp. 37-43.

maior liberdade democrática decorrente do fim da ditadura do Estado Novo, as tensões, as proibições e a repressão aos movimentos grevistas e aos sindicatos paredistas tiveram curso ao longo da década de 1950 e início da de 1960.[48]

Ainda assim, o significado social atribuído ao direito de greve estabelecido pelo mencionado texto constitucional de 1946 foi considerado tão importante que seu reconhecimento era reivindicado pelos sindicatos e pelos trabalhadores. Os estudantes e suas entidades representativas também reivindicavam esse direito de greve como forma de mobilização e conquista de direitos.[49] Nesse sentido, a forma com o direito de greve foi regulamentado pela Lei 4.330/1964 não apenas se tornou um empecilho à capacidade de mobilização dos trabalhadores, como também terminou por restringir e criminalizar grande parte das mobilizações sindicais.

Em Sergipe, a prisão de líderes ferroviários, logo nos primeiros momentos do golpe, e a posse de um interventor federal em 22 de maio de 1964, na Sociedade União dos Operários e Ferroviários (SUOF), são evidências dos expedientes utilizados para controlar os sindicalistas e os sindicatos mais combativos.[50] A esse respeito, o exame do relatório produzido, em setembro de 1964, pelo segundo-tenente Antonio Barreto Cardoso, encarregado do IPM sobre o clima de agitação política no Estado de Sergipe, associa a sindicatos, como a SUOF, e o Departamento de Correios e Telégrafos a realização de greves ilegais, passeatas e reuniões políticas suspeitas, sendo que estas últimas estariam associadas à agitação comunista no estado.[51] Esse tipo de relatório, em

48 Ver a respeito em: MATTOS, Marcelo Badaró. "Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964) ". In: *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, jan-jun, 2004, pp. 258-259.

49 Ver a respeito o artigo 55 do DAFCE. *Estatuto do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe*, reformulado em 28 de setembro de 1951. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955), localizado no Arquivo Central da UFS: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90.

50 A importância da atuação política dos ferroviários em Sergipe já havia sido evidenciada em vários outros momentos e, em particular, chama atenção o envolvimento desses militantes, a partir da década de 1920, com o movimento tenentista. Ler a respeito em: DANTAS, José Ibarê Costa. *O tenentismo em Sergipe*: da Revolta de 1924 à Revolução de 1930. Petrópolis: Vozes, 1972.

51 MINISTÉRIO DA GUERRA, IV Exército, 6ª Região Militar, 28º BC, cópia do relatório. Antonio Fernandes Viana de Assis. Mandado de segurança, impetrado contra a Assembleia Legislativa, Aracaju-SE, 1964. Fundo Aju/1ª. Esc., Cx. 06, Arquivo Geral do Judiciário/SE. TJ/GP.

regra, tendia a crimilizar tanto as manifestações grevistas como os sindicatos e seus sindicalistas.

No caso da SUOF, a consequência das prisões das suas principais lideranças sindicais, do processo de intervenção sofrido por essa instituição e, anos depois, dos efeitos da "Operação Cajueiro"[52] – ação de repressão político-militar ocorrida na década de 1970 – resultaram na desmobilização da categoria e na extinção dessa sociedade de caráter sindical. Em seu lugar, entre 1972 e 1983, esses trabalhadores criariam a Associação Beneficente dos Ferroviários Inativos e Pensionistas de Sergipe (ABFIPS), com a finalidade de prestar assistência jurídica e social aos seus associados. E somente vieram a restabelecer uma representação sindical em 1983, com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Ferroviário e Metroviário dos Estados da Bahia e de Sergipe (SINDIFERRO).[53]

Em relação aos camponeses, a repressão também não poupou esforços para controlá-los.[54] Segundo Martins Filho, "organismos paramilitares e milícias privadas fizeram livre uso de torturas e assassinatos para calar a voz recém-despertada dos trabalhadores rurais".[55] Um registro importante dessa repressão aos camponeses do Nordeste pode ser apreciado no filme *Cabra marcado para morrer*, produção iniciada pelo CPC da UNE nos primeiros meses de 1964 e só concluída na década de 1980, durante o processo de abertura política.[56]

---

52 A respeito da Operação Cajueiro ler: DANTAS, José Ibarê Costa**.** *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984.* Op. cit., pp.181-186. E ainda os trabalhos de: LIMA, Paulo. *Operação Cajueiro*: a repressão aos comunistas em Sergipe. Aracaju: Artexto, 2005; e de: CRUZ, José Vieira da. "Tempos difíceis": os estudantes, a Operação Cajueiro e a repressão política em Sergipe (1969-1976). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011, pp. 1-17.

53 A respeito dos ferroviários em Sergipe, ler: SANTOS, Edileuza Batista C. dos; GÓIS, Mary Jane Batista; TAVARES, Priscila da Costa. *Nos trilhos da memória*: os ferroviários em Sergipe (1907-2006). Op. cit. E ainda sobre a questão da interventoria na SUOF, consultar o ofício que comunica a posse do interventor federal na SUOF no Arquivo Geral do Judiciário/SE. TJ/GP – Ofícios recebidos, cx. 45/1827. In: SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. *Arquivo do Judiciário*: guia de fontes temáticas. Ed. ver. ampl. Aracaju: TJ/SE, 2009, p. 480.

54 A respeito da repressão aos camponeses durante a ditadura civil-militar, ver: CARNEIRO, Ana, CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo*: Brasil, 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.

55 MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar.* Op. cit., p. 76.

56 Ver a respeito em: QUEIROZ, Anne Lee Fares de. *Cabra marcado para morrer*: da história do cabra à história do filme. Campinas: Programa de Pós-graduação em Multimeios/UNICAMP, 2006.

Dirigido por Eduardo Coutinho, o filme foi inicialmente projetado pelos cineastas cepecistas para divulgar a história da liga camponesa do Engenho Sapé, localizado no interior da Paraíba, e denunciar o assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira, ocorrido em 2 de abril de 1962, contando, para isso, com a participação dos próprios camponeses como atores e figurantes para realização das filmagens. Interrompido em 1964 por conta da repressão militar e retomado durante o processo de abertura política, a produção exibe, à luz da cinematografia, detalhes da repressão imposta aos participantes das ligas camponesas no Nordeste durante a ditadura civil-militar instalada no país.[57]

Em Sergipe, não obstante o conhecimento de que no período anterior ao golpe existia um movimento coordenado pela Igreja Católica, através do MEB, que estimulou a organização sindical dos trabalhadores do campo,[58] não se realizaram estudos aprofundados a respeito da situação desses trabalhadores em face da nova ordem política do país a partir de 1964. Uma das poucas referências a esse respeito destaca que, em relação à Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe (FETASE), com o golpe " se desarticulou quase totalmente em Sergipe, restando pouco ou quase nenhum registro do conteúdo das reivindicações e lutas travadas pelos trabalhadores [agrícolas] naqueles dois primeiros anos de existência".[59]

Comentando a questão, Rosemiro Magno da Silva coloca que o sindicalismo rural no estado, assim como o movimento sindical, foi bastante reprimido. E que após um processo de disputa com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a FETASE veio a sofrer um processo de intervenção e fechamento, só sendo reaberta a partir de 1974.[60]

Em contrapartida, é preciso registrar que nesse período a Igreja Católica continuou conferindo atenção aos problemas do homem do cam-

57 Ficha técnica do filme: Título original: Cabra Marcado Para Morrer/ Lançamento: 1984 (Brasil) / Direção: Eduardo Coutinho /Atores: Elizabeth Teixeira, João Virgínio Silva, Ferreira Gullar, Tite de Lemos/ Duração: 119 min./ Gênero: Documentário.

58 Ver a esse respeito em: NASCIMENTO, Isaias. *Dom Távora o bispo dos operários*: um homem além de seu tempo. Op. cit., pp. 166-171.

59 SERGIPE. *Formas de organização da produção*. Aracaju: Secretaria de Estado da Agricultura, 1980, pp. 90-91.

60 SILVA, Rosemiro Magno da. *A luta dos posseiros de Santana dos Frades*. São Cristóvão: Editora da UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2002, pp. 126-127.

po no estado, entretanto, essa atenção não tinha mais como preocupação o estímulo à sindicalização desses trabalhadores. Nesse contexto, a orientação inicial, proferida antes do golpe de 1964, por Dom José Vicente Távora, foi redirecionada a partir de 1967. Esse direcionamento, ocorrido sob a orientação de Dom Luciano José Cabral Duarte, já na condição de arcebispo auxiliar, buscou recursos junto ao governador Lourival Batista para o projeto Promoção do Homem do Campo em Sergipe (PRHOCASE), que, fundado na experiência com fazendas comunitárias e colônias agrícolas, resultou na transferência de lotes de terra para os participantes dos assentamentos.[61]

Para o jornalista Luiz Antônio Barreto, em entrevista a Gizelda Morais, a Igreja Católica, sob a direção de Dom Luciano, embora não fosse simpática à questão da reforma agrária, buscou alternativas para ajudar o homem do campo.[62] Esse claro esforço de evitar o agravamento das tensões pela posse da terra buscava também evitar a politização da questão agrária no estado. Objetivo que parece ter sido respaldado pelo estado e demais instituições que ajudaram a financiar o projeto.

Entretanto, apesar do relativo sucesso das experiências da PRHOCASE, ocorridas entre 1968 e 1978, elas não foram suficientes para evitar a eclosão de conflitos de terra em Sergipe nos anos seguintes, já no transcurso do processo de abertura política do país. A emersão de conflitos dessa natureza revela que as desventuras produzidas pelo golpe, assim como as alternativas adotadas pelos governos que dele se beneficiaram, não foram capazes de apontar uma solução para a questão agrária no Brasil e, consequentemente, em Sergipe.[63]

61 Mais informações a respeito em: OLIVEIRA, Agamenon Guimarães de. "Uma experiência de colonização na Cotinguiba Sergipana: as fazendas prhocaseanas". In: *Revista Geonordeste*. Ano III, n. 1 e 2, 1986, pp. 30-49; em: MORAIS, Giselda. *Dom Luciano José Cabral Duarte*: relato biográfico. Op. cit., pp. 438-491; e em: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. "História dos movimentos sociais no campo em Sergipe: uma abordagem preliminar". In: *Revista Candeeiro*. Ano VI, v. 9 e 10, pp. 63-75, outubro de 2003.

62 MORAIS, Giselda. Op. cit., pp. 488-489.

63 Ver a respeito em: SILVA, Rosemiro Magno da; LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. *Conflitos de terras e reforma agrária em Sergipe*. São Cristóvão: Editora da UFS, 1996.

4. A REPRESSÃO AO ME E AOS MOVIMENTOS DE CULTURA POPULAR

> Olha, as primeiras 62 horas, foi uma depressão horrível. Teve gente que foi presa logo no dia. Eu fui preso em maio. Ali não era somente o medo de ser preso. Acabou! O ano parou... E agora? E agora?... Vou voltar a apoiar concurso de miss, as dez mais elegantes. Toda a alienação da sociedade voltou. O que o movimento de política popular estava começando a inibir, ficou um vazio!.. Ficou um vazio!.. Um silêncio profundamente eloquente!...[64]

A fala de Clodoaldo de Alencar Filho, que, na época do golpe, era radialista, recém-licenciado do curso de letras, ex-presidente do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, evidencia o sentimento de apreensão e vazio em face das perseguições realizadas pela "Operação Limpeza" – codinome atribuído pelos militares às estratégias psicossociais e repressivas por eles utilizadas para desmobilizar "os movimentos sociais que ganharam força nos anos anteriores ao golpe de Estado civil-militar".[65] Em torno dessas estratégias, os militares utilizaram manobras de busca e de detenção conduzidas em instituições de ensino, "sindicatos, ligas camponesas e nos muitos movimentos católicos de trabalhadores e estudantes".[66]

A esse respeito, Zelita Rodrigues Correia dos Santos, militante da AP e coordenadora estadual do Movimento de Cultura Popular, recorda que mesmo o seu grupo político já tendo perdido a direção da UEES para o PCB – desde a realização do XIII Congresso da UEES, ocorrido em setembro de 1963 –, logo nos primeiros dias do golpe os militares realizaram uma operação de busca em sua residência e fizeram a apreensão da indumentária utilizada pelos participantes do CPC da UEES, material confeccionado por sua mãe e

64 ALENCAR FILHO, Clodoaldo. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 15/10/1998.
65 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Op. cit., p. 66.
66 Op. cit.

pelas mães de outros estudantes que haviam participado daquela experiência cepecista.[67]

Jackson de Sá Figueiredo, membro da direção do Grêmio Estudantil Clodomir Silva do Colégio Estadual de Sergipe e da USES, por sua vez, ao comentar as ações dos policiais que o prenderam logo após a deflagração do golpe, destacou a arbitrariedade desse tipo de operação que prendia as pessoas sem uma acusação formal de crime tipificado penalmente, sem flagrante delito, nem mandado judicial, ou seja, desrespeitando toda a forma de cidadania. Segundo Figueiredo, "fazia[m] com a gente da classe média o que normalmente se faz muito hoje com a marginalidade.[68] E ainda sobre esse tipo de prática, ele acrescenta que "teve militante daqui que ficou cego, outros tiveram torturas vergonhosas, tiraram as roupas de mulheres, o policial dizia eu vou estuprar sua mulher, tudo isso houve".[69]

Segundo Ibarê Dantas, historiador que vivenciou os acontecimentos em discussão na condição de funcionário do Banco do Brasil – o que também o torna uma testemunha desse processo histórico –, aqueles primeiros dias de abril de 1964 foram intensificados pelas "prisões de lideranças sindicais, estudantes, professores, funcionários públicos, jornalistas, operários e trabalhadores rurais através de diligências sem ordem judicial, marcadas de arbitrariedades".[70]

Envoltos nesse clima de temor, entre as consequências dos desdobramentos provocados pelo golpe civil-militar de 1964 sobre os militantes do movimento estudantil e dos movimentos de cultura e educação popular estavam as prisões arbitrárias, a possibilidade de serem torturados ou submetidos a processos de investigação ou ainda de estarem sujeitos a outras formas de perseguição.

José Alexandre Felizola Diniz, militante da JUC, presidente do CPC da UEES, membro do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, ao recordar-se da invasão da sede da UEES em abril de 1964,

67 SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevistada por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 04/08/1998.

68 FIGUEIREDO, Jackson de Sá. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju, 21/10/2006.

69 Op. cit.

70 DANTAS, José Ibarê Costa**.** *Tutela Militar em Sergipe, 1964/1984*: partidos políticos e eleições num estado autoritário. Op. cit., p. 10.

destacou que nem passava pela cabeça dos estudantes retirarem a documentação que lá existia, até porque se tratava do registro de um trabalho público conhecido e aceito por grande parte da sociedade.[71] Esses registros, entretanto, foram anexados ao processo de acusação contra ele e os demais membros do movimento popular de cultura e do movimento estudantil. Nesse sentido, a ditadura havia transformado ações lícitas em ilícitas, tipificando delitos antes que existisse uma lei para defini-los e ainda buscando fazer com que a lei retroagisse para punir. A esse respeito, Diniz lembra que quando foram prendê-lo, ele "estava trabalhando, coisa que fiz durante todo o período de movimento estudantil. Fiquei ainda um mês preso, depois passei a responder ao Inquérito Policial Militar sobre o movimento estudantil. No início, era um processo civil e ficou se arrastando até que a partir de 1968, com o AI-5, deram andamento".[72]

A montagem desse novo sentido da política nacional frente aos mencionados movimentos e seus participantes passou a tomar como referência os preceitos instituídos pelo Ato Institucional nº 1 e os demais atos que o seguiram. O primeiro deles, assinado em 9 de abril de 1964, havia sido elaborado em segredo pelos representantes das Forças Armadas com o objetivo de "fixar o conceito de **movimento civil e militar** que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre seu futuro (...) [o] de uma autêntica revolução".[73] E a sua formulação ressaltava o êxito da "Revolução Gloriosa" ocorrida naquele ano, instalava o Estado Sítio – quebrando garantias do Estado de Direito asseguradas pela Constituição de 1946 –e propugnava pela legitimação e legalidade da nova ordem política. Para Alves, esse ato constitucional "rompeu o apoio tácito à coalizão civil-militar, dando origem à dialética Estado/oposição".[74]

Por um lado, em termos históricos, essa dialética Estado/oposição, descrita por Alves, não pode ser reduzida a um único binômio, sob pena de não se visualizarem os conflitos e as diferentes alianças de interesse

71 DINIZ, José Alexandre Felizola. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 12/03/1998.
72 Op. cit.
73 GAZETA DE SERGIPE. *Comandos militares em manifesto decretam "Ato Institucional"*. Ano IX, n. 2379, 10 de abril de 1964, p.1.
74 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Op. cit., p. 54 (negrito nosso)

que perpassam um e outro. Em outras palavras, alianças que perpassam o Estado, pensado não apenas enquanto ente público/institucional sob o controle dos militares, mas também por parte da sociedade civil que havia apoiado o golpe.[75] Por outro lado, esse binômio Estado/oposição é capaz de delinear a construção de um discurso que reforça a pseudoneutralidade do enunciado "revolucionário". Enunciado responsável pela manutenção da ordem e da tranquilidade pública, em oposição à "desordem" e à "subversão" suscitadas pelo governo anterior e os grupos políticos e sociais que as apoiavam.

Segundo José Luiz Fiorin, esse discurso da "Revolução Gloriosa", presente nos pronunciamentos dos presidentes militares e nos novos dispositivos constitucionais, passou, portanto, a manipular, de modo consciente, a aparência real dos fatos que deseja justificar. Estes pronunciamentos também se apropriaram de temas e figuras políticas para transparecer a existência de uma única classe hegemônica, como se a "revolução" simbolizasse o consenso.[76]

Assim, as Forças Armadas prevaleceram-se de um poder arbitrário para caçar direitos políticos, suspender garantias individuais, demitir, prender, matar, torturar, entre outros excessos. Fundamentadas no discurso da "Revolução Gloriosa", distinguem o Estado da sociedade, e o Governo toma o lugar da Nação. Por outro lado, declaram o objetivo de transformar o país em grande potência. Desta forma, o golpe de 1964 "nunca é responsável pelo que faz, pois é a oposição que radicaliza, obrigando o governo a um fazer defensivo".[77] O discurso é enfocado sempre como uma luta maniqueísta entre o bem e o mal. Dentro desse tipo de discurso, está também situada a manipulação, em que são ocultadas as divisões, as diferenças e as contradições. Como diz Marilena Chauí, "são montados um imaginário e uma lógica da identificação social com

75 A compreensão aqui utilizada da relação entre Estado e sociedade civil toma como fundamento as reflexões de Antonio Gramsci, ler a respeito em: GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Op. cit.; e do mesmo autor: *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Op. cit.; e ainda: LAHUERTA, Milton. "Intelectuais e resistência democrática". In: *Gramsci e o Brasil*, 2001. Disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/?id=23&page=visualizar>. Acessado em 10/09/2011.

76 FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964:* discurso e Ideologia. São Paulo: Atual, 1988, pp. 18-138.

77 Op. cit., pp. 74-75.

a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, dando-lhe a aparência do universal".[78]

É sob essa ordem discursiva e em conformidade com o novo ordenamento jurídico, instituído a partir do AI-1, que os acontecimentos passariam a ser desdobrados e apreciados pelas autoridades civis e militares que integravam a nova ordem institucional do país. Neste particular, os movimentos de cultura e educação popular e seus participantes, muitos dos quais estudantes universitários ou recém-egressos do ensino superior, passaram a ser alvos não gratos dos órgãos de segurança e informação. A partir desse posicionamento, segundo estudiosos do campo da educação, os "movimentos de educação e cultura popular foram destruídos e os seus educadores e aliados cassados, presos e exilados. Para eles, como para as lideranças dos trabalhadores, começa o caminho em direção aos 'anos de chumbo'".[79]

Em Sergipe, a extinção dos movimentos de cultura e educação popular, coordenados ou apoiados pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura, em 9 de abril de 1964, reproduzia os efeitos do fechamento de órgãos e movimentos congêneres pelo país, assim como a mudança de olhar para com os participantes desses movimentos.[80] Neste sentido, a mesma decisão administrativa que havia revogado o MCP no estado informava também a revogação das portarias de diversos outros movimentos, como a dos centros populares de cultura mantidos pela UEES e pelos diretórios acadêmicos das Faculdades de Direito, Filosofia e Ciências Econômicas.[81]

Essas medidas, segundo o que foi noticiado pelas autoridades estaduais e federais, visavam pôr um fim aos chamados focos de "agitação social". Entre estes focos estavam também identificados pelas autoridades "revolucionárias" o Movimento de Educação de Base (MEB) e a também fechada Campanha Nacional de Alfabetização (CNA). Esses movimentos, juntamente com o Movimento de Cultura Popular

78 CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 21.
79 CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr. *O golpe na Educação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985, p. 34.
80 GAZETA DE SERGIPE. *Secretário de Educação extingue Movimento de Cultura Popular*. Ano IX, n. 2379, 10 de abril de 1964, p.6. Ainda a esse respeito consultar: PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1987, pp. 255-258.
81 CRUZ, José Vieira da. *O Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes Sergipanos e os Movimentos Culturais do início dos anos 60*: 1962-1964. Op. cit.

(MCP), haviam sido responsabilizados, segundo as autoridades golpistas, pela sistematização e difusão de práticas de alfabetização com claros fins de agitação política, ainda que essas experiências fossem desenvolvidas através de programas radiofônicos, de grupos de cultura popular e da aplicação do método de alfabetização idealizado por Paulo Freire, sendo que este último, começou a ser desenvolvido oficialmente no estado entre o final de 1963 e início de 1964.[82]

Participante da experiência do MCP, a então estudante do curso de letras da FCFS Maria de Lourdes Rodrigues Correia, recorda que, após o processo de seleção, ocorrido por volta de 1963, ela foi fazer o curso de educação de adultos na SUDENE, na cidade do Recife, numa duração de aproximadamente seis meses. Lá teve contato com Paulo Freire e com outros educadores que ministravam as aulas. Posteriormente, segundo Rodrigues, Paulo Freire e sua equipe estiveram em Sergipe para fazer um plano-piloto focado na experiência do seu método de alfabetização. Após esse encontro pedagógico, já na condição de supervisora do "Método Paulo Freire", ocorre o golpe: "de repente eu perdi o emprego". Segundo Correia, com o fim do projeto do professor Paulo Freire "nós fomos postas para fora de uma hora para outra. Foi difícil, porque um dia estava empregada e outro dia estava na rua! Pois não tinha mais emprego, não tinha nada".[83]

Após o fechamento desses movimentos/experiências de cultura e educação popular, muitos dos seus participantes foram presos e passaram a responder a IPMs. Entre os IPMs instaurados, destaca-se o movido contra as lideranças do movimento estudantil e, em particular, contra os estudantes e educadores que tomaram parte da CNA. Este último IPM, vinculado à Auditoria da 6ª Região Militar sob o nº 27/1965, ficou sob a responsabilidade do primeiro-tenente Jorge Henrique Leite Fontes e dos escrivães terceiro-sargento Andrade Alves da Anunciação e primeiro-sargento Gildrasio Silva Andrade. Nesse inquérito, além dos estudantes/educadores e dos dirigentes do

82 GAZETA DE SERGIPE. *Secretário de Educação extingue Movimento de Cultura Popular*. Ano IX, n. 2379, 10 de abril de 1964, p. 6. E ainda a esse respeito, consultar: PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1987, pp. 255-258.

83 CORREIA, Maria de Lourdes Rodrigues. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 31/04/11.

CNA, foram também indiciados os funcionários que trabalhavam na mencionada companhia por suspeita de corrupção e de subversão.[84]

No decurso desse IPM, após a juntada de documentos recolhidos na sede do CNA, situada na rua São Cristóvão, nº 1840, – entre os quais: os exames de seleção dos educadores, termos de perguntas dos indiciados e os termos de inquirição de testemunhos –, o encarregado do IPM, o primeiro-tenente Jorge Henrique Leite Fonte, examinando os depoimentos e demais documentos arrolados, subscreveu no relatório de 4 de setembro de 1964 não achar culpabilidade em vários dos indiciados. Dentre eles: Renato Chagas, Arly Silva e Lisbôa, Eleonora Pereira, Jackson de Sá Figueiredo, Jackson da Silva Lima, Jugurta Barreto, José Maria Barreto, Lucia Viana Ribeiro, Marilza Dantas Maynard, Maria José de Santana, Maria de Lourdes Rodrigues Correia, Maria Auxiliadora Silva, Paulo Barbosa Araújo, Rosa Helena, Terezinha Ribeiro, Walmir Bruno Soares, Maria Auxiliadora Rosal e Zelita Rodrigues Correia.[85]

Esses estudantes/educadores, na avaliação do primeiro-tenente Jorge Henrique Leite Fontes, tendo em vista que não havia provas suficientes contra eles, não foram considerados culpados de subversão. Segundo ele, "a única probabilidade de agirem subversivamente teria sido nas entrevistas [de seleção], e esta por ser uma prova oral sem testemunhas", não se configurava em prova jurídica aceitável.[86] Mas em relação ao CNA ele conclui que não se tratou de uma campanha educacional e sim de uma "campanha para fazer propaganda e doutrinar o povo sobre a linha política do Sr. João Goulart".[87] E sobre o Método de Paulo Freire, ele o considerou "eficiente e prático para o problema educacional do Brasil. Porém, a sua filosofia na parte de politização é temerária, pois, pode ser deformada, como foi".[88]

Entretanto, as conclusões desse relatório não foram consideradas satisfatórias pelo comandante do 28º BC, major Francisco Rodrigues da Silveira, que concluiu também "pela responsabilidade da equipe de

84 BRASIL. Ministério do Exército. Auditoria da 6ª Região Militar. *Relatório do IPM nº 27/1965*, pp. 377-382.
85 BRASIL. Ministério do Exército. Auditoria da 6ª Região Militar. *Relatório do IPM nº 27/1965*, pp. 377-382.
86 Op. cit.
87 Op. cit.
88 Op. cit.

supervisores". Segundo o major Silveira, os supervisores do CNA em Sergipe, a exemplo dos coordenadores e de professores da campanha – dentre eles Paulo Freire e Pierre Fourther –, vinham incitando "no campo político-partidário a atentar [contra a] ORDEM PÚBLICA e a deturpação da filosofia de Paulo Freire".[89] Por essas razões, na compreensão do comandante do 28º BC, eles deveriam ser incursos nos artigos 11º e 17º da Lei 1.802/1953 – Lei de Segurança Nacional – e no artigo 25º do Código Penal Brasileiro.[90]

Em relação à consulta, sem restrições, do processo relacionado ao IPM movido contra o CNA de Sergipe, é preciso registrar que ela foi possível em razão da disponibilização de sua cópia cedida por Zelita Rodrigues Correia dos Santos, coordenadora do MCP em Sergipe e uma das supervisoras do CNA no estado. Essa cópia foi cedida, inicialmente, ao historiador José Ibarê Costa Dantas, que, por sua vez, disponibilizou-o para que fosse realizada a presente pesquisa. Entretanto, apesar de colaborações dessa ordem, o acesso à mencionada documentação, seja por razões de impedimento da normatização arquivística brasileira vigente seja por razão da salvaguarda de direitos pessoais ou institucionais constitui-se em um dos obstáculos dessa pesquisa. A expectativa de que uma nova legislação possa suprir essas dificuldades poderá estimular, quiçá, o maior aprofundamento de estudos sobre questões como a repressão política e militar imposta aos sindicatos, ao movimento estudantil e aos movimentos de cultura e educação popular.

5. RELATO DO CÁRCERE, O APOIO DA FAMÍLIA E DA MAÇONARIA

Além da submissão a IPMs e a prisões, muitos dos participantes do CNA e de outros movimentos de cultura e educação popular, como já foi dito, perderam o emprego e continuaram a responder aos inquéritos por vários anos. A esse respeito, Zelita Rodrigues Correia dos Santos destacou que, após a prisão, perdeu os empregos e começou a "traba-

89 Op. cit.

90 BRASIL. Ministério do Exército. Auditoria da 6ª Região Militar. *Relatório do IPM nº 27/1965*, p. 386.

lhar nos jornais Diários Associados e Gazeta [de Sergipe]".[91] Nesse período, conseguiu concluir o curso de direito e foi aprovada no concurso para o cargo de promotora no estado da Bahia. Entretanto, em 1969, após a decretação do AI-5, o IPM que ela respondia e já havia sido arquivado, foi reaberto e ela voltou para alça de mira dos militares.[92]

A retomada desse processo significou para Zelita Rodrigues que sua vida continuava a ser revolvida pelas desventuras do golpe civil-militar de 1964. E neste sentido, ela recorda que sua reação, em face do transcurso do processo reaberto na justiça militar de Salvador, foi diferente da de José Alexandre Felizola Diniz, também incluído no rol dos acusados do processo reaberto. Diniz, segundo Santos, não obstante ser uma pessoa reservada, durante os momentos em que aguardava o andamento do processo, deixou o assoalho de seu apartamento em Salvador marcado pelo tampão dos sapatos dele. "Eu botava a saia na cabeça, gritava, chorava e me descabelava. Ele não fazia nada disso, prendia a emoção. As pessoas reagem de maneira diferente. Eu não sei.... Eu tive uma depressão profunda...".[93]

Ainda sobre os traumas da prisão, Zelita Rodrigues Correia dos Santos recorda-se da luta dos familiares para que ela e suas colegas de militância não fossem maltratadas e sim colocadas em liberdade.[94] Este apoio contou com a participação decisiva das mães dos demais presos políticos que buscaram formas de, ao menos, atenuar aqueles instantes de cárcere. Neste sentido, é significativo destacar a lembrança de Zelita Rodrigues a respeito da posição que as mães das mulheres presas tiveram no episódio em que o vaso do banheiro do local em que elas estavam foi entupido, fato que gerou uma reclamação das mães ao comandante da guarnição, elas disseram que nós éramos "um bando de moças virgens.... [risos...] e se acontecesse alguma coisa no quartel, ele

91 SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevistada por Alene Leite Campos. Aracaju/SE, 11/09/2007.
92 Op. cit.
93 SANTOS, Zelita Rodrigues Correia. Entrevistada por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 04/08/1998.
94 Ver a respeito em: CORREIA, Zelita Rodrigues. *A porta estandarte*. Aracaju: Segrase, 1983, pp.13-14 [Observação: neste livro de crônicas e poesias ela usa o nome de solteira].

era o responsável, então o comandante pegou [nos transferiu para] uma cela [aposento] de oficiais.[95]

A postura das mães, atribuindo ao comandante do 28º BC a responsabilidade pela integridade das moças que estavam presas sob sua guarda, evocava padrões comportamentais e morais articulados com um alerta ao oficial responsável quanto às consequências do que poderia ocorrer no quartel com aquelas jovens. Nesse episódio do entupimento do vaso sanitário, segundo Santos, mais seis moças compartilhavam a cela: Maria José Santana, Maria José Oliveira, Laíde Nunes, Dôra Rosal, Zuleica, e as gêmeas Ari e Arly.[96] Ainda a respeito desse acontecimento, Santos recorda-se, em outra entrevista, que, em determinado dia, se reuniram a mãe dela, a mãe de Dora Rosalvo, a mãe de Ari e Arly, a mãe de Laíde. Essas mães, em conversa com o comandante, acompanhadas por José Barreto Fontes, conhecido como Barretão, grão-mestre da maçonaria, enfatizaram "que eles eram responsáveis por nossa virtude. Além disso, o comandante era maçom e elas foram com o grão-mestre da maçonaria, Barretão, foi incansável!".[97]

Nessa fala, Santos, além de identificar algumas das mães que se mobilizaram para ajudar as filhas presas, também revela o papel desempenhado pela maçonaria em Sergipe, através de seu grão-mestre, José Barreto Fontes, e do próprio comandante do 28º BC, que, segundo ela, também era maçom: primeiro, no sentido de resguardá-las de possíveis maus-tratos, e segundo, no sentido de agilizar o processo para que elas fossem libertadas.

Ainda a respeito do papel da maçonaria, Santos, que havia passado aproximadamente 52 dias presa, sendo uma das últimas a ser liberada da prisão, comenta que não sabe qual teria sido o posicionamento da maçonaria em outros estados, mas que no caso de Sergipe, a atuação do grão-mestre José Barreto Fontes e do comandante do 28º BC, que, segundo ela, por um acaso era maçom, foram importantes para impedir ações ainda mais arbitrárias. Segundo Zelita Rodrigues, o grão-mestre

95 SANTOS, Zelita Rodrigues Correia. Entrevistada por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 04/08/1998.

96 SANTOS, Zelita Rodrigues Correia. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/11.

97 Op. cit. (negritos nossos)

José Barreto Fontes "chegou às raias de correr perigo, ele com aquela moral dele de antigo mestre, de professor e de grão-mestre chegava ao quartel e não respeitava patente não! De ninguém, ele exigia mesmo! ". Segundo Santos, ela saiu "do quartel no carro de Barreto Fontes. Então ele foi acionado pelas mães, que foram ali na rua Santo Amaro na sede da maçonaria [da Loja Maçônica Cotinguiba] pedir ajuda aos maçons".[98]

José Barreto Fontes teria atendido à mobilização feita pelas mães das presas políticas junto a membros da maçonaria para que interviessem naquela situação. A esse respeito, Santos relata que "nós éramos jovens, éramos estudantes e éramos bem molecas, nós sabíamos que do lado de fora a nossa família estava unida". Ainda segundo Santos, o tenente da guarnição tinha o costume de "abrir a porta da cela da gente, inclusive foi isto que causou a intervenção de Barretão, e dizer que ia levar Maria José para a estrada de Itaporanga Velha para ela contar o envolvimento de Dom Távora, ela então punha-se a gritar".[99]

O comportamento dos militares em relação aos presos políticos também apresentava posturas diferentes. Enquanto alguns oficiais, como descrito na citação anterior, ameaçavam e desrespeitavam os direitos dos presos, fossem eles homens ou mulheres, outros revelavam uma atenção maior tanto aos direitos quanto à trajetória profissional e social dos presos.

A esse respeito, Maria José Oliveira, integrante do MEB, em entrevista a Gizelda Morais, relatou que quando a levaram pela primeira vez ao quartel, tomaram conhecimento de que ela era diretora do Colégio Modelo, onde o filho do comandante do 28º BC estudava. Ele então teria dito aos seus comandados que a soltasse, pois não tinha nada a ver, ele não iria prender a diretora do colégio do filho dele.[100] Entretanto, após a transferência desse comandante, ela foi presa novamente e passou as festas juninas no quartel, sendo acusada de ser '"a refém do bispo', de Dom Távora", em razão de sua proximidade com a obra social desse religioso.[101]

98 Op. cit.

99 SANTOS, Zelita Rodrigues Correia. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/11 (negritos nossos).

100 MORAIS, Giselda. *D. Luciano José Cabral Duarte*: relato biográfico. Op. cit., pp. 218-219.

101 Op. cit.

O empenho de familiares e mesmo de membros da maçonaria, entre outras autoridades, no sentido de assegurar a integridade dos presos políticos e sua posterior liberação, indica que alguns segmentos da sociedade não respaldaram as arbitrariedades colocadas em prática pela chamada "Vitoriosa Revolução de 1964". Neste sentido, embora setores da maçonaria tenham apoiado o golpe, o peso das relações familiares parece ter sido decisivo para que alguns membros dessa sociedade empenhassem o prestígio pessoal em favor de pessoas conhecidas, por vezes, posicionando-se contra situações arbitrárias.[102]

Dessa forma, não obstante os esforços dos discursos oficiais de construir um consenso em torno da nova ordem institucional e das tentativas de reduzir a sociedade, pensada como povo nação, a um tipo de instrumento ou objeto, degradando sua importância,[103] parte da sociedade brasileira não se mostrou inteiramente adesista ao novo quadro político do país. Dentre os segmentos não adesistas, verifica-se a presença de parcelas do movimento estudantil, dos sindicatos, da imprensa e da Igreja Católica, entre outros. Esses segmentos, ou ao menos parte deles, esboçaram alguma forma de "adesão contida", de protesto ou de discordância.

6. A MARCHA COM DEUS, O CES E A EXPULSÃO DOS SECUNDARISTAS

Como já frisado, parte da sociedade brasileira havia apoiado o golpe; e em Sergipe, a exemplo, os estudantes secundaristas, convocados pelas direções das escolas, participaram da "Marcha com Deus e pela liberdade" organizada pela ala conservadora da Igreja Católica em nome da liberdade do Brasil e contra a ameaça do comunismo.[104] Essas passeatas,

102 A intervenção da maçonaria em prol dos estudantes presos em diferentes momentos pela ditadura civil-militar instalada no país também é ressaltada na memória de Wellington Mangueira, ver a respeito em: MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 28/10/2011.

103 O sentido de povo nação aqui utilizado toma como referência discussões de Gramsci, ver a respeito em: GRAMSCI, Antonio. "O Ressurgimento". In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1976, p. 290.

104 GAZETA DE SERGIPE. *Marcha por Deus e pela Liberdade*. Ano IX, n. 2393, 28 de abril de 1964, p. 1.

segundo Ibarê Dantas, ocorreram nas cidades de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Laranjeiras, Itabaiana, dentre outras, entre os dias 14 de abril e 2 de maio de 1964, "com grande acompanhamento, sensibilizando as massas".[105] A esse respeito, o jornal *Gazeta de Sergipe* procurou mitigar a repercussão, destacando que sem a participação dos colégios que "deram [uma] cor original à procissão", essa atividade cívico-religiosa passaria despercebida.[106]

As explicações acerca da repercussão das marchas, como sugere o jornal *Gazeta de Sergipe*, chama atenção para o fato de que nem todos os membros da Igreja Católica teriam apoiado a manifestação. E a esse respeito também considera a postura assumida pela ala progressista da Igreja Católica no estado, sob influência de D. José Vicente Távora.[107] Esse segmento da Igreja mostrava-se pouco propenso a apoiar movimentos golpistas, como na tentativa ocorrida em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, e como no golpe civil-militar em curso naquele ano de 1964.[108] Por outro lado, a necessidade de convocar os estudantes para ajudar a compor a mencionada manifestação indicou, ao menos, que a adesão a essa marcha não foi de todo espontânea.

Sobre a Igreja Católica em Sergipe, no período da ditadura, o historiador Ibarê Dantas destacou que existiam duas alas bem definidas, uma "ligada ao Bispo Auxiliar, D. Luciano Cabral Duarte, zeloso cooperador do Estado Autoritário (...) Uma outra ala, vinculada ao arcebispo D. José Vicente Távora, recebeu o movimento como o grande retrocesso político.[109]

O golpe de 1964 representou, portanto, para a Igreja Católica em Sergipe um divisor de águas que expôs as disputas internas que existiam e que passaram a ganhar mais projeção. Para os progressistas, liderados pelo arcebispo Dom José Vicente Távora, significou um período de restrições e de ofuscação;[110] já para os conservadores, liderados

105 DANTAS, José Ibarê Costa**.** *A Tutela Militar em Sergipe, 1964-1984***.** Op. cit., p.17.
106 GAZETA DE SERGIPE. *Marcha por Deus e pela Liberdade*. Op. cit.
107 Op. cit.
108 NASCIMENTO, Isaías. *Dom Távora, o bispo dos operários*: um homem além de seu tempo. Op. cit., pp. 177-198.
109 DANTAS, José Ibarê Costa**.** *A Tutela Militar em Sergipe, 1964-1984:* partidos e eleições num estado autoritário. Op. cit., p.13.
110 NASCIMENTO, Isaías. *Dom Távora, o bispo dos operários*: um homem além de seu tempo. Op. cit., pp. 181-214.

pelo então monsenhor e logo bispo auxiliar, Dom Luciano José Cabral Duarte, um período de prestígio e apoderamento.[111]

7. A EXPULSÃO DOS ESTUDANTES DO COLÉGIO ESTADUAL DE SERGIPE (CES)

Já em relação aos estudantes, em particular os estudantes secundaristas do Colégio Estadual de Sergipe (CES), a convocação para participar da "Marcha com Deus e pela liberdade" produziu alguns conflitos entre os estudantes, a direção do colégio e as autoridades militares. Esses conflitos, somados a outros, terminariam com a expulsão de seis alunos, dentre estes: Wellington Dantas Mangueira Marques, Abelardo Silva Souza, José Anderson Nascimento, Alceu Monteiro, Jackson de Sá Figueiredo e Mário Jorge Menezes Vieira.

Segundo Jackson de Sá Figueiredo – que já havia sido vice-presidente da USES e fazia parte do grupo de Wellington Mangueira no Grêmio Clodomir Silva –, ele havia sido "expulso do Colégio Estadual pelo fato de não participar [da marcha] pela luta por Deus, pela pátria e pela liberdade", convocada pela então diretora do CES, professora Maria Augusta Lobão Moreira.[112]

Já Wellington Dantas Mangueira Marques, então presidente do Grêmio Estudantil Clodomir Silva, por ocasião do golpe civil-militar de 1964, acrescenta outros acontecimentos ao rol de conflitos que resultaram em sua expulsão do CES. O primeiro deles teria ocorrido com o seu afastamento da escola por alguns dias, logo ao ser informado que estavam prendendo lideranças políticas e estudantis. Passada essa primeira turbulência, ao retornar para a escola, ele foi surpreendido com a atitude da diretora do CES, a qual nomeara o estudante Léo Filho interventor daquele órgão estudantil.[113]

111 Ver a respeito MORAIS, Giselda. *D. Luciano José Cabral Duarte*: relato biográfico. Op. cit., pp. 180-506; e em: SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra*: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Op. cit., pp. 236-237 e pp. 281-285.

112 FIGUEIREDO, Jackson de Sá. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 05/10/2007.

113 MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado pelo jornalista Osmário em 20/06/1993. Ver a respeito em: SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Op. cit., pp. 793-796.

Segundo Marques, os desentendimentos com a direção do CES prosseguiriam em outras oportunidades quando alguns estudantes tomaram parte em protestos contra o embaixador estadunidense Lincoln Gordon. Nesta oportunidade, eles se recusaram a prestar juramento de fidelidade a uma associação criada pelos militares para caça aos comunistas, atitude que lhes renderiam a prisão e a expulsão do CES.[114]

Esses desentendimentos, sobretudo no tocante à expulsão dos estudantes do CES, transferiram-se da esfera do colégio para o campo judiciário, político e militar. Esse deslocamento teve razão, pois Marques e Aberlado Souza receberam um mandado judicial que lhes garantia a permanência da matrícula. Entretanto, a diretoria, Maria Augusta Lobão Moreira, identificada por Marques como colaboradora de primeira hora do golpe, desacatou a ordem judiciária que permitia o retorno dos alunos expulsos ao CES, fechando as portas da instituição e, por conseguinte, impedindo o acesso desses estudantes ao colégio. Em face dessa atitude, o juiz Osman Buarque destacou uma força policial para fazer cumprir sua decisão.[115]

Contudo, não obstante a interpretação e o posicionamento favorável da justiça no sentido que os estudantes deveriam retornar à escola,[116] o Exército foi acionado para retirá-los da sala de aula, levando-os de volta à prisão, onde passaram vinte dias presos. Diante dessa situação, eles foram aconselhados a aceitar o convite do padre Carvalho para estudar no Colégio Arquidiocesano, escola particular mantida pela Igreja Católica, a fim de continuar os estudos e evitar novos desentendimentos com a diretora do CES.[117]

No caso de Mário Jorge Vieira, o documento que trata de sua expulsão toma como fundamentos os ofícios nº 104 e 400, enviados pelo Comando do 28º Batalhão de Caçadores, respectivamente em 19 de

114 MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 28/10/2011.

115 MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 28/10/2011.

116 Em relação ao mencionado mandado judicial, conforme informações do próprio Marques, esse documento ainda não foi localizado no Arquivo do Poder Judiciário de Sergipe.

117 Ver também a esse respeito em: DANTAS, José Ibarê Costa. *Tutela Militar em Sergipe, 1964/1984*: Partidos e eleições num Estado Autoritário. Op. cit., p.90. E em: PALMEIRA, Gardênia Correia, SILVA, Glícia Laís Macedo. *Em tempos autoritários*: história do movimento estudantil em Sergipe (1964 – 1968). Op. cit., pp. 23-25.

agosto e 1º de setembro de 1964, à Comissão de Pesquisa [Geral de] Investigação, órgão possivelmente vinculado à Secretaria de Educação e Cultura. E ainda, conforme esse documento, a mencionado secretaria "sugeriu a direção [CES] o afastamento definitivo do Colégio Estadual, dos alunos indiciados pelo Comando da Guarnição Federal".[118] Em face dessa documentação, a direção do CES elabora, em 10 de setembro daquele ano, a Portaria nº 37, concedendo a transferência *ex-ofício* do estudante Mário Jorge Menezes Vieira.[119]

Na interpretação do pesquisador Ariosvaldo Figueiredo, a expulsão dos estudantes do CES, descrita na entrevista de Marques e na Portaria de nº 37, não deveria ser atribuída à professora Maria Augusta Lobão Moreira, diretora daquele colégio. Segundo Figueiredo, ela teria se preocupado com a transferência dos estudantes perseguidos pelo 28º BC, para que eles pudessem estudar em outra instituição de ensino. Já as "autoridades estaduais insensíveis", segundo o mencionado pesquisador, nada fizeram para defender os estudantes.[120]

Na interpretação de Ibarê Dantas, Maria Augusta Lobão Moreira tinha uma relação próxima com os militares, "facilitada pelas atividades de seu marido, João Moreira, o mais declarado informante civil do Exército em Sergipe".[121] A posição de Dantas leva em consideração também as versões a ele apresentadas em entrevista pelos então estudantes Wellington Dantas Mangueira Marques, Alceu Monteiro, Jackson de Sá Figueiredo e pelo professor Manoel Cabral Machado; este último, intelectual católico do PSD que na época fazia parte da administração do governo estadual. Ainda sobre a repercussão dessas expulsões, Dantas destaca que como se tratava de "filhos de figuras da classe média, alguns com bastante prestígio social, o caso repercutiu na sociedade, expondo os abusos dos militares e gerando tensões desgastantes".[122]

118 Ver a respeito em: CES/SERGIPE. Portaria nº 37, 10 de setembro de 1964. E ainda, sobre a versão *fac-símile* desse documento, é importante observar que a antepenúltima e a penúltimas linhas estão com uma tarja preta obstruindo a leitura dessa parte da mencionada portaria. Ver a respeito em: VIEIRA, Mário Jorge Menezes. *Poemas de Mário Jorge*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1982. [anexos].

119 Op. cit.

120 FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História política de Sergipe* (1962/1975). Vol. V. Aracaju: [s/editora], [sem data], p. 103.

121 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p.33.

122 Op. cit., p. 69.

8. O CES, O ENSINO PÚBLICO E A MILITÂNCIA ESTUDANTIL

O CES ou Atheneu Sergipense, como é mais conhecido, era considerado uma referência do ensino público secundário desde sua fundação em fins do século XIX.[123] Além dessa referência, os seus estudantes acumularam diversas experiências no movimento estudantil secundarista, seja no Grêmio Estudantil Clodomir Silva seja na União Sergipana dos Estudantes Secundaristas (USES); no movimento cultural, através da Arcádia Literária, espécie de academia literária; e ainda, na participação de seus egressos no movimento estudantil universitário do estado.

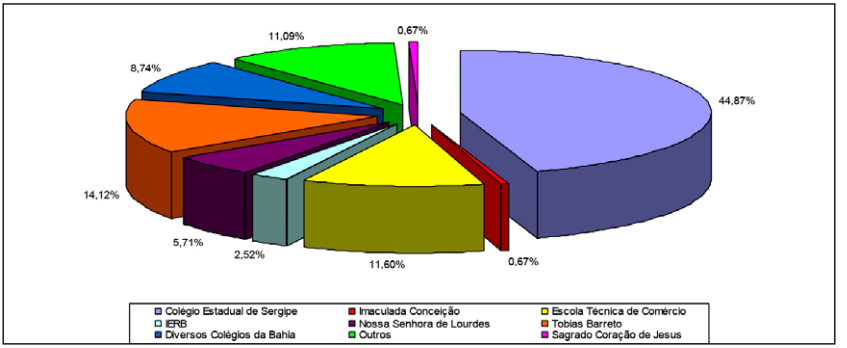
Além disso, a importância do CES fazia-se notar em relação ao número de estudantes que ingressaram nas instituições de ensino superior do estado. A esse respeito, no período de 1957 a 1964, verifica-se que esses estudantes chegaram a ocupar o percentual de 44,87% das matrículas do ensino superior.[124] Nesse mesmo período, o percentual de matrículas no ensino superior em relação aos estudantes provenientes de outras instituições de ensino secundário ficou assim distribuído: 11,60%, da Escola Técnica de Comércio; 14,12%, do Colégio Tobias Barreto; 5,71%, do Colégio Nossa Senhora de Lourdes; 2,52%, do Instituto Educacional Rui Barbosa (IERB), mais conhecido como Escola Normal; 8,74%, de diversos colégios da Bahia; entre outros.[125]

123 NUNES, Maria Thétis. *História da educação em Sergipe*. Op. cit., pp.109-170.

124 CRUZ, José Vieira da. *Juventude e identificação social*: experiências culturais dos universitários em Aracaju/SE (1960-1964). Op. cit., pp. 98-100.

125 Dados obtidos a partir dos dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe. In: CRUZ, José Vieira da. *Juventude e Identificação Social*. Op. cit., p. 98.

Gráfico 05: Estudo comparativo das matrículas nas instituições de ensino superior de Sergipe em relação a instituições de ensino secundário de origem, 1957 a 1964.



Fonte: Dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superiorde Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe.

Dessa forma, tanto em termos culturais quanto políticos, o CES era um centro de formação de ideias e cidadania, inclusive preparando militantes para o movimento estudantil universitário. A esse respeito, Zelita Rodrigues Correia dos Santos, militante da JUC e depois da AP, ao comentar ao período em que atuou junto à UEES, entre o final da década de 1950 até ano de 1964, destacou que o PCB era muito presente junto ao movimento sindical, mas não o era entre os estudantes universitários. Essa situação, segundo Santos, só viria a mudar após o golpe de 1964 em razão do trabalho de formação de novos militantes do Partidão realizado junto ao CES.[126]

Essa "tacada de gênio" do PCB, segundo Santos, atraiu para sua militância pessoas como Maria Guadalupe Costa Teixeira, Francisco Carlos Nascimento Varela, Mário Jorge Menezes Vieira, Wellington Dantas Mangueira Marques, Marcélio Bonfim, Jackson Sá Figueiredo, entre outros.[127] A passagem desses estudantes secundaristas, alguns dos quais expulsos do CES, para o ensino superior, ocorrida nos anos seguintes ao golpe, permitiria ao Partidão participar, de modo destacado, da reorganização do movimento estudantil universitário

126 SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/11.
127 Op. cit.

após a desmobilização que ele havia sofrido no decorrer do ano de 1964. E ainda, permitiria que a militância do PCB em Sergipe conquistasse a hegemonia do movimento estudantil universitário entre os anos de 1966 a 1978, como será discutido nos próximos capítulos.

Quanto ao Grêmio Estudantil Clodomir Silva, após os quatro primeiros anos decorridos do golpe civil-militar, ele parece ter passado por uma fase de refluxo. Nesse período, não obstante o registro de que foram realizadas duas eleições, existem poucas evidências quanto à atuação desse órgão estudantil.[128] Esta situação parece ter começado a inverter-se a partir dos meses de abril e maio de 1968, quando foi realizada uma nova eleição para o "Grêmio Cultural Clodomir Silva, sob a coordenação do então diretor do CES padre João de Deus Góis.[129]

Essa eleição, segundo o jornal *Gazeta de Sergipe*, buscava resgatar a tradição de uma entidade estudantil "fundada há mais de 30 anos pelo jornalista Joel Silveira", que se notabilizou pelos trabalhos publicados nos principais jornais do país.[130] Ainda a respeito dessa eleição, o jornal destaca a inscrição de três chapas: "Liberdade", "Autonomia Estudantil" e "Independência".[131] Os nomes das chapas inscritas já prenunciavam que a intenção dos estudantes não era só reativar as atividades cul-

128 GAZETA DE SERGIPE. *Eleições movimentam CES*. Ano XIII, n. 3.556, 1º maio de 1968, p. 2.

129 O padre João de Deus Góis nasceu em Simão Dias, Sergipe, ordenado padre por D. José Vicente Távora em 1960. Foi diretor de várias instituições de ensino, entre elas o CES naquele ano de 1968. Cursou direito na Universidade Federal de Sergipe, onde também participou como estudante das eleições para o Centro Acadêmico Sílvio Romero. Contudo, em razão de sua transferência, pela arquidiocese de Sergipe, para o Rio de Janeiro, conclui seu curso jurídico naquele estado. Ver a respeito em: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO. *Padre João de Deus Góis*. Disponível em: <http://www.vozdorosario.org.br/igreja/paroco.php>. Acessado em 10 de setembro de 2011. Ainda a respeito da transferência desse religioso para o Rio de Janeiro, segundo Marques, ela teria ocorrido por motivos políticos e não religiosos. Ver a respeito em: MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 28/10/2011.

130 Jornalista, correspondente durante a Segunda Guerra Mundial e escritor. Joel Silveira notabilizou-se pelas críticas publicadas nos principais jornais do país. Em Sergipe, além de ter participado da fundação do Grêmio Estudantil Clodomir Silva, vinculado ao CES, ele teria, possivelmente, acompanhado os protestos da sociedade sergipana contra os torpedeamentos de navios na costa nordestina atribuídos aos submarinos alemães. Essa e outras passagens importantes de sua vida carecem do desenvolvimento de pesquisas e discussões. Ver a respeito em: SILVEIRA, Joel. "Os intelectuais e o Estado Novo'. In: JÚNIOR, Gonçalo. *Gazeta Mercantil*. 1 de abril de 1999. Disponível em:< http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mt200499.htm>. Acessado em 15 de agosto de 2011.

131 Op. cit.

turais do mencionado grêmio. Neste sentido, eles deixaram claro que pretendiam resgatar a autonomia política de sua entidade representativa, como se verificou no movimento grevista que estes estudantes secundaristas iniciaram, juntamente com os estudantes universitários, entre agosto e setembro daquele ano de 1968, assunto a ser discutido no capítulo VIII.

CAPÍTULO VI

A LEI SUPLICY, A INTERVENÇÃO NA UEES E A DEE DE SERGIPE

1. A LEI SUPLICY, A INTERVENÇÃO NO ME E REAÇÃO ESTUDANTIL

Em meio a esse contexto no qual uma coalizão civil-militar controlava o aparelho do Estado e reprimia os sindicatos e as organizações populares, os estudantes, através de suas instituições representativas e seus movimentos, foram os primeiros a reorganizar suas atividades. A respeito desta retomada, Martins Filho questionou as razões do movimento estudantil universitário ter conseguido "vencer as dificuldades do momento político ditatorial antes de outros movimentos sociais, conseguindo reconstruir suas formas de participação e retomar seus protestos?".[1]

Em resposta a esse questionamento, ele apresenta dois argumentos: o primeiro aponta a origem social dos estudantes, em grande parte oriundos da classe média, como motivo que teria impedido "uma repressão mais intensa às suas áreas mais militantes, semelhante à que ocorreu nos meios camponês e operário";[2] e o segundo argumento relaciona-se à resistência dos estudantes para não perderem a autonomia política e administrativa que suas entidades representativas possuíam em relação às instituições de ensino a que estavam vinculadas, como passou a propor a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, a chamada Lei Suplicy.[3]

A nova lei, elaborada com o intuito de intervir nas instituições estudantis, por um lado, tornava sem efeito o dispositivo do Decreto nº 37.613, de 19 de julho de 1956, que vetava esse tipo de intervenção;[4] por

1 MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Op. cit., pp. 77-78.
2 Op. cit., p.78.
3 BRASIL. *Lei nº 4.464*, 9 de novembro de 1964.
4 BRASIL. *Decreto nº 37.613*,19 de julho de 1956.

outro, iniciava uma política de controle quanto ao funcionamento dessas instituições e colocava para os estudantes a difícil decisão de aderir, resistir, fechar ou sofrer a intervenção proposta pelo governo federal em suas entidades representativas.

Além disso, passou a estabelecer a proibição por parte dos órgãos de representação estudantil de "qualquer ação, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares", conforme previsto no artigo 14; a normatização para a realização do processo de eleição dos diretórios (artigo 6º); além de determinar o prazo de 60 dias para que os órgãos de representação estudantil se adaptassem ao controle e à fiscalização das instituições de ensino a que essas entidades estudantis deveriam se vincular, segundo o previsto nos artigos 15 e 20.

Em termos jurídicos, o citado texto normativo criminalizava a relação dos órgãos de representação estudantil com os partidos políticos e as mobilizações estudantis que ocorressem em horário de aula, o que, na prática, tinha como objetivo restringir a atuação dos estudantes a ações recreativas ou cívicas.

A intenção de controlar e fiscalizar os estudantes universitários em razão de sua projeção no cenário político brasileiro não era um acontecimento recente. Nesse sentido, o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases proposto pelo ministro Clemente Mariani, na década de 1940[5] e, anos depois, o projeto do deputado federal udenista Geraldo Freire,[6] que tramitava no Congresso Nacional às vésperas do golpe, já discutiam essa questão. Esses projetos de iniciativa liberal e udenista tinham como intenção estabelecer mecanismos de controle e fiscalização sobre os recursos públicos repassados tanto à UNE quanto às entidades estudantis nos estados. E, como colocou Martins Filho, esse projeto não propunha "de forma alguma, a extinção da UNE, e sim o seu controle e fiscalização; tampouco previam a criação de uma estrutura de represen-

5 O anteprojeto da LDB, proposto pelo ministro Clemente Mariani, em 1948, tinha, segundo Hilsdorf, um caráter liberal e descentralizador. Ver a respeito: HILSDORF, Maria Lúcia S. *História da Educação brasileira*: leituras. São Paulo: Thomson, 2002, p. 110.

6 Após o golpe de 1964, com o bipartidarismo, Geraldo Freire, deputado federal por Minas Gerais, passa a integrar a bancada da ARENA, ocupando sua vice-liderança. In: *Site da Câmara dos Deputados*. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/a-camara/conheca/historia/Ex_presidentesCD_Republica/gfreire.html>. Acessado em 20/02/2012.

tação estudantil subordinada ao Estado,[7] como foi a proposta aprovada pelos golpistas.

Para Martins Filho, o deslocamento das tentativas de "depuração" da UNE e das demais entidades estudantis estaduais pela "extinção" das mencionadas instituições foi, sobretudo, um produto da Ideologia de Segurança Nacional que começava a ser preconizada pelos militares formados pela Escola Superior de Guerra (ESG).[8] Neste sentido, para ele, a área estudantil universitária foi considerada pelos militares um dos primeiros setores no qual se fizeram notar "o crescimento da ESG, no interior do aparelho de Estado, após a intervenção militar".[9]

Dessa forma, o significado político dos 126 votos a favor, dos 117 votos contrários e das 5 abstenções registradas na plenária que aprovou a Lei Suplicy evidencia a relutância de parte do parlamento em face desse processo de interferência e controle do Estado sobre as entidades representativas dos estudantes. Segundo declarações do estudante Altino Dantas, um dos dirigentes da UNE no biênio 1965-1966, os estudantes que acompanharam o processo de tramitação e de votação que aprovou essa lei fizeram mobilizações para que os parlamentares votassem contra, mas a lei "foi aprovada por 9 votos de vantagem", e os estudantes começaram ali "a aprender como de fato funcionaria uma ditadura"; isto é, ela seria indiferente às mobilizações e às reivindicações sociais.[10]

Em virtude da Lei Suplicy, a UNE passaria a ser denominada de Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), subordinada ao Conselho Federal de Educação; as uniões estaduais de estudantes passariam a ser denominadas de Diretórios Estaduais de Estudantes (DEEs), subordinadas aos respectivos conselhos universitários de cada estado; e tanto os centros como os diretórios acadêmicos, tratados indistintamente pela nova lei, passariam a adotar a nomenclatura de diretórios acadê-

7 MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Op. cit., p. 84.

8 A respeito da ESG e da Doutrina de Segurança Nacional, vide: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Op. cit., pp. 33-51. E ainda em FICO, Carlo. *Como eles agiam*: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Op. cit.

9 MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Op. cit., p.85.

10 DANTAS, Altino. In: VÁRIOS. *História da UNE*: depoimentos de vários dirigentes. São Paulo: Editorial Livramento, 1980, p.32.

micos, subordinados aos conselhos ou congregações departamentais da escola ou faculdade à qual estivessem vinculados.[11]

Segundo a nova lei, as diretorias das DEEs deveriam ser constituídas pelos representantes dos diretórios acadêmicos das instituições de ensino superior existentes em cada estado. E a composição dessas diretorias ficaria limitada a, no máximo, vinte representantes.[12] Quanto à realização de eleição para os gestores desse Diretório Nacional dos Estudantes, o texto legal não deixava claro como seria esse processo.[13] Não obstante essa indefinição, as pesquisas a respeito evidenciam que as diretorias das "DEEs elegeriam, também, a cúpula do Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), cuja sede seria em Brasília".[14]

Na avaliação de Jean Marc Von Der Weid – eleito presidente da UNE no emblemático XXX Congresso Nacional dos Estudantes, realizado clandestinamente na cidade de Ibiúna, São Paulo, em 1968 –, a atitude do governo de tentar controlar as entidades estudantis foi, no contexto de 1964 a 1968, ao contrário do que se pretendia, favorável à reorganização do movimento estudantil e, em particular, não conseguiu evitar que grupos de esquerda continuassem a disputar a hegemonia do movimento em oposição às determinações da Lei Suplicy e do Decreto-Lei 228/1967.[15]

Weid reforça essa tese ao apontar, como evidência dessa postura de resistência, a realização de um referendo em que 98% dos votantes apoiaram a UNE como a entidade legal dos estudantes.[16] Para esse líder estudantil, a obrigatoriedade da participação dos estudantes nos processos eleitorais estipulados pela Lei Suplicy era fundada na presunção de que a maioria dos estudantes não participava das eleições e, por conta disso, "a esquerda ganhava as eleições do movimento estudantil,

11 Alínea *c* e *d* do art. 2º em combinação com o art. 15. In: BRASIL. *Lei nº 4.464*, 9 de novembro de 1964.
12 Art. 7º combinado com o art. 6º. Op. cit.
13 Art. 10 e o art. 11 combinados com o art. 5º e seus parágrafos. In: Op. cit.
14 MARTINS FILHO, João Roberto. Op. cit., p.88.
15 WEID, Jean Marc Von Der. *Brazil, 1964 to the Present: a political analysis, an Interview with Jean Marc Von Der Weid.* Montreal: Latin American Editions, 1972.
16 Op. cit., p. 17.

porque os verdadeiros democratas não se mobilizavam, não participavam dos processos, se deixando alijar".[17]

Em termos historiográficos, os estudos a respeito da reação estudantil à Lei Suplicy concentram-se em torno de pesquisas sobre a UNE, ficando as pesquisas sobre a reação das uniões estudantis estaduais passivas de uma visão de conjunto mais apropriada, em particular no que se refere à questão do Nordeste. Nesse sentido, algumas uniões estaduais dos estudantes universitários, por ocasião do golpe civil-militar de 1964 e de seus desdobramentos, esboçaram algum tipo de resistência à nova lei, sendo em razão disso objeto de intervenções, com a indicação de dirigentes para suas entidades. Outro grupo de UEEs, por sua vez, havia se colocado a favor da nova lei, aderindo, como informa Martins Filho, "tacitamente, a favor da intervenção militar", como parece ter sido o caso das UEEs de "Pernambuco, Minas Gerais e Paraná que se colocaram inicialmente a favor da nova ordem".[18] Esse tipo de posicionamento reformista, segundo Saldanha Oliveira, contrasta com a ideia defendida por algumas organizações de esquerda de que o movimento estudantil não teria apoiado e nem dialogado com a intervenção militar.[19]

O caso da UEE do estado do Rio Grande do Norte é ilustrativo a esse respeito. Segundo Silva, o movimento estudantil naquele estado, após o golpe civil-militar de 1964, adere à Lei Suplicy, reprova as tendências "subversivas da UNE", reformula a UEE do estado para se adequar à nova realidade jurídica e apoia a concessão do título de doutor *honoris causa* ao então ministro da Educação, professor Flávio Suplicy de Lacerda, em 23 de junho de 1966.[20] No Rio Grande do Norte, a alteração dessa postura somente ocorreria nos anos seguintes, 1967 a 1969. Nesse período, segundo Silva, a "retomada das lutas estudantis em defesa da democracia, da liberdade e dos direitos à educação" passa a esboçar re-

17 WEID, Jean Marc Von Der. Entrevistado por Carla Siqueira e Ana Paula Goulart. Transcrição e edição de Vitrina Comunicação e revisão de Ana Paula Goulart. Rio de Janeiro, em 7/10/2004. Disponível em: < http://www.mme.org.br >. Acessado em 10/01/2010.

18 MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Op. cit., p.90.

19 OLIVEIRA, José Alberto Saldanha. *A mitologia estudantil*: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano. Op. cit., pp. 17-18.

20 SILVA, Justina Iva de A. *Estudantes e política*: estudo de um movimento (RN – 1960-1969). Op. cit., pp. 133-135.

sistência às práticas intervencionistas e de controle do governo federal sobre o movimento estudantil e seus órgãos representativos.[21]

A retomada das mobilizações estudantis a partir de 1965 e, sobretudo, de 1966, dentro de uma postura de crítica e de resistência à ordem instituída, sinalizava o refluxo dos "reformistas" entre as hostes estudantis e o crescimento da preeminência das tendências de esquerda. Segundo Martins Filho, esse posicionamento também foi observado em Minas Gerais. Nesse contexto, os protestos organizados pelos estudantes mineiros, veiculados por alguns jornais do país, repercutiram em diferentes cidades.[22]

Os protestos e os repúdios desses estudantes tinham como foco as imposições colocadas pela Lei Suplicy e, em particular, a obrigatoriedade de os estudantes participarem do processo de votação. Esta posição de parte dos estudantes mineiros resultou na elaboração de um manifesto que circulou o país, criticando a mencionada norma. A nova lei para aqueles estudantes foi uma forma de "terrorismo cultural" resultante "da política educacional do Ministério da Educação que constitui[a] num aspecto da política global do atual governo, visando barrar o país no rumo de sua emancipação".[23]

O despertar dessa e de outras manifestações estudantis contra o ordenamento jurídico em questão, avolumadas nos anos de 1965 e 1966, convertia-se em bandeira de luta para estudantes de várias partes do país.[24] Essas manifestações sinalizavam aos estudantes vinculados a entidades estaduais a importância da resistência contra a intervenção e o controle do Estado sobre a sociedade civil brasileira. Um exemplo foi a UEE do estado de Minas Gerais, inicialmente adesista, mas que depois passou a constituir-se em uma espécie de *front* político dessas manifestações.

21 Op. cit., pp. 156-182.

22 Em Sergipe, ver a respeito: GAZETA DE SERGIPE. *Universitários mineiros votam sob protesto*. Ano X, n. 2782, 19 de agosto de 1965, p. 6.

23 Op. cit.

24 A respeito destas greves, passeatas, boicotes, atos públicos, campanhas de luto, julgamentos simulados, entre outros protestos, foram listados, só no ano de 1966, mais de 56 atos. Ver a respeito em: MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Op. cit., pp. 106-109.

A repercussão dos protestos promovidos pela UEE de Minas Gerais – entidade considerada ilegal pelo governo federal –, no decorrer do ano de 1968, em torno das discussões sobre a reforma universitária, revelava a disposição dos estudantes universitários em manterem-se mobilizados. Essas mobilizações estudantis, mesmo se confrontando com a posição de alguns setores do governo federal e das instituições de ensino, defendiam um modelo mais participativo, democrático e moderno para o ensino superior e, consequentemente, para a sociedade brasileira.[25]

Parte dos significados relacionados à experiência de resistência dos estudantes da UEE de Minas Gerais no contexto em discussão é dimensionada no discurso proferido por Doralina Rodrigues, presidente da UEE/MG, na gestão 1967-1968, por ocasião da realização do congresso de reabertura da entidade, ocorrido na cidade de Ouro Preto em 1979. Nesse discurso, ela recorda que os estudantes mineiros foram os primeiros a não "aceitaram a supressão das liberdades políticas, o fechamento dos sindicatos e entidades como a UNE, as prisões e cassações das lideranças populares". Dentro desta discussão, Rodrigues também destaca que a "passeata dos calouros de 1966, em Belo Horizonte, a primeira do país após o golpe militar, foi um claro sintoma da indignação popular que cedo iria varrer o país de ponta a ponta".[26]

Nesse sentido, como também avaliou Jean Marc Von Der Weid, o sentimento de rejeição por parte dos estudantes em relação à nova lei produziu, como efeito contrário, a reorganização do movimento estudantil e seu engajamento contra a ditadura civil-militar que havia sido instalada no país.

Na Bahia, a Lei Suplicy causou um sentimento de irritação por parte dos estudantes que a chamaram de "intervenção branca" praticada pelos golpistas contra a União de Estudantes da Bahia (UEB). Essa atitude, segundo Brito, também parece ter se verificado nos diretórios de

25 GAZETA DE SERGIPE. *UEE de Minas faz seminário às escondidas*. Ano XIII, n. 3603, 2 de julho de 1968, p.1.

26 RODRIGUES, Doralina. "A reconstrução da União Estadual de Estudantes de Minas Gerais (UEE/MG): um dever histórico". In: ZAIDAN FILHO, Michel e MACHADO, Otávio Luiz (Orgs.). *O pensamento das juventudes brasileiras no século XX*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, p. 262.

algumas faculdades que reagiram de forma contrária à política de intervenção da nova legislação.[27] Os estudantes baianos, por um lado, rejeitaram a Lei Suplicy e sua interferência na autonomia do movimento estudantil; por outro, estimulados pela defesa da UNE, reorganizaram a UEB, fechada no período do golpe.[28] Concomitantemente aos esforços de reestruturação da UEB, o posicionamento da diretoria provisória do DCE/UFBA, gestão 1965, também reforçava a aprovação da resolução pela luta "contra a Lei Suplicy e as eleições obrigatórias, marcadas para o dia 16/08/1965".[29]

Mas nem todos os órgãos de representação estudantil adotaram a mesma estratégia de resistência em relação à nova lei. A esse respeito, segundo Brito, não obstante alguns diretórios da UFBA optarem por agir dentro da lei, esse posicionamento não era consensual, como foi evidenciado na eleição para o DA da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica. Nessa eleição, a única chapa inscrita obteve 130 votos e os demais 530 votos registrados foram nulos. Este processo eleitoral chama atenção ainda pelo controle e "pressão" das autoridades vinculadas à Universidade Católica em relação aos estudantes para que eles fossem enquadrados na legislação então vigente.[30]

A reação dos universitários do estado da Bahia à Lei Suplicy, ao contrário do esperado pelas autoridades, terminou por recolocar na direção do movimento lideranças próximas ou pertencentes aos partidos de esquerda. Nesse sentido, para Brito, a legislação fomentada pelo governo, no período da ditadura civil-militar, não teria sido "suficiente para conter o ME", como também parece evidente que a lei em discussão não foi aplicada *ipsis literis* nas universidades e demais instituições de ensino superior.[31]

Entretanto, é preciso compreender melhor as razões que levaram o movimento estudantil em alguns estados a manter os órgãos de representação estadual em afronta à lei. Dentre os estados resistentes destacam-se: São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Bahia, entre outros, onde as

27 BRITO, Antonio Mauricio F. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Op. cit., pp. 122-123.
28 Op. cit., pp. 123-124.
29 Op. cit., p. 124.
30 Op. cit., p. 125.
31 Op. cit., p. 128.

UEEs, seguindo o espelho da UNE, procuraram resistir e mostrar alguma capacidade de sobreviver aos objetivos da Lei Suplicy.[32] Em outros estados, contudo, as UEEs ou aderiram ou não conseguiram resistir, aceitando, pois, o novo ordenamento jurídico, como parece ter sido a situação da UEE do Rio Grande do Norte,[33] no primeiro caso, e da UEE de Sergipe, no segundo.

Dessa forma, é importante o desenvolvimento de pesquisas sobre o posicionamento de cada entidade estudantil estadual, assim como também é necessária à produção de estudos comparativos a respeito da reação dos estudantes brasileiros à Lei Suplicy. Esses estudos devem tomar como referência tanto a posição da UNE quanto as posições das UEEs, dos diretórios e dos centros acadêmicos então existentes. Em relação a essa discussão, deter-nos-emos na posição da UEES frente à nova lei.

2. A UEES: ADERIR, RESISTIR, FECHAR OU SOFRER INTERVENÇÃO

Em Sergipe, após o golpe de 1964, as lideranças da UEES são presas no quartel do 28º BC sob os auspícios do Comando Militar de Aracaju. Influenciado por esse momento de repressão, desmobilização e esvaziamento, não se encontram indícios da realização de eleições para a diretoria da UEES, as quais deveriam ter ocorrido em setembro daquele ano. Além disso, a promulgação da Lei Suplicy, em outubro de 1964, colocou o mencionado órgão estudantil sob intervenção.

Dessa forma, a desmobilização de suas lideranças, a não realização de eleições para a nova diretoria e a indicação de um interventor significaram a produção de uma situação ambivalente ou atípica. Em face dessa situação, não se verificou a existência de uma resistência oficial à nova legislação, tampouco ocorreu uma adesão por parte daqueles uni-

32 A respeito das UEEs de São Paulo e do Rio de Janeiro, ver: MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Op. cit., p. 98; da UEE do Ceará, ver: MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de luta*: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969). Op. cit., pp. 31-124; e sobre a União dos Estudantes da Bahia, ver: BRITO, Antonio Maurício F. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Op. cit., p.124.

33 GAZETA DE SERGIPE. *Venceu a "Unidade" no congresso dos universitários sergipanos*. Ano VIII, n. 2905, 17 de setembro de 1963, p.1.

versitários ao enquadramento jurídico imposto às entidades estudantis pelo governo federal.

Esse processo de intervenção teve início com a nomeação do estudante do curso de direito José Augusto Siqueira para ocupar a presidência da UEES, em lugar do estudante do curso de química Adalberto Pinto de Carvalho, militante do PCB que havia sido apoiado pela AP, no disputado congresso de 1963, para ocupar a presidência da entidade na gestão 1963-1964.[34]

Em relação a Adalberto Pinto de Carvalho, não foram encontrados registros escritos referentes à posição por ele assumida tanto em relação ao golpe como em relação à questão da Lei Suplicy. É possível que o acesso aos depoimentos que ele prestou, em pelo menos um dos IPMs instalados em Sergipe por ocasião do golpe, possa ajudar a esclarecer essa postura.[35]

José Augusto Siqueira, por sua vez, logo ao ser empossado interventor da UEES, declarou ao jornal *Gazeta de Sergipe* que o "maior problema da classe universitária sergipana é a união e a culpa [de ela não estar unida] está toda na UEES, que não procurou unir a nossa classe".[36] Siqueira acrescentou em seguida que "a UNE não pode ser fechada; o que ela precisa é de nova orientação",[37] indicando seu posicionamento a favor de transformar a UNE em DNE, como prescrevia a Lei Suplicy.

Essa postura "dúbia", expressa na entrevista do interventor, evidencia o seu alinhamento com a Lei Suplicy ao defender uma nova orientação para a UNE no lugar de sua extinção, do mesmo modo que justificava sua intervenção na UEES substituindo-a pelo Diretório Estadual dos Estudantes de Sergipe (DEE de Sergipe). Dessa forma, o discurso de José Augusto Siqueira reforça seu apoio à substituição da UNE pelo DNE, isen-

34 Na realização desta pesquisa não conseguimos localizar Adalberto Pinto de Carvalho para entrevistá-lo. E sobre a relação dos IPMs instalados em Sergipe por ocasião do golpe civil-militar de 1964, ver em: DANTAS, José Ibarê Costa. *Tutela Militar em Sergipe 1964/1984*. Op. cit., pp. 311-314.

35 Na realização desta pesquisa não conseguimos localizar Adalberto Pinto de Carvalho para entrevistá-lo. E sobre a relação dos IPMs instalados em Sergipe por ocasião do golpe civil-militar de 1964, ver em: DANTAS, José Ibarê Costa. *Tutela Militar em Sergipe 1964/1984*. Op. cit., pp. 311-314.

36 GAZETA DE SERGIPE. *Interventor da UEES*: a UNE precisa ter nova orientação. Ano XLV, n. 14.340, 25 de outubro de 1964, p. 3.

37 Op. cit.

tando-a de influências político-partidárias, assim como de que a UEES substituída pelo DEE de Sergipe deveria afastar-se dos problemas partidários e concentrar-se nos problemas de assistência aos estudantes.[38]

As críticas dos universitários estaduais ao fechamento da UNE e sua substituição pelo DNE e sobre a intervenção da UEES e sua substituição pelo "DEE de Sergipe" foram, segundo Ibarê Dantas, moderadas e pontuais.[39] Essas críticas voltaram-se mais à recusa dos estudantes quanto à aceitação do fechamento da UNE, com certa concordância quanto à transformação daquela entidade em DNE – salvo ressalvas de que a instituição não poderia se transformar em um mero órgão recreativo sem adoção de posturas políticas e reivindicatórias. E ainda com silêncio quanto à questão da intervenção na UEES, substituída pelo DEE de Sergipe.

A esse respeito, a universitária Carmélia Guimarães, representante do Diretório Acadêmico Maria Khiel, vinculado aos estudantes da Escola de Serviço Social, declarou à imprensa que a extinção da UNE era "uma verdadeira barbaridade, pois o que é preciso é uma nova orientação na entidade e não o fechamento puro e simplesmente". Posicionamento também compartilhado pela universitária Mirian Rabêlo, presidenta do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, que declarou ao jornal *Gazeta de Sergipe* ser "contra a extinção da UNE porque deixará a classe acéfala".[40]

Já Albano Franco[41], presidente do Centro Acadêmico Sílvio Romero, órgão vinculado aos estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe,

38 No decorrer deste livro usamos a expressão "DEE de Sergipe" em referência ao "Diretório Estadual dos Estudantes de Sergipe", órgão criado em cumprimento à Lei Suplicy de Lacerda. Esta nota faz-se necessária para evitar dúvidas em relação a outro órgão que também usava a sigla DEE, como era o caso do Departamento Estadual de Estatística, ligado ao governo do Estado de Sergipe. Ela também se faz necessária para evitar possíveis confusões na avaliação da documentação que alternadamente faz uso das siglas DEE – Diretório Estadual dos Estudantes – e DEES – Diretório Estadual dos Estudantes de Sergipe – referindo-se ao mesmo órgão estudantil.

39 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 70 e p.91.

40 SERGIPE JORNAL. *Interventor da UEES*: a UNE precisa ter nova orientação. Ano XLV, n. 14.340, 25 de outubro de 1964, p. 3

41 Albano do Prado Pimentel Franco nasceu em Aracaju, em 22 de novembro de 1940. Formou-se pela Faculdade de Direito de Sergipe, atualmente UFS e atuou nas empresas da família, dentre elas a Refrescos Guararapes em Pernambuco, detentora da franquia da The Coca-Cola Company; a FM Sergipe; e a TV Sergipe, emissora afiliada da Rede Globo. Foi presidente da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (1971-1977), diretor da Confede-

declarou à imprensa ter enviado telegrama à bancada federal de Sergipe colocando-se contra a extinção da UNE, contra a transformação dos diretórios acadêmicos em clubes recreativos e apelando às autoridades do país para que "não seja permitido o asfixiamento do Movimento Estudantil Brasileiro, retirando-lhe sua autonomia e independência".[42]

Ele ressaltou ainda a importância da participação dos estudantes como "homens de vanguarda" para discutirem problemas que afligiam o país.[43] Décadas depois, ao avaliar sua atuação nesse período, em entrevista concedida a Osmário Santos, Franco destaca que havia assumido uma postura moderada.[44] Corroborando com essa avaliação, Santos mencionou que Albano Franco portou-se com dignidade e mostrou-se solidário aos colegas presos, tendo, inclusive, visitado estes.[45]

Voltando à questão da reação dos estudantes ao processo de intervenção da UEES e ao processo de extinção da UNE, pelo exposto, parece que ela não ultrapassou o conjunto dos registros até aqui discutidos. Nesse sentido, afora os protestos contra o fechamento da UNE, os registros a respeito da atuação do interventor do DEE de Sergipe, nomeado em outubro de 1964, são esparsos, o que reforça o argumento de Dantas de que "essa interventoria, indicada em momento de desmobilização, pouco atuou".[46]

Entre os poucos registros da atuação dessa interventoria, o ofício encaminhado por esse órgão, em 20 de abril de 1965, às instituições de ensino superior então em funcionamento no estado, solicitando a lista nominal de alunos matriculados, evidencia a preocupação do interven-

ração Nacional da Indústria (1977-1980) e presidente dessa entidade (1980-1994). Foi eleito em 1966 para deputado estadual pela ARENA, foi vice-presidente da executiva regional da ARENA (1971-1972) e secretário-geral da legenda (1979), foi eleito primeiro suplente do senador Lourival Batista em 1978 e chegou a exercer o mandato mediante convocação. Elegeu-se senador em 1982 pelo PDS, sendo reeleito pelo PRN em 1990, migrou para o PSDB e foi eleito governador de Sergipe em 1994 e reeleito em 1998. Elegeu-se deputado federal em 2006, e na eleição para o senado de 2010 ficou no terceiro lugar, amargando a primeira derrota eleitoral de sua carreira.

42 SERGIPE JORNAL. *Interventor da UEES*: a UNE precisa ter nova orientação. Op. cit.

43 SERGIPE JORNAL. *Interventor da UEES*: a UNE precisa ter nova orientação. Op. cit.

44 Entrevista concedida por Albano Franco ao jornalista Osmário Santos, publicada no Jornal da Cidade em 4 de agosto de 1998. In: SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Op. cit., p. 68.

45 SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/11.

46 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., pp. 69-70.

tor em tomar as providências para realização da primeira eleição da DEE de Sergipe em conformidade com as normas da Lei Suplicy, que, entre outras coisas, além da obrigatoriedade do voto, estipulava condições à habilitação do votante e à forma de como deveria ocorrer o processo de votação, como também que cada diretório acadêmico elegesse representantes para a entidade estadual.[47]

Nesse sentido, o interventor da DEE de Sergipe solicitou às diretorias das faculdades e das escolas superiores o fornecimento das listas nominais dos alunos inscritos regularmente em cada faculdade ou escola superior naquele momento. E ainda, que essas listas informassem a condição dos estudantes quanto a possíveis pendências escolares,[48] pois estes não poderiam participar do processo eleitoral, conforme a Lei Suplicy.

O documento indica também o cuidado do estudante José Augusto Siqueira em reforçar sua condição de interventor à frente daquele órgão de representação estudantil. Esta informação já se encontrava presente no cabeçalho e na identificação do responsável pela assinatura do documento. Além disso, a designação "Senhor interventor" também foi noticiada sem estranhamento pelos jornais locais.[49]

O cuidado demostrado pelo interventor também parece ter sido esboçado na condução do mencionado processo eleitoral. Este seguiu as determinações normativas da obrigatoriedade da participação dos estudantes nas eleições estudantis, da inelegibilidade de alunos repetentes ou em dependência em alguma disciplina e do acompanhamento do processo eleitoral por algum representante das instituições de ensino superior, conforme prescrevia o artigo 6º da Lei 4.464/1964.[50] A realização desse processo eleitoral, no qual os estudantes das faculdades e escolas superiores votaram nas novas diretorias dos diretórios acadêmicos, também era necessário para que fosse indicado por esses

47 DEE DE SERGIPE. *Ofício especial/DEES*, 20 de abril de 1965. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

48 DEE DE SERGIPE. *Ofício especial/DEES*, 20 de abril de 1965. In: Op. cit.

49 SERGIPE JORNAL. *Interventor da UEES*: a UNE precisa ter nova orientação. Ano XLV, n. 14.340, 25 de outubro de 1964, p. 3; e ainda os comentários de BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras*: o movimento estudantil em descompasso com o regime autoritário (1964-1968). Op. cit., p. 77.

50 A esse respeito, conferir também os comentários de SANFELCE, José Luís. *Movimento estudantil*: a UNE na resistência ao golpe de 64. Op. cit., pp. 80-82.

diretórios um representante para compor as chapas que concorreriam à direção da DEE de Sergipe.

3. A COMPOSIÇÃO DA PRIMEIRA DEE DE SERGIPE

O processo eleitoral conduzido pelo estudante José Augusto Siqueira – interventor da DEE de Sergipe –, em conformidade com a Lei Suplicy, não foi de todo tranquilo. Isto é o que se observa de, pelos menos, duas notícias que colocaram em suspeição a realização de sua primeira eleição. A primeira delas questionava o fato de apenas uma única chapa ter sido inscrita, já que existiam informações acerca da articulação de outras chapas para o pleito.[51] A segunda dava conta de uma suposta solicitação de estudantes udenistas que teriam apelado ao tenente Rabêlo para "uma 'suave' intervenção'" na DEE de Sergipe.[52]

Embora essa suposta "segunda intervenção" não tenha ocorrido, o esboço de que ela deveria ter acontecido indica que a única chapa inscrita e que termina por vencer o pleito não havia sido composta apenas por estudantes liberais ou mesmo adesistas, como seria de esperar da parte dos golpistas, mas sim a partir das correlações de forças que se faziam representar no movimento estudantil universitário do estado naquele momento. Neste sentido, a participação da universitária Maria Guadalupe Costa Teixeira, estudante da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, militante próxima ao PCB, como primeira vice-presidente de coordenação universitária da diretoria da DEE de Sergipe, é uma forte evidência de que esse processo de composição foi amplo e refletiu diferentes estratégias de ação.[53]

Dessa forma, a diretoria eleita para a primeira DEE de Sergipe não apenas foi composta tomando como base as representações das diferentes instituições de ensino superior que existiam no estado, conservando uma tradição que remontava à década de 1950. Ela também foi composta por militantes próximos ao PCB ou aos movimentos de educação

51 GAZETA DE SERGIPE. *Chapa única é candidata ao DEE.* Ano X, n. 2691, 27/04/1965, p. 1.
52 GAZETA DE SERGIPE. *Eleições universitárias.* Ano X, n. 2692, 28/04/1965, p. 1.
53 Ver a respeito: DEE DE SERGIPE. *Of. circular nº 1 – 1965/1966/DEES*, maio de 1965. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

e cultura popular, a exemplo de Walmir Bruno Soares, da Faculdade de Direito, ocupante do cargo de secretário geral da "nova" entidade estudantil, e que havia tomado parte da Campanha Nacional de Alfabetização, portanto, de um movimento de educação popular fechado pelo golpe de 1964; e do caso já mencionado de Maria Guadalupe Costa Teixeira, vice-presidenta de coordenação universitária da diretoria da DEE de Sergipe, que mantinha vínculos com o PCB.[54] A tessitura dessa composição política indica, pois, do ponto de vista histórico, a necessidade de uma avaliação mais ampla sobre essa diretoria e sua forma de atuação, não a reduzindo a uma simples forma de adesismo.

Dessa forma, após o transcurso desse processo eleitoral, os membros da chapa "Pela Universidade" tomam posse e passam a dirigir o mencionado órgão estudantil no período de 1965 a 1966. Essa diretoria, após ter sido empossada, passou a adotar o slogan "Tudo pela universidade de Sergipe",[55] numa referência à importância de estarem unidos e organizados naquele momento em prol da criação de uma universidade no estado. Uma reivindicação histórica dos universitários e da sociedade de Sergipe, suscitada em tempos de nacionalismos e reformas, e que, naquele momento, persistia em meio à ditadura civil-militar instalada no país.

4 A DISCRETA ATUAÇÃO E A PALESTRA DO CONDESE

Discreta em sua forma de atuação, essa diretoria volta suas ações para discussões mais acadêmicas, a exemplo da organização, em conjunto com o 3º ano da Faculdade de Ciências Econômicas, de uma palestra sobre "Os órgãos de planejamento econômico". Essa palestra foi ministrada em 28 de maio de 1965 pelo doutor José Aloísio de Campos, secretário executivo do Conselho de Desenvolvimento de Sergipe

54 Op. cit.

55 DEE DE SERGIPE. *Of. circular nº 1 – 1965/1966*, maio de 1965. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

(CONDESE), órgão técnico que passou a exercer grande prestígio junto ao modelo de gestão adotado no período.[56]

Segundo Dilson Menezes Barreto, o CONDESE e a figura do professor José Aloísio de Campos para os estudantes de economia devem ser pensados para além dos reducionismos políticos ou ideológicos. Dessa forma, ele, que na época era membro do diretório acadêmico daquela faculdade e posteriormente membro da primeira diretoria eleita para o DCE/UFS – preso em 1968 após o AI-5 –, destaca que aquele conselho fora a maior escola da administração pública do Estado de Sergipe, criado no governo de Luís Garcia. Esse órgão, redimensionado em termos de importância durante os anos da ditadura civil-militar, foi, segundo Barreto, o equivalente estadual à SUDENE para o desenvolvimento da região Nordeste, administrado com muita dedicação pelo doutor José Aloísio de Campos.[57]

Para Barreto, influenciado pelo doutor José Aloísio de Campos[58] e assessorado pelas orientações técnicas do doutor Rômulo Almeida – intelectual baiano responsável pelo planejamento econômico e industrial da Bahia[59] –, os membros do CONDESE pensaram e colocaram em prática um modelo de desenvolvimento econômico para o estado. Na esteira desse planejamento, foi criada a Empresa de Telecomunicação do Estado de Sergipe (Telergipe), a adutora do São Francisco e o complexo industrial de Sergipe, este último idealizado com base no Complexo Industrial de Aratu no Recôncavo Baiano.[60]

Os membros desse conselho aspiravam promover o desenvolvimento industrial do estado, que até então baseava sua economia nas atividades

56 DEE DE SERGIPE. *Of. circular nº 5/1965/DEES*, 26 de maio de 1965. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02. Além do presidente e do secretário-geral da DEES, gestão 1965, também assina esse documento Everaldo Aragão Prado, representando os estudantes do 3º ano da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE).

57 BARRETO, Dilson Menezes. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 11/11/2009.

58 José Aloísio de Campos também exerceria o cargo de reitor da FUFSE, entre 1974 a 1978, sendo um dos responsáveis pela transferência do *campus* universitário do centro de Aracaju para o local atual. E foi também prefeito de Aracaju entre 1968 e 1970. O mencionado *campus* universitário, assim como o atual centro administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju – inaugurado em 2005, na gestão do então prefeito Marcelo Déda – recebem o nome de José Aloísio de Campos em reconhecimento a sua contribuição tanto à FUFSE quanto à cidade de Aracaju.

59 Ver a respeito em: SOUZA, Aristeu, ASSIS, J. Carlos de. *A serviço do Brasil*: a trajetória de Rômulo Almeida. Rio de Janeiro: Fundação Rômulo Almeida, 2006.

60 SOUZA, Aristeu, ASSIS, J. Carlos de. *A serviço do Brasil*: a trajetória de Rômulo Almeida. Op. cit.

pastoris, na extração do sal, no cultivo da cana-de-açúcar e do coco. Para atingir esse objetivo, eles planejaram a construção de um novo porto para o estado, desenvolveram estudos para instalar indústrias do setor químico que aproveitassem o potencial mineralógico do subsolo sergipano e planejaram a construção de adutoras e linhas de transmissão de energia.[61]

Na compreensão de Barreto, os membros do CONDESE haviam compreendido que o desenvolvimento industrial do estado não seria possível "se não tivesse água, energia (...). Então, o projeto da adutora do São Francisco nasceu em função disso: da necessidade de atender esse complexo industrial".[62] Na avaliação de Ibarê Dantas, não obstante o excesso de valorização dos êxitos desse corpo técnico e burocrático, do ponto de vista do planejamento econômico e industrial, no decurso da década de 1970, a atuação desse conselho teve uma importância significativa para que o estado alcançasse taxas de crescimento econômico acima da média da região Nordeste e das médias de crescimento do país.[63]

A atuação de corpos técnicos e burocráticos dessa natureza pode ser compreendida como uma forma de tecnoburocracia, na qual tecnocratas exercem o poder procurando impor a prevalência de suas decisões técnicas sobre a dos políticos eleitos ou não[64]. No caso em estudo, esse discurso técnico e administrativo serviu aos interesses dos governos militares para desqualificar o debate político em favor da realização de um processo de modernização autoritária e da legitimação da permanência deles à frente do comando do Estado Brasileiro.[65]

---

61 Ver a respeito do CONDESE: BARRETO, Dilson Menezes. *A construção do desenvolvimento de Sergipe e o papel do CONDESE (1964-1992)*. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2003.

62 BARRETO, Dilson Menezes. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 11/11/2009.

63 DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe República (1889-2000)*. Op. cit., pp. 205-206.

64 FARHAT, Saïd. *Dicionário parlamentar e político*: o processo político e legislativo no Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1996, p. 943. Mais informações a esse respeito em: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. "notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção". In: *Estudos Cebrap,* n. 20, abril-junho, pp. 77-109, 1977.

65 Ver mais informações a esse respeito em: FIECHTER, Georges-André. *O regime modernizador do Brasil*: estudo sobre as interações político-econômicas em um regime militar contemporâneo. Tradução Maria Cecília Baêta Neves e Nathanael Caxeiro. Rio de Janeiro: FGV, 1974, e, ainda em: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984". In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, pp. 351-384.

É interessante observar que o período de maior prestígio da tecnocracia em Sergipe vincula-se ao período do chamado "Milagre econômico", durante a presidência do general Médici. Esse momento político foi marcado por uma expressiva vitória da ARENA sobre o MDB nos pleitos eleitorais realizados em 1970 e 1972, fato que não impediu o empenho dos militares em apoiar a indicação de técnicos para a composição do governo estadual, sobretudo aqueles vinculados à ADESG.[66]

5. AUSÊNCIA DE RECURSOS E A DESCONTINUIDADE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Voltando à questão da DEE de Sergipe, além da promoção de palestras focadas em questões atinentes ao planejamento econômico e industrial do estado, a primeira gestão eleita para essa entidade foi pautada, sobretudo, pela dificuldade financeira e por problemas administrativos. Afinal, desde o golpe de 1964, conforme veiculado na imprensa, o repasse de verbas para esse órgão não estava sendo efetivado pelo governo federal. Este fato indica que a substituição da UEES pela DEE de Sergipe não foi suficiente para que ela recebesse os repasses necessários para assegurar a manutenção do trabalho de assistência estudantil.

Esse trabalho, desenvolvido inicialmente pela UEES, através da Casa do Estudante, residência onde os universitários de outros municípios ou estados poderiam morar, e o Restaurante Universitário, onde os estudantes realizavam suas refeições, era subsidiado tanto por meio de verbas estaduais como, e sobretudo, por verbas federais. Entretanto, não obstante a subordinação da DEE de Sergipe à política do governo federal do período, a diretoria da entidade teve negada a verba de cinco milhões de cruzeiros pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), sob a alegação de que as contas da entidade não haviam sido suficientemente comprovadas.[67]

Em relação à questão da comprovação das contas da DEE de Sergipe junto ao MEC, a "destruição" dos arquivos da UEES e a desarticulação de sua diretoria por ocasião do golpe civil-militar de 1964, devem

66 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe 1964/1984*. Op. cit., pp. 151-161.

67 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes sofrem novo despejo*. Ano XI, n. 2928, 02 de fevereiro de 1966, p.1.

ter contribuído para a desorganização administrativa da entidade. A esse respeito, a falta de credibilidade da DEE de Sergipe, gestão 1965-1966, pode ter contribuído também para falta de repasse das verbas federais.[68] Entretanto, ainda que tenham sido esses os motivos para o não envio dos recursos previstos, não se pode deixar de considerar o desinteresse do governo federal em transmitir as verbas destinadas às entidades estudantis naquele momento.

Nesse sentido, não obstante algumas DEEs terem se enquadrado junto às novas diretivas da política federal, o que parece ter sido o caso da DEE de Sergipe e da DEE do Rio Grande do Norte, os protestos da UNE e das UEEs de outros estados frente à nova política nacional devem ter pesado na avaliação do MEC em restringir a liberação de verbas para os órgãos estaduais de representação estudantil. Reforçam essa hipótese as deliberações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada para verificar a aplicação de recursos do orçamento da União liberados para a UNE e outros órgãos estudantis.[69]

Entre as conclusões dessa CPI, relatada pelo deputado federal Geraldo Freire, destaca-se a preocupação em relação à influência comunista em meio aos universitários, acentuada em razão da UNE ser "apontada como a força de vanguarda do comunismo internacional em nosso país, converteu-se pouco a pouco numa das células mais revolucionárias".[70] O relatório também destaca que a "gravidade desses fatos cresce de vulto ao verificarmos que para sua ocorrência vem participando nada menos do que o dinheiro do povo, através dos orçamentos da nação".[71]

Pelo exposto, percebe-se que a preocupação política quanto à aplicação das verbas liberadas pelo Orçamento Geral da União para os órgãos estudantis ganha, no contexto da ditadura civil-militar, também a dimensão ideológica de combate a grupos próximos ou sob influência comunista presente entre o movimento estudantil brasileiro. Neste sentido, algumas das discussões dessa CPI se fariam presentes também no

68 BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras*: o movimento estudantil universitário sergipano em descompasso com o regime autoritário (1964-1968). Op. cit., p. 91.
69 BRASIL. "Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a aplicação pela UNE e demais órgão estudantis". In: *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, abril de 1964, pp. 2652-2665.
70 Op. cit.
71 Op. cit.

corpus jurídico da Lei Suplicy e, possivelmente, deve ter influenciado as decisões do MEC quanto à liberação de recursos financeiros para entidades estudantis.[72]

O fato é que sem recurso e com o acúmulo de dívidas, a DEE de Sergipe foi obrigada a fechar as portas de sua sede e de outros imóveis por falta de pagamento do aluguel. Desta forma, a entidade teve de sair da Casa do Estudante, que funcionava na rua São Cristóvão, nº 205, centro de Aracaju, despejo antecedido por dois outros, o da sede do órgão, que funcionava na rua João Pessoa, nº 11, sala 6, e do Restaurante Universitário, que funcionava na rua Santa Luzia, nº 810, ambos também situados no centro da capital sergipana. Na falta desses recursos federais e após três despejos – o da sede, o da Casa do Estudante e o do Restaurante Universitário –, os estudantes apelaram para o governo estadual que teria acenado com o incremento de um milhão de cruzeiros para o exercício de 1967, o que não resolveria o problema para o exercício de 1966.[73]

Por outro lado, embora o governo do estado mostrasse a intenção de ajudar os estudantes e sua entidade representativa, considerando a conjuntura política do país naquele período e os trâmites inerentes à gestão pública, ampliar um repasse de duzentos mil para um milhão de cruzeiros no mesmo exercício financeiro não era um processo simples. Por esta razão, a afirmação, por parte da imprensa, de "que os estudantes parecem ter 'dormido no ponto' pois a referida verba poderia ser concedida ainda em 1966, o que evitaria o lamentável despejo" deve ser apreciada com atenção,[74] inclusive porque o governador do estado, Sebastião Celso de Carvalho, vice empossado após a deposição e prisão de Seixas Dória, governava sob a "tutela" dos militares e sob a ameaça golpista de adversários políticos da UDN.[75]

72 Ver mais informações a respeito dos efeitos provocados pela CPI da UNE sobre o movimento estudantil em: CARNEIRO, Cesar Oliveira. *Aventuras e desventuras*: a peça proibida e a greve de estudantes que desafiou a ditadura de 1966. Op. cit., pp. 38-42.

73 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes sofrem novo despejo*. Ano XI, n. 2928, 2 de fevereiro de 1966. p.1.

74 Op. cit.

75 Ver a respeito: CARVALHO, Sebastião Celso de. *O destino acontece*. Op. cit. E em: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., pp. 21-22

Em relação ao despejo da Casa do Estudante, o jornal *Gazeta de Sergipe* avaliou que o fato ocorreu "sem maiores consequências", já que para esse periódico os estudantes "despejados mostram, na despedida, seu conforto e vestuário: cama, blusas e livros pouco lidos. Era uma vez a moleza",[76] revelando a associação dos estudantes despejados a jovens transviados. Essa associação desqualificava os despejados, colocando-os distantes do papel de "vanguarda de todos os movimentos renovadores", modo como o mencionado jornal costumava referir-se à mocidade ou estudantes universitários no período.[77] A posição do jornal sobre esse acontecimento sugere que os universitários envolvidos na questão do despejo, a julgar pela exposição de seus pertences, não precisavam ser atendidos por uma política de assistência estudantil.

Sobre esse último aspecto, o da necessidade de uma política de assistência estudantil, a retomada dos dados referentes à cidade de origem dos universitários ingressos nas instituições de ensino superior existentes no estado no período de 1957 a 1964, já discutidos no capítulo I deste livro, pode ajudar a avaliar essa questão. Nesses dados são identificados em relação à cidade de nascimento 95,40% do universo pesquisado. Em torno desse universo, obteve-se o percentual de 36,54% nascidos em Aracaju; 37,34% nascidos em outras cidades do Estado de Sergipe e 21,50% nascidos em cidades de outros estados.[78]

Os dados analisados indicam, portanto, que 58,84% dos universitários que estudavam na cidade de Aracaju, no período de 1957 a 1964, não haviam nascido nessa cidade. Neste sentido, ainda que esses dados não sejam suficientes para indicar as causas e o momento de um possível movimento migratório, pode-se presumir que pelo menos uma parte desses estudantes tenha se deslocado dos seus municípios para Aracaju com o intuito de ingressar em um dos seis cursos de ensino superior existentes. Em razão dessa possível migração, é compreensível

76 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes sofrem novo despejo*. Op. cit.

77 GAZETA DE SERGIPE. *O papel da mocidade universitária* [editorial]. Ano V. n. 2048, 19 de novembro de 1964, p. 2.

78 Dados obtidos a partir dos dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe. In: CRUZ, José Vieira da. *Juventude e identificação social*. Op. cit., p. 73.

que parte desses estudantes tivesse transferido seu domicílio para Aracaju, pelo menos durante os anos de estudo.

A mudança de domicílio em questão, temporária ou não, pode ter ocorrido através da aquisição de imóveis por parte de familiares, como revelado por Barreto,[79] por um período de estada na casa de familiares, por meio do aluguel de imóveis, por meio de pensionatos femininos ou na mencionada Casa do Estudante, que, por sua vez, era reservada aos estudantes do sexo masculino. Os meninos moravam na Casa do Estudante localizada em cima da Casa Ávila, na rua São Cristóvão. Já as meninas, segundo Maria do Carmo, moravam em um pensionato na rua Santo Amaro[80]. Este pensionato era mantido por conta da família, ou seja, "as meninas geralmente moravam em casa de família e os meninos moravam na Casa do Estudante".[81]

A narrativa dessas possibilidades de domicílio ajuda a compreender por que – apesar de 58,84% dos universitários matriculados não terem nascido em Aracaju[82] –, em relação ao domicílio, 96,36% declararam residir em Aracaju contra 3,64% que declararam residir em outros municípios.[83] Este é um possível indicativo de que ao menos uma parte desses estudantes se valia da Casa do Estudante, de pensionatos ou de outras formas de moradia.

Ainda em relação ao universo de estudantes que declararam domicílio em Aracaju, 81,23% moravam nas imediações do centro da cidade;

79 Segundo Barreto, seus pais mudaram para Aracaju com o intuito de assegurar aos filhos a continuidade nos estudos. In: BARRETO, Dilson Menezes. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 11/11/2009.

80 Maria do Carmo do Nascimento Alves nasceu no município de Cedro de São João/SE, em 23 de agosto de 1941. Fez parte da JUC, participou de atividades estudantis junto ao CASR, formou-se em direito pela Faculdade de Direito de Sergipe em 1966. Casou-se com João Alves Filho, posteriormente eleito governador de Sergipe por três mandatos. Filiada ao PFL, em 1996, obteve o terceiro lugar na disputa pela prefeitura de Aracaju. Já em 1998, elegeu-se a primeira senadora da República por Sergipe, reelegendo-se nas eleições em 2006. Mais informações a respeito em: SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no* século XX. Op. cit., pp. 622-628.

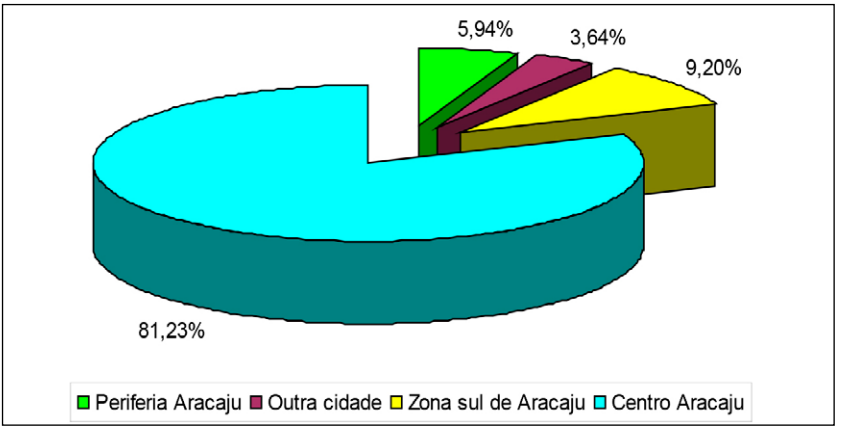
81 SANTOS, Zelita Rodrigues Correia. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/11.

82 Dados obtidos a partir dos dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe. In: CRUZ, José Vieira da. Op. cit., pp. 77-78.

83 Op. cit..

9,20%, próximos à região mais ao sul da cidade, e 5,94% declararam domicílio em regiões consideradas periféricas, como o bairro Siqueira Campos.[84]

Gráfico 06: Estudo comparativo do domicílio dos universitários matriculados nasinstituições de ensino superior de Sergipe, 1957 a 1964.



Fonte:Dossiês individuais ou pastas contendo o registro acadêmico dos alunos matriculados nas Instituições de ensino superior-de Sergipe, 1957 a 1964, localizados no Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe.

Estes dados, aparentemente absolutos, podem indicar que pelo menos uma parte dos estudantes que declararam morar em domicílios próximos ao convencionado centro de Aracaju estava residindo em casas de familiares, alugadas ou em alguma forma de república universitária, a exemplo da Casa do Estudante. Evidentemente esses são pontos que devem ser aprofundados por outras pesquisas, mas por si sós já indicam a complexidade e importância que tinha a assistência estudantil prestada pela entidade estadual dos estudantes aos universitários que vinham de outras cidades.

84 Op. cit.

6. AUTONOMIA RESTRINGIDA, CONTROLE E VIGILÂNCIA

Em contrapartida, a inviabilização das políticas de assistência estudantil prestadas pelas entidades estudantis aos universitários refletia o impacto da mudança de olhar das novas relações de poder que se instituíam no país a partir do golpe civil-militar. Neste sentido, a promulgação da Lei Suplicy, em 9 de novembro de 1964, representava a construção, por parte do governo federal, de um escopo jurídico voltado não apenas para controlar a autonomia das entidades estudantis, como também para restringir o espaço de atuação política dos estudantes, atingindo inclusive as políticas de assistência estudantil colocadas em prática pelas entidades estudantis.

A elaboração desse corpo normativo, além da chamada "CPI da UNE", teve como uma de suas pedras de toque o empenho do ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, que articulou, alguns meses antes da aprovação da mencionada lei, através de reuniões com representantes das instituições de ensino superior de várias partes do país, a discussão do anteprojeto de lei que regulamentaria as entidades estudantis. A este respeito é ilustrativo o exame do ofício de 7 de agosto de 1964, enviado pelo diretor da Faculdade de Medicina de Sergipe, doutor Antonio Garcia Filho, em resposta ao ministro da Educação e Cultura, para indicar o professor doutor Benjamim Alves de Carvalho, vice-diretor da faculdade, para representá-lo na reunião agendada por aquele ministério para o dia 17 de agosto, "a fim de ser examinado o anteprojeto relativo às entidades estudantis", alguns meses antes da aprovação da mencionada lei pelo parlamento.[85]

Em outras oportunidades, o ministro da Educação e Cultura também buscou apoio entre os dirigentes das instituições de ensino superior para a devida adequação das entidades estudantis ao conjunto normativo criado para controlar os órgãos de representação estudantil. Neste particular, o ofício encaminhado pelo MEC às instituições de ensino superior de todo o país, em 25 de junho de 1966, através da Di-

85 FMS. *Ofício s/n./FMS*, de 7 de agosto de 1964, ao ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 10, item 30.

retoria do Ensino Superior (DES), dirigida pela advogada e professora Esther de Figueiredo Ferraz,[86] revela a preocupação e os cuidados das autoridades educacionais do período em relação à questão estudantil.

O documento retoma as decisões da reunião anterior, ocorrida no dia 18 de junho daquele ano, na qual os representantes das instituições de ensino deveriam encaminhar ao MEC um questionário sobre os órgãos estudantis existentes nas respectivas instituições em que atuavam. De modo particular, esse questionário solicitava às instituições de ensino superior informações a respeito da atuação dos órgãos estudantis em conformidade, ou não, com a Lei 4.464/1964. O documento ressaltava a necessidade do detalhamento das respostas do questionário e a urgência de seu encaminhamento, uma vez que as eleições estudantis seriam realizadas na segunda quinzena de agosto de 1966. Além do questionário mencionado, também foi anexado ao mencionado ofício um *memorandum* com informações detalhadas sobre a legislação relativa aos órgãos estudantis.[87]

Intitulado "Questionário para as escolas isoladas", um dos documentos encaminhados por Esther Figueiredo Ferraz recomendava que as autoridades das instituições de ensino superior do país relatassem ao MEC qualquer outra informação que julgassem "útil" sobre o assunto do questionário, que no caso apreciava a adaptação dos órgãos de representação estudantil em relação à legislação que havia sido colocada em vigência.[88]

A preocupação do questionário girava em torno do grau de cumprimento da legislação por parte dos órgãos de representação estudantil, de como as instituições de ensino superior estavam acompanhando a questão e de que outros aspectos relativos aos estudantes e suas entida-

86 Esther de Figueiredo Ferraz, professora da Faculdade Mackenzie, foi diretora do Ensino Superior do MEC, entre 1966 e 1967. Destaca-se em seu currículo também o fato de ela ter sido a primeira mulher a ocupar o cargo de ministra no Brasil, ocupando a pasta do Ministério da Educação e Cultura, entre 1982 e 1985, no governo do Presidente João Batista Figueiredo. Ver a respeito: NISKIER, Arnaldo. "Esther de Figueiredo Ferraz – a primeira em tudo". In: *R. Cult.*: R. IMAE, São Paulo, Ano 6, n. 15, pp. 28-30, 2006. Disponível em:< http://fmu.br/institucional/revista_imae/n15p28a30.pdf >. Acessado em 10/10/2009.

87 DES/MEC. *Of. cir.* nº *1681/DES/MEC*, de 25 de julho de 1966, ao diretor da FMS. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

88 DES/MEC. "Questionário para as escolas isoladas", anexo ao *Of. cir. nº 1681/DES/MEC*, de 25 de julho de 1966, ao diretor da FMS. In: Op. cit.

des organizativas chamavam a atenção dos dirigentes das instituições de ensino, ponto destacado com relativa ênfase no item 8 do citado questionário. Em torno desse tipo de correspondência expedida e recebida, percebem-se os primeiros procedimentos administrativos no sentido do que viria a ser o "fichamento" das lideranças estudantis produzido pelos serviços de segurança e informação que passariam a ser montados oficialmente junto ao MEC e às universidades entre 1969 e 1971.[89]

Em relação ao *memorandum*, suas instruções descrevem a vinculação dos respectivos órgãos de representação estudantil: diretórios acadêmicos em cada estabelecimento de ensino superior, DCE em cada universidade, DEE em cada capital de estado, território ou no Distrito Federal e onde existisse mais de um estabelecimento de ensino superior, DNE com sede na Capital Federal e formada por representantes de estados, territórios e no Distrito Federal. E ainda que essas entidades estudantis estivessem subordinadas as seguintes esferas de fiscalização: Congregação ou Conselho Departamental da Faculdade ou Escola no caso dos DAs, Conselho Universitário em relação aos DCEs, Conselho Federal de Educação no caso das DEEs e do DNE. E que em relação à duração dos mandatos, fossem assim organizadas: DAs um ano (art. 5º, parágrafo 4º da Lei 4.464/64), DCE e DEE regulados pelos respectivos regimentos, DNE um ano.[90]

A sistematização desse *corpus* de normas apresentada pelo *memorandum*, não obstante sua intenção de instrução, revela, por um lado, como essa legislação elaborada a partir da Lei nº 4.464/64 foi sendo montada, reformada e aplicada; e, por outro, indica as correções de lacunas, imprecisões, conflitos e eficácia da legislação apreciada.

Esse documento destaca, na sequência da Lei nº 4.464/64, o Decreto nº 55.057, de 24 novembro de 1964, que dispunha sobre as dotações orçamentárias destinadas às entidades estudantis para que elas cuidassem da assistência estudantil; a Portaria nº 747, de 7 de dezembro de 1964, que permitia a algumas entidades representativas dos estudantes conservarem as denominações antigas; o Decreto nº 56.241, de 4 de maio de 1965,

89 Ver a respeito em: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades". In: *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun, 2008, pp. 30-67.

90 DES/MEC. "*Memorandum*", anexo ao *Of. cir. nº 1681/DES/MEC*, de 25 de julho de 1966, ao diretor da FMS. In: Op. cit.

que regulamentava alguns dispositivos da Lei nº 4.464/64; do Parecer nº 375/1964, do Conselho Federal de Educação, que alterava as datas das eleições das DEEs para 20 de março de 1965 e da DNE para 27 de março de 1965; a Portaria nº 291, de 13 de outubro de 1965, que convocava os presidentes dos DAs para a reunião de constituição da DNE instalada em Brasília em 10 de janeiro de 1966, e o Decreto nº 57.336, de 25 de novembro de 1965, que tratava de regulamentar a representação estudantil nos órgãos colegiados das universidades e escolas superiores isoladas.

Presume-se que a intenção do ofício, do questionário e do *memorandum* expedidos pela então diretora do Ensino Superior do MEC, professora Esther de Figueiredo Ferraz, tinha por objetivo reforçar junto às instituições de ensino superior que ainda não haviam se adequado à nova legislação e, portanto, não haviam subordinado a seu controle os órgãos de representação estudantil, que o fizessem com brevidade e em conformidade com as instruções normativas. A atenção a esta questão oficializa o reconhecimento por parte das autoridades civis de ensino, no decorrer do ano de 1966, de que alguns órgãos de representação estudantil ainda não haviam efetuado as reformas em seus estatutos e nem subordinado sua autonomia às instituições de ensino, conforme estipulava a Lei Suplicy desde o final do ano de 1964.

Em seu conjunto, esse *corpus* normativo e seus congêneres – o Decreto-Lei nº 228/1967 e o Decreto-Lei nº 447/1969 – subordinaram a autonomia do movimento estudantil ao controle das instituições de ensino superior, retiraram do campo da administração das entidades estudantis a prestação de assistência estudantil, em particular no que tangia à questão da residência universitária e dos restaurantes universitários, e, de modo mais contundente, expressava a atitude do Estado Brasileiro em controlar o movimento estudantil universitário. Assim, percebe-se como o governo superdimensionou a questão estudantil, transformando aqueles que participavam do movimento estudantil em "inimigos internos" da ordem pública e em possíveis agentes de "subversão" que deveriam ser controlados, vigiados e, quando preciso, reprimidos também com violência.[91]

91 Ver a respeito em: VALLE, Maria Ribeiro do. *1968*: O diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora UNICAMP, 1999.

7. A TUMULTUADA SEGUNDA ELEIÇÃO DA DEE DE SERGIPE

Voltando à questão da DEE de Sergipe, ao longo do ano de 1966, a repercussão dos protestos estudantis que vinham ocorrendo em várias cidades do país – amplamente divulgados nos jornais locais –, o problema do repasse de verbas dos governos federal e estadual, as dificuldades com a manutenção da sede e da oferta de prestação de serviços à comunidade estudantil através da Casa do Estudante e do Restaurante Universitário, prenunciava um contexto tumultuado para as eleições da gestão 1966-1967. Este processo eleitoral mostrou-se, mais uma vez, impregnado pelos vícios da eleição anterior, quando só havia sido aceito o registro de inscrição de apenas uma chapa. Dentro dessa perspectiva, apenas a chapa "Universitários", encabeçada pelo estudante do curso de direito Walter do Prado Franco Sobrinho,[92] teve seu registro de inscrição aceito no pleito em questão.[93]

Mas, dessa feita, o impedimento do registro e a consequente impossibilidade de a chapa "Liberdade Estudantil", também articulada para concorrer ao mencionado pleito, participar das eleições causaram ruídos e o resultado inusitado de 213 votos brancos contra 182 votos a favor da chapa "Universitários". Entre as explicações noticiadas pela imprensa para esse resultado, foram destacadas: a reprovação feita pela comunidade estudantil em relação à não aceitação da inscrição da chapa "Liberdade Estudantil", as recomendações feitas aos componentes da mencionada chapa, via pressão familiar, para

92 Filho do ex-governador Augusto Franco, liderança da ARENA e depois do PDS, e irmão do ex-governador Albano Franco, Walter do Prado Franco Sobrinho foi eleito deputado estadual pelo PDS em 1982 e é um dos proprietários da TV Atalaia, atualmente filiada à Rede Record. Ainda sobre Walter Franco, como ele é conhecido, segundo Marques, não obstante o posicionamento controverso assumido por ele na referida eleição da DEE de Sergipe e da sua opção partidária inicial, no período da redemocratização ele assumiria uma postura política importante em favor das reivindicações da sociedade civil, por vezes contrariando interesses políticos de seus familiares. Ver a respeito: MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 28/10/2011.

93 GAZETA DE SERGIPE. *Posse no D.E.E. foi considerada ilegal*. Ano XI, n. 3103, 23 de setembro de 1966, p. 8.

que eles não participassem dessa eleição e a concretização do que a imprensa denominou de "jogadas políticas escusas" para que os estudantes desistissem da composição de outra chapa para concorrer ao mencionado pleito.[94]

Outras situações teriam concorrido para esse resultado, como o apoio de militantes estudantis de esquerda, sobretudo do PCB, à chapa "Liberdade Estudantil". Entre esses, em particular, destacou-se a turma de calouros do curso de direito de 1966, liderada pelos estudantes Wellington Dantas Mangueira Marques e Mario Jorge Menezes Vieira, que estimularam o voto em branco como meio de protesto contra a forma de condução daquele processo eleitoral.[95]

Além disso, a resistência à instituição da obrigatoriedade do voto nos mencionados processos eleitorais para escolha dos dirigentes dos órgãos de representação estudantil também deve ter influído no resultado desfavorável da única chapa inscrita. Nesses casos, os votos em branco significavam uma dupla forma de protesto, tanto por somente uma chapa ter sido aceita, quanto pela obrigatoriedade do mencionado processo eleitoral.

Entre os embaraços provocados pelo não comparecimento dos universitários às eleições estudantis, é ilustrativa a apreciação dos desdobramentos decorridos a respeito do processo eleitoral para o Diretório Acadêmico Augusto César Leite (DAACL), da Faculdade de Medicina de Sergipe, para a gestão 1966-1967. Após a realização da eleição, em 6 de junho de 1966, o presidente empossado desse diretório, Geraldo Moreira Melo, encaminha à direção da faculdade lista e justificativas dos estudantes que não compareceram ao processo eleitoral, fundamentando o procedimento em atendimento à Lei 4.464/64, em seu artigo 5º, parágrafo 3º. Esse dispositivo impedia o estudante que não comprovasse haver votado no referido pleito, salvo por motivo de doença ou

94 GAZETA DE SERGIPE. *Posse no D.E.E. foi considerada ilegal*. Op. cit.

95 GAZETA DE SERGIPE. *Acontecimentos descritos em "Opinião de juristas sobre a eleição universitária"*. Ano XI, n. 3102, 22 de setembro de 1966, p.8; em: MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 28/10/2011. E ainda em: BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras*: o movimento estudantil universitário sergipano em descompasso com o regime autoritário (1964-1968). Op. cit., p. 90.

de força maior, devidamente comprovado, de prestar exame parcial ou final, imediatamente subsequente à eleição.

Entretanto, não obstante a clareza da mencionada sanção, o ofício encaminhado pelo DAACL à direção da Faculdade de Medicina de Sergipe transferia para aquela a decisão do acatamento das justificativas dos estudantes que não haviam participado do citado processo eleitoral[96]. As justificativas, duas no total, utilizam-se de estratégias parecidas. Em ambas, os estudantes alegam estarem viajando na ocasião da realização do pleito. A primeira justificativa data de 26 e a segunda de 29 de março daquele ano. E esses documentos de iguais formato e teor foram deferidos pelo presidente do diretório ainda no mês de março e receberam também o deferimento favorável do diretor da faculdade em junho de 1966[97]. Para além das coincidências, esse tipo de justificativa indica as alternativas utilizadas pelos alunos para escaparem das sanções que a lei em apreço previa para aqueles que não cumprissem a obrigatoriedade do voto, mas essas estratégias não deixavam de criar uma situação embaraçosa.

Embora as autoridades civis e militares acreditassem que a obrigatoriedade do voto estudantil estimulasse a chamada "maioria silenciosa" ao não permitir que grupos de esquerda vencessem-se as eleições estudantis, diante dos embaraços mencionados, pode-se presumir que a obrigatoriedade do voto e a necessidade de justificar as ausências eram mais um estorvo que um exercício de civismo e patriotismo. E, sobretudo, incitavam os estudantes a questionarem a nova ordem política instalada no país. Nesse sentido, como já discutido, para algumas lideranças estudantis, a nova legislação acabou tendo o efeito contrário, ou seja, ajudou no processo de (re)organização do movimento estudantil.[98]

---

96 DAACL. *Of. nº 07/1966/DAACL*, de 8 de junho de 1966 a FMS. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02. Os alunos listados foram: Jaime Ferreira Souza, aluno do 5º ano; Zulmira Freire Rezende, aluna do 6º ano; Ataíde de Oliveira Sousa, aluno do 2º ano; Lydio Dutra do Nascimento, aluno do 5º ano; e José Aguinaldo de Santana Fonseca, aluno do 4º ano.

97 DAACL. *Of. s/nº*, de 26 de março de 1966, de Lyrio Dutra do Nascimento, e DAACL. *Ofício s/n.*, de 29 de março de 1966, de José Aguinaldo de Santana Fonseca. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

98 Ver a respeito: WEID, Jean Marc Von Der. Entrevistado por Carla Siqueira e Ana Paula Goulart. Transcrição e edição de Vitrina Comunicação e revisão de Ana Paula Goulart. Rio de Janeiro, em 7/10/2004. Disponível em: < http://www.mme.org.br >. Acessado em 10/01/2010.

Entre os efeitos contrários produzidos pela Lei Suplicy, podem ser destacados os seguintes: a manutenção da UNE, ainda que de forma ilegal, como entidade máxima dos estudantes brasileiros, em lugar da DNE; a manutenção das UEEs em alguns estados, em lugar das DEEs; resultados eleitorais inusitados com a superação de votos válidos pelos votos brancos ou nulos; passeatas; greves, entre outras formas de resistências, que acabaram por sinalizar a retomada do movimento estudantil que havia sido desarticulado com o golpe.

A confirmação dessas diferentes formas de resistência verifica-se desde a primeira eleição para a DEE. Nesse pleito, ocorrido em 1965, a presença de militantes do PCB e da Campanha Nacional de Alfabetização (CNA) na composição da diretoria do mencionado diretório, indicava que, ao menos, parte desses estudantes havia decidido agir dentro da lei contra a intervenção imposta pelo governo ao órgão estadual de representação dos universitários no estado. No caso, a UEES transformada em DEE de Sergipe.

Essa resistência configurou-se de modo mais claro durante o segundo processo eleitoral do citado diretório estadual. Esse processo, ocorrido em setembro de 1966, expôs a atuação de grupos de esquerda que passaram a disputar a hegemonia política do movimento estudantil universitário em Sergipe. A construção dessa hegemonia é iniciada na luta pela direção dos diretórios acadêmicos, depois na disputa pela direção da segunda direção da DEE de Sergipe. Mas só viria a ser consolidada nas eleições estudantis de 1967 e, sobretudo, de 1968, quando militantes do PCB derrotaram os militantes da AP e elegeram a primeira direção do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe (DCE/UFS).

8. CRISE DE LEGITIMIDADE DA SEGUNDA GESTÃO DA DEE DE SERGIPE

Voltando aos resultados da eleição para escolha da segunda gestão da DEE de Sergipe, os presidentes dos diretórios acadêmicos e parte dos membros da primeira diretoria resolveram, em assembleia geral ocorrida na Faculdade de Ciências Econômicas, solicitar uma opinião jurídica sobre a validade da eleição, uma vez que o número de votos

brancos foi superior ao dos votos conferidos à única chapa inscrita.[99] Neste sentido, a direção da DEE de Sergipe encaminhou ofício datado de 17 de setembro de 1966 a uma comissão formada por três professores da Faculdade de Direito de Sergipe a fim de que eles emitissem um parecer a respeito da questão. Dois dias depois, a comissão formada pelos conceituados juristas José Bonifácio Fortes Neto, Jaime Araújo Andrade[100] e Osman Hora Fontes emitiu um parecer estruturado em sete pontos.

O primeiro desses pontos descrevia solicitação encaminhada em 17 de setembro de 1966 por aquele órgão de representação estudantil estadual para que fosse elaborado um "parecer opinativo se possível por escrito quanto à legalidade ou não do pleito". O segundo registrava a posição da comissão de que não existiam elementos suficientes para afirmar se a eleição havia sofrido algum tipo de vício substancial que afetasse a sua legalidade. O terceiro destacava, no tocante ao problema da eficácia do processo eleitoral do diretório acadêmico, o artigo 5º no seu parágrafo 1º da Lei 4.464/1964, que asseverava considerar "eleitos os estudantes que obtiverem o maior número de votos", dispositivo aplicado por analogia às eleições das DEEs, dos DCEs e da DNE, sendo que a este último também se aplicava o disposto no artigo 11 da citada lei. O quarto reconhece, em meio à lacuna da lei, o princípio da maioria simples dos votos e que os casos omissos seriam resolvidos pelo Conselho Federal de Educação. O quinto chama atenção para o fato de que a legislação eleitoral em vigor no país é omissa quanto a esse tipo de situação. O sexto, apoiado nos princípios gerais do direito político, ponderava que ainda que a eleição tenha sido legal em termos morais, o resultado dos votos brancos, superior ao número de votos conferidos à chapa inscrita no pleito, não a legitimava moralmente para assumir a gestão. E o sétimo e último ponto do parecer externaliza que a eleição

99 DEE DE SERGIPE. *Ofício s/nº. DEE*, 19 de setembro de 1966 encaminhado ao DAACL. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

100 Além de jurista, Jaime Araújo Andrade havia sido secretário da UNE. Foi também deputado estadual eleito pelo MDB. Para lideranças estudantis que atuaram no período, Jaime Araújo é lembrado como um grande incentivador da militância estudantil. Ler a respeito: SILVA, João Augusto Gama da. "Jaime Araújo: um exemplo para recordar". In: *Jornal da Cidade*, 11 de janeiro de 2009. Disponível: <http://www.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=23341>. Acessado em 10/01/2010.

não era eficaz, pois se assim fosse considerada, não respeitaria a vontade da maioria, que nesse caso seria contrariada".[101]

Portanto, o parecer não indicava apenas uma demanda jurídica que a situação fazia emergir, mas suscitava, sobretudo, a questão da legitimidade moral do resultado de um pleito eleitoral em que a única chapa inscrita é rejeitada pela maioria dos eleitores ao manifestarem sua vontade através dos votos em branco. O posicionamento do trio de juristas colocava em suspeição moral o resultado da eleição e reforçava a crise de legitimidade quanto à vitória da chapa "Universitários". Cientes deste parecer, uma parte da diretoria da DEE de Sergipe e alguns dos presidentes dos diretórios acadêmicos consideraram que o problema do resultado e da legitimidade daquela eleição era da alçada de toda a "classe universitária" e que, portanto, deveria ser realizada uma assembleia geral. Esta foi agendada para ocorrer no dia 21 de setembro de 1966 no salão da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe, situado na praça Camerino, centro da cidade, por volta das 21h30min, em primeira convocação, e às 22 horas, em segunda e última.[102]

O parecer jurídico desfavorável, a avaliação negativa de parte da imprensa, sobretudo do jornal Gazeta de Sergipe,[103] e a convocação de uma assembleia geral convergiam para a necessidade de se discutir uma solução política para o impasse eleitoral. Entretanto, à revelia de parte da "classe estudantil", os representantes da chapa "Universitários" ignoraram a convocação da mencionada assembleia e agendaram a posse da nova diretoria da DEE de Sergipe para as 20 horas daquele dia, em cerimônia que ocorreu no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, situado na rua Itabaianinha, centro de Aracaju, a poucas quadras do local da assembleia geral agendada para as 21h30min daquele dia, cujo objetivo era discutir a validade do mencionado processo eleitoral.

O desenrolar desse *script* até poderia ter sido finalizado com uma cerimônia de posse tumultuada, com a presença de estudantes dentro

101 GAZETA DE SERGIPE. *"Opinião de juristas sobre a eleição universitária"*. Ano XI, n. 3102, 22 de setembro de 1966, p.8. Esse parecer jurídico foi publicado na íntegra nas páginas da edição em apreço.

102 DEE DE SERGIPE. *Of. s/nº/DEES*, de 21 de setembro de 1966 para o DAACL/FMS. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

103 GAZETA DE SERGIPE. *"Opinião de juristas sobre a eleição universitária"*. Op. cit.

e fora do recinto do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe protestando contra a solenidade e a falta de uma solução quanto à eficácia moral da eleição. No entanto, a antecipação da posse impediu a realização de possíveis protestos. Já a assembleia geral dos estudantes que havia sido agendada para ocorrer na Faculdade de Ciências Econômicas, uma hora e meia depois, foi impedida de concluir suas deliberações por força da presença de um pelotão da Polícia Militar.[104]

Segundo o jornal *Gazeta de Sergipe*, a maioria dos estudantes presentes à mencionada assembleia consideraram a posse antecipada um ato ilegal. E devido ao impasse jurídico decorrente do resultado da eleição, os diretórios acadêmicos não poderiam empossar a diretoria da DEE de Sergipe "à revelia da diretoria eleita em pleito anterior e [em] pleno exercício do seu mandato".[105] Além disso, esses estudantes, segundo o jornal, alegavam que a mencionada eleição não havia sido considerada nem legal tão pouco ilegal pela autoridade competente, no caso o CNE.[106] Em outras palavras, a nova diretoria da DEE Sergipe havia tomado posse sem o apoio da diretoria anterior e em meio a críticas quanto à legitimidade moral do resultado do processo eleitoral.

O exame desses acontecimentos permite discutir algumas questões. A primeira é a de que a posse ocorreu sem muita divulgação, fruto da articulação de uma manobra política, possivelmente para evitar tumultos e contestações à solenidade. A segunda é que o conhecimento da manobra utilizada para empossar a nova diretoria da entidade estudantil inflamou os ânimos daqueles que tomariam parte da assembleia geral ocorrida momentos depois da mencionada posse.[107] E, por fim, embora o local da assembleia geral fosse próximo das instalações do quartel da Polícia Militar, situada na rua Itabaianinha, a algumas quadras do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da Faculdade de Ciências Econômicas, chama atenção a prontidão com que um pelotão de policiais militares foi mobilizado e deslocado para impedir a realização da reunião dos estudantes, conforme noticiado pela imprensa.[108]

104 GAZETA DE SERGIPE. *Posse no D.E.E. foi considerada ilegal*. Ano XI, n. 3103, 23 de setembro de 1966, p. 8.
105 Op. cit.
106 Op. cit.
107 GAZETA DE SERGIPE. *Posse no D.E.E. foi considerada ilegal*. Op. cit.
108 Op. cit.

Essa última questão, a do deslocamento de policiais militares para impedir a aglomeração de estudantes, possivelmente deve ter sido atribuída ao temor das autoridades estaduais. A exemplo do que se noticiava sobre outros estados, esse temor relacionava-se aos possíveis protestos que esse episódio poderia desencadear de que esses protestos viessem a culminar na reorganização paralela da UEES, como entidade de representação dos universitários do estado, pelos estudantes descontentes com os rumos que a DEE de Sergipe estava tomando.

Nesse sentido, não obstante a rejeição eleitoral, o parecer jurídico desfavorável, os protestos dos estudantes e o posicionamento contrário de pelo menos parte dos diretórios acadêmicos e de parte da diretoria da DEE de Sergipe em exercício, a nova diretoria tomou posse sem contestações por parte das autoridades estaduais e federais. Essa diretoria ainda recebeu o apoio, mesmo que de forma indireta, da ala conservadora da Igreja Católica, que recriminou os protestos dos estudantes reticentes à posse da nova diretoria por meio do programa "Nossa Opinião", transmitido pela Rádio Cultura de Sergipe.[109] Este programa teria criticado, na avaliação do jornal *Gazeta de Sergipe*, de "forma violenta e inverídica" os universitários que haviam se posicionado contra a posse da nova diretoria da DEE de Sergipe.[110]

A postura dessa emissora de rádio ao utilizar um dos programas de maior prestígio, audiência e tradição no estado para criticar e desmobilizar os estudantes que não aceitavam a contestada posse significava também o apoio decisivo da ala conservadora da Igreja Católica. Essa ala, influenciada pela figura do então monsenhor Luciano José Cabral Duarte, diretor da emissora, explicitava a sua oposição aos movimentos da sociedade civil que esboçavam algum tipo de contestação à ordem estabelecida pela coalizão civil-militar que havia chegado ao poder em 1964.

As críticas proferidas pelo monsenhor Luciano José Cabral Duarte através da Rádio Cultura aos estudantes que contestavam a posse da nova diretoria da DEE renderam a edição de um fustigante artigo no

109 O programa "Nossa Opinião" surgiu como uma coluna jornalística, criada pelo então padre Luciano Duarte no jornal católico "*A Cruzada*", na década de 1950. Depois passou a fazer parte da programação da Rádio Cultura de Sergipe – emissora católica fundada em 21/10/1959 –, permanecendo na grade dessa emissora de rádio até os dias de hoje. Ver a respeito em: MORAIS, Gizelda. Op. cit., pp. 301-307.

110 GAZETA DE SERGIPE. *Posse no D.E.E. foi considerada ilegal*. Op. cit.

jornal *Gazeta de Sergipe*. Publicado sob o título "Provocações pedagógicas", o artigo escrito pelo jornalista Orlando Dantas teceu duras críticas à postura daquele religioso em face do ocorrido com os estudantes universitários e dos questionamentos por ele proferidos contra algumas entidades representativas dos estudantes.

Filho de Manuel Correia Dantas, governador de Sergipe de 1928 a 1930, Orlando Dantas descendia de tradicional família sergipana ligada à cana-de-açúcar. Ingressou nos negócios da família, tendo dirigido a Usina Vassouras e contribuído para a modernização da agroindústria no Estado de Sergipe. Destacou-se, porém, como intelectual e jornalista, tendo fundado em 1956 o jornal Gazeta Socialista, que depois se transformou no jornal Gazeta de Sergipe. Como político, foi deputado estadual constituinte em Sergipe no ano de 1946 pela Esquerda Democrática. Em 1950 foi eleito deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro, sendo o único membro da sua bancada a ter participado ativamente da campanha "O Petróleo é nosso", que resultou na criação da Petrobras. Ao final do seu mandato, retorna a Sergipe participando com destaque da política local. No governo de Seixas Dória, foi nomeado presidente do Banco de Fomento Econômico do Estado de Sergipe, depois Banco do Estado de Sergipe. Nos primeiros anos que se seguiram ao golpe, posicionou-se contra o regime militar, mas com a continuação dos militares à frente do poder, passou a apoiá-los, filiando-se à ARENA e incorporando-se às atividades promovidas pela Associação dos Estagiários da Escola Superior de Guerra (ADESG).[111]

No caso do editorial "Provocações pedagógicas", Orlando Dantas, ainda não convencido da decisão de apoiar a ditadura civil-militar, inicia sua linha de argumentação reprovando o clima de intranquilidade provocado pela atitude do diretor da Rádio Cultura de Sergipe, o então monsenhor Luciano Duarte, de denunciar genericamente os estudantes como esquerdistas, marxistas, comunistas e praticantes de atos de subversão. Para o jornalista, esse tipo de '"pedagogismo policialesco',

111 Sobre os dados biográficos mencionados ver: DANTAS, Orlando Vieira. *A vida patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; e sobre o posicionamento dele durante a ditadura ver: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*: partidos e eleições num estado autoritário. Op. cit., p. 153; e, DANTAS, José Ibarê Costa. Infomação concedida ao autor, 24/02/2011.

na frase lapidar do pensador católico Tristão de Ataíde", só serviria "para significar o seu repúdio a esses qualificativos".[112] Ainda sobre o "sentido policialesco das denúncias" proferidas contra os estudantes, Orlando Dantas critica também "as atitudes coercitivas nas eleições dos diretórios acadêmicos", referindo-se possivelmente às punições para os que não cumprissem a obrigatoriedade de votar nas eleições estudantis, como uma atitude que só acentuaria o inconformismo da mocidade estudantil.[113]

O editorial prossegue ao que intitula provocações pedagógicas, enfatizando que atitudes dessa monta destoavam da postura moral e intelectual de eminentes figuras da Igreja Católica. Dentre elas: Dom Helder Câmera, D. Avelar Brandão Vilela e D. José Vicente Távora, defensores das decisões do Concílio Vaticano II de atrair para a militância católica "a mocidade, cercá-la de atenções, iluminá-la com as luzes as posições progressistas, de amor às liberdades e à fraternidade humana".[114] Afirma ainda que essas autoridades religiosas e o documento episcopal mencionado não recomendavam apontar os estudantes aos meios policiais militares como "subversivos, comunizantes, esquerdistas, qualificativos que não sendo deprimentes, todavia, carregam um conteúdo ideológico que motiva coações físicas e intelectuais",[115] uma referência ao clima de deleções e repressão instituído no país desde o golpe civil-militar de 1964.

A postura editorial do jornalista Orlando Dantas, que também era um dos diretores responsáveis pelo jornal Gazeta de Sergipe, esboça o temor quanto às consequências da atribuição dessas qualificações aos estudantes no momento político e ideológico no qual prisões, torturas físicas e torturas psicológicas estavam sendo praticadas no país. Ele ainda relativiza os atributos desqualificativos conferidos pelo programa "Nossa Opinião" aos estudantes.[116]

Orlando Dantas deixa claro o seu entendimento de que a disseminação entre os jovens de ideias de esquerda é ao mesmo tempo um fato

112 DANTAS, Orlando. "Provocações pedagógicas". In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XI, n. 3104, 24 de setembro de 1966, p.4.
113 Op. cit.
114 Op. cit.
115 Op. cit.
116 DANTAS, Orlando. "Provocações pedagógicas". Op. cit.

progressista e histórico verificado no contexto internacional da época. Assim, para ele, era esperado que os estudantes tivessem reservas quanto a posturas de acomodação e não se sentissem confortáveis diante de situações em que a população ficasse "'sentadinha aos birros das almofadas' do tempo do Santo Império". Para Dantas, os estudantes não deveriam aceitar a permanência de "resíduos culturais [que] persistem em círculos fechados, contrários às inspirações cristãs da época".[117] As provocações desse editorial, portanto, revelam meandros das disputas teológicas, ideológicas e políticas existentes na Igreja Católica e a forma como os estudantes eram objetos e sujeitos dessas disputas, que ocorriam em torno da postura da Igreja Católica e de seus leigos diante da realidade política e social do país.[118]

9. A POLÊMICA SOBRE O MODELO DA UNIVERSIDADE DE SERGIPE

A crise estudantil provocada pela posse da nova diretoria da DEE de Sergipe, gestão 1966-1967, teve outros desdobramentos, como a renúncia da presidenta do Centro Acadêmico Sílvio Romero (CASR), Josefa Paixão, juntamente com seu vice-presidente, Luiz Santana, assim como do secretário de intercâmbio desse centro acadêmico. Esta atitude teria sido motivada em razão de essas lideranças não terem concordado com as solicitações encaminhadas pela assembleia geral dos estudantes no sentido de que aquele diretório acadêmico tomasse posição contrária à posse da diretoria da DEE de Sergipe. Além disso, os estudantes que faziam oposição a esse centro acadêmico, notadamente a turma de 1966, formada por Mário Jorge Menezes, Jackson Barreto, Wellington Mangueira, entre outros, exigiam da então diretoria do CASR a rejeição do anteprojeto apresentado para a criação da universidade de Sergipe sob a forma de uma fundação.[119]

117 Op. cit.

118 Uma discussão mais balizada a respeito das disputas entre as alas conservadora e progressista da Igreja Católica em Sergipe pode ser apreciada em: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., pp. 145-149.

119 GAZETA DE SERGIPE. *Presidente do DA de Direito renunciou*. Ano XI, n. 3109, 30 de setembro de 1966, p.8.

Em relação a esse segundo ponto, de que a CASR deveria rejeitar a proposta de criação da universidade sob a forma de uma fundação federal e, em lugar dela, defendesse a proposta da criação de uma universidade sob a forma de autarquia federal, é salutar lembrar que esses debates, para além dos aspectos da estrutura organizacional que viria a ter a universidade, eram também permeados por interesses diferentes de alunos e professores de cada uma das faculdades ou escolas de ensino superior então existente no estado.

Para os professores e os alunos da Faculdade de Direito de Sergipe, a criação de uma universidade federal nos moldes de uma fundação federal não era interessante. Segundo Luiz Santana, então vice-diretor do Centro Acadêmico Sílvio Romero, que renunciou ao cargo após o conturbado processo eleitoral da DEE de Sergipe, ocorrido em 1966, o diretor daquela faculdade, professor Gonçalo Rollemberg Leite, não queria que a Faculdade de Direito fosse incorporada à UFS. Ele dizia: "'já somos Faculdade Federal de Direito' e não temos interesse de participar da UFS". Esta posição também foi partilhada por Santana na condição de estudante e, logo depois, nos anos de 1970, como professor.[120]

Essa divergência entre as faculdades acerca de como seria a nova universidade já fazia parte da pauta de reivindicações estudantis desde as primeiras mobilizações pela reforma universitária, ocorridas na cidade de São Cristóvão, em 1962, e na cidade de Santo Amaro das Brotas, em 1963. José Alexandre Felizola Diniz, presidente da UEES no período de 1962-1963, em entrevista concedida à Gizelda Morais, recorda que no seminário ocorrido na cidade de Santo Amaro das Brotas, o então padre Luciano José Cabral Duarte já defendia a criação da universidade na forma de fundação. Essa posição foi apoiada pelos alunos das faculdades católicas e pela maioria dos participantes daquele encontro estudantil. Por outro lado, havia um grupo de estudantes que apoiava a proposta do professor Antônio Garcia Filho, da Faculdade de Medicina de Sergipe, que defendia o modelo de autarquia. Mas já naquela ocasião, junho de 1963, antes mesmo do golpe, a defesa do modelo de fundação

120 SANTANA, Luiz. "História de uma vida". In: Crônica de uma cidade. 6 de setembro de 2009. Disponível: < http://cronicadacidade.blogspot.com>. Acessado em 12/01/2010.

federal, apesar de aprovado pelo encontro organizado pelos estudantes universitários, já despertava polêmicas e controvérsias.[121]

Os esforços e as mobilizações em torno da criação de uma universidade em Sergipe, iniciados no governo de Luís Garcia (1959-1962) e intensificados no governo de João de Seixas Dória (1963-1964) foram retomados no decurso da ditadura civil-militar, através de uma comissão organizada pelo monsenhor Luciano José Cabral Duarte. O então diretor da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe não mediu esforços para viabilizar esse projeto, considerado para muitas das faculdades que enfrentavam dificuldades financeiras como de vital importância para consolidar o ensino superior no estado.[122]

Não obstante essa importância, a divergência quanto à forma a ser adotada pela nova instituição de ensino superior não havia encontrado um consenso em todas as faculdades. Neste sentido, a Faculdade de Direito de Sergipe, segundo o então estudante Luís Antônio Barreto, manteve-se resistente ao modelo de fundação em defesa de "um movimento pela universidade autárquica, no sentido de que a autarquia não tem subordinação a este ou aquele órgão, mas é vinculada ao Ministério da Educação".[123] Esse posicionamento defendia que cada faculdade deveria vincular-se ao MEC e não à outra instituição, no caso uma universidade, proposta abertamente defendida pelo diretor daquela faculdade, professor Gonçalo Rolemberg Leite.[124]

Luís Antônio Barreto, escrevendo a respeito da importância de Gonçalo Rollemberg Leite para a Faculdade de Direito de Sergipe, destaca que após a morte, em 1953, do desembargador Otávio de Souza Leite, primeiro diretor daquela instituição, ele que era o seu vice, assumiu a direção da faculdade até os idos de 1979. Nesse período, o professor Gonçalo conseguiu federalizar a faculdade e participou dos debates em torno do modelo sob o qual seria criada a Universidade Federal em Sergipe.[125]

---

121 MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano José Cabral Duarte*: relato biográfico. Op. cit., pp. 247-249.

122 A CRUZADA. *Sergipe terá universidade antes de março de 1967*. Ano 84, n. 1468, 10 de setembro de 1966, p.11.

123 MORAIS, Gizelda. Op. cit., pp. 245-247.

124 Op. cit.

125 BARRETO, Luís Antônio. "Os 100 anos de Gonçalo Rollemberg Leite". In: *Infonet*, 16 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=44237&titulo=Luis_Antonio_Barreto>. Acessado em 12/01/2010.

A oposição articulada pelo diretor da Faculdade de Direito de Sergipe ao modelo de fundação defendido pelo monsenhor Luciano José Cabral Duarte, ao menos entre os estudantes do curso de direito, parece ter conquistado alunos de diferentes posições ideológicas e políticas. Dentre esses alunos, destacam-se membros dos movimentos populares de cultura popular e da AP, como a estudante Zelita Rodrigues Correia dos Santos, até estudantes com destacada militância junto ao PCB, como foi o caso de Wellington Dantas Mangueira Marques. Em outras palavras, dentre as faculdades, na prática, a Faculdade de Direito de Sergipe, devido à sua boa estrutura, sua localização privilegiada e ao fato de ser a única federalizada, bastava-se. Dessa forma, a luta do professor Gonçalo Rollemberg Leite, encampada por muitos alunos do curso de direito, em resistir à ideia de criação da nova instituição tinha por objetivo garantir os recursos e o *status quo* desfrutados pela instituição e seus egressos desde sua fundação em 1951.

Em contraposição ao prestígio da Faculdade de Direito e ao relativo carisma exercido pelo professor Gonçalo Rollemberg, o monsenhor Luciano José Cabral Duarte, apesar de sua erudição, obstinação e pragmatismo, não tinha o carisma de um conciliador que constrói pelo debate o apoio de todos a uma causa maior, no caso a criação de uma universidade federal em Sergipe. Faltavam ao monsenhor Duarte a sensibilidade e o diálogo que haviam sobrado a D. José Vicente Távora, quando este, a partir de 1958, passou a incentivar setores leigos da Igreja Católica, no caso a JUC e a LUC, a se mobilizarem em torno da criação de uma universidade em Sergipe.

Desta forma, não obstante a sua decisiva atuação para adequar o projeto de criação da mencionada universidade às exigências formuladas pelo Conselho Federal de Educação, sua figura pessoal era alvo de estigmas e repúdios devido a certas atitudes autoritárias e à confessada posição anticomunista que assumiu.[126] Para José Alexandre Felizola Diniz, em entrevista concedida à Gizelda Morais, apesar da importância da atuação do monsenhor Duarte na questão da criação da Fundação

126 Ver a respeito em: FCFS. *Of. s/nº/FCFS,* de 8 de setembro de 1960, para o SEI. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CECH – DHI, Caixa 23, item 84.

Universidade Federal de Sergipe (FUFSE),[127] este foi muito estigmatizado e pouco compreendido.[128]

O estudante Luiz Antônio Barreto recorda que as críticas dos alunos da Faculdade de Direito de Sergipe à figura do monsenhor Luciano José Cabral Duarte, por ocasião da visita de Newton Sucupira, membro do Conselho Federal de Educação, relator do processo que solicitava a criação de uma universidade federal em Sergipe, evidencia um desses momentos de embate.[129] Nesse episódio, em particular, o monsenhor Duarte travou uma polêmica com o estudante Wellington Dantas Mangueira Marques, que havia lido uma carta assinada por vários estudantes externando sua posição contrária à criação da universidade nos moldes de uma fundação.[130]

Segundo Marques, os estudantes também defendiam a criação da universidade, mas discordavam da proposta de Dom Luciano que queria fazer uma fundação e por isso houve uma discussão: fundação ou autarquia? "E nós da Faculdade de Direito, com a Faculdade de Química, Economia lutávamos para que fosse (...) autarquia."[131] A atitude e a posição descrita por Marques, entretanto, não haviam sido compartilhadas pela presidenta do Diretório Acadêmico Sílvio Romero, Josefa Paixão. Nesse episódio, segundo o jornal *Gazeta de Sergipe*, ela dirigiu-se ao representante do Conselho Federal de Educação, professor Newton Sucupira, declarando que aquela carta e discurso não representavam o pensamento do Diretório da Faculdade de Direito.[132]

---

127 A partir desse momento, passaremos a nos referir à Universidade Federal de Sergipe utilizando a denominação Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE), como uma forma de evitar possíveis dúvidas quanto ao uso das siglas como UFS, UFSE, FUFS ou FUFSE relacionadas à mesma instituição. Faremos isso também com o propósito de chamar atenção para o tipo de modelo que ela veio a assumir institucionalmente.

128 MORAIS, Gizelda. *D. Luciano José Cabral Duarte*: relato biográfico. Op. cit., p. 248.

129 Op. cit., p. 246.

130 ESTUDANTES DE DIREITO. *Carta dos Estudantes da Faculdade Federal de Direito de Sergipe ao Dr. Newton Sucupira* [manifestando seu repúdio ao anteprojeto de criação da UFS e criticando a atuação de Dom Luciano Duarte], de 19 de setembro de 1966. In: Instituto Dom Luciano Duarte, caixa 01, pacotilha 06.

131 MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 03/12/2007 (negritos nossos).

132 A CRUZADA. *Relator do processo da universidade em Sergipe*. Ano 84, n. 1468, 24 de setembro de 1966, p.11.

10. A CRIAÇÃO DA UFS E A EXTINÇÃO DA DEE DE SERGIPE

A crise de legitimidade enfrentada pela DEE de Sergipe e os esforços e debates a respeito da criação de uma universidade no estado, transcorridos ao longo do ano de 1966, tiveram desfechos diferentes. A criação da Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE), ou UFS como é conhecida, foi oficializada por meio do Decreto-Lei nº 269/1967, enquanto a DEE de Sergipe foi extinta, juntamente com as demais DEEs de outros estados, pelo Decreto-Lei nº 228/1967. Coincidentemente, ambos os decretos foram assinados em 28 de fevereiro de 1967.

O processo de extinção dos órgãos de representação estadual dos universitários, em particular o de Sergipe, na realidade já havia sido iniciado com as prisões e os IPMs instalados pela chamada "Operação Limpeza" deflagrada pelo golpe civil-militar de 1964. A esse primeiro momento de desmobilização foi acrescida a regulamentação imposta pela Lei Suplicy para controlar, em particular, os órgãos de representação estudantil, transformando as Uniões Estaduais dos Estudantes em Diretórios Estaduais de Estudantes; logo, a UEES passou a ser denominada de DEE de Sergipe, sem grande resistência por parte dos universitários.

No caso de Sergipe, seguiram-se então a nomeação de um interventor em fins de 1964, a eleição para a diretoria de 1965 e a polêmica eleição de 1966. O passo seguinte foi a extinção do órgão estudantil de representação estadual em fevereiro de 1967 por força do Decreto-Lei nº 228, de autoria do ministro da Educação, Raymundo Aragão, publicado em 28 de fevereiro daquele ano. A partir desse acontecimento, e até o momento de conclusão desta tese, defendida em 9 de abril de 2012, e agora publicada na forma de livro, os universitários em Sergipe permaneceram sem um órgão de representação estadual.

A dimensão desse decreto-lei tem sido, de certa forma, pouco avaliada pelos pesquisadores, que rapidamente o associam à revogação da Lei Suplicy. O decreto-lei em questão de fato revogava a lei anterior, mas mantinha suas proibições, como a que vedava a participação de estudantes em "manifestações políticas ou partidárias ou de ações que

impliquem em preceitos religiosos ou raciais", mantendo em seu artigo 11 as proibições estipuladas no artigo 14 da Lei Suplicy.[133] Além disso, a nova norma trazia em si pontos que merecem mais atenção, a começar pelo tipo de dispositivo jurídico em questão, um decreto-lei e não uma lei, indicando os encaminhamentos do ordenamento jurídico que passava a ser formulado pelo Executivo, competência atribuída ao presidente da República pelo artigo 9º, inciso II, do Ato Institucional nº 4.

Elaborada nesse contexto normativo, a proposta desse dispositivo foi o de reformular a organização da representação estudantil, uma vez que a lei anterior havia deixado brechas que eram alvos de contestações. Entre as mudanças instituídas pela norma em apreço, destaca-se o estabelecimento, no artigo 2º, de apenas dois tipos de órgãos de representação estudantil: os diretórios acadêmicos, nos estabelecimentos de ensino superior, sejam eles escolas de ensino superior, faculdades, institutos ou cursos; e os diretórios centrais dos estudantes, nas universidades. O mencionado decreto manteve a obrigatoriedade do voto, mas alterou penalidades para os ausentes: da suspensão do exame parcial ou final, inciso III do artigo 5º da Lei 4.464/64, para a suspensão de 30 dias, parágrafo único do artigo 5º da nova norma; instituiu o processo de eleição para os DCEs de forma indireta, através de colegiados formados pelos DAs; instituiu a Conferência Nacional do Estudante Universitário, constituída de um representante de cada DCE e de um representante de cada grupo de 10 escolas superiores, pelo prazo de uma semana anualmente, o que, em tese, ainda que o texto não explicite, presume-se que deveria substituir o DNE; e também oficializou a extinção dos órgãos estudantis de âmbito estadual, autorizando o Ministério Público Federal (MPF) a dissolvê-los e a incorporar os seus respectivos patrimônios aos da universidade federal do estado a que estivessem relacionados.

133 GAZETA DE SERGIPE. *Revogada a "Lei Suplicy"*. Ano XIII, n. 3.235, 2 de março de 1967, p. 6. A respeito da pouca apreciação da nova Lei, exceção deve ser feita a SILVA, Justina Iva de A. *Estudantes e política*: estudo de um movimento (RN 1960-1969). Op. cit., pp. 135-136.

11. O DECRETO-LEI DE CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Compondo esse cenário dos acontecimentos, em particular aqueles direcionados para a construção de uma reforma administrativa e constitucional voltada para a institucionalização da nova ordem,[134] no dia 28 de fevereiro de 1967, foi promulgado, pelo presidente marechal Castelo Branco, o Decreto-Lei nº 269, autorizando a instituição da fundação mantenedora da Universidade Federal de Sergipe e as providências para sua implantação.

Esse processo seria concluído com a inauguração, em 15 de maio de 1968, em sessão solene no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, da Fundação Universidade Federal de Sergipe como um marco cultural para a vida intelectual no estado.[135] Para a historiadora Maria Thétis Nunes, uma das fundadoras da nova instituição, a missão da Universidade Federal de Sergipe, uma vez completada, não poderia deixar de ir ao encontro das "aspirações da juventude com que ela sonha, abrindo novos rumos à educação sergipana"; e finaliza afirmando que a universidade não deve esquecer o compromisso de formar a "juventude dentro da liberdade e do espírito democrático e dando-lhe instrumental que a integre plenamente no mundo atual".[136]

Nesse sentido, nos primeiros dias da promulgação do mencionado decreto-lei, o governador do estado, Lourival Batista, reuniu representantes das seis faculdades em funcionamento e o representante da faculdade de odontologia que estava sendo criada. Nessa reunião, ele oficializou, ainda que de modo simbólico, que o patrimônio e os corpos docentes e discentes das instituições estaduais passariam a compor os da fundação recém-criada.[137] Não obstante a euforia das autoridades, a reportagem que descrevia o ocorrido informava que a instalação da universidade somente ocorreria no ano de 1968, uma vez que carecia

134 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Op. cit., pp. 112-138.
135 A CRUZADA. *Solenidade de instalação da FUFSE, marco cultural na vida sergipana*. Ano 49, n. 1545, 18 de maio de 1968, p.1.
136 NUNES, Maria Thétis. "A missão da Universidade de Sergipe". In: *A Cruzada*. Ano 49, n. 1545, 18 de maio de 1968, p.1.
137 SERGIPE. *Decreto Estadual nº 1362/67*, de 14 de maio de 1967.

"ainda da inclusão de dotação orçamentária nos termos da legislação em vigor",[138] como de fato parece ter ocorrido.

12. TROTE CULTURAL, DISSOLUÇÃO DA DEE E O DESTINO DE SEUS BENS

Nesse mesmo período em que autoridades estaduais, professores e funcionários comemoravam o decreto que criava a UFS, os calouros aprovados no vestibular para a Faculdade de Medicina de Sergipe saíram às ruas para realizar o já tradicional trote cultural. Fantasiados, os estudantes estamparam em seus cartazes mensagens com deboches e críticas ao cotidiano político, econômico e ideológico da época. E, como era costumeiro, os novos universitários receberam a atenção da população que transitava pelas principais ruas da capital do estado. Dentre as frases colocadas nos cartazes destacam-se:

> LIBERDADE DE IMPRENSA
> "A liberdade de Imprensa é o caminho mais curto entre um artigo de jornal e a cadeia";
> A REVOLUÇÃO E A DEMOCRACIA
> "A revolução ajudou a democracia";
> A ENERGIPE [Empresa de Energia de Sergipe]
> "De parabéns a Energipe que proporcionou o aumento da população";
> MATEMÁTICA MODERNA
> "Matemática Moderna, o progresso dos Estados Unidos está diretamente proporcional ao subdesenvolvimento do Brasil";
> CASTELO
> "Castelo, Casarão Velho. Feio que vive nos assustando com Histórias de Fantasmas";
> PREFEITO, BURACOS E VATAPA [VATAPÁ]
> "Prefeito: " não existe buraco que eu não VATAPA";

138 GAZETA DE SERGIPE. *Decreto cria a universidade* [manchete da primeira página]. Ano XII, n. 3.235, 2 de março de 1967, p.1.

O PESCOÇO DA CADEIA
"Pescoço, parte do corpo Humano que da [dá] cadeia";
A JUSTIÇA
"Justiça, instrumento utilizado para castigar os universitários".[139]

O tom de deboche e a crítica ao cotidiano político do estado prosseguiram ao longo daquela semana com os trotes da Faculdade Católica de Filosofia,[140] satirizando a presença de políticos baianos no estado, em particular o governador Lourival Batista e alguns de seus assessores. Lourival Batista, médico baiano radicado em Sergipe, havia explorado suas relações pessoais e políticas em Salvador e em Brasília para ser indicado, pela presidência da República, governador do Estado de Sergipe a partir de 1967. Segundo o historiador Ibarê Dantas, Lourival Batista foi uma figura política avessa a polêmicas, a enfrentamentos, e que procurava servir de modo pragmático e com desenvoltura à ordem autoritária em meio às intrigas e competições internas de seus aliados insatisfeitos com sua indicação.[141] Tais insatisfações também foram reverberadas pelos estudantes universitários de algumas instituições de ensino superior existentes em Sergipe naquele ano.

Esses trotes foram seguidos pelos da Faculdade de Direito, que havia escolhido como tema de suas críticas a questão do uso da não violência.[142] E entre as manifestações de deboche e de crítica, chama atenção a da Faculdade de Ciências Econômicas ao equiparar, em tom de sátira, a relação do "Brasil-EEUU" com a de "Sergipe-Bahia", duas "grandes Alianças para o progresso" numa referência aos acordos desvantajosos que o país realizava com os Estados Unidos e, no caso de Sergipe, com os baianos presentes à administração política estadual, em particular do governador Lourival Batista. Esse claro rompante de bairrismo reflete os interesses de grupos políticos estaduais representados entre os estudantes universitários, sobretudo aqueles que haviam sido despres-

139 GAZETA DE SERGIPE. *Trote de medicina saiu às ruas*. Ano XII, n. 3.235, 2 de março de 1967, p.1.
140 GAZETA DE SERGIPE. *FAFI critica ensino*: trote. Ano XII, n. 3.242, 11 de março de 1967, p. 6.
141 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., pp. 63-66.
142 GAZETA DE SERGIPE. [Nota sem denominação]. Ano XII, n. 3.245, 15 de março de 1967, p. 6.

tigiados pelos militares com a escolha de Lourival Batista, no caso, os experientes Leandro Maciel e Augusto Franco.

Para além das querelas locais, o trote dos calouros da Escola de Serviço Social também se mostrou instigante para se compreender o espírito estudantil daquele momento. A mensagem dos versos "O Direito do Estudante é não ter direito a nada/Palmatória quebra dedo/Chicote deixa marcas/Cacete quebra costa/Mas não quebra opinião"[143] expressava o sentimento de rebeldia que parecia se tornar cada vez mais presente entre parte dos estudantes que viveram aquele momento. O sentimento de fazer valer sua opinião ainda que sob controle, vigilância e ameaça.

Todavia, entre os trotes, a crítica dos calouros de economia, expressada através da frase: "Semelhança entre a SUNAB e o DEES: o primeiro não faz nada e o segundo também", tinha como alvo o descontrole dos preços, que deveriam ser fiscalizados pela Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), situação caricaturada como semelhante à atuação da DEES – ou como estamos tratando da DEE de Sergipe – que, de igual modo, não operava a assistência devida aos estudantes e nem à sua representação política.[144] Essa crítica, em particular, revelava, por um lado, que aquele órgão estudantil pouco atuava e, por outro, a indiferença dos estudantes quanto ao fim a ele colocado pelo Decreto-Lei nº 228 de 28 de fevereiro de 1967.

Além de extinguir o DEE de Sergipe, o mencionado decreto criou uma situação jurídica atípica: Sergipe ainda não havia constituído uma universidade federal, processo iniciado na década de 1950, e a lei presumia a já federalização das instituições de ensino superior agrupadas em pelo menos uma universidade em cada estado, o que somente ocorreria em Sergipe em 1968. Assim, observa-se que fora criado um problema para o Ministério Público Federal, órgão responsável pela dissolução dos bens da DEEs nos estados.

O problema configurado vinculava-se à destinação de alguma instituição para a guarda dos possíveis bens da DEE de Sergipe, já que o decreto prescrevia que eles fossem transferidos para a universidade fe-

143 Op. cit.

144 GAZETA DE SERGIPE. Uni.[versitários] criticam só baianada". Ano XII, n. 3.243, de 12 de março de 1967, p. 5.

deral existente no estado. Como oficialmente a UFS foi inaugurada em maio de 1968, nesse intervalo de tempo entre fevereiro de 1967 e maio de 1968, os bens existentes da UEES transformada em DEE de Sergipe devem ter ficado sobre a guarda do MPF. A localização dos documentos atinentes a esse processo de extinção pode quiçá revelar detalhes importantes dessa situação política e jurídica.[145]

A extinção e a dissolução do órgão de representação estadual dos estudantes universitários e a inexistência de uma universidade significavam não apenas o fechamento daquele órgão, como também a impossibilidade da criação de outro órgão de representação universitária que não fossem os diretórios acadêmicos. Dessa forma, a situação descrita impossibilitava a fundação do diretório central de estudantes, o que somente ocorria em setembro de 1968, meses após a criação da UFS.

145 Após a extinção, por força de um Decreto-lei, da Diretória Estadual dos Estudantes de Sergipe (DEE Sergipe), em 1967, dentre os bens da União Estadual dos Estudantes (UEES) transferidos para a DEE Sergipe e depois para a guarda provisória do MPF constava um imóvel (terreno), situado na então Av. Canal, atual Av. Gonçalo Prado Rollemberg, adquirido por meio de escritura pública de compra e venda em 12/09/1960, devidamente transcrita no Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição desta Capital, sob o nº de ordem 14.908. O referido imóvel foi "cedido pela União" ao MPF/SE, atual possuidor, para construção de sua sede atual. Mais informações a respeito podem ser obtidas no processo nº 0800014-92.2014.4.05.8500T, Classe 29 - Ação Ordinária, Justiça Federal de Primeira Instância, seção Judicária do Estado de Sergipe, 1ª VARA FEDERAL.

CAPÍTULO VII

"LIBERDADE SEM DEMOCRACIA": A REAÇÃO DOS DAs À LEI SUPLICY

1. A REORGANIZAÇÃO DOS DIRETÓRIOS ACADÊMICOS APÓS O GOLPE

Após o golpe civil-militar de 1964, o cenário político do país, o clima de delação e a prisão de algumas lideranças do movimento estudantil universitário contribuíram para a desarticulação dos estudantes. Naquele ano, as tradicionais eleições realizadas para as diretorias da UEES e dos órgãos de representação estudantil das escolas e faculdades de ensino superior, na sua quase totalidade, não ocorreram. Em seu lugar, os documentos e as notícias publicadas na imprensa dão conta da oficialização do processo de intervenção no órgão de representação estadual, UEES, e da necessidade de as demais entidades estudantis, no caso os diretórios acadêmicos, e do centro acadêmico de direito adaptarem seus estatutos à Lei Suplicy.

Em termos jurídicos, como já discutido, a nova lei revelava a intenção do governo em controlar as entidades estudantis, subordinando-as às respectivas esferas de ensino e de atuação, restringindo a participação dos estudantes às atividades recreativas e cívicas, estabelecendo o voto obrigatório, assim como limitando a participação política de alunos com alguma forma de pendência acadêmica. Entretanto, o intuito de controlar as mencionadas entidades acabou por produzir entre os seus efeitos também a retomada das atividades estudantis, sobretudo na esfera dos diretórios acadêmicos.

Nesse período, Sergipe tinha um campo editorial restrito ao jornal *Gazeta de Sergipe*, submetido à censura; ao *Sergipe Jornal*, que evitava fazer críticas políticas; à *Revista Perspectiva*, que só publicou duas edições; e à *Revista Alvorada*, de maior regularidade, mas que não definia sua orientação política. Segundo Ibarê Dantas, eram os jornais do Su-

deste, particularmente os do Rio de Janeiro, que esboçavam uma leitura "desassombrada" daquele contexto, sobretudo o *Correio da Manhã*, o Última Hora e o *Jornal do Brasil*.[1]

Esses jornais eram aguardados nos principais pontos de venda da cidade e "avidamente devorados pelos consumidores de notícias", que buscavam neles os artigos de Carlos Heitor Cony, Márcio Moreira Alves, Edmundo Muniz e Hermano Alves. Estas leituras "encontravam alguma receptividade não apenas no ambiente universitário, mas [também] em uma minoria de cidadãos mais intelectualizada".[2] A respeito desse período, Ibarê Dantas diz: "recordo-me [de] que poucos, no círculo de minhas experiências diretas ou por meio dos articulistas, acreditavam que [esse período] durariam 20 anos".[3]

Em meio a esse cenário e após a prisão das lideranças ligadas ao movimento em favor das reformas de base, coube aos estudantes secundaristas e universitários a realização de mobilizações políticas contra a ditadura civil-militar que se instalava no país. Os secundaristas foram responsáveis pelas primeiras movimentações neste sentido, sobretudo junto ao CES, como já discutido. Já as mobilizações de maior efeito couberam aos universitários, após o impacto do golpe e da legislação engendrada para controlar os órgãos estudantis de representação. Essas mobilizações ocorreram, sobretudo, a partir de 1965, na Faculdade de Filosofia de Sergipe, e a partir de 1966, na Faculdade de Direito de Sergipe e nas demais instituições de ensino superior.

As formas de resistência evidenciada pelos estudantes das instituições de ensino superior em Sergipe frente à adaptação dos estatutos de seus órgãos representativos alimenta os indícios de que os estudantes universitários do estado haviam sentido os efeitos do golpe. Desta forma, a adaptação à nova legislação acabou por ser mais um momento de retomada da organização dos diretórios, ainda que restrita a atividades cívicas, recreativas e pedagógicas, do que um motivo para mobilizações de protesto e enfrentamentos. Neste sentido, pelo menos inicialmente, o cumprimento da nova lei contribuiu para conferir uma maior visibi-

1 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984.* Op. cit. pp. 68-69.
2 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984.* Op. cit. pp. 68-69.
3 DANTAS, José Ibarê Costa. Informação concedida ao autor, através de e-mail, em 11/07/2011.

lidade ao movimento estudantil tanto junto à imprensa local quanto junto às autoridades responsáveis pelo ensino superior.

Em relação aos diretórios acadêmicos e ao centro acadêmico existentes em Sergipe, esse efeito parece evidente. Após o golpe, esses órgãos de representação estudantil passaram por um período de refluxo no qual a grande maioria deles não conseguiu realizar as eleições para a escolha das novas diretorias. Neste sentido, a publicação da Lei Suplicy e suas exigências normativas acabaram por demandar dessas instituições a adaptação de seus estatutos e a realização dos processos eleitorais para escolha das novas diretorias, fatos que ocorreram entre os meses de fevereiro e abril de 1965. Esse processo, como já discutido, também contribuiu para a escolha dos representantes dos diretórios acadêmicos para composição da chapa que concorria à primeira diretoria a ser eleita do DEE de Sergipe.

Entre os diretórios acadêmicos existentes em Sergipe nesse período, a situação do Diretório Acadêmico Antônio César Leite (DAACL), relacionado aos estudantes da Faculdade de Medicina de Sergipe (FMS) foi, pelas evidências pesquisadas, o único a realizar as eleições acadêmicas naquele ano de 1964. Fundado em 5 de abril de 1961, esse diretório realizava suas eleições no mês de março de cada ano, como prescrevia o artigo 33 de seu estatuto.[4] Dessa forma, antes da eclosão do golpe civil-militar de 1964, o DAACL já havia realizado suas eleições para aquele ano.[5]

Seguindo essa dinâmica, a terceira diretoria do DAACL, eleita para a gestão 1963-1964, realizou entre os dias 23 e 30 de março de 1964, portanto às vésperas do golpe, a eleição para a escolha da nova diretoria e dos representantes da FMS para o Conselho Técnico Administrativo (CTA). Compuseram essa diretoria: o presidente Lauro Augusto do Prado Maia, vice-presidente Jairo Fontes Sampaio, tesoureiro Amaury Motta Moreira, secretário-geral João Fernando Salviano, 1º secretário Fedro Menezes Portugal, secretária de cultura e intercâmbio Simone de Moura Matos, secretário de imprensa e publicidade Caetano de Almeida Quaranta, secretária social Lêda Maria Costa Martins, conselheiros fiscais William de Oliveira Meneses, Wilma Gonçalves Melo e Maria

4 DAACL. *Estatuto do Diretório Acadêmico Augusto César Leite*. Op. cit.
5 DAACL. *Of. s/n/DAACL*, de 2 de abril de 1964 para a FMS. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 01.

Selma Andrade; e ainda os representantes para o CTA José Côrtes Rolemberg Filho, José de Alencar Cardoso Neto e José Fernando Salviano.[6]

Transcorrido o mencionado processo eleitoral, em 2 de abril de 1964, o DAACL comunicou à direção da faculdade a eleição dos discentes Marcos Aurélio Costa Lima Resende, Eduardo Antônio Conde Garcia, José de Alencar Cardoso Neto e Antônio Leite Cruz para o CTA e do estudante Caetano de Almeida Quaranta para a direção do diretório.[7] Após o golpe, coube a essa direção a responsabilidade de realizar a adaptação do estatuto daquele diretório à Lei Suplicy e submetê-lo à apreciação da assembleia geral dos estudantes que, em 5 de março de 1965, aprovou por unanimidade a mencionada mudança estatutária.[8]

Ao contrário do DAACL, os demais órgãos de representação estudantil, ao que parece, realizavam suas eleições anuais em outros momentos do período letivo, provavelmente entre os meses de agosto e de setembro, a depender da instituição. Diante desse outro calendário, esses órgãos sentiram, de modo mais direto e intenso, os efeitos do momento político que o país atravessava, pelo menos no que se refere à realização do processo eleitoral de suas respectivas entidades. Esta parece ter sido a situação dos estudantes de química, economia, direito e filosofia.

No caso dos estudantes do Diretório Acadêmico Antonio Militão de Bragança (DAAMB), vinculado à Escola de Química de Sergipe (ESQ), existem registros de que as reformulações do estatuto da entidade em relação à Lei 4.464/1964 ocorreram em meio a poucos debates e falta de interesse por parte dos estudantes. Apenas as falas dos estudantes Roriz, Carlos Bôto, Francisco Varela e José Claúdio, na primeira as-

6 DAACL. *Of. 01/1963/DAACL*, s/d para a FMS. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 32, item 100.

7 DAACL. *Of. s/n/DAACL*, de 2 de abril de 1964 para a FMS. Op. cit.

8 Esta informação consta do Of. nº 08/1966 /DAACL, de 15 de junho de 1966, enviado ao diretor da FMS. Informação retificada pelo Of. nº 11/1966/DAACL, de 16 de agosto de 1966, enviado ao diretor da FMS, que informa o dia 5 de março, e não 25 de março de 1965, como o dia em que ocorreu a citada assembleia dos estudantes de medicina. Ver a respeito, respectivamente: DAACL. *Of. nº 08/1966 /DAACL*, de 15 de junho de 1966. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, caixa 01, item 02. E: DAACL. *Of. nº 11/1966/DAACL*, de 16 de agosto de 1966. In: Op. cit.

sembleia destinada ao assunto, esboçaram algumas discussões sobre as emendas que estavam sendo propostas ao estatuto da entidade.[9]

A esse respeito, o registro da segunda ata da assembleia geral dos estudantes de química destaca a fala do presidente daquele diretório, Márlio de Araújo Gentil, acerca do pouco envolvimento dos estudantes com a questão. Nessa fala, o presidente do DAAMB comenta "a falta de interesse e responsabilidade dos colegas em resolver o assunto em tela [após duas sessões seguidas sem o quórum suficiente de 2/3]". Em razão dessa situação e dos prazos determinada pela Lei Suplicy, a assembleia resolveu considerar aprovadas as novas emendas ao estatuto do Diretório Acadêmico da Escola de Química de Sergipe.[10]

Além do presidente do DAAMB, Márlio de Araújo Gentil, eleito para a gestão 1963-1964, a direção desse diretório também foi composta pelo vice-presidente Pedro Sampaio Linhares, 1º secretário Clêmisson da Silva Araújo, 2ª secretária Teresinha Mary Machado, 1º tesoureiro Renan Nogueira Cardoso, 2º tesoureiro Ronaldo Carvalho Santos. Durante essa gestão, o representante do DAAMB junto à UEES era o estudante Carlos Roriz Silva, sendo sua suplente Maria Aparecida Ataíde Lisbôa.[11] Essa diretoria, que havia tomado posse em 3 de outubro de 1963, atravessou o conturbado processo político do ano de 1964, e nos primeiros meses de 1965 conduziu as discussões e a aprovação de mudanças no estatuto do DAAMB para se adequar à Lei Suplicy.

Neste intervalo de tempo, três dias após a aprovação da adaptação do estatuto desse diretório aos dispositivos da Lei Suplicy, ocorrida em 29 de março de 1965, foi empossada para um mandato tampão, que se estendeu até outubro daquele ano, a seguinte diretoria: presidente José Augusto dos Santos; vice-presidente Rivaldo Souza Boto; 1º secretário Antonio Carlos Valadares;[12] 2ª secretária Clara Maris

9 DAAMB. *Ata da 62ª sessão extraordinária do DAAMB da Escola de Química de Sergipe*, 20 de março de 1965. In: Arquivo UFS: Fundo CCET-DQI, caixa 27, item 84.

10 DAAMB. *Ata da 63ª sessão extraordinária do DAAMB da Escola de Química de Sergipe*, 29 de março de 1965. In: Arquivo UFS: Fundo CCET-DQI, caixa 27, item 84.

11 DAAMB. *Termo de posse da diretoria do DAAMB*, de 2 de outubro de 1964. In: Arquivo UFS: Fundo CCET-DQI, caixa 27, item 84.

12 Antonio Carlos Valadares, além de ter cursado química, formou-se em direito também pela UFS. Atuou no movimento estudantil, ainda que de modo discreto. Já sua carreira política teve início como prefeito de sua cidade natal, Simão Dias, em 1967, pela Arena. Depois, elegeu-se deputado estadual por dois mandatos, deputado federal, vice-governador no

Carvalho Firmal; 1º tesoureiro Cleobaldo da Silva Araújo; 2º tesoureiro Newton Fontes, e para representante junto a DEE de Sergipe Ronaldo Carvalho Santos.[13] A nova diretoria assumia com o propósito de regularizar o tempo de mandato do DAAMB, uma vez que, a exemplo dos demais diretórios, não havia sido realizado o processo eleitoral no ano de 1964.

No caso do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA), a ata da reunião extraordinária realizada pela congregação daquela faculdade, em 19 de março de 1965, deliberou sobre a reformulação dos estatutos daquele diretório em atendimento à Lei Suplicy sem registros de divergências. Fizeram parte dessa reunião os professores Luiz Carlos Rolemberg Dantas, José Amado Nascimento, Paulo Rocha de Novaes, Adelcy Figueiredo Santos, Alberto Carvalho, José Bispo dos Santos, Gilson Cajueiro de Holanda, Gabriel Machado Silva, Wilson Barbosa de Melo, José Aloísio de Campos e o representante do corpo discente, Edgar Semião da Mota Neto.[14] Esse tipo de registro aponta como tanto as entidades estudantis quanto as congregações e demais conselhos deliberativos das instituições de ensino superior procuraram adequar-se ao novo escopo jurídico educacional em vigor no país naquele momento.

A respeito da diretoria desse diretório acadêmico, além do secretário-geral Edgar Semião da Mota Neto, representante dos estudantes de economia na reunião da congregação da FCEA, a gestão eleita para o período 1963-1964 foi formada pelo presidente Renato Rosal Porto, vice-

governo de João Alves Filho, elegendo-se governador de Sergipe em 1986, pelo PFL, sendo o único governador eleito do país que não pertencia ao PMDB naquele ano. Elegeu-se senador em 1994 pelo PP, reelegendo-se em 2002 pelo PSB e, em 2010, novamente pelo PSB, reelege-se para senador pela terceira vez. A respeito de sua eleição ao governo de Sergipe em 1986, pelo PFL, alguns pesquisadores avaliaram que sua eleição engrossava "a ala dos conservadores", mas que estranhamente ele foi "apoiado pelo PC do B e pelo PCB, legalizados em 1985".Ver a respeito em: AQUINO, Rubim Santos Leão de; VIEIRA, Fernando; AGOSTINO, Gilberto; ROEDEL, Hiran. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais*: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo. São Paulo: Editora Record, 2007, p. 808. E ainda para obter mais informações sobre a biografia de Antonio Carlos Valadares, ler: SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Op. cit., pp. 89-111.

13 DAAMB. *Termo de posse da diretoria do DAAMB*, de 24 de abril de 1965. In: Arquivo UFS: Fundo CCET-DQI, caixa 27, item 84.

14 FCEA. *Ata da reunião extraordinária da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas*, de 19 de março de 1965. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCSA –DEE, caixa 03, item 08.

-presidenta Selma Viana de Assis, 1º secretário José Rafael de Oliveira, 2ª secretária Josefa Claudia dos Santos, 1º tesoureiro Fernando Firpo Cruz e pela 2ª tesoureira Maria Janete Santos Macedo.[15] E a exemplo do transcorrido na Escola de Química de Sergipe, não ocorreram na FCEA as eleições estudantis em 1964, resultando também no prolongamento da gestão para o primeiro semestre letivo de 1965.

Desta forma, competiu à gestão eleita em 1963 providenciar a adaptação dos estatutos da entidade à nova lei. Nesse ínterim, após adaptação dos estatutos, teve também sequência o processo eleitoral para direção daquela entidade estudantil, inicialmente agendado para o dia 22 de abril de 1965, mas adiado para maio em razão de protestos ocorridos em face da inscrição de apenas uma chapa e da denúncia de manobras eleitorais.[16]

É interessante relembrar, a esse respeito, que alguns dos dispositivos da Lei Suplicy criavam dificuldades para que alguns alunos concorressem aos pleitos eleitorais. Este fato parece ter impedido ou dificultado as inscrições de algumas chapas tanto junto aos diretórios quanto junto à DEE de Sergipe. Em relação às eleições do DA da FCEA, após as mudanças nos estatutos, os registros acerca da realização do pleito eleitoral desse diretório dão conta de que ele se realizou em 6 de maio de 1965, portanto, após a eleição da primeira diretoria da DEE de Sergipe, que ocorrera no final de abril. Foram eleitos para a gestão 1965-1966 desse diretório o presidente Fernando Sampaio Leite, o vice-presidente David Menezes Prudente, o secretário-geral Antonio Vieira da Costa, o 1º secretário José Nogueira de Menezes, a 2ª secretária Aurora Tavares Viana, o 1º tesoureiro Francisco de Andrade e o 2º tesoureiro Carlos Alberto Prado de Andrade.[17]

O caso da Faculdade de Direito também não destoa dos acontecimentos eleitorais ocorridos entre os estudantes de química e os de economia. Como já havíamos comentado, o presidente do CASR na gestão 1963-1964, Albano Franco, declarou à imprensa que era contra o fecha-

15 AESI/FUFSE. *Relação dos membros do Diretório Acadêmico da FCEA (1952-1974)*. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCSA - DEE, caixa 03, item 08.

16 GAZETA DE SERGIPE. *Hoje eleição na Faculdade de Ciências Econômicas*. Ano X. n. 2688, 23 de abril de 1965, p.1.

17 AESI/FUFSE. *Relação dos membros do Diretório Acadêmico da FCEA (1952-1974)*. In: Op. cit.

mento da UNE e contra a transformação dos órgãos de representação estudantil em meros clubes recreativos; entretanto, parece não ter esboçado críticas quanto ao processo de intervenção na UEES.

Além dessa posição ambígua, Albano Franco também externou sua negativa quanto à posição de não aceitar a prorrogação do seu "mandato como presidente no diretório acadêmico".[18] Entretanto, não obstante essa declaração, as pesquisas realizadas indicam que naquele ano não ocorreram eleições regulares no Centro Acadêmico Sílvio Romero da Faculdade de Direito de Sergipe, tratado na reportagem como diretório e não como centro por força da nova lei.

Reforça essa afirmação o registro da realização de eleições estudantis em 10 de abril de 1965, ou seja, no ano seguinte, para a nova diretoria do mencionado centro acadêmico, possivelmente também após as adaptações de seus estatutos à Lei Suplicy. Este processo eleitoral, por sua vez, foi tumultuado por denúncias e por um apertado resultado eleitoral. Ao final desse processo, a chapa "União e Trabalho", presidida por Carlos Waldemar Machado, venceu a chapa concorrente, encabeçada pelo estudante José Carlos Monteiro, por uma diferença de apenas quatro votos.[19]

É interessante observar a respeito do CASR que era a única instituição de representação estudantil que adotava a nomenclatura de centro acadêmico no estado. E apesar de essas duas nomenclaturas – centro e diretório – figurarem entre os diversos órgãos de representação estudantil no país, a Lei Suplicy normatizava que estes fossem denominados como diretórios acadêmicos. Esta situação não prevista pela lei inicial foi ajustada juridicamente com a publicação da Portaria 747, de 7 de dezembro de 1964, que permitia às entidades de representação estudantil, a exemplo do CASR, continuarem utilizando a antiga denominação, no caso de centro acadêmico.

Já em relação aos estudantes das faculdades católicas, as evidências localizadas revelam duas situações opostas: por um lado temos a au-

18 Entrevista concedida por Albano Franco ao jornalista Osmário Santos publicada no Jornal da Cidade em 4 de agosto de 1998. In: SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Op. cit., p. 68.

19 GAZETA DE SERGIPE. *Faculdade de Direito realizou eleições no CASR*. Ano X, n. 2681, 11 de abril de 1965, p.1.

sência de registros a respeito da situação do Diretório Acadêmico Maria Khiel, vinculada à Escola de Serviço Social, em relação à adaptação dos seus estatutos à Lei Suplicy, assim como a respeito da realização ou não de eleições estudantis nesse período; por outro lado, a existência de uma razoável quantidade de registros em relação à Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – FCFS ou FAFI, como também era chamada – tanto em relação à adequação do estatuto de seu diretório acadêmico à Lei Suplicy como em relação à eleição da nova diretoria da entidade estudantil no ano de 1965. E em razão dessas fontes e das peculiaridades que elas revelam a respeito da reação dos estudantes da FAFI no tocante à discussão em questão, ela será tratada à parte no tópico a seguir.

2. A LEI SUPLICY, A FCFS E A REFORMA DO ESTATUTO DO DAJF

No caso dos estudantes do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo (DAJF), vinculado à FCFS, esse debate projetou-se para fora dos muros da faculdade, chegando a ocupar as páginas dos jornais que circulavam no estado na época. A polêmica girou em torno da rejeição dos estudantes da FCFS quanto à adequação dos estatutos do diretório acadêmico à Lei Suplicy e quanto à pressão do então diretor daquela faculdade, monsenhor Luciano José Cabral Duarte. Essa autoridade de ensino, inicialmente, procurou estimular os estudantes a adequarem o estatuto de sua entidade de representação estudantil para que ela cumprisse as determinações da nova lei. Mas, no segundo momento, diante da resistência esboçada pelos estudantes, esses estímulos converteram-se em embates que se estenderiam até os idos de 1966 após uma sucessão de acontecimentos.

No centro desta disputa, havia os limites de uma aparente "democracia sem liberdade" sobre a qual o princípio da autonomia política dos estudantes do DAJF foi confrontado com a nova legislação e as imposições da direção do FCFS. Em Sergipe, como já discutido, a vigência da Lei Suplicy, a partir de novembro de 1964, não havia encontrado um processo de resistência efetiva. Desta forma, gradativamente, os diretórios acadêmicos foram reformando seus estatutos e passaram a ser subordinados à nova legislação. Diante desse quadro

de acomodação, a reação do DAJF à nova legislação foi o mais significativo exemplo de resistência estudantil evidenciado em relação a essa normatização jurídica.

No país, embaladas por essa orientação normativa, algumas instituições mostraram mais empenho do que outras no atendimento a essa nova demanda. A Universidade Católica de Salvador, como exemplo, não se esquivou de pressionar seus alunos para que estes logo se enquadrassem à nova lei.[20] E no caso de Sergipe, a FCFS comungou da mesma postura. Pelo menos no caso da segunda, o sentimento de anticomunismo e a defesa dos valores da democracia cristã parecem também ter sido decisivos na rápida adesão à legislação em discussão.

3. O SENTIMENTO DE ANTICOMUNISMO E A DEFESA DA DEMOCRACIA CRISTÃ

O sentimento de combate ao anticomunismo por parte da Igreja Católica, já presente nas encíclicas papais desde o século XIX, passa a esboçar críticas tanto ao comunismo como ao liberalismo a partir da década de 1920, com a criação do Centro Dom Vital[21] e da Revista *A Ordem,*[22] dirigida pelos intelectuais católicos leigos Alceu de Amoroso Lima e Jackson de Figueiredo. Na década seguinte, através das Ligas Eleitorais Católicas (LEC), dos Círculos Operários (COs) e das Frentes Agrárias, a Igreja Católica não apenas procurou assegurar a sua participação política no poder como estimular a oposição dos participantes dos mencionados movimentos leigos em relação ao "perigo comunista".[23]

20 BRITO, Antonio Mauricio F. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Op. cit., pp. 124-125.

21 A criação do Centro Dom Vital, órgão encarregado de difundir o pensamento católico, contou também com o apoio de Dom Sebastião Leme, religioso que passou a organizar os católicos no sentido de exigir um tratamento especial por parte do Estado Republicano. Ver a respeito: GOMES, Ângela Castro. "Silêncio e Orações: as relações Estado, Igreja e classe trabalhadora no após-30". In: *Religião e Sociedade,* Rio de Janeiro: ISER, n.14/2, 1986.

22 VELOSO, Mônica P. "A Ordem, uma revista de doutrina política e cultura católica". In: *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, jul/set, pp. 117-160, 1978.

23 Ver a respeito: RODEGHERO, Carla Simone. "Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 44, pp. 463-488, 2002. E ainda sobre o anticomunismo no Brasil, ler: SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Op. cit.

Já na década de 1950 até os idos do golpe civil-militar, entretanto, alguns setores da Igreja Católica, vinculados à direção da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e à Ação Católica, em particular a JUC, a JEC e JOC, "passaram a assumir posições de apoio as[às] lutas populares".[24] Esse tipo de apoio, segundo Rodeghero, "fez com que as críticas ao comunismo ou a determinados aspectos do capitalismo (como o laicismo e a secularização) descem lugar ao questionamento das injustiças sociais".[25] O posicionamento de alguns setores da Igreja Católica nesse período em relação às injustiças sociais e aos movimentos populares, portanto, não deve ser tomado como adesão aos movimentos de esquerda ou mesmo de valorização da democracia liberal burguesa. Neste sentido, a obra social de Dom José Vicente Távora, arcebispo de Sergipe no período mencionado, pode ser tomada como um dos exemplos do combate às injustiças sociais realizadas pela Igreja Católica e não como uma aproximação dessa instituição com as ideias liberais ou comunistas.[26]

A esse esclarecimento podem ser acrescidas, ainda, pelos menos duas discussões importantes para se compreender a rápida adesão da direção da FCFS à Lei Suplicy e para perceber como os incidentes provocados por essa postura revelaram sentimentos anticomunistas e antidemocráticos na mencionada instituição de ensino. A primeira atenta para o posicionamento do diretor da FCFS, o então monsenhor Luciano Duarte, religioso formado em meio às campanhas de combate ao comunismo, professadas pela Igreja Católica nas décadas de 1930 e 1940.[27] A segunda evidência é que esse diretor mantinha correspondência com agências de combate ao comunismo, a exemplo da Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI), instituição financiada pelo complexo IPES/IBAD, sediada em São Paulo a rua João Adolfo.[28] Em

24 Op. cit., p. 480-481.
25 RODEGHERO, Carla Simone. Op. cit.
26 NASCIMENTO, Isaias. *Dom Távora, o bispo dos operários*. Op. cit. pp. 127-176.
27 Luciano José Cabral Duarte conclui o seminário menor em Aracaju em 1937, segue sua formação filosófica e teológica no seminário maior de Olinda a partir de 1942, estudos concluídos no seminário maior da cidade de São Leopoldo no Rio Grande do Sul entre os idos de 1945 e 1947. Mais informações a respeito em: MORAIS, Gizelda. *D. Luciano José Cabral Duarte*: relato biográfico. Op. cit., pp. 34-57.
28 Ver a respeito em: SILVA, Vicente Gil da. *Aliança para o Progresso no Brasil*: de propaganda anticomunista à instrumento de intervenção política. Op. cit., pp. 172-173.

uma dessas correspondências, o mencionado religioso solicita o envio de "4 discos do Curso de líderes democráticos", preparados por aquela instituição.[29] Esse material era, segundo o monsenhor Luciano Duarte, necessário para a urgente "preparação de nossa juventude, para fazer face à crescente [e] alarmante penetração dos comunistas".[30] Esse tipo de preocupação também o estimulou a solicitar de uma liderança do DAJF que tomasse cuidado com as correspondências recebidas pelo mencionado órgão estudantil para que não fossem divulgadas publicações com conteúdos de esquerda entre os estudantes da FCFS.[31]

Essa postura do então diretor da FCFS, de controlar as correspondências recebidas pelos estudantes, tinha o intuito de evitar a difusão de certas ideias entre os estudantes daquela faculdade. Essa atitude também se justificava pelo fato de ele ter sido assistente espiritual da JUC nos primeiros anos de sua existência no estado, sendo que esse grupo ainda tinha influência no meio estudantil da citada faculdade no período em discussão. Nesse trabalho de assistência espiritual, ele estimulava os universitários a desenvolverem ações de evangelização e de assistência social e mostrava-se resistente ao envolvimento desses estudantes em debates políticos, sobretudo aqueles que não estivessem em conformação com o pensamento humanista cristão.[32]

Os estudantes da FCFS, possivelmente sob a influência do então padre Luciano José Cabral Duarte e de professores associados à Liga Universitária Católica, escolheram o intelectual católico sergipano Jackson de Figueiredo para nomear o diretório acadêmico daquela faculdade. Esse intelectual, notabilizado pelas críticas deferidas às ideias liberais e comunistas que se contrapunham ao pensamento humanista cristão, também foi homenageado por diretórios de filosofia de outros estados, como da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba e da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, dentre outros.

29 FCFS. *Of. s/nº/FCFS para o SEI*, de 8 de setembro de 1960. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CECH – DHI, Caixa 23, item 84. A esse respeito, é importante não confundir SEI – Sociedade de Estudos Interamericanos –, com SEI – Serviço Estadual de Informações –, atrelado ao DOPS e a SSP do Estado de Sergipe, o primeiro sendo uma instituição de intercâmbio cultural e ideológico, e o segundo um serviço de informações e segurança.

30 Op. cit.

31 NASCIMENTO, José Maria do. Entrevistado por José Vieira da Cruz e José Robério Santos. Aracaju/SE, 23/05/2008.

32 MORAIS, Gizelda. *D. Luciano José Cabral Duarte*: relato biográfico. Op. cit., pp.184-211.

Dessa forma, as raízes anticomunistas e de aversão ao liberalismo, no caso da FCFS, já estavam estabelecidas desde a fundação da instituição, seja entre alguns de seus docentes, em particular, o padre Luciano Duarte e o professor José Silvério Leite Fontes,[33] seja ainda em grau difuso entre os seus estudantes. Neste sentido, a resistência de parte dos estudantes daquela faculdade em relação à Lei Suplicy logo os colocou em posição de confronto frente à postura autocrática e anticomunista do diretor da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, o já monsenhor Luciano José Cabral Duarte, como será discutido a seguir.

4. A LEI SUPLICY E AS ELEIÇÕES NO DAJF

Voltando à repercussão da Lei Suplicy na FCFS, tão logo ela foi promulgada, o seu diretor, o monsenhor Luciano Duarte, tomou as providências para que os estatutos do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo (DAJF), fundado em 2 de junho de 1951, fossem adequados ao novo dispositivo jurídico. Como aquele diretório encontrava-se fechado desde dezembro de 1964, para contornar essa situação, a direção da faculdade dirigiu-se, em abril de 1965, à ex-presidenta daquele órgão estudantil, Miriam Rabêlo, e a alguns outros estudantes. Estes formaram uma comissão responsável por apresentar um anteprojeto de reforma do estatuto do mencionado diretório.[34]

Segundo José Maria do Nascimento, outro membro da comissão que havia sido formada, após o encaminhamento do citado ofício pelo diretor da FCFS, Miriam Rabêlo, ele e mais um colega providenciaram a proposta de adaptação do estatuto à Lei Suplicy. A proposta foi então submetida à apreciação do professor José Silvério Leite Fontes,

33 José Silvério Leite Fontes, em especial, além de sua formação humanista e cristã, publicou já na década de 1950 o livro: FONTES, José Silvério Leite. *Jackson de Figueiredo*: sentido de sua obra. Aracaju: Livraria Regina, 1952; e, ainda sobre esse pensador católico: FONTES, José Silvério Leite. *Razão e Fé em Jackson de Figueiredo*. São Cristóvão: EDUFS, 1998. Fontes, por sua vez, também se mostrou influenciado pelas leituras de Alceu de Amoroso Lima e de Jacques Maritain, pelos debates nacionalistas, pelas ações sindicais e pelos debates em torno da luta de classe, mas sempre se manteve fiel ao humanismo cristão. Ver a respeito: DANTAS, José Ibarê Costa. "Trajetória de José Silvério Leite Fontes". In: *Depoimentos* [sobre José Silvério Leite Fontes]. s/d. Disponível em: <http://silveriofontes.com.br/index.html>. Acessado em 2 maio de 2011.

34 A CRUZADA. *Os estudantes da Faculdade C. de Filosofia e a Lei Suplicy*. Ano XXVIII, n. 1424, 16 a 17 de outubro de 1965, p.1.

que sugeriu algumas alterações. Em seguida, o estatuto foi aprovado na reunião do Conselho Técnico de Administração (CTA). Após essa aprovação, coube a José Maria do Nascimento a responsabilidade de datilografar três cópias do novo estatuto, incumbência depois transferida para o estudante Paulo Menezes Leite. Neste intercurso, em face da necessidade de os estudantes de filosofia indicarem o seu representante para participar das eleições da DEE de Sergipe, foi realizada a eleição para o DAJF, antes mesmo que essas cópias do estatuto a serem datilografadas fossem finalizadas.[35]

A mencionada eleição ocorreu em 26 de abril de 1965 com a participação da chapa "Alceu de Amoroso Lima", presidida por José Maria do Nascimento, e a chapa "União e Liberdade", presidida por Antonio Carlos.[36] O resultado do pleito foi noticiado como tendo ocorrido em clima de tranquilidade e com a eleição da chapa "Alceu de Amoroso Lima" por uma diferença de dezesseis votos.[37] Essa nova diretoria foi assim composta: presidente José Maria do Nascimento, vice-presidenta Maria Olga de Andrade, secretária-geral Josefa Cacilda dos Santos, 1ª secretária Maria Stella Tavares Rollemberg, 2º secretário Paulo Menezes Leite, tesoureira Gildete Moura Santos, secretária social Cândida Amélia Rocha Garcia Moreno, secretário de imprensa Ivan Valença e o secretário de cultura Antônio Carlos M. Viana.[38]

5. O DISCURSO DO PRESIDENTE DO DIRETÓRIO ACADÊMICO JACKSON DE FIGUEIREDO

No discurso de posse da nova diretoria do DAJF, o presidente José Maria do Nascimento expressou o desejo de trabalhar de modo coletivo para efetivar ações concretas e não apenas retóricas. Ele enfatizou também o posicionamento de valorizar os princípios democráticos

35 DAJF. *Manuscrito elaborado por José Maria do Nascimento com o histórico da votação e rejeição da Lei Suplicy na Faculdade Católica de Sergipe*. A cópia desse documento foi fornecida por José Maria do Nascimento ao autor em 23 de maio de 2008.

36 GAZETA DE SERGIPE. *Eleições amanhã em filosofia*. Ano X, n. 2693, 25 de abril de 1965, p. 1.

37 GAZETA DE SERGIPE. *Alceu vence em filosofia*. Ano X, n. 2601, 27 de abril de 1965, p.1.

38 FCFS. Ofício n. 07/1965/DAJF, de 7 de outubro de 1965, enviado ao diretor da FCFS. A cópia desse documento foi fornecida por José Maria do Nascimento ao autor em 23 de maio de 2008.

desde que estes estivessem em sintonia com os da Igreja Católica e da moralidade social. Este discurso revelava a sintonia da nova diretoria estudantil com o pensamento de Alceu Amoroso Lima, intelectual católico que nomeava a chapa então empossada. Esse intelectual, como já discutido, juntamente com Jackson de Figueiredo, havia estabelecido como linha editorial da revista *A Ordem*, editada nas décadas de 1920 e 1930, uma postura de combate tanto ao comunismo como ao liberalismo, em favor dos princípios do humanismo cristão.[39] Mas, no contexto da ditadura civil-militar, ele converteu-se num valoroso defensor das liberdades democráticas.[40]

Balizado pelas ideias desse pensador católico, Nascimento destacou no seu discurso de posse que se todos contribuíssem "com a sua parte, dentro de suas habilidades pessoais, sua capacidade intelectual e suas possibilidades econômicas", ajudariam a transformar a faculdade de filosofia em um ambiente com uma "mentalidade autenticamente democrática". Ressaltou também a necessidade de que todos deixassem de lado o comodismo ou a indiferença para desenvolver "o espírito crítico" e passassem a apresentar sugestões criadoras. Defendeu ainda a necessidade de os estudantes continuarem na luta pela criação de uma "universidade sergipana". E conclamou os estudantes presentes a se empenharem em desenvolver o espírito universitário a partir de três fundamentos formulados pelo pensador católico Alceu de Amoroso Lima: Unidade, Comunidade e Universalidade.[41]

Para José Maria do Nascimento, a Unidade "não significa uniformidade, estandartização ou negação da liberdade, mas o agrupamento orgânico dos estudos, segundo uma harmoniosa escala de valores". Esta verdade, segundo Nascimento, deveria ser buscada no campo científico, político, religioso e moral e aprofundada como objetivo comum para que os oportunistas, "os aventureiros, os golpistas não tenham mais vez no meio estudantil e nem se verifiquem entre nós aqueles mesmos erros

39 VELOSO, Mônica P. "A Ordem, uma revista de doutrina política e cultura católica". Op. cit.

40 Ler a respeito em: SYDOW, Evanize Martins. *Alceu Amoroso Lima e o regime militar 1964-1968*. 2007. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007.

41 DAJF. *Discurso de posse de José Maria Nascimento na presidência do Diretório DAJF em 1965*. A cópia desse documento foi fornecida por José Maria do Nascimento ao autor em 23 de maio de 2008.

que tão acerbadamente censuramos nas classes dirigentes".[42] Propôs ainda, a esse respeito, que os estudantes não descuidassem da importância da força da união entre os homens ao longo da história da humanidade.[43]

Já a importância da Comunidade foi ressaltada por Nascimento como a segunda nota essencial ao espírito universitário. Neste sentido, o espírito universitário deveria ir de encontro a tudo que significasse "particularismo, regionalismo estreito, nacionalismo xenófobo, partidarismo, classismo".[44] Ele ressalta assim a ideia do pensador Alceu de Amoroso Lima, ao destacar que o sentido da vida universitária em comunidade não é mero entendimento da coexistência e nem apenas do paralelismo entre professores e os estudantes.[45]

Já a Universalidade, terceira nota do espírito universitário destacado por Nascimento no seu discurso de posse na presidência do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, é definida como a busca por uma cultura geral não fragmentada em especialidades. Para ele, as especialidades, embora seja uma condição inerente à formação universitária, "necessária para se evitar o diletantismo e a superficialidade", não substituem a cultura geral, indispensável "para impedir o **profissionalismo** estanque, isolado das verdades vizinhas ou remotas".[46]

Para Nascimento, portanto, a universalidade deve alargar nos universitários o espírito e estabelecer "contatos com o mundo exterior e com outras culturas, afastadas no tempo e no espaço".[47] O discurso proferido por Nascimento, presidente do DAJF, sintoniza-se, portanto, com algumas das premissas defendidas por Alceu de Amoroso Lima, pensador católico que se posicionou contra a ditadura civil-militar brasileira. Essa linha de pensamento do presidente do DA de Filosofia logo entraria em confronto com as posições da direção da FAFI, como também era chamada a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, em particular de seu diretor, o monsenhor Luciano José Cabral Duarte.

42 Op. cit.
43 Op. cit.
44 Op. cit.
45 Op. cit.
46 DAJF. *Discurso de posse de José Maria Nascimento na presidência do Diretório DAJF em 1965*. Op. cit. (negritos do autor)
47 Op. cit.

6. A REJEIÇÃO DA LEI SUPLICY E A REVOLTA DOS ESTUDANTES DA FAFI

Após a posse e o transcurso de alguns meses, o posicionamento dos alunos da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe em relação à adaptação dos estatutos do DAJF tomaria outro rumo em relação à Lei Suplicy. Dentre as razões para isso estão: as notícias de que estudantes de várias partes do país estavam protestando contra a nova lei, a troca de correspondências mantidas com outros diretórios acadêmicos e, sobretudo, os debates internos promovidos entre os membros da diretoria e demais estudantes que terminaram por levar a direção do DAJF a "compreender que tomara[m] uma atitude errada".[48] Diante dessa avaliação, e como estava se aproximando o prazo limite para que fossem entregues as cópias do estatuto reformado, José Maria do Nascimento, presidente do DAJF, reuniu os membros do diretório acadêmico para expor o seu posicionamento, após o que ficou acordada a convocação de uma assembleia geral para decidir se os estudantes daquela faculdade aceitariam ou não os estatutos reformados.[49]

Diante dessa decisão, foi convocada uma assembleia geral dos estudantes para discutir o assunto da readaptação dos estatutos do DAJF à Lei Suplicy, que ficou agendada para as 21 horas do dia 29 de setembro de 1965, na sala de teologia da FAFI. Segundo Nascimento, ele mesmo se comprometeu a fazer os cartazes convocando a plenária, a falar com os colegas sobre a importância do assunto e avisar que em razão da mencionada reunião estudantil, não ocorreria reposição de aulas. Informado das intenções do diretório, o monsenhor Luciano Duarte, ao chegar à faculdade, reuniu-se com os estudantes Paulo Menezes, Josefa Cacilda, Maria Olga e José Maria do Nascimento para criticar a convocação da citada plenária estudantil sem a devida comunicação à direção da faculdade.

Em resposta às indagações do monsenhor Luciano Duarte, o estudante José Maria do Nascimento respondeu que a assembleia seria

48 DAJF. *Manuscrito elaborado por José Maria do Nascimento com o histórico da votação e rejeição da Lei Suplicy na Faculdade Católica de Sergipe, ocorrido em 1965*. A cópia desse documento foi fornecida por José Maria do Nascimento ao autor em 23 de maio de 2008

49 Op. cit.

realizada, e se após as duas primeiras convocações o quórum mínimo não fosse alcançado, na terceira convocação, ela se realizaria legalmente com o número de estudantes que estivessem presentes. Diante desse posicionamento, o diretor propôs como acordo que suspenderia as aulas no último horário para que a mencionada reunião estudantil fosse realizada. A decisão de suspender as aulas no último horário, por parte da direção da FAFI, pode ser interpretada sob dois sentidos: no primeiro, essa decisão poderia ter provocado o esvaziamento da plenária, o que não ocorreu, como se pode verificar na cópia da lista dos presentes a essa assembleia;[50] no segundo sentido, estaria relacionada à ideia de que, para a direção da FAFI, a presença da maioria dos estudantes à citada reunião representaria um obstáculo às propostas apresentadas no sentido de rejeitar a reforma do estatuto do diretório.[51]

Transcorrida a mencionada plenária, os estudantes da Faculdade de Filosofia rejeitaram a Lei Suplicy e as consequentes mudanças no estatuto do seu diretório acadêmico. Após a apuração dos resultados da votação e dois dias após a realização da mencionada assembleia, o presidente do DAJF, José Maria do Nascimento, encaminhou correspondência ao diretor da faculdade comunicando oficialmente o resultado da eleição. Essa correspondência informou que a eleição, ocorrida em meio à ordem e à lisura necessárias, teve o seguinte resultado: 31 votos contra a adaptação, oito votos a favor da adaptação, 11 votos brancos e quatro nulos, num total de 54 votantes, dos quais, 52 assinaram a lista de presença.[52]

Em razão desse resultado e passado o prazo para entrega do estatuto reformado, findo em 30 de outubro de 1965, a direção do DAJF informou ao diretor da faculdade que não poderia entregar as cópias do estatuto reformado e que o documento anterior continuava em vigor.[53] Esta decisão representou a manifestação de resistência mais

50 DAJF. *Lista dos presentes* à *assembleia geral dos estudantes do DAJF*, ocorrida em 28 de setembro de 1965. Documento fornecido por José Maria do Nascimento. A cópia desse documento foi fornecida por José Maria do Nascimento ao autor em 23 de maio de 2008.

51 DAJF. *Manuscrito elaborado por José Maria do Nascimento com o histórico da votação e rejeição da Lei Suplicy na Faculdade Católica de Sergipe, ocorrido em 1965*. Op. cit.

52 DAJF. *Of. nº 06/1965/DAJF*, de 1º de outubro de 1965 ao diretor da FCFS. A cópia desse documento foi fornecida por José Maria do Nascimento ao autor em 23 de maio de 2008.

53 Op. cit.

concreta contra a Lei Suplicy em Sergipe. Ainda assim, segundo Ibarê Dantas, esses estudantes encontraram dificuldades para manter a posição tomada em razão do controle rígido do diretor da Faculdade, o monsenhor Luciano Cabral Duarte, que empreendeu "rigorosa repreensão" ao representante dos estudantes, "gerando uma questão que se arrastou durante meses".[54]

Comentando o acontecimento, o jornal *Gazeta de Sergipe* publica uma matéria em sua primeira página destacando a decisão daquele diretório em rejeitar a Lei Suplicy, enfatizando que "antes de ser oportuna foi eminentemente democrática e só revela o discernimento e a maturidade democrática existentes na Faculdade de Filosofia."[55] A avaliação do mencionado periódico sinalizava o apoio de setores da sociedade que viram nesse acontecimento uma forma de expressar o sentimento de inconformismo diante da maneira como esses setores passaram a ser tratados, em particular, os grupos políticos de oposição e parte da imprensa, dos sindicatos e do movimento estudantil. Além disso, a presença de militantes estudantis na condição de redatores e jornalistas daquele jornal possibilitou, não obstante a existência de certa censura, a transposição dos debates ocorridos na FAFI, por conta da Lei Suplicy, para fora dos muros daquela instituição.

7. A REAÇÃO DA FAFI E A POLÊMICA NOS JORNAIS

Na avaliação do monsenhor Luciano Duarte, os estudantes da FAFI haviam rejeitado uma lei federal promulgada pelo presidente da República e como tal deveria ser cumprida, não cabendo discussões quanto a sua aceitação ou não.[56] Neste sentido, em nota publicada no jornal *A Cruzada*, ele declarou que após o término da assembleia, vários alunos o procuraram "para dizer-lhe que tinham votado sem saber bem em

54 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit. p. 70.
55 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes da FAFI rejeitam a Lei Suplicy*. Ano X. n. 2828, 1º de outubro de 1965, p.1
56 SERGIPE JORNAL. *Declarações do diretor da FCFS, Mons. Luciano Duarte*. n. 14.207, 13 de outubro de 1965, p. 3.

que, uma vez que os esclarecimentos tinham sido insuficientes".[57] Alegando esse fato, ele então resolveu convocar os membros do diretório para comparecerem a uma reunião no CTA, na qual alertou os estudantes para a consequência do ato e da necessidade de rever a posição.[58]

Sentindo-se pressionados, os membros daquele diretório resolveram renunciar coletivamente, alegando que, em virtude da decisão da assembleia geral dos estudantes, ocorrida em 29 de setembro de 1965, de rejeitar o estatuto reformado de acordo com a Lei Suplicy, a eleição daquela diretoria ficava automaticamente sem efeito e consequentemente destituída. E ainda acrescentaram que não competia mais a eles tomar nenhuma providência para tratar do mesmo assunto, cabendo essa responsabilidade ao CTA da Faculdade.[59]

Diante dessa decisão, o diretor da FAFI convocou uma segunda assembleia de estudantes. Nessa reunião, ele advertiu os alunos da gravidade de uma atitude de rebeldia contra uma lei federal e ainda avisou que o Comando Militar de Aracaju havia sido alertado para a situação por uma nota do jornal *Gazeta de Sergipe*, publicada em 30 de setembro de 1965. Alertando os estudantes em face desse último fato, o de que os militares estavam acompanhando atentamente a situação, o monsenhor Luciano Duarte informou aos estudantes que iria apurar nominalmente os responsáveis por essa atitude para não penalizar o coletivo e mesmo para não ter que assumir o ônus pelo descumprimento da mencionada lei e nem ser responsabilizado "de falta grave se por ação, omissão ou tolerância permitir o não cumprimento da Lei".[60]

Presente a essa assembleia, ocorrida em 11 de outubro daquele ano, o estudante José Maria do Nascimento denunciou as pressões e as intimidações que vinha recebendo do diretor daquela faculdade. Enumerou os problemas jurídicos relacionados à lei em questão e justificou que estava falando naquela plenária "não para forçar os meus colegas a votarem contra a Lei Suplicy.

57 A CRUZADA. *Os estudantes da Faculdade C. de Filosofia e a Lei Suplicy.* Ano XXVIII, n. 1424, 16 a 17 de outubro de 1965, p.1.
58 Op. cit.
59 DAJF. *Of. nº 07/1965/DAJF*, de 7 de outubro de 1965 ao diretor da FCFS. A cópia desse documento foi fornecida por José Maria do Nascimento ao autor em 23 de maio de 2008.
60 A CRUZADA. *Os estudantes da Faculdade C. de Filosofia e a Lei Suplicy*. In: Op. cit.

Não farei como o monsenhor Dr. Luciano Duarte, diretor desta Faculdade, o fez neste sábado passado usando de várias intimidações".[61]

Após os esclarecimentos a respeito da Lei Suplicy e da reforma do estatuto do DAJF, realizados pelo monsenhor Luciano Duarte e pelo estudante José Maria do Nascimento, foi realizada votação secreta para decidir sobre o assunto. O resultado da segunda votação acusou 48 votos a favor da adaptação do estatuto à Lei Suplicy, dez votos contra e cinco votos nulos. O jornal *Gazeta de Sergipe* publicou matéria explicando que a razão para essa mudança de atitude decorreu da advertência feita pelo diretor daquela faculdade de que os estudantes seriam responsabilizados perante as autoridades militares e pelo próprio Ministério da Educação e Cultura quanto à decisão que tomassem.[62]

Na mesma semana, uma nota na primeira página do Gazeta de Sergipe chamava atenção dos leitores da coluna "Fatos e Pessoas" para a recente eleição ocorrida na FAFI. O colunista responsável – Paulo Barbosa de Araújo, também estudante da Faculdade de Filosofia –, em tom irônico, comentou a posição do diretor daquela faculdade em convocar os alunos "dentro do 'espírito de ampla liberdade'" para lhes comunicar que era preciso que cada aluno se pronunciasse, verbalmente, sobre a Lei Suplicy. E que "a relação dos 'contrários' seria remetida ao Comando Militar para providências 'saneadoras'".[63]

Para esse colunista, também militante do PCB, a convocação feita por aquele diretor para que os estudantes se pronunciassem sobre a questão dentro do "espírito de ampla liberdade" não era verdadeira e nem tampouco condizente com os preceitos democráticos. Para ele, o anúncio antecipado de punição para os que não se agissem conforme as orientações do diretor da FAFI era uma prova disso. Neste sentido, Araújo enfatiza que não pode existir democracia sem liberdade; do contrário, ela, a democracia, pode ser tudo menos democracia. E ainda

61 DAJF. *Manuscrito com o esboço da reunião ocorrida no dia 11/10/1965*. A cópia desse documento foi fornecida por José Maria do Nascimento ao autor em 23 de maio de 2008. As informações contidas neste manuscrito também se fazem presente na narrativa da entrevista realizada com a mencionada liderança estudantil, ver a respeito em: NASCIMENTO, José Maria do. Entrevistado por José Vieira da Cruz e José Robério dos Santos. Aracaju/SE, 23/05/2008.

62 GAZETA DE SERGIPE. *FAFI aprova Lei Suplicy depois de rejeitar*. Ano X, n. 2837, de 12 de outubro de 1965, p. 1.

63 ARAÚJO, Paulo Barbosa. "Liberdade, liberdade, liberdade" [coluna pessoas e fatos]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano X, n. 2839, 14 de outubro de 1965, p. 3.

concluiu sua argumentação deplorando o fato de que as lições do Papa XXIII, acerca da tolerância, não haviam chegado a Sergipe.[64]

Sentindo-se afrontado, o monsenhor Luciano Cabral Duarte endereçou o ofício 32/1965, em 15 de outubro daquele ano, ao senhor Orlando Dantas, diretor do jornal Gazeta de Sergipe, no qual fez um histórico do posicionamento daquele periódico frente aos acontecimentos relacionados à Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, em particular os relacionados à aprovação da Lei Suplicy pelos estudantes daquela instituição.

Nesse histórico, acusa o jornal de distorcer as informações e de publicar inverdades quanto a sua conduta, sobretudo no que concerne a exigir que os alunos tomassem uma posição pública em relação à lei e que os contrários seriam denunciados ao Comando Militar de Aracaju. Responsabilizou o jornalista Ivan Valença – que também era estudante daquela instituição de ensino superior e compunha a direção do DAJF – pelos ataques caluniosos. E ainda conclui a mencionada correspondência – publicada na íntegra com o título "Carta do diretor da FAFI à GS" – enumerando as questões falsas noticiadas por aquele jornal. A primeira delas se referia ao fato de que a votação da segunda assembleia geral dos alunos da FAFI teria sido nominal, como afirmava o jornalista Paulo Barbosa, na edição do *Gazeta de Sergipe* do dia 14 de outubro de 1966. A segunda concernia ao fato de que ele "tenha falado em constituir uma lista com os nomes dos 'contrários' à Lei, para que tal lista fosse enviada ao Comando Militar".[65]

"Detalhes, detalhes, detalhes", assim a coluna "Pessoas e Fatos" respondeu na mesma edição à carta do mencionado intelectual católico, "respeitado por sua cultura, inteligência e prestígio social". Para o colunista Paulo Barbosa, as notas da redação e de sua coluna escaparam a alguns detalhes e se detiveram ao fundamental, afirmando que o Monsenhor Luciano Duarte "não nega a evidencia dos fatos. Basta ler a sua carta e confrontá-la com a nossa nota [no jornal] – Liberdade, liberdade, liber-

64 Op. cit.

65 GAZETA DE SERGIPE. *Carta do diretor da FAFI à GS*. Ano X, n. 2841, 16 de outubro de 1965, p.6. E uma versão muito próxima dessa carta também foi publicada nos dois outros periódicos que circulavam no estado no período: SERGIPE-JORNAL. *Declarações do diretor da FCFS, Mons. Luciano Duarte*. Ano [??], n. 14.207, 13/10/1965, p. 3. e, A CRUZADA. *Os estudantes da Faculdade C. de Filosofia e a Lei Suplicy*. Ano XXVIII, n. 1424, 16 a 17 de outubro de 1965, p.1.

dade". E conclui o texto afirmando que a maneira como esse intelectual e religioso "procura tangenciar os fatos revela o seu drama de consciência" e, sobretudo "o medo de assumir a sua responsabilidade".[66]

No dia seguinte, 17 de outubro de 1965, a direção do jornal *Gazeta de Sergipe* publicou uma nota em que relatava a visita do monsenhor Luciano Duarte à direção daquele matutino. Na oportunidade, o diretor da FAFI, a direção do jornal e os colaboradores da coluna "Pessoas e Fatos" conversaram sobre as notas e os comentários; e ao final dessa conversa, o jornal se comprometeu a corrigir as "inexatidões publicadas, encerrando o assunto". A nota sobre a reunião foi publicada, mas as supostas correções das inexatidões quanto ao assunto não foram localizadas por essa pesquisa.[67]

8. OS ESTUDANTES E OS SIGNIFICADOS DOS OFÍCIOS DO MONSENHOR DUARTE

O desfecho da contenda jornalística não colocou fim aos desdobramentos dos embates entre os estudantes e o diretor da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Neste sentido, em 20 de outubro de 1965, o monsenhor Luciano Duarte encaminha, através do ofício 35/1965, um documento, cujo assunto era descrito como "confidencial", dirigido ao prezado "amigo e aluno" Paulo Barbosa de Araújo. Nesse documento, aquele diretor oficializou os termos da conversa que havia tido com o jornalista em sua residência, por volta das 18 horas do dia anterior, 19 de outubro de 1965, na presença de sua esposa. Diante desta, advertiu-o em caráter disciplinar. E ainda expôs as condições especiais de sua admissão na FAFI, mediante seu empenho junto ao Comando Militar de Aracaju, perante o qual havia emitido parecer favorável, declarando que ele, Paulo Barbosa de Araújo, não tinha vínculos ideológicos marxistas e nem com a política estudantil da Faculdade.[68] Disse também

66 GAZETA DE SERGIE. *Detalhes, detalhes, detalhes* [coluna pessoas e fatos]. Ano X, n. 2841, 16 de outubro de 1965, p.5.

67 GAZETA DE SERGIPE. *Nota da direção da GS*. Ano X, n. 2842, 17 de outubro de 1965, p.6.

68 Sem a obtenção desse tipo de parecer, estudantes relacionados em algum tipo de processo de investigação pelas autoridades militares e/ou políticas não poderiam matricular-se no ensino superior. A respeito de Paulo Barbosa de Araújo, ver em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.407.

que não iria fazer nenhum comunicado ao Comando Militar, mas que diante da crise enfrentada pelo DAJF, caso ele reincidisse, não hesitaria em comunicar ao CTA daquela faculdade as condutas que ele estava praticando.[69]

Pastor diligente, o monsenhor Luciano José Cabral Duarte, diretor da FAFI, assistente espiritual da primeira fase da JUC, mostra-se uma personalidade intelectual e política emblemática, em particular no que tange à sua relação com a coalizão civil-militar durante o período da ditadura. Segundo Gizelda Morais, sua biógrafa, a sua posição anticomunista e de adesão à causa da "Revolução de 1964" não o teriam impedido de ser tolerante com aqueles militantes.[70] Nesse sentido, ele usou de seu livre trânsito entre as autoridades civis e militares, intercedendo em favor de membros da JUC, de militantes de esquerda, de sindicalistas e de camponeses. Segundo José Carlos Teixeira, deputado federal no período, destacado político do MDB, em entrevista à Gizelda Morais, declarou que, com o Golpe de 1964, " muitos intelectuais, homens de vanguarda na corrente do pensamento, foram "recolhidos" ao 28º BC, e D. Luciano subia a colina para visitá-los, ainda como padre".[71]

Em relação aos estudantes, em particular os da FCFS que haviam sido "recolhidos" ao 28º BC, o deputado federal José Carlos Teixeira relata que o monsenhor se mostrou ainda mais empenhado. A esse respeito, a jucista Maria Auxiliadora Campos relatou, em entrevista à Gizelda Morais, a intervenção daquela autoridade eclesiástica e intelectual no episódio em que ele foi ao 28º BC buscar para fazer as provas os estudantes da FAFI que estavam presos. Em suas memórias, ela destaca que todos ficaram à "porta da FAFI na expectativa. De repente, ele chegou com a Kombi e os meninos dentro. Aí foi aquela ovação e lágrimas".[72]

Em outras situações, a obtenção de um atestado desse religioso funcionava como uma espécie de "salvo conduto" ideológico. Alexandre Diniz, em entrevista à Gizelda Morais, ao falar da questão, mencionou o conselho de um amigo para contornar os entraves que o IPM que ele

69 FCFS. *Of. nº 35/1965/FCFS*, de 20 de outubro de 1965, endereçado ao estudante Paulo Barbosa de Araújo. In: Arquivo da UFS: Fundo CECH/DHI, caixa 23, item 84 (negritos nossos).
70 MORAIS, Gizelda. *D. Luciano José Cabral Duarte*: relato biográfico. Op. cit., pp. 215-226.
71 Op. cit., p. 224.
72 MORAIS, Gizelda. *D. Luciano José Cabral Duarte*: relato biográfico. Op. cit., p. 217.

respondia causava em sua carreira. Esse amigo disse-lhe: "Alexandre, se você tivesse um atestado de D. Luciano, que você conhece tanto, talvez saísse mais fácil o seu contrato".[73]

Esse foi o caso da solicitação feita pelo monsenhor Luciano Cabral Duarte, através do ofício nº 16/1965/FCFS, de 8 de outubro de 1965, ao coronel Tércio Veras, comandante do 28º BC, para que este concedesse atestado de folha corrida ao estudante Alceu Monteiro, um dos expulsos do Colégio Estadual de Sergipe.[74] Nesse ofício, o diretor da FCFS conclama a dignidade, o bom senso e o espírito de justiça do Comando da Guarnição à frente do 28º BC; coloca-se como um colaborador leal; apresenta as credenciais acadêmicas do estudante Alceu Monteiro, assim como as referências de sua conduta familiar e pessoal; comunica sua aprovação em concurso do Banco do Brasil e o impedimento de sua posse em virtude de esse estar com o nome envolvido em um IPM; coloca o seu empenho pessoal acerca da conduta de Alceu Monteiro, que, na sua avaliação, se apresenta como um estudante habilitado.[75]

Por um lado, o empenho do monsenhor Luciano Duarte demonstra seu sentimento cristão de ajudar e atenuar os empecilhos das medidas de repressão e restrição de direitos civis instituídas pela coalizão civil-militar; por outro lado, esse empenho estava condicionado àqueles que se afastassem das posições ideológicas de esquerda e das atividades políticas de sindicatos, do movimento estudantil e da militância política de oposição à nova ordem instituída. Inversamente, para aqueles que não seguissem esse código de "conduta ética", seu empenho concretizava-se como "zeloso cooperador do Estado Autoritário", como o definiu o historiador Ibarê Dantas.[76]

Essa postura colaboracionista do mencionado religioso e intelectual Luciano José Cabral Duarte é evidenciada de modo mais incisivo pelo historiador Kenneth P. Serbin, ao estudar a experiência de trabalho da Comissão Bipartite, formada por expoentes da Igreja Católica e das

73 Op. cit., p. 221.

74 A respeito de Alceu Ezequiel Monteiro, ver em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.659.

75 FCFS. *Of. nº 16/1965/FCFS*, de 8 de outubro de 1965, ao comandante do 28º BC. In: Arquivo da UFS: Fundo CECH/DHI, caixa 23, item 84.

76 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984*. Op. cit., pp. 12-13 e pp. 146-147.

Forças Armadas na década de 1970, para dirimir divergências entre as mencionadas instituições quanto aos casos de torturas e abusos praticados pelos militares contra religiosos. Nesse estudo, Serbin caracteriza a atuação do religioso do Estado de Sergipe como um "contato arquiconservador do governo entre os bispos [da CNBB]" e que o então bispo Dom Luciano Duarte "trabalhou na organização de uma chapa conservadora" e era responsável por manter as autoridades militares da "Situação" informados dos progressos das negociações.[77]

Feita essa discussão a respeito da postura emblemática do monsenhor Luciano Duarte, que logo se sagraria arcebispo do Estado de Sergipe em outubro de 1966, pode-se entender os últimos desdobramentos da resistência dos estudantes da FCFS à Lei Suplicy. Em particular, no que se refere à aplicação de sanções disciplinares e da relevação destas.

9. A GRAVE ADVERTÊNCIA DISCIPLINAR

Após a renúncia coletiva da diretoria do DAJF, da realização da segunda assembleia dos estudantes – conduzida pela direção da FCFS, na qual os estudantes voltaram atrás e aceitaram a reforma dos estatutos de seu órgão estudantil conforme a legislação em questão –, das querelas sobre essa plenária e de sua discussão junto à imprensa, mais uma advertência foi oficializada pelo monsenhor Luciano a um outro estudante.

Nesse sentido, além da advertência conferida a Paulo Barbosa de Araújo, em razão das notas publicadas na coluna "Fatos e Pessoas", também foi conferida uma advertência disciplinar por parte da direção da FAFI, através do ofício nº 33/1965, de 13 de novembro de 1965, ao estudante José Maria do Nascimento, ex-presidente do DAJF e um dos líderes estudantis que debateram com o monsenhor Luciano Duarte na mencionada reunião dos estudantes ocorrida em 11 de outubro de 1965.

A aplicação dessas advertências disciplinares, além de ser uma repreensão pedagógica que passaria a constar no currículo dos mencionados alunos e dos arquivos daquela instituição de ensino superior, tam-

77 SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra*: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Tradução Carlos Eduardo Lins da Silva. Op. cit., pp. 236-237.

bém funcionava socialmente como um exemplo do que não deveria ser praticado, repetido ou seguido pelo corpo discente daquela faculdade. Neste sentido, em relação à advertência conferida a Nascimento, cabe destacar os argumentos utilizados pelo monsenhor para justificar a relevação da advertência disciplinar.[78]

Um ano depois, em 29 de outubro de 1966, com a expedição do ofício 45/1966, o diretor da FAFI e já bispo auxiliar Luciano Duarte comunicou ao estudante do 4º ano do curso de Letras/francês José Maria do Nascimento que, em razão do seu comportamento durante o segundo semestre do ano de 1965 e durante o ano letivo de 1966, a direção daquela IES "resolveu relevar o ato de indisciplina cometido por Vossa Senhoria na mencionada ocasião [da rebelião do corpo discente], e assim, tornar sem efeito a 'grave advertência disciplinar' que, naquela circunstância, lhe foi imposta".[79]

Essa parece ter sido uma das cicatrizes provocadas pela "rebelião do corpo discente" da FAFI em relação à Lei Suplicy e à postura autoritária do diretor da FAFI, como se pode perceber na resposta encaminhada por José Maria do Nascimento a Dom Luciano Duarte, em 3 de novembro de 1966. Nessa resposta, ele diz não guardar ódio e que estava emocionado em receber por escrito a relevação da penalidade de "grave advertência disciplinar", já comunicada pessoalmente a ele pelo mencionado religioso. Mas ao passo que reconhece que essa atitude bastaria para não guardar ressentimentos, registra que guardaria "em seu arquivo, com muito carinho, por razões diversas, tanto o of. 33/1965 comunicando-me a penalidade, como o of. 45/1966". E conclui seu texto colocando-se à disposição para um "diálogo leal sobre os diversos pontos em que divergimos, desde que postos em bases racionais e sob todos os ângulos possíveis e não em termos emocionais".[80]

78 FCFS. *Of. nº 33/1965/FCFS*, de 13 de novembro de 1965, endereçado ao estudante José Maria do Nascimento. In: Arquivo da UFS: Fundo CECH/DHI, caixa 23, item 84. Cópia deste ofício também nos foi fornecida por José Maria do Nascimento após entrevista concedida ao autor em 23 de maio de 2008.

79 FCFS. *Of. nº 45/1966/FCFS*, de 29 de outubro de 1966, encaminhada ao estudante José Maria do Nascimento. Documento fornecido ao autor por José Maria Nascimento após entrevista realizada em 23 de maio de 2008.

80 NASCIMENTO, José Maria do. *Of. s/nº*, de 3 de novembro de 1966, encaminhado a D. Luciano Duarte. Documento fornecido ao autor por José Maria Nascimento após entrevista realizada em 23 de maio de 2008.

Ainda que entre cristãos a mão que apedreja seja a mesma que "afaga" e o rosto que recebe o tapa também oferece a outra face, as marcas e os ressentimentos desse acontecimento parecem ter deixado cicatrizes na memória. Neste sentido, além do mencionado ofício/resposta, a análise da entrevista concedida por Nascimento revela um Dom Luciano Duarte inteligente, mas autoritário; talvez por isso ele tenha se mostrado tão afinado com a ordem política que se edificou no Brasil a partir de abril de 1964.[81]

10. O FECHAMENTO DO DIRETÓRIO ACADÊMICO JACKSON DE FIGUEIREDO

Após os desdobramentos desse episódio, poucos são os registros escritos encontrados a respeito do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo no período que se estenderia até 1968. Naquele ano, em face do processo de criação da Fundação Universidade Federal de Sergipe, fundada em 15 de maio de 1968, a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, absorvida pela nova instituição de ensino superior, foi dividida em três institutos: o Instituto de Letras e Comunicação, dirigido pela professora Tereza Prado; o Instituto de Ciências Humanas, dirigido pela professora Maria da Glória; e o Instituto de Educação, dirigido pela professora Cacilda de Oliveira Barros.[82]

No decurso desse processo de desdobramento da Faculdade de Filosofia, Dom Luciano Cabral Duarte, já consagrado arcebispo auxiliar da província eclesiástica de Sergipe, deixa a direção da extinta faculdade para assumir o cargo de membro do Conselho Federal de Educação. Nesse conselho, ele passou a discutir os rumos da reforma universitária em curso no final dos anos 1960. Além disso, ele se tornaria presidente do Conselho Diretor da UFS, no qual continuou influenciando o processo de "remodelação do ensino superior em Sergipe".[83]

81 NASCIMENTO, José Maria do. Entrevistado por José Vieira da Cruz e José Robério dos Santos. Aracaju/SE, 23/05/2008.

82 GAZETA DE SERGIPE. *Filosofia desmembrada em três institutos*. Ano XIII, n. 3642, 26 de agosto de 1968, p. 8.

83 FONTES, José Silvério Leite. "Discurso de homenagem dos docentes da extinta Faculdade de Filosofia aos serviços prestados por D. Luciano Duarte". In: *A Cruzada*. Ano 50, n. 1566, 02 de novembro de 1968, p.6.

Para o Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, esse processo de incorporação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe à UFS significou também a sua extinção para dar origem a três novos diretórios que seriam vinculados aos novos institutos. Em consequência dessa nova realidade administrativa e pedagógica, a direção daquele DA, na época presidida pela estudante Maria Evanda Gomes, renunciou ao cargo, ao passo que solicitou das novas autoridades educacionais constituídas providências para a formação de novos diretórios. Em matéria publicada no jornal *Gazeta de Sergipe*, antes da renúncia, a diretoria do DAJF solicitou aos três diretores recém-nomeados dos institutos criados a partir do fim da Faculdade Católica de Filosofia que apresentassem os nomes dos interventores para os órgãos estudantis relacionados às novas instituições.[84]

11. OS INSTITUTOS DE HUMANIDADES E OS NOVOS DIRETÓRIOS ACADÊMICOS

Movidos por esse novo arranjo administrativo-pedagógico, surgiram os Diretórios Acadêmicos João Ribeiro, como órgão de representação estudantil do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), para representar os estudantes dos cursos de História e Geografia; o Diretório Acadêmico Amando Fontes, órgão representativo dos estudantes do Instituto de Letras e Comunicação; e o Diretório Acadêmico Luciano Cabral Duarte, órgão representativo dos estudantes do Instituto de Educação. Esta última entidade estudantil, o Diretório Acadêmico Luciano Cabral Duarte, informou à direção do IFCH a eleição do estudante Manuel Messias Pôrto para a presidência do diretório da Faculdade de Educação, fato recepcionado com "votos de feliz vitoriosa gestão" pela diretora do Instituto.[85]

Passados quase dois meses desse processo de desmembramento, precisamente em 15 de outubro de 1968, um ofício do IFCH endereçado ao subdelegado regional do Departamento da Polícia Federal de

84 GAZETA DE SERGIPE. *Filosofia desmembrada em três institutos*. Op. cit.

85 IFCH. *Of. nº 32/1968/IFCH*, datado de 20 de setembro de 1968, enviado para o Diretório Acadêmico da Faculdade [Instituto] de Educação. In: Localização no Arquivo Central da UFS: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

Sergipe (DPF/SE) informava que "depois do desmembramento" ainda não haviam ocorrido "eleições regulamentares" para o diretório daquele Instituto, e com isso o seu quadro diretivo estava reduzido apenas ao cargo de presidente, ocupado pela estudante Djenane Barreto Rodrigues, "nomeada em caráter *pro-tempore*". [86]

Nesse ofício, a diretora do IFCH, professora Maria da Glória Costa Monteiro, também informa ao subdelegado da DPF/SE, o tenente coronel R/1 Oscar Fontes Lima, os dados civis, endereço, profissão e situação acadêmica da presidenta daquele diretório, além das informações já mencionadas acerca da situação do Diretório Acadêmico João Ribeiro (DAJR), instituição que deveria representar os estudantes dos cursos de história e de geografia.[87] Ainda sobre esse diretório, a documentação localizada só indica a formação de uma diretoria completa para a entidade no ano de 1969. Formavam essa diretório: a presidenta Zenaide Rosa Sobral, a vice-presidenta Mércia da Silva Ferreira, a secretária-geral Lylian Wanderley Leite, a 1ª secretária Ana Maria Menezes, a tesoureira Neuza Maria Ribeiro Góis e a 2ª secretária Maria José Santos.[88]

A forma como foi anunciada a criação desses diretórios acadêmicos – o João Ribeiro, o Amando Fontes e o Luciano Cabral Duarte – mediante nomeação de interventores, o nome atribuído ao Diretório Acadêmico do Instituto de Educação, no caso, Luciano Cabral Duarte, e o lento envolvimento dos estudantes da área de humanidades com a direção das entidades estudantis evidenciam, entre outros aspectos, alguns dos frutos da Lei Suplicy e do Decreto-Lei 228/1967 sobre o controle da autonomia dos órgãos de representação estudantil naquela área de conhecimento, herdados pela recém-criada UFS da antiga Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Além disso, os estudantes dessa área de conhecimento parecem ter sentido o impacto da polêmica travada entre os membros do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, eleitos

86 IFCH. *Of. nº 201/1969/IFCH*, datado de 3 de outubro de 1969, enviado para o Departamento de Educação e Cultura. In: Arquivo da UFS: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 85.

87 IFCH. *Of. nº 068/1968/IFCH*, datado de 15 de outubro de 1968, enviado para o DPF/SE. In: Arquivo da UFS: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

88 IFCH. *Of. nº 111/1969/IFCH*, datado de 04 de junho de 1969, enviado para o Reitor da UFS. In: Arquivo da UFS: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

para a gestão de 1965, e o monsenhor Luciano Cabral Duarte, na época diretor da FAFI.

Mas, independentemente dessa polêmica e dos refluxos das entidades estudantis do IFCH, alguns universitários desse Instituto se destacariam na militância estudantil, a exemplo da estudante do curso de letras Elvidina Macedo de Carvalho, também chamada de Didi Macedo, segunda vice-presidenta do primeiro DCE/UFS;[89] da estudante do curso de filosofia Laura Marinho Tourinho Ribeiro, militante do PCB, dirigente do DAJF no período 1667-1968 e suplente do representante do DCE no CONSU;[90] e a estudante da FAFI Maria Guadalupe Costa Teixeira, que, quando lecionava no Colégio Estadual de Sergipe, estimulou o despertar de novos militantes para o movimento estudantil e para a militância junto ao "Partidão",[91] além de ter tomado parte da primeira diretoria eleita de forma indireta para o DEE de Sergipe.[92]

12. A UNIVERSIDADE COMO FUNDAÇÃO FEDERAL PERDE O APOIO DOS ESTUDANTES

Por outro lado, não obstante o empenho do monsenhor Luciano José Cabral Duarte em prol da criação da UFS, a sua falta de habilidade para com os militantes do movimento estudantil, em particular os da JUC e os do DAJF, pode ter sido uma das razões para o enfraquecimento do apoio dos estudantes à proposta que ele defendia: a criação de uma universidade em Sergipe sob a forma de uma fundação federal. Essa proposta já havia recebido o apoio dos estudantes por ocasião da Declaração de Santo Amaro das Brotas, em julho de 1963, oportunidade na qual os estudantes católicos, exercendo a hegemonia do movimento, apoiaram a mencionada proposta.

89 GAZETA DE SERGIPE. *Primeira diretoria do DCE tem posse hoje a noite*. Ano XIII, n. 3646, 30 de agosto de 1968, p. 6.

90 MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Lívia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano e Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/5/10. Ainda a respeito de Laura Maria Tourinho Ribeiro, ver em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.723; e BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR BR PBNCDH, XX AA4. 0.0.1102-50

91 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984*. Op. cit., p. 80.

92 DEE DE SERGIPE. *Of. circular nº 1 – 1965/1966*, maio de 1965. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

Essa postura foi contrária à adotada pelo diretor da Faculdade de Direito de Sergipe, professor Gonçalo Rollemberg, que mais habilmente conseguiu mobilizar os estudantes de direito, muitos dos quais pertencentes a diferentes tendências políticas, inclusive do PCB, para defenderem o modelo de autarquia no lugar de fundação, com o intuito de preservar a autonomia da mencionada faculdade de direito. O mesmo parece ter ocorrido com a Faculdade de Medicina de Sergipe, cujo diretor, professor Antônio Garcia Filho, também defensor do modelo de autarquia, parece ter contado com o apoio dos universitários daquela faculdade na luta em favor do modelo de autarquia em detrimento do modelo de fundação.

Esse debate em torno do modelo de criação da universidade, se autarquia ou fundação, foi estabelecido desde julho de 1963, após a realização do II Seminário Estadual sobre a Reforma Universitária, ocorrido na cidade de Santo Amaro das Brotas, ocasião em que, sob influência dos estudantes das faculdades católicas e dos demais membros da JUC, foi defendida a proposta de fundação federal. Além da posição tomada por esse conclave estudantil, é importante registrar também o apoio decisivo da Igreja Católica, através das figuras de Dom José Vicente Távora e do então monsenhor Luciano Duarte, em favor do modelo de fundação.

Esse apoio começa a ser fragilizado com os primeiros debates internos quanto às restrições impostas pela Igreja Católica à proposta de engajamento político da JUC, o que resultaria na formação da AP, uma dissidência daquela. Mas é, sobretudo, após o golpe, em razão da atitude da direção da FAFI em favor da Lei Suplicy e contra a postura de resistência assumida pela direção do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, que a proposta de criação de universidade sob a forma de fundação começa a perder apoio entre os estudantes. Esse apoio também é frágil por causa do posicionamento conservador adotado pelo grupo político que começou a ascender na Igreja Católica em Sergipe, sob a liderança do monsenhor Luciano Duarte.[93]

93 Ver a respeito em: MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 27/10/2011.

O conjunto dessas ações acarretou consequências importantes: enfraqueceu o campo de atuação política da JUC no movimento estudantil universitário no estado; fragilizou o apoio dos estudantes à posição defendida pela Igreja Católica na questão da criação de uma universidade federal em Sergipe sob o modelo de fundação federal, posição que ficou a cargo do monsenhor Luciano Duarte; e terminou por colaborar com a fomentação de uma nova correlação de forças políticas, que passaria a hegemonizar o movimento. A discussão a respeito desse novo campo de forças políticas e das tendências que nela passaram a atuar é o ponto do próximo capítulo.

CAPITULO VIII

(RE)ORGANIZAÇÃO DAS TENDÊNCIAS, OS PROTESTOS DE 1968 E O DCE

1. (RE)ORGANIZAÇÃO DASTENDÊNCIAS: POLOP, AP E PCB

> Os partidos de esquerda, derrotados com o golpe de 64, tentaram interpretar e dar sustentação teórica à rebelião estudantil. Às vezes, parecia haver uma "fusão de linhas" entre os partidos e o movimento estudantil.[1]

Após o processo de desmobilização decorrente do golpe civil-militar de 1964 e de seus desdobramentos, a exemplo do que ocorreu com a UNE, os grupos políticos que atuavam entre os estudantes universitários no estado começaram um processo de (re)organização a partir de alguns diretórios, como foi o caso do CA de direito e de outras faculdades, sob influência do PCB, do DA de economia, com a presença de militantes da POLOP, e nos DA de medicina e de serviço social, com representantes da AP.[2]

Em relação à UNE, segundo Alberto Saldanha, no ano de 1968, ao menos dois blocos passaram a disputar a hegemonia do movimento estudantil universitário brasileiro no XXX Congresso da UNE. De um lado, a AP, o PC do B e o PCBR. E, de outro lado, as "dissidências do PCB (DI), oriundas dos comitês universitários deste partido, aliados a [à] Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP) e, em certos momentos, ao próprio PCB".[3]

Esse processo de (re)organização do movimento estudantil universitário em Sergipe, retomado a partir dos anos de 1965 e 1966, além das disputas pontuais com alguns grupos independentes foi, sobretudo,

1 SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Op. cit., p. 53
2 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984*. Op. cit., pp.71-81.
3 SALDANHA, Alberto. Op. cit.

marcado pela atuação de três tendências políticas de esquerda: o PCB, a POLOP e a AP. Nesse contexto, essas tendências não apenas se (re) organizaram, como também passaram a disputar a hegemonia do movimento, posição até então exercida pela JUC, ao menos até o período anterior ao golpe de 1964. Dentro dessa perspectiva, neste tópico será abordada uma breve discussão acerca de cada uma dessas tendências e as condições em que elas foram (re)organizadas e passaram a atuar entre os estudantes universitários de Sergipe.

2. POLOP: UM PROGRAMA SOCIALISTA PARA O BRASIL

Dentre os grupos que atuavam no movimento estudantil universitário em Sergipe, a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária, denominada de POLOP, é a de que se tem o menor número de informações. Em termos políticos, esse grupo, em vez de prescrever uma conduta partidária rígida, priorizava fazer a "análise concreta da realidade" sem a imitação do "'caminho russo', 'chinês' ou 'cubano'", priorizando o debate teórico e doutrinário em detrimento da organização de um projeto alternativo ao do PCB.[4]

Nesse sentido, desde 1961, enquanto uma matriz do pensamento de esquerda, seus membros fizeram circular textos apreciados pelos militantes estudantis, sindicais e por parte de intelectuais preocupados em cotejarem diferentes análises das conjunturas política e econômica. Sobre este último aspecto, o então estudante de história e bancário José Ibarê Costa Dantas ressalta que em Sergipe a circulação desses documentos e jornais também despertou interesse de militantes e intelectuais em relação às ideias discutidas e difundidas pela mencionada organização.[5]

Entre os universitários vinculados à POLOP, o estudante de economia Antonio Vieira da Costa informou que nos documentos dessa orga-

4 KAMEYAMA, Ceici. "Introdução". In: CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER (Org.). POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil. [Edição integrante do Projeto "50 anos da POLOP (1961-2011) "]. Salvador: Artexto, 2009, p. 11. Ver também a respeito: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. "Perfil dos atingidos". In: *Projeto "Brasil"*: nunca mais. Tomo III. São Paulo: São Paulo, 1985, pp. 33-37.

5 DANTAS, José Ibarê Costa. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju: SE, 10/10/2010.

nização, as discussões enfatizavam a luta "por uma revolução de ideias dentro da própria esquerda do que tomar mais uma posição política, militante mesmo de ação política, de agitação". Dentre os membros da POLOP em Sergipe, destacam-se os bancários José Alves Filho e Rivaldo Maynard;[6] e entre os estudantes, além de Antônio Vieira da Costa, também existem indícios de que Osvaldo Catan e Mario Jorge Vieira teriam se aproximado das discussões e dos debates promovidos pela POLOP no estado.[7] Para Ibarê Dantas, a POLOP chegou a atuar junto ao movimento estudantil, mas sua atuação, haja vista a ausência de uma estrutura definida, não foi intensa.[8]

Segundo Antonio Vieira da Costa, representante do diretório da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas e da Diretoria Executiva Nacional dos Estudantes de Economia,[9] a mencionada tendência não chegou a ter uma estrutura organizada no estado; ela tinha simpatizantes, e no caso da Faculdade de Economia, em meio aos debates e discussões que ocorriam nas assembleias dos estudantes, os militantes da POLOP apareciam e tinham certo reconhecimento, ainda que esse reconhecimento não fosse idêntico ao dos militantes do "Partidão", que tinham "palavras de ordem típicas de partidos", ou da AP, que, por conta da relação com a Igreja Católica, tinha certa organização e estrutura.[10]

Não obstante a recordação de Antonio Vieira da Costa, de que a POLOP não tinha no estado uma estrutura e organização definida, a atuação dessa tendência junto aos estudantes de economia e junto às mobilizações estudantis – ocorridas em torno dos protestos de ruas, da representação de estudantes que participaram do XXX Congresso da UNE e das disputas eleitorais pela direção de diretórios e do DCE/UFS – evidencia que esses militantes participaram do campo de disputas

6 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit. p. 71.
7 COSTA, Antônio Vieira da. Entrevistado por José Ibarê Costa Dantas. Aracaju/SE, 13/11/1991 [Entrevista transcrita por José Vieira da Cruz, 01/08/2010]. A respeito de Antônio Vieira da Costa, ver BRASIL. Projeto Memórias Reveladas. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.751.
8 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 71
9 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes de economia só reconhecem a UNE*. Ano XII, n. 3267, 12 de abril de 1967, p.1.
10 COSTA, Antônio Vieira da. Op. cit.

pela hegemonia do movimento estudantil universitário em Sergipe no período de 1966 a 1968.

A POLOP nesse período, segundo Reis Filho, já havia passado da fase de semear ideias e buscava construir um novo partido comunista articulado a uma classe operária independente, desatrelada do trabalhismo e unida com os trabalhadores do campo em prol de uma revolução socialista brasileira.[11] Neste sentido, a POLOP, após o golpe civil-militar de 1964, mantendo suas críticas ao PCB e à necessidade de uma aliança com a '"burguesia nacional' para vencer o 'imperialismo' e os restos feudais'",[12] elaborou e difundiu um "Programa Socialista para o Brasil" no qual defendia que "o grau de evolução capitalista do país [já] comportava e exigia transformações socialistas imediatas, sem qualquer etapa 'nacional-democrática'". [13]

Segundo o relatório do *Projeto Brasil: nunca mais*, os participantes da POLOP, assim como os do PCB, "por influência da luta guerrilheira que se alastrava na América Latina sob inspiração da Revolução Cubana e do guevarismo",[14] também sofreram com cisões internas. Destas cisões tiveram origem outras organizações, a saber: Colina, Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Partido Operário Comunista (POC), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Movimento Comunista Revolucionário (MCR), entre outros.[15]

Em Sergipe, os estudos realizados sobre o período indicam não haver indícios de que as mencionadas organizações tenham atuado efetivamente no estado, como também não indicam registros da atuação da POLOP e de suas dissidências no estado após os desdobramentos do AI-5.[16] Dessa forma, ainda que a POLOP não tenha se estruturado

11 REIS FILHO, Daniel Aarão. "Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986) ". In: FERREIRA, Jorge, REIS filho, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 57-59.

12 Ver a respeito em: ARNS, Paulo Evaristo. "Perfil dos atingidos". In: *Projeto Brasil*: nunca mais. Op. cit., pp. 33-34.

13 Op. cit.

14 Op. cit.

15 Ver também a esse respeito em: RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993, pp. 37-72, e, em: MIRANDA, Nilmário, TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo/Perseu Abramo, 1999, pp. 509-511.

16 Ver a respeito em DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit.

na forma esperada por alguns de seus militantes, ao menos no período entre 1966 a 1968, a atuação de seus militantes junto ao movimento estudantil universitário do estado compôs, ainda que de forma limitada, o campo de disputas políticas pela hegemonia do movimento.

3. DA JUC À AP: UM PROGRAMA SOCIALISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Caracterizada como uma dissidência da JUC, a Ação Popular (AP), ao começar a ter uma postura política mais à esquerda, entra em conflito com as orientações de alguns setores da hierarquia da Igreja Católica nos primeiros anos da década de 1960. Em razão desse embate, alguns participantes da JUC iniciam, para além da ação missionária, ações de protesto contra a exploração capitalista, tomando parte, de modo cada vez mais efetivo, de movimentos de educação e cultura popular. Neste sentido, segundo o relatório do *Projeto Brasil: nunca mais*, a AP surgiu, entre os meses de maio e junho de 1962, "com características de "movimento político", e não partido, coroando uma evolução em direção à esquerda que setores da Ação Católica, em especial a JUC – Juventude Universitária Católica – tinham vivido desde meados dos anos 50".[17]

Um ano depois, em fevereiro de 1963, os membros da AP realizaram seu primeiro congresso, no qual aprovaram um Documento-base com as orientações políticas do movimento. Esse documento procurava manter em termos filosóficos certa "equidistância entre o materialismo e o idealismo, revelando influências do pensamento cristão de Teilhard Chardin, Mounier e Jacques Maritan", e ainda discussões econômicas articuladas à "defesa de um 'socialismo humanista', genericamente fundamentado, com as ideias solidaristas do sacerdote suíço Michel Lebret".[18] Embasados nesses pressupostos, os participantes da AP acreditavam ser a "expressão de uma geração", uma geração

17 ARNS, Paulo Evaristo. "Perfil dos atingidos". In: *Projeto "Brasil"*: nunca mais. Op. cit., p. 28.
18 Op. cit.

que não mais se restringia à ação missionária e que partia para a luta política.[19]

Ainda segundo o relatório do *Projeto Brasil: nunca mais,* a AP se constituiu em um grupo político com forte influência sobre o movimento estudantil e sobre os movimentos de educação e cultura popular, sobretudo no Nordeste. Um desses exemplos é o Movimento de Educação de Base (MEB), experiência de alfabetização difundida através de programas de rádio para camponeses e operários com o apoio de monitores oriundos da militância estudantil, alguns dos quais participantes da AP.[20]

O grau de influência e participação dos membros da AP, em experiências como a do MEB e dos Centros Populares de Cultura (CPC), pode ser avaliado no documento por eles elaborado, também no ano de 1963, para discutir a questão da "cultura popular". Esse documento não apenas trata da questão do conceito de cultura em termos humanistas, sociais, econômicos e políticos, como também aborda a questão da "cultura popular", ou melhor, os instrumentos de trabalho com a cultura popular – alfabetização, núcleos populares, teatro, praças de cultura, arte, publicações, festas populares e festivais de cultura popular –, como estratégia para estruturação político-ideológica do movimento operário, popular, camponês e estudantil nos planos municipais, estaduais e nacionais.[21]

Ainda a respeito da importância do trabalho de organização dos chamados Centros Populares de Cultura, o mencionado documento da AP indicava que eles não deveriam se limitar apenas aos aspectos burocráticos, mas estimular a integração do povo no processo de organização dos "cursos de alfabetização, teatro, clubes, etc.",[22] antecipando, assim, a crítica ao papel de vanguarda que os estudantes e demais intelectuais deveriam exercer em relação ao "povo", e mesmo quanto ao sentido

19 Mais informações sobre esse "Documento base" ver em: AÇÃO POPULAR. "Documento base". In: SOUZA LIMA, L. G. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*: hipóteses de uma interpretação. Petrópolis, Vozes, 1979, e, ainda: DIAS, Reginaldo B. *A cruz, a foice o martelo e a estrela*: a tradição e renovação da esquerda na experiência da Ação Popular. 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2004.

20 AÇÃO POPULAR. "Cultura Popular". In: FÁVERO, Osmar (Orgs). *Cultura popular e educação popular*: memórias dos anos 60. Op. cit., pp. 28-29.

21 Op. cit., pp. 15-31.

22 Op. cit., p. 31.

estético dessa produção artística e cultural voltada "para o povo", "pelo povo" e/ou "com o povo".[23]

Após a dura repressão estabelecida pelo golpe civil-militar de 1964, os membros da AP buscaram redimensionar as suas estratégias de ação, balizados em uma matriz política crítica em relação às posições do PCB. Esse repensar das diretrizes de atuação do movimento consolida-se com a elaboração da "Resolução Política de 1965", a partir da qual, segundo o relatório do *Projeto Brasil: nunca mais*, a AP passa a utilizar o pensamento marxista como método de análise e a luta armada como uma estratégia necessária à "Revolução Brasileira", afirmando o caráter "Socialista e de Libertação Nacional" desta.[24] Nos anos seguintes, esse grupo político aproxima-se das ideias defendidas por Che Guevara e pelo maoísmo, sendo que alguns de seus participantes passam a vivenciar a chamada experiência da "integração na produção".[25]

Para Ramos, a JUC em Sergipe, no período de 1954 a 1964, sob a liderança do monsenhor Luciano Duarte, afasta-se da orientação nacional, permanecendo vinculada ao conservadorismo católico. Segundo este pesquisador, em Sergipe "a JUC, foi um movimento religioso, onde o seu envolvimento com o movimento estudantil direcionava-se exclusivamente para uma ação missionária".[26]

Diferentes da interpretação de Ramos, as fontes, escritas e orais, e a bibliografia pesquisada no capítulo III deste livro evidenciam que apenas na sua primeira fase de atuação a JUC se mostrou próxima da proposta de ação missionária, ao menos até 1960. Essa orientação era defendida pelo assistente eclesiástico da JUC no estado, o então monsenhor Luciano Duarte.[27] Entretanto, a partir do início dos anos de 1960,

23 A respeito dessa discussão, destaco: LEITE, Sebastião Uchoa. "Revisão dos anos 60 nos anos 60". In: Fávero, Osmar. *Cultura popular e educação popular*: memórias dos anos 60. Op. cit., pp. 247-269; GULLAR, Ferreira. *Vanguarda e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969; e, ainda: RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Op. cit.

24 ARNS, Paulo Evaristo. *Projeto "Brasil"*: nunca mais. Op. cit., pp. 28-29.

25 Ver a esse respeito em: SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia*. Op. cit.; e, ainda em: LIMA, Haroldo, ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular*: da JUC ao PC do B. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

26 RAMOS, Antônio da Conceição. *Movimento estudantil*: a JUC em Sergipe (1954-1964). Op. cit., pp. 155-156.

27 DUARTE, Luciano José Cabral. "Ação missionária na JUC". In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 21, n. 4, dez., Petrópolis: Vozes, 1961.

alguns de seus militantes, interagindo com os debates que transpassavam os jucistas naquele momento, passaram a tomar uma postura política mais ativa, rompendo com a JUC e ingressando na AP.[28]

Nesse sentido, antes do golpe civil-militar de 1964, a AP conquistou muitos militantes junto à JUC e junto ao Movimento de Educação de Base (MEB), chegando a exercer certo grau de hegemonia dentre esses movimentos. Segundo Dantas, em face dessa hegemonia, com a mudança da ordem política do país, eles foram um dos "grupos mais afetados", ficando sua atuação restrita "a meia dúzia de jovens, a maioria remanescente da JUC, participando do movimento estudantil".[29]

Passados os impactos dos primeiros momentos da repressão, a reestruturação da AP no estado teve a contribuição do estudante de química Carlos Roriz,[30] da estudante de serviço social Gilza Mota Gomes e do estudante de medicina José Rolemberg Côrtes Filho.[31] Este último, antes de se deslocar para o estado da Bahia – onde também desenvolveria uma ativa militância política[32] –, convidou para ingressar na AP seu irmão João Bosco Rolemberg Côrtes[33] e a estudante Ana Maria Santos, ambos estudantes do curso de serviço social.[34]

Ao recordar sua formação católica e as influências que recebera de seus irmãos para se integrar à AP, João Bosco Rolemberg Côrtes destacou que sua "irmã mais velha foi da JOC [Juventude Operária Católica]" e seu "irmão mais velho foi da JUC". Ambos, segundo ele, haviam sido dirigentes nacionais da AP, e ainda, através das experiências trazidas por seus familiares e por ele vivenciadas, compreendeu

28 Ver a esse respeito em: MORAIS, Giselda. D. Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico. Op. cit., pp. 211-227; e, ainda em: DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Op. cit., pp. 286-287.

29 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe 1964/1984*. Op. cit. p. 71.

30 A respeito de Carlos Roriz da Silva, ver: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.134.

31 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe 1964/1984*. Op. cit., p. 72. A respeito de José Rolemberg Côrtes Filho, o Projeto Memórias Reveladas, em parceria com uma instituição arquivística do estado de São Paulo, disponibiliza sem restrições as informações a respeito da atuação política de José Rolemberg Côrtes Filho, ver a respeito: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW, números: 297120, 297126, 297131, 297147, 297150, 297159, 297170, 297187, 297191, 297194, 297194, 297203.

32 Ver a respeito em: SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia*. Op. cit

33 A respeito de João Bosco Rolemberg Côrtes, ver: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR RNAPERN, XX DO. 0.FC.920.

34 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe 1964/1984*. Op. cit., p. 72.

os dilemas da Igreja Católica e do Movimento de Educação de Base quanto à tarefa de não "apenas salvar almas, mas também cuidar da vida material do povo. Não [se] pode fazer uma proposta de evangelização que cuide só do espírito, o povo está com fome, o povo está analfabeto, o povo está morrendo, o povo não tem saúde".[35]

Côrtes destaca que essa militância política inspirada no modelo da JUC francesa, nos ensinamentos de D. Helder Câmara, em Pernambuco, e de D. José Vicente Távora, em Sergipe, com o golpe foi interrompida. Para ele, isso representou "uma castração violenta, uma repressão violenta de todo esse esforço e da expectativa do governo João Goulart de fazer a reforma de base na educação e na moradia".[36] Em face dessa ruptura, segundo Côrtes, alguns setores da Igreja Católica, em particular os que estavam comprometidos com a discussão da realidade social do país, passaram a se engajar cada vez mais na política e fundaram a Ação Popular. Neste sentido, para os jovens que participavam desse movimento, o compromisso cristão de militância política era muito forte, e com ele o desejo de "resolver os problemas da humanidade, os problemas do Brasil, do estado e do país. Essa era a visão de quem era militante, um cristão militante...".[37]

Formados nesse arco de experiências, os militantes dessa tendência participaram dos protestos contra a Lei Suplicy, denunciaram o Acordo MEC-USAID, promoveram panfletagens, fizeram pichações e apoiaram a campanha do voto nulo nas eleições para a DEE de Sergipe ocorridas em 1966. Para Ibarê Dantas, a AP caracterizava-se "como uma das siglas mais radicais, pela postura desafiadora, inclusive nos principais acontecimentos do conturbado ano de 1968".[38]

Reforçando essa análise, José Rolemberg Côrtes, membro da AP, recorda-se que teve uma militância estudantil e política intensa nos tempos em que atuou junto à JEC, à JUC e à AP na cidade de Aracaju nos anos de 1960. Nesse período, ele destaca que participou de várias lutas conjuntas tanto com os trabalhadores têxtis quanto com ferroviários na

35 CÔRTES, João Bosco Rolemberg. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 06/11/2007.
36 Op. cit.
37 Op. cit.
38 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984.* Op. cit. p. 73.

promoção de debates políticos, panfletagens, pichações, greves, mobilizações junto às universidades e, sobretudo, em torno da organização do que na época se denominava aliança entre os estudantes, os operários e os camponeses.[39]

Após o golpe e mais precisamente partir de 1966, a perspectiva de atuação da AP fazia-se presente no movimento estudantil universitário de Sergipe, sobretudo, por meio dos militantes dessa tendência que agiam junto ao Diretório Acadêmico Maria Kheil, vinculado aos estudantes da Escola de Serviço Social, entre eles o estudante João Bosco Rolemberg Côrtes e a estudante Ana Maria dos Santos, que depois passaria a adotar também o sobrenome Côrtes. Além desse diretório, os militantes da AP contavam com certo apoio dos estudantes da Faculdade de Medicina de Sergipe, no qual José Rolemberg Côrtes havia atuado antes de ir para a Bahia.

A respeito desse período, João Bosco Rolemberg Côrtes recorda que, após ter ingressado no curso de serviço social em 1967, as lutas estudantis tinham dois sentidos: um estava ligado às questões mais específicas, como a melhoria das condições de ensino da escola e a luta pela criação da universidade em Sergipe, e a outra mais geral, que se relacionava à atuação política de combate à ditadura civil-militar.[40]

No primeiro sentido, Côrtes recorda-se das disputas ocorridas entre os militantes da AP e do PCB pela direção dos diretórios, em particular pela direção da primeira gestão do DCE da recém-criada Fundação Universidade Federal de Sergipe, em 1968. Naquela oportunidade, o grupo do PCB, articulado por Wellington Mangueira, Jackson Barreto, João Augusto Gama, entre outros, venceu a chapa formada por João Bosco Rolemberg Côrtes e por outros membros da AP.[41]

Conforme a legislação em vigor na época, o Decreto-lei 228/1967, essa disputa deveria se dar através de eleição indireta, ou seja, realizada por meio dos representantes dos diretórios e centros acadêmicos[42] Caso a eleição fosse de acordo com essa formatação, a AP teria maioria dos

39 CÔRTES, José Rolemberg. Entrevistado por Cristiane Soares Santana. Salvador/BA, 13/11/2004.

40 CÔRTES, João Bosco Rolemberg. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 06/11/2007.

41 Op. cit.

42 BRASIL. *Decreto-lei nº 228*, de 28 de fevereiro de 1967.

votos; no entanto, as lideranças estudantis acordaram que a direção do primeiro Diretório Central de Estudantes da UFS deveria ser realizada através de plebiscito. E assim, por essa outra formatação de cunho mais democrático, o PCB ganhou a disputa eleitoral. Referindo-se a esse acontecimento, Wellington Mangueira declarou que tanto Bosco Rolemberg quanto os demais membros da AP tiveram uma postura nobre e mantiveram o acordo que havia sido firmado.[43]

No segundo sentido, Côrtes recorda-se que os militantes da AP tomaram parte em vários protestos contra a ditadura civil-militar. Além disso, eles também elegeram uma parte da delegação que participaria do XXX Congresso Nacional da UNE, realizado na cidade de Ibiúna. Os estudantes que tomaram parte nessa delegação foram presos e em seguida encaminhados para o presídio Tiradentes, onde foram classificados pelas autoridades militares como opositores do regime e então trancafiados em unidade prisional que passou a ser denominada "presídio da subversão".[44]

Em suma, no período entre 1966 a 1968, os militantes da AP não apenas tiveram papel importante nas disputas travadas com o PCB pela hegemonia do movimento, como também marcaram posição nos protestos e demais mobilizações a favor do ensino superior e contra a ditadura militar. Após o AI-5, pelo menos três de seus militantes, José Rolemberg Côrtes Filho, João Bosco Rolemberg Côrtes e Ana Maria dos Santos, prosseguiriam sua militância política na clandestinidade. Nessa fase de atuação política ocorrida em outros estados do país, eles viveram a experiência da integração na produção, foram presos, torturados e vivenciaram a luta pela anistia e pela redemocratização do país.[45]

43 MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 27/10/2011.

44 FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaías, PONCE, J. A. de Granville (Orgs). *Tiradentes, um presídio da ditadura*: memórias dos presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997, pp. 491-497.

45 CÔRTES, Ana Maria Santos Rolemberg. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, entrevistada nos dias 06/04/11 e 26/05/11.

4. O PCB: UM PROGRAMA NACIONAL-DEMOCRÁTICO PARA A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

O PCB, por sua vez, no período anterior ao golpe, era o partido mais organizado e "o mais envolvido no projeto de reformas de base do governo Seixas Dória". Na época, tinha entre os seus quadros sindicais a presença de ferroviários, trabalhadores da construção civil, estivadores, gráficos e funcionários públicos. Dentre estes sindicalistas, destacaram-se Manoel Vicente do Nascimento, José Benedito dos Santos, Agonalto Pacheco da Silva, Walter Oliveira Ribeiro, José Nunes da Silva, entre outros.[46] Destes, Agonalto Pacheco da Silva, na época vereador pela cidade de Aracaju, liderança sindical ligada aos funcionários públicos, por ocasião do golpe, passou a viver na clandestinidade, transferindo-se para São Paulo por orientação do partido.[47] Nesta cidade, afasta-se do PCB, passa a atuar junto à Aliança Libertadora Nacional (ALN), chefiada por Marighela,[48] é preso e depois permutado, juntamente com outros 14 presos políticos, pelo embaixador dos Estados Unidos sequestrado por integrantes de grupos de resistência armada.[49]

Após o golpe, além da prisão e da fuga de muitos dos seus militantes, o partido ainda sentiu o afastamento de muitos ativistas e possíveis simpatizantes. Como salienta o historiador Ibarê Dantas, "a sobrevivência dos seus filiados impôs-se como prioridade".[50] Mas em meio a esse quadro de repressão e desmobilização, sob a direção de Marcélio

46 A respeito desses sindicalistas, ver: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit. p. 73. E ainda na coletânea de ensaios do jornalista, líder estudantil e sindical Paulo Barbosa de Araújo sobre o período do "Movimento armado de 1964": ARAÚJO, Paulo Barbosa. *Os ícones de um terremoto*. Op. cit.

47 Ver também: SILVA, Margarida Azevedo da. *Memória de militantes do PCB em Aracaju*: 1964/1984. 1999. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1999.

48 Ver a respeito em: SANTOS, Kátia Patrícia dos. *Agonalto Pacheco*: memórias de um militante do Partido Comunista Brasileiro. 2003. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.

49 As interpretações a respeito desse acontecimento suscitam inúmeras discussões no campo da memória, da história e, em particular, da produção de documentários. Destaco a respeito: GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979; DA-RIM, Silvio. *Hércules 56*: o sequestro do embaixador americano em 1969. Rio de Janeiro: Zahar, 2007; REIS, Daniel Aarão et. *ali*. *Versões e ficções*: o sequestro da história. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

50 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p.74.

Bomfim, o partido começou a se reorganizar, sobretudo entre os estudantes, vindo a constituir uma nova fase de militância. Nesse período, ingressam no partido três dos estudantes que haviam sido expulsos do Colégio Estadual de Sergipe (CES), o conhecido Atheneu: os jovens Mário Jorge Vieira, Wellington Mangueira[51] e Jackson de Sá Figueiredo.[52] Além destes, a atuação de Maria de Guadalupe Costa Teixeira junto aos secundaristas do CES corroboraria o despertar de novos militantes e simpatizantes.[53]

Nesse contexto político, o PCB permaneceu firme pela defesa da estratégia nacional e democrática, definida pelo programa do partido; pela interferência da Internacional Comunista, após o II Congresso do PCB em 1925,[54] confirmada pelo IV Congresso em 1954, pelo V Congresso em 1960 e pelo VI Congresso do PCB em 1967, como necessária ao cumprimento das etapas a serem percorridas para a concretização da revolução brasileira, entre elas a realização de uma aliança com a burguesia nacional para instalar a democracia e remover os entraves feudais que persistiam no país.[55] Outro ponto importante adotado pelo PCB foi o de procurar esgotar os meios legais de luta e o de não defender a ação armada. Portanto, o PCB posicionava-se diferentemente da AP, da POLOP e de outros grupos de esquerda que, no combate direto ao regime, terminaram por enveredar pela luta armada e pelos caminhos da guerrilha urbana e rural.[56]

51 A respeito de Wellington Dantas Mangueira Marques, ver: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.645.

52 A respeito de Jackson de Sá Figueiredo, ver: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.243.

53 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 74

54 Ver a esse respeito: DEL ROIO, Marcos. A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

55 A respeito desse debate, destaco: GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978; PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966; e ainda: MORAIS, João Quartim de. "O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência". In: MORAIS, João Quartim de, ROIO, Marcos Del (Orgs). *História do marxismo no Brasil*: visões do Brasil. IV, Campinas: UNICAMP, 2000, pp. 151-210.

56 A respeito dessa discussão, destaco: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda armada*: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990; RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. Op. cit.; e ainda: SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Op. cit., pp. 53-57.

Por outro lado, nas sendas do movimento estudantil universitário, segundo Martins Filho, a orientação do partido para evitar o afrontamento e esgotamento das vias legais custou ao PCB o qualificativo de "reformista".[57] Os ecos dessa crítica no decurso da realização do XXIX Congresso Nacional dos Estudantes, promovido pela UNE em 1967, deixaram os militantes do Partidão em situação difícil, pois estes "viram-se em evidente minoria em plenário, diante das críticas a eles dirigidas por todo o bloco da esquerda".[58] No centro dessas críticas, estavam os ataques à postura "reformista" defendida pelo PCB, partido acusado de, "na história recente do movimento popular brasileiro", ter defendido a aliança com a burguesia nacional, a revolução burguesa, o esgotamento das vias legais e, sobretudo, a inércia em face da instalação do golpe civil-militar de 1964.[59]

A esse respeito, Wellington Dantas Mangueira Marques, na época estudante de direito, em entrevista concedida a Ibarê Dantas, reconhece que, apesar da orientação do partido para que se esgotassem os meios legais de luta contra da ditadura civil-militar, os militantes do PCB não deixaram "de estar atentos a outras formas de luta".[60] Em outra entrevista, concedida *às* pesquisadoras Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva, Marques declara detalhes de como a direção do PCB orientava seus militantes para não radicalizar, mas sim para esgotar todas as formas legais de luta contra a ditadura, "por que era a lógica do PCB (...) Nós queríamos era instruir o povo, animar o povo para a grande luta contra a ditadura militar e assim fizemos".[61]

Para Jackson de Sá Figueiredo, também estudante de direito no período, os militantes do PCB procuravam agir dentro da legalidade, mas eles também faziam pichações nos muros, distribu*íam* panfletos, realizavam caminhadas. Desta forma, segundo Figueiredo, eles atuavam tanto pela via legal "como pela via ilegal, nos preparávamos contra o

57 MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar*. Op. cit., pp. 177-181.
58 Op. cit., p. 178.
59 Op. cit., pp. 177-181.
60 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 86.
61 MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 05/11/2007 e em 03/12/2007.

projeto da ditadura, queríamos implantar um estímulo contra o golpe dos americanos, para que nós não ficássemos à mercê da ditadura".[62]

A esse respeito, Laura Maria Ribeiro Marques, estudante de história no período, relembra que enquanto outros grupos políticos de esquerda demonstravam "aquela impaciência característica do jovem, do pequeno burguês", enveredando pelo caminho da luta armada, para guerrilha urbana e rural, nós do PCB não defendemos a luta armada, "apesar de dizer que devíamos estar preparados para uma resistência, porque nós pregávamos uma transformação na sociedade que nós até chamávamos de Revolução Social".[63]

Em suma, pelo conjunto das experiências relatadas, fica evidenciado como as orientações do partido para que seus militantes agissem na "legalidade" deve ser relativizada, uma vez que integravam o programa do partido estratégias legais e não legais de luta, a exemplo das pichações, panfletagens, caminhadas, entre outras formas. Entretanto, essas orientações do PCB, contrárias à luta armada, para outros grupos políticos de esquerda que atuavam no movimento estudantil universitário eram encaradas como um sinal de acomodação e erro de avaliação política.

5. A EXPERIÊNCIA DE TREINAMENTO NO SETOR MILITAR DO PCB

Em face dessas críticas, sem abandonar a orientação de não enfretamento do partido, o setor militar do PCB procurou treinar alguns quadros para situações de confronto e guerrilha. Nesse sentido, de forma reservada o PCB realizou cursos de guerrilhas no interior da Bahia. Segundo Marques, em entrevista recentemente concedida, esse era um segredo dos que haviam participado desse treinamento e que, somente após a morte de Salomão Malina, conforme sua orientação, poderia ser revelado. Na descrição de Marques,

62 FIGUEIREDO, Jackson Sá Figueiredo. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 06/11/2007.

63 MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Lívia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano, Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/05/10.

> *Salomão Malina disse que não tinha problema a gente revelar. Ele foi herói da Segunda Guerra e responsável pelo setor militar do PCB, um setor tão bem organizado e bem estruturado que, no processo de legalização do partido, sendo Roberto Freire um militar da reserva, que passou a ser nosso líder, o setor MIL não podia ter contato com ele, tinha que ter com Malina. Porque Malina era militar e o estruturador, mesmo depois que a ditadura foi derrotada, com a morte de Tancredo e assumindo Sarney, com a luta pela legalização dos partidos, mesmo assim o setor MIL ainda ficou ligado a Salomão Malina.*[64]

Na avaliação de Marques, o treinamento de guerrilha teria ocorrido para acalmar alguns setores do partido. Era forma de mostrar que eles eram capazes de fazer esse treinamento e que o partido tinha condições de fazê-lo. Nesse sentido, acrescenta Marques, "eu fiz esse treinamento, dentro do Brasil", antes mesmo do AI-5.[65]

6. A MILITÂNCIA ESTUDANTIL DO PCB NO NORDESTE E NOS CONGRESSOS DA UNE

A partir do XXIX Congresso da UNE, em contraposição ao isolamento dos militantes estudantis e das teses vinculadas ao PCB, correntes dissidentes do Partidão passaram a se proliferar e a disputar a hegemonia da UNE junto aos militantes da AP e da POLOP.[66] Em Sergipe, segundo Ibarê Dantas, não "existem notícias de dissensão interna no Partidão, até 1968". Ao contrário: "o ingresso de vários jovens, a maioria dos quais estudantes [no partido], proporcionou dinamismo à agremiação".[67] Este dinamismo pode ser percebido tanto no envolvimento da ala jovem do partido na campanha que elegeria ao cargo de deputado

64 MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 27/10/2011.

65 Op. cit.

66 Ver a respeito em: MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar.* Op. cit., p. 177; e em: SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Op. cit., pp. 53-57. e em: SALDANHA, Alberto. Op. cit.

67 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit. p. 75.

estadual pelo MDB o advogado Jaime de Araújo Andrade,[68] como na atuação cada vez mais destacada dos militantes do PCB junto ao movimento estudantil universitário.

É interessante observar que até a eclosão do golpe civil-militar de 1964, a atuação dos militantes do PCB era mais presente entre os sindicatos urbanos e entre os estudantes secundaristas, sobretudo junto à União Sergipana dos Estudantes Secundaristas (USES). O PCB, a esse respeito, tinha uma atuação mais intensa junto ao Colégio Estadual Sergipense, onde "mantinha influência, tanto no seio do alunato, através de lideranças, quanto entre professores, pelo menos como simpatizantes".[69] Entretanto, junto ao movimento estudantil universitário, particularmente na UEES, a liderança do PCB não era tão presente, sobretudo no período que antecede ao golpe. Em parte, isso ocorreu em razão da presença forte da JUC e da AP, como também do revezamento ou rodízio que existiam na presidência da entidade, isto é, a UEES, entre as lideranças estudantis de cada uma das faculdades ou escolas superiores.

Nesse sentido, o PCB até chegou a participar das disputas e mesmo da direção do movimento, com Renato Chagas,[70] presidente da UEES na gestão 1958-1959,[71] e com Adalberto Fonseca de Carvalho,[72] presidindo a UEES na gestão 1963-1964.[73] Entretanto, não obstante esses momentos em que a UEES esteve sob a presidência de militantes considerados próximos ao PCB, a memória dos militantes que atuaram no movimento estudantil e a bibliografia produzida enfatizam que o Partidão não chegou a exercer de hegemonia sobre o movimento estudantil universitário. Esse fato é justificado em razão da forte liderança exercida pela JUC e pela AP no período que antecedeu ao golpe.[74]

68 Op. cit., p. 75.
69 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984.* Op. cit., p. 78.
70 A respeito de Renato Chagas, ver: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.429.
71 UEES. *Of. cir. nº 3/1959/UEES*, de 19 de maio de 1959, enviado para a Federação dos Trabalhadores da Indústria de Sergipe. In: PDPH/DHI/FUFSE.
72 A respeito de Adalberto Pinto de Carvalho, ver: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.68.
73 GAZETA DE SERGIPE. *Venceu a "Unidade" no Congresso dos Universitários Sergipanos*. Ano VIII, n. 2904, 17 de setembro de 1963, p.1.
74 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984.* Op. cit. pp. 75-78.

A esse respeito, José Alexandre Felizola Diniz[75] recorda que, apesar do novo presidente da UEES, na gestão 1963-1964 – que ele havia apoiado para sucedê-lo –, não ser da JUC, isto não significava o controle do movimento por outra tendência; até porque, segundo ele, a "eleição não obedecia apenas às disputas entre as correntes políticas; existia também uma política das faculdades no sentido de se alternarem. Mesmo assim, a JUC dominava o movimento".[76]

Segundo Zelita Correia Rodrigues Santos,[77] membro da AP e coordenadora estadual do MCP, desde o início da década de 1960, os católicos haviam tomado a "UEES, União Estadual dos Estudantes Sergipanos, porque os católicos sempre mandaram na UEES até 1965". A AP, Ação Popular, "era quem mandava na UEES, e a essa altura nós tínhamos saído da JUC e virado o braço político católico que era AP".[78] Nessa fala, Santos sintetiza como aspecto importante o fato de que a hegemonia política exercida sobre a UEES, no início da década de 1960, esteve sob o controle dos católicos, sejam os da JUC sejam os da AP, até porque esta havia sido formada por dissidentes da JUC.

Desarticulada pelo golpe civil-militar de 1964 e pelas imposições da Lei Suplicy, essa hegemonia cederia lugar para um novo campo de disputas que passariam a atuar sobre o movimento estudantil universitário do estado. Em meio a esse novo cenário, a AP, a POLOP e o PCB, no campo da militância de esquerda, iniciaram a construção de uma disputa pela hegemonia do movimento. Dentro desse campo de forças, diferentemente do que ocorria no cenário nacional[79] – no qual o PCB perdia espaço para a AP, para a POLOP e para outras tendências políticas –, os seus militantes passaram a se destacar nas mobilizações do movimento estudantil universitário, inclusive com a conquista da hegemonia do movimento.

75 A respeito de José Alexandre Felizola Diniz, ver: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW. 268293.

76 DINIZ, José Alexandre Felizola. Entrevista concedida a José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 12/03/1998.

77 A respeito de Zelita Correia Rodrigues, ver: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW, números: 250.265, 250.268, 250.272; e: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR BR PBNCDH, XX A140.0973.104.

78 SANTOS, Zelita Rodrigues Correia. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/11.

79 MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar.* Op. cit., pp. 177-181.

Nesse período, os estudos sobre as tendências políticas que atuavam no movimento estudantil universitário na Bahia também constatam que, em meio às disputas entre as diversas correntes de esquerda para conquistar as eleições nos diretórios estudantis, os militantes do PCB exerceram um importante papel à frente do movimento.[80] No caso do movimento estudantil de Alagoas, não obstante as disputas entre o PCB, a AP/PC do B e o PCR,[81] "a atuação dentro da legalidade permitida" também terminou por priorizar a política da "frente única", proposta pelo PCB, em lugar de "ações exemplares" de confronto.[82]

Neste sentido, as pesquisas realizadas nos estados, em particular, da Bahia, de Alagoas, de Pernambuco[83] e de Sergipe, tendem a evidenciar configurações políticas nem sempre convergentes com a situação de marginalidade enfrentada pelos militantes do PCB no XXIX Congresso Nacional da UNE.[84]

Os primeiros indícios do papel que os militantes próximos ao PCB viriam a desempenhar na retomada da organização do movimento estudantil universitário em Sergipe após o golpe de 1964 são verificados na composição da primeira diretoria eleita para a DEE de Sergipe, após o processo de intervenção imposta pela Lei Suplicy. Examinando a composição dessa diretoria, observa-se a presença da estudante Maria de Guadalupe Costa Teixeira ocupando o cargo de vice-presidenta de coordenação universitária, representando os estudantes da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. A presença dessa estudante – apontada como uma importante colaboradora do PCB, sobretudo no trabalho de despertar novos quadros para a militância política entre os estudantes secundaristas do Colégio Estadual de Sergipe[85] – na composição da DEE de Sergipe indica que, diante do quadro de desmobilização que o

80 BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)*. Op. cit.; e: BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Op. cit. pp. 168-170.

81 PCR – Partido Comunista Revolucionário.

82 Ver a respeito em SALDANHA, Alberto. *A mitologia estudantil*: uma abordagem sobre o movimento estudantil Alagoano. Op. cit., pp. 140-168.

83 Ver a respeito da atuação dos militantes do PCB, dos estados de Pernambuco e da Bahia, em favor da "Frente Única" em: POERNER, Artur José. *O poder jovem*: história da participação política dos estudantes brasileiros. Op. cit., p. 292.

84 MARTINS FILHO, João Roberto. Op. cit., pp. 177-181.

85 DANTAS, José Ibarê Costa. *Tutela Militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 80.

movimento enfrentava, fazia-se necessário ajudar a compor o quadro diretivo daquela instituição, atuando dentro da legalidade.[86]

Contudo, em relação à influência dos militantes do PCB no movimento universitário em Sergipe, esse processo torna-se mais evidente a partir de 1966, em particular com o ingresso de novos estudantes na Faculdade de Direito de Sergipe, muitos dos quais militantes com experiência no movimento estudantil secundarista junto à USES. Esses estudantes contribuíram para uma postura mais ativa por parte dos universitários em relação ao momento político que o país atravessava. Essa turma formada pelos estudantes Mário Jorge Vieira, Benedito Figueiredo, João Augusto Gama da Silva,[87] Wellington Paixão, Jonas Amaral,[88] Moacyr Soares da Motta, Artêmio Barreto, entre outros, sob a liderança de Wellington Mangueira, exerceu uma importante influência sobre os estudantes das demais faculdades. Marcado pela influência do PCB, esse grupo passou a receber também o apoio de colegas simpáticos às propostas defendidas.[89]

A partir desse núcleo da Faculdade de Direito, os militantes do PCB começaram a arregimentar forças tanto dentro da faculdade como entre as demais instituições de ensino superior existentes no estado. Em 1966, esses estudantes exerceram um protagonismo importante na campanha a favor do voto branco na polêmica segunda eleição da DEE de Sergipe. Como já foi discutido, esse acontecimento terminou por gerar uma crise de legitimidade para a nova diretoria daquela entidade estudantil.[90] Por outro lado, esse acontecimento também pode ser apontado como um momento de retomada dos protestos estudantis em Sergipe contra a ditadura militar em curso no país naquele momento.

Já no ano de 1967, esses militantes, ainda na condição de calouros, e mesmo sofrendo restrições relacionadas ao fato de que alguns deles

86 A respeito da composição desta diretoria, ver: Tabela 08: DEE de Sergipe – primeira gestão, eleição indireta de 1965, p. 509.

87 A respeito de João Augusto Gama da Silva, ver: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.638.

88 A respeito de Jonas Amaral, ver: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.707.

89 FIGUEIREDO, Benedito. Entrevista concedida ao jornalista Osmário Santos em 7/10/2001. In: SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2002, pp. 159-162.

90 GAZETA DE SERGIPE. *Opinião de juristas sobre a eleição universitária*. Ano XI, n. 3102, 22 de setembro de 1966, p.8.

haviam sido presos, processados e/ou expulsos do Colégio Estadual de Sergipe, resolvem, ainda assim, organizar uma chapa e apoiar para a presidência do CASR o estudante José Cláudio Rodrigues. Esse processo eleitoral, realizado em 10 de junho daquele ano, após ter sido adiado sob denúncias de uma possível intervenção do diretor da faculdade – que teria suspendido a primeira eleição em virtude de não ter verificado "clima propício" para a realização das eleições[91] –, resultou na vitória da chapa "Liberdade e democracia", por uma margem pequena de votos sobre a chapa apoiada pelo PCB.

Na avaliação de Marques, a chapa apoiada pelos militantes do PCB nesse processo eleitoral pela direção do CASR "foi muito combatida". Diziam "que era coisa de comunista", e isto teria deixado muitos estudantes temerosos. Em contrapartida, segundo Marques, mesmo os colegas mais próximos, amedrontados com a possibilidade de que o colega José Cláudio Rodrigues fosse prejudicado, uma vez que ele "era do tipo muito exaltado", resolveram não votar nele para preservá-lo.[92] Nesta disputa, portanto, para além das relações de amizade pessoal, foram bem definidas as posições políticas dos membros das chapas que disputaram o pleito eleitoral, tendo-se sagrado vencedora aquela que não se professava próxima aos militantes do PCB.

A chapa "Liberdade e democracia", vencedora do pleito eleitoral pela direção do CASR, teve a seguinte composição: presidente, Jefferson Fonseca; vice-presidente, Luís Antônio Teixeira; secretário-geral, José Emílio Sobrinho; 1ª secretária, Edila Serra; 2ª secretária, Sônia de Jesus; 1º tesoureiro, Florival Alves; 2ª tesoureira, Heloísa Aquino; diretor de imprensa, Israel Mendonça; diretor de intercâmbio cultural, Matias Paulino. Formaram também o conselho fiscal da entidade os estudantes Padre João de Deus Góis, Osório de Araújo Ramos, Djalma Queiroz, Suzana Carvalho, Ana Lúcia, Luís Santana, Manoel Veiga, Jeni Rodrigues, Maria Joselita Almeida e Tenison Tavares.[93]

91 GAZETA DE SERGIPE. *Eleição no D.A. de Direito hoje*. Ano XII, n. 3314, 16 de junho de 1967, p.1.

92 MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 05/11/2007 e em 03/12/2007.

93 BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras*: o movimento estudantil universitário sergipano em descompasso com o Regime Autoritário (1964-1968). Op. cit., p. 114-115.

O aprendizado político desse primeiro confronto eleitoral na Faculdade de Direito de Sergipe contribuiu para que os militantes do PCB acumulassem forças e desenvolvessem uma série de estratégias para as eleições estudantis de 1968. Dentre estas estratégias, foram montados: um curso preparatório para o vestibular, no qual os estudantes de direito ministravam aulas; o jornal *A Verdade*, distribuído entre os estudantes, e ainda uma série de ações culturais, como a apresentação de peças de teatro e a realização de festivais de música, com o intuito de mobilizar os estudantes e difundir a proposta de resistência política formulada pelos militantes do "Partidão" e seus simpatizantes.[94]

Ainda sobre o jornal *A Verdade*, é interessante observar que de um jornal de oposição, em 1967, ele passa a ser considerado órgão oficial do CASR a partir da edição de 5 de junho de 1965, quando um novo grupo político articulado pelo PCB conquista a direção da entidade.[95] Segundo Ibarê Dantas, a difusão desse jornal entre as demais faculdades teria alcançado uma situação "inédita no movimento estudantil, maior do que *O Economista*, [jornal] da Faculdade de Ciências Econômicas, *O Coruja* [jornal] da Faculdade de Filosofia e o *Bisturi* [jornal] da Faculdade de Medicina".[96]

Além dessas estratégias, segundo Marques, os estudantes de Aracaju, a exemplo dos da cidade do Rio de Janeiro, entre outras do país, também elegiam as músicas preferidas e torciam por elas nos festivais locais e nas seletivas regionais.[97] Entre as canções escolhidas, ele se recorda dos versos de uma música composta por Mário Jorge Vieira e Ezequiel Monteiro, cuja letra dizia: "Vista logo a roupa nova, pois que eu tenho a prova que vai mudar, acabar o sofrimento e pôr em movimento as forças da nação, indo atrás da estrela guia que outra não seria sem esse clarão". Ao recordar os versos dessa música, Wellington Mangueira faz uma referência à política dos últimos anos, destacando que se "fosse do PT, não sou, sou de esquerda, botaria essa música como hino

94 MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Op. cit.

95 CASR. *Boletim informativo do Centro Acadêmico Sílvio Romero*, de 6 de junho de 1968, assinado pelo secretário de imprensa da entidade, o estudante Luís Antônio Barreto, pelo [ilegível], o estudante Paulo [ilegível] Nou. Ver a respeito em: BRITO, Maria Zelita Batista. Op. cit. [anexo II].

96 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 80.

97 GAZETA DE SERGIPE. *Sergipano ficou fora*. Ano XIII, n. 3.603, 2 de julho de 1968, p.1.

oficial".[98] Além dessa primeira composição, ele também destaca o trecho de outra letra musical composta por "Marcos Melo, que tinha vindo de Alagoas, com ideias avançadas próximas às do PCB, se bem que amigo de Augusto Franco [na época uma das lideranças da ARENA], mas próximo do PCB". Marcos Melo compôs "fui menino brasileiro com uma dor no coração e o meu samba tá querendo solução", composição que seguia discutindo as dificuldades dos jovens do sertão.[99]

Valendo-se dessas experiências, após uma tentativa sem sucesso em 1967, os militantes do PCB venceram a disputa pelo CASR em 1968. A chapa vencedora foi composta por Wellington Mangueira, na presidência; Jackson Barreto,[100] na vice-presidência; José Sérgio Monte Alegre, na secretaria geral; João Santana Sobrinho, na tesouraria; e Luiz Antônio Barreto,[101] na secretaria de imprensa. Segundo Ariosvaldo Figueiredo, também teriam composto essa diretoria os estudantes Otoniel Vieira Neto, Eloisa Alves de Aquino, Luiz Augusto Barreto e Fernando Lins.[102] Fortalecidos com essa vitória e exercendo uma relativa influência entre estudantes de outras faculdades, os militantes do PCB vence-

98 MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 05/11/2007 e em 03/12/2007.

99 Op. cit.

100 Jackson Barreto de Lima atuou junto ao CASR, participou das eleições para o primeiro DCE/FUFSE. Elegeu-se vereador da cidade de Aracaju pelo MDB, 1973-1974; deputado estadual pelo MDB, 1975-1978; prefeito de Aracaju pelo PMDB, 1986-1989; vereador mais votado de Aracaju pelo PSB, 1989-1993; prefeito de Aracaju pelo PDT, 1993-1994; deputado federal pelo PMDB nos mandatos de 1979-1983 e de 1983-1985; deputado federal pelo PMN, 2003-2007; deputado federal pelo PTB, 2007-2011. Atualmente no PMDB foi eleito vice-governador do estado para o mandato 2011-2014. Lima foi um dos presos políticos da ditadura civil-militar. Em agosto de 1978, foi julgado e absolvido pela Auditoria Militar da Bahia. Foi membro da Coordenação da Campanha Nacional pela Anistia; membro da Coordenação Nacional da Campanha pelas Eleições Diretas-já, em 1984; representante do PMDB na Campanha Nacional pela Eleição de Tancredo Neves; membro do PMDB na Campanha Nacional pela Constituinte. Ver mais informações dos biográficos em: SERGIPE. "Vice-governador Jackson Barreto". In: ASN – Agência de Notícias de Sergipe. Disponível em: <http://www.agencia.se.gov.br/institucional/governoleitura/materia:21992/jackson_barreto.html>. Acessado em 10/10/2011. E ainda a respeito de Jackson Barreto de Lima, ver em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.642.

101 Luiz Antônio Barreto, não obstante não ter concluído seu curso de direito, notabilizou como intelectual e espécie de mecenas da cultura. Atuou como jornalista, fundou a *Revista Perspectiva*, chegou a dirigir o jornal Gazeta de Sergipe, foi secretário da Educação na gestão do governador Albano Franco. Foi um dos fundadores do Partido Popular Socialista (PPS) em Sergipe. Dirigiu o Instituto de Pesquisa Tobias Barreto. A respeito de Luiz Antônio Barreto, ver também em: SANTOS, Osmário. *Memória de políticos de Sergipe no século XX*. Op. cit. pp. 560-568.

102 FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe*: 1962/1975. Op. cit., p. 197.

riam a disputa com a AP pela direção do primeiro DCE da recém-criada Fundação Universidade Federal de Sergipe. Essa eleição sagra João Augusto Gama da Silva como primeiro presidente daquela entidade,[103] estabelecendo, assim, um período de hegemonia dos militantes do PCB sobre o movimento estudantil universitário em Sergipe.

7. A MORTE DE EDSON LUÍS, A UFS E OS PROTESTOS DE MAIO DE 1968

A retomada das mobilizações estudantis naquele ano de 1968 também teve como elementos de catalisação a indignação e a revolta acometidas pelos estudantes e por parte da sociedade brasileira em razão do assassinato do estudante Edson Luís no restaurante Calabouço, na cidade do Rio de Janeiro.[104] Segundo Maria Ribeiro do Vale, esse fato "repercute em vários estados com passeatas e comícios em repúdio à violência policial, a maior parte deles defrontando-se novamente com a repressão da Polícia Militar".[105]

Em Aracaju, por conta da informação do assassinato do estudante Edson Luís, os estudantes universitários e os secundaristas, reunidos em assembleia geral, ocorrida na sede da Escola Superior de Serviço Social, com aproximadamente trezentos estudantes,[106] resolveram expedir um Comunicado ao Povo Sergipano, publicado no dia 31 de março de 1968 no jornal *Gazeta de Sergipe*. Esse comunicado externava a reprovação da sociedade quanto ao assassinato de Edson Luís, ao passo que convocava os estudantes para tomarem parte de uma passeata de caráter pacífico. Dentre os estudantes que assinaram esse documento estavam: Antônio Vieira da Costa, representante do DA de Ciências Econômicas; Ana Maria dos Santos, representante do DA de Serviço Social; Jefferson Fonseca Moraes, representante do DA de

103 MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 05/11/2007 e em 03/12/2007.

104 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Op. cit., p. 117.

105 VALLE, Maria Ribeiro do. *1968*: O diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora UNICAMP, 1999, p. 51.

106 BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras*: o movimento estudantil universitário sergipano em descompasso com o Regime Autoritário (1964-1968). Op. cit., pp.101-102.

Direito; Francisco Varela, representante do DA de Química; e Maria Evande Gomes, representante do DA de Filosofia.[107]

O anúncio de que essa passeata estava sendo organizada em Aracaju não foi bem recebido pelas autoridades estaduais, em particular pelo governador Lourival Batista, que poucos meses antes havia assumido o Executivo estadual por indicação do governo federal. Segundo Ibarê Dantas, os auxiliares do novo governo procuraram diversos meios para impedir a realização da passeata que estava sendo planejada pelos estudantes. Entre essas providências, ocorreu a suspensão de aulas das instituições de ensino através de portaria da Secretaria de Educação e Cultura, foram publicadas notas que aconselhavam os pais a não permitirem a participação de seus filhos na mencionada passeata, entre outras. Além disso, os auxiliares do governo divulgavam que havia registros da "presença de agitadores de outros estados insuflando a prática de ações ilegais que visavam criar a desordem" e que os quartéis da Polícia Militar e do 28º BC estariam sob prontidão caso ocorresse algum tipo de agitação.[108]

É interessante observar que a repercussão dos protestos estudantis ocorridos em várias partes do país, em virtude do episódio ocorrido no restaurante Calabouço – que resultou na morte do estudante Edson Luís –, já havia produzido reações de solidariedades, muitas das quais gerando situações de confronto diante da repressão imposta pela Polícia Militar e demais órgãos de segurança, em cidades como Belo Horizonte, Brasília e Goiânia.[109] No caso de Goiânia, em particular, a intensidade dos órgãos de repressão chega a invadir a Catedral Metropolitana e a ferir a bala dois estudantes.[110]

Frente a esse cenário de indignação estudantil e de ameaça de repressão por parte dos órgãos de segurança pública, seguiu-se uma série de reuniões entre os estudantes e as autoridades políticas e militares do Estado de Sergipe. Após esse clima de tensão e de negociação, a realização da passeata foi autorizada. Depois desse processo, em 2 de abril de

107 COMUNICADO AO POVO SERGIPANO. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, 31 de março de 1968, p.1.
108 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 79.
109 VALLE, Maria Ribeiro do. *1968*: O diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Op. cit., pp. 51-65.
110 REIS FILHO. Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro*. Op. cit., pp. 151-152.

1968, os estudantes universitários e secundaristas seguiram de braços dados usando tarjas pretas em passeata pelas principais ruas do centro de Aracaju. A passeata partiu da praça Camerino, nas proximidades da Faculdade de Ciências Econômicas e de Administração, percorreu as ruas João Pessoa e Itabaianinha, culminando no parque Teófilo Dantas, local onde foi realizada uma missa campal celebrada pelo Frei Ambrósio.[111]

A escolha do Frei Ambrósio, para realizar uma cerimônia religiosa, levou em consideração a boa relação que ele mantinha com os dissidentes da JUC que foram para a AP e pela sua proximidade com os estudantes da Faculdade de Serviço Social, espaço de atuação daqueles militantes.[112] Essa estratégia de encerrar a passeata com uma celebração religiosa terminou por evitar um possível confronto com as autoridades responsáveis pela segurança pública no estado. Ao final, como observou Ibarê Dantas, por conta dessa estratégia, não se verificou em Aracaju o registro de prisões, mortes ou feridos, ao contrário do que havia ocorrido em outros estados,[113] onde também os estudantes e a sociedade manifestaram sua indignação contra as arbitrariedades que estavam acontecendo no país. Manifestações simbolizadas naquele momento nos protestos em relação ao assassinato de Edson Luís.

Por outro lado, essa mobilização estudantil marcaria o início do conturbado ano de 1968 em Sergipe, quando os protestos estudantis contra a ditadura militar aconteceriam em concomitância com os protestos dos estudantes em relação ao tratamento a eles concedido na solenidade de criação da UFS, com a repercussão no estado da revolta estudantil ocorrida em Paris, com os protestos contra a prisão de Vladimir Palmeira, com as greves estudantis do CES e da UFS e com a luta pela primeira direção do DCE da universidade recém-fundada.

111 GAZETA DE SERGIPE. Ano XIII, 3 de março de 1968, p. 1.
112 CÔRTES, João Bosco Rolemberg. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 06/11/2007.
113 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 79.

8. A INSTALAÇÃO DA UFS E A DISPUTA PELO DCE

Como já havíamos discutido, desde a extinção da DEE de Sergipe por força do Decreto-Lei 228, promulgado em 28 de fevereiro de 1967, mesmo dia em que foi publicado o Decreto-Lei 269 que dispunha sobre a criação da fundação Universidade Federal de Sergipe (UFS), os universitários sergipanos não contavam com uma entidade que representasse os estudantes de todas as faculdades e escolas superiores então existentes no estado, ficando a representação política desses universitários limitada ao CA da Faculdade de Direito e aos DAs das demais escolas ou faculdades de ensino superior, situação que se estenderia até os idos de agosto de 1968, quando se realizaria a primeira eleição para o DCE/UFS.[114] A título de recordação, como já foi discutido, apenas o Centro Acadêmico Sílvio Romero utilizava a denominação CA. Os demais órgãos de representação estudantil utilizavam a denominação DA. Em ambas as situações, essa escolha pelas respectivas denominações já existia antes do golpe civil-militar de 1964 e antes mesmo da Lei Suplicy.

Voltando à questão da criação da fundação Universidade Federal de Sergipe, não obstante ter sido essa uma bandeira levantada em setembro de 1958, quando da realização do VIII Congresso da UEES, o percurso jurídico que resultou na sua criação tem origem com a Lei Estadual nº 1.194, de 11 de julho de 1963, que autorizou a transferência dos bens dos estabelecimentos de ensino superior existentes no estado para compor o patrimônio da nova instituição. Esta situação jurídica somente viria a ser definida em 28 de fevereiro de 1967, pelo Decreto-Lei nº 269, que estabeleceu a criação da UFS. Essa nova instituição, formada a partir da reunião de todas as escolas superiores e faculdades então existentes em Sergipe, foi instalada em solenidade oficial, realizada no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em 15 de maio de 1968.[115]

114 Para evitar dúvidas, utilizaremos a referência DCE/UFS, como ele é conhecido, em lugar de DCE/FUFSE.

115 Ver a respeito em: GAZETA DE SERGIPE. *Instalação oficial da universidade hoje*, com feriado escolar e sessão solene no IHGS. Ano XIII, n. 3567, 15 de maio de 1968, p.1; e em: A CRUZADA. *Solenidade de instalação da FUFSE*, marco cultural da vida intelectual sergipana. Ano 49, n. 1545, 18 de maio de 1968, p.1.

A partir desse acontecimento, Sergipe escrevia mais uma página do ensino superior no estado. Sob esse novo contexto institucional, os estudantes encontrariam as condições políticas para lutar pela criação do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Esse DCE viria a ocupar o espaço do órgão de representação dos universitários no estado, considerando-se aí o fato de só existir, naquele momento, uma única instituição de ensino superior no estado, no caso a UFS. Após a criação da UFS a partir da incorporação das faculdades e escolas superiores existentes, o estado somente passaria a ter outras instituições de ensino superior a partir de 11 de junho de 1972, com a criação da Faculdade Tiradentes,[116] e em 25 de fevereiro de 1976, com a criação da Faculdade Pio Décimo.[117]

No caso de Sergipe, a trajetória percorrida entre a criação das primeiras instituições de ensino superior – efetivadas entre o final da década de 1940 e meados da década de 1960[118] – e a criação da Universidade Federal de Sergipe, em 1968 – sob a forma de uma fundação federal –, é uma evidência de que o processo de federalização do ensino superior no país teve desdobramentos tardios. Neste sentido, a avaliação do processo de expansão do ensino superior e de sua federalização no Brasil revela indícios tanto de natureza externa quanto de natureza interna acerca das dificuldades enfrentadas para efetivação da UFS.

A historiadora Maria Thétis Nunes, em pelo menos três momentos distintos, comenta alguns dos meandros dessas dificuldades. No primeiro momento, logo nos dias que se seguiram à inauguração da universidade, ela alertava para que não se esperasse da universidade a solução para todos os problemas de Sergipe, pois estas dificuldades estavam ancoradas na estrutura socioeconômica dominante no estado e ainda que a universidade nascia em meio a problemas de ordens nacional e local.[119]

116 Ver a respeito a história da Universidade Tiradentes. In: UNIT. *Histórico institucional*. Disponível em: < http://ead.unit.br/unit/historico.php > acessado em 10/10/2010.

117 Ver a respeito histórico da Faculdade Pio Décimo. In: PIO DÉCIMO. *Histórico institucional*. Disponível em: <http://linux.alfamaweb.com.br/sgw/downloads/131_091706_historico.pdf > acessado em 10/10/2010.

118 ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares; SANTOS, Lenalda Andrade (Org.). *UFS:* História dos Cursos de Graduação. São Cristóvão: UFS, 1999.

119 NUNES, Maria Thétis. "A missão da Universidade de Sergipe". In: *A Cruzada*. Ano 49, n. 1563, 18 de maio de 1968, p. 2.

No segundo momento, ocorrido nos primeiros meses após a solenidade de fundação da instituição, ela não se mostra contagiada pelo "entusiasmo que a criação e a instalação da Universidade Federal de Sergipe despertaram e vêm despertando entre nós [sergipanos]", pois não obstante os propósitos que moveram a sua criação, ela observou os impactos e as influências "das estruturas arcaicas que teimam em permanecer em nosso Estado, freando qualquer tentativa de mudança que vá de encontro aos seus privilégios e interesses".[120]

Para Nunes, esse impacto e influências estavam relacionados às consequências do peso e da presença de um passado colonial que permanece dissociado "da realidade do Brasil e do mundo, dificultando a formação de uma consciência universitária"; uma consciência que deveria estar voltada para a construção de uma universidade aberta, democrática e pautada na seleção de seus membros através de concursos públicos de provas e títulos, como forma de se evitar o que ela denomina de "privilégios enfeudados e hereditários, os apadrinhados, a improvisação provinciana".[121]

O terceiro momento, em que a historiadora Maria Thétis Nunes comenta as dificuldades enfrentadas na criação e na instalação da UFS, ocorreu em 2008 por ocasião das comemorações dos 40 anos de fundação dessa instituição. Nessa oportunidade, ela retoma a crítica quanto aos vícios de uma arcaica estrutura socioeconômica que procurava manter "o coronelismo cultural, a política de clientela que marcara nosso passado histórico, responsabilidade ante a coisa pública e tendência de confundir pessoas e instituições".[122] Por ocasião dessa recordação, ela lança dois outros elementos em sua análise: o momento político da ditadura civil-militar e a avaliação dos limites do que se podia fazer para a concretização daquele projeto. Neste sentido, ela lembra a "batalha [que] ocorrera para que vivêssemos aquele belo momento. (...) Fomos testemunhas dos debates apaixonados vividos nas reuniões que antecederam sua criação". E acrescentou ainda que mesmo vivendo os

120 NUNES, Maria Thétis. "Lutemos por uma consciência universitária". In: *A Cruzada*. Ano 50, n. 1563, 12 de novembro de 1968, p. 2.

121 Op. cit.

122 NUNES, Maria Thétis. "A UFS completa 40 anos". In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. 4 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.ufs.br/ufs40anos/index_artigos.php?id=22>. Acessado em 10/02/2009.

primeiros anos da ditadura civil-militar o "importante para Sergipe era ter sua Universidade. Podemos afirmar que a UFS não foi uma dádiva, mas uma conquista dos que lutaram para sua instalação".[123]

Essa batalha foi travada na esteira de um momento político que tenderia a se tornar pouco propício à realização de avanços no campo da participação democrática, sobretudo a partir da decretação do Ato Institucional nº 5. Diante desse contexto, foi reservado à sociedade brasileira e, em particular ao ensino superior, trilhar os caminhos de um processo de modernização autoritária e conservadora.[124]

Para Manoel Cabral Machado, o Estado e a Igreja Católica, teriam tido um papel fundamental nesse processo de mobilização para a criação e instalação da UFS.[125] Esta relação, entretanto, foi avaliada com reservas pelo pesquisador Afonso Nascimento. Para ele, essa aparente interdependência entre o Estado e a Igreja Católica indicava a fragilidade de uma sociedade civil que não havia conseguido diversificar suas atividades econômicas nem diferenciado suficientemente seus grupos de interesse.[126] Por outro lado, a crítica tecida por Nascimento quanto à fragilidade da sociedade civil em Sergipe e do enlaçamento desta à influência exercida pela Igreja Católica aponta a importância que a universidade, no caso a UFS, teve para o que ele chama de um processo de ruptura com a hegemonia intelectual exercida pela Igreja Católica. Dessa forma, para Nascimento, a UFS "trouxe para Sergipe a autoridade intelectual da razão, da ciência, do progresso, da competência e da meritocracia." Para o referido jurista, conhecido polemista junto à imprensa estadual, na nova instituição "aportou o iluminismo, tardio, é verdade,

123 NUNES, Maria Thétis. "A UFS completa 40 anos". In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. Op. cit.

124 A respeito desse processo de modernização autoritária, ver: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984". Op. cit., pp.351-384. E sobre os efeitos do processo no ensino superior brasileiro ver: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. "A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968". Op. cit., pp. 17-36; e ainda: MARTINS, Carlos Benedito Martins. "A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado". In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 30, n. 106, jan./abr. 2009, pp. 15-35.

125 MACHADO, Manoel Cabral. "Nossa Universidade Federal e o Ensino Superior em Sergipe (I) ". In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. 25 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.ufs.br/ufs40anos/index_artigos.php?id:19>. Acessado em 10/02/2009.

126 NASCIMENTO, Afonso. "UFS, uma instituição iluminista". In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. 4 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.ufs.br/ufs40anos/index_artigos.php?id=3>. Acessado em 10/02/2009.

mas necessário – posto que as ideias iluministas passaram longe desta terra".[127]

Afora o tom iluminista e anticlerical da crítica apresentada por Nascimento, para o *corpus* deste livro essa discussão indica a importância social do estabelecimento de instituições de ensino superior para o desenvolvimento de uma sociedade civil leiga e esclarecida. Colocando em outros termos, a efetivação de instituições de ensino superior colabora para a formação de quadros profissionais, intelectuais e políticos à disposição da sociedade, uma das condições necessárias para a modernização do Estado, como observou Roger Chartier, ao estudar a importância das práticas culturais a partir da expansão das universidades e de seus efetivos estudantis, entre os séculos XIII e XVII, para "os avanços do Estado Moderno".[128]

Por um lado, esse papel social de formação cultural, iniciado com as primeiras faculdades isoladas fundadas a partir do final da década de 1940, passa então a ser reestruturado com o advento da UFS em 1968. Por outro lado, esse processo social não teria ocorrido a partir de um efetivo divórcio entre os intelectuais ligados à Igreja Católica e os intelectuais vinculados a uma matriz laica do pensamento, mas sim a partir de negociações e das disputas gestadas a partir do fazer-se cotidiano desse mencionado processo de configuração do ensino superior no estado, assim como a partir das mediações realizadas por esses intelectuais e as demais instituições que compunham o campo social e cultural no estado, como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,[129] a Sociedade de Cultura Artística de Sergipe,[130] a Acadêmica Sergipana de Letras,[131] entre outras, que constituíam a teia de relações sociais, políticas e culturais do estado.[132]

---

127 Op. cit.

128 CHARTIER, Roger. *A História cultural*: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990, p. 225.

129 FREITAS, Itamar. *A escrita da história na "Casa de Sergipe"*: 1913-1999. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira; Aracaju: Editora da UFS, 2002.

130 SANTOS, Miriam Vieira dos. *Um Marco Cultural*: Documentos Catalogados da Sociedade de Cultura Artística de Sergipe (1951 a 1989). 2002. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2002.

131 NASCIMENTO, Afonso. "Academia Sergipana de Letras e a Escola de Direito de Sergipe". In: *Jornal da Cidade*, 26 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www2.jornaldacidade.net/artigos_ver.php?id=15057 >. Acessado em 30/10/2011.

132 Uma leitura acerca desse conjunto de relações pode ser apreciada em DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe República* (1889-2000). Op. cit., pp. 173-296.

A efetivação das instituições de ensino superior em Sergipe também ajudou a desenvolver as relações da sociedade civil, seja renovando ou reproduzindo os valores de parte dos quadros de sua elite intelectual e política, seja fomentando discussões, mobilizações em torno da modernização e da democratização do ensino superior no país e no estado, seja formando lideranças que passariam a atuar no campo das lutas sindicais, feministas, do movimento negro, do movimento pelo meio ambiente e/ou nas vanguardas políticas e culturais. Neste sentido, a discussão acerca da trajetória dos estudantes universitários revela-se fundamental para uma melhor compreensão acerca do fazer-se histórico em Sergipe na segunda metade do século XX. Em particular, para compreender por que essa trajetória ganha, com o advento do AI-5 e do endurecimento da repressão, vigilância e controle sobre esses atores sociais, uma dimensão à parte acerca da resistência de parte da sociedade contra a ditadura civil-militar e em favor da redemocratização do país.

9. AS CRÍTICAS E PROTESTOS ESTUDANTIS QUANTO À FORMA DE INSTALAÇÃO DA UFS

Na solenidade de instalação da UFS, embora fosse um momento de comemoração pela realização de mais um passo no sentido de consolidar o ensino superior no estado, incorporando-o à rede de universidades federais, os estudantes não se eximiram de tecer suas críticas e protestos quanto à forma como o processo foi conduzido e quanto a não concessão da palavra aos representantes dos estudantes presentes ao mencionado acontecimento, ocorrido em 15 de maio de 1968, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Nessa solenidade, fez uso da palavra, como previsto pelo cerimonial, D. Luciano José Cabral Duarte, presidente do Conselho Diretor da UFS, o qual, após empossar o Dr. João Cardoso Nascimento Júnior na condição de primeiro reitor da instituição, mencionou os nomes das autoridades políticas e intelectuais que haviam se somado para concretização da criação de uma universidade federal no estado e relembrou a luta deferida em torno desse objetivo. Em seguida, a palavra foi concedida ao Dr. Newton Sucupira, membro do Conselho Federal de Educação, um dos responsáveis pelo citado processo de

criação da UFS junto àquele conselho, que destacou não ser possível "'pensar a Universidade divorciada do povo' e que a Universidade é feita para o estudante".[133]

O terceiro orador foi o Dr. João Cardoso Nascimento Júnior, reitor empossado, que declarou ser sabedor das dificuldades existentes na instituição então fundada quanto à estrutura física de seus prédios, a necessidade de novos equipamentos, atualização do acervo bibliográfico, problemas relacionados aos alunos excedentes no vestibular, necessidade de ampliação e de qualificação do corpo docente, entre outros problemas, e que "iria enfrentá-los com realismo".[134] Na sequência, Lourival Batista, governador do estado, encerrou os discursos, destacando, a exemplo de D. Luciano Duarte, as pessoas que haviam contribuído para que o estado viesse a ter "a nossa universidade".[135]

Presentes à solenidade, mas não contemplados com o uso da palavra, estavam os representantes dos estudantes, João Bosco Rolemberg Côrtes, estudante do curso de serviço social, e Francisco Carlos Varela, estudante do curso de química. Estes procuraram a redação do jornal *Gazeta de Sergipe*, cujo chefe de redação era o jornalista Ivan Valença, ex-membro da direção do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo e envolvido com a "revolta dos estudantes da FAFI", para protestarem contra aquilo que eles classificaram como mais um ato que aviltava os direitos de representação estudantil. E ainda que relegava ao esquecimento a história da participação do movimento estudantil universitário de Sergipe em torno da luta pela criação de uma universidade no estado.[136]

Nesse sentido, segundo os representantes dos estudantes, a "classe universitária sergipana também lutou e contribuiu no processo de criação da Universidade em Sergipe", um processo que teve início com a Carta de Santo Amaro – publicada antes de abril de 1963, portanto, antes das iniciativas estaduais que resultaram na comissão responsável pelo processo de criação dessa universidade –, resultado dos debates

133 GAZETA DE SERGIPE. *Só estudante não falou na instalação da UFS*. Ano XII, n. 3568, 16 de maio de 1968, p.1.
134 GAZETA DE SERGIPE. *Só estudante não falou na instalação da UFS*. Op. cit.
135 Op. cit.
136 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes protestam*. Ano XII, n. 3568, 16 de maio de 1968, p.1.

produzidos pelo II Seminário Estadual para Reforma Universitária, no qual os universitários "já lutavam por sua Universidade, Federal, **autárquica**, popular e gratuita".[137]

Além disso, os estudantes não trabalharam na comissão responsável pelo anteprojeto da universidade em razão de este já ter sido a eles apresentado em fase de redação final e que eles não tiveram direito de indicar nenhum dos nomes da lista tríplice para o cargo de reitor.[138] A postura política por parte das autoridades responsáveis pela comissão de criação da UFS, segundo os estudantes, só considerava "a representação discente como figura decorativa nas grandes decisões da Universidade", postura do passado que eles esperavam não ser reproduzida pela nova instituição.[139]

Na mesma edição do jornal *Gazeta de Sergipe*, o editorial intitulado "A Universidade", ao tempo em que discorria sobre a importância da instalação da UFS também tecia uma crítica no sentido de que a nova instituição deveria alimentar o "diálogo entre os corpos docentes e discentes" como uma exigência necessária "para a boa marcha" da universidade. Na visão dos responsáveis pelo editorial, os jornalistas Orlando Dantas e Ivan Valença, deveria-se evitar a marginalização dos estudantes, incluindo-os no processo de construção da universidade.[140]

O tom dessas críticas, proferidas pelos representantes dos estudantes e pelo editorial do *Gazeta de Sergipe*, dirigiam-se sobretudo à forma como D. Luciano Duarte havia dirigido a comissão responsável pela criação da UFS, abrindo poucos espaços para a participação dos estudantes nesse processo, procurando alinhar o anteprojeto do estatuto da universidade ao processo de reforma universitária em curso no período entre 1964 e 1968.[141] Além disso, ele enfrentava, em razão de sua relação com os estudantes e com diretores de algumas faculdades, críticas e resistências às suas propostas em prol de uma universidade sob a forma de uma fundação federal.

137 Op. cit. (negrito nosso).
138 Op. cit.
139 Op. cit.
140 GAZETA DE SERGIPE. A Universidade [editorial]. Ano XII, n. 3568, 16 de maio de 1968, p.3.
141 FÁVERO, Maria de Lourdes de A. "A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968". Op. cit., pp. 17-36, 2006.

Essas críticas eram dirigidas à atuação de D. Luciano Duarte que estava à frente da comissão de criação da UFS e depois no Conselho Diretor desta, por um lado, e ao não reconhecimento da contribuição dos estudantes na luta pela criação da universidade recém-fundada, por outro. Além disso, as críticas também indicavam a existência de tensões quanto à forma como esse processo foi conduzido, os pontos esquecidos, às definições não discutidas e, sobretudo, às discordâncias quanto aos encaminhamentos seguidos.

Um dos pontos de esquecimento relaciona-se à não evocação, por parte dos estudantes que protestavam, das deliberações do VIII Congresso da UEES, ocorrido em 1958, como o momento em que os universitários, juntamente com a Igreja Católica – no início do bispado de D. José Vicente Távora –, levantaram a bandeira por uma universidade em Sergipe e começaram a buscar o apoio das autoridades políticas do estado em torno desse propósito.[142] Em lugar de tomar o mencionado congresso como marco inicial da luta dos estudantes em prol de uma universidade em Sergipe, as declarações das lideranças estudantis de 1968 evocaram a Declaração de Santo Amaro das Brotas, publicada em face das deliberações ocorridas no II Seminário Estadual de Reforma Universitária, em agosto de 1962, como ponto de definição dessa luta.[143]

Essa declaração, como já discutida, teve de fato uma dimensão política importante para o movimento estudantil, uma vez que, além da greve que reivindicava "um terço" de representação estudantil nos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior, ela significou um dos pontos de culminância dos debates em torno da reforma universitária no estado em curso naquele momento. Entretanto, pelos menos em termos históricos, ela não pode ser considerada o marco inicial das mobilizações estudantis em favor de uma universidade no estado. Por outro lado, os significados da Declaração de Santo Amaro das Brotas, enquanto acontecimento histórico e político, resgatam a definição do movimento estudantil universitário

142 Ver a esse respeito em CRUZ, José Vieira da. "Em tempos de reforma universitária: a contribuição da União Estadual dos Estudantes Sergipanos (1961-1964)". Op. cit., p. 88; RAMOS, Antônio da Conceição. *Movimento estudantil*: a JUC em Sergipe (1954-1964). Op. cit., p. 118; e ainda em: A CRUZADA. *Governador eleito Luiz Garcia*, recebe universitários de Sergipe. Ano XXIV, n. 1073, 03 de janeiro de 1959, p.1 e p.6.

143 GAZETA DE SERGIPE. *Universitários*: "Declaração de Santo Amaro das Brotas". Ano VII, n. 2225, 11 de agosto de 1962, p. 6.

de Sergipe em favor da criação da "Universidade de Sergipe, sob a forma de **Fundação Federal**", gratuita e voltada para o povo e não como uma autarquia.[144]

Nesse sentido, a remissão à história da participação dos estudantes na luta por uma universidade no estado revela um ponto de discordância entre aqueles que lideravam o movimento estudantil do início dos anos 1960, sob influência dos estudantes católicos, sobretudo os da JUC – propensos à defesa de que a criação de uma universidade no estado deveria ocorrer sob a forma de fundação federal –, e as lideranças estudantis no período de 1966 a 1968, sob influência da AP, da POLOP e do PCB, favoráveis à defesa da criação da universidade a partir do modelo de autarquia. Os primeiros compreendiam que as instituições de ensino superior existentes deveriam ser reunidas sob a forma de fundação em uma nova instituição. Já os segundos, sob argumento de preservar a autonomia das faculdades e escolas superiores que constituíam ensino superior em Sergipe, defendiam que a universidade fosse organizada em torno de uma autarquia.

Esse ponto de discordância também pode ser compreendido pela proximidade do então padre Luciano Duarte junto aos estudantes no contexto da elaboração da Declaração de Santo Amaro das Brotas, pois tal fato deve ter influenciado no apoio estudantil em favor do modelo de fundação federal, defendido pela Igreja católica através das instituições de ensino superior que estavam sob sua administração.[145]

Esse cenário contrastava com o período de 1966 a 1968, quando o jogo de interesses das demais faculdades e escolas superiores tendia à defesa do modelo de autárquico. Nesse outro contexto, as discordâncias entre as lideranças estudantis e o mencionado religioso levaram parte dos estudantes a se colocarem contra o modelo de fundação, enquanto o já bispo auxiliar Luciano Duarte mantinha-se firme na proposta do modelo de fundação.

144 GAZETA DE SERGIPE. *Universitários*: "Declaração de Santo Amaro das Brotas". Ano VII, n. 2225, 11 de agosto de 1962, p. 6 (negrito nosso).

145 Ver: ESTUDANTES DE DIREITO. *Carta dos estudantes da Faculdade Federal de Direito de Sergipe ao Dr. Newton Sucupira*: manifestando seu repúdio ao anteprojeto de criação da UFS e criticando a atuação de Dom Luciano Duarte. 19 de setembro de 1966. In: IDLD, caixa 01, pacotilha 06.

O modelo fundacional, defendido pela Igreja Católica e pelas lideranças estudantis que subscreveram a Declaração de Santo Amaro das Brotas, também era o recomendado pelo MEC e pelos membros do Conselho Federal de Educação antes mesmo da eclosão do golpe civil-militar de 1964.[146] Esse modelo, após a referida inflexão política, mais do que uma possibilidade administrativa, tornou-se a alternativa aceita pela nova ordem institucional estabelecida no país para federalizar o ensino superior em Sergipe sob a forma de uma fundação federal, a Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE), mas que ficou conhecida pela sigla UFS.

Os protestos dos estudantes de Sergipe, em relação ao tratamento a eles concedido pela comissão responsável pela criação da UFS e pelo cerimonial responsável pela inauguração dessa instituição, repercutiram nos jornais locais. Essa repercussão figurou juntamente com as notícias: do IPM instalado contra estudantes mineiros que protestavam contra a ditadura militar,[147] da greve dos estudantes de Recife,[148] do anúncio do relatório Meira Matos sobre as reformas que deveriam ser aplicadas ao ensino superior,[149] e, de modo particular, dos protestos estudantis que estavam ocorrendo pelo mundo naquele maio de 1968.[150] Esses foram alguns dos ecos dos protestos estudantis no mundo, no Brasil e em Sergipe naquele contexto recente da história contemporânea.

É nesse clima de efervescência política que chegam aos jornais de Sergipe as notícias de que as revoltas estudantis em Paris estavam colocando aquela cidade em chamas e rediscutiam uma nova proposta de cultura.[151] Ao procurar discutir, no plano acadêmico, os rumos desses acontecimen-

146 Ver sobre o processo de reforma universitária em curso nesse período em CUNHA, Luiz Antônio. "Ensino superior e universidade no Brasil". Op. cit., pp. 178-183. E sobre a posição do relator do CFE sobre o projeto de criação da FUFSE, ver: A CRUZADA. *Relator do processo da universidade em Sergipe*. Ano 84, n. 1468, 24 de setembro de 1966, p. 1 e pp. 11-12.

147 GAZETA DE SERGIPE. *IPM mineiro pede prisão de líderes estudantis; Recife anuncia greve*. Ano XIII, n. 3566, 12 e 13 de maio de 1968, p.1.

148 Op. cit.

149 GAZETA DE SERGIPE. Comissão Meira Matos entrega relatório. Ano XIII, n. 3566, 12 e 13 de maio de 1968, p.1.

150 ALVES, Stefânio Faria. "Estudantes em toda parte" [Coluna Através do mundo]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, n. 3573, 22 de maio de 1968, p. 2.

151 GAZETA DE SERGIPE. *Cine Palace – hoje*: Paris está em chamas? [anúncio]. Ano XIII, n. 3574, 24/05/1968, p.2. e ainda: FIGUEIREDO, Ariosvaldo. "Estudantes" [Coluna Carta do Rio]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, n. 3574, 24 de maio de 1968, p.2.

tos, em particular, as ideias que circundavam esses acontecimentos na Europa, a professora Maria Thétis Nunes proferiu palestra no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFS, a qual, segundo o então estudante Ibarê Dantas, causou certa repercussão entre os estudantes.[152]

Além disso, ela publicou no jornal *Gazeta de Sergipe* um artigo sobre o pensamento político de Marcuse,[153] intelectual que passaria a ser lido com mais frequência no Brasil a partir da década de 1970. Nesse artigo, Nunes apresenta uma visão geral das ideias do mencionado pensador, discute algumas de suas obras e analisa temas como a rebelião da juventude, liberdade política, indústria cultural, entre outros assuntos. Ao fim desse artigo, ela conclui dizendo que "são esses alguns dos conceitos mais interessantes e que fizeram de Marcuse o filósofo do 'Poder Jovem', e que projetaram seu nome dando margem aos prós e contra apaixonados".[154]

No rumo desses acontecimentos, a repercussão dos protestos estudantis que estavam ocorrendo no país, a instalação da UFS e a reabertura do Grêmio Estudantil Clodomir Silva, vinculado ao Colégio Estadual de Sergipe (CES), constituiriam o cenário em que seriam organizadas duas importantes greves estudantis: a dos estudantes do CES e a dos estudantes da UFS. Essas duas manifestações grevistas tinham, sobretudo, como pautas de reivindicações a melhoria das condições de ensino.

10. A PRISÃO DE VLADIMIR E AS GREVES ESTUDANTIS DO CES E DA UFS

Além da instalação da UFS, fato que proporcionava as condições jurídicas para que os universitários criassem um DCE vinculado à universidade recém-fundada, como prescreviam os artigos 2º e 3º do Decreto-Lei 228/1967, alguns acontecimentos ocorridos no ano de 1968 tornariam ainda mais politizado o desejo desses estudantes em torno da luta pela criação desse novo órgão de representação. Um desses acontecimentos, como já foi discutido, foram os protestos contra o assassinato do estudante Edson Luís, ocorrido no restaurante Calabouço, na cidade

152 DANTAS, José Ibarê Costa. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, em 10/10/2010.
153 NUNES, Maria Thétis. "O pensamento político de Marcuse". In: *A Cruzada.* Ano 50, n. 1557, 31 de agosto de 1968, p. 2.
154 Op. cit.

do Rio de Janeiro, em 29 de março daquele ano, o que resultou em uma profusão de protestos em várias cidades do país, inclusive em Aracaju.

Outro acontecimento que alcançaria grande repercussão entre a sociedade brasileira e, em particular, entre os estudantes foi a prisão do estudante alagoano Vladimir Palmeira, na época presidente da União Metropolitana do Estado da Guanabara, em 2 de agosto de 1968, fato responsável por uma série de protestos estudantis que transcorreram por todo o país, inclusive em Sergipe. Segundo Ibarê Dantas, em torno desse acontecimento, a "palavra de ordem [entre os militantes] era dar repercussão ao caso, estimulando a agitação como manifestação de solidariedade ao colega detido".[155]

Nesse sentido, em meio à veiculação de notícias de que os protestos estudantis contrários à prisão de Vladimir Palmeira haviam provocado incidentes entre estudantes dos estados do Rio de Janeiro[156], Minas Gerais[157] e Bahia[158], os universitários em Sergipe também aderiram à onda de protestos. Esta coincide com o momento de mobilização dos estudantes das diferentes escolas e faculdades que passaram a constituir a UFS e estavam começando a mobilizar-se para discutir como seria criado o DCE na nova instituição. Desta forma, durante a realização de uma assembleia geral, organizada inicialmente para tratar da criação do DCE, os estudantes da UFS resolveram lançar um manifesto de protesto não apenas contra a prisão de Vladimir Palmeira bem como em relação às recentes prisões de operários, intelectuais, estudantes e de outros militantes.[159]

Na esteira desses protestos, os estudantes secundaristas e universitários de Sergipe realizariam uma greve geral que perpassaria as primeiras semanas do mês de agosto de 1968. E mesmo depois de encerrada essa greve, os protestos contra a prisão do estudante Vladimir Palmeira tiveram ainda lugar com a realização de um julgamento simulado rea-

155 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 82.
156 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes vão às ruas em novas manifestações*. Ano XIII, n. 3623, 6 de agosto de 1968, p. 1.
157 GAZETA DE SERGIPE. *Wladimir Palmeira preso na Guanabara*. Ano XIII, n. 3622, 5 de agosto de 1968, p. 1.
158 GAZETA DE SERGIPE. *Polícia baiana dispersa estudantes*. Ano XIII, n. 3624, 07 de agosto de 1968, p. 1.
159 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes sergipanos entraram em greve*. Ano XIII, n. 3624, 7 de agosto de 1968, p. 1.

lizado pelos estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe. Nesse julgamento, realizado apenas com o objetivo de prática forense, conforme declarações dos estudantes aos órgãos de imprensa do estado, o réu foi representado pelo recém-eleito presidente do DCE, o universitário João Augusto Gama da Silva; o juiz foi representado pelo estudante do 3º ano Wellington Paixão; os advogados de defesa foram interpretados pelos universitários Fernando Lins e Messias Góis, enquanto que a acusação ficou a cargo dos estudantes José Aragão e Benedito Figueiredo, tendo sido arroladas ainda pela defesa e pela acusação oito testemunhas, também representadas pelos estudantes do curso de direito.[160]

A denominada atividade acadêmica realizada a partir da parceria entre o Centro Acadêmico Sílvio Romero (CASR) e a recém-eleita diretoria do DCE foi estendida também aos estudantes de outras faculdades, às donas de casa e aos trabalhadores em geral.[161] No convite postado pelo CASR, através do então secretário-geral daquele centro acadêmico, o estudante José Sérgio Monte Alegre, o anúncio do citado júri simulado estava associado também à chamada de uma assembleia geral agendada para as 14 horas do dia 28 de setembro de 1968, coincidindo, portanto, com aquele júri.[162]

Ainda a respeito desse convite, a exemplo das demais correspondências postadas pelo CASR no ano de 1968, chama atenção, no rodapé desses documentos, a citação: "O momento é muito sério, no céu despontam outros astros, nas consciências outras aspirações, no peito outros ímpios, nas frontes outras lutas", cuja autoria é atribuída a Sílvio Romero. Esta referência evidencia mais do que uma homenagem ou forma de prestigiar o patrono do Centro Acadêmico; ela traduz, pelo menos em parte, alguns dos significados das mobilizações estudantis dos universitários retomadas naquele momento sob a influência dos militantes do PCB, sobretudo após as eleições do CASR e do DCE ocorridas em 1968.

160 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes fazem julgamento de Vladimir Palmeira*. Ano XIII, n. 3670, 28 de setembro de 1968, p. 6.

161 Op. cit.

162 CASR. *Convocação para realização de assembleia geral e para a realização do júri simulado do colega Vladimir Palmeira*, datado de 27 de setembro de 1968. In: BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras*: o movimento estudantil universitário sergipano em descompasso com o Regime Autoritário (1964-1968). Op. cit.

Quanto à avaliação do júri simulado, a despeito das acusações que pesavam sobre o líder estudantil da União Metropolitana dos Estudantes no estado da Guanabara, o jornal *Gazeta de Sergipe* comenta o tom de gozação que permeava os que participavam do julgamento e especulavam a respeito de que a tendência dos jurados era pela absolvição do réu, "não pela compra dos jurados que está na moda em nosso Estado, mas porque sendo os estudantes 'caídos' pelo jovem líder universitário, deixarão que a defesa marque um verdadeiro tento". E que isto ocorrendo, a posição da promotoria seria apelar para que o meritíssimo juiz transferisse o julgamento do réu para "outra instância ou haja desaforamento do processo, com o objetivo de afastar o réu de um ambiente amistoso ao criminoso". [163]

Já a reação dos estudantes secundaristas, em particular dos estudantes do CES, aos protestos contra a prisão de Vladimir Palmeira resultou na realização de uma ocupação de oito dias no auditório do Teatro Atheneu, um dos principais espaços culturais da cidade. Essa ocupação desencadeou a primeira greve estudantil secundarista, ou ao menos a que teve a maior repercussão após a implantação do golpe civil-militar de 1964. Segundo Rosalvo Alexandre, uma das lideranças desse movimento, entre os estudantes que tomaram parte desse movimento estavam: "Clodoaldo [de Oliveira Lima],[164] que era a principal liderança do movimento secundarista; Anselmo Góis,[165] posteriormente notabilizado como jornalista associado a jornais e revista de âmbito nacional, e o estudante Paulo Afonso.[166]

A respeito dessa greve, Milton Alves, então estudante do CES, recorda o sentimento de efervescência que havia tomado os seus participantes. Esse movimento grevista, como ele descreveu, chegava embalado por uma rebeldia que vinha no bojo da grande manifestação dos estudantes de Paris e sacudido pelos efeitos da chamada Passeata dos Cem

163 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes fazem julgamento de Vladimir Palmeira*. Ano XIII, n. 3670, 28 de setembro de 1968, p. 6.

164 A respeito de Clodoaldo de Oliveira Lima, ver em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.82.

165 A respeito de Anselmo Resende Góis, ver em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.20.

166 LIMA FILHO, Rosalvo Alexandre de. Entrevista concedida ao jornalista Osmário Santos em 05/07/1999. In: SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2002, p. 713.

Mil, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1968. Essas experiências, segundo Alves, ganharam também. Foram oito dias em greve, nesse período, os estudantes dormiram "no teto do Teatro Atheneu Sergipense, porque eram como se fosse[m] nossos vigias para ver se iam passar: o[s] carros do Exército, da Polícia Militar".[167]

11. A PRIMEIRA GREVE ESTUDANTIL DA UFS

Voltemos agora aos primeiros protestos ocorridos em Sergipe contra a prisão de Vladimir Palmeira, em particular aos desdobramentos das greves gerais deflagradas pelos secundaristas e pelos universitários que, como já dito, foram as primeiras greves estudantis de maior repercussão após a deflagração do golpe civil-militar de 1964.

No caso dos estudantes universitários, essa decisão por deflagrar uma greve geral ganha corpo no curso da realização da assembleia geral ocorrida em 6 de agosto de 1968, que culminou com a ratificação do posicionamento tomado pelos estudantes de cada uma das faculdades a respeito dos acontecimentos que estavam em curso. Dentro desta perspectiva, as primeiras plenárias estudantis ocorreram pela manhã na Faculdade de Direito, na qual os estudantes deliberaram, por um placar de um voto contra, entrar em greve por 24 horas em solidariedade à prisão de Vladimir Palmeira. Na Escola Superior de Química, a unanimidade dos estudantes decidiu entrar em greve e na Faculdade de Filosofia, por um placar de 70 votos contra dez, os universitários daquela instituição aprovaram uma greve de 48 horas.[168]

As reuniões estudantis das demais faculdades seguiram-se no período da tarde. Entre elas, a Faculdade de Medicina de Sergipe, que, com cinco votos contrários, aprovou a adesão ao movimento grevista. Já os estudantes da Escola Superior de Serviço Social não se pronunciaram sobre o assunto, mas declararam que seguiriam a decisão da assembleia geral dos estudantes da UFS, convocada para tratar do assunto. Os estudantes da Faculdade de Economia, por sua vez, foram dos últimos a

167 ALVES, Milton. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 11/08/2010.
168 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes sergipanos entraram em greve*. Ano XIII, n. 3624, 7 de agosto de 1968, p. 1.

se pronunciarem, mas no período da noite, deliberaram por unanimidade favorável à greve.[169]

Por fim, durante a noite de 06 de agosto de 1968, foi realizada uma assembleia geral com a presença de pelo menos trezentos universitários de todas as faculdades e escolas, a qual deliberou por unanimidade que a greve duraria até que o estudante Vladimir Palmeira fosse solto. Os estudantes ainda solicitaram aos fotógrafos e jornalistas presentes que evitassem tirar fotografias identificando os rostos dos estudantes que participavam daquela plenária, já se temendo que essas fotografias fossem utilizadas pelos órgãos de segurança e informação.[170]

Conforme o relato de Milton Alves – secundarista que participou da greve do CES em 1968, presidente do DCE/UFS na gestão 1976-1977, militante do PCB e jornalista –, no período em discussão os militantes do movimento estudantil e de outros movimentos sociais eram orientados "a não tirar fotografias, nem se deixar ser fotografado, principalmente quando estávamos com os companheiros". Neste sentido, a orientação repassada pelas lideranças mais experientes era de que "na hora que se aproximava dos companheiros a recomendação que nós tínhamos [era] a mais dura possível: 'Evitar a fotografia'".[171]

A orientação mencionada traduzia a preocupação dos partidos de esquerda e de suas lideranças no sentido de em eventual prisão ou processo de busca e apreensão na residência de alguém, não fosse localizada alguma foto que pudesse identificar e comprometer algum(a) companheiro(a). Essas fotos, segundo Alves, poderiam ser utilizadas em interrogatórios nos quais os militantes teriam inquéritos a responder sobre suas relações com quem aparecia na foto juntamente com eles, e, portanto, "nós tínhamos esse cuidado", o cuidado de não fotografar e não se deixar fotografar com companheiros de militância.[172] Feita essa ponderação, a lembrança descrita por Alves dimensiona que o fato de os estudantes só se deixarem fotografar de costas, no caso da assembleia ocorrida na noite de 6 de agosto de 1968, sintetiza o clima de apreensão e o cuidado quanto a represálias que eles pode-

169 Op. cit.
170 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes sergipanos entraram em greve.* Op. cit.
171 ALVES, Milton. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 11/08/2010.
172 Op. cit.

riam sofrer em razão de estarem protestando com a ditadura civil-militar imposta ao país.[173]

As greves dos estudantes secundaristas e a dos estudantes universitários mencionadas nessa discussão foram acompanhadas de perto pela imprensa local, em particular pelo jornal *Gazeta de Sergipe*. A partir das notícias veiculadas por esse periódico, observa-se que além da luta geral contra a prisão de Vladimir Palmeira, em favor do estado de direito e contra a ditadura militar, os estudantes, após duas semanas em greve, utilizaram essa mobilização de protesto para reivindicar melhorias nas condições de ensino.[174]

12. AS REIVINDICAÇÕES DOS SECUNDARISTAS

No caso das reivindicações dos estudantes secundaristas, a imprensa anunciou que elas haviam sido atendidas pelas autoridades estaduais, sobretudo pelo Poder Executivo. Dentre as solicitações atendidas, destaca-se a abertura de grêmios estudantis nos ginásios e nos colégios, que esses órgãos de representação estudantil secundaristas tivessem uma sala destinada ao seu funcionamento e ainda que esses órgãos fossem autônomos e independentes[175]. Este último ponto, em particular, parece ter sido uma questão constante nas lutas estudantis, quer secundarista quer universitária, no curso da ditadura civil-militar.

Os secundaristas solicitaram também a criação da Casa do Estudante para atender àqueles que, residindo em outras cidades, precisassem de alojamento; melhor remuneração para os professores; modernização dos equipamentos pedagógicos através da compra de projetores, slides, toca-discos e mapas; reestruturação das bibliotecas e colocação de seus acervos à disposição dos estudantes; desconto de 50% nas tarifas dos coletivos; criação de um auditório na Escola Normal; e a proibição de que o Colégio Tiradentes mantivesse salas com excesso de alunos.[176]

173 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes sergipanos entraram em greve.* Op. cit.
174 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 83.
175 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes voltaram às aulas ontem*. Ano XIII, n. 3636, 17 de agosto de 1968, p. 1.
176 Op. cit.

O conjunto dessas mobilizações evidencia que esse movimento grevista fincou uma de suas principais trincheiras na ocupação do Teatro Atheneu. Contudo, o alcance das reivindicações dos estudantes secundaristas abrangeu tanto aspectos mais gerais da luta estudantil, no tocante à autonomia e funcionamento dos grêmios estudantis, da melhoria na qualidade de ensino e da meia tarifa nos ônibus coletivos; como reivindicações mais pontuais, relativas à criação do auditório da Escola Normal[177] e a preocupação com o excesso de alunos em sala de aula nos colégios particulares, no caso o Colégio Tiradentes. A velocidade dos acontecimentos daquele ano, as especificidades de algumas dessas reivindicações e a natureza do escopo deste livro, focado na questão dos estudantes universitários, não nos possibilitam afirmar se essa pauta de solicitações foi ou não de fato atendida.

13. AS REIVINDICAÇÕES DOS UNIVERSITÁRIOS

Os universitários, por sua vez, no curso dessa greve, também formularam pautas de reivindicações que foram encaminhadas à reitoria da UFS a respeito das condições de ensino dos seus respectivos cursos. Um dos documentos localizados sobre essa questão, redigido entre os dias 10 e 15 de agosto de 1968, avalia as condições de ensino do curso de história do recém-criado Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), formado a partir da incorporação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe à UFS.[178]

Nesse documento, os universitários do curso de história não chegam a tecer críticas à política do governo estadual e/ou do governo federal em curso naquele momento. Mas traçam uma radiografa da estrutura do curso, dos procedimentos de alguns professores, da necessidade de reformulação da estrutura curricular e de revisão dos conteúdos tra-

177 É possível presumir que esse auditório veio a ser construído algum tempo depois e seja o atual Auditório Governador Lourival Batista, localizado na rua Laranjeiras, entre a Diretoria de Educação de Aracaju (DEA) e o Centro Estadual de Educação Profissional José Figueiredo Barreto, tendo ao fundo o Instituto de Educação Ruy Barbosa, atual prédio da Escola Normal.

178 IFCH. *Reivindicações do curso de história do Instituto de Ciências Humanas*. In: Fundo CECH - DHI, Caixa 25, item 94.

balhados, ao tempo em que pedem providências para que as autoridades resolvam os problemas atinentes ao desempenho de alguns professores. Esse documento indica também que os estudantes vinculados àquele curso, como já foi discutido, mesmo passando por um momento de refluxo político, buscaram outras estratégias e experiências para não se esquivar daquele momento de mobilização e resistência.[179]

Ainda sobre essas reivindicações, chama atenção a participação, entre os que subscrevem esse documento, dos alunos do 1º ao 4º anos, dentre os quais estão nomes conhecidos no campo do fazer historiográfico, do ensino de história e/ou da militância política, a exemplo de Teresinha Alves de Oliva e Adria Ramos, no 1º ano; de Laura Marinho Tourinho Ribeiro e José Ibarê Costa Dantas, no 2º ano; e de Maria Nele dos Santos e frei Francisco Pecorari, no 3º ano.[180]

Entre as reivindicações formuladas pelos universitários no contexto da mencionada greve foram localizados também documentos referentes às solicitações dos estudantes dos cursos de medicina e de serviço social. A ata da reunião extraordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal de Sergipe, datada de 10 de agosto de 1968, é um desses documentos. Nessa ata, em específico, o universitário Hélio Araújo de Oliveira, representante do curso de medicina no citado conselho, e também presidente do Diretório Acadêmico Augusto César Leite (DAACL), fez uso da palavra para externar as reivindicações dos estudantes. Em um dos trechos de seu discurso, transcrito na ata da mencionada reunião, ele discorreu "para o conhecimento do plenário sobre os motivos que levaram os universitários sergipanos a articularem o MOVIMENTO GREVISTA". Em seguida, após a conclusão de sua fala, entregou ao magnífico reitor "as reivindicações dos estudantes de Medicina".[181]

179 Estamos nos referindo à desmobilização sofrida pelo Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, por conta da reação à Lei Suplicy e das dificuldades de organização do então recém-criado Diretório Acadêmico João Ribeiro, fundado em 1968, após a criação do IFCH, resultado da incorporação dos cursos da FCFS ou FAFI, como também era chamado, à FUFSE.

180 Op. cit.

181 CONSU/FUFSE. *Ata da reunião extraordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal de Sergipe*, realizada em 10 de agosto de 1968. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCSA-DSS, Caixa 01, item 02.

Essas reivindicações também foram enviadas pelo DAACL ao diretor da Faculdade de Medicina de Sergipe através do ofício 2/1968, protocolado em 12 de agosto de 1968. Este ofício externava a pauta de reivindicações deliberadas em assembleia geral pelos estudantes daquele curso. Entre os pontos elencados nessa pauta estavam a solicitação de melhorias em relação a: a) currículo do curso (19 questões); b) sistema de notas (uma questão); c) materiais de ensino (oito pontos); d) condições de ensino (quatro questões); e) metodologias de ensino (três questões).[182]

As reivindicações elencadas foram discutidas pelo Conselho Departamental da Faculdade de Medicina de Sergipe em 27 de agosto de 1968. Nessa oportunidade, foi lido em plenário o ofício encaminhado pelo presidente do DAACL, o qual também se fazia presente à sessão, e foram identificados como principais pontos do pleito estudantil recriminações aos currículos de algumas cadeiras, aos métodos de ensino e à didática de alguns professores. Após a realização de debates a respeito, ficou decidido o encaminhamento à diretoria da faculdade da resolução de problemas que competiam à faculdade, e os demais problemas que competiam à universidade foram encaminhados para a reitoria.[183]

Em outro documento, relacionado às reivindicações formuladas pelos estudantes do curso de serviço social, é possível avaliar os limites da representatividade estudantil nos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior. Esse documento, sob o formato de um relatório, registra os debates travados entre seis professores – doutor Airton Teles Barreto, padre Ovídio Valois Correia, Maria Anízia de Araújo, Nilton Pedro da Silva, Maria Luiza de Sousa e Laisy Roriz – e duas estudantes – Ana Maria Santos e Elza Gomes Barreto –, ocorridos na "Comissão de estudos sobre as reivindicações dos alunos da Escola de Serviço Social encaminhadas à Reitoria". Apesar de, no documento em apreço, não existir registro de sua datação, deduz-se, pelo exame dos conteúdos

182 DAACL. *Of. 02/1968/DAACL*, protocolado em 12 de agosto de 1968, junto à FMS. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 02, item 04.

183 FMS/FUFSE. *Ata da sessão ordinária do Conselho Departamental da Faculdade de Medicina de Sergipe*, realizada em 27 de agosto de 1968 [datilografada e assinada pela chefa de secretaria, Gilka de Almeida Pinto, em 14 de agosto de 1969]. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 32, item 100.

nele discutidos[184] e pela identificação dos membros da mencionada comissão, que ele se refere aos encaminhamentos provenientes da greve de 1968.[185]

Após identificar os membros dessa comissão de estudos, o documento em questão descreve a condução dos trabalhos dirigidos pelo padre Ovídio Valois Correia e secretariados pela professora Laisy Roriz. Os trabalhos tiveram início com a leitura do ofício do magnífico reitor "solicitando a nomeação de uma Comissão para análise crítica das reivindicações do Diretório Acadêmico 'Maria Kiehl'". Em seguida, o doutor Airton fez uso da palavra para expor a posição dos professores a respeito da análise do texto encaminhado, ao tempo em que solicitou das estudantes presentes mais esclarecimentos sobre a essência de suas reivindicações. Em síntese, os argumentos expostos por ele questionavam a fundamentação das reivindicações e a legitimidade do documento assinado por alguns alunos. Da parte das representantes dos estudantes, além da defesa da legitimidade do documento e de sua representatividade, fica explícito o questionamento quanto à desproporcionalidade entre as representações de professores e de estudantes na citada comissão.

Em termos gerais, os debates giraram em torno da qualidade do curso, de problemas quanto à atuação de alguns professores, das falhas de estrutura na incorporação do curso de serviço social à UFS e, sobretudo, dos impasses entre as posições defendidas pelos professores e estudantes. Os resultados das votações dessa comissão terminavam com seis votos dos professores contra os dois votos das estudantes, em um claro exemplo de contraposição dos professores frente às reivindicações e às críticas dos alunos. O impasse chegou a tal grau de contradição que o ponto central das discussões passou a ser a reivindicação por parte das estudantes do estabelecimento de uma comissão paritária, com maior representação dos universitários. A esse respeito, o professor Nilton Pedro "lembrou a situação dos estudantes em

184 Dentre os conteúdos discutidos por essa comissão, destaca-se a questão das reivindicações suscitadas pelos estudantes do curso de serviço social encaminhadas à reitoria da FUFSE após o decurso de uma greve por melhores condições de ensino.

185 ESS/FUFSE. *Relatório da comissão de estudo sobre as reivindicações dos alunos da Escola de Serviço Social encaminhado à reitoria da FUFSE*, s/d. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCSA-DSS, Caixa 01, item 02.

1962, quando da reivindicação do 1/3 (um terço), e se fosse segundo aquele esquema, a reivindicação já estaria aprovada".[186]

As lições dessa disputa, por um lado, evidenciam que a reforma universitária, em curso nos idos de 1968, não havia incorporado as reivindicações defendidas pelas entidades estudantis. Essas discussões defendiam uma universidade mais moderna, democrática e participativa em detrimento do corporativismo e do tradicionalismo acadêmicos, bandeiras levantadas pelos estudantes no prelúdio que antecedeu a deflagração do golpe civil-militar de 1964. Em contrapartida, os documentos localizados indicam, por outro lado, como os universitários dos cursos de história, medicina e serviço social, a exemplo dos estudantes secundaristas, aproveitaram os ensejos dos protestos contra a prisão de Vladimir Palmeira para colocar em pauta suas solicitações pela melhoria do ensino e de seus cursos.

Ainda no caso das reivindicações dos universitários, chama atenção o fato de elas terem passado pela mediação da reitoria, o que demonstrava o papel de centralidade que a nova instituição passava a desempenhar. Neste sentido, tanto as reivindicações encaminhadas à UFS pelas entidades representativas quanto às oficializadas pelos seus novos institutos alimentavam um novo patamar de expectativas para o ensino superior em Sergipe: uma nova realidade, problemas e desafios.

Diante desse novo quadro institucional, os universitários não tardariam a retomar as articulações para a realização da primeira eleição do DCE/UFS. Mais do que um ato de rebeldia, a luta pelo novo órgão deveria cumprir um papel maior no tocante à representação geral dos universitários frente à reitoria, frente ao Conselho Universitário (CONSU) e frente ao Conselho de Ensino e Pesquisa (CONEP).

14. A DISPUTA, A ELEIÇÃO E A POSSE DO PRIMEIRO DCE/UFS

Na marcha desses acontecimentos ocorridos entre maio e agosto de 1968, o movimento estudantil universitário de Sergipe vivia um novo

186 ESS/FUFSE. *Relatório da comissão de estudo sobre as reivindicações dos alunos da Escola de Serviço Social encaminhado à reitoria da FUFSE*, s/d. Op. cit., p.11.

momento político. Por um lado, esse novo momento anunciava-se com a posse do Dr. João Cardoso Nascimento Júnior como primeiro reitor da UFS e com a tomada de medidas administrativas para a implantação dessa fundação.[187] Por outro, ele se delineava em meio ao clima de mobilizações e protestos que pareciam "incendiar" o cotidiano dos estudantes naquele ano de 1968. É nesse contexto que os estudantes universitários passaram a ter as condições necessárias para realizar o processo eleitoral a fim de eleger a primeira diretoria do Diretório Central dos Estudantes. Esse processo deveria ser realizado sob os ditames dos dispositivos estabelecidos pelo Decreto-Lei 228/1967, que determinava a obrigatoriedade do voto, a punição aos que faltassem ao pleito e a realização de forma indireta.[188]

Como já discutido, as duas chapas inscritas formularam um compromisso de consultar os alunos, através de uma espécie de plebiscito, para saber qual seria a chapa que se sagraria vencedora. Em torno desse compromisso, a chapa "Unidade e Ação", articulada pelos militantes do PCB, e a chapa "Libertação", articulada pelos militantes da AP, concorreram ao pleito.

Examinando a composição política das mencionadas chapas, percebe-se que a disputa política pela direção do movimento configurava-se em torno do campo das tendências estudantis de esquerda. Além das disputas das mencionadas tendências, a representação dos interesses de cada faculdade também era uma variante de grande importância, assim como ainda era estratégico contemplar na tessitura desse processo de composição política a participação dos chamados "independentes", seja pelos laços de amizade, interesse de curso ou simpatia. Entretanto, o aspecto relevante sobre esse processo eleitoral é que os militantes de esquerda não apenas compunham as chapas, como se verificou na eleição da diretoria da DEE de Sergipe de 1965, mas também exerciam a hegemonia do movimento.

A chapa "Libertação" foi encabeçada por João Bosco Rolemberg Côrtes, estudante do curso de serviço social. Essa chapa contava com o apoio dos estudantes dos cursos de serviço social, de medicina e de quí-

187 A CRUZADA. *Implantação administrativa da Universidade*. Ano 50, n. 1557, 31 de agosto de 196, p.1.

188 BRASIL. *Decreto-lei 228*, 28 de fevereiro de 1967.

mica. Já a chapa "Unidade e Ação" ou "UNA", sigla adotada pelos seus componentes, encabeçada por João Augusto Gama da Silva, estudante de direito, parece ter contado com uma melhor articulação no tocante à composição, contando com representantes das demais faculdades, escolas e institutos que constituíam a UFS.

Sem retirar os méritos da chapa "Libertação", a colunista social Clara Angélica Porto, candidata à secretária de cultura do DCE pela chapa "Unidade e Ação", usou a sua coluna, intitulada "Vida Social", para divulgar os *slogans*, as mensagens, as palavras de ordem e as propostas de campanha de sua chapa. Neste sentido, entre as mensagens divulgadas, destaca-se: "Universidade de Sergipe existe somente no papel. Cabe-nos transformá-la em realidade! ", em alusão ao processo de estruturação da nova instituição. Já entre os *slogans* de campanha, ela destacou: "O DCE é nossa força, trincheira de luta! "; a "UNIDADE é a nossa força! "; e ainda as palavras de ordem da campanha "ORGANIZAÇÃO, AUTENTICIDADE = UNIDADE E AÇÃO".[189]

Entre os aspectos interessantes dessa propaganda da colunista Clara Angélica em favor da Chapa UNA, destaca-se também a divulgação das propostas de campanha que reivindicavam a imediata criação da Casa do Estudante, do Restaurante Universitário e de um Departamento de Assistência ao Estudante.[190] Nesse sentido, o DCE, segundo as propostas da chapa "Unidade e Ação", deveria exercer um papel central no tocante à formulação de políticas de assistência social para os estudantes, além, evidentemente, da articulação do conjunto das reivindicações dos universitários de Sergipe. Atribuições que outrora eram desempenhadas pela UEES, extinta em 1964, por conta da Lei Suplicy; e pela DEE de Sergipe, fechada pelo Decreto-Lei 228 em 1967.

189 PORTO, Clara Angélica. "Unidade e ação" [coluna Vida social]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, n. 3642, 25 de agosto de 1968, p.4.
190 Op. cit.

15. A ELEIÇÃO E A POSSE NO PRIMEIRO DCE

O escrutínio desse processo eleitoral para o DCE/UFS, realizado na Faculdade de Ciências Econômicas em 26 de agosto de 1968, registrou a participação de 567 universitários. Destes, 320 votaram a favor da chapa "Unidade e Ação", 227 votaram na chapa "Libertação", sete votaram nulo e 13 votaram em branco.[191] Desta forma, com uma diferença de 93 votos, ou quase 60% do total de votantes, a chapa "Unidade e Ação", formada por militantes do PCB e simpatizantes, venceu a primeira eleição para o DCE/UFS.

Essa primeira diretoria do DCE foi composta pelos universitários: João Augusto Gama da Silva, presidente; José Polito, primeiro vice-presidente; Elvidina Macêdo de Carvalho, segunda vice-presidenta; Dilson Menezes Barreto, secretário-geral; Emília Maria Machado, primeira secretária; Janete Sá, segunda secretária; Benedito Figueiredo, tesoureiro; Adirani Santos, segunda tesoureira; Clara Angélica Porto, secretária de cultura; Rosa Maria Tavares Gentil, secretária social; e ainda Francisco Varela, como representante no Conselho Universitário, e Laura Tourinho Ribeiro, como suplente no mencionado conselho.[192]

A repercussão da solenidade de posse da diretoria eleita para o DCE, ocorrida às 20 horas do dia 30 de agosto de 1968 nas instalações da Faculdade de Química de Sergipe, foi abordada pelo jornal *Gazeta de Sergipe*. O mencionado periódico destacou o significado do acontecimento para a vida universitária do estado, uma vez que a nova entidade estudantil, criada sob as regras da legislação estabelecida pelo presidente Castelo Branco, veio em substituição à União Estadual dos Estudantes: a UEES.[193]

No caso de Sergipe, como já foi discutido, esse processo iniciado com a Lei Suplicy, em 1964, e concluído com o Decreto-Lei 228, em

191 GAZETA DE SERGIPE. *"Unidade e Ação" ganhou*. Ano XIII, n. 3643, 27 de agosto de 1968, p. 6.
192 DCE/UFS. *Ata da primeira reunião ordinária da Diretória do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe*, realizada em 13 de setembro de 1968, p.1.
193 GAZETA DE SERGIPE. *Primeira diretoria do DCE tem posse hoje à noite*. Ano XIII, n. 3645, 30 de agosto de 1968, p. 6.

1967, culminou com o fechamento do órgão de representação estadual dos estudantes no estado. A situação de vacância de um órgão que reunificasse a representação política dos universitários em Sergipe só ocorreria, portanto, no decurso do mês de agosto de 1968. Acontecimento que, como destacou o jornal *Gazeta de Sergipe*, começou a tomar forma concomitantemente às mobilizações de apoio a Vladimir Palmeira e à greve por melhores condições de ensino. Neste sentido, logo após esses movimentos, seria realizada a eleição para a primeira diretoria do DCE/UFS.[194]

Segundo a colunista social Clara Angélica, a animada solenidade de posse dessa diretoria registrou a presença do reitor em exercício da UFS, Waldemar Fortuna de Castro, e contou com a presença de muitos estudantes universitários, dentre eles: Wellington Mangueira, Laura Maria Tourinho Ribeiro, Francisco Varela, Maria Guadalupe, Eliane, Paulo Parracho Nou, Carlos, Jairo, Roberto, Luís Antônio, Cy, Djenane Barreto, Neusinha Andrade, Nadja Oliveira, Maria das Graças, Manuel Alves, "entre muitos outros estudantes que se divertiam na festinha da sexta-feira".[195]

16. AS PRIMEIRAS MOVIMENTAÇÕES DO DCE E BUSCA POR UMA SEDE

Após a posse, a diretoria do DCE buscou o apoio da UFS para organizar a entidade e viabilizar uma sede para o seu funcionamento.[196] Esse apoio, ao menos em parte, parece ter sido estabelecido a partir do diálogo entre a direção do DCE e o reitor João Cardoso Nascimento Júnior que procurou atender às reivindicações estudantis. Esse apoio, da UFS ao DCE, tem sido creditado tanto pela historiografia como pelas lideranças estudantis do período, revelando a postura de diálogo adotada pela reitoria em relação aos estudantes.[197] Essa interpretação deixa

194 Op. cit.

195 CLARA, Angélica. "Posse do DCE" [Coluna Vida social]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, n. 3648, 1º a 2 de setembro de 1968, p. 5.

196 DCE/UFS. *Ata da primeira reunião ordinária da diretoria do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe*, realizada em 13 de setembro de 1968.

197 Em relação à posição da historiografia, ver: SILVEIRA, Jussara Maria Viana. *Da medicina ao magistério*: aspectos da trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008, pp. 195-197. E em relação à posição dos estudantes, ver: MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Entrevista-

em segundo plano o peso das mobilizações, protestos e reivindicações estudantis ocorridas no período de instalação da UFS e de criação do DCE. Em parte, essa interpretação é devida ao reconhecimento feito à postura assumida pelo reitor João Cardoso Nascimento Júnior naquele conturbado contexto político, como na questão das imposições do Decreto-lei 477/1969,[198] assunto que será discutido a seguir.

Para Silveira, biógrafa de João Cardoso Nascimento Júnior, ele, diante dos protestos estudantis ocorridos por ocasião da instalação da Universidade, "reconheceu a luta e a contribuição dos estudantes no processo de criação da UFS".[199] Nascimento Júnior procurou, segundo Silveira, tratar o pleito dos estudantes com atenção, deixando de lado a posição anterior do Conselho Diretor da UFS, responsável pela criação dessa instituição, mas que havia tratado os estudantes como meras "figuras decorativas".[200] Ainda segundo essa pesquisadora, baseada na entrevista de João Augusto Gama da Silva, presidente da primeira diretoria do DCE, essa postura devia-se também à simpatia do então reitor pelo PCB, agremiação política à qual alguns membros da direção do primeiro DCE/UFS vinculavam-se ideologicamente.[201]

O bom relacionamento entre a reitoria e a direção do DCE não se verifica apenas no atendimento das solicitações encaminhadas pelos estudantes, mas também em outras atitudes como a presença do reitor João Cardoso Nascimento Júnior à solenidade de inauguração da sede do DCE, situada na rua de Propriá, esquina com a rua de Siriri, nas proximidades do quartel do Corpo de Bombeiros, ocorrida em 13 de dezembro de 1968. Naquela oportunidade, o reitor afirmou que estaria "sempre ao lado dos universitários para dialogar com eles, em torno dos

da por José Vieira da Cruz, Lívia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano, Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/05/10; SILVA, João Augusto Gama. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 03/11/2009; BARRETO, Dilson Menezes. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 11/11/2009, entre outros.

198 BRASIL. *Decreto-lei 477*, de 26 de fevereiro de 1969.

199 SILVEIRA, Jussara Maria Viana. Op. cit.

200 Op. cit.

201 SILVEIRA, Jussara Maria Viana. *Da medicina ao magistério*: aspectos da trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior. Op. cit., pp. 196-197.

legítimos interesses do Estado e para que o Brasil seja cada vez mais um País, que todos nós desejamos".[202]

Por ironia da história, essa data também seria a mesma em que foi decretado em Brasília o Ato Institucional nº 5 e com ele, ocorreu o aprofundamento da repressão política no país. Neste novo contexto, as palavras do reitor João Cardoso Nascimento Júnior, de apoio aos estudantes universitários de Sergipe, não só seriam colocadas à prova como também revelaram sua habilidade em não fazer cumprir as orientações dos órgãos de segurança e informação. Em particular, isso significou punir as lideranças estudantis universitárias, identificadas como "inimigos da ordem pública", como alternativa para não expulsá-los da universidade.[203] Segundo Laura Marques, na época suplente do representante do DCE no CONSU, a reitoria da UFS, sob a orientação de João Cardoso Nascimento Júnior, buscou os meios legais possíveis para não expulsar os estudantes, resistindo às determinações dos militares e dos órgãos de segurança e informação.[204]

A esse respeito, segundo relato de Marques, ao comparecer a um almoço, Nascimento Júnior "abriu o jogo, desabafou, falou da angústia que ele sentia em ter que [nos expulsar]... falou da preocupação de fazer [com que] nós concluíssemos o curso porque ele estava sendo pressionado a nos expulsar, até então nós não sabíamos" .[205] E nesse mesmo almoço ele falou também "que foi até da juventude comunista",[206] completou Marques nessa memória que tem, sobretudo, um sentido de reconhecimento e gratidão.

202 GAZETA DE SERGIPE. *Instalação do DCE*. Ano XIII, n. 3732, 13 de dezembro de 1968, p.1 e p.8.

203 FUFSE. *Of. do reitor da Universidade Federal de Sergipe para a diretoria do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, 26 de fevereiro de 1969. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH. E ainda o artigo: SILVEIRA, Jussara Maria Viana. "Professor João Cardoso Nascimento Júnior e o movimento estudantil da Universidade Federal de Sergipe (1968-1972) ". In: Revista eletrônica da FJAV. Ano I, n. 2, 2008, pp. 127-146.

204 MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Lívia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano, Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/05/10.

205 Op. cit.

206 MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Lívia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano, Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/05/10.

Trata-se de uma memória marcada pela revogação da portaria da UFS, que cassava os direitos políticos dos estudantes qualificados como causadores da "intranquilidade pública" e que, por consequência, evitou a expulsão e permitiu que eles concluíssem seus estudos. Esse ato ocorreu na comemoração alusiva aos 42 anos da UFS, solenidade na qual muitas das lideranças estudantis que tiveram seus direitos políticos cassados foram homenageadas e prestaram deferência à atitude do então primeiro reitor da instituição.[207]

17. O DCE E A CAMPANHA DO "POTÁSSIO É NOSSO"

Voltando ao ensejo da inauguração da sede do DCE, a oportunidade também foi utilizada para o lançamento da campanha "Potássio é nosso". Essa campanha teve por objetivo mobilizar as forças populares e nacionalistas do estado e do país "no sentido de fazer com que a exploração do potássio" fosse processada "através de uma empresa de economia mista, a exemplo da Petrobras".[208]

Segundo Dilson Barreto, que na época era secretário-geral do DCE, a forma de exploração das jazidas de potássio e de petróleo localizadas no estado gerou uma discussão importante para o processo de industrialização e de extrativismo mineral que Sergipe tomaria. Esse e outros recursos minerais seriam não só a base da industrialização do estado como também se converteriam em uma das principais fontes de arrecadação tributária do estado nos dias atuais, sinalizando a vocação de sua economia para o setor de produção de energia e de minérios.[209]

Ainda segundo Dilson Barreto, administrador que tomaria parte dos debates e decisões sobre os caminhos do desenvolvimento do estado nas décadas seguintes, a condução desse processo teve curso no Conse-

207 PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. "UFS 42 anos". In: Portal UFS. São Cristóvão, 27 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.ufs.br/?pg=artigo&id=144>. Acessado em 10/11/2010.

208 BARRETO, Dilson Menezes. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 11/11/2009.

209 SANDES, Marcel Di Angelis Souza. "Energia para o desenvolvimento de Sergipe". In: *Jornal da Cidade*. Aracaju, 8 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www2.jornaldacidade.net/artigos_ver.php?id=11992 >. Acessado em 10/102011.

lho de Desenvolvimento do Estado de Sergipe (CONDESE). Esse órgão de planejamento encampou a luta "do processo de industrialização" do estado e se preocupou com a formação de uma consciência a respeito da necessidade de industrialização e de exploração dos recursos minerais.[210] Essa consciência, conforme sua avaliação, mostrou que o potássio "iria desenvolver a agricultura" e que "o petróleo iria possibilitar a industrialização do estado".[211]

O diálogo entre o reitor da UFS, João Cardoso do Nascimento Júnior, e as lideranças estudantis, portanto, ocorreu em várias situações, dentre elas: a inauguração da sede do DCE e o apoio ao lançamento da campanha pelo "Potássio é nosso". Esse apoio, por sua vez, contrastava com o momento delicado por que passava o país e, por conseguinte, o movimento estudantil universitário.

O caso da ocupação da Universidade de Brasília pela Polícia Federal, em agosto de 1968,[212] e os conflitos ocorridos em São Paulo em torno do prédio da Faculdade de Filosofia da USP, situado na rua Maria Antônia,[213] entre outros, davam o tom das tensões entre o governo, os órgãos de segurança e informação e a sociedade brasileira, em particular nas universidades e entre os estudantes universitários de várias partes do país. Em Sergipe, as tensões provocadas pelo "diálogo da violência", parafraseando Maria Ribeiro do Valle,[214] fizeram-se sentir no ambiente universitário a partir dos desdobramentos de outubro de 1968, quando uma delegação formada por universitários tomou parte do XXX Congresso da UNE, realizado na cidade de Ibiúna, no estado de São Paulo.

210 BARRETO, Dilson Menezes. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 11/11/2009.

211 Op. cit.

212 GAZETA DE SERGIPE. *DPF ocupa Univ. de Brasília e acusa reitor*. Ano XIII, n. 3645, 30 de agosto de 1968, p. 6. Ver mais informações a esse respeito em: RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução*. Op. cit., p. 126. E ainda em: VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência*: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Op. cit., pp.150-157.

213 Ver mais informações a esse respeito em: CARDOSO, Irene. Para uma crítica do presente. São Paulo: USP/Editora 34, 2001, pp. 95-132. E ainda em: VALLE, Maria Ribeiro do. Op. cit., pp.159-198.

214 VALLE, Maria Ribeiro do. Op. cit.

18. O COTIDIANO CULTURAL, OS PREPARATIVOS PARA IBIÚNA E AS PRISÕES

Em meio às comemorações festivas que cada faculdade realizava, a exemplo da "festa da chave", promovida pelos estudantes de direito; da "festa da tropicália", promovida pelos estudantes de filosofia, entre outras; aquele outubro de 1968 teria início com a repercussão da vitória da música "Sabiá", composta por Antonio Carlos Jobim e Chico Buarque de Holanda, na parte nacional do Festival Internacional da Canção. Essa composição, em particular, deixou em segundo lugar a música "Pra não dizer que não falei das flores", composta por Geraldo Vandré, e em terceiro lugar a música "Andança", de Danilo Caymi e Eduardo Souto.[215]

A respeito desse cotidiano e sobre as repercussões dos festivais da canção, a estudante Clara Angélica, ou Clarinha, como os seus colegas a chamavam, pontuou em sua coluna social, publicada no jornal *Gazeta de Sergipe*, o clima de disputa e polêmicas que envolvia o mencionado festival. Em particular, no caso das polêmicas vaias atribuídas a Caetano Veloso antes mesmo de ter iniciado a canção "É proibido proibir". A esse respeito, Clara Angélica destacou o desprestígio que começava a acometer esses festivais por conta da atitude de certos grupos que, antes do início de algumas canções, começavam a vaiar seus intérpretes, muitos dos quais famosos compositores e cantores da Música Popular Brasileira.[216]

Concomitantemente à repercussão dos resultados ocorridos nas etapas nacionais do Festival Internacional da Canção,[217] o Sistema Nacional de Informações (SNI), na época presidido pelo general Garrastazu Médici, entregou à presidência da República o relatório sobre a invasão

215 GAZETA DE SERGIPE. "*Sabiá" vence fase nacional do festival*. Ano XIII, n. 3672, 1º de outubro de 1968, p. 6.

216 PORTO, Clara Angélica. "Festivais"[coluna Vida social]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, n. 3673, 2 de outubro de 1968, p. 5.

217 Ver a respeito VILLARINO, Ramon Casas. *A MPB em movimento*: música, festivais e censura. São Paulo: Olho d'Água, 1999. E ainda em: NAPOLITANO, Marcos. "A arte engajada e seus públicos". In: *Revista Estudos Históricos*. v. 2, n. 28, 2001, pp. 103-124.

à Universidade de Brasília e fez recomendações sobre a reforma universitária que estava em andamento naquele momento.[218]

Em contrapartida, no campo político deterioravam-se as relações entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo, em particular por conta dos provocativos discursos do deputado federal Márcio Moreira Alves, os quais repercutiam de modo negativo entre os militares,[219] sobretudo entre aqueles que perfilavam em meio à chamada linha dura.[220] A repercussão desses discursos, particularmente o que conclamava a sociedade a não prestigiar os desfiles cívicos do dia da Independência, foi considerado, na avaliação de Ibarê Dantas, "um discurso insolente, atingindo os militares, que passaram a pressionar o Congresso para cassá-lo, gerando um caso prenhe de desdobramentos".[221]

Em outubro de 1968, em meio às disputas e às polêmicas ocorridas no Festival Nacional da Canção; dos protestos recriminando os atos de violência praticados contra os estudantes da Universidade de Brasília; e da crise do Congresso Nacional, em face dos discursos de Márcio Moreira Alves; os universitários de várias partes do país mobilizaram-se para tomar parte do XXX Congresso Nacional da UNE, que seria realizado em Ibiúna, no estado de São Paulo.

19. O PEDÁGIO E OS PREPARATIVOS PARA A VIAGEM

Como já discutimos, os estudantes recusaram-se a aceitar o fechamento da UNE e sua substituição pelo Diretório Nacional dos Estudantes, como prescrevia a Lei nº 4.464/1964. Da mesma forma, os estudantes também recusaram a imposição do Conselho Nacional dos Estudantes, como órgão delegado para representar os estudantes universitários do país, conforme estipulava o Decreto-Lei nº 228/1967.

Nesse sentido, no período de 1964 a 1968, a UNE, mesmo funcionando de forma ilegal, não deixou de realizar anualmente os seus

218 GAZETA DE SERGIPE. *SNI entregou ao Presidente relatório da invasão da UNB*. Ano XIII, n. 3675, 1º de outubro de 1968, p. 6.
219 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Op. cit., pp. 128-131.
220 GAZETA DE SERGIPE. *Ministro reúne "Duros" e pede mais expurgos*. Ano XIII, n. 3675, 1º de outubro de 1968, p. 2.
221 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 83.

congressos nacionais, eventos nos quais eram debatidas as teses que norteavam o movimento e eram eleitas as diretorias da entidade.[222] Envolto nessas condições, o XXX Congresso da UNE tinha sua realização ameaçada pelas proibições impostas pela ditadura militar. Não obstante essa situação quanto à possibilidade ou não da realização do evento, já que havia redobradas recomendações por parte do governo para que o evento não ocorresse, uma representação de universitários do Estado de Sergipe começou a mobilizar-se para participar do mencionado conclave estudantil.[223]

Entretanto, para concretizarem esse objetivo sem o apoio das autoridades e dos órgãos públicos, os estudantes passaram a realizar uma série de ações a fim de arrecadar os recursos para financiar o deslocamento de uma representação estadual ao mencionado congresso. A primeira dessas ações foi a realização de um pedágio na avenida Ivo do Prado, nas imediações do centro de Aracaju, em frente ao prédio da Faculdade de Direito de Sergipe. Na oportunidade, os estudantes cobraram uma contribuição dos veículos automotores que passavam por essa localidade mediante a justificativa de que esses recursos tinham como propósito viabilizar a participação deles no XXX Congresso da UNE. A chamada "Operação pedágio", como foi designada pela reportagem do jornal *Gazeta de Sergipe*, recebeu o apoio dos motoristas que por ali transitavam, e estes, ao contribuírem com o pedágio, recebiam dos estudantes um manifesto assinado pelo Diretório Central dos Estudantes apresentando os motivos da arrecadação.[224]

Alguns dos trechos desse manifesto foram publicados no *corpus* da mencionada reportagem. O primeiro deles faz referência ao fato de que se aproximava "a realização do XXX Congresso da União dos Estudantes (UNE), órgão máximo do universitário brasileiro, que por força de um ato da ditadura, acha-se na clandestinidade".[225] Esse manifesto fa-

222 Ver a respeito em: POERNER, Artur José. *O poder jovem*: história da participação política dos estudantes brasileiros. Op. cit. E ainda em: MENDES JÚNIOR, Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit.

223 GAZETA DE SERGIPE. *Congresso da UNE* [Informe GS]. Ano XIII, n. 3675, 5 de outubro de 1968, p. 4.

224 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes fazem pedágio para ir ao congresso*. Ano XIII, n. 3672, 6 e 7 de outubro de 1968, p. 1.

225 Op. cit.

zia referência à rejeição por parte dos estudantes quanto à legislação e ao ato autoritário praticado pela ditadura civil-militar em relação à extinção do mencionado órgão estudantil.

Além da contraposição à ditadura civil-militar instituída no país, em outro trecho desse manifesto os estudantes fazem também duras críticas ao modo como a reforma universitária estava sendo discutida.[226] E ainda, denunciam o caráter privatista e entreguista da mencionada reforma, assim como relacionam a extinção do monopólio de petróleo defendido por setores liberais que apoiavam a ditadura. Neste sentido, segundo esse manifesto, entregue pelo DCE durante a chamada "Operação pedágio", a proposta do XXX Congresso da UNE reafirmava o compromisso dos estudantes brasileiros contra "as forças de opressão, de obscurantismo e de reacionarismo, nesta hora em que a ditadura (...) [expõe a] universidade a serviço dos interesses do imperialismo americano, através de uma reforma universitária alienada e empresarial".[227]

Por fim, o último trecho do manifesto distribuído pelos estudantes associa a realização do XXX Congresso da UNE a "um avanço na luta do povo contra a ditadura, pela conquista de sua verdadeira libertação econômica, social e política", e ainda acrescenta que o envolvimento dos estudantes sergipanos em torno dessa causa confirma sua tradição de luta a favor do interesse da sociedade. Esse último argumento, o da tradição de resistência da sociedade sergipana, foi utilizado pelas lideranças estudantis para concluir o manifesto convocando o "povo de sua terra a apoiar integralmente a realização do XXX Congresso da UNE por uma Universidade Livre e Gratuita".[228] Além da cobrança do pedágio, o esforço de arrecadação de recursos contou também com um livro de contribuições, o conhecido livro de ouro, que os estudantes de tempos em tempos reproduzem para arrecadar recursos para algum tipo de atividade.[229]

226 Ver a respeito: GAZETA DE SERGIPE. *Urgência para a discussão da reforma universitária*. Ano XIII, n. 3679, 10 de outubro de 1968, p. 2. E ainda em: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. "A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968". Op. cit., pp. 17-36, 2006.

227 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes fazem pedágio para ir ao congresso*. Op. cit.

228 Op. cit.

229 Op. cit.

20. A PRESENÇA EM IBIÚNA

> Universitários sergipanos já se encontram fora do estado a fim de participarem do Congresso Nacional da UNE, a ser realizado nos próximos dias 18, 19 e 20.[230]

A mobilização por recursos possibilitou que uma representação formada por dez universitários, escolhidos pelos colegas dentre os cursos então existentes, compusesse a delegação de Sergipe no XXX Congresso Nacional da UNE. A respeito da participação dos delegados de Sergipe no mencionado conclave, Clara Angélica, em sua coluna social, comentou as expectativas de que estes representassem o estado nos debates sobre a realidade política do país, em particular, nos concernentes à reforma universitária que estava em andamento.[231]

Por outro lado, a publicação dessa notícia revelava certa despreocupação por parte dos estudantes e da imprensa local acerca da divulgação de informações a respeito da delegação de representantes do estado que tomariam parte de um congresso considerado ilegal e proibido pelas autoridades militares. Parece que os estudantes e alguns jornalistas trataram os riscos acerca da realização do congresso nos termos jocosos de uma nota informativa que questionava: seria o congresso de fato realizado? E que respondia que a realização deste: era apenas uma questão de astúcia dos estudantes ou flexibilidade da polícia paulista.[232]

A respeito da constituição dessa delegação, é interessante observar que, não obstante a AP e o PCB exercerem certa hegemonia frente ao movimento estudantil no período, o processo de escolha dos delegados passava pelo crivo dos estudantes de cada faculdade. Dessa forma, essa delegação havia sido composta por estudantes de diferentes cursos e tendências políticas do movimento estudantil, o que alimentava a expectativa de que os debates poderiam ser acalorados. A representação dos estudantes universitários de

230 PORTO, Clara Angélica. "Estudante sergipano participa [do] Congresso" [Coluna vida social]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, n. 3682, 13 de outubro de 1968, p. 5.
231 Op. cit.
232 GAZETA DE SERGIPE. *Congresso da UNE* [Informe GS]. Ano XIII, n. 3675, 05 de outubro de 1968, p. 4.

Sergipe que viajaram para participar do XXX Congresso da UNE, realizado em Ibiúna, foi composta conforme o quadro abaixo:

Quadro 01: Relação dos estudantes por curso e por tendência política

ESTUDANTE	CURSO
Wellington Dantas Mangueira Marques	Direito
Benedito Figueiredo	Direito
João Augusto Gama da Silva	Direito
José Alves do Nascimento	Medicina
Antônio Vieira da Costa	Economia
João Rolemberg Côrtes	Serviço Social
Elze Maria dos Santos	Serviço Social
Janete Correia de Melo	Letras
José Jacob Dias Polito	Química
Laura Marques Ribeiro	História

Fonte: GAZETA DE SERGIPE. Congresso da UNE [Informe GS]. Ano XIII, n. 3675, 05 de outubro de 1968, p. 4.

21. A MÁSCARA DA "DEMOCRACIA" CAIU

Os ecos que poderiam ser despertados pelas expectativas positivas acerca do desempenho da delegação que partira de Sergipe rumo ao XXX Congresso da UNE, divulgados pela colunista Clara Angélica, não chegaram a reverberar. Essa repercussão não ocorreu, pois, na mesma edição em que foi publicada essa coluna, foi veiculada como manchete da capa a matéria: "Exército dissolve congresso da UNE".[233] Esta e outras reportagens sobre a dissolução do congresso e a prisão de seus participantes deixariam familiares, amigos, colegas e parte da sociedade apreensivos com o destino dos estudantes presentes àquele conclave e, em particular, o destino reservado aos estudantes da delegação de Sergipe.

João Augusto Gama da Silva, presidente do DCE/UFS e integrante da delegação de Sergipe que esteve presente em Ibiúna, recorda que, no mês de outubro de 1968, eles haviam recebido a senha para o congresso das mãos de José Carlos Novais da Mata Machado. E que "exa-

233 GAZETA DE SERGIPE. *Exército dissolve congresso da UNE*. Ano XIII, n. 3682, 13 de outubro de 1968, p. 1.

tamente no dia 12 de outubro, o Congresso da UNE cai, a repressão prende mais de 600 estudantes".[234] Em seguida, os estudantes presos foram levados para o presídio Tiradentes.[235]

A participação da delegação de Sergipe no mencionado congresso mostrou-se uma operação de alto risco que terminou com a prisão das principais lideranças do movimento estudantil e ainda deixou fragilizado o movimento. A apreensão pelo ocorrido e a falta de deliberação sobre o que fazer em relação à prisão dos colegas em Ibiúna evidencia a tensão vivenciada pelos universitários naquele contexto.[236]

Consoante o jornal *Gazeta de Sergipe*, os estudantes de algumas faculdades realizaram assembleia geral, mas não foram registradas decisões concretas a respeito de que tipo de manifestação de protesto seria tomada em solidariedade aos colegas presos. Em meio à aparente indecisão acerca do que fazer, de como protestar contra a prisão dos colegas em Ibiúna, três universitários tomaram a iniciativa de distribuir pela cidade pelo menos dois manifestos.[237]

O primeiro deles dizia que a prisão dos colegas em São Paulo, quando da dissolução do XXX Congresso da UNE, foi uma consequência das recomendações do Relatório Meira Matos, que sugeria "a eliminação de todas as lideranças estudantis a fim de esvaziar o Movimento Estudantil".[238] Objetivo que, consoante esse manifesto, não seria atingido, "porque a UNE permanece viva na consciência de cada estudante".[239]

Já no segundo manifesto, os estudantes dirigiram-se ao povo de Sergipe para dizer que a "**máscara da democracia caiu** com a prisão dos delegados ao Congresso da UNE", com o massacre imposto aos camponeses e aos operários, e com a presença das forças policiais nas ruas "contra o povo".[240] E ainda denunciaram o governo estadual por se

234 SILVA, João Augusto Gama da. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 03/11/2009.

235 Op. cit.

236 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes não decidem como protestar pela prisão dos colegas.* Ano XIII, n. 3683, 15 de outubro de 1968, p. 1.

237 Op. cit.

238 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes universitários detidos quando distribuíram panfletos ontem*. Ano XIII, n. 3684, 16 de outubro de 1968, p. 1.

239 Op. cit.

240 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes universitários detidos quando distribuíam panfletos ontem*. Op. cit. (negrito nosso).

omitir diante da atitude do governo federal "de abrir mão de nosso potássio para exploração estrangeira" mediante um silêncio criminoso.[241]

A panfletagem realizada pelos três universitários, posteriormente identificados como José Sérgio Monte Alegre, Paulo Perrocho Nou e Elias Hora Espinheira,[242] resultou na prisão em flagrante destes detidos sob a alegação de que os panfletos distribuídos teriam sido "considerados subversivos pela Polícia Federal".[243] Segundo o coronel Fontes de Lima, delegado da Polícia Federal em Sergipe, que na ocasião recusou-se a identificar os estudantes presos, eles seriam ouvidos e "suas palavras seriam tomadas a termo", podendo esses estudantes serem enquadrados na "Lei de Segurança Nacional".[244]

A prisão desses três estudantes deixou apreensivos seus familiares e colegas. Estes, após muito custo, localizaram os universitários presos "na Secretaria de Segurança Pública, em cela comum, **juntamente com presos ordinários**, **como ladrões e criminosos**", destacou o jornal.[245] E enquanto os universitários aguardavam apreensivos outras informações sobre a situação dos colegas presos em Ibiúna e em Aracaju, os estudantes secundaristas também se mostraram proativos quanto à situação, procurando, além de tentar realizar uma assembleia, esboçar alguma forma mais efetiva de protesto.[246]

A disposição dos secundaristas de efetivar um movimento de protesto em solidariedade aos colegas universitários presos em Ibiúna mobilizou de modo preventivo as autoridades do Colégio Estadual Sergipano (CES), as quais logo comunicaram o fato aos secretários de Educação e Cultura e de Segurança Pública. Em face dessas informações, o coronel Gildásio deslocou-se para as instalações do colégio a fim de "saber o que se passava" e convocou um dos representantes do "Grêmio Estudantil

241 Op. cit.

242 Não obstante a ousadia da ação e o fato das prisões realizadas, pesquisando junto ao Projeto Memórias Reveladas não foi localizado nenhum dossiê a respeito dos então estudantes de direito envolvidos nesse protesto. Ainda a respeito de José Sérgio Monte Alegre, atualmente procurador do Estado de Sergipe e professor do curso de direito da Universidade Tiradentes, ele foi procurado para ser entrevistado, mas preferiu optar por não conceder a entrevista.

243 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 97.

244 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes universitários detidos quando distribuíam panfletos ontem*. Op. cit.

245 Op. cit. (negritos nossos).

246 Op. cit.

Clodomir Silva" para informar-lhe que a missão que o levara até ali era a de "resguardar os prédios públicos estaduais". Logo em seguida solicitou que esse estudante informasse a seus colegas a proibição quanto à ocupação de prédios públicos, fato ocorrido na greve de agosto daquele ano, e que estavam proibidas qualquer forma de movimento grevista e/ou quaisquer outras provocações, tipo vaias às autoridades.[247]

Nesse sentido, as autoridades procuraram tecer recomendações às lideranças secundaristas, proibiram a realização de assembleias gerais e disponibilizaram viaturas da Polícia Militar, tipo jipe, modelo rural,[248] para circundar o prédio do CES. Não obstante essa prontidão das autoridades civis e militares, os estudantes, "não podendo concluir a reunião iniciada, ganham as ruas e ficam na pracinha em frente [ao colégio] vaiando violentamente os policiais e alguns [ficaram] soltando bombas de 'São João'".[249]

Apesar desse princípio de confronto, os desdobramentos desse episódio parecem não ter evoluído para ações de violência ou mesmo de prisões. Mas em si eles revelam, por um lado, a articulação e a decisão dos secundaristas em protestar contra a detenção dos estudantes presos em Ibiúna e em Aracaju, e, por outro, o empenho das autoridades civis e militares no sentido de conter todas e quaisquer mobilizações dos estudantes.[250]

Na mesma edição dessa reportagem de capa, o editorial do jornal Gazeta de Sergipe, assinado pelo jornalista Orlando Dantas, é dedicado ao "Congresso da UNE". Nele, por um lado, a situação de mobilização dos estudantes brasileiros é equiparada à das mobilizações internacionais que os estudantes desde a União Soviética aos Estados Unidos promoviam, "inspirados no chamado Poder Jovem", rebelando-se "contra instituições tradicionais". Por outro lado, o jornalista Orlando Dantas tece uma crítica à desproporcionalidade e exageros com que o aparato militar havia sido mobilizado para reprimir movimentos que têm em

247 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes não decidem como protestar pela prisão dos colegas*. In: Op. cit.

248 A respeito do tipo e modelo das viaturas da Polícia Militar utilizadas na mencionada operação, ver: Imagem 10.

249 Op. cit.

250 Fonte: GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes não decidem como protestar pela prisão dos colegas*. In: Op. cit.

sua essência o propósito de apontar melhorias para o sistema de ensino e para a sociedade de um modo geral.

Além disso, o editorial em destaque denunciava as condições de maus-tratos a que os estudantes presos estavam submetidos, passando fome, frio e sem dormir. E ainda conclamava, de forma sensata e corajosa, o bom senso das autoridades para apreciar com atenção as reivindicações dos estudantes "a fim de solucionar esse estado de coisas" e "evitar a radicalização de posições para salvar a Pátria de sacrifícios desnecessários".[251]

Nesse ínterim, os estudantes da delegação de Sergipe ficaram presos, juntamente com os demais estudantes, no presídio Tiradentes. Dentre os estudantes que ficaram detidos, segundo Wellington Mangueira, além dele, estava João Augusto Gama da Silva, Benedito Figueiredo, José Jacob Dias Polito, Laura Ribeiro Marques, Elze Santos, Janete Melo, João Bosco Rolemberg Côrtes, Antonio Vieira da Costa e José Alves Nascimento.[252]

Nos dias seguintes, as notícias relacionadas à libertação dos estudantes detidos em São Paulo, por conta do Congresso da UNE, soavam como um duplo alívio para seus familiares e colegas.[253] Segundo Ibarê Dantas, nesse intercurso de menos de uma semana, os estudantes não cessaram o movimento, continuando a promover protestos, "paralisando as aulas para discussão e realizando pequenos comícios, denunciando os governos vigentes pela repressão".[254]

Mas, para além da comemorada notícia de que esses estudantes seriam libertados, é preciso compreender a teia de relações sociais e políticas mobilizadas por colegas, amigos, familiares e autoridades, para que esse fato ocorresse com brevidade, como será discutido no tópico a seguir.

251 DANTAS, Orlando Vieira. "Congresso da UNE" [Editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, n. 3683, 15 de outubro de 1968, p. 3.

252 MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 5 de novembro de 2007.

253 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes detidos foram liberados ontem*. Ano XIII, n. 3685, 17 de outubro de 1968, p. 1.

254 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 84.

22. AS FAMÍLIAS, A MAÇONARIA, AS AUTORIDADES E O REGRESSO DE IBIÚNA

> Depois de mil peripécias, retornaram a Aracaju os estudantes sergipanos que participando do 30º Congresso da UNE em São Paulo, foram presos por mais de uma semana nos cárceres paulistas.[255]

Enfatizando as peripécias da delegação de estudantes do Estado de Sergipe presos por participarem do XXX Congresso da UNE, o *Gazeta de Sergipe* procurou amenizar em tom de desconstrução o peso e o susto causados por aqueles acontecimentos. Em certo sentido, os relatos dos estudantes de que eles não haviam sido "espancados, nem torturados pela Polícia Paulista" e de que haviam iniciado uma greve de fome "com o objetivo de fazer [com que] as autoridades melhorassem a alimentação" colaboraram para reforçar, na sociedade, a impressão de que os estudantes, apesar do susto, com apoio dos familiares e, sobretudo, das mães paulistas, reverteram a situação e ainda ajudaram os estudantes detidos a reivindicar mais respeito aos direitos humanos .[256] Avaliando com cuidado esse discurso, observa-se nele mais a intenção de tranquilizar os familiares e de não reconhecer a consequência política da repressão do que uma descrição precisa da real situação vivida pelos estudantes que haviam sido presos.

Ao longo desse período, a atuação dos familiares dos estudantes detidos parece ter sido decisiva não apenas para obter informações a respeito da situação em que eles se encontravam, mas também para prestar o apoio e a solidariedade possíveis. Um exemplo dessa ordem foi o movimento das mães paulistas dos estudantes presos, que se revezavam "24 horas por dia nas portas das prisões de São Paulo",[257] com o objetivo de que seus filhos fossem localizados e tivessem seus direitos resguardados. A solidariedade e o envolvimento dessas mães, bem como a condição social de algumas delas devem ter contribuído

255 GAZETA DE SERGIPE. *Representantes de Sergipe no Congresso da Ex-UNE já retornaram*. In: Gazeta de Sergipe. Ano XIII, n. 3690, 22 de outubro de 1968, p. 1.
256 Op. cit.
257 Op. cit.

para amenizar as condições do cárcere a que esses estudantes foram submetidos e, até mesmo, na agilização dos processos para as suas respectivas liberações.

De igual modo, é possível presumir também que, ao menos em alguns estados, os familiares dos estudantes mobilizaram esforços no sentido de providenciar o suporte necessário para a liberação e o respectivo retorno de suas delegações para as cidades de origem. Em geral, esse retorno estava vinculado ao envio pelos estados de uma escolta policial para conduzir os estudantes aos seus respectivos domicílios e para que, em seguida, eles fossem enquadrados na Lei de Segurança Nacional. No caso do Estado de Sergipe, o então estudante de economia Antonio Vieira da Costa, membro da POLOP preso em Ibiúna, ao recordar a respeito do processo de liberação e de retorno para Aracaju, relata que a delegação de Sergipe foi uma das poucas delegações que voltaram do Congresso de Ibiúna sem escolta, em razão de ter existido um "movimento do pai de Wellington [Mangueira], ele mesmo pode confirmar isso, esse movimento [dos familiares] tinha ligações com a maçonaria que tinha a finalidade de não sermos maus-tratados.[258]

A fala do representante da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Sergipe não apenas referenda a mobilização dos familiares dos estudantes detidos, mas também evidencia a mobilização das relações desses familiares junto à maçonaria a seu favor. O então estudante de direito Wellington Dantas Mangueira Marques, liderança do PCB, recorda-se desse episódio com uma riqueza de detalhes ainda maior. Segundo ele, após a realização dos trabalhos de identificação das lideranças da UNE e das lideranças estudantis dos maiores estados, as autoridades:

> exigiram que os estados mandassem policiais buscar os seus estudantes, para que em cada estado [eles] fossem enquadrados também na Lei de Segurança Nacional. Mas o governador de Sergipe, Lourival Batista, não mandou a escolta logo. Eu não sei... Dizem que é porque ele era casado com a irmã de João Falcão,

258 COSTA, Antonio Vieira da. Entrevistado por José Ibarê Costa Dantas. Aracaju/SE, 13 de novembro de 1991. [Transcrição realizada por José Vieira da Cruz, 20 de dezembro de 2009].

> um dos grandes comunistas da Bahia e que a mulher [dele] pediu para ele não mandar [a referida escolta], para não se manchar, pois ele na juventude era da juventude comunista. Eu sei que ele não mandou! E como meu pai foi para lá defender o filho e os colegas do filho, ele foi com a credencial da maçonaria, da **Loja Capitular Cotinguiba**[259](...) e como de [quase] todos os estados já tinham chegado às escoltas para trazer os seus estudantes. E como tinham entrado com um bocado de ações, os advogados de São Paulo e Rio [de Janeiro] dizendo que não era possível [aquela situação jurídica] (...) eis que foi nesse clima que alguns estados tiveram os estudantes ou conduzidos por tropa daquele estado, quando era um estado mais próximo ou no caso de Sergipe pela pequenez do estado, o diretor da penitenciária Tiradentes, que era amigo de um sergipano primo de Didi Macedo, ele por ser maçom eu sei que... Entregaram os meus colegas Gama e Benedito aos cuidados de meu pai que garantiu que nos trazia para Aracaju, só que eles acompanharam claro! Eles se infiltraram, ficaram vendo e claro! Vieram naquele ônibus também para ver se estávamos indo para Aracaju mesmo. E foi assim, só que isso aconteceu em 1968, em outubro de 1968.[260]

Alguns setores da maçonaria, segundo Marques, desde o início da ditadura civil-militar tiveram uma postura importante na defesa de direitos e contra o cometimento de arbitrariedades. Nesse sentido, a maçonaria, ou alguns de seus membros, intervieram em favor de muitos presos políticos. Além do episódio do presídio Tiradentes, são também exemplos de intervenção ou intermediação: o caso em que o próprio Wellington Dantas Mangueira Marques e Abelardo Silva Souza,[261] então estudantes do CES, foram detidos e transferidos pelo Exército para Salvador logo nos primei-

259 BRITO, Cristiane. "Loja Maçônica Cotinguiba completa 138 anos". In: Jornal da Cidade, 14 de novembro de 2011. Disponível em: <http://2008.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=83257>. Acessado em 10/12/2011.

260 MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 5/10/2007 (negrito nosso).

261 A respeito de Abelardo Silva Souza, ver em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.653.

ros meses que se seguiram ao golpe civil-militar de 1964;[262] e o caso, já discutido, relatado por Zelita Correia Rodrigues dos Santos, da intervenção dos membros da maçonaria em favor das mulheres que haviam sido presas no 28º Batalhão de Caçadores de Sergipe também no contexto das inflexões políticas de 1964.[263]

Já em relação ao posicionamento de Lourival Batista, governador do estado, de não enviar escolta para acompanhar os estudantes detidos no presídio Tiradentes, Marques atribui essa atitude à soma de diferentes situações, dentre elas: ao fato de ele ter sido, na juventude, simpatizante do PCB; de ele ser casado com Hildete Falcão Batista, cuja família, em Feira de Santana, Bahia, teve uma relação importante com o partido e com Luís Carlos Prestes; e ainda pela amizade que Batista nutria pelo seu pai, Alvarim Mangueira. Em razão da conjugação dessas situações, entregaram ao pai de Wellington Dantas Mangueira Marques um documento tornando-o "responsável por trazer todos os estudantes para cá, para Aracaju".[264]

Ao discutir essa questão, Ibarê Dantas também reconhece a importância da maçonaria, de algumas autoridades estaduais e dos familiares dos estudantes detidos no sentido de que a presença policial fosse dispensada na recondução deles, sem a tutela do DOPS, para o estado.[265] Após as primeiras semanas que se seguiram a esse acontecimento, parecia que os estudantes tinham escapado da pior parte do susto. Mas a radicalização das relações políticas entre a sociedade civil e o Estado Brasileiro, sobretudo com a decretação do Ato Institucional nº 5, ainda estava por escrever os capítulos mais duros e obscuros desse passado presente da história política brasileira desdobrados em Sergipe.

262 MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 27/10/2011.

263 SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/11.

264 MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 27/10/2011.

265 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 84.

CAPITULO IX

O NOVO CICLO REPRESSIVO, A REABERTURA DO DCE E A LUTA PELAS DIRETAS

1. O AI-5 E O NOVO CICLO REPRESSIVO

> Ato Institucional nº 5 foi baixado no dia 13 de dezembro de 1968, um dia depois da votação no Congresso. Em muitos pontos o texto reiterava disposições dos dois primeiros atos institucionais, mas havia uma diferença importante: não se estipulava prazo para sua vigência. Seriam permanentes os controles e a suspensão das garantias constitucionais.[1]

Tomando como ponto de partida essa reflexão, percebe-se que os acontecimentos que se sucederam aos primeiros anos do golpe civil-militar de 1964 efetivaram, em nome do "interesse nacional", sob a tutela dos militares e com o apoio de parte da sociedade, uma nova ordem política no país. Neste contexto, o governo procurava desarticular a parcela da sociedade civil que resistia à nova ordem e que alimentava a expectativa de que aquela seria uma situação transitória. Em Sergipe, dentre esses setores descontentes da sociedade estavam: uma parcela da Igreja Católica, da imprensa e dos estudantes.[2]

Essa expectativa de transitoriedade foi desfeita no final do ano de 1968, quando os dispositivos jurídicos que alicerçaram esse Estado e sua Ideologia de Segurança Nacional foram reforçados e ainda mais endurecidos com o Ato Institucional nº 5. Este novo ato diferenciava-se dos demais pelo prazo não determinado de sua vigência e pelos efeitos permanentes de controle e suspensão de direitos constitucionais que ele produzia. Por um lado, o AI-5 representou a mudança de atitude dos militares que deixaram de posicionar-se como "interventor transitório" e passaram a assumir a condição de dirigentes da ordem po-

1 ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Op. cit., p. 131.
2 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984*. Op. cit., p.66.

lítica e social do país.[3] Por outro lado, lançou a parcela da sociedade que acreditava no restabelecimento da democracia num horizonte de poucas alternativas, de apreensão e de grandes incertezas quanto ao futuro da política no país.[4]

Nesse sentido, entre os efeitos produzidos por esse ato institucional, o movimento estudantil, em particular, assiste ao fechamento de suas entidades representativas, como a UNE, que já havia sido colocada na ilegalidade pela Lei Suplicy e pelo Decreto-lei Raimundo Aragão, o mesmo ocorrendo com as uniões estaduais dos estudantes, as chamadas UEEs. Entretanto, não se tratava de mais uma tentativa de intervenção, como a legislação mencionada vinha preconizando; e os estudantes, em certa medida, tentaram "reverter", mesmo funcionando à revelia do governo federal nos anos que antecederam à decretação do AI-5.[5] Tratava-se, naquele momento, do fechamento e da proibição da existência da entidade nacional de representação dos estudantes universitários, assim como de entidades estaduais de representação estudantil universitária, além do estabelecimento de um controle ainda mais rígido sobre as mobilizações e entidades estudantis, fossem elas secundaristas ou universitárias.

Em Sergipe, esse novo ciclo repressivo resultou no fechamento do DCE/UFS; no refluxo das atividades dos diretórios e centros acadêmicos; na entrada na clandestinidade de algumas lideranças estudantis; no retorno à prisão dos estudantes que haviam participado do Congresso de Ibiúna; no enquadramento, por parte dos órgãos de segurança e informação, das lideranças estudantis como "agitadores e subversivos"; e na orientação por parte das autoridades de segurança que esses estudantes fossem expulsos da UFS, discussão abordada a seguir.

3 BORGES, Nilson. "A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp.13-42.

4 DANTAS, José Ibarê Costa. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 10/10/2010.

5 ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis*: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007, p. 155.

2. A PASSAGEM PARA A CLANDESTINIDADE

Nesse contexto, alguns militantes do movimento estudantil universitário de Sergipe passam a atuar na clandestinidade, a exemplo de alguns militantes da Ação Popular (AP), os quais passaram a vivenciar a experiência da integração na produção nos estados da Bahia, São Paulo e Pernambuco. Dentre esses militantes, destacam-se: José Rolemberg Côrtes Filho na Bahia,[6] João Bosco Rolemberg Côrtes e Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes em São Paulo e em Pernambuco.[7] Nas palavras de Ana Côrtes, as experiências de resistências do movimento estudantil a partir da decretação do AI-5 passaram a ser marcadas "por uma repressão mais violenta ainda".[8]

Segundo Laura Maria Ribeiro Marques, então estudante de Filosofia, militante do PCB e suplente do representante do DCE no CONSU, os acontecimentos ocorridos naquele ano de 1968 foram marcados por uma atuação intensa e significativa. Contudo, a partir do AI-5, por causa da repressão imposta aos participantes do movimento estudantil, ela e seu esposo, o militante Wellington Dantas Mangueira Marques, passaram a atuar na clandestinidade; mas isto, segundo seu relato, não significou "dizer que não paramos não! Porque já estávamos militando no partido e a nossa luta era pela redemocratização do país".[9]

Em Sergipe, não obstante os casos dos militantes do movimento estudantil universitário que passaram a atuar na clandestinidade, sobretudo, após o AI-5, não se têm notícias, pelo menos até o atual estágio dessa pesquisa, da participação desses militantes em ações armadas de confronto ou de guerrilha. Ibarê Dantas, ao discutir essa questão, en-

6 A respeito da experiência vivida por José Rolemberg Côrtes nas atividades da integração na produção, ver em: SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia*. Op. cit.

7 A respeito das experiências vividas por João Bosco Rolemberg Côrtes e Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes – esta última já adotando o nome da casada –, nas atividades da integração na produção, ver em: CÔRTES, Ana Maria Santos Rolemberg. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, entrevistada nos dias 06/04/11 e 26/05/11.

8 CÔRTES, Ana Maria Santos Rolemberg. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, entrevistada nos dias 06/04/11 e 26/05/11

9 MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Lívia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano, Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/05/10.

fatiza que existiram informações de que alguns militantes de esquerda chegaram a realizar treinamentos com vistas à realização de uma eventual ação armada, mas "esses treinamentos localizados estavam longe de ameaçar a ordem vigente", assim como distantes das "operações de guerrilha urbana, que se desenvolveriam, sobretudo em São Paulo".[10] Entretanto, apesar da opção pelo caminho da resistência democrática, não enveredando pelo caminho da luta armada, seja por razões ideológicas seja pela falta de condições materiais, não foi o bastante para impedir o retorno à prisão dos estudantes de Sergipe que haviam sido presos em Ibiúna e detidos no presídio Tiradentes.

3. O RETORNO À PRISÃO

Segundo Antonio Vieira da Costa, militante da POLOP, o retorno à prisão dos estudantes de Sergipe que haviam participado do Congresso de Ibiúna ocorreu em razão do AI-5, em um momento em que o processo de repressão se mostrava mais forte. Conforme seu relato, "a partir do AI-5 realmente é que a repressão aumenta. Tanto é que nós aqui de Aracaju estamos presos por esse período. Nós não fomos assim... Maus-tratados por conta dos nossos familiares".[11]

Esse relato destaca que com o AI-5 os estudantes que haviam sido presos em Ibiúna foram outra vez detidos e continuaram a responder a IPMs instalados em razão do mencionado conclave estudantil, mas não chegaram a sofrer maus-tratos físicos por serem pessoas conhecidas no meio social da cidade. Ressalta ainda que o maior receio deles naquele momento era a transferência para Salvador, ficando afastados de seus familiares e, por conseguinte, mais vulneráveis à repressão.

Avaliando essa recordação, percebe-se que, por um lado, as relações pessoais e familiares parecem ter interagido a favor desses militantes nos desdobramentos que se sucederam ao conclave de Ibiúna e à aplicação dos dispositivos do AI-5. Influências também relatadas por lideranças universitárias vinculadas ao PCB ou dele simpatizantes,

10 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit. pp. 85-88.

11 COSTA, Antonio Vieira da. Entrevistado por José Ibarê Costa Dantas. Aracaju, 13/11/1991. [Transcrito por José Vieira da Cruz, 01/08/2010].

a exemplo de João Augusto Gama da Silva,[12] Dilson Barreto,[13] Wellington Mangueira,[14] entre outros. Essas lideranças destacaram o papel de segmentos da Igreja Católica, da maçonaria, de autoridades do governo estadual e do próprio Exército, atuando no sentido de resguardar os direitos dos estudantes e demais presos políticos. Por outro lado, o limite de ação dessas relações a partir da transferência desses militantes para a Bahia, estado em que os IPMs relacionados aos mencionados estudantes foram julgados, ou para outros estados, representava a impressão de que eles estariam mais vulneráveis aos ditames da ditadura civil-militar.

Essa percepção revela a existência de iniciativas diretas ou indiretas, mediadas pelo conjunto das relações sociais mencionadas, no sentido de tentar atenuar as ações repressivas praticadas pelo Estado frente aos presos políticos envolvidos. Esse tipo de negociação ou estratégia, de interferência das relações sociais, parece ter sido colocado em prática em alguns estados, como foi o caso de Sergipe. Essa margem de manobra ou brechas parece ter persistido enquanto o governo federal não conseguisse de fato coordenar a política de repressão, através da estruturação dos órgãos da comunidade de segurança e informação.[15] Contudo, as fontes pesquisadas, especialmente as entrevistas, revelam também que apesar de suas relações sociais, mesmo estando em sua "terra natal" ou na "terra que residiam", os estudantes detidos não deixaram de sofrer coações morais e psicológicas, dentre elas a ameaça de serem transferidos para prisões em outros estados.

Nesse sentido, em Sergipe, não obstante o rigor do mencionado ato constitucional, sua aplicação foi mediada por relações sociais que pro-

12 SILVA, João Augusto Gama da. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 03/11/2009.

13 BARRETO, Dilson Menezes. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 11/11/2009.

14 MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 27/10/2011.

15 A respeito das comunidades de segurança e informação, ver em: FICO, Carlos. *Como eles agiam*: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Op. cit.; FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula: 1927-2005. RJ: Record, 2005; e ainda em: CARDOSO, Célia Costa. "Segurança e repressão no Estado de São Paulo nos anos 60 e 70". In: AXT, Gunter, D'ALÉSSIO, Márcia Mansor, JANOTTI, Maria de Lourdes M. (Orgs.). *Espaços da negociação e do confronto na política*. Porto Alegre: Ed. Nova Prova, 2007, pp. 106-123.

curaram evitar a sua radicalização. Dentre os exemplos dessa ordem pode ser citado o não cumprimento, por parte da reitoria da UFS, das orientações dos órgãos de segurança e informação para expulsão dos universitários classificados como "subversivos" e "agitadores", discussão a ser abordada no próximo tópico.

4. A UFS E A CASSAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS DOS ESTUDANTES

> Estamos encaminhando a V. S. o nome do estudante dessa Unidade, que, juntamente com outros universitários, promoveu movimentos e dele participou, prejudicando as atividades da comunidade e criando a intranquilidade entre os seus habitantes, no ano findo, conforme nos certificam as autoridades responsáveis pela manutenção da Ordem Pública e da Segurança Nacional.[16]

O desejo das autoridades civis e militares de dominarem a área estudantil após a decretação do AI-5 exigiu a aplicação de mecanismos burocráticos e repressivos para estabelecer o controle e vigilância sobre os estudantes, suas instituições e seus movimentos. O ofício reencaminhado pelo reitor da FUFSE, atual UFS, doutor João Cardoso Nascimento Júnior, à diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), professora Maria da Glória Monteiro, em 26 de fevereiro de 1969, ano seguinte ao da criação dessa universidade, alguns meses após a decretação do AI-5, revela parte desses mecanismos. Neste sentido, os primeiros registros dessas correspondências – mantidas entre autoridades militares, a reitoria da universidade e a diretoria do IFCH – apontam alguns estudantes como causadores da "intranquilidade pública". E, anexa a essa primeira correspondência, seguiu-se uma lista com os nomes dos alunos que participaram da "agitação estudantil de 1968".[17]

16 FUFSE. *Of. do reitor da Universidade Federal de Sergipe dirigido à diretoria do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, 26 de fevereiro de 1969. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH. E ainda a esse respeito o artigo: SILVEIRA, Jussara Maria Viana. "Professor João Cardoso Nascimento Júnior e o movimento estudantil da Universidade Federal de Sergipe (1968-1972) ". Op. cit., pp. 127-146.

17 Op. cit.

Nesse documento, especificamente, aparece o nome de Laura Marinho Tourinho Ribeiro, estudante de história do mencionado instituto. Logo em seguida, no dia 1º de março de 1969, a reitoria da UFS divulga o ofício circular nº 10/1969, fazendo remissão ao ofício de 26 de fevereiro daquele ano, no qual solicita que as respectivas direções das instituições que passaram a compor aquela universidade tomassem providência em relação aos estudantes constantes das "relações que acompanharam o ofício CONFIDENCIAL", comparecendo para tratar de assunto "urgente e inadiável".[18]

Os documentos apontados discutem a posição da UFS em relação às "ordens" de enquadramento dos estudantes listados pelos órgãos de segurança e informação, em relação ao Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, destacando os fundamentos legais para a expulsão dos estudantes identificados como agentes da "intranquilidade pública". Entretanto, essa determinação não foi assumida pela então reitoria da Universidade, que encaminhou os processos no sentido de repreender disciplinarmente os estudantes, cassando seus direitos políticos sem, contudo, expulsá-los.

Desta forma, pressionada pela 6ª Região Militar – sediada no Estado da Bahia –, representada em Sergipe pelo 28º Batalhão de Caçadores, a administração da UFS resolveu não expulsar os estudantes que apareciam na lista dos que, segundo os militares e os órgãos de segurança e informação, "lideravam os movimentos que intranquilizam" tanto os estudantes como a sociedade.[19] Curiosamente, aqueles que, outrora, desfilavam nas ruas de Aracaju, comemorando e sendo saudados pela sociedade por causa do ingresso no ensino superior, parando as artérias do centro comercial e administrativo da cidade,[20] neste outro contexto, passaram a ser vistos pelas autoridades militares e civis como causadores da "intranquilidade pública".

Em favor desses estudantes e contra as determinações dos militares e dos órgãos de segurança e informação que propugnavam pela expul-

18 FUFSE. *Of. do reitor da Universidade Federal de Sergipe destinado à Diretoria do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, 1º de março de 1969. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH (negrito e caixa alta do documento).

19 FUFSE. *Of. do reitor da Universidade Federal de Sergipe destinado à Diretoria do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, 1º de março de 1969. Op. cit.

20 GAZETA DE SERGIPE. *Trote alegrou ruas da cidade*. Ano V, n. 132, 20 de abril de 1960, p.1.

são dos estudantes, a deliberação do Conselho Universitário da UFS, sob a presidência do reitor João Cardoso do Nascimento Júnior, oficializou, através da portaria assinada em 1º de março e publicada em 19 de março de 1969, uma sanção disciplinar cassando os direitos de representação política dos estudantes envolvidos na questão. Na prática, essa portaria proibia-os de exercer cargos em órgãos estudantis, de representar os estudantes em órgãos deliberativos das instituições de ensino e de participarem de eleições estudantis, portanto, em lugar da expulsão, a portaria de 19 de março de 1969, referendada pelo CONSU, buscou:

> a) SUSPENDER DO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES, a partir desta data, os estudantes cujos nomes constam da referida citação e que estão dispondo cargos nas Direções dos Órgãos de Representação estudantil ou exercendo a Representação do cargo ... (sic)
> b) DETERMINAR QUE NENHUM DOS QUE TÊM seu nome incluído na relação poderá concorrer a eleições ou ser indicado para exercer as representações aos cargos referidos na alínea anterior.[21]

Essa resolução colocava, ainda que parcialmente, um encaminhamento para as determinações dos órgãos de segurança e informação que propugnavam pela expulsão dos estudantes listados como agitadores e provocadores da "intranquilidade pública". Neste sentido, mesmo sendo uma resolução punitiva, essa deliberação do Conselho Universitário permitiu que esses estudantes não fossem expulsos e, principalmente, que eles concluíssem seus estudos.

Ibarê Dantas, examinando essa documentação, relacionou os estudantes que tiveram seus direitos políticos cassados a partir dos cursos aos quais eles estavam matriculados. Dentro desta perspectiva, no curso de direito estavam matriculados: Antonio Jacinto Filho, Benedito Figueiredo, Carlos Cleber Nabuco Teixeira, Elias Hora Espinheiro, Ja-

21 FUFSE. *Portaria nº 29*, de 19 de março de 1969. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

ckson Barreto Lima, Jackson de Sá Figueiredo, João Augusto Gama da Silva, João de Deus Góis, Jonas da Silva Amaral Neto, José Anderson Nascimento, José Sérgio Monte Alegre, Josefa Lourindo Novais, Mário Jorge Menezes Vieira, Moacir Soares da Mota, Otoniel da Silva Vieira Neto, Paulo Parrocho Nou, Wellington Dantas Mangueira Marques; do curso de economia: Antonio Vieira da Costa e Dilson Menezes Barreto; do curso de Letras: Janete Correia de Melo e Elvidina Macedo de Carvalho; do curso de medicina: Ilma Menezes Fontes, José Alves do Nascimento, José Rolemberg Filho e Maria Janete Sá Figueiredo; do curso de química: Francisco Carlos Nascimento Varela e José Jacob Dias Polito; e do curso de serviço social: Elze Maria dos Santos, Hendricks Johannes Sprabel e João Bosco Rolemberg Côrtes.[22]

Ainda em relação aos casos de denúncias quanto à atuação "subversiva" e de suposta "agitação social" praticadas por estudantes da UFS, a reitoria solicitou dos seus respectivos institutos e faculdades a instalação de comissões de inquérito para apurar as denúncias encaminhadas pelos órgãos de segurança e informação. No caso do IFCH, a presidência da mencionada comissão coube ao professor Fernando Porto. A este respeito, José Ibarê Costa Dantas,[23] um dos estudantes do IFCH ouvidos pela mencionada comissão, recorda o desejo de aprofundar o tom das críticas dos acontecimentos em curso naquele momento. No entanto, a experiência pedagógica e política do professor Fernando Porto, intelectual que já havia experimentado o cotidiano da ditadura do Estado Novo, conduziu os depoimentos, reduzindo-os a termo e evitando maiores embaraços para os que nele se encontravam envolvidos.[24]

O cuidado demonstrado pelo presidente da mencionada comissão de inquérito, não obstante o momento político que o país atravessava, para não comprometer as partes envolvidas, revela também o olhar, ainda que parcial, de parte da sociedade em relação aos estudantes. No caso em questão, os estudantes, para os docentes do IFCH, apesar de eventuais discordâncias de cunho político e acadêmico com alguns dos

22 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984*. Op. cit., pp.102-103.
23 DANTAS, José Ibarê Costa. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 10/10/2010.
24 IFCH/FUFSE. *Of. s/nº encaminhado pelo professor Fernando Porto ao reitor da UFS*, em de 28 de fevereiro de 1970 In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

membros daquele corpo docente, não representavam uma ameaça nem para a instituição nem para a sociedade.[25]

Entretanto, não obstante as conclusões da mencionada comissão disciplinar quanto à negativa de que os estudantes do IFCH representavam ameaça social ou causa de intranquilidade pública, elas não foram suficientes para impedir que os órgãos de segurança e informação enviassem, em janeiro de 1970, uma segunda relação com os nomes de mais cinco estudantes no rol dos que deveriam ser enquadrados no Decreto-Lei nº 477. Dentre esses nomes, chama atenção o estudante do curso de história José Ibarê Costa Dantas, intelectual que, décadas depois, destacou-se como estudioso do campo da história política, inclusive com uma valiosa pesquisa sobre a ditadura civil-militar em Sergipe. Nessa relação, ainda figuram os nomes dos estudantes Paulo Afonso de Almeida e Sílvio Santana Filho, do curso de direito; do estudante Júlio César Régis Dantas, do curso de serviço social; e da estudante Zenaide Rosa Sobral, do curso de geografia.[26]

Ao recordar esse acontecimento, José Ibarê Costa Dantas destaca que, diante daqueles "tempos difíceis", no qual o estado democrático de direito e a autonomia universitária estavam sob a restrição e a tutela das autoridades militares, o então reitor, o doutor João Cardoso Nascimento Júnior, ao ser interpelado sob o enquadramento dos mencionados cinco estudantes nas sanções estabelecidas pelo Decreto 477, não se intimidou.[27] Dessa forma, ele repetiu o procedimento anterior acrescentando os nomes dos cinco outros estudantes mencionados na lista da Portaria/UFS nº 29 que restringia os direitos políticos estudantis, também não os expulsando da instituição.[28]

Sobre essa discussão, a então estudante de história, militante do PCB, liderança do movimento de mulheres e hoje professora Laura Maria Ribeiro Marques, uma das atingidas pela Portaria nº 29, ao recordar

25 Op. cit.

26 SNI/DSI/MEC. *Of. nº 001/SNI/DSI/MEC/1970, encaminhado pelo Diretor de Divisão de Segurança e Informações, Brigadeiro Armando Tróia ao reitor da UFS*, em 07 de janeiro de 1970. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

27 DANTAS, José Ibarê Costa. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 10/10/2010.

28 Ver a respeito: FUFSE. *Portaria nº 28*, 6 de fevereiro de 1970. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH; e ainda em: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit.; p. 105 e 132.

os fatos transcorridos em razão daqueles acontecimentos, dimensiona o que significou para ela a revogação, quarenta e dois anos depois, da portaria que cassou seus direitos estudantis. Disse ela "João Cardoso muito hábil conseguiu uma forma de não nos expulsar, mas caçar apenas os direitos e nos deixou concluir o curso.[29]

Para Laura Marques, a cassação dos direitos políticos dos estudantes foi a solução para responder à pressão que os órgãos de segurança e informação faziam para expulsar os estudantes identificados como "causadores da intranquilidade pública". Nesse sentido, a revogação da mencionada portaria, em sessão solene do CONSU/UFS, realizada em 27 de maio de 2010,[30] durante as comemorações dos quarenta e dois anos da instituição, não significou para ela a revogação de uma punição disciplinar. Mas, sim, a celebração da solução possível, encontrada pela reitoria naquele momento, para que ela e as demais lideranças estudantis ameaçadas pelo Decreto-Lei 477/69 concluíssem os seus respectivos cursos.[31]

Essa percepção também é partilhada por Dilson Menezes Barreto, estudante de economia, secretário-geral da primeira diretoria do DCE, membro do CONDESE e gestor de vários órgãos públicos durante e, sobretudo, após a ditadura civil-militar. Segundo sua descrição, João Cardoso Nascimento Júnior "foi pressionado inclusive para nos expulsarmos da Universidade. Mas ele peitou o regime militar. Ele não expulsou ninguém, nem suspendeu ninguém".[32]

A esse respeito, João Augusto Gama da Silva – primeiro presidente do DCE/UFS, depois prefeito de Aracaju entre 1997 e 2000 – também destaca a habilidade e a coragem de Nascimento Júnior diante da

29 MARQUES, Laura Maria. Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Lívia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano, Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/05/10 (negrito nosso).

30 FUFSE. *Portaria nº 1060,* de 14 de maio de 2010. Disponível em: <www.portarias.ufs.br/portarias_arquivos/127427357645.doc >. Acessado em 11/12/2011.

31 MARQUES, Laura Maria. Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Lívia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano, Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/05/10 (negrito nosso).

32 BARRETO, Dilson Menezes. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 11/11/2009 (negrito nosso).

pressão dos órgãos de segurança e informação.[33] Segundo Silva, o então reitor era uma pessoa com perfil político discreto, "era um homem liberal e realmente ele teve um comportamento de uma dignidade a toda prova. Se não fosse João Cardoso nós não tínhamos nos formado".[34] Ainda sobre a personalidade de João Cardoso Nascimento Júnior, Silva acrescenta que ele era um "homem liberal de esquerda, com um compromisso com a legalidade e com as discordâncias com o arbítrio, essa é a imagem que eu tenho do Dr. João Cardoso. Imagino as pressões que ele teria sofrido".[35] E sobre a postura do reitor Nascimento Júnior diante das pressões dos militares, Silva destaca ainda que:

> [...] ele chegou a falar ao coronel, ao general comandante da região militar Abdon Sena, no momento em que o general percebeu que aquilo [a cassação dos direitos políticos] era como se fosse uma embromação. Então João Cardoso disse: o senhor mande por escrito as expulsões dos rapazes. Ora, o general não queria assinar um documento desses. **Então ele disse eu não vou assumir, pois Aracaju é uma cidade muito pequena onde todos nós nos conhecemos e eu não vou me descompatibilizar com essas famílias e com esses rapazes. Eu não vou assumir essa responsabilidade!** E nisso nós fomos ganhando tempo, chegou o ano de 1970. Naquela época o curso de direito eram cinco anos, funcionava ainda ali na rua da Frente [avenida Ivo do Prado]. E nós conseguimos concluir o curso, então em rápidas pinceladas é esse aí o histórico.[36]

O conjunto dessas recordações tende, portanto, a destacar não apenas o reconhecimento quanto à postura do reitor Nascimento Júnior no acontecimento em questão, como também a importância da teia de re-

33 Ver também sobre essa discussão: SILVEIRA, Jussara Maria Viana. *Da medicina ao magistério*: aspectos da trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior. Op. cit., pp. 195-197.

34 SILVA, João Augusto Gama da. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 3/11/2009.

35 SILVA, João Augusto Gama da. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 3/11/2009 (negrito nosso).

36 Op. cit. (negrito nosso).

lações sociais dos estudantes e de seus familiares nesse processo. Neste sentido, essa teia de relações parece ter sido importante para atenuar o impacto das medidas repressivas sobre os estudantes secundaristas e universitários de Sergipe, ao menos entre 1964 e 1969, como já foi discutido.

Evidências dessas relações também podem ser verificadas ao se consultar os dossiês produzidos pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).[37] Os resumos desses dossiês, em particular os produzidos pelo Serviço Estadual de Informações, trazem informações de cerca de 770 dossiês produzidos a respeito de sindicalistas, políticos, religiosos, estudantes e intelectuais tanto de Sergipe, a grande maioria deles, quanto de dossiês de cidadãos de outros estados. Esses resumos estão disponíveis *online*, através de um banco de dados mantido pelo Projeto Memórias Reveladas, em parceria com o Arquivo Público do Estado de Sergipe. Contudo, apesar da riqueza e importância desse acervo, ele sofre restrições de acesso impostas pela legislação atual e pelas instituições responsáveis por sua guarda, o que dificulta o aprofundamento de muitas discussões sobre esse passado próximo ainda não devidamente estudado.[38]

Além dessas restrições, o esvaziamento ou desaparecimento de alguns dossiês também é uma questão a ser avaliada pelos pesquisadores que discutem esse tipo de documentação. A esse respeito, Clodoaldo Alencar Filho, fichado como liderança estudantil durante o período da ditadura civil-militar, recorda-se de que em razão da atuação desse órgão, ele teve dificuldades para obter a carteira de motorista. Esse fato o

37 A respeito das origens do DOPS, ver: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. "O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional". In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp. 327-340. Sobre atuação do DOPS durante a ditadura militar ver em: FICO, Carlos. *Como eles agiam*: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Op. cit., pp. 111-148; e em: MAGALHAES, Marionilde Dias Brepohl de. "A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil". In: *Revista. Brasileira de História* [online]. 1997, v. 17, n.34, pp. 203-220.

38 Ver a respeito em: CARDOSO, Célia Costa. "1964 em Sergipe: política e repressão". In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011, pp. 1-17; e ainda em: NASCIMENTO, Eugênio. "Entrevista Milton Barboza da Silva - Professor Universitário e Coordenador do Projeto Memórias Reveladas". In: Jornal da cidade. Aracaju, 25 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.primeiramao.blog.br/post.aspx?id=2885&t="em-sergipe,-tivemos-repressoes,-prisoes-e-torturas>. Acessado em 25/12/2011.

teria levado a recorrer à intervenção de conhecidos.[39] Possivelmente em razão desse tipo de mediação, o dossiê sobre ele elaborado, consultado no final dos anos de 1990, quando começávamos as primeiras pesquisas sobre esse campo de pesquisa, possui poucos registros e documentos comprobatórios.[40]

A esse respeito, Dilson Menezes Barreto, referindo-se aos impedimentos legais que as informações desses dossiês provocavam, sobretudo na vida profissional e política de quem estava fichado, relatou que só pôde tomar posse como secretário do CONDESE após a mediação de José Aloísio de Campos e de José Rolemberg Leite. O primeiro, na condição de reitor da UFS, e o segundo, como governador, cargo ocupado pela segunda vez, sendo que desta vez sob a indicação dos militares. Essa mediação resultou no recebimento de um envelope da "6º Região Militar aprovando meu nome e me dando toda uma disponibilidade para exercer o cargo e passei então a ser secretário de planejamento do estado durante o restante do governo do Dr. José [Rolemberg] Leite".[41] Esta narrativa não apenas reforça o peso das relações sociais de alguns estudantes e de seus familiares, como fortalece a suspeita de que os mencionados dossiês sofreram um processo de esvaziamento.

Voltando à discussão da cassação dos direitos de representação política dos estudantes da UFS, observa-se que a atitude protelatória do primeiro reitor contribuiu, não obstante o momento político desfavorável, para preservar a autonomia da instituição e proteger os membros de seu corpo discente dos enquadramentos previstos no Decreto-Lei 477/1969.[42] Quarenta e dois anos depois, no ato de valor simbólico, as

39 ALENCAR FILHO, Clodoaldo. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 15/10/1998.

40 A respeito de Clodoaldo de Alencar Filho, ver em: BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.671.

41 BARRETO, Dilson Menezes. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 11/11/2009. A título de registro, pesquisando no banco de dados do "Projeto Memórias Reveladas" não conseguimos localizar nenhum dossiê relacionado à Dilson Menezes Barreto. Esta constatação indica que, caso ele tenha existido, foi possivelmente extraviado ou retirado do acervo.

42 Dispositivo jurídico revogado pela Lei 6.680, de 16 de agosto de 1979. A respeito da divulgação dessa revogação na FUFSE, conferir: PROEST/FUFSE. *Of. cir. nº 34/1979/PROEST/CPCR*, de 11 de setembro de 1979. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH. Esse ofício foi encaminhado pelo diretor da Coordenação de Promoções Culturais e Recreativas, Luiz Eduardo Alves de Oliva, ao presidente do Diretório Acadêmico do CECH, o então estudante João Francisco dos Santos [Chico Buchinho]. Essa liderança estudantil viria a presidir o DCE

portarias que cassavam os direitos políticos dos estudantes são revogadas em sessão solene destinada às comemorações pelo aniversário de fundação da instituição. Nessa sessão comemorativa, foi enfatizada a necessidade de relembrar o clima político vigente nos anos 1968-69.[43]

Esse ato, nas palavras do reitor da UFS à época, Josué Modesto dos Passos Subrinho – presidente do Diretório Acadêmico Barão de Mauá, no curso de Economia, na gestão 1975/1976; militante estudantil próximo do PCB –, representou "um motivo de orgulho" para a instituição e a sua comunidade acadêmica, pois a universidade, nos seus primeiros anos de existência, não foi maculada pela intolerância política e procurou defender sua autonomia e liberdade de pensamento. Nesse discurso fica evidente a interpretação histórica encampada pela universidade em relação a essa memória e a sua ressignificação.[44] Neste sentido, para Passos Subrinho, "nossa Universidade pode se orgulhar de não ter sido maculada pela intolerância política, por ter defendido, nos limites de sua autonomia, a liberdade de pensamento".[45]

Dessa forma, o proferimento desse discurso toma a cassação dos direitos políticos dos estudantes ameaçados de expulsão pelo Decreto-lei 477/1969 como a solução disciplinar encontrada para preservar a autonomia da universidade, aliviar a pressão sob seus dirigentes e permitir que os estudantes envolvidos concluíssem seus cursos.

Entretanto, a rememoração desse acontecimento parece não ser o bastante para assegurar que a UFS não havia cedido à intolerância política propugnada pela ditadura civil-militar. Em particular, essa dúvida se alicerça quando, examinando a documentação disponível dos órgãos de segurança e informação junto a essa universidade, percebe-se que eles atuaram com certo realce, ao menos durante a década

---

no final da década de 1970, foi um dos fundadores do PT em Sergipe e elegeu-se vereador por Aracaju no mandato de 2004 a 2008.

43 PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. "Discurso proferido durante sessão solene dos Conselhos Superiores". In: "42 anos da UFS". In: *Portal UFS*. 27 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.ufs.br/?pg=artigo&id=144>. Acessado em 10/10/2011 (negrito nosso).

44 A respeito da relação história, memória e ressignificação, ler: POLLAK, Michael. "Memória e Identidade Social". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, pp. 200-212,1992. E em: SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 44, pp. 425-438, 2002.

45 PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Op. cit.

de 1970, e de modo velado, na década de 1980, discussão que será abordada a seguir.

5. ESTUDANTES VIGIADOS E O PAPEL DA ASI/AESI NA UFS

Examinando a correspondência mantida entre a comunidade de informações e segurança e a direção da UFS, no período de 1969 a 1972, observa-se que as constantes cobranças da mencionada comunidade deviam-se, ao menos em parte, à demora nos encaminhamentos solicitados, assim como às resoluções que estes encaminhamentos recebiam. Desta forma, o não atendimento às demandas da Divisão de Segurança e Informação (DSI) por parte de alguns órgãos, instituições e universidades, seja por razões de ordem burocrática ou política – a exemplo da UFS, no caso da cassação dos direitos de representação política dos estudantes em lugar de sua expulsão, protelando as orientações determinadas pela política de Segurança Nacional –, podem ter contribuído para a criação de mais um órgão para a comunidade de segurança e informação, no caso as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI), com o propósito de aumentar o controle da mencionada política, sobretudo nas universidades.[46]

No caso da UFS, após o cumprimento dos trâmites estatutários da instituição, a AESI foi criada em 6 de agosto de 1971, por meio da Resolução do CONSU nº 16/1971,[47] assinada pelo vice-reitor em exercício, Luiz Bispo.[48] Entretanto, apesar de criada em 1971, as atividades dessa

46 Ver a esse respeito: SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. "Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*: as assessorias de segurança e informação das universidades". Op. cit., pp. 30-67, 2008. E ainda em: LEITE, Isabel Cristina. "'Apurando a subversão": um estudo de caso sobre repressão na Universidade pelos arquivos da AESI/UFMG". Op. cit., pp.148-156.

47 FUFSE. *Resolução CONSU nº 16/1971*. In: Arquivo Central da UFS. Fundo Gabinete do Vice-Reitor, GVR/10.

48 Luiz Bispo, segundo reitor da FUFSE, foi a primeira pessoa com formação superior concluída no estado a ocupar o cargo. Enquanto estudante, teve uma passagem discreta pelo movimento estudantil, mas como professor de Direito Constitucional fez questão de exaltar o fato de ter tido na sua primeira turma os estudantes "João Augusto Gama da Silva, Wellington Mangueira, Jackson Figueiredo, Benedito Figueiredo, Jackson Barreto, Wellington Paixão, Mário Jorge", este último considerado por ele "um poeta de esquerda impressionante". Acrescentava que os estudantes daquela turma eram os "meninos mais inteligentes que encontrei na minha presença", uma turma de "intelectuais, das maiores lideranças comunistas de Sergipe". Mais informações a respeito em: SANTOS, Osmário.

assessoria parecem ter sido iniciadas somente a partir de 1972, sendo que em 1976 ela passou a ser denominada de Assessoria de Segurança e Informação (ASI),[49] cujas atividades se estenderiam até a década de 1980, só deixando de existir após a Constituição de 1988.[50]

A criação dessas assessorias de segurança e informação nas universidades teve, portanto, como um dos seus efeitos o controle da autonomia dessas instituições frente às políticas e deliberações estabelecidas pela ditadura civil-militar, sobretudo no tocante à política de segurança nacional. Não obstante esse objetivo, segundo Sá Motta, a ampliação das instituições que formavam a comunidade de segurança e informação, no caso com as AESI/ASI, não impediu que alguns espaços e mecanismos de negociações fossem utilizados por "alguns dirigentes universitários [que] se empenharam em proteger certos membros da comunidade universitária".[51]

6. A ATUAÇÃO DA AESI/ASI JUNTO À UFS

A atuação da AESI/ASI junto à FUFSE ou a UFS, como é atualmente conhecida, foi marcada por proibições, busca de informações e cobranças, cujo objetivo mirava o controle de técnicos, de professores e, sobretudo, de estudantes. Em relação aos estudantes, os documentos eram taxativos quanto ao controle, vigilância e interferência que a mencionada assessoria deveria exercer. As práticas de controle e vigilância iam desde o encaminhamento de fichas de qualificação dos discentes candidatos às vagas de representantes nos órgãos deliberativos da uni-

"Luiz Bispo: Não me afino com política". In: *Osmário Santos*. Aracaju: Portal Infonet, 14 de agosto de 2004. Disponível em: <http://iaracaju.infonet.com.br/osmario/igc_conteudo.asp?codigo=9157&catalogo=5&inicio=24 >. Acessado em 10/10/2010.

49 Ver mais informações a respeito na descrição do acervo da AESI/ASI/UFS elaborada pelo ARQUIVO PÚBLICO NACIONAL /Regional de Brasília. Disponível em: <http://www.an.gov.br/sian/Multinivel/Exibe_Pesquisa_Reduzida.asp?v_CodReferencia_ID=1011009>. Acessado em 10/10/2010.

50 Ver a respeito em: CARVALHO, Gislaine Santos. *Espionagem, vigilância e perseguição*: a história da AESI em Sergipe. Op. cit.

51 SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. "Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*: as assessorias de segurança e informação das universidades". Op. cit., p. 34.

versidade[52] até os casos em que a ASI não recomendava a posse de estudantes em entidades estudantis nos cargos para os quais haviam sido eleitos.

Ilustra essa discussão o caso da recomendação feita pela ASI, em setembro de 1977, sob a chefia do coronel R-1 José Brito da Silveira, de que não havia condições convenientes para que o estudante José Luiz Gomes tomasse posse na gestão eleita para a direção do DA Sílvio Romero naquele ano; e ainda que a posse da chapa "Atitude", presumivelmente vinculada a esse DA, estaria condicionada, com a aquiescência da vice-reitoria, ao "processamento do LDB por essa Assessoria".[53] Isto significava que os membros da citada chapa só poderiam tomar posse após o levantamento de seus dados biográficos. Segundo Carvalho, essa ficha de Levantamento de Dados Biográficos (LDB) parece ter sido uma das "mais almejadas pela AESI", pois possibilitava a construção de um perfil ideológico das "atividades políticas da pessoa investigada".[54] Esse perfil abarcava estudantes, técnicos e professores, sendo indispensáveis nos processos de nomeação tanto de cargos públicos como de cargos inerente à representação estudantil.

Exemplos dessa ordem indicam o poder de interferência dessa assessoria tanto em relação à autonomia das entidades estudantis quanto em relação à autonomia da universidade. Esse tipo de interferência e de controle é claramente explícito na solicitação encaminhada pela AESI, através de ofício circular, ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFS, transmitindo as "instruções recebidas da DSI/MEC" quanto à necessidade de:

> a) Comunicar por ofício as chapas registradas com os nomes e os candidatos a cargo de direção no Diretório Acadêmico, **somente determinando data da eleição após aprovação pelos órgãos de segurança**;

52 FUFSE. *Of. AESI/UFSE nº05/1973*, enviada a diretor da IFCH, 3 de outubro de 1973. In: In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

53 FUFSE. *Of. ASI/UFSE nº 50/1977*, enviada ao vice-reitor da FUFSE, 2 de dezembro de 1977. Arquivo Central da UDS. Fundo Gabinete do Vice-Reitor, GVR/10.

54 CARVALHO, Gislaine Santos. *Espionagem, vigilância e perseguição*: a história da AESI em Sergipe. Op. cit., p.52.

> b) Remeter impreterivelmente logo após o término das inscrições do concurso para professores, Curriculum Vitae dos mesmos, não esquecendo de exigir, que o chefe da Secretaria verifique antes da inscrição se constam todos de qualificação do candidato;
> c) Comunicar a esta AESI, os professores eleitos para chefia e subchefia de Departamentos, com início e término imediato do mandato.[55]

Observa-se, portanto, que a AESI/ASI mantinha constante correspondência oficial com a reitoria, sobretudo a vice-reitoria e os institutos de ensino que constituíam a universidade. Essa correspondência, em regra, era classificada em vermelho como confidencial, reservada ou sigilosa, conforme orientação do Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (RSAB).[56]

A estruturação dessas práticas de vigilância e ainda a infiltração de agentes da Polícia Federal em meio à comunidade universitária faziam com que professores, funcionários e estudantes mantivessem certa cautela e desconfiança, afinal ninguém sabia ao certo com quem estava falando. Ao recordar esse cotidiano, Antônio Ponciano Bezerra, estudante do curso de letras entre o final dos anos 1960 e início dos 1970, e atualmente professor do curso de letras da UFS, enfatiza que naquele momento "a universidade era uma instituição vigiada, você não sabia ao fundo com quem você estava falando".[57]

Ruy Belém de Araújo, estudante de história entre 1974 e 1979, militante do movimento estudantil, professor do curso de história da UFS, liderança sindical do magistério, menciona que a AESI e depois a ASI ficava localizada no prédio da reitoria situado na rua Lagarto, centro de Aracaju, só passando para o atual campus universitário a partir da década de 1980. Nesse período, conforme seu relato, sabia-se que o coti-

55 FUFSE. Of. cir. AESI/UFSE, nº 01/1973, enviado à direção do IFCH, em 07 de junho de 1973. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

56 FUFSE. *Of. cir. ASI/UFSE nº 01/1977*, sobre o envio do RSAB nº 10 a diretor do IFCH, 01 de junho de 1977. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

57 BEZERRA, Antônio Ponciano. Entrevistado por Gislaine Santos Carvalho. Aracaju/SE, 14/08/2008 (negrito nosso). Ainda a respeito do entrevistado também é importante destacar que ele, na ocasião dessa entrevista, ocupava o cargo de pró-reitor de Graduação da FUFSE.

diano da comunidade universitária era acompanhado através de fichas de identificação e de relatórios. Segundo Araújo, havia "professores que eram relatores, que faziam parte da ADESG,[58] e esses professores passavam informações. A gente desconfiava de muitos... [o] duro [era] provar!".[59] Araújo também relata ação de policiais federais infiltrados em eventos e na própria sala de aula. Essa presença, segundo sua descrição, não chegava a amedrontá-los, mas eles "estavam sempre nos vigiando, e a gente sabia". Não de forma escancarada, mas, "observando, anotando e gravando... Nós até brincávamos com alguns que eram estudantes, que eram da Polícia Federal, que tinham o papel da Polícia Federal".[60]

Além dessas práticas de controle e vigilância, as AESIs/ASIs produziam e divulgavam uma espécie de "informativo/boletim" com as suas respectivas ações entre os órgãos dessa comunidade instalados em universidades de várias partes do país. A este respeito, Sá Motta chega a classificar, segundo o tipo de correspondência recebida pela AESI/UFMG de AESIs de outras instituições do Brasil, a AESI/UFS como uma das mais organizadas do país.[61]

Essa organização pode ser traduzida no empenho que a AESI/UFS procurava demonstrar no trabalho de controle e vigilância para com os membros da comunidade universitária. Em particular, no tocante à coleta de informações quanto à circulação de publicações proibidas, quanto às programações dos eventos estudantis, quanto às possíveis viagens ou relacionamentos de professores ou de alunos com pessoas ou com países socialistas, entre outras. O requerimento da AESI/UFS ao diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, prof. Fernando de Figueiredo Pôrto, solicitando com urgência informações sobre os conteúdos das publicações recebidas tanto pelos alunos como pelos professores, é um exemplo dessa ordem, como se pode apreciar na citação a seguir:

58 Associação dos Estagiários da Escola Superior de Guerra (ADESG).

59 ARAÚJO, Ruy Belém de. Entrevistado por Gislaine Santos Carvalho. Aracaju/SE, 08/08/2008 (negrito nosso). Ainda a respeito do entrevistado, também é importante destacar que ele, na ocasião dessa entrevista, ocupava a condição de pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da FUFSE.

60 ARAÚJO, Ruy Belém de. Op. cit.

61 SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. "Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*: as assessorias de segurança e informação das universidades". Op. cit., p. 39.

> a) Confirmar, ou não, se o **Diretório Acadêmico** dessa Unidade **está recebendo publicações oriundas da "Cortina-de-ferro"**, bem como **se existem também programações estudantis tendo como prêmio viagens à Rússia.**
> b) Caso positivo dizer o nome das pessoas que já foram ou estejam em país socialista, **tanto aluno ou professor**.[62]

Ainda em relação a essa correspondência entre a AESI e a UFS, chama atenção um relatório baseado em documentos supostamente apreendidos em um aparelho do PCB. Este relatório foi divulgado pela citada assessoria para informar às autoridades responsáveis o grau de organização do movimento estudantil e como os movimentos de esquerda estavam infiltrados no Movimento Universitário. Mas o conteúdo desse relatório, feitas as devidas ponderações em razão da finalidade de sua divulgação, também revela como os quadros do PCB estavam avaliando o movimento estudantil a partir da conjuntura política naquele momento. Segundo esse relatório:

> Esta situação ajudou a repressão dirigida à Universidade, facilitando o fechamento da maioria dos DAs e a expulsão de grande número de seus membros; o término das entidades coordenadoras; a aposentadoria compulsória de professores esquerdistas e a desmontagem da imprensa estudantil esquerdista. Isto, conjugado com a política dos esquerdistas, agravou os problemas do movimento de massa e levou à deteriorização crescente da vida política e orgânica do UM (sic) [Movimento Universitário].[63]

Nesse sentido, o mencionado relatório informa o fechamento de DAs, o fechamento da UNE, a aposentaria de professores e o desmonte da imprensa estudantil. Essa é a avaliação produzida pelo PCB nos documentos apreendidos e sintetizados divulgados pela AESI/UFS. Es-

62 FUFSE. *Of. cir. AESI/UFSE, nº 01/1974*, 19 de março de 1974. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH (negrito nosso).

63 AESI/FUFSE. *Relatório da situação atual do "movimento estudantil", através da análise de documentos apreendidos e informações obtidas*. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

tas informações, mesmo que filtradas e manipuladas, revelam não só a intenção dos militares em informar a situação em que se encontrava o movimento estudantil universitário, como também deixa evidente a leitura do PCB a respeito daquele período histórico, em particular a respeito do movimento estudantil. Entre as discussões que esse relatório deixa sobressair, destaca-se a crítica do PCB aos grupos de esquerda, que enveredaram pela luta armada, pelo enrijecimento imposto pela ditadura aos movimentos e às mobilizações sociais.

Nesse período, portanto, além das orientações e cobranças constantes – cujo objetivo era de que as universidades controlassem os estudantes, impedindo-os de realizar atividades classificadas, pelos órgãos de segurança e informação, como "agitações subversivas" –, foram divulgadas informações sobre livros que não deveriam ser lidos, os perigos da imprensa estudantil, a exemplo do jornal "Movimento", a necessidade de proibir a participação dos estudantes em encontros, numa clara referência à então recente memória do XXX Congresso da UNE, realizada em Ibiúna, São Paulo, em 1968, além do controle da atuação de técnicos e de professores.[64]

7. OS DOCUMENTOS DA AESI/ASI/UFS

As fontes sobre o movimento estudantil durante o período militar, em particular as relacionadas ao controle que os órgãos de segurança e informação que se impuseram a esses sujeitos sociais, sofreram de um problema parecido com aquele atribuído a Ruy Barbosa, então ministro da Fazenda do Governo Republicano Provisório, que havia mandado queimar a documentação referente à mancha representada pela escravidão na história nacional. Este fato serviu, por algum tempo, como alegação de que não se podia estudar determinadas questões sobre a

64 Ver a respeito em: CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. "Espionagem, vigilância e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 -1979) ". Op. cit.; em: SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. "Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*: as assessorias de segurança e informação das universidades". Op. cit.; e ainda em: CRUZ, José Vieira da. "Estudantes vigiados: órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977)". Op. cit.

escravidão no Brasil por falta de documentos escritos, argumento que tem sido contestado pelas inúmeras pesquisas arquivistas a respeito.[65]

Algo parecido ocorre com a documentação relacionada aos órgãos de segurança e informação, parte da qual parece ter sido filtrada pelas autoridades à medida que o processo de redemocratização avançava no país. Esta hipótese, como já discutimos, parece comprovar-se quando se examinam os dossiês dos estudantes fichados pelo DOPS/SE, nos quais se encontra pouca documentação incorporada ao conjunto de cada dossiê, o que alimenta a suspeita de que alguns deles passaram por um processo de esvaziamento e filtragem.

A outra parte, a referente à documentação produzida pela AESI/ASI junto à UFS, foi alvo dos protestos estudantis. Esses protestos estavam sendo deflagrados em várias partes do país contra esses órgãos e suas documentações. Ilustra este contexto o episódio em que os estudantes da Universidade Federal do Ceará descobriram os arquivos da ASI, que funcionavam junto àquela universidade. Diante dessa informação, os estudantes promoveram uma invasão com a intenção de interromper as atividades daquele órgão de vigilância, que se mantinha em funcionamento em pleno período de transição democrática, desativando suas atividades. Neste sentido, segundo Gisela Mendonça, então presidenta da UNE, a invasão à Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da Universidade Federal do Ceará (UFC) "foi, sem dúvida, uma ousada investida dos estudantes contra esse órgão que é o braço do Serviço Nacional de Informação (SNI) dentro das Universidades".[66]

Nesse sentido, a invasão da ASI/UFC, não parece ter sido um caso isolado. A análise da entrevista de Gisela Mendonça, presidenta da UNE, publicada no livro *A UNE contra o SNI*, revela que o movimento estudantil universitário se colocava, naquele momento, entre 1982 e 1988, de modo engajado contra o Sistema Nacional de Informações e as ASIs que continuavam funcionando nas universidades.

Em Sergipe, pelos menos dois fatos ilustram esse posicionamento: a denúncia de que agentes da Polícia Federal e funcionários da ASI/UFS

65 SLENES, Robert W. "O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX". *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, 1983, pp. 117-150.

66 MENDONÇA, Gisela. "Entrevista de Gisela Mendonça – Presidente da UNE: A UNE segue o rastro". In: *A UNE contra o SNI*. São Paulo: Alfa-Omega, 1987. (Obra coletiva)

estavam (re)ativando as atividades da política de segurança nacional em pleno contexto de transição democrática; e a outra relacionada à invasão e destruição dos arquivos da ASI por estudantes, sob a liderança do DCE/UFS.

O primeiro fato reveste-se de uma denúncia feita ao jornal *Gazeta de Sergipe*, em 1º de outubro de 1982, pelo presidente licenciado do DCE/UFS, o então estudante de direito Marcelo Déda Chagas, na época candidato pelo recém-fundado Partido dos Trabalhadores às eleições para o legislativo estadual. A denúncia em questão dizia respeito à ação de agentes da Polícia Federal e de servidores da ASI que, agindo em conjunto, coletavam informações das entidades sindicais e estudantis no atual *campus* universitário, localizado no município de São Cristóvão.[67]

A novidade dessa denúncia não era a ação em conjunto de agentes da Polícia Federal com os funcionários da ASI/UFS – essa relação já existia desde a década de 1970, conforme relatos já discutidos de Ruy Belém de Araújo,[68] Antônio Ponciano Bezerra[69] e Milton Alves[70] –, mas sim o fato de que, após um breve período de "suposta" desativação da ASI, ocorrido nos últimos anos da década de 1970, em concomitância com o processo de abertura política, a partir dos primeiros anos da década de 1980, a comunidade universitária passou a verificar, de forma invasiva, o retorno das atividades de vigilância e controle dos agentes dos mencionados órgãos.

Para Marcelo Déda Chagas,[71] essas ações representavam "mais uma prova da falta de autonomia da Universidade Brasileira e um afronte à comunidade universitária", e complementa "que enquanto o presidente João Batista Figueiredo, discursa na ONU falando em 'liberdade para

67 GAZETA DE SERGIPE. *Déda denuncia*: PF e seguranças do Campus ameaçam estudantes. Ano XXVI, n. 7.194, 1º de outubro de 1982, p.4.

68 ARAÚJO, Ruy Belém de. Entrevistado por Gislaine Santos Carvalho. Aracaju/SE, 08/08/2008.

69 BEZERRA, Antônio Ponciano. Entrevistado por Gislaine Santos Carvalho. Aracaju/SE, 14/08/2008.

70 ALVES, Milton. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 11/08/2010.

71 Militante da tendência "Atuação", orador nato, estudante de direito e amante das artes, destacando-se no cinema amador, Marcelo Déda, além de presidir o DCE/FUFSE entre 1981-1982, foi um dos fundadores do PT, foi deputado estadual eleito em 1986, deputado federal eleito em 1994 e reeleito em 1996, prefeito da cidade de Aracaju eleito em 2000 e reeleito em 2004, governador do estado eleito em 2006 e reeleito em 2010. Mais informações a respeito em: SANTOS, Osmário. "Marcelo Déda" [entrevista]. In: *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2002, pp. 602-612.

os pobres', no Brasil se vê cidadãos com suas liberdades ameaçadas pelos serviços de informações do Regime Militar".[72] Esse sentimento evocava, segundo essa liderança política, o afronte à sociedade e, em particular, à comunidade universitária, que se processava no curso de um longo período de transição democrática.[73]

Nesse sentido, não obstante o uso político dessa denúncia, realizada no contexto de campanha eleitoral, ela revela o sentimento da comunidade universitária em face da incômoda atuação da ASI e dos agentes da Polícia Federal a serviço da política de segurança nacional. Esta situação é comparável ao avaliado na entrevista de Gisela Mendonça, presidenta da UNE entre 1986 e 1987, em relação à campanha que a UNE promoveu contra o SNI e os demais órgãos da comunidade de segurança e informação que continuavam a desenvolver suas atividades.[74]

Já o segundo fato, relacionado à resistência estudantil frente à ASI/UFS, ocorreu de forma muito semelhante aos acontecimentos transcorridos com a invasão pelos estudantes da UFC à ASI daquela universidade. Segundo Ibarê Dantas, os estudantes da tendência "Viração", que reunia em seus quadros estudantes do PC do B, sob o mote de "desmoralizar a ditadura", além de promoverem pichações de muros contra a ditadura, contra o aumento das passagens de ônibus, entre outras bandeiras, no período de 1982 a 1985,[75] invadiram a sala da ASI no prédio da reitoria da UFS, "onde estavam dois funcionários, recolheram os documentos à vista, colocaram em sacos, conduziram-nos para fora do prédio e incineram-nos ao lado".[76] Diz ainda que teriam ficado em volta do túnel em chamas "festejando em algazarra a destruição de grande parte da memória da repressão na Universidade Federal de Sergipe".[77]

72 GAZETA DE SERGIPE. *Déda denuncia*: PF e seguranças do Campus ameaçam estudantes. Op. cit.

73 Sobre esse período de transição democrática, ver: KINZO, MARIA D'ALVA G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001, pp. 3-12.

74 MENDONÇA, Gisela Mendonça. "Entrevista de Gisela Mendonça – Presidente da UNE. A UNE segue o rastro". Op. cit.

75 Essa "operação estudantil" deve ter ocorrido entre 1982 e 1985, mas até o momento não temos como precisar a data.

76 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984*. Op. cit., p. 258.

77 Op. cit.

Ao escrever o livro *A tutela militar em Sergipe. 1964-1984:* partidos e eleições num estado autoritário, publicado em 1997, Ibarê Dantas, após avaliar as entrevistas a ele concedidas por Frederico Lisboa Romão,[78] conhecido como Fredão, e por Carlos Roberto dos Santos, conhecido como Cauê[79] – que juntamente com Álvaro Vilela[80] e Edvaldo Nogueira,[81] entre outros –, participaram da operação estudantil de invasão à ASI/UFS,[82] argumentou em tom de desaprovação o ato que esses estudantes praticaram. Segundo Dantas, sob "a alegação de desmoralizar a ditadura, [estes estudantes] privaram assim a sociedade de um patrimônio documental, gerado durante o regime autoritário, que certamente muito ajudaria a compreender o período".[83] Dantas registra ainda que, após essa operação, os funcionários da mencionada assessoria trataram de recolher os documentos restantes oferecendo destino até o momento ignorado.[84]

Após a publicação do mencionado livro, Carlos Roberto da Silva, Cauê, uma das lideranças estudantis entrevistadas por Ibarê Dantas sobre a citada "operação dos estudantes", lamentou e discordou da versão apresentada por esse historiador, tendo, por causa dessa divergência, publicado uma resenha no jornal *Folha da Praia*, periódico alternativo, no qual ele afirma que o fato não tinha ocorrido bem assim; ao contrário, os militantes de esquerda e os DCEs de várias partes do Brasil,

78 Militante da tendência "Viração" na década de 1980, filiado ao Partido dos Trabalhadores. Atualmente professor do Departamento de Serviço Social/UFS.

79 Militante da tendência "Viração" na década de 1980, presidente do DCE/UFS em 1985, filiado ao PC do B. Profissional da área de publicidade. Mais informações ver: SILVA, Carlos Roberto [Cauê]. Entrevistado por Farley Goes do Espírito Santo e Daniele Xavier de Andrade. Aracaju/SE, em 15/06/2008 e em 08/11/2008.

80 Primeiro membro da tendência "Viração" a presidir o DCE/UFS. Atualmente reside em Salvador.

81 Militante da tendência "Viração", presidente do DCE/UFS em 1984, filiado ao PC do B. Eleito vereador por diversas vezes, vice-prefeito de Aracaju em 2000 e reeleito em 2004, com a renúncia de Marcelo Déda que concorreu ao governo do estado, assume a prefeitura de Aracaju em 2006 e em 2010 é eleito prefeito por meio de ampla aliança política que aglutinou em torno de sua candidatura do PT ao PSDB. Ver mais a respeito em: NOGUEIRA, Edvaldo. Entrevistado por Farley Goes do Espírito Santo e por Daniele Xavier de Andrade. Aracaju/SE, em 08/12/2010.

82 DANTAS, José Ibarê Costa. Op. cit.; p. 258 e p. 276.

83 Op. cit.

84 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984.* Op. cit.

após terem conhecimento dessa documentação, procuraram salvaguardá-la.[85]

A versão apresentada por Carlos Roberto da Silva, uma década depois de a citada "operação estudantil" ter ocorrido, e tempos depois da entrevista que ele havia concedido a Ibarê Dantas, parece refletir mais os debates e discursos sobre a história e memória da ditadura civil-militar já com algum distanciamento temporal, visto a partir da década de 1990, em contraste com o sentimento político que havia movido as entidades estudantis e suas lideranças, a partir da década de 1980, na luta política e simbólica contra a comunidade de segurança e informações e a política de segurança nacional.[86] A respeito deste aspecto simbólico, Silva lamenta a destruição dos documentos, mas enfatiza que ela foi "um ato simbólico de vitória pela extinção da ASI, decidimos queimar aquilo que já houvera sido destruído, ou seja, filipetas inaproveitáveis dos documentos que constituíram parte da história repressiva do regime, na UFS.[87]

Desse modo, a queima desses documentos, ainda que tenham sido tão somente filipetas, tiveram como lastro a intenção de apagar os traumas, ressentimentos e implicações que os registros dos órgãos de segurança e informação representavam para o movimento estudantil e seus militantes no contexto da década de 1980. Não obstante essa importância simbólica e política, os resultados desses protestos ajudaram a destruir uma parte importante das fontes sobre os estudantes, a universidade e a sociedade brasileira no período em discussão.

Observa-se, assim, um duplo desmonte desses arquivos: um oficial, ocorrido com o esvaziamento dos arquivos pelas autoridades, e outro social, decorrente dos protestos estudantis contra as reminiscências da ditadura. Esses desmontes, por algum tempo, alimentaram a impressão de que só seria possível trabalhar o assunto através de entrevistas, no-

85 CAUÊ, Carlos. "Sobre a tutela militar". In: *Folha da praia*. Ano XVII, n. 654, Aracaju, 29 de maio de 1998, p. 11 (negrito nosso).

86 Ver mais informações a respeito em: SCHMIDT, Benito Bisso. "Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois". In: *Anos 90,* Porto Alegre, v. 14, n. 26, dez. 2007, pp. 127- 156. E em: SANTOS, Márcia Souza. "Memórias da ditadura em tempos de democracia: representações do regime militar através do cinema nacional". In: *Em tempo de Histórias* - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/ UnB, n.10, Brasília, 2006, pp. 69-93.

87 CAUÊ, Carlos. "Sobre a tutela militar". Op. cit. (negrito nosso).

tas esparsas de jornais ou acessando arquivos do SNI ou sobre a ditadura, localizados no Rio de Janeiro, São Paulo ou Brasília.

Mas apesar de tudo isso, nos arquivos do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH/DHI/UFS) e no Arquivo Central da UFS, alguns registros, ainda que esparsos, sobreviveram e têm sido trabalhados nas últimas décadas. Dentre esses registros destacam-se: correspondências expedidas e recebidas, atas de conselhos, peças teatrais censuradas, termos de inquérito, relatórios, entre outros.

Pioneiro na trilha desses documentos, Ibarê Dantas, em *A Tutela Militar em Sergipe*, não apenas descortinou a importância histórica dessa documentação como também apontou a relevância que a recuperação desse acervo documental pode revelar para a história do período.[88] Outros trabalhos, sobretudo no campo da arquivística, têm-se esmerado na busca e sistematização dessa documentação, a exemplo do trabalho de Adriana Melo Carvalho, sobre a presença dessa documentação no PDPH/DHI/UFS[89] e o trabalho de Assis Fabiano Braga Santos e José da Conceição Lima dos Santos, sobre os documentos relacionados ao movimento estudantil existentes no Arquivo Central da UFS.[90] Além desses trabalhos, também é importante registrar a pesquisa de Gislaine Santos Carvalho sobre a história da AESI na Universidade Federal de Sergipe.[91]

O conjunto dessas pesquisas tem demonstrado que, apesar dos documentos destruídos, dos documentos cujo destino ainda é ignorado e dos documentos cujo acesso ainda é restrito pela legislação, é possível, com o suporte da história oral, das pesquisas junto a periódicos e, sobretudo, das pesquisas dos documentos enviados ou recebidos por outras instituições, a exemplo das universidades, seus institutos e departamentos, discutir os significados da política de segurança e infor-

88 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984*. Op. cit., p. 258.

89 CARVALHO, Adriana Melo. *Universidade vigiada*: documentos para a História da ditadura militar na UFS (1969-1977). 2005. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão2005.

90 SANTOS, Assis Fabiano Braga, SANTOS, José da Conceição Lima dos. *Inventário dos documentos estudantis no Arquivo da Universidade Federal de Sergipe (1950-1987)*. Op. cit.

91 CARVALHO, Gislaine Santos. *Espionagem, vigilância e perseguição*: a história da AESI em Sergipe. Op. cit.

mação sobre a autonomia da universidade e do movimento estudantil em tempos de resistência democrática.

Nesse sentido, as fontes avaliadas não apenas revelam os mecanismos de controle e vigilância dos órgãos de segurança e informação como também, mesmo no período classificado pelos estudantes de tempos difíceis, apresentam evidências de que eles mantiveram alguma forma de organização e resistência, assunto a ser discutido no próximo tópico.

8. ESVAZIAMENTO, FECHAMENTO E ECLIPSE DO DCE/UFS

> 1- Os estudantes partirão para campanha de sensibilização da opinião pública, procurando mostrar que o número de aprovados nos vestibulares é amior (sic) [maior] que o número de vagas ofertadas; será [o] aspecto "reacionário da ditadura".
> 2- Já iniciaram a sensibilização dos estudantes, inclusive dos novos, para a permanência de todos os aprovados nas salas de aula, quer matriculados quer não; isto significará tumulto nas Faculdades.
> 3- O ato seguinte será a tentativa de ocupação, ainda que por tempo parcial, das dependências das escolas; este aspecto já foi comunicado aos calouros, sob a forma "vamos entrar todos, para assistir às aulas e ficar, se for preciso. A Faculdade é do povo" (atos em frente ao Instituto de Psicologia junto a vestibulandos).
> 4- Paralelamente ocorrerão ações de rua, de grande importância "para a denúncia de caráter reacionário da ditadura.[92]

O conteúdo supracitado do Informe nº 33, encaminhado pela DSI/MEC às reitorias das universidades brasileiras, em fevereiro de 1969, inclusive à UFS, sinalizava que os órgãos da comunidade de segurança e

92 DSI/SEP/MEC. *Informe nº 33/DSI/SEP/MEC/69*, de 28 de fevereiro de 1969, encaminhado às reitorias de todas as universidades brasileiras. Esse documento foi reencaminhado pelo reitor João Cardoso Nascimento Júnior aos demais órgãos que constituíam a FUFSE através do ofício: FUFSE. *Of. cir. 16/69/GR*, de 30 de abril de 1969. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 03, item 07.

informação passavam a atuar de modo preventivo para evitar e reprimir possíveis estratégias de reivindicação, de protesto ou de resistência por parte dos estudantes. A possibilidade das lideranças estudantis mobilizarem os vestibulandos excedentes, ou seja, aprovados além das vagas disponíveis, nas reivindicações em favor da matrícula destes nos cursos pretendidos e/ou nos protestos contra a ditadura civil-militar, era um dos tipos de manifestações que esses órgãos buscavam impedir.[93]

Em Sergipe, também se verifica nesse período a mobilização de estudantes excedentes no vestibular, sobretudo os do curso de medicina, com o objetivo de garantir suas respectivas matrículas.[94] Contudo, essas reivindicações parecem ter enveredado mais para o caminho da negociação do que para o confronto, tanto por causa do momento político que o país atravessava no período seguinte à decretação do AI-5 como por causa da postura preventiva dos órgãos de segurança e informação.

Nesse sentido, sob a pressão dos órgãos de segurança e informação, como a descrita no Informe nº 33/DSI/MEC, e após o processo de cassação dos direitos políticos dos alunos que estavam na alça de mira das autoridades militares, grande parte da diretoria do DCE/UFS, eleita em 1968, foi cassada, assim como também tiveram seus direitos políticos cassados os representantes do DCE no Conselho Universitário, no caso o estudante de direito João Augusto Gama da Silva, na época também presidente do DCE; o estudante de química Francisco Carlos Varela e a estudante de história Laura Maria Tourinho, sendo esta última suplente no mencionado conselho.

Dessa forma, diante do afastamento da quase totalidade dos membros do DCE e dos representantes dos estudantes no Conselho Universitário, a segunda tesoureira da entidade estudantil, Adirani Santos, convocou os membros do Conselho de Representantes para uma reunião, agendada para o dia 17 de março de 1969, numa tentativa de reorganizar a entidade.[95] Entretanto, esta tentativa logo mostrou-se in-

93 A este respeito, em particular sobre a questão dos excedentes em Alagoas, ver: OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. *A mitologia estudantil*: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano. Op. cit., pp. 52-64.

94 Ver respeito no DAACL. *Of. nº 02/69/DAACL*, de 07 de fevereiro de 1969, encaminhado ao diretor da FMS. In: In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 03, item 07.

95 DCE. *Of. cir. s/nº/DCE*, 17 de março de 1969. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCBS, Caixa 03, item 07.

suficiente para manter a instituição em funcionamento, lançando-se o DCE/UFS no processo de esvaziamento, fechamento e eclipse.

Nesse ínterim, entre meados de 1969 e início de 1975, o movimento estudantil universitário em Sergipe aparece, portanto, eclipsado por uma aparente desarticulação dos estudantes, sem um órgão central de representação estudantil e mergulhado nas sombras dos chamados "Anos de chumbo".[96] No tocante a esse período, as pesquisas relacionadas têm destacado que alguns dos atores sociais que protestaram contra a ditadura civil-militar caminharam para a militância clandestina, para a luta armada, e, de um modo geral, foram duramente reprimidos.[97]

No caso de Sergipe, entretanto, examinando a documentação produzida pelos estudantes universitários e a eles relacionada, constata-se que, embora eles tenham tido suas entidades representativas fechadas: UEES, DEE de Sergipe e DCE; assim como assistido ao ingresso de alguns colegas na militância clandestina – assunto que pela sua importância deve ser abordado em pesquisa específica –, os estudantes mantiveram, ainda que sob constante vigilância e controle das instituições de ensino e dos órgãos de segurança e informação, um mínimo de organização e resistência do movimento estudantil através dos diretórios acadêmicos relacionados aos respectivos cursos a que eles estavam vinculados.

As experiências desse processo de resistência e organização podem ser observadas entre os diversos documentos pesquisados no Arquivo Central da UFS e avaliados no corpo deste livro, dentre os quais: atas, ofícios, prestação de contas e notícias de jornais, entre outros.[98] Avaliando esses documentos, sobretudo no período que se segue à decreta-

96 Ver a respeito dessa expressão em: D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Glaucio Ari Dillon, CASTRO, Celso. *Anos de chumbo*: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1994.

97 Ver a respeito em: VALLE, Maria Ribeiro do. *1968*: O diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Op. cit.; POERNER, Artur José. *O poder jovem*. Op. cit., MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Op. cit.; e: MARTINS FILHO, João Roberto. "A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares". In: *Congresso da Associação de Estudos Latino-americanos*. Dallas, Texas, 27-29 de março de 2003. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2003/FilhoJoaoRobertoMartins.pdf>. Acessado em 10/11/2011.

98 Ver a respeito em: SANTOS, Assis Fabiano Braga Santos; SANTOS, José da Conceição Lima. *Inventário dos documentos estudantis no Arquivo da Universidade Federal de Sergipe (1950-1987)*. Op. cit.

ção do AI-5, entre os anos de 1969 e 1975, foram encontrados registros da existência e do funcionamento de vários diretórios acadêmicos e de pelo menos um centro acadêmico.

Dentre as entidades estudantis que permaneciam em atividade, ainda que formalmente ou mantendo tímidas políticas culturais vinculadas à instituição, estavam: o Centro Acadêmico Sílvio Romero,[99] formado pelos estudantes do curso de direito; o Diretório Acadêmico Barão de Mauá, formado pelos estudantes do curso de ciências econômicas; o Diretório Acadêmico João Ribeiro, formado pelos estudantes de história e de geografia do IFCH; o Diretório Acadêmico D. Luciano Cabral Duarte, formado pelos estudantes de educação; o Diretório Acadêmico Maria Khiel, formado pelos estudantes do curso de serviço social; o Diretório Acadêmico Amando Fontes, formado pelos estudantes do Instituto de Letras e Artes; o Diretório Acadêmico Antônio Militão Bragança, formado pelos estudantes do Instituto de Química; o Diretório Acadêmico Augusto César Leite, formado pelos alunos de medicina, e o Diretório Acadêmico Carlos Chagas, formado pelos estudantes do curso de biologia.

Esses diretórios e o mencionado centro acadêmico funcionavam, portanto, sob a regulação da UFS, conforme determinava o Decreto Lei 228/1967, e sob a vigilância da AESI, conforme consta na documentação consultada no Arquivo Central da UFS.[100] A avaliação desses registros escritos sinaliza também, entre outras evidências, o caminho institucional trilhado pelo movimento estudantil universitário no intervalo de 1969 a 1975, sobretudo na trajetória percorrida para reabrir o DCE da instituição. Desta forma, a compreensão da (re)organização do movimento estudantil na Fundação Universidade Federal de Sergipe, ocorrida em meados dos anos 1970, deve ser compreendida a partir das estratégias de organização e resistências dessas entidades estudantis setoriais, vinculadas aos cursos então existentes.

99 O Centro Acadêmico Sílvio Romero por vezes aparece com a denominação de diretório em razão de uma primeira interpretação da Lei 4.464/1964, logo revista, como já foi discutido. Nesse sentido, no corpo desse livro optamos pelo uso da denominação centro acadêmico.

100 Ver a respeito em: SANTOS, Assis Fabiano Braga Santos; SANTOS, José da Conceição Lima. Op. cit.; e em: CARVALHO, Gislaine Santos. *Espionagem, vigilância e perseguição*: a história da AESI em Sergipe. Op. cit.

Nesse sentido, pode-se perceber a importância da notícia publicada no *Jornal da Cidade*, em junho de 1972, a respeito da movimentação de estudantes para a "composição de chapas, visando à eleição para o diretório acadêmico da Faculdade de Direito. Pela primeira vez, desde 1968, ouve-se falar em movimento estudantil". E ainda que "a Universidade Federal de Sergipe tem nada menos de que nove diretórios acadêmicos, devidamente legalizados, nas suas unidades de ensino".[101]

A matéria noticiada não informa apenas a movimentação de estudantes, no caso da Faculdade de Direito, organizando-se para concorrer às eleições como também informa a existência de outros diretórios que vinham funcionando sob a regulação da universidade e dos órgãos de segurança e informação, como prescrevia a legislação então vigente. Ainda nessa matéria, em tom reivindicatório, os estudantes cobram recursos da universidade para o funcionamento das atividades estudantis e declaram que "não existe vida universitária em Sergipe simplesmente porque 'o único meio de movimentá-la – no caso, os diretórios acadêmicos – estão todos parados, sem funcionar'".[102]

Por um lado, a mencionada notícia evidencia a importância da vida universitária associada às atividades dos diretórios como algo necessário e imprescindível às atividades culturais inerentes ao desenvolvimento do pensamento científico, artístico e cultural na universidade. Por outro lado, o argumento de que os diretórios se encontravam parados e sem funcionar também evidencia uma estratégia para obter recursos. Em meio a esse jogo em prol da reconquista da autonomia política em face da dependência financeira, os estudantes buscavam redimensionar espaços e negociar concessões em um teatro de forças no qual estavam inseridos.

Nesse contexto, têm lugar no cenário político-cultural as primeiras edições do Festival de Arte de São Cristóvão (FASC), dos festivais de cinema amador, da promoção e encenação de peças teatrais, de grupos musicais, de palestras e outros eventos culturais que aguçavam com certa criatividade e irreverência a discussão política do país naquele momento. Neste sentido, não obstante a intenção do Estado em controlar

101 JORNAL DA CIDADE. *UFS tem 9 diretórios que não funcionam*. Ano I, n. 81, 4 de junho de 1972, p. 3.
102 Op. cit.

atividades estudantis e a produção cultural no período enfocado, estudantes e artistas parecem ter redimensionado alguns usos dos espaços criados, inovando as formas de participação política e cultural.[103]

Entre esses espaços, o FASC, criado em 1972 para uma dupla comemoração/rememoração, o sesquicentenário da independência do Brasil[104] e o sesquicentenário da emancipação política de Sergipe,[105] teve nesse decurso de tempo que se estende até 1984 a intenção de direcionar a produção cultural, sobretudo a relacionada ao meio universitário, a exemplo do que foi feito no Festival de Inverno de Ouro Preto, em Minas Gerais. Esses eventos mostraram-se ligados à valorização do passado colonial, do patrimônio cultural e artístico e do turismo histórico.[106] Pensado em torno desse projeto cultural, o FASC alcançaria grande repercussão nos meios de comunicação locais, regionais e mesmo nacionais, atraindo grandes públicos.[107]

Não obstante esse propósito, os usos e redimensionamentos dos espaços do FASC por parte de estudantes, artistas, intelectuais e do conjunto do público que o prestigiava permitiram que esse festival de arte se transformasse em ponto de encontro para se discutir a política do período autoritário com doses de irreverência, criatividade e liberalidade, razão pela qual foi alvo de críticas, sobretudo por parte da Igreja Católica, que não aprovava a prática de algumas extravagâncias realizadas em frente aos monumentos históricos e religiosos da cidade de São Cristóvão, local onde acontecia grande parte da programação do evento.

Nesse sentido, o FASC, além de se tornar um espaço de discussão política e de expressões artísticas de vanguarda, o que por si só já chamava atenção dos órgãos de censura, de informação e segurança, também acabou sendo, por causa do consumo de bebidas e de alguns atos

103 ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. Op. cit., pp. 79-126.
104 OLIVA, Terezinha Alves de. "O FASC e o sesquicentenário da Independência". In: *Caderno UFS*: História, n. 1, São Cristóvão: EDUFS, 1995, pp. 17-21.
105 Ver a respeito da emancipação política em Sergipe em: DANTAS, José Ibarê Costa. "D. João VI e a emancipação política de Sergipe - vertentes historiográficas". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 39, Aracaju: IHGSE, 2009, pp. 109-128.
106 SÁ, Antônio Fernando de. "O I FASC e a política cultural do Estado Autoritário". In: *Caderno UFS*: História, n. 1, São Cristóvão: EDUFS, 1995, pp. 5-16.
107 Ver a respeito em: SANTOS, Everton. *Festival de Artes de São Cristóvão*: à luz da imprensa (1972-1984). Op. cit.

de maior descontração, foco de provocações morais que incomodavam alguns intelectuais e membros da Igreja Católica.[108]

Mas foi no campo das artes cênicas que o FASC parece ter tido um papel ainda mais relevante, sobretudo estimulando a formação de jovens estudantes/atores e reunindo plateias para os espetáculos teatrais, além de ter contribuído para a formação de diversos grupos de arte cênicas como: o Imbuaça, o Mamulengo do Cheiroso, o Raízes, o Opinião, entre outros.[109] Esse fervilhar cênico não passou despercebido pela política de segurança nacional, sobretudo pelos agentes do Departamento de Polícia Federal (DPF) e pelo Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), órgãos encarregados de fazer a censura prévia das peças teatrais, assim como de outros tipos de produção artística, além de fiscalizar ou proibir apresentações artísticas.[110]

Além dos carimbos e cortes verificados em algumas peças teatrais que passaram pelo crivo da censura em Sergipe,[111] também ilustra o grau de censura e controle dos órgãos de segurança sobre a produção cultural no período a proibição, atribuída à Polícia Federal, em relação ao show do cantor Gonzaguinha. Segundo Milton Alves, presidente do DCE em 1977, mesmo com essa proibição, custeado pelo DCE/UFS, esse show aconteceu.[112]

Experiências dessa ordem contribuíram como ponto de partida para a (re)organização do movimento estudantil universitário, sobretudo em

108 Ver a respeito em: DUARTE, Luciano José Cabral. *Carta de Dom Luciano Duarte ao reitor da FUFSE, informando ter recebido o Ofício nº 101/77/GR com uma cópia anexa ao Ofício nº 0404/76/GR, dirigido ao diretor presidente da EMSETUR,* no qual ele se coloca contra o projeto do remetente de transformar a Igreja do Rosário num Salão de Exposições e a Igreja do Amparo num Teatro de Arena, ambas situadas em São Cristóvão/SE, por conta de possíveis banalizações dos mencionados espaços religiosos. In: Arquivo do IDLD, caixa 01, pacotilha 07. E ver ainda o estudo preliminar de: BEZERRA, Gildo A. *Em Tempos Autoritários*: Incursões em torno da produção cultural censurada em Sergipe (1964-1979). 2000. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2000.

109 ARAÚJO, Alexandre Santana de, FREITAS, Rochelle Figueiredo, MELO, Vanessa Caroline dos Santos. *Artes cênicas no FASC*: fragmentos da história do teatro em Sergipe (1972-1985). Op. cit.

110 Ver a respeito em: NASCIMENTO, Adriano Gaspar, OLIVEIRA, Kelly Raquel Souza Cardoso de, MATOS, Mayara Gabrielly Carvalho. *"Entre cortes e carimbos"*: a censura teatral em Sergipe (1970-1988). Op. cit. E ainda: CRUZ, José Vieira da, MATOS, Mayara Gabrielly Carvalho. "A censura teatral em Sergipe: 1964-1985". In: *IV Encontro Estadual de História*: Sujeitos, saberes e práticas. Vitória da Conquista: ANPUH/BA, 2008, pp. 1-10.

111 Op. cit.

112 ALVES, Milton. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 11/08/2010.

meio ao tenso processo de distensão e abertura política que começou no país a partir de meados da década de 1970.[113] Para Ibarê Dantas, à medida "que a distensão transcorria, apesar de seu caráter liberalizante, alguns órgãos da sociedade foram contribuindo para respaldar reivindicações sociais".[114] Entre esses órgãos, ele destaca o trabalho social da diocese de Propriá, através da figura de D. José Brandão de Castro,[115] assim como da reorganização do Diretório Central dos Estudantes da Fundação Universidade Federal de Sergipe.

9. A PASSAGEM DO ECLIPSE, O DCE E A "OPERAÇÃO CAJUEIRO"

Parafraseando o refrão da música "Apesar de você" (1970), de Chico Buarque, apesar do AI-5 e da legislação produzida durante esse período autoritário com a finalidade de controlar, vigiar e desorganizar o movimento estudantil universitário, este (re)organizou-se. Neste sentido, a reabertura do DCE/UFS a partir de 1976 retoma a experiência de uma central estudantil, uma vez que a União dos Estudantes Superiores de Sergipe (UEES), que representava os universitários do estado, havia sido transformada em Diretório Estadual dos Estudantes (DEE de Sergipe), por força da Lei Suplicy em 1964, instituição, posteriormente, extinta por determinação do Decreto-Lei 228, em 1967, ficando os universitários sem um órgão estadual de representação, situação que persistia no momento de conclusão deste estudo.[116]

113 MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil*: o projeto militar (1973-1979). Campinas: Papirus, 1995.

114 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984*. Op. cit., pp. 220-222.

115 D. José Brandão de Castro tornou-se a referência da ala progressista da Igreja Católica no estado após a morte de D. José Vicente Távora, em 1970; e da consequente ascensão de D. Luciano José Cabral Duarte, representante da ala conservadora, à condição de arcebispo. Dentro dessa perspectiva, entre as suas iniciativas políticas, destacam-se: a manutenção da circulação do jornal *A Defesa*, alvo de críticas dos militares e de agentes da Polícia Federal; e a organização, junto com os estudantes, os sindicatos urbanos, trabalhadores rurais e outros segmentos sociais das comemorações do 1º de maio, por parte da sociedade, a partir de 1981.

116 No ano de 2011, verificou-se um movimento por parte das lideranças dos DCEs atualmente existentes no estado: o da UFS, da UNIT, da FASE, da FACE/FACAR e o da Faculdade Pio Décimo, no sentido de refundar a UEES, movimento que parecia não ter alcançado o objetivo pretendido. Entretanto, no dia 29 de fevereiro de 2012, no fechamento da tese que originou este livro, recebemos via e-mail, a "Carta aberta à sociedade sobre UEES", traçando um

Nesse sentido, quando os estudantes universitários da UFS elegeram, no final do ano de 1975, uma nova diretoria para o DCE, através de um processo eleitoral indireto, foi estabelecido um importante marco político e histórico na reconquista da legalidade e autonomia de sua instituição representativa. Este marco político ocorreu a partir da eleição de um representante de cada um dos centros de ensino então existentes – respectivamente associados às áreas de ciências: exatas, humanas, saúde e sociais –, os quais tiveram o direito de eleger a direção da mencionada entidade estudantil de forma indireta.[117]

Evidentemente, essa não era a proposta ideal, mas foi a solução possível negociada, em meio às condições políticas daquele momento histórico, pelos estudantes junto aos representantes da universidade e aos órgãos de segurança e informação. Dessa forma, o DCE foi reaberto e suas atividades foram retomadas. Alguns meandros dessa negociação, evidenciada de modo fragmentar nas atas do Conselho Universitário/UFS, revelam que a partir das reivindicações realizadas nesse conselho foi possível reabrir a instituição de representação central dos estudantes na mencionada universidade.[118] A partir dessa conquista negociada, nos anos seguintes, iniciar-se-ia a luta pela realização de eleições livres, diretas e democráticas não apenas para o DCE, mas também para a reitoria e para a presidência do país.

Dessa forma, a reabertura do DCE/UFS, mesmo através de eleições indiretas, ocorridas no final do ano de 1975, não impediram os estudantes de, ao assumirem a nova diretoria da entidade, ainda em plena ditadura, expressarem sua crítica ao sistema de ensino, ao modelo de gestão da universidade e à política de governo então vigente no país.

---

breve histórico da entidade, fundada em 1953, fechada com o golpe em 1964, e que agora, quase cinco décadas depois, anunciava sua refundação e posse da primeira diretoria nessa nova fase agendada para março de 2012. Um acontecimento mais que importante, considerando-se o tema abordado neste trabalho. Ver a respeito em: INFONET. *Estudantes se unem para recriar a UEES*. Aracaju: Portal Infonet, 22/09/2011. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/educacao/ler.asp?id=118772&titulo=noticias> acessado em: 16/12/2011; e: UEES. Carta aberta à sociedade sobre a UEES. In: thiagodhatt@hotmail.com, enviado para: jvdc1972@hotmail.com, quarta-feira, 29 de fevereiro de 2012, 14:12:20.

117 PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 17/08/2010.

118 Ver a respeito às atas do CONSUN/FUFSE no período de 1972 a 1974. E ainda em: OLIVEIRA, Adriano Feitosa, MARINS, Gustavo Cabral, SANTOS, Reginaldo da. *"Páginas e uma história"*: As atas do Conselho Superior e a Universidade Federal de Sergipe, 1968 a 1985. Op. cit.

O discurso de posse do estudante Antonio Vieira de Araújo, eleito em 1975 para presidir o DCE a partir do ano seguinte, destaca alguns desses pontos quando enfatiza que o

> momento é importante também para questionar quanto à produção de conhecimento teórico e prático que aqui se administra. Será que este conhecimento tem servido para ajudar a Universidade sergipana a se firmar na nossa comunidade?[119]

Dentro dessa perspectiva, cerca de sete anos após o fechamento do DCE, ocorrido em 1969, o novo presidente da entidade, na presença do então reitor Luiz Bispo, enfatizou, entre outras questões, em seu discurso de posse, uma crítica às oligarquias locais e ao enlace destas com a cúpula da universidade, que, segundo ele, antes de tudo deveria abrir-se "a todos que têm algo de novo a dizer, porque já estamos conscientes de que a fala dos oligárquicos já caiu em decuso (sic) [desuso]".[120]

Nesse sentido, mais do que um discurso de ousadia de um jovem líder universitário, o destaque conferido pela imprensa local ao acontecimento noticiado como matéria de capa, inclusive com a foto dos empossados na presença de autoridades, conferiu ao ato e ao discurso um importante significado político, sobretudo no instante em que o país começava a esboçar um movimento no sentido de redemocratizar-se.

Entretanto, os sentidos dessa redemocratização proferidos nesse discurso parecem não apenas se circunscrever à crítica acerca da continuação dos militares no governo, como também acentuam a necessidade de tornar a universidade mais acessível a outros segmentos da sociedade. Neste sentido, pode-se dizer que os estudantes, através do discurso do presidente do DCE, retomavam algumas das bandeiras da reforma universitária do início dos anos de 1960, quando a ideia de uma universidade moderna, popular e participativa, era debatida e defendida.[121]

---

119 GAZETA DE SERGIPE. *DCE quer UFS livre de oligarquia*. Ano XX, n. 5252, 7 de janeiro de 1976, p.1.

120 Op. cit.

121 Ver a esse respeito o capítulo "Tempos da JUC e da reforma universitária" deste livro, pp. 110-167.

Para o então estudante de economia e reitor da UFS nos períodos de 2004-2008 e 2008-2012, Josué Modesto dos Passos Subrinho, os esforços estudantis para a reabertura do DCE foram resultado da articulação dos estudantes ligados ao PCB, presentes em economia, história e outros cursos, e dos estudantes liberais que mostravam certa hegemonia no curso de direito, ainda que estes últimos não tenham vencido as disputas pela direção do DCE frente aos militantes do PCB, ao menos no período de 1974 a 1977.

Assim, segundo Passos Subrinho, a partir da base do curso de economia, orientada pelos militantes do PCB que atuavam no MDB, "se começou a aglutinar estudantes de outras escolas e outras faculdades que tinham certa rivalidade e aliança com os estudantes do curso de Direito".[122] Estes, por sua vez, tinham uma linha de atuação fundada no "pensamento liberal... Liberal no sentido de ser mais motivada pela crítica formal [à] a violação de direito que representava o regime militar".[123] Estes dois grupos políticos atuaram no cenário de reabertura do DCE.[124]

Entre os estudantes de economia que atuaram na primeira fase da Ala Jovem do MDB, sob a orientação de militantes ou simpatizantes do PCB, estavam: Antônio Góis (Goisinho), Josué Modesto dos Passos Subrinho, Carlos Alberto Matos de Oliveira (Camo), entre outros. E entre os estudantes de postura liberal que atuaram na Ala Jovem do MDB figuraram: Carlos Alberto Menezes, Agamenon Araújo, Walter Calixto, Elias Pinho, Francisco Dantas, Luciano Oliveira, José Almeida Lima, Nilton Vieira Lima, Francisco Ramos, entre outros.[125]

Essa primeira fase da Ala Jovem do MDB de Sergipe, uma das primeiras a serem criadas no país, foi organizada de 1974, como órgão auxiliar do MDB com base na Lei 5.682/71[126], até 1976, quando foi deflagrada a Operação Cajueiro, que resultou na prisão de vários militantes e

122 PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 17/08/2010.
123 Op. cit.
124 PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 17/08/2010.
125 Op. cit.
126 BRASIL, Lei 5.682, de 21 de julho de 1971.

na desarticulação da atuação do PCB junto à Ala Jovem do MDB, entre outras consequências.

Segundo Afonso Nascimento, à época estudante do curso de direito e participante da nova Ala Jovem do MDB, constituída após os acontecimentos da Operação Cajueiro,[127] essa nova fase, ocorrida entre 1976 e 1978, contou com a militância de estudantes "igualmente rebeldes" como "Bosco Mendonça, Agamenon Araújo, Francisco Dantas, Fernando Santana, Afonso Nascimento, Joseval, Zé Luís (sobrinho do ex-estudante de Direito comunista Jacinto), Luciano Oliveira, entre outros".[128]

Ao avaliar a diferença entre os estudantes próximos ao PCB e os estudantes liberais que atuaram no período mencionado, Nascimento declarou que apesar de todos eles combaterem a ditadura, aqueles lutavam contra a ditadura para colocar outra ditadura em seu lugar, e estes lutavam contra a ditadura a favor da democracia liberal.[129]

Não obstante as diferenças de ordem ideológica, os estudantes vinculados ao PCB e os estudantes liberais participaram juntos da Ala Jovem do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), unidos pelo objetivo comum de combater a ditadura civil-militar. Juntos, esses estudantes adotaram estratégias para criticá-la, seja pichando muros, seja lutando pela reabertura do DCE, seja apoiando candidatos provenientes do meio estudantil universitário a se elegerem para cargos eletivos na Câmara de Vereadores de Aracaju, na Assembleia Legislativa Estadual ou no Congresso Nacional.[130]

Nessa fase de reabertura, na qual as eleições não eram diretas, passaram pela presidência do DCE os estudantes Antônio Vieira de Araújo, entre 1975-1976; Milton Alves, entre 1976-1977; e José Luiz, entre 1977-1978. Nessa fase, o mencionado órgão estudantil esteve próximo

127 Ver a respeito: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984*. Op. cit., pp.181-185. E ainda em: LIMA, Paulo. *Operação Cajueiro*: a repressão aos comunistas em Sergipe. Op. cit.

128 NASCIMENTO, Afonso. "Rebeldes com causa: a Ala Jovem do MDB de Sergipe". In: *Jornal da Cidade*, 10/10/2011. Disponível em: <http://www2.jornaldacidade.net/artigos_ver.php?id=15877>. Acessado em 10/11/2011 (negrito nosso).

129 NASCIMENTO, Afonso. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 19/02/2011. E em: NASCIMENTO, Afonso. "Memórias de um ex-estudante de Direito (sobre a Operação Cajueiro) ". In: *Jornal da Cidade*, 21/02/2011. Disponível em: <http://www2.jornaldacidade.net/artigos_ver.php?id=2438>. Acessado em 22/02/2011.

130 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., pp. 115-181.

dos simpatizantes do PCB, tendência que declinaria nos anos seguintes em razão da "crise que se abateu sobre o velho partidão".[131] Dentre os fatores responsáveis por essa crise, podem ser apontadas as consequências da Operação Cajueiro e as desavenças de Luís Carlos Prestes com o Comitê Central do PCB no final dos anos 1970. Esses acontecimentos parecem ter causado certa desmobilização entre os militantes que permaneciam no partido.[132]

10. A ATUAÇÃO DO PCB NA ALA JOVEM DO MDB

Segundo Milton Alves, nesse período o MDB predominava no movimento estudantil universitário: por causa dos "comunistas [que] estavam lá dentro, não tinha pra onde correr, o grosso do Partido Comunista Brasileiro estava dentro da Ala Jovem do MDB e os mais idosos dentro do próprio MDB".[133] Neste sentido, a postura dos estudantes que estavam à frente do movimento estudantil no período em discussão deve ser compreendida, também, em face do jogo político partidário entre ARENA e MDB, e neste último entre comunistas e liberais e/ou entre moderados e autênticos.[134]

Dessa forma, influenciados pelo MDB e pela dinâmica política da década de 1970, os membros de sua Ala Jovem defendiam que a atuação do movimento estudantil não deveria ter como função exclusiva a questão da universidade, pois, como recorda Alves, naquele momento os estudantes compreendiam que o ensino universitário era uma "ex-

131 Op. cit., p. 222.
132 Op. cit.
133 ALVES, Milton. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 11/08/2010.
134 A respeito do MDB e sua Ala Jovem, ver: KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo, gênese e trajetória do MDB: 1966-1979*. São Paulo: Vértice / Editora Revista dos Tribunais, 1988; JACOBINA, André Teixeira. *Clivagens partidárias*: ARENA e MDB baianos em tempos de distensão (1974-1979). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010; GONZALES, Maria Victoria Espiñeira. "A experiência da Ala Jovem do MDB da Bahia durante o regime militar". In: SALLES, João Carlos (Org.). *Filosofia e Consciência Social*. Salvador: Quarteto, 2003. E a esse respeito em Sergipe, ver: DANTAS, José Ibarê Costa. Op. cit., pp. 115-120 e pp. 186-189.

tensão dos interesses de um modelo econômico, político e social vigente, que atuava para o benefício das grandes potências estrangeiras.[135]

Essa linha de atuação partidária obteve um êxito significativo com as eleições de Jackson Barreto e Jonas Amaral, ex-militantes do movimento estudantil vinculados ao PCB, na Câmara de Vereadores de Aracaju em 1970, e de Jackson Barreto na Assembleia Legislativa em 1974. Para a então estudante Araci Bispo do Nascimento, militante da Ala Jovem do MDB no período, cabia aos estudantes fazerem a campanha de rua, o trabalho de formiguinha, o corpo a corpo com os eleitores, enquanto que aos empresários da construção, em particular à família Teixeira, competia financiar o movimento.[136] O resultado desse enlace, além da eleição dos militantes do MDB à Câmara de Vereadores e à Assembleia Legislativa, foi a eleição de José Carlos Teixeira à Câmara dos Deputados Federais e de Gilvan Rocha ao Senado Federal pelo MDB nas eleições de 1974, fatos que inseriram Sergipe no movimento eleitoral que impeliu à ARENA, partido de sustentação da ditadura civil-militar, expressiva derrota nesse citado pleito eleitoral em vários estados do país.[137]

11. A OPERAÇÃO CAJUEIRO: SEQUESTROS, TORTURA E DESINFORMAÇÃO

Esse contexto de significativas conquistas eleitorais do MDB, inclusive em Sergipe, de reabertura do DCE/UFS e do propalado processo de distensão e de abertura, iniciado com a gestão da presidência do general Ernesto Geisel, entre 1974 e 1978, atingiu, em fins de fevereiro de 1976, a fase de repressão política mais violenta em Sergipe. Isso se deu pela denominada Operação Cajueiro – ação militar comandada pelo general da linha-dura Adry Fiúza de Castro, da 6ª Região Militar, o qual enviou um grupo especial de segurança designado para desarticular a "ameaça comunista" que se organizava em Sergipe.

135 MDB. *Boletim do setor jovem do MDB*, julho de 1977. Acervo pessoal de José Ibarê Costa Dantas.

136 NASCIMENTO, Araci Bispo do. Entrevistada por Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Gois, Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 28/11/2008.

137 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., pp.172-180.

A Operação Cajueiro foi, portanto, um dos desdobramentos da ação de repressão dos militares e dos órgãos de segurança e informação, iniciada sob o pretexto de combater os grupos de esquerda, por um lado, e de desestabilizar a proposta de distensão e abertura política formulada por Geisel, por outro. Neste sentido, Sergipe foi um dos vários estados em que esse tipo de ação aconteceu, tendo aqui recebido a mencionada denominação.

Em Sergipe, entre estudantes, sindicalistas e outros militantes políticos, ao menos 25 foram alvos de sequestros, prisões, interrogatórios e torturas. Alguns deles, inclusive, com sequelas irreversíveis, como foi o caso do funcionário público Milton Coelho, que ficou cego como resultado dos maus-tratos. Desta feita, a natureza sigilosa da operação, ocorrida entre os gritos e festividades do período de carnaval; a estratégia de dispensar do comando da operação os oficiais que estavam à frente da guarnição local do Exército, no caso o 28º Batalhão de Caçadores; e o controle dos órgãos de imprensa que silenciaram diante do fato, tudo isso produziu uma situação de apreensão, desamparo e impotência entre os familiares, amigos e colegas dos desaparecidos políticos.

Diante do silêncio da imprensa local em face desses acontecimentos e no papel de correspondentes de jornais de outros estados, o jornalista Milton Alves, ex-presidente do DCE gestão 1977-1978, e o jornalista Paulo Barbosa de Araújo, participante da "revolta dos estudantes da FAFI", em 1965, conseguiram enviar as primeiras notícias sobre o ocorrido para o *Jornal da Bahia*, o *Estado de São Paulo*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil*. Em razão destas denúncias, da mobilização de familiares, amigos e de políticos ligados ao MDB, as informações sobre as prisões e os presos políticos começaram a ser apresentadas de modo gradativo, sendo que alguns ainda passariam mais de 40 dias presos.[138]

Trinta e cinco anos depois do ocorrido, o jornalista Milton Alves, ao recordar-se do episódio da Operação Cajueiro, ocorrida nos primeiros dias do Carnaval de fevereiro de 1976, descreve o contexto em que ele e o jornalista Paulo Barbosa de Araújo conseguiram enviar as primeiras notícias sobre a mencionada operação, ao mesmo tempo em que avalia

138 ALVES, Milton. "Operação Cajueiro, papel da imprensa em Sergipe". In: *Portal Infonet*. 19/02/2011. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/claudionunes/ler.asp?id=109999&titulo=claudionunes>. Acessado em 10/03/2011.

a importância das citadas denúncias para a preservação da integridade física dos presos, ao tempo em que tece críticas à imprensa de Sergipe pela omissão em relação a esse acontecimento.[139] Esta, segundo o jornalista, além de não denunciar a Operação Cajueiro, prestou-se a publicar a carta em que Wellington Mangueira, militante do PCB preso na tentativa de fugir do país, declarava rejeitar a maconha e abominar o comunismo.[140]

Voltando à questão da Operação Cajueiro, nos dias seguintes a esse episódio parece ter ficado no cotidiano da sociedade, em particular dos estudantes, um sentimento de desamparo, insegurança e impotência que passou a se abater sobre todos.[141] Afinal, em meio àqueles tempos difíceis, qualquer palavra, leitura ou relacionamento poderiam ser motivo para que cidadãos fossem sequestrados, presos, interrogados, torturados e até mortos, como aconteceu, nessa última situação, com militantes em outros estados.[142] Já em termos políticos, a Operação Cajueiro não apenas abalou a fase de liberação política que havia sido iniciada em 1974, como também marcou a fase de maior brutalidade e arbítrio cometidos durante a ditadura civil-militar em Sergipe.[143]

139 Op. cit.

140 Notícia estampada na primeira página do jornal, ver a respeito em: GAZETA DE SERGIPE. *Advogado preso aconselha juventude a abandonar o comunismo*. Ano XX, n. 5370, 1º de março de 1972, p.1. Além disso, o jornal publicou na íntegra a citada carta assinada por Wellington Mangueira em 24 de fevereiro de 1976, ver a respeito em: GAZETA DE SERGIPE. *Carta de Wellington*. Ano XX, n. 5370, 1º de março de 1976, p.8.

141 Esse acontecimento para José Luciano Góis de Oliveira, à época estudante do curso de direito e militante da Ala Jovem do MDB, gerou um clima de medo, apreensão e pânico entre os amigos de quem estava desaparecendo em razão da operação de sequestro posta em prática pelos militares, como também entre aqueles que, como ele, corriam o risco de serem os próximos alvos. Ver a respeito em: OLIVEIRA, José Luciano Góis de. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, em 30/12/2011. Além dessa entrevista, faz-se importante registrar que a lembrança negativa da mencionada experiência foi um dos motivos que estimulou a desenvolver a tese: OLIVEIRA, José Luciano Góis de. *Mouvements de defense de droits de l`homme au Bresil*. Paris: EHESS, 1991, sob orientação de Claude Lefort.

142 ARNS, Paulo Evaristo. *Perfil dos atingidos - projeto Brasil: nunca mais*, Petrópolis, Vozes, 1988.

143 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 298.

12. ELEIÇÕES PARA O DCE, REITOR E PRESIDENTE

> O processo indireto da eleição do Diretório Central dos Estudantes impede a participação da maioria dos estudantes na escolha da diretoria de sua entidade. São apenas 04 estudantes por cada unidade, decidindo por todos os alunos do curso.[144]

A discussão sobre as eleições para direção do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe (DCE/UFS), abordada na nota supracitada, descreve o processo eleitoral restrito e indireto pelo qual, após a reabertura da mencionada entidade estudantil, em 1976, estavam sendo eleitos os representantes desse diretório. Essas eleições indiretas e restritas não passaram sem protestos por parte dos estudantes que assistiam aos acontecimentos do gradual e lento processo de distensão que o país começava a atravessar.[145] Os propósitos desse tipo de protesto foram somados aos questionamentos sobre o papel da universidade, a necessidade do debate político na comunidade acadêmica, a importância do voto direto para o DCE, a importância do movimento pela anistia, a luta pela liberdade de expressão e por melhores condições de vida.

Dentro dessa perspectiva, após a reabertura do DCE em 1976, essa agenda de reivindicações torna-se cada vez mais presente, sobretudo nos jornais estudantis que circulavam em meio às calouradas organizadas pela entidade para recepcionar os estudantes que ingressavam na universidade. Por um lado, as calouradas reuniam tanto os novos estudantes quanto os já estabelecidos em torno de atividades festivas e culturais para que eles começassem a participar, "ver e a viver uma vida universitária num amplo e verdadeiro sentido: observando, discutindo, pensando, participando e (...) se divertindo que ninguém é de ferro".[146]

144 DCE. *Nota do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe*, em 1978. In: Acervo de documentos [cópias] coletados pelo pesquisador José Ibarê Costa Dantas.

145 Ver a esse respeito: MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil*: o projeto militar (1973-1979). Op. cit.

146 DCE. "Comece participando" [editorial]. In: *Jornal do Calouro*: publicações do DCE e dos DAs. Aracaju: FUFSE, n. 2, 1978, p.2.

Por outro lado, os jornais publicados pelo DCE e pelos DAs, estimulavam por meio de seus editoriais, crônicas, charges, histórias em quadrinhos, entre outros recursos textuais e de imagem, o posicionamento político por parte de seus leitores, no caso os estudantes universitários.

A junção dessas duas experiências, a dos jornais e das calouradas, fica evidenciada na edição de nº 2 do *Jornal do Calouro*, publicada por ocasião da calourada de 1978. Nessa edição, chama atenção a história em quadrinhos intitulada "ABC do Calouro: guia prático tira-dúvidas", através do qual, de forma humorada, é apresentado aos universitários um país que no passado discutia a política nas ruas, nos sindicatos e nas universidades, mas que naquele momento atendia apenas aos privilégios de poucos.[147]

Em outro momento do mencionado jornal, a utilização de um *totem* formado pela sobreposição de três personagens descreve as contradições da estrutura social do país no final da década de 1970. O primeiro desses personagens, de cima para baixo, é o governo, simbolizado por uma autoridade de terno e gravata borboleta, que expressa o desejo de que naquele ano de 1978 ele tenha a mesma boa vida do ano anterior: "banquetes, mulheres, mordomias, diversão...". O segundo é um estudante, simbolizado por um jovem barbudo com roupas mais informais, que carrega sobre os ombros o peso da burocracia e do autoritarismo do governo, desejando: "voto, anistia, liberdade de expressão para melhorar a situação". E o terceiro é um trabalhador, representado pela figura de um operário com capacete, roupas desgastadas, derramando o suor do rosto para sustentar os privilégios da alta burocracia do estado e as reivindicações dos estudantes, desejando para o seu dia a dia: "arroz, farinha e feijão pra aguentar esse rojão".[148]

Além da publicação de jornais e da realização de calouradas – geralmente marcadas por críticas irreverentes, discussões sobre o papel dos estudantes e análises sobre a conjuntura política do país e do mundo –, os estudantes universitários, através do DCE, promoveram alguns ciclos de palestras para discutir temas relacionados à agenda política do perío-

147 DCE. *Jornal do Calouro*: publicações do DCE e dos DAs. Aracaju: FUFSE, n. 2, 1978, p.1.
148 Op. cit.

do, numa alusão ao fato de que os estudantes e a universidade deveriam se inteirar com as discussões dos problemas da sociedade brasileira.

Um desses ciclos de palestras, ocorrido em 1977 – pensado para discutir os efeitos do Decreto-lei nº 477 sobre os estudantes e a universidade –, foi alvo de proibições por parte da reitoria da UFS, sob orientação da Assessoria de Segurança e Informação (ASI), que informou aos estudantes, às vésperas da realização do mencionado ciclo de palestras, que eles tinham de solicitar uma autorização ao MEC com 60 dias de antecedência e que em razão disso o evento não poderia acontecer.[149]

Em virtude dessa restrição, o DCE procurou o apoio jurídico da OAB/secção Sergipe para "exigir a volta do ESTADO DE DIREITO", sob o argumento de que, não obstante a busca pelo diálogo que os estudantes afirmavam manter com a reitoria, essa postura estava sendo contrariada em, pelo menos, dois motivos:

> - porque entendemos que dialogar não é só ouvir e porque acordo não é submissão; e
> -porque entenderam [a reitoria e a ASI] que dialogar é aceitar argumentos sem os distinguir e porque tentaram nos convencer que estar de acordo é não ter opinião, quando na verdade acordo pressupõe anterior discordância, resultante, no final, na coincidência de vontades.[150]

Os estudantes, diante desse impasse, terminaram por deliberar pela realização do mencionado ciclo de palestras. Este evento a princípio deveria ocorrer no prédio da Faculdade de Direito, situado na avenida Ivo do Prado, mas em razão da proibição imposta pela universidade, sob orientação da ASI, foi realizado pelos estudantes na sede do DCE, situada na rua Campos. Segundo Alves, à época presidente do DCE, os estudantes lotaram o local para assistir à "palestra sobre o Decreto-lei 477, proferida pelo então já falecido senador Gilvan Rocha".[151]

149 Ver a respeito: DCE. *Of. cir. nº 03/1977/DCE/UFS*, de 3 de agosto de 1977, endereçado aos membros do Conselho de Representantes do DCE. In: Arquivo Central da UFS: Fundo Gabinete do Reitor/Vice-Reitor. Ver também a esse respeito em: ALVES, Milton. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 11/08/2010.

150 DCE. *Of. cir. nº 03/1977/DCE/UFS*, de 03 de agosto de 1977. Op. cit.

151 ALVES, Milton. Op. cit.

A respeito dessa palestra, além do significado político do tema, a escolha do palestrante também tinha um significado político **à** parte, já que Gilvan Rocha, eleito senador pelo MDB de Sergipe em 1974, numa eleição tida como improvável diante da disputa com uma tradicional figura da política estadual,[152] representava uma voz legitimada pela oposição contra a ditadura civil-militar.

Ainda na gestão do DCE de 1978, presidida por Milton Alves, os estudantes promoveram mais um ciclo de palestras; desta feita, com Jonas Amaral, vereador por Aracaju reeleito pelo MDB. Essa palestra, conforme recorda Alves, teve a presença de agentes da Polícia Federal gravando as discussões realizadas.[153] Esses agentes, segundo as entrevistas de alguns militantes estudantis do período, eram facilmente identificados em razão do biótipo e do sotaque, já que a maior parte deles vinha de outros estados ou eram pessoas das quais eles já suspeitavam que trabalhassem para a Polícia Federal ou para a ASI.[154]

Não obstante essa sensação incômoda, de saber que estavam sendo vigiados e de que as discussões proferidas poderiam estar sendo gravadas, os estudantes sustentaram a realização da palestra do vereador Jonas Amaral, mesmo sabendo que no lugar desse palestrante a universidade havia recomendado o professor de direito, participante da ADESG,[155] Carlos Augusto Aires de Freitas Britto.[156]

A decisão em favor de Jonas Amaral como palestrante, por um lado, tinha o significado político semelhante ao da palestra conferida pelo senador Gilvan Rocha, ou seja, de valorização de um discurso de resistência democrática frente à ditadura civil-militar; por outro lado, a rejeição ao nome de Carlos Augusto Aires de Freitas Britto também tinha um significado político importante, não apenas por ele ter sido membro da ADESG, mas também pelo fato de ele ter sido o advogado de sua família no litígio de terras com os remanescentes indígenas Xocós, cuja

152 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., pp. 172-180.
153 ALVES, Milton. Op. cit.
154 Ver também a esse respeito em: ARAÚJO, Ruy Belém de. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 20/08/2010; e em: BEZERRA, Antônio Ponciano. Entrevistado por Gislaine Santos Carvalho. Aracaju/SE, 14/08/2008.
155 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 153.
156 ALVES, Milton. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 11/08/2010 (negrito nosso).

causa havia sido apoiada por professores e estudantes universitários da UFS.[157]

Não obstante essa rejeição, compreensível para o momento político em discussão, o professor de direito e advogado Carlos Britto se tornaria, nas décadas seguintes, um participante do movimento pela redemocratização do país, jurista notabilizado pelo êxito em causas trabalhistas em favor de algumas categorias profissionais do setor público e ocupou com destaque a posição do ministro do Supremo Tribunal Justiça.[158]

13. OS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E A ALA JOVEM DO MDB

Norteado por esse horizonte de discussões, os universitários de Sergipe, no período de 1976 a 1978, sob influência dos estudantes comunistas e liberais que atuavam na Ala Jovem do MDB, entre outras conquistas, conseguiram negociar a realização de eleições diretas para o DCE, ou seja, eleições nas quais todos os estudantes, e não apenas seus representantes, tomariam parte no processo de votação. Esta conquista foi assegurada pela Resolução nº 10/78/CONSU, datada de 03 de novembro de 1978, que passou a disciplinar as eleições diretas para o DCE.[159]

Essa resolução, ao expor os motivos que a fundamentavam, considerou a solicitação da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST) quanto à necessidade de que esse processo, acompanhado pelo citado órgão, deveria ocorrer de modo direto e não indireto. Depreendem-se deste posicionamento pelos menos dois aspectos relevantes: o primeiro deles é de que a universidade passava a assumir oficialmente, ao menos desde 1976, a política de assistência estudantil,[160] anteriormente assu-

157 Ver a respeito em: DANTAS, Beatriz Góis, DALLARI, Dalmo de Abreu. *Terra dos índios Xocó*. São Paulo: Comissão Pró-índio, 1980.

158 Mais informações biográficas a respeito de Carlos Aires Britto, ver em: SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Op. cit., pp. 166-169.

159 FUFSE. *Resolução nº 10/1978/CONSU*, de 3 de novembro de 1978. In: Arquivo CONSU/FUFSE.

160 Ver a respeito: FUFSE. *Resolução nº 33/1976/CONSU*. In: Arquivo CONSU/FUFSE. Documento que versa sobre celebração de convênio MEC/FUFSE para tratar de assuntos relativos à política de assistência estudantil.

mida pelos estudantes e suas entidades nas décadas de 1950 e 1960; e o segundo aspecto é que, mesmo com a realização de eleições diretas, a PROEST seria a instância responsável pelas providências necessárias à realização das eleições para o DCE.[161]

Essa nova formulação ainda assegurava à universidade o controle sobre o mencionado processo eleitoral. Entretanto, esse controle passava a ocorrer de uma forma mais transparente, negociada e menos incisiva quanto à exercida pela ASI/UFS.[162] Essa formulação, por sua vez, parece apresentar sinais de mudanças somente a partir de 1987, quando o representante da PROEST passa a figurar como membro da comissão eleitoral, subordinada às deliberações do Conselho de Entidades de Base – formado pelos representantes dos diretórios e dos centros acadêmicos –, aparecendo, portanto, como uma espécie de colaborador/observador.[163]

Em termos legais, a Resolução nº 10/1978 do CONSU/UFS, por um lado, tomava como fundamento a Lei nº 5.540/1968, que delegava às universidades a responsabilidade para estipular os critérios de composição, estrutura e organização dos órgãos estudantis. Por outro, procurava adequar o Regimento Geral da Universidade, em discussão naquele contexto, às reivindicações estudantis por eleições diretas para o DCE.[164]

Além disso, as discussões em torno da revogação do Decreto-Lei nº 477/1969 e do Decreto-Lei nº 288/1967[165] terminaram com a sanção da Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979, que revogou os referidos decretos-lei.[166] As discussões do Regimento Geral da Universidade e a revo-

161 Ver a respeito em: PROESTE/FUFSE. *Relatório das eleições estudantis 79.1*, 28 de maio de 1979, 5 p. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCET, Caixa 17, Item 70.

162 Ver também a esse respeito: PROEST/FUFSE. *Relatórios das eleições estudantis:* 1984.2, 1986.1 e 1986.2. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCET, Caixa 17, Item 70, 74 e 75.

163 Ver a respeito: COMISSÃO ELEITORAL. Relatório das eleições estudantis 87.2, 30 de dezembro de 1987, 6 p. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCET, Caixa 17, Item 70. [Relatório assinado por Manoel Alves de Souza, representante da PROEST].

164 FUFSE. *Resolução nº 10/1978/CONSU*, de 3 de novembro de 1978. In: Arquivo CONSU/FUFSE.

165 Essa legislação notabilizou-se pelo objetivo de controlar e restringir a autonomia do movimento estudantil universitário brasileiro no período em que estiveram em vigência. Ver mais informações a respeito em: OLIVEIRA, Daniele Teles de. "Movimento estudantil em Belo Horizonte: ações e reações dos estudantes ao decreto-lei 477 (1969-1979) ". In: *Revista e-hum*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 2010, pp. 29-46. In: <http://www.unibh.br/revistas/ehum/>. Acessado em 10/12/2011.

166 BRASIL. Lei 6.689, 16 de agosto de 1979.

gação da referida legislação devem ter contribuído para a configuração de um cenário jurídico e político mais propenso à elaboração da resolução que regulamentou a votação direta para eleição do mencionado órgão estudantil na UFS.[167]

14. AS ELEIÇÕES DIRETAS PARA O DCE, REABERTURA E AS MOBILIZAÇÕES DA SOCIEDADE

As primeiras eleições diretas para o DCE coincidem com o fim da hegemonia do PCB e o início da hegemonia da "Atuação", tendência estudantil influenciada politicamente por uma mistura doutrinária leninista, trotskista e anarquista. Envoltos nesse caldeirão de ideias, foram eleitos pela tendência "Atuação" para presidir o DCE os estudantes: Clímaco Dias, entre 1978-1979, Milson Barreto, entre 1979-1980, João Francisco dos Santos, entre 1980-1981, e Marcelo Chagas Déda, entre 1981-1982.[168] Nesse mesmo período, vivenciando uma fase de maior inquietação por parte da sociedade, alguns integrantes da mencionada tendência ajudariam a fundar em Sergipe o Partido dos Trabalhadores.

Esse é o contexto da substituição do bipartidarismo pelo pluripartidarismo, da substituição da ARENA e do MDB por outras e novas legendas partidárias. Em Sergipe, as legendas partidárias ficaram assim constituídas: o Partido Democrático Social (PDS), constituído pela antiga ARENA, com uso invertido das últimas letras do antigo PSD, e sob o controle de Augusto Franco; o Partido Popular (PP), ligado ao grupo de Tancredo Neves, sob a liderança de João Alves Filho e Celso de Carvalho; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), formado a partir do MDB, sob a liderança de José Carlos Teixeira e de Jackson Barreto; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), ligado a Leonel Brizola, sob a liderança do padre Joaquim Almeida; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ligado a grupos que defendiam o modelo trabalhista de Vargas, sob a liderança nacional de Ivete Vargas; e o Par-

167 Ver a respeito da divulgação da Lei 6.680 em: FUFSE/PROEST. *Of. cir. nº 34/1979/PROEST/CPCR*, de 11 de setembro de 1979. In: PDPH/DHI/UFS, ofícios recebidos pelo IFCH.
168 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit.

tido dos Trabalhadores, formado por ex-militantes do PCB e estudantes da UFS que militavam na tendência Atuação.[169]

Nesse contexto de mudanças partidárias, ocorrido entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, a sociedade sergipana, a exemplo do que estava acontecendo em outros estados do país, começa a se organizar em favor da luta pela anistia, pelos direitos das mulheres, pela defesa dos direitos indígenas, em favor do movimento negro, do empenho pela reabertura da UNE, pelas questões ambientais, por melhores condições de vida, na luta sindical pela valorização do ensino e dos salários dos professores, entre outras reivindicações específicas que, juntamente com a luta geral em favor da democracia, marcavam o ritmo das mobilizações dos estudantes e de vários outros setores da sociedade.

Em muitas dessas reivindicações, mobilizações ou discussões, a presença de militantes e de ex-militantes do movimento estudantil universitário evidencia um importante enlace social. O movimento de mulheres em torno da defesa de seus direitos e em favor da anistia dos presos e exilados políticos é um exemplo dessa ordem. Em Sergipe, esse movimento contou com a presença de Núbia Marques, Zelita Rodrigues Correia dos Santos, Ana Maria Rolemberg Côrtes, Tânia Soares de Souza, entre outras figuras femininas, sendo que essas mulheres, em momentos diferentes, tiveram passagem pelo movimento estudantil.[170]

O resultado da luta dessas e de outras mulheres, a exemplo de Iara Viana de Assis, Lilian de Lins Wanderley, Maria Cecília Tavares, Maria Thétis Nunes, Ana Lúcia da Silva Braia, Beatriz Góis Dantas, entre outras, pode ser estendido até a efetivação do Conselho Municipal da Condição Feminina, um dos primeiros conselhos dessa natureza instalado no país em meados da década de 1980. Esse conselho foi responsável por conquistas importantes, como a criação de políticas de saúde para a família e para as mulheres, pela criação de delegacias especializadas para as mulheres, pela defesa de direitos e garantias para as mulheres

169 Op. cit., pp. 222-232.

170 Ver a respeito dessa discussão em: ANDRADE, José Anderson Farias, BARRETO, Lívia Rocha Teles, FLORÊNCIO, Maria Juliene Menezes. *Registro e lembranças*: a militância feminina em Sergipe na segunda metade do século XX. Op. cit.

na Assembleia Constituinte,[171] entre outras políticas em favor da condição feminina em uma sociedade que se redemocratizava.

Em relação à luta pela anistia em Sergipe, assim como em vários outros estados do país, é preciso destacar a importância do movimento político das mulheres em favor da anistia aos presos e exilados políticos.[172] Elas promoveram reuniões, passeatas, discursaram na Assembleia Estadual, levantaram faixas, entre outras ações, mobilizações e protestos.[173] Contudo, tanto a luta pela anistia quanto o papel das mulheres em prol dessa luta no Estado de Sergipe ainda não foram devidamente evidenciados; sendo assim, ainda aguardam a produção de outras pesquisas.

Outras discussões como o apoio dos estudantes universitários à questão dos remanescentes indígenas Xocós na luta pelas suas terras,[174] a luta em favor dos moradores que ocuparam uma parte da região do bairro Coroa do Meio;[175] pela preservação dos manguezais,[176] contra a poluição da fábrica de cimento do bairro América,[177] em favor do movi-

171 ARACAJU. *A mulher e a constituinte*. Aracaju: Prefeitura de Aracaju/Conselho Municipal da Condição Feminina, 1987.

172 Ver a esse respeito em: GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado*: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009. E em Sergipe, ver: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit. pp. 221-222.

173 Ver a respeito dessa discussão as entrevistas em: CÔRTES, Ana Maria Santos Rolemberg. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, entrevistada nos dias 06/04/11 e 26/05/11; em: ASSIS, Iara Viana de. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 13/04/11; e em: NASCIMENTO, Araci Bispo do. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE. 28/11/2009.

174 Ver a respeito em: DANTAS, Beatriz Góis, DALLARI, Dalmo de Abreu. *Terra dos índios Xocó*. Op. cit.

175 Ver a respeito em: EVARISTO, Cláudia dos Santos. *Da distensão* à *abertura política:* o movimento estudantil em Sergipe (1977-1985). Op. cit., pp. 24-30.

176 Ver a respeito da questão da preservação dos manguezais a entrevista de: SANTANA NETO, Domingos Félix de. Entrevistado por Armando F. Filho, Claudiane Torquato e Washington Teles. Aracaju/SE, 17/06/2008.

177 Ver a respeito em: OLIVEIRA, Valéria Maria Santana. *Movimento social e conflitos socioambientais no bairro América - Aracaju/ SE*: o caso da Companhia de Cimento Portland de Sergipe (1967-2000). 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

mento negro,[178] pelo restaurante universitário,[179] por linhas de ônibus para o *campus* recém-construído, a retomada pela sociedade das comemorações do "1º de maio" em Sergipe,[180] o empenho pela meia passagem e contra o aumento das tarifas dos ônibus, entre outras lutas, também constituíram o cenário de atuação e a agenda de discussões dos estudantes universitários em Sergipe entre o final da década de 1970 e os primeiros anos da década de 1980.

Nesse período, portanto, a agenda de reivindicações e mobilizações dos estudantes universitários não só se ampliou como também passou a interagir com outros movimentos sociais[181] – grande parte deles despontados a partir do contexto de abertura política e formados, ao menos em parte, por militantes e ex-militantes do movimento estudantil universitário.[182]

Entretanto, não obstante o surgimento das mencionadas lutas específicas e mesmo dos "novos" movimentos sociais em torno dessas lutas,[183] o movimento estudantil universitário em Sergipe, assim como o conjunto da sociedade brasileira, mostraram-se unidos em torno da

178 Entre as lideranças do movimento negro universitário, destaca-se a figura de José Severo D'Acelino. Este, além da militância em prol do reconhecimento dos direitos dos afrodescendentes, destacou-se no campo da produção literária, no cinema e no trabalho que desenvolveu à frente do Grupo Regional de Folclore e Artes Cênicas Amadorista Castro Alves (GRFACACA) e Casa de Cultura Afro-sergipana, espaços nos quais ele buscou promover a cultura africana e a luta pelos direitos dos afrodescendentes. Ver a respeito em: SILVA, Rosemere Ferreira da. "Severo D'Acelino e a produção textual afro-brasileira". In: *Revista África e Africanidades*. Ano I, n. 1, Maio, 2008, pp. 1-13. Disponível em: <www.africaeafricanidades.com>. Acessado em 10/11/2011; e em: LINS, Jorge. "Severo D'Acelino, uma vida inteira de amor à cultura". In: Portal Educar-se, 29 de janeiro de 2010. < http://educar-se.com/aue/?p=567>. Acessado em 10/11/2011.

179 Ver a respeito em: DCE. *Boletim do DCE*. São Cristóvão: Editado pela comissão de imprensa, 31 de março de 1981, p. 6.

180 GAZETA DE SERGIPE. *Dia do trabalhador*: em Aracaju festa e lanche, em Propriá pedirão reforma agrária, urgente. Ano XXIII, n. 6774, 01 a 02 de maio de 1981, p. 2.

181 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 220.

182 A articulação do movimento estudantil universitário de Sergipe junto aos movimentos populares do período parece refletir situações de mobilizações muito próximas às que ocorreram entre o movimento estudantil e os movimentos populares na cidade de Feira de Santana, Bahia. Ver a respeito em: SILVEIRA, Jamile Silva. *Lutas populares e movimento estudantil*: trajetória política dos estudantes na UEFS (1976-1988). Op. cit., pp. 108-149.

183 A respeito do conceito de "novos movimentos sociais" e suas lutas específicas, ver: GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. Op. cit.; em: DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular*: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Op. cit.; e em: MELUCI, Alberto. *A invenção do presente*: movimentos sociais nas sociedades complexas. Op. cit.

experiência de resistência frente à ditadura civil-militar e em favor da redemocratização do país,[184] um dos pontos centrais em torno do qual este livro concentra seu foco de discussão.

Em Sergipe, uma evidência importante de que a luta em favor da democracia envolvia os mais diferentes setores da sociedade organizada no período em discussão pode ser apreciada na convocação feita pelas lideranças responsáveis pela primeira festa do "dia do trabalho" – organizada pela sociedade após o golpe civil-militar de 1964 –, para que os sergipanos lutassem pelas "eleições livres e diretas em 1982", porque agindo assim, demonstravam acreditar que estariam dando "uma parcela significativa para a transformação da sociedade repressiva em uma sociedade democrática e justa".[185]

Nesse sentido, em relação aos estudantes universitários de Sergipe e em torno do mencionado foco de discussões, pelo menos quatro acontecimentos merecem destaque: a participação dos estudantes sergipanos no congresso de reconstrução da UNE; a greve dos universitários de 1979; as eleições para reitor na UFS e a participação dos estudantes universitários na campanha das Diretas-já no estado. Convém ressaltar que os dois primeiros transcorreram no período de hegemonia da tendência "Atuação" e os dois últimos tiveram seu desenlace no período de hegemonia da tendência "Viração", grupo político influenciado pelo PC do B.

15. EM TEMPOS DE "ATUAÇÃO": A RECONSTRUÇÃO DA UNE E A GREVE DE 1979

Dentro desse contexto de abertura, algumas lideranças universitárias de Sergipe engajaram-se na experiência de reconstrução da UNE, ocorrida no final de maio de 1979. Segundo Ruy Belém de Araújo, na época estudante de história, ele e o também estudante de história Clímaco Dias, então presidente do DCE/UFS, como representantes de Ser-

184 Ver a respeito em: MOISÉS, José Álvaro, ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (Orgs.). *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; e: ABRAMO, Zilah Wendel, MAUÉS, Flamarion (Orgs.). *Pela democracia e contra o arbítrio*: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

185 GAZETA DE SERGIPE. *Protesto e lanche fazem hoje a festa do trabalhador*: SE. Ano XXIII, n. 6774, 1º a 2ª de maio de 1981, p. 1.

gipe, estiveram juntamente com lideranças estudantis de quase todo o Nordeste, em Teresina, para discutirem os encaminhamentos para preparação do Congresso de reconstrução da UNE. Esse encontro preparatório, mesmo ocorrendo em um período de abertura política, somente pôde ocorrer depois que as lideranças estudantis conseguiram despistar os policiais militares que circundavam a rodoviária da capital do Piauí com o objetivo de impedir o citado encontro.[186]

Ao chegarem a Sergipe, os mencionados representantes estudantis promoveram junto ao DCE algumas reuniões preparatórias para o Congresso de Reconstrução da UNE, que seria realizado no final de maio de 1979, na cidade de Salvador, Bahia.[187] Motivados pelas expectativas desse horizonte da política estudantil, segundo Araújo, uma delegação de aproximadamente trinta estudantes da UFS fez-se presente ao XXXI Congresso da UNE, o congresso de reabertura/reconstrução da entidade nacional dos estudantes brasileiros, ocorrido onze anos depois do conturbado Congresso de Ibiúna, São Paulo, em 1968.[188]

Segundo Ibarê Dantas, fundamentado em dados publicados na imprensa local,[189] o número de participantes de Sergipe que tomaram parte do citado conclave pode ter chegado a 66 estudantes em lugar de 30.[190] Divergências quanto ao quantitativo de estudantes universitários do estado que participaram do mencionado congresso à parte, a participações deles foi marcada pelo lançamento de uma carta aberta à sociedade e pela repressão praticada pelas forças de segurança contra a essa delegação de estudantes no trajeto da viagem de Aracaju para Salvador.

A carta aberta, documento publicado na íntegra pelo jornal *Gazeta de Sergipe*, traça um histórico acerca da importância da UNE, crítica à

186 ARAÚJO, Ruy Belém de. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 20/08/2010. Ruy Belém de Araújo, atualmente professor do curso de história da UFS, atuou como líder sindical na rede estadual de educação de Sergipe; foi presidente do sindicato dos professores da FUFSE; ocupou a pasta de secretário de educação da primeira gestão do prefeito Marcelo Déda, e no momento dessa entrevista ocupava o cargo de pró-reitor de extensão e assuntos comunitários da FUFSE.

187 A respeito do Congresso de reconstrução da UNE ver: MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. Op. cit.

188 ARAÚJO, Ruy Belém de. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 20/08/2010.

189 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes iniciam congresso em Salvador*. Ano XXII, n. 6.204, 29 de maio de 1979, p.1.

190 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 221.

invasão e fechamento da entidade e, sobretudo, revela as expectativas dos estudantes universitários a respeito de sua reabertura. Além disso, tecem discussões a respeito do processo educacional do país e do processo de redemocratização da sociedade brasileira.[191]

> ***Carta aberta* em apoio ao congresso de reconstrução da UNE**
>
> Nos dias 29 e 30 de maio do corrente ano será realizado em Salvador-Ba o Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE).
>
> Com o regime militar implantado em 1964 nossa entidade foi invadida e em 1968 destruída e incendiada.
>
> Hoje, quando vemos que as **lutas populares contra o regime militar** conquistou [sic] espaços cada vez maiores no cenário político nacional entendemos ser de fundamental importância a organização e unificação dessas lutas e que, para nós estudantes, a organização e unificação das nossas lutas passam necessariamente pela reconstrução da UNE.
>
> Projetos que o regime militar tenta nos impingir através do Ministério da Educação e Cultura como: a institucionalização do ensino pago no País, os regimentos internos cada vez mais autoritários, a implantação do jubilamento, o tecnicismo do ensino, etc., **requerem uma resposta unificada (não podem ser resolvidos com lutas isoladas em escolas ou Universidades) por isso se coloca hoje como necessidade concreta a reconstrução da UNE.**
>
> O passado histórico de lutas da UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE) nos mostra o valor político, social e cultural que desempenhou nossa entidade em prol das lutas populares como: a estatização do petróleo com a campanha "o petróleo é nosso", ponto de partida para a criação da Petrobras; a luta contra o nazi-fascismo que provocou a entrada do Brasil na segunda guerra mundial; a luta pela democracia em 1945; os seminários sobre a Reforma Univer-

191 DCE. *Carta aberta* [em apoio ao congresso de reconstrução da UNE]. In: GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes iniciam congresso em Salvador*. Ano XXII, n. 6.204, 29 de maio de 1979, p.1. (caixa alta do documento e negrito nosso)

> sitária e a criação do Centro Popular de Cultura (CPC) onde se destacam: Cacá Diegues, Oduvaldo Vianna Filho (Vianinha), Ferreira Gullar, Paulo Pontes, João das Neves e outros.
> Para representar Sergipe nesse congresso pedimos todo o apoio aos diversos setores da nossa sociedade e do povo sergipano em geral para unidos lutarmos pela reconstrução da UNE que é uma conquista não só dos estudantes, mas que, pelo seu passado de luta, é também uma conquista do povo brasileiro.
>
> TODO APOIO AO CONGRESSO DE RECONSTRUÇÃO DA UNE
> A UNE SOMOS NÓS, NOSSA FORÇA E NOSSA VOZ!!!
> DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UFSE

Além das expectativas divulgadas pela carta aberta dos estudantes da UFS, ao externar apoio ao congresso de reabertura da UNE, a participação desses estudantes no mencionado congresso foi marcada também pela atuação repressiva das forças de segurança contra a delegação de universitários que viajaram de Aracaju para Salvador, assim como por situações de tensões vividas durante a realização do conclave.[192]

Não obstante as tensões e repressões sofridas, a reabertura da UNE parece ter conferido certo ânimo ao movimento estudantil universitário. Em Sergipe, a exemplo, alguns meses após o retorno do congresso, mais precisamente em 12 de outubro daquele ano, aconteceu uma greve dos estudantes que duraria aproximadamente 13 dias.[193] Essa greve, motivada, inicialmente, contra a regulamentação do processo de jubilamento – ou seja, a expulsão dos alunos que excediam o tempo regulamentar dos seus respectivos cursos –, terminou por se converter numa demonstração de unidade e de força dos estudantes.[194]

Segundo Araújo, a greve teria sido acionada pelos estudantes dos centros de humanidades, que na época estavam localizados onde hoje é o Instituto de Previdência do Estado de Sergipe (IPES). Na época, segundo sua versão, esse era o centro com mais mobilização, sobretudo

192 ARAÚJO, Ruy Belém de. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 20/08/2010 (negrito nosso).
193 GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes fazem greve*. Ano XXII, n. 6261, 12 de outubro de 1979, p.1.
194 GAZETA DE SERGIPE. *A Greve acabou*. Ano XXII, n. 6272, 25 de outubro de 1979, p.1.

por causa da atuação dos estudantes de história e de letras. Somente depois é que a greve veio a adquirir o apoio das outras áreas do conhecimento.[195] A esse respeito, é interessante observar como ele descreve a experiência de mobilizações dos estudantes, que na época estavam dispersos em prédios, relativamente próximos, no centro de Aracaju. Segundo Araújo, a referida greve foi adquirindo um apoio de outras áreas, porque naquela época "a gente tinha que sair da rua de Estância para conversar com o pessoal do serviço social, para a praça Camerino para discutir com o pessoal de economia, contabilidade e administração". E ainda: próximo ao Estádio Batistão, ficava o prédio das ciências exatas; na rua da Frente, o pessoal de direito e o pessoal do Hospital Universitário, ficava "na avenida Desembargador Maynard, então nós tínhamos que fazer essa caminhada toda e fazíamos para mobilizar, mas é claro que nós tínhamos apoio de segmentos desses cursos".[196]

Avaliando essa questão, o então estudante de letras e presidente do Diretório Acadêmico Amando Fontes, Antônio Alves do Amaral, atualmente profissional do campo das artes, ao descrever as experiências vividas no período em que atuou como militante estudantil, destacou que naquele momento eles lutavam por uma universidade "mais independente, mais livre", mas a discussão sobre presidencialismo veio logo após, e nossa briga era justamente abrir este espaço, então tiveram greves contra o jubilamento, e brigas setoriais nos departamentos que nós sempre travávamos".[197]

Ao avaliar a fragilidade do contexto político em que a citada greve estudantil havia ocorrido, os motivos dos estudantes e as conquistas por eles alcançadas com aqueles protestos de outubro de 1979 – no qual os estudantes conseguiram o fim do jubilamento e a redução do índice de frequência exigido nas aulas para 40% –, Ibarê Dantas não reservou nenhuma crítica aos riscos e excessos que a empolgação estudantil havia cometido. Para ele, os estudantes, em defesa de práticas libertárias, desenvolviam "ações desencontradas, sem atentar bem para as conse-

195 ARAÚJO, Ruy Belém de. Op. cit.
196 Op. cit.
197 AMARAL, Antonio Alves. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Janiclécia Rezende dos Anjos Nascimento, Luciene Cardoso Vasconcelos e Tânia Maria Lima Rabêlo. Aracaju/SE, 26/04/2011.

quências. Era o difícil aprendizado do novo processo democrático que mal se esboçava através da participação de grupos da sociedade civil com práticas carentes de maior articulação".[198]

Nessa perspectiva, Ruy Belém de Araújo, trinta e um anos depois, ao reavaliar os resultados políticos da mencionada greve, esclarece que naquele momento os estudantes, empolgados com a reconstrução da UNE, aprofundaram o desejo de mobilização. A este respeito, ele recorda que a diretoria da UNE, constituída no congresso de maio de 1979, chegou a encaminhar um representante de sua diretoria com o intuito de agilizar o encerramento da greve, pois se temia que ela fosse o estopim para o desencadeamento de mais uma ação repressiva no estado. Mas mesmo assim os estudantes decidiram continuar a greve, pois, para eles, segundo Araújo, aquele momento de greve, não obstante os riscos políticos, era significativo, visto que permitia aos estudantes buscar o apoio da sociedade para abrir mais vagas, mais cursos para a universidade sergipana e, sobretudo, mobilizar a sociedade em favor dos valores democráticos.[199]

No centro desse debate estava a contenda entre os diferentes projetos políticos de cada uma das tendências que disputavam a hegemonia no movimento estudantil universitário de Sergipe naquele contexto. A tendência "Construção", vinculada à linha do PCB, que defendia uma postura mais legalista dentro do campo democrático; a tendência "Atuação", naquele momento sob influência trotskista e leninista, inclinada a estimular ações políticas mais firmes em consonância com o contexto histórico que se vivia no final da década de 1970; e, por fim, a tendência "Viração", sob orientação do PC do B, que se mostrou mais empenhada a radicalizar o combate à ditadura civil-militar, sobretudo a partir de 1982, quando ganha a eleição para o DCE.[200]

A respeito dessa postura adotada pelos militantes do PCB em razão do histórico de dura repressão que eles sofreram, Araújo recorda que quando eles queriam conversar com Wellington Mangueira – ex-líder estudantil dos anos de 1960, militante do Partidão, preso político submetido à tortura e tido como uma referência para os estudantes daquele período –, eles procuravam se reunir com ele altas horas da noite,

198 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 222.
199 ARAÚJO, Ruy Belém de. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 20/08/2010.
200 ARAÚJO, Ruy Belém de. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 20/08/2010.

por volta das 23 ou 24 horas, na casa onde funcionava o DCE, próxima à antiga Legião Brasileira de Assistência (LBA), ou então às escondidas em sua residência ou na casa de Milson Barreto, outro militante da tendência "Atuação", para despistar as atenções das autoridades de segurança.[201] Esse tipo de postura e cuidados foram confirmados tanto por Wellington Dantas Mangueira Marques[202] quanto por sua esposa e também militante política, Laura Maria Ribeiro Marques.[203]

16. EM TEMPOS DE "VIRAÇÃO": CONTRA A DITADURA E A FAVOR DAS DIRETAS-JÁ

Alguns anos depois desse processo de reabertura da UNE e da greve de outubro de 1979, as eleições de 1982 marcariam o fim da hegemonia da tendência "Atuação" e o início da hegemonia da tendência "Viração". A partir desse momento, o DCE não apenas passaria a ter uma nova direção, mas também a radicalizar ainda mais as suas posições no intuito de desmoralizar a ditadura civil-militar. Em torno desse objetivo, eles promoveram diversas operações de protestos nesse período, entre elas: uma greve de dez dias na Faculdade de Medicina, quebra-quebra de ônibus, pichações contra o aumento do valor da tarifa de ônibus, contra a ditadura e contra a poluição da fábrica de cimento,[204] além da já discutida invasão da ASI/UFS e da destruição de parte de seus arquivos.

Segundo Carlos Roberto da Silva, conhecido como Cauê, militante da "Viração", essa tendência era a expressão do PC do B no movimento estudantil".[205] Sob essa nova orientação política ocuparam a presidên-

201 Op. cit.

202 MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, em 05/10/2007.

203 MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Lívia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano, Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/05/10.

204 Ver a esse respeito as entrevistas de: SOUSA, Tânia Soares. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 10/05/11; e de: NOGUEIRA, Edvaldo. Entrevistado por Farley Góes do Espírito Santo e Danielle Xavier de Andrade. Aracaju/SE, 8/12/2008. E ainda: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., p. 258.

205 SILVA, Carlos Roberto da. Entrevistado por Farley Góes do Espírito Santo e Danielle Xavier de Andrade. Aracaju/SE, 18/11/2008. Cauê, como é conhecido, cursou engenharia química, militou na "Viração" entre 1982 e 1986, presidiu o DCE na gestão 1985-1986 e foi secretário estadual de Comunicação do Estado de Sergipe.

cia do DCE, entre 1982 e 1986, os estudantes Álvaro Vilela, no período 1982-1983; Edvaldo Nogueira, no período de 1983-1984; Carlos Roberto da Silva, no período 1984-1985; e Eduardo Barros, no período 1985-1986.[206]

As eleições posteriores a essa fase parecem ter sido marcadas por um grau diferente de disputas que tiveram como consequência uma maior alternância na liderança do movimento estudantil universitário entre grupos ligados ao PT, ao PC do B e grupos independentes, entre os quais o Movimento Estudantil Revolucionário Didático e Artístico (MERDA). Estes grupos mais independentes, em geral de linha anarquista, e a formação de diferentes alas estudantis, sobretudo ligadas ao PT, parecem ter configurado um cenário menos propenso à hegemonia de uma única tendência política estudantil à frente do DCE/UFS, mas esta é uma discussão para uma outra pesquisa.

Voltando ao contexto em que a "Viração" esteve à frente do DCE, os debates e mobilizações em torno da realização de eleições diretas e livres em todos os níveis diretivos, do DCE à presidência da República, parecem ter envolvido a comunidade universitária naquele momento histórico. Nesse sentido, em 1984, o movimento estudantil universitário em Sergipe, assim como os de outros estados, participaram, juntamente com diferentes setores da sociedade, da campanha pró-eleições diretas para Presidência da República.[207]

Essa participação foi efetivada através de vendas de camisas, passeatas, debates, shows e comícios que buscavam envolver a sociedade em torno desse movimento. Em Sergipe, o citado movimento começa a ganhar força entre fevereiro e março de 1984, sendo a praça Fausto Cardoso um dos seus principais palcos, conforme se pode avaliar na descrição feita pelo jornal *Gazeta de Sergipe*:

206 A respeito da história da tendência "Viração", consultar a pesquisa de: ESPÍRITO SANTO, Farley Goes do, ANDRADE, Daniele Xavier de. *Viração*: uma parte da história do ME em Sergipe. Op. cit.; e de: ARAÚJO, Adriana Ribeiro, SANTOS, Heder Gomes dos, OLIVEIRA, Telma Aparecida Rodrigues de. *Entre a Viração e a UJS*: memórias dos militantes do PC do B em Sergipe, 1981-1991. Op. cit.

207 Ver a respeito: SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Castelo a Tancredo. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994, p. 469; e também em: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. "Diretas-já: vozes das cidades". In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964 ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 411-427.

> O público que compareceu ao ato público do último domingo, calculado em torno de 35 mil pessoas, ouviu pacientemente os artistas sergipanos e 20 oradores, das mais diferentes formações. O comício foi aberto com palavras de ordem pelos apresentadores e o show do Grupo Bolo de Feira, seguido por Paulo Lobo, Antônio Carlos Du Aracaju e Grupo Cataluzes. O primeiro orador Rosalvo Alexandre lembrou a situação de precariedade que o país atravessava. Na sequência falaram: Benedito Figueiredo (OAB), Nildo Vieira (PDT), Edvaldo Nogueira (DCE), Laonte Gama [PMDB], o representante dos trabalhadores rurais, Dionísio, [e ainda] Evaldo Campos, Marcélio Bomfim, Martinho da Vila, Padre Gerérd Olivier, Abraão Crispim, Cristina Tavares [PMDB-PE], Jackson Barreto, Agnaldo Timóteo, Mário Juruna, Freitas Nobre (SP), Beth Mendes, Luiz Inácio Lula da Silva e fechando o presidente nacional do PMDB Ulisses Guimarães.[208]

Em torno das Diretas-já, vários segmentos da sociedade, inclusive estudantes e artistas, passaram a se mobilizar em favor do fim da ditadura e em nome da democracia. Em Sergipe, a exemplo, o cenário não foi diferente; e mesmo após a derrota da Emenda Dante de Oliveira – projeto de emenda constitucional que regulamentaria a realização de eleições diretas para a Presidência da República –, os debates e as mobilizações tiveram continuidade nos fóruns de discussões políticas e acadêmicas e nos espaços culturais, desta feita, canalizados em favor da eleição de Tancredo de Almeida Neves, candidato pelo PMDB, apoiado por uma dissidência do Partido Democrático Social (PDS) – dissidência que veio a formar, tempos depois, o Partido da Frente Liberal (PFL). Nesse processo eleitoral indireto, o PDS, por sua vez, lançou Paulo Salim Maluf, sendo este último alvo de protestos promovidos por estudantes, sindicalistas e outras lideranças populares. A esse respeito, os militantes do movimento social e dos partidos que faziam oposição à ditadura civil-militar, inclusive os estudantes, recordam que teriam

208 GAZETA DE SERGIPE. *35 mil ouviram 20 oradores que defenderam as diretas*. Ano XXIX, n. 7595, 28 de fevereiro de 1984, p.2.

puxado palavras de ordem como: "Ufa! Ufa! Ufa! Sergipe não Maluf",[209] além de terem realizado protestos públicos contra o referido candidato situacionista.

Já a respeito dos ambientes socioculturais, palcos das discussões políticas fomentadas, destacam-se o Restaurante Universitário (RESUN), o Centro de Cultura e Arte (CULTART), o Festival de Arte de São Cristóvão (FASC), entre outros espaços associados à Fundação Universidade Federal de Sergipe (UFS). E dentre os grupos artísticos e artistas que ajudaram a embalar a efervescência política e cultural daquele momento, grande parte deles com algum tipo de vínculo com o movimento estudantil universitário, destacam-se: o grupo Bolo de Feira, o grupo Cataluzes, Paulo Lobo, Antônio Carlos Du Aracaju, Joésia Ramos, Mingo Santana, Irineu Fontes, Antonio Alves do Amaral, entre outros.[210] O significado desses espaços e da contribuição desses estudantes/artistas/militantes para aquele momento político e para a cultura em Sergipe transcende os limites desta pesquisa e exigem estudos aprofundados a respeito.

Concomitantemente às mobilizações em prol das Diretas-já e da eleição indireta para Presidência do país, esta última ocorrida em janeiro de 1985, os estudantes da UFS, através do DCE, também lutavam pelo direito de escolher através do voto livre e direto o reitor da universidade. Estas reivindicações foram efetivadas a partir de um longo processo de mobilizações envolvendo estudantes, professores e funcionários.[211] Ilustra esse processo o documento encaminhado pelos presidentes do DCE, da Associação dos Professores e da Associação dos Servidores da UFS ao Conselho Superior da instituição para aprovação da lista sêxtupla dos candidatos mais votados para eleição do cargo de reitor. Nesse

209 Ver a respeito em: JORNAL DE SERGIPE. *Retrospectiva 1984*. Ano [??], n. [??], 1º a 2º de janeiro de 1985; e em: DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*. Op. cit., pp. 253-263.

210 Ver a respeito as entrevistas de: RAMOS, Joésia. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Luciene Cardoso Vasconcelos e Tânia Maria Lima Rabelo. Aracaju, em 18/05/2011; de: FONTES JÚNIOR, Irineu Silva. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Luciene Cardoso Vasconcelos e Tânia Maria Lima Rabelo. Aracaju, em 21/03/2011; de: AMARAL, Antônio Alves. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Luciene Cardoso Vasconcelos e Tânia Maria Lima Rabelo. Aracaju, em 26/04/2011; e de: SANTANA NETO, Domingos Félix de [Mingo Santana]. Entrevistado por Armando F. Filho, Claudiane Torquato e Washigton Teles. Aracaju, em 17/06/2008.

211 DCE. *Jornal do DCE*. São Cristóvão: FUFSE, abril de 1984. Acervo de documentos [cópia] do historiador José Ibarê Costa Dantas.

documento, a comunidade universitária manifestou-se pela eleição direta para indicação da lista sêxtupla,

> as três entidades, em Assembleias Universitárias com a participação de Docentes, Discentes e Servidores Técnico-Administrativos, aprovaram regulamento eleitoral para nortear e garantir o maior espaço democrático para o processo eleitoral.[212]

A conquista desse direito não foi automática e, assim como a desmilitarização do Estado Brasileiro, seguiu os passos e os ditames do processo de distensão e abertura política, iniciados em meados dos anos 1970, e teve continuidade na lenta transição democrática transcorrida ao longo da década de 1980. Se no caso do DCE/UFS o subterfúgio institucional e do governo encontrou na eleição indireta o pretexto para adiar o direito de os estudantes reabrirem seu DCE, no caso do direito de eleger o reitor das universidades, a negociação entre governo e sociedade passou pela aceitação da eleição de uma lista sêxtupla de candidatos dentre os quais a comunidade acadêmica poderia votar. Em seguida, os nomes mais votados dessa lista deveriam ser apreciados pelo presidente da República para posterior aprovação e indicação. Entretanto, esse processo nem sempre resultava na indicação do mais votado pela comunidade acadêmica.[213]

Em Sergipe, as experiências e o campo de disputas fomentadas nas sendas das fileiras do movimento estudantil universitário – desde a criação de suas primeiras entidades representativas na década de 1950 até o período da transição da ditadura civil-militar para a fase de democratização da sociedade brasileira, limite temporal deste livro –, promoveram, entre outras consequências, a formação de intelectuais, políticos, sindicalistas, artistas e cidadãos presentes nos fóruns e espa-

212 Documento assinado pelos presidentes do DCE, ADUFS e ASUFS. Carta aberta. São Cristóvão: FUFSE, 12 de junho de 1984. In: Acervo de documentos [cópia] coletados pelo historiador José Ibarê Costa Dantas.

213 Ver discussão preliminar a respeito em: NASCIMENTO, Afonso. "As elites administrativas da UFS". In: Jornal da Cidade, 16 de maio de 2011. Disponível em: <http://www2.jornaldacidade.net/artigos_ver.php?id=6927>. Acessado em 17/05/2011.

ços de deliberação política, cultural, econômica e social do estado[214]. A renovação ou reprodução dessa elite, por sua vez, tinha como traço o fato de grande parte dela ter sido formada nas instituições de ensino superior existentes no estado e não fora dele, como acontecia até meados da primeira metade do século XX.

17. DO MOVIMENTO ESTUDANTIL À POLISSEMIA E POLIMORFIA DA POLÍTICA

Em Sergipe, parte dos ex-militantes do movimento estudantil universitário passaram a constituir frações da intelectualidade política, profissional e cultural, sobretudo a partir das duas últimas décadas do século passado. Por esta razão, desde 1985, Aracaju, a capital do estado, tem sido administrada por essas novas lideranças. Assim, ocuparam o cargo de prefeito, por ordem cronológica, Jackson Barreto de Lima, em dois mandatos incompletos, de 1986 a 1988 e de 1993 a 1994; Viana de Assis, de 1988 a 1989; Wellington Paixão, de 1989 a 1992; José Almeida Lima, de 1994 a 1996; João Augusto Gama da Silva, de 1997 a 2000; Marcelo Déda Chagas, 2001 a 2004 e de 2005 a 2006; e Edvaldo Nogueira, de 2006 a 2008, de 2009 a 2012, de 2017 a 2020, e em 2021, iniciou mais um mandato.[215] Todos eles, como já discutido no curso desta pesquisa, foram formados em instituições de ensino superior e na militância do movimento estudantil universitário. O único desvio deste padrão, foi o segundo mandato de João Alves Filho, entre 2013 a 2016. No mandato anterior, entre 1975 a 1979, o processo de indicação ocorreu por via indireta, leia-se prefeito biônico, indicado pela ditadura civil-militar.

De modo também quase semelhante, o Executivo estadual, ao menos a partir de 1983, tem sido lugar de atuação desses ex-militantes. Neste caso, consideramos que João Alves Filho, governador por três

214 Ver discussão preliminar a respeito em: SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Op. cit.; e em: COSTA, Joana D'Arc. *Dos movimentos sociais às funções institucionais*: a consolidação de uma geração política em Sergipe. Op. cit.

215 Mais informações a respeito em: DANTAS, José Ibarê Costa. *Eleições em Sergipe*: 1985-2000. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002; e em: DANTAS, José Ibarê Costa. "Aracaju: eleição municipal de 2008". In: CORTEZ, Hugo, SPINELLI, José Antonio (Orgs.). *Nordeste 2008*: o voto das capitais: interpretando os resultados das eleições nas capitais nordestinas. Natal: EDUFRN, 2010, pp. 171-200.

mandatos (1983-1987, 1991-1994, 2003-2006), embora tenha realizado seus estudos no curso de engenharia civil na Escola Politécnica/UFBA, onde participou do movimento estudantil, aqui interagiu com profissionais, artistas e políticos formados nos cursos de ensino superior existentes no estado;[216] inclusive sua esposa, que atuou como militante da JUC e que, desde 1998, tem sido eleita para o Senado, atualmente, em 2015, encontra-se em seu terceiro mandato.[217]

De modo mais preciso, o argumento de que a efetivação do ensino superior e a participação no movimento estudantil universitário ajudaram a formar, reproduzir e/ou renovar a intelectualidade no estado concretiza-se com os governos de Antônio Carlos Valadares, de 1987 a 1991; Albano do Prado Pimentel Franco, de 1995 a 1999 e de 1999 a 2003; e Marcelo Déda Chagas, de 2007 a 2011[218] e de 2011 até seu falecimento em 02 dezembro 2013, e de Jackson Barreto de Lima, então vice-governador de Marcelo Déda, que assume o governo de 02 de dezembro de 2013 até 2014, sendo reeleito para o governo do estado para o mandato iniciado em janeiro de 2015 até janeiro de 2019.

Essa formação e militância contribuíram, portanto, para reproduzir e/ou renovar parcelas da intelectualidade cultural,[219] sindical,[220] profissional,[221] política e de cidadãos que ajudaram a pensar e a fazer a história recente do Brasil a partir de seus desdobramentos e inter-relações

216 Mais informações a respeito em: SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Op. cit., pp. 360-367.

217 Mais informações a respeito em: SANTOS, Osmário. Op. cit., pp. 622-628.

218 Mais informações a respeito em: DANTAS, José Ibarê Costa. *Eleições em Sergipe*: 1985-2000. Op. cit.; em: DANTAS, José Ibarê Costa. "Sergipe 2006: a quebra do continuísmo". In: CORTEZ, Hugo, SPINELLI, José Antonio (Orgs). Nordeste 2006: os sentidos do voto: análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados do Nordeste. Natal: EDUFRN, 2010, pp. 221-248; e ainda em: LOPES, Eliano Sérgio. "Sergipe: o medo venceu a esperança". In: *Observando o Nordeste/Portal FUNDAJ*. Disponível em: <http://www.Fundaj.gov.br/observandonordeste/obed003l.pdf>. Acessado em: 28/11/2011.

219 A respeito da intelectualidade formada nas instituições de ensino superior em Sergipe, parte dela reunida em torno do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe, consultar os dois últimos capítulos da obra: DANTAS, José Ibarê Costa. *História da Casa de Sergipe*: os 100 anos do IHGSE (1912-2012). São Cristóvão: Editora da UFS, 2012. A consulta a essa obra, no prelo durante a escrita da tese que originou esse livro, foi possível graças à liberação por parte do autor, a quem reiteramos nossos agradecimentos.

220 Ver a respeito em: NASCIMENTO, José Domingos Santos, PASSOS FILHO, José Sérgio, TORRES, Naiara Leite. *Reorganizado e unificado*: a memória do sindicalismo em Sergipe (1980-1999). Op. cit.

221 Ver a respeito em: JESUS, Vânia Maria de. *Sindicalismo em movimento*: a atuação do Centro de Profissionais de Ensino de Sergipe – CEPES (1986-1992). Op. cit.

em Sergipe.[222] Desta forma, a expansão do ensino superior e a formação de seus efetivos estudantis, parafraseando Chartier,[223] através de suas práticas culturais e sociais, alimentaram diferentes projetos políticos na sociedade contemporânea. Em particular – no período estudado por este livro –, percebe-se a construção de diferentes projetos de hegemonia para a sociedade brasileira. Projetos que foram disputados entre, de um lado, nacionalistas, integrantes dos movimentos populares de cultura e partidos de esquerda, e, por outro lado, liberais, partidos de direita e anticomunistas.

222 Ver a respeito em: COSTA, Joana D'Arc da. *Dos movimentos sociais às fundações institucionais*: consolidação de uma geração política em Sergipe Op. cit.
223 CHARTIER, Roger. *A História cultural*: entre práticas e representações. Op. cit., p. 225.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A DIALÉTICA DE UM PASSADO/PRESENTE

As reflexões produzidas por este livro têm, como pontos de partida, o diálogo com as fontes orais, escritas e a bibliografia relacionada ao movimento estudantil, ao ensino superior e à sociedade em Sergipe no período de 1950 a 1985. Esse diálogo revelou significados acerca da participação dos estudantes universitários nos debates políticos e culturais da sociedade. Além disso, mostrou a relevância dessa experiência, formação e militância para a constituição de parcela da intelectualidade artística, profissional e, sobretudo, política no estado a partir da segunda metade do século XX.

O presente estudo foi iniciado com a interpelação de conceitos como classe, juventude, *intelligentsia*, intelectuais, sociedade civil, hegemonia, entre outras discussões. Tais conceitos, de uma forma ou de outra, perpassam a historiografia atinente a este campo de pesquisa. Em torno desse interesse, percebemos que o conceito de classe utilizado pelos estudantes – frequentemente refletido em discursos, práticas e experiências – traduzia mais os significados de seus interesses políticos do que o reflexo de um debate sociológico reduzido ao econômico e/ou a uma determinada estrutura social. De igual maneira, percebemos que o conceito de juventude, utilizado por eles, reflete mais os significados culturais e os limites sociais do contexto em que estavam inseridos do que fronteiras biológicas, jurídicas ou geracionais.

Não obstante o alargamento desta compreensão – de que os estudantes e os movimentos dos quais eles tomaram parte devem ser compreendidos a partir do tempo histórico, do lugar social e da cultura em que eles estavam envolvidos –, percebemos que os conceitos de classe, juventude, gênero e, mesmo, de raça, em maior ou menor intensidade, também devem ser considerados sob pena de se inverter a dialética.[1]

1 COSTA, Emília Viotti da. "A dialética invertida: 1960-1999". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 14, n. 27, 1994, pp. 9-26.

Estes conceitos, assim como outros reservados nas regras do jogo de uma matriz disciplinar,[2] podem contribuir para estabelecer problematizações, mediações teóricas e procedimentos metodológicos, como verificamos no exame da historiografia produzida a respeito.

A esta discussão foi incorporada o debate sobre *intelligentsia*, intelectuais, sociedade civil, hegemonia. No primeiro momento, este debate observou as possibilidades do uso dos conceitos de *intelligentsia* e intelectuais, optando pela apreciação de Sirinelli de que os intelectuais, pela diversidade dos campos em que atuam, são polimorfos, isto é, assumem diferentes papéis no trabalho de organizar a cultura e a sociedade; e, polissêmicos, ou seja, produzem discussões, interpretações e posicionamentos variados a respeito de como devem organizar essas tarefas.[3]

Diante desta interpretação acerca dos diferentes perfis e posicionamentos assumidos pelos intelectuais, em relação aos estudantes – inseridos em um momento de aprendizado e militância –, observou-se a possibilidade de considerá-los como intelectuais em formação. Este debate foi ampliado com a incorporação dos conceitos de intelectuais, sociedade civil e hegemonia consoantes ou atinentes ao pensamento de Antonio Gramsci. Neste sentido, além de ampliar a compreensão de que os intelectuais são agentes mediadores da cultura,[4] esta discussão relaciona os estudantes universitários, intelectuais em formação, a agentes de transformação ou estruturação, sob dois aspectos: agindo junto aos debates da sociedade civil[5] e interagindo para construir projetos de hegemonia ou de contra hegemonia,[6] a exemplo dos debates sobre a reforma universitária, na década de 1950 e 1960, e da resistência à ditadura civil-militar, entre 1964 e 1984, respectivamente.

---

2 A respeito das discussões sobre matriz disciplinar, ver: RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001; e: BARROS, José D'Assunção. *Teoria da história*: princípios e conceitos fundamentais. V. I, Petropólis: Vozes, 2010, pp. 17-39.

3 SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". Op. cit.

4 GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura.* Op. cit.; e em: AGGIO, Alberto. "A 'classicidade' de Gramsci e o tema dos intelectuais". Op. cit.

5 GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Op. cit.; e em: LAHUERTA, Milton. "Intelectuais e resistência democrática". Op. cit.

6 GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci.* Op. cit.; e em: ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. "O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe". Op. cit.

A análise historiográfica, por sua vez, revelou a existência, no âmbito dos programas de pós-graduação, de um relativo número de pesquisas sobre a história do movimento estudantil em diferentes estados. Essas pesquisas, não obstante, estarem concentradas à década de 1960, sobretudo entre 1964 e 1968, começam a apontar, ao menos em alguns trabalhos, para diferentes temporalidades e contextos sociais em que os estudantes e os seus movimentos atuaram. Além disso, demonstram a importância de se estudar a ação política e cultural dos estudantes universitários e de suas entidades representativas tanto dentro como fora dos grandes centros urbanos do país.

Sob o ponto de vista teórico, este livro considerou as críticas acerca do uso do conceito de "classe" que pautaram a historiografia a respeito do movimento estudantil produzida entre as décadas de 1960 e 1990 e dialogou com as contribuições elaboradas pelos estudos sobre jovens, juventude, gênero e novos movimentos sociais. Ele discutiu, ainda, a importância da formação universitária e da militância estudantil para constituição de parcelas da *intelligentsia* e da intelectualidade no estado; além de ter incorporado os debates sobre a expansão do ensino superior, a reforma universitária, o papel da sociedade civil e sobre a densa discussão relacionada à ditadura civil-militar brasileira.

Em torno destas discussões e de suas diferentes apropriações, sob o ponto de vista metodológico, buscou-se avaliar o maior número de fontes possíveis, não obstante sua forma – escrita ou oral –, e as diferentes vozes, experiências e práticas nelas registradas. Neste sentido, considerando a condição polimorfa e polissêmica desses registros e considerando os estudantes como intelectuais em formação, definição ampliada com a contribuição de Antonio Gramsci, e seu papel na sociedade,[7] procurou-se interpretar os significados das fontes pesquisadas num contínuo processo de interação, como proposto por Edward Carr.[8] Assim, argumentou-se em favor da premissa de que não cabe mais a defesa de uma história pronta, definitiva e "verdadeira". Mas sim, a partir

7 GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura.* Op. cit.; e em: AGGIO, Alberto. "A 'classicidade' de Gramsci e o tema dos intelectuais". Op. cit.

8 CARR, Edward Hallet. *Que é história?* Op. cit., p.65.

dos atuais debates a respeito do campo disciplinar da história,[9] compartilhar o pressuposto de que o conhecimento histórico é um processo contínuo de (re) interpretação do ou sobre o passado e de sua relação com o presente.

Dentro desta perspectiva, observou-se, inicialmente, a organização tardia do ensino superior no estado, no final da década de 1940, e os significados da sua efetivação como forma de evitar o deslocamento de estudantes para outros centros culturais, permitindo o acesso a segmentos sociais com menos recursos ou aos que esbarravam na questão do gênero como restrição para esse tipo de deslocamento. Observou-se o surgimento das primeiras entidades de representação dos estudantes universitários no estado e, sobretudo, a criação da União Estadual dos Estudantes logo substituída pela União Estadual dos Estudantes Sergipanos (UEES) em 1953.

A partir do estudo da UEES, da análise de sua estrutura, da discussão sobre os temários de seus congressos e dos debates políticos travados pelos grupos que lutavam por sua hegemonia, foi possível analisar a importância que essa instituição possuía junto à sociedade e o papel desempenhado por ela no tocante à assistência social aos estudantes, seja através da Casa do Estudante, uma forma de república universitária, seja através do Restaurante Universitário. Mas, sobretudo, discutiu-se a importância da UEES como espaço de defesa dos interesses da classe estudantil, leia-se dos interesses políticos dos estudantes, e de defesa dos interesses da sociedade brasileira em meio aos debates nacionalistas e reformistas em curso na década de 1950 e 1960.

Neste sentido, a relação dos estudantes, de suas entidades representativas e de seus movimentos, seja em âmbito local, seja em âmbito nacional – neste último caso, articulados através de ações da UNE e/ou das decisões do Congresso Nacional dos Estudantes –, inseriu-os em meio à construção, compartilhamento e disputa de diferentes projetos de hegemonia e contra hegemonia política e cultural. Estes projetos envolviam, por um lado, nacionalistas, reformistas, populares e militan-

9 BARROS, José D'Assunção. *Teoria da história*: princípios e conceitos fundamentais. Op. cit., pp. 17-40.

tes de esquerda, e, por outro lado, liberais, conservadores, direitistas e anticomunistas.

Inserido nesse contexto de disputas, a UEES representava os estudantes universitários do estado na luta por direitos, a favor de uma reforma universitária que assegurasse a modernização, a democratização e o compromisso social do ensino superior no país, e, de modo mais incisivo, a favor da criação de uma universidade no estado. Na época, o ensino superior no país atravessava uma fase de expansão e de federalização, entretanto, Sergipe ressentia-se com as dificuldades para consolidação de suas instituições de ensino superior, com a falta de recursos para tal empreitada, pois ainda não contava com uma universidade.

Foi nesse momento, também, que os estudantes, estimulados pelos debates nacionalistas, pelo clima de reformas e sob a hegemonia da JUC, fundaram o CPC da UEES, passaram a defender a modernização e a democratização do ensino superior e participaram da greve nacional em favor de "um terço" de representação estudantil junto aos órgãos deliberativos das instituições de ensino superior. Além disso, eles apoiaram a candidatura oposicionista de Seixas Dória ao governo do estado, passaram a participar dos movimentos populares de cultura, fundaram a Casa do Estudante e o Restaurante Universitário, assinaram a Declaração de Santo Amaro das Brotas, na qual defenderam a criação da universidade de Sergipe sob a forma de uma fundação federal, assistiram à passagem de duas UNE-volantes e participam de experiências artísticas no campo do teatro amador, nos clubes de cinema e em círculos de poesias.

Em meio à efervescência desse contexto, a partir de 1958, durante a realização do VIII Congresso da UEES, os estudantes, apoiados pelo bispo José Vicente Távora, recém-chegado a Aracaju, e pela Liga Universitária Católica, levantam a bandeira em prol de uma universidade no estado e passam a procurar o apoio de intelectuais, da sociedade e dos políticos. Os esforços e as mobilizações, ali iniciados, tinham como objetivo evocar as atenções dos governadores Luís Garcia (1959-1963), Seixas Dória (1963-1964), Celso de Carvalho (1964-1967) e Lourival Batista (1967-1968). Ao final desse percurso político, iniciado ainda em tempos nacionalistas e de reformas, e já perpassando o período da ditadura civil-militar, em 1968, a reivindicação dos estudantes, da Igreja

Católica, dos intelectuais, da sociedade e dos políticos, cada uma a seu modo e forma, resultou na Fundação da Universidade Federal de Sergipe. No curso desse processo, observou-se que o projeto nacionalista, popular e democrático pensado para a tão esperada universidade terminou sendo concretizado dentro de uma conjuntura desfavorável, que restringiu a participação, a autonomia e a liberdade de ação política e cultural nas universidades brasileiras.

Nessa conjuntura, apesar da manutenção do caráter de fundação federal da universidade de Sergipe, outros projetos, outras disputas e outros atores políticos tiveram vez e lugar. Saía de cena a postura conciliadora, social, progressista e popular de D. José Vicente Távora, para ceder espaço à postura fechada, pragmática, conservadora e anticomunista de D. Luciano José Cabral Duarte, cujos méritos, não obstante a falta de habilidade com os estudantes, resultaram na concretização da universidade. Saíam de cena os militantes da JUC – grupo que exerceu a hegemonia do movimento do final dos anos de 1950 até os acontecimentos do golpe –, para ceder espaço aos militantes estudantis próximos às organizações políticas: AP, POLOP e PCB, responsáveis pela reorganização do movimento estudantil e por protagonizarem as disputas por hegemonia no movimento nos primeiros anos da ditadura civil-militar.

No decurso desse processo, antes mesmo do golpe, o anúncio da criação de uma comissão estadual para tratar da questão da universidade em Sergipe havia sido noticiada em meio a um clima de efervescência cultural e turbulências políticas. Estas últimas provocadas pela renúncia de Jânio Quadros, pela posse tumultuada de João Goulart, pela rejeição do parlamentarismo e pelas mobilizações em prol das reformas de base. Nessa conjuntura, a sociedade civil, ou ao menos parte dela, propalava certo triunfalismo antecipado,[10] logo defrontado com a instalação de um golpe civil-militar e com o desencadeamento de um processo de repressão aos sindicatos, aos estudantes, aos movimentos populares de cultura e aos políticos relacionados aos movimentos e experiências nacionalistas, populares e de esquerda.

10 Ver a esse respeito em: DANTAS, José Ibarê Costa**.** *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Op. cit., p. 314; e em: FERREIRA, Jorge. "A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular". Op. cit., pp. 181-212.

A inflexão política de março de 1964, em parte ajuizada na expressão poética do então estudante Mário Jorge como um "ilusório transitório", parecia refletir aquilo que uma parcela da sociedade civil, acostumada a participar dos debates acerca do nacional-popular na cultura brasileira, insistia em não aceitar.[11] Esse sentimento expresso no poema "Convocação" evocava como alegorias figurativas as "botas" que "esmagam" quando "pisam o transitório" de um tempo "amargo" definido pelo "fel do agora".[12] Nesse sentido, Mário Jorge revelava, através do jogo estético e alegórico, não apenas a rejeição à ação dos golpistas como também a expectativa de que aqueles acontecimentos não viriam a ser consolidados e fossem fatos passageiros. Porém a realidade foi além dos versos do poeta e revelou-se mais dura e duradoura, como os registros da ditadura civil-militar assim a atestam.

Esse sentimento de transitoriedade, de que aquele momento poderia ser revertido, em certa medida, alimentava-se também no histórico da participação política dos militares ao longo do período republicano. Essa trajetória histórica, até o desencadeamento dos acontecimentos do golpe civil-militar de 1964, pautava-se pela intervenção, restabelecimento da ordem e retorno aos quartéis. Entretanto, os desdobramentos e a radicalização dos acontecimentos deslocaram essa postura de "intervenção transitória" para uma postura de novo tipo na qual os militares, apoiados por setores conservadores da sociedade civil, permaneceram no controle da ordem política e social do país, estabelecendo um período de 21 anos de governo.[13]

A ditadura civil-militar impôs-se como um divisor de águas, interrompendo ou redimensionando os movimentos e experiências que vinham sendo construídos pelos movimentos de educação e cultura popular que antecederam esse interstício antidemocrático[14]. Ao longo desse período, iniciado em 1964 e que se estendeu até 1985, a relação entre a sociedade e o Estado foi marcada por constantes tensões e pelo preterimento da primeira em relação ao segundo. Em Sergipe, uma das

11 Ver a respeito em: ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. Op. cit.; e RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*: artistas da revolução, do CPC à era da tv. Op. cit.

12 VIEIRA, Mário Jorge Menezes. *Poemas de Mário Jorge*. Op. cit., p. 42 (negrito nosso).

13 BORGES, Nilson. "A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares". Op. cit., p.13-42.

14 SCHWARZ, Roberto. *Cultura e Política.* 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, pp. 9-10.

consequências do golpe foi a prisão e posterior cassação do govenador Seixas Dória, aliado político de João Goulart, que, diante dos novos rumos dos acontecimentos políticos, resolveu não apoiar a tomada do Estado pelos militares, como Lomanto Júnior, governador da Bahia, e outros governadores e autoridades fizeram para garantir a permanência nos cargos. Além disso, alguns deputados de sua base de apoio foram cassados, entre quais: Viana de Assis e Cleto Maia, assim como alguns prefeitos, dentre os quais Pascoal Nabuco, da cidade Estância.

A repressão estendeu-se aos sindicalistas, aos estudantes, aos militantes de esquerda, aos educadores populares, entre outros cidadãos. Nesse contexto, sindicatos sofreram intervenção e posterior fechamento, o mesmo acontecendo com as instituições estudantis e as relacionadas à educação popular. Além disso, muitas de suas lideranças foram detidas, processadas e permaneceram por dias no quartel do 28º BC. Diante desse primeiro ciclo repressivo, em meio a relatos acerca do cárcere, familiares, membros da Igreja Católica, alguns membros da maçonaria e autoridades movimentaram-se para garantir os direitos e a integridade física dos estudantes e dos demais presos políticos.

No caso das lideranças estudantis secundaristas, em particular dos CES, além de algumas prisões, os atritos com a direção do colégio por causa da resistência de alguns em não apoiar a "Marcha com Deus pela família e pela liberdade", entre outros motivos, após um litígio jurídico, resultaram na expulsão de: Wellington Dantas Mangueira Marques, Abelardo Silva Souza, José Anderson Nascimento, Alceu Monteiro, Jackson de Sá Figueiredo e Mário Jorge Menezes Vieira. Estes secundaristas, anos depois, tornar-se-iam importantes lideranças do movimento estudantil universitário.

Já em relação às entidades estudantis no estado, após a prisão de algumas de suas lideranças e do processo de desmobilização que o movimento atravessou, as primeiras evidências de sua retomada, ainda que discretas, relacionaram-se ao debate sobre a Lei Suplicy e o controle que essa legislação estipulava para as entidades estudantis. No curso desse processo, a UEES sofreu um processo de intervenção e, após o enquadramento dos diretórios e centros acadêmicos à nova lei, foram realizadas eleições indiretas para a DEE de Sergipe, entidade que substituiu, por meio da força da lei e do momento político, a UEES.

Em relação à eleição da primeira diretoria da DEE de Sergipe, ocorrida em 1965, chama atenção a ampla articulação política de sua composição, inclusive com a participação de militantes próximos ao PCB. Este quadro indica, em um cenário de desmobilização, a estratégia de alguns militantes do movimento estudantil de resistir por dentro da lei tanto à nova legislação como à ordem política que se instalava. Um dos aspectos mais radicais desse processo de enquadramento das entidades estudantis à Lei Suplicy foi a "revolta dos estudantes da FAFI". Essa revolta transpôs os muros da faculdade, evidenciando nos jornais de circulação local, entre outros fatos, a postura autoritária da ala conservadora da Igreja Católica em Sergipe, então representada pelo diretor da faculdade, o monsenhor Luciano José Cabral Duarte.

Os atritos e ressentimentos dessa revolta podem ser apontados como um dos fatores que levaram uma parte dos estudantes, sobretudo os das faculdades católicas, a não mais apoiarem a proposta da criação da universidade de Sergipe sob a forma de uma fundação federal, posição encampada pelo monsenhor Luciano José Cabral Duarte. A essa personalidade eclesiástica e intelectual, confessadamente anticomunista, coube reunir os esforços para que a universidade de Sergipe fosse criada como fundação federal, em 1968, e não como autarquia federal, como alguns estudantes passaram a defender, sobretudo a partir de 1966.

Em meio à nova ordem política que se instalava e às disputas locais tecidas, sobretudo pelos estudantes, professores e os diretores das instituições de ensino, sobre qual seria o modelo a ser adotado pela universidade a ser criada, as tendências do movimento estudantil universitário reorganizaram-se. Nesse contexto, parte da JUC, antes mesmo do golpe, havia originado a AP, tendência que, após ter sofrido dura repressão, passou a atuar junto às faculdades de medicina e serviço social. Já na faculdade de economia e de química, o posicionamento dos militantes da POLOP evidenciavam as ideias e a presença desse novo agrupamento. Neste ínterim, o PCB, que tinha uma atuação discreta no movimento estudantil universitário, passou a disputar a hegemonia do movimento, objetivo consolidado com a eleição da primeira diretoria do DCE/UFS em 1968. A respeito dessa eleição, é preciso frisar que, não obstante a regulamentação eleitoral prevista pelo Decreto-lei nº 228, esse processo eleitoral ocorreu de forma direta em razão da postura acordada

pelas chapas concorrentes, que rejeitaram o processo indireto previsto pela legislação.

Já em relação à atuação de estudantes não alinhados com as mencionadas tendências estudantis, o fato é que as disputas e os debates entre eles passaram a pautar as ações do movimento estudantil. Entre essas disputas, a controversa segunda eleição da DEE de Sergipe, ocorrida em 1966, pode ser elencada. O resultado desse processo de disputa, a falta do repasse de recursos para a entidade e, principalmente, as determinações do Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967 – que, em seu art. 20, determinava ao Ministério Público Federal promover a dissolução dos órgãos estudantis no âmbito dos estados e seus patrimônios, ainda que os órgãos estivessem organizados como entidade de direito privado – culminaram na extinção da DEE de Sergipe em 1967.

No art. 20 da mencionada lei, havia a previsão de encaminhamento pelo Ministério Público Federal do patrimônio dessas entidades para ser incorporado às universidades federais. Este patrimônio, posteriormente, seria transferido aos DCEs das respectivas instituições nos estados. Contudo, como em Sergipe ainda não havia uma universidade nem existia um DCE, fica a indagação acerca do destino do patrimônio da UEES, herdado pela DEE de Sergipe. Essa questão jogada ao esquecimento, talvez agora, com a posse da primeira diretoria da UEES, em 2 de março de 2012, refundada depois de mais de 40 anos, possa ser objeto de uma melhor apreciação. A resposta a essa pergunta só se verificará quando da organização dos arquivos e da disponibilização de seus acervos sem restrições para os cidadãos interessados. Caso isso não aconteça, corre-se o risco de não se fazer justiça, deixando de passar a limpo a memória e a história do país.

O fechamento da DEE de Sergipe, a luta para a criação da universidade e do DCE tiveram curso em meio a trotes culturais com sátiras políticas, protestos contra a morte de Edson Luís, contra a prisão de Vladimir Palmeira, greves dos estudantes do CES e da UFS (agosto de 1968), eleição da primeira diretoria do DCE/UFS, composição da delegação de Sergipe para o XXX Congresso de Ibiúna, entre outros acontecimentos.

A expectativa a respeito de Ibiúna, a propósito, esbarrou na prisão das principais lideranças nacionais do movimento estudantil brasileiro que ficaram detidos no presídio Tiradentes. No caso dos estudantes da

delegação de Sergipe, o processo de liberação e de regresso ao estado contou com a mediação de familiares e, como declarado pelos militantes entrevistados, novamente por alguns membros da maçonaria e com a colaboração tácita de algumas autoridades políticas, a exemplo do governador Lourival Batista, que não se posicionou a respeito.

Já a partir de dezembro de 1968, após a publicação do AI-5, um novo ciclo repressivo tem início, culminando com a volta à prisão de alguns dos estudantes que haviam sido detidos em Ibiúna, com o enquadramento das principais lideranças estudantis nos dispositivos do Decreto-lei nº 477/1969 e, consequentemente, com a ameaça de serem expulsos da universidade. Diante desse novo revés, outra vez as relações sociais e a posição do primeiro reitor da UFS, o professor João Cardoso Nascimento Júnior, atuaram em favor dos estudantes, cassando os direitos políticos estudantis em lugar de expulsá-los da instituição. Este fato levaria ao esvaziamento, eclipse e fechamento do DCE nos anos seguintes.

Além disso, em face das mediações sociais mencionadas, sobretudo em algumas instituições e estados, a natureza autoritária do AI-5 e a estruturação dos órgãos da comunidade de segurança e informação enrijeceram as práticas da política de segurança nacional. Dentre as medidas efetivadas nesse sentido, a criação da AESI, depois denominada de ASI, junto à UFS, oficializava a política de segurança nacional na universidade. Este fato interferia diretamente na autonomia da instituição, de seus dirigentes e, de modo particular, passava a vigiar e a controlar as ações de técnicos, professores e estudantes, sendo estes últimos um dos focos principais da atenção dessa política. Uma política de segurança, assentada em preceitos militares, que tratava os cidadãos e vozes dissonantes da ordem imposta como "inimigos internos".

Entretanto, no período de 1969 a 1975, apesar do fechamento do DCE e da atuação dos órgãos de segurança e informação, os registros escritos apontam a existência de oito diretórios e um centro acadêmico que se mantiveram em funcionamento. A partir desses diretórios e desse centro acadêmico, observa-se um processo de retomada das atividades da militância estudantil que culminaria com a reabertura do DCE, a partir da realização de uma eleição indireta, ocorrida no final de 1975.

No início de 1976, as críticas à universidade e à ditadura proferidas no discurso de posse da nova diretoria do DCE – reaberto após seu

fechamento em 1969 – e o clima de distensão política instalada pelo governo do presidente Ernesto Geisel pareciam anunciar novos horizontes para o país. Entretanto, a reação dos militares da chamada Linha Dura, em oposição ao presidente Ernesto Geisel, desencadeou uma série de operações militares por vários estados com objetivo de desarticular grupos políticos de esquerda supostamente organizados para práticas subversivas e da luta armada. Em Sergipe, essa reação resultou na deflagração da chamada Operação Cajueiro, ação militar que sequestrou, prendeu, interrogou e torturou fisicamente estudantes, sindicalistas e outros militantes políticos, tendo inclusive causado a cegueira do sindicalista Milton Coelho.

Nesse período, os estudantes próximos ao PCB e os que professavam uma posição ideológica liberal, sobretudo no curso de direito, estavam articulados em torno da Ala Jovem do MDB, cuja proposta de atuação, além da militância estudantil, também se voltou para eleições de vereadores, deputados estaduais e federais, além de terem sido decisivos na inusitada eleição do senador Gilvan Rocha pelo MDB em 1974. Neste sentido, a Ala Jovem do MDB, sobre a hegemonia do PCB, não enveredou pela luta armada, mas se articulou ao movimento nacional que conseguiu impor ao governo e aos seus aliados importantes derrotas eleitorais em vários estados do país.

Entre 1975 e 1978, os militantes estudantis do PCB conseguiram manter certa hegemonia junto ao DCE, mas os efeitos da Operação Cajueiro e os desdobramentos da crise do Comitê Central do Partido com Luís Carlos Prestes parecem ter reverberado negativamente sobre os militantes do "Partidão". Desta forma, a luta para que as eleições do DCE passassem a ser diretas coincide com o fim da hegemonia do PCB e o início da hegemonia da tendência "Atuação", grupo político formado por anarquistas, trotskistas e leninistas. Anos depois, alguns militantes dessa tendência e alguns dissidentes do PCB fundariam em Sergipe o PT.

O fim do processo eleitoral indireto para o DCE, fato que veio a se consubstanciar no final do ano de 1978, foi conquistado a partir do atendimento por parte da reitoria das reivindicações dos estudantes. Desta forma, os estudantes participaram da primeira eleição direta, embora ainda não inteiramente livre. Nos anos seguintes, a consolida-

ção desta conquista se confundiria com a luta pela eleição direta para reitor e para Presidência da República, além de uma série de outros movimentos reivindicatórios que indicavam a reorganização da sociedade civil e a opção pela resistência democrática como estratégia de contra hegemonia frente à ditadura civil-militar.

A documentação escrita localizada e as fontes orais coletadas possibilitaram discutir uma série de questões a respeito das posições assumidas por uma parte dos estudantes universitários, em particular aqueles que se encontravam envolvidos na luta política e na militância cultural. Questões como direitos indígenas, defesa de moradia popular, combate aos reajustes dos preços das tarifas dos ônibus, defesa de questões ambientais, movimento negro e lutas feministas surgem, ganham corpo entre os estudantes universitários e se expandem, passando a ser incorporadas pela sociedade.

No período de 1982 a 1985, a hegemonia sob o DCE passa a ser exercida pela "Viração", tendência política ligada ao PC do B. Os militantes dessa tendência, instigados por uma postura mais radical de combate à ditadura civil-militar, intensificaram as pichações de muro; os protestos contra o aumento das tarifas de ônibus, inclusive promovendo quebra-quebra; localizaram e destruíram parte dos documentos da AESI/ASI dentro do simbolismo que esse ato representava na época, entre outras ações. Nos anos seguintes, já no processo de transição democrática, a hegemonia sob a direção do DCE e dos diretórios e centros acadêmicos passa a ser mais disputada e compartilhada entre os militantes da "Viração", as diferentes tendências do PT e os grupos alternativos, como o Movimento Estudantil Revolucionário Didático e Artístico (MERDA).

A partir desse cenário, discussões como juventude, regulamentação de profissões, grupos alternativos, feminismo, movimento negro, movimento agrários, movimento por moradia popular, movimento em favor dos direitos indígenas, movimento ambiental, entre outros, tendem a configurar horizontes de mobilização e organização diferentes tanto para o movimento estudantil universitário quanto para a sociedade civil brasileira. À medida que se consolidava a redemocratização, bandeira sobre a qual se unificaram as lutas contra a ditadura civil-militar, o foco de discussões dos estudantes e da sociedade era deslocado para outros temas e, consequentemente, novas formas de luta, constituindo outros

horizontes de experiências e expectativas que transpõem o recorte desta pesquisa e que estão a merecer a atenção dos pesquisadores.[15]

A efetivação do ensino superior e o surgimento de um movimento estudantil universitário no estado, pontos centrais abordados neste livro, revelam experiências sociais produzidas por esses atores sociais, suas instituições e os movimentos em que tomaram parte. É dentro desse contexto que os estudantes e os militantes do movimento estudantil, em particular, ajudaram a desenvolver, ou pelo menos a tornar mais complexas, as tenras relações da sociedade civil no estado, seja renovando ou reproduzindo frações de sua intelectualidade cultural, artística e política, seja participando de discussões e mobilizações, ou ainda formando lideranças que passariam a atuar no campo das lutas sociais e culturais no estado na segunda metade do século XX e início do século XXI.

A história desse passado próximo relaciona-se com as discussões do tempo presente da sociedade brasileira. Uma história em construção que é objeto de um contínuo processo de (re)interpretação e (re) significação envolvendo as fontes que registram as experiências desse passado e o historiador que as avalia a partir dos debates teóricos, metodológicos, historiográficos, acadêmicos e políticos de seu tempo. E neste último caso, não há como, enquanto cidadão e pesquisador, ficar passivo diante do debate a respeito da abertura universal, irrestrita e livre dos arquivos e de seus acervos aos cidadãos, assim como da defesa do registro, da guarda e divulgação desse passado que persiste, através de indeléveis reminiscências, em nosso presente.

15 Ler a respeito dessa discussão em: DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular*: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Op. cit.; em: MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente*: movimentos sociais nas sociedades complexas. Op. cit.; e em: SOUZA, Regina Magalhães. *O discurso do protagonismo juvenil*. Op. cit.

REFERÊNCIAS

A) LOCAIS DE PESQUISA

Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe
Arquivo do Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Arquivo Nacional
Arquivo Público do Estado de Sergipe
Biblioteca da Universidade Tiradentes
Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe
Laboratório de História da Universidade Tiradentes
Biblioteca Estadual Epifânio Dória
Biblioteca Nacional
Biblioteca da Universidade Federal da Bahia
Instituto Dom Luciano Duarte
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
Programa de Documentação e Pesquisa Histórica do Departamento de História/UFS
Instituto Tobias Barreto

B) SITES PESQUISADOS

2 séculos de artes visuais em Sergipe: <http://itabi.infonet.com.br/artesvisuais/>

Arquivo Nacional: <http://www.an.gov.br/sian/.>

Biblioteca Digital Ação Educativa: <http://www.bdae.org.br/dspace/>

Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.gov.br >

Domínio Público: <http://www.dominiopublico.gov.br >

Faculdade Pio Décimo: <http://www.piodecimo.edu.br/>

Instituto Dom Luciano Duarte: < http://www.institutodomlucianoduarte.com.br/ >

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe: < http://www.ihgse.org.br/ >

Jornal da Cidade: < http://www.jornaldacidade.net/ >

Palácio Museu Olímpio Campos: <http://www.palacioolimpiocampos.se.gov.br/>

Paróquia Nossa Senhora do Rosário: <http://www.vozdorosario.org.br/igreja/paroco.php>

Portal Infonet: < http://www.infonet.com.br/ >

PROGEN/UFPE: <http://movimentosjuvenisbrasileiros.blogspot.com/>

Programa de Pós-graduação em História/UFBA: < http://www.ppgh.ufba.br/>

Projeto Memória do Movimento Estudantil: <http://www.mme.org.br/>

Projeto Memórias Reveladas: < http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br >

Scielo: < http://www.scielo.org/ >

Universidade Federal da Bahia: <http://www.ufba.br/>

Universidade Federal de Sergipe: <http://www.ufs.br/>

Universidade Tiradentes: < http://www.unit.br/>

FONTES

A) FONTES ORAIS/ENTREVISTAS

ALENCAR FILHO, Clodoaldo. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 15/09/1998.

ALVES, Milton. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 11/08/2010.

AMARAL, Antônio Alves. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Luciene Cardoso Vasconcelos e Tânia Maria Lima Rabelo. Aracaju, 26/04/2011.

ARAÚJO, Ruy Belém de. Entrevistado por Gislaine Santos Carvalho. Aracaju/SE, 08/08/2008.

_____. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 20/08/2010.

ASSIS, Iara Viana de. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 13/04/11.

BARRETO, Dilson Menezes. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 11/11/2009.

BEZERRA, Antônio Ponciano. Entrevistado por Gislaine Santos Carvalho. Aracaju/SE, 14/08/2008.

CORREIA, Maria de Lourdes Rodrigues. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 31/04/11.

CÔRTES, Ana Maria Santos Rolemberg. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 06/04/11 e 26/05/11.

CÔRTES FILHO, João Rolemberg. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 6/11/2007.

COSTA, Antonio Vieira da. Entrevistado por José Ibarê Costa Dantas. Aracaju, 13/11/1991. [Transcrito por José Vieira da Cruz, 01/08/2010].

DANTAS, José Ibarê Costa. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 10/10/2010.

_____. Informações concedidas a José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 24/02/2011.

DINIZ, José Alexandre Felizola. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 12/03/1998.

FIGUEIREDO, Jackson de Sá. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 5/11/2007.

FONTES JÚNIOR, Irineu Silva. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Luciene Cardoso Vasconcelos e Tânia Maria Lima Rabelo. Aracaju, 21/03/2011.

FONTES, José Silvério Leite. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 10/08/2011.

LIMA FILHO, Rosalvo Alexandre de. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Giselle Carvalho Menezes e Renata de Carvalho Santana. Aracaju/SE, 29/09/2011.

MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Lívia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano, Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/05/10.

MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 05/10/2007.

_____. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Renata de Carvalho Santana e Giselle Carvalho Menezes. Aracaju/SE, 27/10/2011.

NASCIMENTO, Afonso. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 19/02/2011.

NASCIMENTO, Araci Bispo do. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 28/11/2009.

NASCIMENTO, José Maria do. Entrevistado por José Vieira da Cruz e José Robério dos Santos. Aracaju/SE, 23/05/2008.

NOGUEIRA, Edvaldo. Entrevistado por Farley Goes do Espírito Santo e Daniele Xavier de Andrade. Aracaju/SE, 08/12/2010.

OLIVEIRA, José Luciano Góis de. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 30/12/2011.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 17/08/2010.

RAMOS, Joésia. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Luciene Cardoso Vasconcelos e Tânia Maria Lima Rabelo. Aracaju, 18/05/2011.

SANTANA NETO, Domingos Félix de [Mingo Santana]. Entrevistado por Armando F. Filho, Claudiane Torquato e Washigton Teles. Aracaju, 17/06/2008.

SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevistada por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 4/08/1998.

_____. Entrevistada por Alene Leite Campos. Aracaju/SE, 11/09/2007.

_____. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 29/03/11.

SILVA, Carlos Roberto [Cauê]. Entrevistado por Farley Goes do Espírito Santo e Daniele Xavier de Andrade. Aracaju/SE, 15/06/2008 e 08/11/2008.

SILVA, João Augusto Gama da. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE, 03/11/2009.

SOUSA, Tânia Soares. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 10/05/11.

WEID, Jean Marc Von Der. Entrevistado por Carla Siqueira e Ana Paula Goulart, transcrita e editada por Comunicação, e revisada por Ana Paula Goulart. Rio de Janeiro/RJ, 07/10/2004. Disponível em: <http://www.mme.org.br/>. Acessado em 10/01/2009.

FONTES ESCRITAS

A) ATAS

CONSU/FUFSE. *Ata da reunião extraordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal de Sergipe*, realizada em 10 de agosto de 1968. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCSA-DSS, Caixa 01, item 02.

_____. *Ata da sessão ordinária de 12 de março de 1969*. In: Livro de atas do CONSU/FUFSE, p. 47.

_____. *Ata da sessão ordinária de 21 de setembro de 1968*. In: Livro de atas do CONSU/FUFSE, verso da p. 19 e p. 20.

_____. *Ata da assembleia geral do DAACL*. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 32, item 100.

DAAMB. *Ata da 1ª sessão ordinária do diretório da Escola Superior de Química de Sergipe*, realizada em 30 de março de 1950. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCET-DQI, Caixa 25, Item 78.

_____. *Ata da 49ª sessão extraordinária do DAAMB da Escola de Química de Sergipe*, 29 de agosto de 1961. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCET--DQI, Caixa 25, item 78.

_____. *Ata da 52ª sessão extraordinária do DAAMB da Escola de Química de Sergipe*, 5 de maio de 1962. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCET-DQI, Caixa 25, Item 78.

_____. *Ata da 62ª sessão extraordinária do DAAMB da Escola de Química de Sergipe*, 20 de março de 1965. In: Arquivo UFS: Fundo CCET-DQI, caixa 27, item 84.

_____. *Ata da 63ª sessão extraordinária do DAAMB da Escola de Química de Sergipe*, 29 de março de 1965. In: Arquivo UFS: Fundo CCET-DQI, caixa 27, item 84.

DCE/FUFSE. *Ata da primeira reunião ordinária da diretoria do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Sergipe*, 13 de setembro de 1968. Acervo de documentos [cópias] do historiador José Ibarê Costa Dantas.

FCEA. *Ata da reunião extraordinária da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas*, de 19 de março de 1965. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCSA –DEE, caixa 03, item 08.

FMS. *Ata da sessão ordinária do Conselho Departamental da Faculdade Medicina de Sergipe*, 27 de agosto de 1968. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 32, item 100.

B) CONSTITUIÇÃO, ESTATUTOS E REGIMENTOS

DAACL. *Estatuto do Diretório Acadêmico Augusto César Leite*. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 32, item 100.

DAFCE. *Estatuto do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe*, fundado em 17 de janeiro de 1950. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF (1951-1955), localizado no Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 24, item 90.

DAJF. *Estatuto do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo da Faculdade de Filosofia de Sergipe*, fundado em 2 de junho de 1951. Acervo de documentos [cópia] de José Maria do Nascimento.

UEES. *Constituição da União Estadual dos Estudantes de Sergipe*. Aracaju: CISLA, 1954.

UNE. *Regimento interno do XV Congresso Nacional dos Estudantes da UNE*. Rio de Janeiro, julho de 1952. In: Encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955), localizado no Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90.

C) CARTAS, DISCURSOS, MENSAGENS ELETRÔNICAS E MANUSCRITOS

DANTAS, José Ibarê Costa. Informação concedida através do e-mail < jibare@infonet.com.br >, em 10/07/2011 17:13.

DAJF. *Discurso de posse de José Maria Nascimento na presidência do Diretório DAJF em 1965*. Acervo de documentos [cópia] de José Maria do Nascimento.

DCE/FUFSE. *Carta aberta*. In: GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes iniciam congresso em Salvador*. Ano XXII, n. 6.204, 29 de maio de 1979, p.1.

DCE, ADUFS e ASUFS. *Carta aberta*. São Cristóvão: FUFSE, 12 de junho de 1984. In: Acervo de documentos [cópia] coletados pelo historiador José Ibarê Costa Dantas.

DUARTE, Luciano José Cabral. *Carta do diretor da FAFI à GS*. In: Gazeta de Sergipe. Ano X, n. 2841, 16 de outubro de 1965, p.6.

DUARTE, Luciano José Cabral. *Carta ao reitor da FUFSE*: informando ter recebido o Ofício nº 101/77/GR com uma cópia anexa ao Ofício nº 0404/76/GR, dirigido ao diretor presidente da EMSETUR. In: Arquivo do IDLD, caixa 01, pacotilha 07.

ESTUDANTES DE DIREITO. *Carta dos estudantes da Faculdade Federal de Direito de Sergipe ao Dr. Newton Sucupira*: manifestando seu repúdio ao anteprojeto de criação da UFS e criticando a atuação de Dom Luciano Duarte. 19 de setembro de 1966. In: IDLD, caixa 01, pacotilha 06.

NASCIMENTO, José Maria do. *Manuscrito do histórico da votação e rejeição da Lei Suplicy na Faculdade Católica de Sergipe, em 1965*. Acervo de documentos [cópia] de José Maria do Nascimento.

_____. *Manuscrito com esboço de sua fala na reunião ocorrida na FCFS em 11/10/1965*. Acervo de documentos [cópia] de José Maria do Nascimento.

MARQUES, Wellington Dantas Mangueira. In: Gazeta de Sergipe. *Carta de Wellington*. Ano XX, n. 5370, 1º de março de 1976, p.8.

UEES. *Carta aberta à sociedade sobre a UEES*. In: thiagodhatt@hotmail.com, enviado para: jvdc1972@hotmail.com, quarta-feira, 29 de fevereiro de 2012, 14:12:20.

D) LEIS, DECRETOS, DECRETOS-LEI, PORTARIAS, RESOLUÇÕES, MANDADO DE SEGURANÇA

BRASIL. *Decreto nº 37.613*, de 19 de julho de 1956.

_____. *Lei nº 4.330*, de 1º junho de 1964.

_____. *Lei nº 4.464*, de 9 de novembro de 1964. [Lei Suplicy]

_____. *Lei nº 4.024*, de 20 de dezembro de 1961. [LDB]

_____. MINISTÉRIO DA GUERRA, IV Exército, 6ª Região Militar, 28º BC. *Mandado de segurança, impetrado por Antonio Fernandes Viana de Assis contra a Assembleia Legislativa*, Aracaju-SE, 1964. In: Arquivo Geral do Judiciário/SE. TJ/GP. Fundo Aju/1ª. Esc., caixa 06.

FUFSE. *Portaria nº 28*, de 6 de fevereiro de 1970. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

_____. *Portaria nº 29*, de 19 de março de 1969. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

_____. *Resolução CONSU nº 16/1971*. In: Arquivo CONSU/FUFSE.

_____. *Resolução nº 33/1976/CONSU*. In: Arquivo CONSU/FUFSE.

_____. *Resolução nº 10/1978/CONSU*. In: Arquivo CONSU/FUFSE.

FUFSE. *Portaria nº 1060/2010/CONSU*. In: Arquivo CONSU/FUFSE.

SERGIPE. *Decreto Estadual nº 1362/67*, de 14 de maio de1967.

E) NOTAS, COMUNICADOS E CONVOCAÇÕES

CASR. *Convocação para assembleia geral e para a realização do júri simulado do colega Vladimir Palmeira (sic)*, 27 de setembro de 1968. In: Acervo de documentos [cópia] de Maria Zelita Batista Brito.

COMISSÃO ORGANIZADORA DA PÁSCOA DOS UNIVERSITÁRIOS DE SERGIPE. *Convite*: UEES/DAMK/CASR/DAJF/DAAMB/DAFCE, 1959. In: Arquivo do CASR/DDI/FUFSE. Encadernação com as correspondências da gestão de Francisco de Melo Novais à frente do CASR (1959-1960).

DCE/FUFSE. *Nota do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe em 1978*. In: Acervo de documentos [cópias] do historiador José Ibarê Costa Dantas.

GAZETA DE SERGIPE. *Nota da direção da GS*. Ano X, nºn. 2842, 17 de outubro de 1965, p.6.

UEES. *Nota oficial da União Estadual dos Estudantes de Sergipe*. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano V, nº n. 1074, 28 de setembro de 1961, p. 4.

UEES/USES. "Comunicado ao povo sergipano". In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, 31 de março de 1968, p.1.

F) OFÍCIOS, INFORMES E REIVINDICAÇÕES

AESI/FUFSE. *Of. cir. AESI/UFSE, nº 01/1973*, enviado à direção do IFCH, 07 de junho de 1973. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

_____. *Of. AESI/UFSE nº 05/1973*, enviado à direção do IFCH, 3 de outubro de 1973. In: In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

_____. *Of. cir. AESI/UFSE, nº 01/1974*, 19 de março de 1974. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

ASI/FUFSE. *Of. cir. ASI/UFSE nº 01/1977*, sobre o envio do RSAB nº 10 a diretor do IFCH, 01 de junho de 1977. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

_____. *Of. ASI/UFSE nº 50/1977*, enviado ao vice-reitor da FUFSE, 2 de dezembro de 1977. Arquivo Central da UDS. Fundo Gabinete do Vice-Reitor, GVR/10.

DAACL. *Of. nº 01/1963/DAACL*, s/d, para a FMS. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 32, item 100.

_____. *Of. s/n/DAACL*, de 2 de abril de 1964 para a FMS. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 01.

_____. *Of. s/nº*, de 26 de março de 1966, de Lyrio Dutra do Nascimento, e: DAACL. *Ofício s/nº,* de 29 de março de 1966, de José Aguinaldo de Santana Fonseca. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

_____. *Of. nº 07/1966/DAACL*, de 8 de junho de 1966 a FMS. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

_____. *Of. nº 08/1966 /DAACL, de 15 de junho de 1966*, enviado ao diretor da FMS. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

_____. *Of. nº 02/1968/DAACL para a FMS*, 12 de agosto de 1968. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 02, item 04.

_____. *Of. nº 11/1966/DAACL*, 16 de agosto de 1966, enviado ao diretor da FMS. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

_____. *Of. nº 02/69/DAACL*, de 07 de fevereiro de 1969, encaminhado ao Diretor da FMS. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 03, item 07.

DAJF. *Of. s/nº/DAJF*, julho de 1951, para a FCFS. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90, encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955).

_____. *Of. nº 06/1965/DAJF*, 1º de outubro de 1965 ao diretor da FCFS. Acervo de documentos [cópias] de José Maria do Nascimento.

_____. *Of. nº 07/1965/DAJF*, 7 de outubro de 1965 ao diretor da FCFS. Acervo de documentos [cópias] de José Maria do Nascimento.

DAMK. *Of. ref. 01/1954/DAMK/ESS,* 1º de setembro de 1954, para o DA da FCFS. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90, encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955).

DCE/FUFSE. *Of. cir. s/nº/DCE*, 17 de março de 1969. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 03, item 07.

_____. *Of. cir. nº 03/1977/DCE/FUFSE*, 3 de agosto de 1977, endereçado aos membros do Conselho de Representantes do DCE. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo Gabinete do Reitor/Vice-Reitor.

DEE DE SERGIPE. *Of. especial/DEES*, 20 de abril de 1965. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

_____.*Of. circular nº 1 – 1965/1966/DEES*, maio de 1965. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

_____. *Of. circular nº 5/1965/DEES*, 26 de maio de 1965. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

_____. *Of. s/nº/ DEE*, 19 de setembro de 1966 encaminhado ao DAACL. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

_____. *Of. s/nº/DEES*, 21 de setembro de 1966 para o DAACL/FMS. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

DES/MEC. *Of. cir. 1681/DES/MEC*, de 25 de julho de 1966, ao diretor da FMS. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

DSI/SEP/MEC. *Informe nº 33/DSI/SEP/MEC/69*, de 28 de fevereiro de 1969, encaminhado às reitorias de todas as universidades brasileiras. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 03, item 07.

DUARTE, Luciano José Cabral. *Of. s/nº*, 7 de junho de 1962. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, caixa 23, item 84.

FCFS. *Of. s/nº/FCFS para o SEI*, de 8 de setembro de 1960. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH – DHI, Caixa 23, item 84.

_____. *Of. s/nº/FCFS*, 17 de agosto de 1961 para o DAJF. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

_____. *Of. nº 1/1962/FCFS*, 1º de março de 1962*, para DAJF*. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

_____. *Of. nº 11/1962/FCFS*, 6 de junho de 1962 para o DAJF. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

_____. *Of. nº 16/1965/FCFS*, de 8 de outubro de 1965, ao comandante do 28º BC. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH/DHI, caixa 23, item 84.

_____. *Of. nº 33/1965/FCFS*, 13 de novembro de 1965, endereçado a José Maria do Nascimento. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH/DHI, caixa 23, item 84.

_____. *Of. nº 35/1965/FCFS*, de 20 de outubro de 1965, endereçado a Paulo Barbosa de Araújo. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH/DHI, caixa 23, item 84.

_____. *Of. nº 45/1966/FCFS*, de 29 de outubro de 1966, encaminhado a José Maria do Nascimento. Acervo de documento [cópia] de José Maria Nascimento.

FMS. *Of. s/nº/FMS*, de 7 de agosto de 1964, ao ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 10, item 30.

FUFSE. *Of. do reitor da Universidade Federal de Sergipe dirigido ao IFCH*, 26 de fevereiro de 1969. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

_____. *Of. do reitor da Universidade Federal de Sergipe destinado ao IFCH*, 1º de março de 1969. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

_____. *Of. cir. nº 16/69/GR*, de 30 de abril de 1969. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 03, item 07.

IFCH. *Of. nº 32/1968/IFCH*, 20 de setembro de 1968, para o Diretório Acadêmico da Faculdade de Educação. In: Localização no Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

_____. *Of. nº 068/1968/IFCH para o DPF/SE*, de 15 de outubro de 1968. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

_____. *Of. nº 32/1968/IFCH*, datado de 20 de setembro de 1968, enviado para o Diretório Acadêmico da Faculdade [Instituto] de Educação. In: Localização no Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

_____. *Of. nº 068/1968/IFCH*, datado de 15 de outubro de 1968, enviado para o DPF/SE. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

_____. *Of. s/nº com as reivindicações do curso de história do Instituto de Ciências Humanas, 1968*. In: Fundo CECH - DHI, Caixa 25, item 94.

_____. *Of. nº 111/1969/IFCH*, datado de 04 de junho de 1969, enviado para o Reitor da FUFSE. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 84.

_____. *Of. nº 201/1969/IFCH*, datado de 3 de outubro de 1969, enviado para o Departamento de Educação e Cultura. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 85.

_____. *Of. nº 201/1969/IFCH*, 3 de outubro de 1969, para o Departamento de Educação e Cultura. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH-DHI, Caixa 23, Item 85.

_____. *Of. s/nº*, 28 de fevereiro de 1970, encaminhado pelo professor Fernando Porto ao magnífico reitor da FUFSE. In: PDPH/DHI/IFCH. Fundo de correspondências expedidas e recebidas pelo IFCH.

FONSECA, José Aguinaldo de Santana. *Ofício s/nº*, de 29 de março de 1966 ao DAACL, de José Aguinaldo de Santana Fonseca. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

NASCIMENTO, José Maria do. *Of. s/nº*, 3 de novembro de 1966, encaminhada pelo estudante José Maria do Nascimento a D. Luciano Duarte. Acervo de documentos [cópias] de José Maria do Nascimento.

NASCIMENTO, Lyrio Dutra do. *Of. s/nº*, 26 de março de 1966, de Lyrio Dutra do Nascimento. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 02.

PROEST/FUFSE. *Of. cir. nº 34/1979/PROEST/CPCR*, 11 de setembro de 1979. In: PDPH/DHI/FUFSE, ofícios recebidos pelo IFCH.

SI/DSIEC. *Of. nº 001/SI/DSIEC/1970*, 07 de janeiro de 1970, encaminhado pelo Diretor de Divisão de Segurança e Informações, Brigadeiro Armando Tróia ao reitor da FUFSE. In: PDPH/DHI/DUFSE. Fundo de correspondências expedidas e recebidas pelo IFCH.

UNE. *Of. cir. nº 22/1963/1964/UNE*. 23 de janeiro de 1964, Rio de Janeiro. In: Localização no Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCBS, Caixa 01, item 01.

UEES. *Of. Cir. s/nº/UEES*, 07 de julho de 1953. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90, encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955),

_____. *Of. cir. nº 01/1959/1960/UEES*, setembro de 1959. In: Ofícios recebidos pela Federação dos Trabalhadores da Indústria de Sergipe. In: PDPH/DHI/FUFSE.

_____. *Of. cir. nº 3/1959/UEES*, de 19 de maio de 1959, enviado para a Federação dos Trabalhadores da Indústria de Sergipe. In: PDPH/DHI/FUFSE.

_____. *Of. s/nº/UEES para CASR*, de 31 de agosto de 1960. Arquivo do CASR/DDI/FUFSE, encadernação com as correspondências da gestão de Francisco de Melo Novais à frente do CASR (1959-1960).

_____. *Of. Circular nº 01/ 1960/1961/UEES*, setembro de 1960. In: PDPH/DHI/FUFSE.

G) RELAÇÃO DE MEMBROS, LISTAS DE PRESENÇA E TERMOS DE POSSE

AESI/FUFSE. *Relação dos membros do Diretório Acadêmico da FCEA (1952-1974)*. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCSA - DEE, caixa 03, item 08.

DAAMB. *Termo de posse da diretoria do DAAMB*, de 2 de outubro de 1964. In: Arquivo FUFSE: Fundo CCET-DQI, caixa 27, item 84.

_____. *Termo de posse da diretoria do DAAMB*, de 24 de abril de 1965. In: Arquivo FUFSE: Fundo CCET-DQI, caixa 27, item 84.

DAJF. *Lista dos presentes* à *assembleia geral DAJF*, ocorrida em 28 de setembro de 1965. Acervo de documentos [cópia] de José Maria do Nascimento.

H) RELATÓRIOS, PROCESSOS E IPMS

BRASIL. Ministério do Exército. Auditoria da 6ª Região Militar. *Relatório do IPM nº 27/1965*. Acervo de documentos [cópia] do historiador José Ibarê Costa Dantas.

CONGRESSO NACIONAL. "Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a aplicação pela UNE e demais órgão estudantis". In: *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, abril de 1964, pp. 2652-2665.

ESS/FUFSE. *Relatório da comissão de estudo sobre as reivindicações dos alunos da Escola de Serviço Social encaminhadas à reitoria, s/d*. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCSA-DSS, Caixa 01, item 02.

IFCH. *Relatório das reivindicações do curso de história do IFCH*, 1968. In: Fundo CECH - DHI, Caixa 25, item 94.

JUC. *Relatório/informativo para as Faculdades Católicas*, outubro de 1951. Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90, encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955).

PROEST/FUFSE. *Relatório das eleições estudantis 79.1*, 28 de maio de 1979, 5 p. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCET, Caixa 17, Item 70.

_____. *Relatórios das eleições estudantis 1984.2*. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCET, Caixa 17, Item 70.

_____. *Relatórios das eleições estudantis 1986*. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCET, Caixa 17, Item 70.

_____. *Relatórios das eleições estudantis 1986.2*. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCET, Caixa 17, Item 70.

PROEST/FUFSE/DCE. *Relatório das eleições estudantis 87.2*, 30 de dezembro de 1987. In: Arquivo Central da FUFSE: Fundo CCET, Caixa 17, Item 70.

UEES. *Relatório do I Congresso*. In: *Academus*. Ano II, n. 3, janeiro de 1952, p.6.

_____. *Relatório de gestão*, 18 de setembro a 18 de dezembro de 1953. Arquivo Central da FUFSE: Fundo CECH - DHI, Caixa 24, item 90, encadernação com os ofícios recebidos pelo DAJF/FCFS (1951-1955).

I) TESE, DECLARAÇÕES, DOCUMENTOS DE BASE E MANIFESTOS

AÇÃO POPULAR. "Cultura Popular". In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular*: memórias dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, pp. 15-31.

_____. "Documento base". In: SOUZA LIMA, L. G. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*: hipóteses de uma interpretação. Petrópolis, Vozes, 1979.

FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACONAL *et. ali*. "Manifesto ao povo sergipano". In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2080, 14 de dezembro de 1962, p.5.

FUCD. *Manifiesto de la federación de los universitaria de Córdoba*. Córdoba, 21 junho de 1918. Disponível em: <http://manifiestodecordoba1918.blogspot.com/>. Acessado em 10/10/2010.

UEES. *Manifesto dos estudantes da Escola de Química de Sergipe*. In: Gazeta de Sergipe. Ano IV, n. 429, 9 de setembro de 1959, p. 4.

UEES/SERU. “Declaração de Santo Amaro das Brotas”. In: GAZETA DE SERGIPE. *Universitários*: Declaração de Santo Amaro das Brotas. Ano VII, n. 2225, 11 de agosto de 1962, p. 6.

UEES/SNRU. *Tese apresentada ao I Seminário Nacional de Reforma Universitária pela bancada de estudantes de Sergipe*, Aracaju, 19 de maio de 1961.

USES. “Manifesto aos estudantes e ao povo”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2874, 4 de agosto de 1962, p.6.

UNE. *Manifesto da UNE sobre o Petróleo*. In: *Academus*. Ano II, n. 4, junho de 1952, p. 4.

_____. “Manifesto do CPC da UNE”. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular*: memórias dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, pp. 59-70.

J) REFERÊNCIAS DOS DADOS CONSULTADOS DO PROJETO MEMÓRIAS REVELADAS

BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR BR PBNCDH, XX A140.0973.104.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR BR PBNCDH, XX AA4. 0.0.1102-50.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR RNAPERN, XX DO. 0.FC.920.

BRASIL. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297.126._____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 250.265.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 250.268.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 250.272.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297.120.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297.131.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297.147.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297.150.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297.159.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297.170.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297.187.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297.191.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297.194.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297.194.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW 297.203.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SPAPESP, XX DSP.SS.ZW. 268.293.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.134.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.243.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.407.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.429.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.638.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.641.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.642.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.645.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.653.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.659.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.671.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.68.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.723.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.751.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.82.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI.0.0.707.

_____. *Projeto Memórias Reveladas*. BR SEAPES, XX SEI. 0.0.20.

K) BOLETINS E INFORMATIVOS

ALA JOVEM DO MDB. *Boletim do Setor Jovem do MDB*, julho de 1977.

CASR. *Boletim informativo do Centro Acadêmico Sílvio Romero*, de 6 de junho de 1968. Acervo de documentos [cópia] da pesquisadora Maria Zelita Batista Brito.

DCE/FUFSE. *Boletim do DCE*. São Cristóvão: Editado pela comissão de imprensa, 31 de março de 1981. Acervo de documentos [cópia] do historiador José Ibarê Costa Dantas.

L) JORNAIS

A CRUZADA. *A greve, instrumento das reivindicações universitárias?* [Editorial do programa "Nossa Opinião", transmitido pela Rádio Cultura de Sergipe, em 17 de agosto de 1962]. Ano XXVI, nºn. 1362, 18 a 19 de agosto, 1962, p. 6.

_____. *Em Santo Amaro II Seminário de reforma universitária*. Ano XXVII, nºn. 1391, 16 de junho de 1963, p.1.

_____. *Estudantes e professores opinam sobre a greve dos universitários*. Ano XXVI, nºn. 1.344, 16 de junho de 1962, p.1 e p.8.

_____. *Governador eleito Luiz Garcia*, recebe universitários de Sergipe. Ano XXIV, n. 1073, 03 de janeiro de 1959, p.1 e p.6.

_____. *Implantação administrativa da Universidade*. Ano 50, nºn. 1557, 31 de agosto de 1968, p.1.

_____. *Os estudantes da Faculdade C. de Filosofia e a Lei Suplicy*. Ano XXVIII, nºn. 1424, 16 a 17 de outubro de 1965, p.1.

_____. *Relator do processo da universidade em Sergipe*. Ano 84, nºn. 1468, 24 de setembro de 1966, p. 1 e pp. 11-12.

_____. *Sergipe terá universidade antes de março de 1967*. Ano 84, nºn. 1468, 10 de setembro de 1966, p.11.

_____. *Solenidade de instalação da FUFSE*, marco cultural na vida sergipana. Ano 49, nºn. 1545, 18 de maio de 1968, p.1.

ACADEMUS. *Apresentação*. Ano I, n. 01, setembro de 1951, p.1.

_____. C*ampanha financeira em benefício do "Academus"*. Ano II, n.3, outubro de 1952, p. 2.

_____. *Desrespeito ao congresso de representantes*. Ano II, n. 3, janeiro de 1952, p.5.

_____. *Em dias próximos teremos o Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe* [espaço Notas e comentários]. Ano I, n. 01, setembro de 1951, p. 2.

_____. *I Congresso dos Estudantes de Sergipe*. Ano II, n. 3, janeiro de 1952, p.3.

_____. I*V Congresso Estadual dos Estudantes* [manchete de primeira página]. Ano IV, n. 12, setembro de 1954, pp. 1-2.

_____. *O "Academus" frente ao movimento desagregador promovido pelos agentes da confusão* [editorial]. Ano II, n. 3, janeiro de 1952, p.1.

_____. *O I Congresso Interamericano de Estudantes*: Nota oficial que esclarece os motivos do cancelamento da sessão inaugural". Ano II, n. 3, janeiro de 1952, p. 4.

_____. *O V Congresso Estadual dos Universitários* – Curt Vieira, presidente. Ano V, n. 14, setembro de 1956, pp. 6-7.

_____. *Os coveiros do movimento estudantil tentam isolar a Faculdade de Direito* – declara o representante do CASR no seu relatório. Ano II, n.3, janeiro de 1952, p. 7.

_____. *Pedro Carvalho, vice-presidente do Sílvio Romero, eleito presidente da UEES*. Ano VI, n. 16, setembro de 1957, p. 13.

_____. *Um decênio de educação e cultura*: faz dez anos a Faculdade de Direito de Sergipe. Ano VIII, n. 20, novembro de 1960, pp. 1-2.

_____. *Vida acadêmica de 1950 a 1960*. Ano VIII, n. 20, novembro de 1960, pp. 6-7.

_____. *VIII Congresso Estadual dos Estudantes*. Ano VII , n. 18, setembro de 1958, p. 1-2.

CORREIO DE ARACAJU. *Reivindicações de alunos da Faculdade de Ciências Econômicas*. Ano LIV, n. 6.607, 23 de setembro de 1961, p.1.

DIÁRIO DE SERGIPE. *Convite*. Ano V , n. 2.528, 02 de setembro de 1953, p. 4.

FOLHA POPULAR. *UNE lança primeiro livro*: "A questão da universidade". Ano VIII, n. 386, 24 de abril de 1962, p. 2.

_____. *XI Congresso Universitário*: estudantes sergipanos traçam rumos para a luta em favor do povo brasileiro. In: Ano VIII, n. 336 , 23 de setembro de 1961, p. 4.

GAZETA DE SERGIPE. [nota sem denominação]. Ano XII, n. 3.245, 15 de março de 1967, p. 6.

_____. [Nota sem denominação]. Ano XII, n. 3.23[?], 3 de março de 1968. p. 1.

_____. *"Bumba meu boi" em Aracaju*. Ano II, n. 2157, 17 de março de 1963, p.1.

_____. *"Sabiá" vence fase nacional do festival*. Ano XIII, n. 3672, 1º de outubro de 1968, p. 6.

_____. *"Unidade e Ação" ganhou*. Ano XIII, n. 3643, 27 de agosto de 1968, p. 6.

_____. *35 mil ouviram 20 oradores que defenderam as diretas*. Ano XXIX, n. 7595, 28 de fevereiro de 1984, p.2.

_____. *6 milhões para o restaurante da UEES*. Ano IX, n. 2355, 7 de março de 1964, p.1 e p.6.

_____. *A Greve acabou*. Ano XXII, n. 6272, 25 de outubro de 1979, p.1.

_____. *A Universidade* [editorial]. Ano XII, n. 3568, 16 de maio de 1968, p.3.

_____. *Acontecimentos descritos em "Opinião de juristas sobre a eleição universitária"*. Ano XI, n. 3102, 22 de setembro de 1966, p.8.

_____. *Advogado preso aconselha juventude a abandonar o comunismo*. Ano XX, n. 5370, 1º de março de 1972, p.1.

_____. *Agitação em Aracaju com a crise brasileira*. Ano IX, n. 2373, 2 de abril de 1964, [edição vespertina], p.4.

_____. *Alceu vence em filosofia*. Ano X, n. 2601, 27 de abril de 1965, p.1.

_____. *Amanhã em Aracaju: UNE-volante com o CPC*. Ano VII, n. 2206, 18 de maio de 1963, p.1 e p.6.

_____. *Apelo dos excedentes*. Ano II, n. 3206, 25 de janeiro de 1967, p.5.

_____. *Aplausos a D. José Távora no IX Congresso Nacional de Jornalistas*. Ano V, n. 1075, 29 de setembro de 1961, p.1.

_____. *Aracaju quer CPC da UNE*. Ano VII, n. 2201, 12 de maio de 1963, p. 1.

_____. *Arivaldo*: Universidade e Casa do Estudante serão concretizadas. Ano IX, n. 2394, 29 de abril de 1964, p.1.

_____. *Chapa única é candidata ao DEE*. Ano X, n. 2691, 27 abril de 1965, p. 1.

_____. *Cine Palace – hoje*: Paris está chamas? [anúncio]. Ano XIII, n. 3574, 24 de maio de 1968, p.2.

_____. *Comandos militares em manifesto decretam "Ato Institucional"*. Ano IX, n. 2379, 10 de abril de 1964, p.1.

_____. *Comício de Ribeirópolis impressiona situacionistas*. Ano VII, n. 2828, 8 de junho de 1962, p.1.

_____. *Comissão Meira Matos entrega relatório*. Ano XIII, n. 3566, 12 e 13 de maio de 1968, p.1.

_____. *Congresso da UNE* [Informe GS]. Ano XIII, n. 3675, 5 de outubro de 1968, p. 4.

_____. *CPC da UEES encenará "A derradeira ceia"*. Ano VIII, n. 2229, 15 de junho de 1963, p. 1.

_____. *Crise na Faculdade de Ciências Econômicas*. Ano V, n. 1069, 22 de setembro de 1961, p.1 e p. 4.

_____. *DCE quer UFS livre da oligarquia*. 7 de janeiro de 1976, p.1.

_____. *Decreto cria a universidade* [manchete da primeira página]. Ano XII, n. 3.235, 02 de março de 1967, p.1.

_____. *Déda denuncia*: PF e seguranças do Campus ameaçam estudantes. Ano XXVI, n. 7.194, 1º de outubro de 1982, p.4.

_____. *Detalhes, detalhes, detalhes* [coluna pessoas e fatos]. Ano X, n. 2841, 16 de outubro de 1965, p.5.

_____. *Dia do trabalhador*: em Aracaju festa e lanche, em Propriá pedirão reforma agrária, urgente. Ano XXIII, n. 6774, 01 a 02 de maio de 1981, p. 2.

_____. *DPF ocupa Univ. de Brasília e acusa reitor*. Ano XIII, n. 3645, 30 de agosto de 1968, p. 6.

_____. *Eleição no D.A. de Direito hoje*. Ano XII, n. 3314, 16 de junho de 1967, p.1.

_____. *Eleições amanhã em filosofia*. Ano X, n. 2693, 25 de abril de 1965, p.1.

_____. *Eleições movimentam CES*. Ano XIII, n. 3.556, 1º maio de 1968, p. 2.

_____. *Eleições universitárias*. Ano X, n. 2692, 28 de abril de 1965, p. 1.

_____. *Eloy Dutra denuncia o IBAD ao Conselho de Segurança*. Ano VII, n. 2905, 12 de setembro de 1962, p. 6.

_____. *Estudantes da FAFI rejeitam a Lei Suplicy*. Ano X. n. 2828, 1 de outubro de 1965, p.1.

_____. *Estudantes de economia só reconhecem a UNE*. Ano XII, n. 3267, 12 de abril de 1967, p.1.

_____. *Estudantes de química reivindicam construção e aparelhamento da Escola*. Ano V, n. 1074, 28 de setembro de 1961, p.1 e p. 4.

_____. *Estudantes detidos foram liberados ontem*. Ano XIII, n. 3685, 17 de outubro de 1968, p. 1.

_____. *Estudantes fazem greve*. Ano XXII, n. 6261, 12 de outubro de 1979, p.1.

_____. *Estudantes fazem julgamento de Vladimir Palmeira*. Ano XIII, n. 3670, 28 de setembro de 1968, p. 6.

_____. *Estudantes fazem pedágio para ir ao congresso*. Ano XIII, n. 3672, 6 e 7 de outubro de 1968, p. 1.

_____. *Estudantes iniciam congresso em Salvador*. Ano XXII, n. 6.204, 29 de maio de 1979, p.1.

_____. *Estudantes não decidem como protestar pela prisão dos colegas*. Ano XIII, n. 3683, 15 de outubro de 1968, p. 1.

_____. *Estudantes protestam*. Ano XII, n. 3568, 16 de maio de 1968, p.1.

_____. *Estudantes sergipanos entraram em greve*. Ano XIII, n. 3624, 07 de agosto de 1968, p. 1.

_____. *Estudantes sofrem novo despejo*. Ano XI, n. 2928, 02 de fevereiro de 1966. p.1.

_____. *Estudantes trazem cultura para o povo*. Ano VII, n. 2780, 8 de abril de 1962, p. 1.

_____. *Estudantes universitários detidos quando distribuíram panfletos ontem*. Ano XIII, n. 3684, 16 de outubro de 1968, p. 1.

_____. *Estudantes vão às ruas em novas manifestações*. Ano XIII, n. 3623, 6 de agosto de 1968, p. 1.

_____. *Estudantes votaram as aulas ontem*. Ano XIII, n. 3636, 17 de agosto de 1968, p. 1.

_____. *Exército dissolve congresso da UNE*. Ano XIII, n. 3682, 13 de outubro de 1968, p. 1.

_____. *Faculdade de Direito realizou eleições no CASR*. Ano X, n. 2681, 11 de abril de 1965, p.1.

_____. *Faculdade de Medicina atende universitários*. Ano VII, n. 2827, 7 de junho de 1962, p.1.

_____. *Faculdade sem nada poderá ser fechada*. Ano V, n. 1066, 19 de setembro de 1961, p.1.

_____. *FAFI aprova Lei Suplicy depois de rejeitar*. Ano X, n. 2837, de 12 de outubro de 1965, p. 1.

_____. *FAFI critica ensino*: trote. Ano XII, n. 3.242, de 11 de março de 1967, p. 6.

_____. *Fechar ou criar* [editorial]. Ano V, n. 1067, 20 de setembro de 1961, p.2.

_____. *Filosofia desmembrada em três institutos*. Ano XIII, n. 3642, 26 de agosto de 1968, p. 8.

_____. *Frente de Mobilização Popular* [editorial]. Ano VIII, n. 2.199, 10 de maio de 1963, p.2.

_____. *Fundado o Teatro Novo de Sergipe*. Ano VIII, n. 2907, 20 de setembro de 1963, p. 6.

_____. *Governadores enaltecem universitários sergipanos*. Ano V, n. 1070, 23 de setembro de 1961, p.4.

_____. *Greve geral dos universitários a partir de 1º de junho*. Ano VII, n. 2821, de 30 de maio de abril de 1962, p. 1.

_____. *Greve geral dos universitários!*. Ano VII, n. 2826, 6 de junho de 1962, p.1.

_____. *Hoje eleição na Faculdade de Ciências Econômicas*. Ano X. n. 2688, 23 de abril de 1965, p.1.

_____. *IBAD tenta assaltar a UEES*. Ano VIII, n. 2198, 9 de maio de 1963, p.2.

_____. *II Seminário de reforma universitária*. Ano VII, n. 2223, 8 de junho de 1963, p.1.

_____. *Imprensa oficial do município* [Coluna Câmara dos Vereadores]. Ano V, n. 1063, 15 de setembro de 1961, p. 4.

_____. *Inaugurado ontem o Restaurante Universitário*. Ano VII, n. 2201, 12 de maio de 1963, p. 1.

_____. *Instalação do DCE*. Ano XIII, n. 3732, 13 de dezembro de 1968, p.1 e p.8.

_____. *Instalação oficial da universidade hoje*, com feriado escolar e sessão solene no IHGS. Ano XIII, n. 3567, 15 de maio de 1968, p.1.

_____. *Instalado o XI Congresso dos Estudantes Superiores*. Ano V, n. 1058, 9 de setembro de 1961, p.1.

_____. *Interventor da UEES*: a UNE precisa ter nova orientação. Ano XLV, n. 14.340, 25 outubro de 1964, p. 3.

_____. *IPM mineiro pede prisão de líderes estudantis; Recife anuncia greve*. Ano XIII, n. 3566, 12 e 13 de maio de 1968, p.1.

_____. *IV Exército controla o Nordeste* [manchete]. Ano IX, n. 2373, 2 de abril de 1964, [edição vespertina], p.1.

_____. *Marcha por Deus e pela Liberdade*. Ano IX, 2393, 28 de abril de 1964, p.1.

_____. *Método Paulo Freire: 200 mil pessoas serão alfabetizados!*. Ano VIII, n. 2989, 15 de dezembro de 1963, p.1.

_____. *Ministro reúne "Duros" e pede mais expurgos*. Ano XIII, n. 3675, 1º de outubro de 1968, p. 2.

_____. *Nova alteração na chefia do executivo*. Ano IX, n. 2373, 02 de abril de 1964, [edição vespertina], p.1.

_____. *O papel da mocidade universitária* [editorial]. Ano V. n. 2048, 19 de novembro de 1964, p. 2.

_____. *Opinião de juristas sobre a eleição universitária*. Ano XI, n. 3102, 22 de setembro de 1966, p.8.

_____. *Participação dos universitários nas direções de duas faculdades* [manchete]. Ano VII, n. 2828, 8 de junho de 1962, p. 1.

_____. *Paulo Freire ensina alfabetizar em trinta e seis horas*. Ano VII, n. 2224, 9 de junho de 1963, p. 1.

_____. *Polícia baiana dispersa estudantes*. Ano XIII, n. 3624, 07 de agosto de 1968, p. 1.

_____. *Posse no D.E.E. foi considerada ilegal*. Ano XI, n. 3103, 23 de setembro de 1966, p. 8.

_____. *Presença de Sergipe no Congresso do Jubileu da UNE*. Ano VII, n. 2857, 14 de julho de 1962, p.1.

_____. *Presidente do DA de Direito renunciou*. Ano XI, n. 3109, 30 de setembro de 1966, p.8.

_____. *Primeira diretoria do DCE tem posse hoje* à *noite*. Ano XIII, n. 3646, 30 de agosto de 1968, p. 6.

_____. *Protesto e lanche fazem hoje a festa do trabalhador*: SE. Ano XXIII, n. 6774, 1 a 2 de maio de 1981, p. 1.

_____. *Representantes de Sergipe no Congresso da Ex-UNE já retornaram*. Ano XIII, n. 3690, 22 de outubro de 1968, p. 1.

_____. *Revogada a "Lei Suplicy"*. Ano XIII, n. 3.235, 2 de março de 1967, p. 6.

_____. *São Cristóvão*: primeiro seminário de reforma universitária. Ano VII, n. 2818, de 26 de maio de 1962, p. 1 e p. 6.

_____. *Secretário de Educação extingue Movimento de Cultura Popular*. Ano IX, n. 2379, 10 de abril de 1964, p. 6.

_____. *Sergipano ficou fora*. Ano XIII, n. 3.603, 2 de julho de 1968, p.1.

_____. *SNI entregou ao Presidente relatório da invasão da UNB*. Ano XIII, n. 3675, 1º de outubro de 1968, p. 6.

_____. *Só estudante não falou na instalação da UFS*. Ano XII, n. 3568, 16 de maio de 1968, p.1.

_____. *Teatro Ibadeano* [editorial]. Ano VII, n. 2903, 15 de setembro de 1963, p.1.

_____. *TEGEBE hoje*: Êles não usam Black-tie. Ano VII, n. 2156, 16 de março de 1963, p.1.

_____. *Trote alegrou ruas da cidade: êxito*. Ano V, n.132, 26 de abril de 1960, p. 1.

_____. *Trote de medicina saiu às ruas*. Ano XII, n. 3.235, 2 de março de 1967, p.1.

_____. *UEE de Minas faz seminário às escondidas*. Ano XIII, n. 3603, 2 de julho de 1968, p.1.

_____. *UEES patrocinará semana do calouro*. Ano VIII, n. 2153, 13 de março de 1963, p.1.

_____. *UEES promove seminário de reforma universitária*. Ano VII, n. 2794, de 27 de abril de 1962, p. 6.

_____. *UEES venderá livros didáticos por preços populares aos universitários*. Ano IX, n. 2359, 12 de março de 1964, p.1.

_____. *UNE determina prosseguimento de greve*. Ano VII, n. 2864, 24 de julho, 1962, p.1.

_____. *UNE-volante virá com o CPC*. Ano VII, n. 2204,16 de maio de 1963, p.1.

_____. *Uni.[versitários] criticam só baianada*". Ano XII, n. 3.243, de 12 de março de 1967, p. 5.

_____. *Universidade de Sergipe em fase de criação*. Ano IX, n. 2345, 25 de fevereiro de 1964, p.1.

_____. *Universitários contra vitaliciedade de professores de Ciências Econômicas*. Ano VIII, n. 2779, 7 de abril de 1962, p.1.

_____. *Universitários de Sergipe homenagearão D. Távora*: decisão do XI Congresso de Estudantes Superiores. Ano V, n. 1059, 10 de setembro de 1961, p.1.

_____. *Universitários mineiros votam sob protesto*. Ano X, n. 2782, 19 de agosto 1965, p. 6.

_____. *Universitários querem participar das direções*: entrevista exclusiva de Guido Azevedo, presidente da UEES. Ano VII, n. 2823, 02 de junho de 1962, p.1.

_____. *Universitários reafirmam a disposição de greve*. Ano VII, n. 2837, 19 de junho de 1962, p. 1.

_____. *Universitários satisfeitos com os resultados do XI Congresso*. Ano V, n. 1063, 14 de setembro de 1961, p.1.

_____. *Universitários*: "Declaração de Santo Amaro das Brotas". Ano VII, n. 2225, 11 de agosto de 1962, p. 6.

_____. *Urgência para a discussão da reforma universitária*. Ano XIII, n. 3679, 10 de outubro de 1968, p. 2.

_____. *Venceu a "Unidade" no congresso dos universitários sergipanos*. Ano VIII, n. 2904, 17 de setembro de 1963, p.1.

_____. *Viana*: Incúria governamental criou a crise na Faculdade. Ano V, n. 1070, 23 de setembro de 1961, p.4.

_____. *Vitória da vanguarda estudantil* [coluna Assembleia Legislativa]. Ano V, n. 1063, 15 de setembro de 1961, p. 4.

_____. *Wladimir Palmeira preso na Guanabara*. Ano XIII, n. 3622, 05 de agosto de 1968, p. 1.

_____. *XIII congresso dos universitários*. Ano VIII, n. 2887, 7 de setembro de 1963, p.1 e p.6.GAZETA SOCIALISTA. *Empossada a nova diretoria da UES*. Ano V, n. 170, 02 de fevereiro de 1952, p. 4.

_____. *VI Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe* [declaração de princípios]. [2ª fase]. Ano I, n. 38, 15 de setembro de 1956, p. 2.

_____. *VI Congresso dos Estudantes Superiores de Sergipe*. [2ª fase]. Ano I, n. 34, 1 de setembro de 1956, p. 1.

INFONET. *Estudantes se unem para recriar a UEES*. Aracaju: Portal Infonet, 22/09/2011. Disponível: <http://www.infonet.com.br/educacao/ler.asp?id=118772&titulo=noticias>. Acessado em: 16/12/2011.

JORNAL DA CIDADE. *UFS tem 9 diretórios que não funcionam*. 4 de junho de 1972, p.3.

JORNAL DE SERGIPE. *Retrospectiva 1984*. [suplemento especial] Ano [??],n. [??], 1º a 2º de janeiro de 1985.

JORNAL DO CALOURO. "Comece participando" [editorial]. DCE/FUFSE, n. 2, 1978, p.2. Acervo de documentos [cópia] do historiador José Ibarê Costa Dantas.

JORNAL DO DCE, abril de 1984. DCE/FUFSE, abril de 1984. Acervo de documentos [cópia] do historiador José Ibarê Costa Dantas.

O CURIÓ. *Notícias do Centro Acadêmico Sílvio Romero e outras também notícias*. Ano I, n. 1, junho de 1959, p.1.

SERGIPE-JORNAL. *Declarações do diretor da FCFS, Mons. Luciano Duarte*. Ano [??], n.14.207, 13 de outubro de 1965, p. 3.

_____. *Interventor da UEES*: a UNE precisa ter nova orientação. Ano XLV, n. 14.340, 25 de outubro de 1964, p. 3.

_____. *Nota oficial do CASR*. Ano [?], n. [?], 21 de dezembro de 1951, p. [?]

BIBLIOGRAFIA

A) ARTIGOS DE JORNAIS, DE REVISTAS, DE PÁGINAS ELETRÔNICAS E DE EVENTOS CIENTÍFICOS

ABRAMO, Helena Wendel. "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil". *Revista Brasileira de Educação*, n. 5, maio/ago. de 1997, pp. 25-36.

AGGIO, Alberto. "A 'classicidade' de Gramsci e o tema dos intelectuais". In: *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 32, 2010, pp. 75-91.

ALBUQUERQUE, Igor Leonardo Moraes. "Fragmentos da história constitucional de Sergipe". In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, n. 40, 2010, pp. 263-285.

ALBURQUERQUE, J. H. Calheiros de. "O divórcio como remédio". In: *Academus*. Ano I, n. 1, setembro de 1951, p. 3.

ALENCAR, Jessé Claudio Fontes. "A delegação do C.R.S.A. e os trabalhos do Congresso – Rio, 28 de julho a 6 de agosto de 1951" [reportagem]. In: *Academus*. Ano I, n. 1, setembro de 1951, pp. 6-7.

_____. "Marionetes". In: *Academus*. Ano II, n.3, janeiro de 1952, p. 3.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. "O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe". In: *Lua Nova*. São Paulo, n. 80, 2010, pp. 71-96.

ALVES, Eva Maria Siqueira. "O Atheneu Sergipense: traços de uma história". In: *Revista do IHGSE*, n. 31, 2005, pp. 133-152.

ALVES, Milton. "Operação Cajueiro, papel da imprensa em Sergipe". In: *Portal Infonet*. Aracaju, 19 de fevereiro de 2011. Disponível em: < http://www.infonet.com.br/claudionunes/ler.asp?id=109999&titulo=claudionunes>. Acessado em 10/03/2011.

ALVES, Stefânio Faria. "Estudantes em toda parte". In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, n. 3573, 22 de maio de 1968, p. 2.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. "Por uma história da esquerda brasileira". In: *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, pp. 333-353.

ARAÚJO, Paulo Barbosa. "Liberdade, liberdade, liberdade". In: *Gazeta de Sergipe*. Ano X, n. 2839, 14 de outubro de 1965, p. 3.

ASSIS, Fabiano Braga, SANTOS, José da Conceição Lima dos, CRUZ, José Vieira da. "Inventário de documentos estudantis das instituições de ensino superior em Sergipe (1950-1987) ". In: *Caderno de graduação* – ciências humanas e sociais, v. 9, n. 9, 2009, pp. 189-194.

BARRETO, Luís Antônio. "Os 100 anos de Gonçalo Rollemberg Leite". In: *Portal Infonet*. Aracaju, 16 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=44237&titulo=Luis_Antonio_Barreto>. Acessado em 12/01/2010.

BARROSO, José. "A legitimidade da intervenção do Estado no domínio econômico é uma tese superada declara José Aloísio de Campos". In: *Academus*. Ano I, n.2, outubro de 1951, p. 4.

BÉDARIDA, François. "Tempo presente e presença na história". In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 219-232.

BISPO, Luiz. "Uma excepção na legislação trabalhista" In: *Academus*. Ano VII, n. 18, outubro de 1958, p. 9.

BOURDIEU, Pierre. "A 'juventude' é apenas uma palavra". In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, pp. 112-121.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. "Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção". In: *Estudos Cebrap, n.* 20, abril-junho, 1977, pp. 77-109.

BRITO, Cristiane. "Loja Maçônica Cotinguiba completa 138 anos". In: *Jornal da Cidade*. Aracaju, 14 de novembro de 2011. Disponível em: <http://2008.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=83257 >. Acessado em 10/12/2011.

CAPELATO, Maria Helena. "Imprensa, uma mercadoria política". In: *Revista História & Perspectiva*, n. 4, jan./jun. Uberlândia: UFU, 1991, pp. 131-139.

CARDOSO, Célia Costa. "1964 em Sergipe: política e repressão". In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011a, pp. 1-17.

_____. "Políticos cassados no Estado de Sergipe em 1964". In: *Caderno do tempo presente*, n. 2, 2011b, pp. 1-10.

CARDOSO, Lucileide Costa. "Construindo a memória do regime de 64". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 14, n. 27, pp. 179-196, 1994.

_____. "Eudaldo Gomes da Silva: um caso de repressão política no coração do Recôncavo Baiano (1960/1970). In: *Anais do X Encontro Nacional de História Oral Testemunhos: História e Política*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010a, pp. 197-210.

_____. "Os discursos de celebração da Revolução de 1964". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n.62, 2012, pp. 117-140.

CATAN, Oswaldo. "Verdadeiro sentido das reivindicações estudantis". In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2853, 10 de julho de 1962, p. 2.

CAUÊ, Carlos. "Sobre a tutela militar". In: *Folha da praia*. Ano XVII, n. 654, Aracaju, 29 de maio de 1998, p. 11.

CLARA, Angélica. "Posse do DCE" In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, n. 3648, 1º a 2 de setembro de 1968, p. 5.

CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. "Espionagem, vigilância e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 -1979) ". In: *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul. /dez. 2006, pp. 135-145.

COSTA, Emília Viotti da. "A dialética invertida: 1960-1999". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 14, n. 27, 1994, pp. 9-26.

COSTA, Luís Eduardo. "Um terço". In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2879, 10 de agosto de 1962, p.4.

_____. “Um terço II”. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2880, 11 de agosto de 1962, p.4.

CRUZ, José Vieira da, MATOS, Mayara Gabrielly Carvalho. “A censura teatral em Sergipe: 1964-1985”. In: *IV Encontro Estadual de História*: Sujeitos, saberes e práticas. Vitória da Conquista: ANPUH/BA, 2008, pp. 1-10.

CRUZ, José Vieira da. “A juventude estudantil em Aracaju: trilhando seus primeiros passos”. In: *Revista de Aracaju*, v.9, Aracaju: Funcaju, 2002, pp. 65-86.

_____. “A reação estudantil à Lei Suplicy no Nordeste do Brasil: um estudo comparativo entre os estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco e do Rio Grande do Norte, 1964-1967”. In: *Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente*. Florianópolis: UDESC/ANPUH-SC, 2011b, pp. 976-990.

_____. “Apesar do AI-5: a (re)organização do movimento estudantil universitário em Sergipe (1969-1985)”. In: *Revista do IHGSE,* n. 39, 2009a, pp. 109-127.

_____. “Artes cênicas e literatura: O Teatro da Cultura Artística de Sergipe”. In: *Jornal da Cidade*, 29 de janeiro de 2004, p. C-1.

_____. “Documentos de uma História: atuação dos estudantes em Sergipe nas décadas de 1970 e 1980”. In: *Boletim da ANPUH/SE*, n.4, 2007, p. 3.

_____. “Em tempos de reforma universitária: a contribuição da União Estadual dos Estudantes Sergipanos (1961-1964)”. In: *Revista Eletrônica Cadernos de História*, v. VIII, ano 4, n.º 2, dezembro de 2009b, pp. 84-97.

_____. “O engajamento político-cultural dos estudantes sergipanos no início dos anos 1960”. In: *Caderno do Estudante*. São Cristóvão, v. 2, 1999, pp. 99-113.

_____. “Por uma história social dos estudantes universitários em Sergipe durante a ditadura militar”. In: *Revista do IHGSE,* n. 40, 2010, pp. 183-208.

_____. “‘Tempos difíceis’: estudantes, a Operação Cajueiro e a repressão política em Sergipe (1969-1976)”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011, pp. 1-17.

CRUZ, José. “O coco na economia de Aracaju: ensaio estatístico-econômico”. In: *Revista de Aracaju*. Ano I, n. 1, 1943, pp.129-141.

CRUZ, Márcia T. J. Oliveira. “Historiografia educacional e os impressos estudantis: o jornal Academus e as representações discentes sobre a Faculdade de Direito de Sergipe e sua cultura acadêmico (1951-1962). In: *Revista do IHGSE*, n. 41, 2011, pp. 25-49.

DANTAS NETO, Paulo Fabio. "Quebra da casca do ovo: a elite baiana e a obra do golpe de 1964". In: *Observa Nordeste*: O Golpe de Estado de 1964 no Nordeste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, s/d. Disponível: < http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_01.pdf >. Acessado em 11/10/2010.

DANTAS, José Ibarê Costa. "D. João VI e a emancipação política de Sergipe - vertentes historiográficas". In: *Revista do IHGSE*, n. 39, Aracaju: IHGSE, 2009, pp. 109-128.

_____. "História oral e política: experiências de um historiador nos diálogos com depoentes". In: *Revista do IHGSE*, n. 41, 2011, pp. 425-442.

_____. "Trajetória de José Silvério Leite Fontes". In: *Depoimentos* [sobre José Silvério Leite Fontes]. s/d. Disponível em: <http://silveriofontes.com.br/index.html.> . Acessado 10/10/2010.

DANTAS, Orlando Vieira. "Centro de Cultura Popular" [editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2187, 24 de abril de 1963, p.2.

_____. "Congresso da UNE" [Editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, n. 3683, 15 de outubro de 1968, p. 3.

_____. "O potássio é nosso" [editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, n. 3731, 12 de dezembro de 1968, p.3.

_____. "Provocações pedagógicas". In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XI, n. 3104, 24 de setembro de 1966, p.4.

_____. "Universidade para o povo" [editorial]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2226, 12 de junho de 1963, p.2.

DUARTE, Luciano. "Ação missionária na JUC". In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 21, n. 4, dez., Petrópolis: Vozes, 1961.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. "A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968". In: *Revista Educar*, n. 28, Curitiba: Editora UFPR, 2006, pp. 17-36.

FERREIRA, Jorge. "A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 24, 2004, pp. 191-194.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. *"O Golpe de Estado de 1964 na Bahia*". In: *Observa Nordeste*: O Golpe de Estado de 1964 no Nordeste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, s/d. Disponível em: < http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf >. Acessado em 11/10/2010.

FICO, Carlos. "Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 24, n. 47, pp. 29-60, 2004.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. "Estudantes" [Coluna Carta do Rio]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, n. 3574, 24/05/1968, p.2.

FONTES, José Silvério Leite. "Diretrizes e bases da educação e a realidade nacional". In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2774, 1 de abril de 1962, p. 2.

_____. "Discurso de homenagem dos docentes da extinta Faculdade de Filosofia aos serviços prestados por D. Luciano Duarte". In: *A Cruzada*. Ano 50, n.1566, 02 de novembro de 1968, p.6.

_____. "O direito internacional soviético". In: *Academus*. Ano I, n. 2, outubro de 1951, p. 6.

_____. "Reivindicações estudantis". In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2846, 1 de julho de 1962, p. 2.

FRONTIN, Jean. "Criação que nos honra". In: *Academus*. Ano I, n. 1, setembro de 1951, p. 8.

GOMES, Ângela Castro. "Silêncio e Orações: as relações Estado, Igreja e classe trabalhadora no após-30". In: *Religião e Sociedade,* Rio de Janeiro: ISER, n.14/2, 1986.

GRAIEB, Carlos. "Sob as asas do poder: entrevista com Sérgio Miceli". In: *Revista Veja on-line*. Edição 1710, 25 de julho de 2001. Disponível em: < http://veja.abril.com.br/250701/entrevista.html >. Acessado em 28/10/2011.

KINZO, Maria Dalva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001, pp. 3-12.

LAHUERTA, Milton. "Intelectuais e resistência democrática". In: *Gramsci e o Brasil*, 2001. Disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/?id=23&page=visualizar>. Acessado em 10/09/2011.

LEITE, Isabel Cristina. "'Apurando a subversão": um estudo de caso sobre repressão na Universidade pelos arquivos da AESI/UFMG". In: *Temporalidades* - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, v. 2, n. 1, jan. /jul. de 2010, pp.148-156.

LIMA, José Augusto da Rocha. "Discurso". In: *Revista do IHGSE*, v. 14, n. 19, 1947, pp. 21-30.

_____. "O ensino superior em Sergipe". In: *Academus*. Ano II, n.3, janeiro de 1952, p.1.

LINS, Jorge. "Severo D'Acelino, uma vida inteira de amor à cultura". In: Portal Educar-se, 29 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://educar-se.com/aue/?p=567>. Acessado em 10/11/2011.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. "História dos movimentos sociais no campo em Sergipe: uma abordagem preliminar". In: *Revista Candeeiro*. Ano VI, v. 9 e 10, outubro de 2003, pp. 63-75.

_____. "Sergipe: o medo venceu a esperança". In: *Observando o Nordeste/ Portal FUNDAJ*. Disponível: <http://www.Fundaj.gov.br/observandonordeste/obed003l.pdf>. Acessado em: 28/11/2011.

MACHADO, Manoel Cabral. "Nossa Universidade Federal e o Ensino Superior em Sergipe (I) ". In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. 25 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.ufs.br/ufs40anos/index_artigos.php?id:19>. Acessado em 10/02/2009.

MAGALHAES, Marionilde Dias Brepohl de. "A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil". In: *Revista Brasileira de História*, 1997, v. 17, n. 34, pp. 203-220.

MARQUES, Fernando. "Sanitarista Giovanni Berlinguer abre ano acadêmico e recebe título de doutor 'honoris causa'" [entrevista]. In: *Agência Fiocruz de Notícias*: Saúde e ciências para todos. Rio de Janeiro, 03/04/2007. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=211&infoid=796&sid=3&tpl=printerview>. Acessado em 10/10/2011.

MARTINS FILHO, João Roberto. "A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares". In: *Congresso da Associação de Estudos Latino-americanos*. Dallas, Texas, 27-29 de março de 2003. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2003/FilhoJoaoRobertoMartins.pdf>. Acessado em 10/11/2011.

MARTINS, Carlos Benedito Martins. "A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado". In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 30, n. 106, jan./abr. 2009, pp. 15-35.

MARTINS, Luciano. "A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil 1920 a 1940". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 4, v. 2, jun. 1987, pp. 65-87.

MATTOS, Marcelo Badaró. "Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964)". In: *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, jan./jun. 2004, pp. 241-270.

MISCHE, Ann. "De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política". In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 6, set./ dez. 1997, pp. 134-150.

MONTEIRO, Alceu."Dedo-duro: uma instituição oficial". In: *Jornal de Sergip*e. Ano XIII, n. 3.847, 9 de outubro de 1991, p. 2.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá "Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades". In: *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun, 2008, pp. 30-67.

NAPOLITANO, Marcos. "A arte engajada e seus públicos". In: *Revista Estudos Históricos*. v. 2, n. 28, 2001, pp. 103-124.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. O planejamento econômico e a organização do ensino público em Sergipe. In: *Tomo*, n. 2, São Cristóvão: UFS, 1999, pp. 209-235.

NASCIMENTO, José Afonso. "Academia Sergipana de Letras e a Escola de Direito de Sergipe". In: *Jornal da Cidade*. Aracaju, 26 de setembro de 2011d. Disponível em: <http://www2.jornaldacidade.net/artigos_ver.php?id=15057>. Acessado em 30/10/2011.

_____. "As elites administrativas da UFS". In: Jornal da Cidade. Aracaju, 16 de maio de 2011c. Disponível em: <http://www2.jornaldacidade.net/artigos_ver.php?id=6927>. Acessado em 17/05/2011.

_____. "Memórias de um ex-estudantes de Direito (sobre a Operação Cajueiro) [espaço opinião/especial]. In: *Jornal da Cidade*. Ano XXXIX, n. 11582, 20 a 21 de fevereiro de 2011a, p. A-7.

_____. "Rebeldes com causa: a Ala Jovem do MDB de Sergipe". In: *Jornal da Cidade*. Aracaju, 10 de outubro de 2011e. Disponível em: <http://www2.jornaldacidade.net/artigos_ver.php?id=15877>. Acessado em 10/11/2011.

_____. "UFS, uma instituição iluminista". In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. 4 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.ufs.br/ufs40anos/index_artigos.php?id=3>. Acessado em 10/02/2009.

_____. "Um Pasquim sergipano 'O Rekado'". In: *Jornal da Cidade*, 22 de março de 2011b. Disponível em: <http://www.primeiramao.blog.br/post.aspx?id=928&t=um-pasquim-sergipano-%E2%80%9Co-rekado>. Acessado em 10/11/2012.

NASCIMENTO, Eugênio. "Entrevista Milton Barboza da Silva - Professor Universitário e Coordenador do Projeto Memórias Reveladas". In: *Jornal da cidade*. Aracaju, 25 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.primeiramao.blog.br/post.aspx?id=2885&t="em-sergipe,-tivemos-repressoes,--prisoes-e-torturas>. Acessado em 25/12/2011.

NEGRO, Antonio Luigi. "Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 16, n. 31 e 32, 1996, pp. 40-61.

NISKIER, Arnaldo. "Esther de Figueiredo Ferraz – a primeira em tudo". In: *R. Cult.*: R. IMAE, São Paulo, Ano 6, n. 15, 2006, pp. 28-30.

NUNES, Maria Thétis. "A missão da Universidade de Sergipe". In: *A Cruzada*. Ano 49, n. 1545, 18 de maio de 1968, p.2.

_____. "A UFS completa 40 anos". In: *Universidade Federal de Sergipe 40 anos*. 04 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.ufs.br/ufs40anos/index_artigos.php?id=22>. Acessado em 10/02/2009.

_____. "Lutemos por uma consciência universitária". In: A Cruzada. Ano 50, n. 1563, 12 de novembro de 1968, p. 2.

_____. "O pensamento político de Marcuse". In: *A Cruzada*. Ano 50, n. 1557, 31/08/1968, p. 2.OLIVA, Terezinha Alves de. "O FASC e o sesquicentenário da Independência". In: *Caderno UFS*: História, n. 1, São Cristóvão: EDUFS, 1995, pp. 17-21.

OLIVEIRA, Agamenon Guimarães de. "Uma experiência de colonização na Cotinguiba Sergipana: as fazendas prhocaseanas". In: *Revista Geonordeste*. Ano III, n. 1 e 2, 1986, pp. 30-49.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de Azevedo. "Atualidade dos ensinamentos da Reforma de Córdoba (1918): ou qual a herança de Córdoba nas reformas atuais". In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo; ABOITES, Hugo. *La reforma universitaria*: desafíos y perspectivas noventa años después. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/reforAboit/08oliaze.pdf>. Acessado em 10/09/2009.

OLIVEIRA, Daniele Teles de. "Movimento estudantil em Belo Horizonte: ações e reações dos estudantes ao decreto-lei 477 (1969-1979) ". In: *Revista e-hum*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 2010, pp. 29-46.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. "Curso de história e geografia da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: reflexões sobre seu currículo". In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 30, jun. 2008, pp. 164-174.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. "Discurso proferido durante sessão solene dos Conselhos Superiores". In: "42 anos da UFS". In: *Portal UFS*. 27 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.ufs.br/?pg=artigo&id=144>. Acessado em 10/10/2010.

PELEGRINI, Sandra de Cássia. "Manifestações culturais nos anos 60: um destaque à problematização da palavra concreta". In: *Revista de História Regional*. v. 6, 2008, pp. 39-41.

PISTORI, Gerson Lacerda. "Direito de greve: origens históricas e sua repercussão no Brasil". In: *Caderno de doutrina e jurisprudência da Ematra*. Ano XV, v. 1, n. 2, mar. /abr., 2005, pp. 37-43.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

_____. "Memória e Identidade Social". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. "Formas e significados na história: a pesquisa como experimento de igualdade". In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 14, 1997, pp. 7-24.

_____. "História oral como gênero". In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 22, 2001, pp. 9-39.

_____. "O que faz a história oral diferente". In: *Projeto História*. São Paulo, n. 14, fev. 1997, pp. 25-39.

PORTO, Clara Angélica "Unidade e ação" [coluna Vida social]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, n. 3642, 25 de agosto de 1968, p.4.

_____. "Estudante sergipano participa [do] Congresso" [Coluna vida social]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, n. 3682, 13 de outubro de 1968, p. 5.

_____. "Festivais"[coluna Vida social]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano XIII, n. 3673, 2 de outubro de 1968, p. 5.

RAFA, Volnei. "Bioética cotidiana". In: *Cad. Saúde Pública* [online]. v. 21, n.1, 2005, pp. 333-334.

RAMIREZ, Hernán. "Las dictaduras de Brasil y Argentina: su caráter cívico-militar, de contrarevolución y refundacional". In: *Anais do I Seminário Interna-*

cional História do Tempo Presente. Florianópolis: PPGH/UDESC; ANPUH-SC, 2011, pp. 905-916.

RAMOS, Osório de Araújo. "Os estudantes e suas organizações". In: *Academus*. Ano II, n. 4, junho de 1952, p. 5.

RÉMOND, René. "Por que a História Política? ". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n.13, 1994, pp. 7-19.

RODEGHERO, Carla Simone. "Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 44, 2002, pp. 463-488.

SÁ, Antônio Fernando de. "O I FASC e a política cultural do Estado Autoritário". In: *Caderno UFS*: História, n. 1, São Cristóvão: EDUFS, 1995, pp. 5-16.

SADER, Emir, GENTILI, Pablo, ABOITES, Hugo. *La reforma universitaria*: desafíos y perspectivas noventa años después. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: < http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/reforAboit/08oliaze.pdf>. Acessado em 10/10/2010.

SAES, Décio. "Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil". In: *Revista Cara a Cara*. Ano I, n. 2, 1978, pp. 189-196.

SANDES, Marcel Di Angelis Souza. "Energia para o desenvolvimento de Sergipe". In: *Jornal da Cidade*. Aracaju, 8 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www2.jornaldacidade.net/artigos_ver.php?id=11992 >. Acessado em 10/10/2011.

SANFELICE, José Luís. "O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais". In: *Cad. CEDES* [online]. v. 28, n.76, 2008, pp. 357-378.

SANTANA, Luiz. "História de uma vida". In: *Blog* crônica de uma cidade. Aracaju, 6 de setembro de 2009. Disponível em: < http://cronicadacidade.blogspot.com>. Acessado em 12/01/2010.

SANTANA. Kátia. "Ex-prefeito Viana de Assis morre aos 74 anos de idade". In: *Jornal da Cidade*. Aracaju, 22 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=68660>. Acessado em 3 de dezembro de 2010.

SANTOS NETO, Amâncio Cardoso. "Salinas do Aracaju: séculos XVIII ao XX". In: *Jornal da Cidade*. Aracaju, Ano [??], n. [????], 12 de janeiro de 2009, p. B-9.

SANTOS, Assis Fabiano Braga, SANTOS, José da Conceição Lima dos, CRUZ, José Vieira da. "Inventário de documentos estudantis das instituições de ensino

superior em Sergipe (1950-1987) ". In: *Caderno de graduação*: ciências humanas e sociais, v. 9, n. 9, 2009, pp. 189-194.

SANTOS, José Oliveira. "Por que '*academus*'? ". In: *Academus*. Ano I, n. 1, setembro de 1951, p. 10.

SANTOS, Márcia Souza. "Memórias da ditadura em tempos de democracia: representações do regime militar através do cinema nacional". In: *Em tempo de Histórias* - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/ UnB, n.10, Brasília, 2006, pp. 69-93.

SANTOS, Miriam Sepúlveda dos. "Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 13, n. 38, outubro, 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000300010.>. Acessada em 10/11/2010.

SANTOS, Osmário. "Luiz Bispo: Não me afino com política". In*: Portal Infonet*. Aracaju, 14 de agosto de 2004. Disponível em: <http://iaracaju.infonet.com.br/osmario/igc_conteudo.asp?codigo=9157&catalogo=5&inicio=24 >. Acessado em 10/10/2010.

SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. "Coluna de cultura popular". In: *Gazeta de Sergipe*. Ano IX, n. 2327, 1º de fevereiro de 1964, p.3.

SCHMIDT, Benito Bisso. "Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois". In: *Anos 90,* Porto Alegre, v. 14, n. 26, dez. 2007, pp. 127- 156.

SERGIPE. "Vice-governador Jackson Barreto". In: *ASN – Agência de Notícias de Sergipe*. Disponível em: <http://www.agencia.se.gov.br/institucional/governoleitura/materia:21992/jackson_barreto.html>. Acessado em 10/10/2011.

SILVA, Rosemere Ferreira da. "Severo D'Acelino e a produção textual afro-brasileira". In: *Revista África e Africanidades*. Ano I, n. 1, maio 2008, pp. 1-13.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 44, 2002, pp. 425-438.

SILVA, João Augusto Gama da. "Jaime Araújo: um exemplo para recordar". In: *Jornal da Cidade*, 11 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=23341>. Acessado em 10/01/2010.

SILVEIRA, Joel. "Os intelectuais e o Estado Novo'. In: JÚNIOR, Gonçalo. *Gazeta Mercantil*. 1 de abril de 1999. Disponível em:< http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mt200499.htm>. Acessado em 15 de agosto de 2011.

SILVEIRA, Jussara Maria Viana. "Professor João Cardoso Nascimento Júnior e o movimento estudantil da Universidade Federal de Sergipe (1968-1972) ". In: *Revista eletrônica da FJAV*. Ano I, n. 2, 2008, pp. 127-146.

SLENES, Robert W. "O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX". *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, 1983, pp. 117-150.

SPOSITO, Marília Pontes. "Sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e a ação coletiva na cidade". In: *Tempo Social*: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 5, n. 1-2, 1993, pp. 161-178.

TOLEDO, Caio Navarro. "1964: O golpe contra as reformas e a democracia": *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 24, 2004, pp. 15-17.

VOLDMAN, Danièle. "A invenção do depoimento oral". In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 247-266.

VALENÇA, Ivan. "Movimento teatral" [Coluna 7ª arte]. In: *Gazeta de Sergipe*. Ano VII, n. 2843, 27 de junho de 1962, p. 4.

VELOSO, Mônica P. "A Ordem, uma revista de doutrina política e cultura católica". In: *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, jul. /set. 1978, pp. 117-160.

B) MONOGRAFIAS, TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO, DISSERTAÇÕES E TESES

ALVES, Bruna Neves. *O visível e o invisível do movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2004.

ANDRADE, José Anderson Farias, BARRETO, Lívia Rocha Teles, FLORÊNCIO, Maria Juliene Menezes. *Registros e lembranças*: a militância feminina em Sergipe na segunda metade do século XIX. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2011.

ARAÚJO, Adriana Ribeiro, SANTOS, Heder Gomes dos, OLIVEIRA, Telma Aparecida Rodrigues de. *Entre a Viração e a UJS*: memórias dos militantes do PC do B em Sergipe, 1981-1991. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2011.

ARAÚJO, Alexandre Santana de, FREITAS, Rochelle Figueiredo, MELO, Vanessa Caroline dos Santos. *As artes cênicas no FASC*: fragmentos da história teatral em Sergipe (1972-1985). 2007. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2007.

BARRETO, Dilson Menezes. *A construção do desenvolvimento de Sergipe e o papel do CONDESE (1964-1992)*. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2003.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *A formação dos padres no Nordeste do Brasil (1894 -1933)*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

_____. *Os Padres de Dom José*: O Seminário Sagrado Coração de Jesus 1913-1933. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

BARROS, Francisca Argentina Góes. *Movimento de Educação de Base (MEB) em Sergipe (1961-1964)*: uma reconstrução histórica. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1995.

BENEVIDES, Silvio César Oliveira. *Proibido proibir*: uma geração na contramão do poder. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

BEZERRA, Gildo A. *Em Tempos Autoritários*: Incursões em torno da produção cultural censurada em Sergipe (1964-1979). 2000. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2000.

BRITO, Antonio Mauricio F. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

_____. *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras*: o movimento estudantil universitário sergipano em descompasso com o Regime Autoritário (1964-1968). 1999. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1999.

CANCIAN, Renato. *Movimento estudantil e repressão política*: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2008.

CARNEIRO, Cesar Oliveira. *Aventuras e desventuras*: a peça proibida e a greve de estudantes que desafiou a ditadura em 1966. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CARVALHO, Adriana Melo. *Universidade vigiada*: documentos para a História da ditadura militar na UFS (1969-1977). 2005. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.

CARVALHO, Gislaine Santos. *Espionagem, vigilância e perseguição*: a história da AESI em Sergipe. 2008. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. *Ciência e política durante a ditadura militar*: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964-1979). 2005. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

COSTA, Joana D'Arc. *Dos movimentos sociais às funções Institucionais*: a consolidação de uma geração política em Sergipe. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009

CRUZ, José Vieira da, MENEZES, Magna et *ali. O Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes Sergipanos e os movimentos culturais do início dos anos 60:* 1962-1964. Aracaju: DHI/UFS, 1998 (Trabalho de conclusão de disciplina).

CRUZ, José Vieira da. *Juventude e identificação social*: experiências culturais dos universitários em Aracaju/SE (1960-1964). 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.

_____. *O Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes Sergipanos e os movimentos culturais do início dos anos 60*: 1962-1964. 1998. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1998.

DIAS, José Alves. *Subversão da ordem*: manifestações de rebeldia contra o regime militar na Bahia, 1964-1968. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

DIAS, Reginaldo B. *A cruz, a foice o martelo e a estrela*: a tradição e renovação da esquerda na experiência da Ação Popular. 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2004.

ESPÍRITO SANTO, Farley Goes do, ANDRADE, Daniele Xavier de. *Viração*: uma parte da história do ME em Sergipe. 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2006.

EVARISTO, Cláudia dos Santos. *Da distensão à abertura política*: o movimento estudantil em Sergipe (1977-1985). 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2006.

JACOBINA, André Teixeira. *Clivagens partidárias*: ARENA e MDB baianos em tempos de distensão (1974-1979). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

JESUS, Vânia Maria de. *Sindicalismo em movimento*: a atuação do Centro dos Profissionais de Ensino de Sergipe – CEPES (1986-1992). 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2006.

LEITE, Isabel Cristina. *Comandos de libertação nacional*: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LIMA, Luís Eduardo Pina. *Ideologias e utopias na história da educação*: o processo de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – 1950-1951. 1993. Monografia (Especialização em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 1993.

MACHADO, Otávio Luiz. *Formação profissional, ensino superior e a construção da profissão de engenheiro pelos movimentos estudantis de engenharia*: experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958-1975). 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MAIA JÚNIOR. Edmilson Alves. *Memórias da luta*: ritos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969). 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

MENEZES, Magna. *As ideias cepecistas no Teatro Gato de Botas em Aracaju*: 1962-1964. 1998. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1998.

MIRANDA NETO, Onesino Elias, SANTOS, Shislane Cristina dos, CAMPOS FILHO, Walter César Vasconcelos. *Cinéfilos em ação*: a história do Clube de Cinema de Sergipe (1960-1969). 2007. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2007.

MISCHE, Ann. "De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política". Op. cit.; e ainda na tese sobre o discurso do protagonismo dos jovens a partir de 1990 de: SOUZA, Regina Magalhães. *O discurso do protagonismo juvenil*. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. 2010. Tese (Doutorado em História) –Centre d' Histoire Sociale Du XXème Siècle/ Universidade de Paris I/Panheéon Sorbone, Paris; Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A Intervenção da SUDENE na Política educacional do Estado de Sergipe (1959-1963)*. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

NASCIMENTO, Adriano Gaspar, OLIVEIRA, Kelly Raquel Souza Cardoso de, MATOS, Mayara Gabrielly Carvalho. *"Entre corte e carimbos"*: a censura teatral em Sergipe (1970-1988). 2008. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2008.

NASCIMENTO, Janiclécia Rezende dos Anjos, VASCONCELOS, Luciene Cardoso, RABELO, Tânia Maria Lima. *Memórias de músicos e estudantes universitários em Sergipe, entre meados da década de 1970 e meados da década de 1980*. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2011.

NASCIMENTO, José Domingos Santos, PASSOS FILHO, José Sérgio, TORRES, Naiara Leite. *Reorganizado e unificado*: a memória do sindicalismo em Sergipe (1980-1999). 2009. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2009.

OLIVEIRA, Adriano Feitosa, MARINS, Gustavo Cabral, SANTOS, Reginaldo da Silva. *"Páginas de uma história"*: as atas do Conselho Superior e a Universidade Federal de Sergipe, 1968 a 1985. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2011.

OLIVEIRA, Ana Júlia Lima Máximo. *"Além da reza..."*: a atuação dos jucistas em Aracaju. 1999. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1999.

OLIVEIRA, Antonio Eduardo Alves de. *O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. *A Participação da USAID na educação em Sergipe*. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 1989.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. *O curso de Geografia e História na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951-1954), entre alunas, docentes e disciplinas* – uma história. 2008. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

OLIVEIRA, José Alberto Saldanha. *O mito do poder jovem*: a construção da UNE. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2001.

OLIVEIRA, José Luciano Góis de. *Mouvements de defense de droits de l`homme au Bresil*. 1991. Tese (Doutorado) - Paris: EHESS.

OLIVEIRA, Valéria Maria Santana. *Movimento social e conflitos socioambientais no bairro América - Aracaju/ SE*: o caso da Companhia de Cimento Portland de Sergipe (1967-2000). 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

PALMEIRA, Gardênia Correia, SILVA, Glícia Laís Macedo. *Em tempos autoritários*: história do movimento estudantil em Sergipe (1964-1968). 2007. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2007.PELLICCIOTTA, Mirza Maria Balfi. *Uma aventura política*: as movimentações estudantis da década de 70. 1997. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

PEREIRA, Mateus Camargo: *Tecendo a manhã*: história do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp (1974-1982). 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2006.

QUEIROZ, Anne Lee Fares de. *Cabra marcado para morrer*: da história do cabra à história do filme. 2005. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2005.

RAMOS, Antônio da Conceição. *Movimento estudantil*: a JUC em Sergipe (1954-1964). 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2000.

RIBEIRO, Marcos Mesquita. *Identidade, cultura e política*: movimentos estudantis na contemporaneidade. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

RODRIGUES, Irene Soares, SANTOS, Nadja Costa dos, SANTOS, Neide Costa dos. *Entre trotes e calouradas*: o ingresso no ensino superior em Sergipe. 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2006.

SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SANTANA, Flávia de Angelis. *Atuação política do movimento estudantil no Brasil*: 1964-1984. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTO, Éder Fernando. *O ensino superior no Brasil e os Acordos MEC-USAID*: o intervencionismo norte-americano na educação brasileira. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2005.

SANTOS, Aldimar Messias Sousa; BARRETO, Eder Ricardo Lima. *Operação Cajueiro*. 2007. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2007.

SANTOS, Assis Fabiano Braga, SANTOS, José da Conceição Lima dos. *Inventário dos documentos estudantis no Arquivo da Universidade Federal de Sergipe (1950-1987)*. 2009. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2009.

SANTOS, Edileuza Batista C. dos, GÓIS, Mary Jane Batista, TAVARES, Priscila da Costa. *Nos trilhos da memória*: os ferroviários em Sergipe (1907-2006). 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2006.SANTOS, Everton. *Festival de Artes de São Cristóvão*: à luz da imprensa (1972-1984). 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2006.

SANTOS, Fabiano Braga Santos, SANTOS, José da Conceição Lima dos. *Inventário dos documentos estudantis no arquivo da Universidade Federal de*

Sergipe (1950-1987). 2009. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2009.

SANTOS, Fernanda de Andrade, GOIS, Lidiane Barbosa de, OLIVEIRA, Rose Carla de Araújo. *"Vozes de um passado presente"*: estudantes, artistas, intelectuais e militantes em Sergipe na segunda metade do século XX. 2009. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2009.

SANTOS, Kátia Patrícia dos. *Agonalto Pacheco*: memórias de um militante do Partido Comunista Brasileiro. 2003. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.

SANTOS, Miriam Vieira dos. *Um Marco Cultural*: Documentos Catalogados da Sociedade de Cultura Artística de Sergipe (1951 a 1989). 2002. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2002.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. *A formação intelectual da elite sergipana (1822-1889)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

SILVA, Fabiana Santana Porto, MENEZES, Giselle Carvalho, SANTANA, Renata de Carvalho. *Memórias dos militantes do PCB em Sergipe durante a ditadura militar*. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2011.

SILVA, Izabel Priscila Pimental da. *Os filhos rebeldes de um velho camarada*: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2009.

SILVA, Jailda da, LINS, Ricardo José de Oliveira, RIBEIRO, André Luiz Sena. *Uma luta não esquecida*: notícias de jornais sobre a anistia em Sergipe (1978-2010). 2010. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2010.

SILVA, Jorgeval Santos, SOUZA, Rosecleide Alcântara de, SANTOS, Wesley Rodrigues dos. *Jornal Academus*: um olhar sobre o pensamento jurídico em Sergipe (1951-1955). 2009. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2009.

SILVA, Margarida Azevedo da. *Memória de militantes do PCB em Aracaju*: 1964/1984. 1999. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1999.

SILVA, Sandra Regina B. da. *"Ousar lutar, ousar vencer"*: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SILVA, Simone Tenório Rocha e. *Em busca da utopia*: as manifestações estudantis em Pernambuco (1964-1968). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SILVA, Vicente Gil da. *Aliança para o Progresso no Brasil*: de propaganda anticomunista à instrumento de intervenção política. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVEIRA, Jamile Silva. *Lutas populares e movimento estudantil*: trajetória política dos estudantes na UEFS (1976-1988). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SILVEIRA, Jussara Maria Viana. *Da medicina ao magistério*: aspectos da trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

SOUZA, Regina Magalhães. *O discurso do protagonismo juvenil*. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *Os sete matizes da rosa ou mundo contaminado pela radiação comunista*: homens vermelhos e inocentes úteis. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009, pp. 22-40.

SYDOW, Evanize Martins. *Alceu Amoroso Lima e o regime militar 1964-1968*. 2007. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007.

C) LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

ABRAMO, Helena Wendel, BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). *Retratos da juventude brasileira*: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMO, Zilah Wendel, MAUÉS, Flamarion (orgs.). *Pela democracia e contra o arbítrio*: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

ABROMOVAY, Mirian, ANDRADE, Eliane Ribeiro, ESTEVES, Luiz Carlos Gil (orgs.). *Juventudes*: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude/ Ministério da Educação/UNESCO, 2009.

ALBERTI, Verena. *História oral*: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALBURQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Movimento estudantil e a consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes de. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3. ed. São Paulo: Vozes, 1985.

AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeira: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

AQUINO, Rubim Santos Leão de, VIEIRA, Fernando, AGOSTINO, Gilberto, ROEDEL, Hiran. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais*: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo. São Paulo: Editora Record, 2007.

ARACAJU. *A mulher e a constituinte*. Aracaju: Prefeitura de Aracaju/Conselho Municipal da Condição Feminina, 1987.

_____. *Filhos! Até quando?* Aracaju: Prefeitura de Aracaju/Conselho Municipal da Condição Feminina, 198[?].

ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a educação brasileira:* um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano. São Paulo: Cortez, 1982.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis*: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Roberto Marinho, 2007.

ARAÚJO, Paulo Barbosa. *Os ícones de um terremoto*: Golpe Militar, repressão e resistência política. Aracaju: Diário Oficial, 2010.

ARNS, Paulo Evaristo. *Projeto Brasil: nunca mais*, Petrópolis, Vozes, 1988.

BARCELLOS, Jalusa. *CPC*: Uma história de paixão e consciência. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

BARRETO, Raylane Andressa Dias Navarro. *A formação de padres no Nordeste do Brasil (1894-1933)*. Natal: EDUFRN, 2011.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da história*: princípios e conceitos fundamentais. V. I, Petropólis: Vozes, 2010.

BENEVIDES, Silvio César Oliveira. *Na contramão do poder*: juventude e movimento estudantil. São Paulo: Annablume, 2006.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet, 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERLINCK, Manoel T. *O Centro Popular de Cultura da Arte da UNE*. Campinas, Papirus, 1984.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar:* a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BLOCH, Marc Leopoldo Benjamin. *Apologia a história, ou, o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BOBBIO, Norberto et ali. Dicionário de Política. v. I., 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BORGES, Nilson. "A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 13-42.

BOURDIEU. Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Sobre a Televisão, seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

BRAGANÇA, José Lopes. *Sergipe por um óculo*. Belo Horizonte: Carneiro e Cia, s/d.

BRESCIANI, Stela, NAXARA, Márcia (orgs). *Memória (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

BRITTO, Sulamita (org.). *Sociologia da juventude I*: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CARDOSO, Célia Costa. "Segurança e repressão no Estado de São Paulo nos anos 60 e 70". In: Axt, Gunter, D'Aléssio, Márcia Mansor & Janotti, Maria de Lourdes M. (orgs). *Espaços da negociação e do confronto na política*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007, pp. 106-123.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Movimento político brasileiro*. São Paulo: Difel, 1972.

CARDOSO, Irene. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: USP/Editora 34, 2001.

CARDOSO, Lucileide Costa. "Dimensões da memória na prática historiográfica". In: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos, REIS, Isabel Cristina Ferreira dos (orgs.). *História regional e local*: discussões e práticas. Salvador: Editora Quarteto, 2010b, pp. 153-174.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo*: Brasil, 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. "O Estado Novo, o DOPS e a ideologia da segurança nacional". In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp. 327-340.

CARR, Edward Hallet. *Que é história?* Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961. Tradução Lúcia Maurício de Alverga; revisão técnica Maria Yedda Linhares. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem:* a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CARVALHO, Sebastião Celso de. *O destino acontece*. Aracaju: Livraria Regina, s/d. [discurso pronunciado em 1968].

CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *A revolução e os trabalhadores* [discurso]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1965, 12 pp.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CASTRO, Celso. "Comemorando a 'revolução' de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros". In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes, ARAÚJO, Maria Paulo, QUADRAT, Samatra Viz (orgs). *Ditadura e democracia na América Latina*: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008, pp. 119-142.

CHARTIER, Roger. *A História cultural*: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Seminários*: o nacional e o popular na cultura brasileira. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Cultura e Democracia*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CORREIA, Zelita Rodrigues. *A porta estandarte*. Aracaju: Segrase, 1983.

COSTA, Luís Eduardo. "Quando morre a liberdade" [prefácio]. In: ARAÚJO, Paulo Barbosa. *Os ícones de um terremoto*: Golpe militar, repressão e resistência política. Aracaju: Diário Oficial, 2010, pp. 11-13.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*: ensaios sobre ideias e formas. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CRUZ, José Vieira da, BITTENCOURT JÚNIOR, Antonio. *Manoel Bomfim e a América Latina*: a dialética entre o passado e o presente. Aracaju: Diário Oficial, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. "Ensino superior e universidade no Brasil". In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greiva (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp. 151-204.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr. *O golpe na Educação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

DANTAS, Beatriz Góis; DALLARI, Dalmo de Abreu. *Terra dos índios Xocó*. São Paulo: Comissão Pró-índio, 1980.

DANTAS, José Ibarê Costa. "Aracaju: eleição municipal de 2008". In: CORTEZ, Hugo; SPINELLI, José Antonio (orgs.). *Nordeste 2008*: o voto das capitais: interpretando os resultados das eleições nas capitais nordestinas. Natal: EDUFRN, 2010b, pp. 171-200.

_____. "Sergipe 2006: a quebra do continuísmo". In: CORTEZ, Hugo, SPINELLI, José Antonio (orgs). Nordeste 2006: os sentidos do voto: análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados do Nordeste. Natal: EDUFRN, 2010a, pp. 221-248.

_____. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984*: partidos e eleições num estado autoritário. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. *Eleições em Sergipe*: 1985-2000. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

_____. *História da Casa de Sergipe*: os 100 anos do IHGSE, 1912-2012. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2012.

_____. *História de Sergipe República* (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

_____. *O tenentismo em Sergipe*: da Revolta de 1924 à Revolução de 1930. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

DANTAS, Orlando Vieira. *A vida patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ari Dillon; CASTRO, Celso. *Anos de chumbo*: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1994.

DA-RIM, Silvio. *Hercules 56*: o sequestro do embaixador americano em 1969. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. "Diretas-já: vozes das cidades". In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964 ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 411-427.

DEL ROIO, Marcos. **A classe operária na revolução burguesa: a** política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DER WEID, Jean Marc Von. *Brazil, 1964 to the Present: a political analysis, an Interview with Jean Marc Von Der Weid*. Montreal: Latin American Editions, 1972.

DESAN, Suzane. "Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis". In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, pp. 63-96.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular*: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará/ANPOCS, 1995.

DÓRIA, João de Seixas. *Eu, réu sem crime*. 5. ed. Aracaju: Editora Gráfica J. Andrade/ASL/Fundação Oviêdo Teixeira, 2007.

DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Tradução Ayeska Branca de Oliveira Farias, Ceres Ribeiro, Pires de Freitas, Else Ribeiro Pires Vieira e Glória Maria de Mello Carvalho. Petrópolis: Vozes, 1981.

FARHAT, Saïd. *Dicionário parlamentar e político*: o processo político e legislativo no Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1996.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

FÁVERO, Osmar (org.). *Cultura popular e educação popular*: memórias dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

FERREIRA, Jorge (orgs). *O Populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Além do golpe*: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paulo; QUADRAT, Samatra Viz (orgs). *Ditadura e democracia na América Latina*: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FIECHTER, Georges- André. *O regime modernizador do Brasil*: estudo sobre as interações político-econômicas em um regime militar contemporâneo. Tradução Maria Cecília Baêta Neves e Nathanael Caxeiro. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História política de Sergipe* (1962-1975). v. V. Aracaju: s/ed., s/d.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula: 1927-2005. RJ: Record, 2005.

FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964:* discurso e Ideologia. São Paulo: Atual, 1988.

FONTES, José Silvério Leite. *Jackson de Figueiredo*: sentido de sua obra. Aracaju: Livraria Regina, 1952.

_____. "Levantamentos de fontes sobre a história de Sergipe". In: *Caderno UFS*. São Cristóvão: UFS, 1972.

_____. *Razão e fé* em Jackson de Figueiredo. São Cristóvão: EDUFS, 1998.

FORACCHI, Maria A. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

_____. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Nacional, 1965.

FORTES, José Bonifácio. *Democracia de poucos, um ensaio de ciência política* (A política de Sergipe entre 1958 e janeiro de 1963). Aracaju: Livraria Regina, 1963.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

_____. *Microfísica do poder*. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001a.

_____. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2001b.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (orgs). *Tiradentes, um presídio da ditadura*: memórias dos presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997.

FREITAS, Itamar. *A escrita da história na "Casa de Sergipe"*: 1913-1999. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira; Aracaju: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2002.

FURTER, Pierre. *Juventude e tempo presente*. Tradução Luís Lourdes Orlandi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GABEIRA, Fernando Gabeira. *O que é isso companheiro*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GARCIA, Eduardo Conde. *Antonio Garcia Filho e a Faculdade de Medicina de Sergipe*: criador e criatura. Aracaju: Secore Artes Gráficas, 2008.

GEERTZ, Cliffort. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOMES, **Ângela** de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado*: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GONÇALVES, Delmiro. "Prefácio". In: GUARNIERI, Gianfrancisco. *Eles não usam Black-tie*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, pp. 7-18.

GONZALES, Maria Victoria Espiñeira. "A resposta da Bahia à repressão militar: a ação partidária da Ala Jovem do MDB e a militância civil do trabalho conjunto da cidade de Salvador". In: ZACHARIEDHES, Grimaldo Carneiro. (org.) *Ditadura militar na Bahia*: novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 215-240.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda armada: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

GRAMSCI, Antonio. "O Ressurgimento". In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

_____. *Cadernos do cárcere*. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978c.

GRELE, Ronald J. "Movimiento sin meta: problemas metodológicos y teóricos en la história oral". In: SCHWARZSTEIN, Dora. *La Historia Oral*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991, pp.119-141.

GROPPO, Luís Antonio; ZAIDAN FILHO, Michel e MACHADO, Otávio Luiz. *Movimentos juvenis na contemporaneidade*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

GROPPO, Luís Antônio. *Autogestão, universidade e movimento estudantil*. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. *Juventude*: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUARNIERI, Gianfrancisco. *Eles não usam Black-tie*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

GULLAR, Ferreira. *Vanguarda e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. *Da diáspora*: Identidades e Mediações Culturais. Tradução Adelaide La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça*: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. Tradução Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HILSDORF, Maria Lúcia S. *História da Educação brasileira*: leituras. São Paulo: Thomson, 2002.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Sobre a História*: ensaios. Tradução: Cid Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

IANNI, Otávio. "O jovem radical" in: BRITTO, Sulamita (org.). *Sociologia da juventude I*: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, pp. 225-242.

KAMEYAMA, Ceici. "Introdução". In: CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER (org.). *POLOP*: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil. Salvador: Artexto, 2009, pp. 11-14.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo, gênese e trajetória do MDB:* 1966-1979. São Paulo: Vértice / Editora Revista dos Tribunais, 1988.

KONDER, Leandro. "História dos intelectuais nos anos cinquenta". In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 355-374.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RIO: 2006.

LAKATOS, Eva Mari; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Altas, 1991.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

LEITE, Sebastião Uchoa. “Cultura Popular: esboço de uma resenha crítica”. In: FÁVERO, Osmar (org.). *Cultura popular e educação popular*: memórias dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, pp. 247-270.

LEVI, Giovanni ; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens 1:* da antiguidade à era moderna. Tradução Cláudio Marcandes, Nilson Moulin e Paulo Neves. v. I, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Haroldo, ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular*: da JUC ao PC do B. 2. ed. São Paulo: Alfa-omega, 1984.

LIMA, Paulo. *Operação Cajueiro*: a repressão aos comunistas em Sergipe. Aracaju: Artexto, 2005.

LUCA, Tânia Regina de. “Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 111-154.

MACHADO, Otávio Luiz. *Movimentos estudantis, formação profissional e construção de um projeto de país*: a experiência da engenharia na UFPE (1958-1975). Recife: Livro Rápido, 2012.

MANNHEIM, Karl. “O problema da juventude na sociedade moderna” In: BRITTO, Sulamita (org.). *Sociologia da juventude I*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968, pp. 69-94.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar*. São Paulo: Papirus, 1987.

_____. *1968 faz 30 anos*. Campinas/SP: Mercado das Letras; São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann***.** Tradução Leandro Konder e Renato Guimarães 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil*: o projeto militar (1973-1979). Campinas: Papirus, 1995.

MEAD, Margaret. *Culture and commitment*: a study of the generation gap. New York: Natural History Press/Doubleday & Company, 1970.

MELLUCI, Alberto. *A invenção do presente*: movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDES JÚNIOR, Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MENDONÇA, José Antônio Nunes. *Pelo desenvolvimento de Sergipe*. Aracaju: Centro de Estudos Pedagógicos, 1961.

MENDONÇA, Gisela. "Entrevista de Gisela Mendonça – Presidente da UNE: A UNE segue o rastro". In: UNE. *A UNE contra o SNI*. São Paulo: Alfa-Omega, 1987. (Obra coletiva), pp. 6-13.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

_____. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel, 1979.MIRANDA, Nilmário, TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo* – mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo/Perseu Abramo, 1999.

MOISÉS, José Álvaro, ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (orgs.). *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

MORAIS, Gizelda. *D. Luciano José Cabral Duarte*: relato biográfico. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008.

MORAIS, João Quartim de. "O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência". In: MORAIS, João Quartim de, ROIO, Marcos Del (orgs). *História do marxismo no Brasil*: visões do Brasil. v. IV, Campinas: UNICAMP, 2000, pp. 151-210.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira* (1934-1974). São Paulo: Ática, 1977.

MOTTA, Arilcides de Moraes (coord.). *31 de março*: o movimento revolucionário e sua história. 13 tomos, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

NASCIMENTO, Isaias. *Dom Távora, o bispo dos operários*: um homem além do seu tempo. São Paulo: Paulinas, 2008.

NEGRO, Antonio Luigi. "Um certo número de ideias para uma história social ampla, geral e irrestrita". In: MALERBA, Jurandir, ROJAS, Carlos Aguirre. (Orgs). *Historiografia contemporânea em perspectiva*. Bauru: EDUSC, 2007, pp. 69-96.

NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo (org.). *Juventude e sociedade*: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

NUNES, Maria Thétis. *História da educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: UFS, 1984.

OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. *A mitologia estudantil*: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano. Maceió: SERGASA, 1994.

_____. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: EDUFAL, 2005.

ORLANDI, Eni Puccineli. Análise de discurso. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1987.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do trabalho*: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro, Sergipe, 1850-1930. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados,1986.

POERNER, Artur José. *O poder jovem*: a história da participação dos estudantes brasileiros. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO, Thiago Martins. *Utopia política, vanguarda e ritual*: linguagem e temporalidade na poesia de Mário Jorge. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão et *ali*. *Versões e ficções*: o sequestro da história. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

REIS FILHO. Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. "Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986)". In: FERREIRA, Jorge, REIS

FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 55-71.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha, 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

_____. *Em busca do povo brasileiro:* artistas da revolução, do CPC à era da tv. São Paulo: Record, 2000.

RODRIGUES, Doralina. "A reconstrução da União Estadual de Estudantes de Minas Gerais (UEE/MG): um dever histórico". In: ZAIDAN FILHO, Michel e MACHADO, Otávio Luiz (orgs.). *O pensamento das juventudes brasileiras no século XX*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, pp. 261-270.

ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares; SANTOS, Lenalda Andrade (orgs.). *UFS: História dos Cursos de Graduação*. São Cristóvão: UFS, 1999.

ROUSSO, Henri. "A memória não é mais o que era". In: FERREIRA, Marieta de Moraes ; AMADO, Janaína (coords.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 93-101.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.

RÜSEN, Jörn. *História viva*: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007b.

_____. *Razão histórica*: os fundamentos da ciência histórica. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

_____. *Reconstrução do passado*: os princípios da pesquisa histórica. Tradução Asta-Rose Alcaide; rev. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007a.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: FAPESP/Perspectiva, 2002.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. "A historiografia Sergipana nos últimos 50 anos: tentativa de avaliação crítica". In: GLEIZER, Raquel (Org.). *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 343-360.

_____. *Combate entre história e memórias*. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira; São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2005.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T a Queiroz, 1984.

SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil*: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, pp. 18-21.

SANTOS, Boaventura de Souza. "Da ideia de universidade à universidade de ideias". In: *Pela mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001, pp. 187-233.

_____. *Democratizar a democracia*: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Miriam Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2002.

SAVAGE, Mike. "Classe e história do trabalho". In: BATALHA, Cláudio H. M, SILVA, Fernando Teixeira da, FORTES, Alexandre (orgs.). *Cultura de classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2004, pp. 25-48.

SAVIANI, Dermeval. "Prefácio". In: PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, pp. 2-5.

SCHWARZSTEIN, Dora. *La Historia Oral*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra*: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Tradução Carlos Eduardo Lins da Silva e Maria Cecília de Sá Porto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SERGIPE. *Formas de organização da produção*. Aracaju: Secretaria de Estado da Agricultura, 1980.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. (org.). *Guia de fontes temáticas*. [Edição revista e ampliada]. Aracaju: Tribunal de Justiça/Arquivo do Judiciário, 2009.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins. *Dicionário crítico do pensamento da direita*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984". In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, pp. 351-384.

SILVA, Justina de A. *Estudantes e política*: estudo de um movimento (RN 1960-1969). São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Rosemiro Magno da; LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. *Conflitos de terras e reforma agrária em Sergipe*. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 1996.

SILVA, Rosemiro Magno da. *A luta dos posseiros de Santana dos Frades*. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe/Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In: RÉMOND. René. *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 231-270.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Castelo a Tancredo. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

SODRÉ, Nelson W. *A Verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *Reinvenções da Utopia*: A militância política dos jovens dos anos 90. São Paulo: Hacker, 1999.

SOUZA, Aristeu, ASSIS, J. Carlos de. *A serviço do Brasil*: a trajetória de Rômulo Almeida. Rio de Janeiro: Fundação Rômulo Almeida, 2006.

SOUZA, Terezinha Oliva de. *Impasses do federalismo brasileiro*: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

THOMPSON, John B. A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução Denise Bottmann. v. I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Tradução Walten Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva (orgs.). Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas,

2001.THOMPSON, Paul. *A voz do passado*: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

UNE. *História da UNE*: depoimentos de vários dirigentes. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968*: O diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora UNICAMP, 1999.

VIEIRA, Mário Jorge de Menezes. *A noite que nos habita*. Aracaju: Funcaju, 2003

_____. *Cuidado silêncios soltos*: prosa-poesia de Mário Jorge. Aracaju: Gráfica J. Andrade; Subsecretaria de Cultura e Arte, [1983].

_____. *Poemas de Mário Jorge*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, [1982].

_____. *Revolição*. Aracaju: s/n, [1968] (livro-envelope).

VILLARINO, Ramon Casas. *A MPB em movimento*: música, festivais e censura. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

WEID, Jean Marc Von Der. *Brazil, 1964 to the Present: a political analysis, an Interview with Jean Marc Von Der Weid*. Montreal: Latin American Editions, 1972.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo*: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

ZAIDAN FILHO, Michel e MACHADO, Otávio Luiz (org.). *Movimento estudantil e a educação superior*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2007.

_____. *Memórias da juventude pernambucana*: um panorama do século XX. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

_____. *O pensamento das juventudes brasileiras no século XX*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

POSFÁCIO:

A DEMOCRACIA SOB OUTROS HORIZONTES

A segunda edição deste livro *Da autonomia à resistência democrática:* movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985 – quatro anos depois de sua publicação pela Editora da Universidade Federal de Alagoas (EDUFAL) e de seu lançamento na VIII Bienal Internacional do Livro de Alagoas, em 2017 –, ocorre tanto pelo esgotamento dos exemplares impressos quanto pela necessidade de mantê-lo acessível ao público interessado. O estímulo à nova edição, revista e ampliada, no formato de *e-book*, com acesso livre, universal e gratuito, também tem por objetivo contribuir com o debate sobre os desafios da democracia brasileira dentro e fora dos grandes centros urbanos do país.

A nova edição mantém o prefácio de Ibarê Dantas, cientista político, historiador e professor emérito da Universidade Federal de Sergipe (UFS), autor de *Partidos Políticos em Sergipe* (1987), *Tutela Militar em Sergipe* (1997), *História de Sergipe República* (2004), dentre outras obras. É enriquecida com a apresentação do historiador e cientista político João Roberto Martins Filho, professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), autor de *Movimento estudantil e ditadura militar* (1987), *1968 faz 30 anos* (1998) e *O palácio e a casernas* (2019), dentre outras estudos; aprofundada com um segundo prefácio escrito pelo educador Justino Pereira de Magalhães, professor da Universidade de Lisboa, autor de *Tecendo Nexos* (2004); *Da Cadeira ao Banco* (2010) e do O *Mural do Tempo* (2011), dentre outros escritos; e comentada através da resenha de Afonso Nascimen-

to, professor da UFS, autor de *Resistência e adesão ao regime* militar (2020). Além do presente posfácio, no qual os significados das edições são contextualizados.

A presente edição, a exemplo da primeira, preserva as premissas defendidas na tese de doutorado apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2012, sob a valorosa orientação do professor Muniz Gonçalves Ferreira, atualmente na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Nesta edição, além da costumeira e necessária revisão textual, foram acrescentados dois significativos documentos, bem como, seis gráficos que permitem aprofundar a compreensão dos dados coletados, analisados e discutidos no curso deste estudo sobre o movimento estudantil, o ensino superior e a sociedade brasileira, a partir de seus desdobramentos no Estado de Sergipe, entre anos de 1950 a 1985. Este estudo, tecido ao longo de mais 16 anos de pesquisa, estabelece um diálogo acerca de dois momentos importantes da história brasileira. No primeiro momento, discute-se o período dos debates nacionalistas, desenvolvimentistas e reformistas fomentados entre os anos de 1950 a 1964; no segundo, sob o manto de uma profunda ruptura institucional, estuda-se o impacto, desdobramento e as experiências de resistência democráticas articuladas pelo movimento estudantil universitário e por parte da sociedade civil frente à ditadura civil-militar no período de 1964 a 1985.

O primeiro documento acrescentado registra o envolvimento dos universitários e de outros segmentos da sociedade civil organizada nos debates acerca do nacional desenvolvimentismo, reforma universitária e sobre o movimento em defesa da criação de uma universidade federal no Estado de Sergipe – discussões que se avolumaram às vésperas do golpe civil-militar de 31 de março de 1964. O segundo documento, por sua vez, registra o apoio público dos universitários sergipanos ao congresso de reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), no final da década de 1970. Já nos gráficos inseridos o leitor poderá conhecer melhor o perfil das faixas etárias e especificidades quanto ao gênero, matrícula e local de residência desses universitários no período de 1957 a 1964.

Na primeira edição, o livro cristalizou, por um lado, os resultados do doutorado desenvolvido na Bahia, entre 2008-2012, e, por outro, uma

importante etapa pessoal, profissional e acadêmica – enquanto docente do Curso de História do Campus do Sertão, pesquisador do Programa de Pós-graduação em História e vice-reitor, da Universidade Federal de Alagoas – no período de 2013 a meados de 2020. Esta segunda edição, por sua vez, coincide com o lançamento do relatório da Comissão Estadual da Verdade, da disponibilização de acesso dos documentos coletados pelo Projeto Memórias Reveladas junto ao site do Arquivo Nacional e, ainda, com a minha redistribuição para a Universidade Federal de Sergipe, em meados de 2020 – comunidade universitária em torno da qual esta obra, com quase 600 páginas, estabelece uma interlocução.

É preciso destacar também que – sob o ponto de vista historiográfico, acadêmico e político –esta proposta editorial ocorre em um contexto de desafios para a ciência, a educação e a democracia brasileira. Além disso, os dilemas, indefinições e incertezas do atual presente histórico, tornam ainda mais necessário discutir, aprofundar e conhecer o protagonismo, as experiências e as estratégias de resistência democráticas vivenciadas pelo movimento estudantil universitário e por parte da sociedade civil brasileira, dentro e fora dos grandes centros urbanos, contra à ditadura e em prol da democracia.

Em síntese, tenho o prazer de apresentar aos leitores o convite para apreciação deste *e-book*, desejando que ele possa contribuir com uma melhor compreensão dos desdobramentos e inter-relações da democracia brasileira a partir de Sergipe.

Aracaju, 19 de julho de 2021.

LISTA DE SIGLAS

ADESG – Associação dos Estagiários da Escola Superior de Guerra
ADP – Ação Democrática Parlamentar
AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informação
AESS – Associação dos Estudantes Secundaristas de Sergipe
AN – Arquivo Nacional
AP – Ação Popular
APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASD – Aliança Social Democrática
ASI – Assessoria de Segurança e Informação
CASR – Centro Acadêmico Silvio Romero
CCBS – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCET – Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CECH – Centro de Educação e Ciências Humanas
CES – Colégio Estadual Sergipense
CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CNA – Campanha Nacional de Alfabetização
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos
CNE – Conselho Nacional dos Estudantes
CONDESE – Conselho de Desenvolvimento de Sergipe
CONSU – Conselho Superior Universitário
CPC – Centro Popular de Cultura
CPC da UEES – Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes de Sergipe
CPC da UNE – Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes
DA – Diretório Acadêmico
DAACL – Diretório Acadêmico Dr. Augusto César Leite
DAAMB – Diretório Acadêmico Dr. Antônio Militão de Bragança
DAJF – Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo

DAJR – Diretório Acadêmico João Ribeiro
DAMK – Diretório Acadêmico Maria Kiehl
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DEE – Diretório Estadual dos Estudantes
DEES – Diretório Estadual dos Estudantes de Sergipe
DEMEC – Delegacia de Ensino do Ministério da Educação
DES/MEC – Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação
DNE – Diretório Nacional dos Estudantes
DSI – Divisão de Segurança e Informação
DUAC – Departamento Universitário de Ação Comunitária
EQS – Escola de Química de Sergipe
ESS – Escola de Serviço Social
FAFI – Faculdade de Filosofia
FCE – Faculdade de Ciências Econômicas
FCES – Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe
FCFS – Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe
FDS – Faculdade de Direito de Sergipe
FMP – Frente de Mobilização Popular
FMS – Faculdade de Medicina de Sergipe
FUFSE – Fundação Universidade Federal de Sergipe
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IDLD – Instituto Dom Luciano Duarte
IES – Instituição de Ensino Superior
IHGSE – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM – Inquérito Policial Militar
JEC – Juventude Estudantil Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LIC – Liga de Intelectuais Católicos
LUC – Liga Universitária Católica
MAC – Movimento Anticomunista
MCP – Movimento de Cultura Popular
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério de Educação e Cultura
MERDA – Movimento Estudantil Revolucionário Didático e Artístico
MPF – Ministério Público Federal
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POLOP – Política Operária
PSD – Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SEI – Serviço Estadual de Informações
SEI – Sociedade de Estudos Interamericanos
SERU – Seminário Estadual sobre Reforma Universitária
SNI – Sistema Nacional de Informação
SNRU – Seminário Nacional sobre a Reforma Universitária
SUOF – Sociedade União dos Operários e Ferroviários
TESE – Tribunal Eleitoral Sergipano dos Estudantes
UDN – União Democrática Nacional
UEES – União Estadual dos Estudantes de Sergipe
UES – União dos Estudantes de Sergipe [Universitários]
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UIE – União Internacional dos Estudantes
UNE – União Nacional dos Estudantes
USAID – United States Agency for International Development
USES – União Sergipana dos Estudantes Secundaristas

SOBRE O AUTOR

JOSÉ VIEIRA DA CRUZ

GRADUADO EM HISTÓRIA Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Mestre em Sociologia pela mesma instituição, doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e atualmente faz estágio pós-doutoral junto ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Coordenou o Curso de História do Campus do Sertão/Universidade Federal de Alagoas (UFAL), entre 2013 e 2015; coordenou a 70ª Reunião Anual da SBPC, em Alagoas, no ano de 2018; e foi Vice-reitor da UFAL, entre 2016 e 2020. Atualmente é Professor Associado da UFS, vinculado ao Núcleo de Graduação em Educação em Ciências Agrárias e da Terra do Campus do Sertão (NECATS) e Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). É um dos líderes do Grupo de Estudos e de Pesquisa em História, Sociedade e Cultura (GEPHISC/CNPq), participa do Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste/CNPq e do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento do São Francisco (NUPEDS). É autor do livro "*Formação sócio-histórica do Brasil*" (2010), organizador dos livros "*Manoel Bonfim e a América Latina*" (2010) e "*Aprendizagem histórica: espaços, suportes e experiências*" (2020).

ISBN 978-658859379-0